28/04/2025

Número: **0001846-56.2005.4.05.8001**

Classe: **EXECUÇÃO FISCAL**

Partes	
Tipo	**Nome**
EXEQUENTE	**FAZENDA NACIONAL**
EXECUTADO	**RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA**
EXECUTADO	**GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS**
EXECUTADO	**GERALDO BULHOES BARROS**
EXECUTADO	**Espólio de GERALDO BULHÕES BARROS**
INVENTARIANTE	**GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS**

Documentos			
Id.	**Data/Hora**	**Documento**	**Tipo**
4058001.4974972	20/07/2019 08:44	Documento inicial do processo digitalizado	Petição Inicial
4058001.4974973	20/07/2019 08:44	8-FICHA INSPEÇÃO-DESPACHO DIGITALIZAÇÃO FLS. 263	Autos Digitalizados
4058001.4974975	20/07/2019 08:44	7-DOCUMENTOS DIVERSOS FLS. 253-262	Autos Digitalizados
4058001.4974977	20/07/2019 08:44	6-DECISÃO SUSPESÃO PARCELAMENTO FLS. 252	Autos Digitalizados
4058001.4974979	20/07/2019 08:44	5-DOCUMENTOS DIVERSOS FLS. 143-251	Autos Digitalizados
4058001.4974981	20/07/2019 08:44	4-PENHORA IMÓVL FLS. 138-142	Autos Digitalizados
4058001.4974982	20/07/2019 08:44	3-CITAÇÃO-DOCUMENTOS DIVERSOS BUSCA DE BENS FLS. 110-137	Autos Digitalizados
4058001.4974983	20/07/2019 08:44	2-INICIAL-CDA-DESPAQCHO INICIAL FLS. 05-10	Autos Digitalizados
4058001.4974984	20/07/2019 08:44	1-CAPA TERMO DE AUTUAÇÃO	Autos Digitalizados
4058001.4983470	23/07/2019 08:03	Intimação	Expediente
4058001.4983473	23/07/2019 08:03	Sobrestamento por Parcelamento	Atos Eletrônicos
4058001.4983474	23/07/2019 08:03	Intimação de Sobrestamento por Parcelamento	Intimação Atos Eletrônicos
4058001.5008720	29/07/2019 08:17	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058001.5008764	29/07/2019 08:18	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058001.5023070	31/07/2019 18:26	BACEN E LEILÃO.html	Petição (outras)
4058001.5039541	06/08/2019 20:05	Decisão	Decisão
4058001.5075261	15/08/2019 14:39	Certidão - Bacenjud negativo	Certidão
4058001.5075262	15/08/2019 14:39	BacenJud negativo 1846-56	Documento de Comprovação
4058001.5075269	15/08/2019 14:41	Intimação	Expediente
4058001.5084482	19/08/2019 08:07	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058001.5089412	19/08/2019 23:01	ciencia e reitera pedido PFN.html	Petição (outras)

4058001.5169321	11/09/2019 10:23	Despacho	Despacho
4058001.5175014	12/09/2019 14:09	Ato ordinatório	Certidão
4058001.5175052	12/09/2019 14:10	Intimação	Expediente
4058001.5187133	17/09/2019 07:46	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058001.5193988	18/09/2019 12:45	CIENCIA	Cota
4058001.5262207	08/10/2019 14:47	Ofício	Expediente
4058001.5262155	08/10/2019 14:47	Intimação	Expediente
4058001.5418260	13/11/2019 09:38	Certidão - juntada de Ar de ofício	Certidão
4058001.5418261	13/11/2019 09:38	0001846-56.2005.4.05.8001	Aviso de recebimento (AR)
4058001.5883099	19/02/2020 13:48	Ofício	Expediente
4058001.5954135	09/03/2020 09:35	Certidão de expediente físico	Certidão de expediente físico
4058001.5954136	09/03/2020 09:35	Certidão Constatação, Reavaliação, Fotografação e Intimação - Rádio Cultura de Arapiraca Ltda	Documento de Comprovação
4058001.5954137	09/03/2020 09:35	Rádio Cultura de Arapiraca Ltda - Laudo de Reavaliação (apto. 724)	Documento de Comprovação
4058001.5954138	09/03/2020 09:35	Rádio Cultura de Arapiraca Ltda - Certidão de Ônus Matrícula 73.881 Ficha 01 apto. 724	Documento de Comprovação
4058001.5954139	09/03/2020 09:35	Radio Cultura de Arapiraca Ltda - Apto. 724 fotos	Documento de Comprovação
4058001.5954141	09/03/2020 09:35	Rádio Cultura de Arapiraca Ltda - Débitos atrasados de condomínio apto. 724	Documento de Comprovação
4058001.5955120	09/03/2020 11:26	Certidão - juntada de edital de leilão	Certidão
4058001.5955121	09/03/2020 11:26	Edital Leilão Publicado	Documento de Comprovação
4058001.6019397	19/03/2020 14:15	Despacho	Despacho
4058001.6031923	20/03/2020 11:03	Intimação	Expediente
4058001.6042673	23/03/2020 06:50	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058001.6043177	23/03/2020 06:54	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058001.6072427	26/03/2020 09:22	PFN	Cota
4058001.6218310	27/04/2020 10:19	Certidão - Leilão redesignado	Certidão
4058001.6218329	27/04/2020 10:24	Intimação	Expediente
4058001.6225923	28/04/2020 10:16	Intimação	Expediente
4058001.6247043	04/05/2020 07:29	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058001.6247451	04/05/2020 07:32	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058001.6269245	07/05/2020 11:54	PFN	Cota
4058001.6420522	28/05/2020 11:20	Despacho Inspeção	Despacho Inspeção
4058001.6891050	06/08/2020 15:00	Certidão conclusão	Certidão
4058001.6891801	07/08/2020 10:56	Despacho	Despacho
4058001.6895832	07/08/2020 14:22	Intimação	Expediente
4058001.6903949	09/08/2020 19:21	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação

4058001.6933664	14/08/2020 12:39	Certidão - juntada de ofício	Certidão
4058001.6933666	14/08/2020 12:39	Resposta oficio Id 4058001.5883099	Documento de Comprovação
4058001.7104949	10/09/2020 09:37	Certidão de expediente físico	Certidão de expediente físico
4058001.7477504	11/11/2020 09:28	Certidão - Leilão Redesignado	Ato Ordinatório
4058001.7477506	11/11/2020 09:29	Intimação	Expediente
4058001.7493569	14/11/2020 08:59	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058001.7512254	18/11/2020 15:41	Intimação	Expediente
4058001.7625239	10/12/2020 16:09	Certidão - Retificação de datas do LEiLÃO	Ato Ordinatório
4058001.7625243	10/12/2020 16:09	Intimação	Expediente
4058001.7635757	12/12/2020 07:08	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058001.7726055	08/01/2021 12:48	Certidão - envio email alteração de datas	Certidão
4058001.7834755	04/02/2021 16:52	Despacho	Despacho
4058001.7842523	05/02/2021 14:29	Intimação	Expediente
4058001.7846685	06/02/2021 00:22	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058001.7854444	08/02/2021 16:53	PFN ciência	Cota
4058001.7916002	09/02/2021 16:54	Despacho Inspeção - 306 - 12ª Vara - Inspeção Ordinária 2021	Despacho Inspeção
4058001.7950860	25/02/2021 15:57	Certidão de expediente físico	Certidão de expediente físico
4058001.9183212	18/08/2021 09:14	Certidão - REDESIGNAÇÃO DE LEILÃO	Ato Ordinatório
4058001.9183234	18/08/2021 09:16	Intimação	Expediente
4058001.9183246	18/08/2021 11:23	Intimação	Expediente
4058001.9202970	21/08/2021 00:16	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058001.9547163	20/10/2021 14:10	Certidão de expediente físico	Certidão de expediente físico
4058001.9547164	20/10/2021 14:10	Mandado Intimação - Geraldo Henrique Bulhões Barros (Leilão)	Documento de Comprovação
4058001.9568048	25/10/2021 10:07	Juntada do edital do leilão 2021	Certidão
4058001.9568049	25/10/2021 10:07	Edital Leilão Publicado	Documento de Comprovação
4058001.9707652	19/11/2021 08:29	Juntada - termo negativo leilão	Certidão
4058001.9707653	19/11/2021 08:29	Petição leilão negativo proc.1846-56	Documento de Comprovação
4058001.9710631	19/11/2021 08:33	Intimação	Expediente
4058001.9717171	20/11/2021 00:05	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058001.9723435	22/11/2021 15:36	Cota da UF	Cota
4058001.9723574	22/11/2021 15:51	Conclusão	Certidão
4058001.9750913	30/11/2021 11:50	Despacho	Despacho
4058001.9781131	01/12/2021 08:28	Intimação	Expediente
4058001.9798573	04/12/2021 00:08	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação

4058001.9867090	16/12/2021 14:31	PFN: NOVO LEIÃO	Manifestação
4058001.9867091	16/12/2021 14:31	16.12.21 - crédito tributários x crédito de condomínio	Documento de Comprovação
4058001.9870236	16/12/2021 17:31	CONCLUSÃO	Certidão
4058001.9990826	27/01/2022 12:03	Intimação	Expediente
4058001.9991555	27/01/2022 14:57	Ofício	Expediente
4058001.10001908	29/01/2022 06:20	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058001.10002381	29/01/2022 06:24	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058001.10008907	31/01/2022 15:25	Envio de ofício	Certidão
4058001.10008908	31/01/2022 15:25	comp. de envio	Documento de Comprovação
4058001.10074463	10/02/2022 16:21	Despacho Inspeção - 630 - Inspeção 2022 12ª Vara	Despacho Inspeção
4058001.10068097	14/02/2022 11:26	PFN - INDISPONIBILIDADE DE BENS	Manifestação
4058001.10068098	14/02/2022 11:26	RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - APENSO	Documento de Comprovação
4058001.10068100	14/02/2022 11:26	RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA	Documento de Comprovação
4058001.10153600	22/02/2022 08:26	Certidão - juntada de ofício	Certidão
4058001.10153601	22/02/2022 08:26	Resposta ofi 4058001.9991555	Documento de Comprovação
4058001.10233633	09/03/2022 09:09	Ofício	Expediente
4058001.10239579	09/03/2022 09:14	Certidão CNIB	Certidão
4058001.10239580	09/03/2022 09:14	CNIB 0001846-56.2005.4.05.8001	Documento de Comprovação
4058001.10239945	09/03/2022 09:41	Envio de ofício	Certidão
4058001.10239946	09/03/2022 09:41	Comp. de envio malote digital	Documento de Comprovação
4058001.10239959	09/03/2022 09:42	Intimação	Expediente
4058001.10267264	12/03/2022 03:20	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058001.10378112	21/03/2022 15:45	PFN requer a inclusão do Espólio, bem como a penhora no rosto dos autos	Petição (outras)
4058001.10378160	21/03/2022 15:45	0719852-71.2019.8.02.0001	Documento de Comprovação
4058001.10378125	21/03/2022 15:45	GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS	Documento de Comprovação
4058001.10378169	21/03/2022 15:45	318507773	Documento de Comprovação
4058001.10489060	31/03/2022 09:16	Juntada de resposta de ofício	Certidão
4058001.10489061	31/03/2022 09:16	Manifestação 1º CRI Maceió - resp. ofi 4058001.10233633	Documento de Comprovação
4058001.10675734	20/04/2022 10:17	Certidão - CNIB	Certidão
4058001.10675735	20/04/2022 10:17	CNIB positivo 00018465620054058001	Documento de Comprovação
4058001.10738491	04/05/2022 09:14	Citação	Expediente
4058001.10740694	04/05/2022 14:22	Intimação	Expediente
4058001.10743353	05/05/2022 00:00	Certidão de Retificação de Autuação	Certidão de retificação de autuação
4058001.10749746	06/05/2022 05:30	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação

4058001.11037032	05/07/2022 13:08	Certidão	Certidão
4058001.11037033	05/07/2022 13:08	E-mail para distribuir mandado	Documento de Comprovação
4058001.11122898	21/07/2022 15:56	Certidão de expediente físico	Certidão de expediente físico
4058001.11122899	21/07/2022 15:56	Mandado Citação, Penhora e Avaliação - Espólio Geraldo Bulhões Barros	Documento de Comprovação
4058001.11183981	02/08/2022 14:14	Intimação	Expediente
4058001.11184097	02/08/2022 14:29	Certidão de Redistribuição	Certidão
4058001.11203541	05/08/2022 08:59	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058001.11303463	22/08/2022 12:11	Certidão de decurso de prazo de citação sem manifestação	Certidão
4058001.11303491	22/08/2022 18:36	Ofício	Expediente
4058001.11311987	23/08/2022 14:43	Certidão de envio de expediente id 4058001.11303491.	Certidão
4058001.11451292	15/09/2022 17:49	Ofício resposta	Certidão
4058001.11451293	15/09/2022 17:49	8 vara Document	Documento de Comprovação
4058001.11454201	16/09/2022 16:18	Intimação	Expediente
4058001.11485661	23/09/2022 05:53	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058001.11529101	30/09/2022 15:02	pfn: concessão de prazo	Petição (outras)
4058001.11529102	30/09/2022 15:02	consulta débito	Documento de Comprovação
4058001.11580894	10/10/2022 11:09	Intimação	Expediente
4058001.11580901	10/10/2022 11:10	Sobrestamento por Convenção das Partes	Atos Eletrônicos
4058001.11580904	10/10/2022 11:10	Intimação de Sobrestamento por Convenção das Partes	Intimação Atos Eletrônicos
4058001.11597090	13/10/2022 17:30	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058001.11597092	13/10/2022 17:30	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058001.12130434	14/02/2023 00:16	Intimação	Expediente
4058001.12145814	16/02/2023 00:35	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058001.12257269	01/03/2023 10:57	PFN- Manifestação	Petição (outras)
4058001.12257270	01/03/2023 10:57	CRI MATS 770 73881 E 37395	Documento de Comprovação
4058001.12257274	01/03/2023 10:57	CRI MAT 16645	Documento de Comprovação
4058001.12257275	01/03/2023 10:57	CONSULTA DEBITO	Documento de Comprovação
4058001.12479814	24/03/2023 10:29	Certidão	Certidão
4058001.13046129	01/06/2023 09:55	Despacho Inspeção - 1165 - 8ª Vara - Inspeção ordinária 2023	Despacho Inspeção
4058001.13123676	14/06/2023 14:13	Intimação	Expediente
4058001.13123740	15/06/2023 09:16	Intimação	Expediente
4058001.13135905	16/06/2023 05:28	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058001.13416651	08/08/2023 15:11	Certidão de expediente físico	Certidão de expediente físico
4058001.13416652	08/08/2023 15:11	Mandado Penhora e Avaliação - Espólio Geraldo Bulhões Barros POSITIVO	Documento de Comprovação

4058001.13416668	08/08/2023 15:11	Auto de Penhora, Avaliação e Depósito - Espólio Geraldo Bulhões Barros (0001846-56.20005)	Documento de Comprovação
4058001.13416666	08/08/2023 15:11	1º Cartório - Recebimento email para registro (Espólio Geraldo Bulhões Barros)	Documento de Comprovação
4058001.13416716	08/08/2023 15:11	2 Cartório - Recebimento email para registro (0001946-56.2005)	Documento de Comprovação
4058001.13570784	04/09/2023 13:08	Comunicação do cartório	Certidão
4058001.13570785	04/09/2023 13:08	Comunicação do cartório	Documento de Comprovação
4058001.13672947	22/09/2023 11:19	Certidão de decurso de prazo de Intimação sem manifestação	Certidão
4058001.13672986	22/09/2023 11:25	Intimação	Expediente
4058001.13718264	29/09/2023 06:35	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058001.13748362	04/10/2023 14:30	PFN - requer leilão	Petição (outras)
4058001.14187353	11/01/2024 11:24	Resposta do cartório	Certidão
4058001.14187354	11/01/2024 11:24	Resposta do cartório	Documento de Comprovação
4058001.14397351	23/02/2024 15:21	Intimação	Expediente
4058001.14423190	28/02/2024 08:14	Certidão	Certidão
4058001.15027138	25/04/2024 15:05	Certidão	Certidão
4058001.15045207	30/04/2024 11:10	Certidão de expediente físico	Certidão de expediente físico
4058001.15045208	30/04/2024 11:10	Laudo de Reavaliação - Espólio Geraldo Henrique Barros (2 imóveis)	Documento de Comprovação
4058001.15045210	30/04/2024 11:10	Espólio Geraldo Bulhões Barros - Fotos Imóveis	Documento de Comprovação
4058001.15045212	30/04/2024 11:10	Espólio Geraldo Bulhões Barros - Mensagens WhatsApp	Documento de Comprovação
4058001.15271104	12/06/2024 16:37	Despacho Inspeção - 1759 - 8ª Vara - Inspeção ordinária 2024	Despacho Inspeção
4058001.15452038	14/07/2024 12:13	Certidão - Designação de leilão	Certidão
4058001.15452043	15/07/2024 13:58	Intimação	Expediente
4058001.15629848	20/08/2024 19:39	Certidão de expediente físico	Certidão de expediente físico
4058001.15761285	18/09/2024 14:36	Edital	Expediente
4058001.15782517	20/09/2024 13:31	Certidão de publicação de edital	Certidão de expediente físico
4058001.16114353	29/11/2024 16:25	Certidão de juntada	Certidão
4058001.16114355	29/11/2024 16:25	Petição de leilão negativo Processo 0001846-56 2005 4 05 8001	Documento de Comprovação
4058001.16114358	29/11/2024 16:26	Intimação	Expediente
4058001.16144310	06/12/2024 01:32	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058001.16191051	10/12/2024 12:28	PFN: alienação pelo COMPREI	Petição (outras)
4058001.16771223	24/03/2025 15:12	Intimação	Expediente
4058001.16824551	28/03/2025 04:18	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058001.17020734	10/04/2025 10:11	Intimação	Expediente
4058001.17081975	17/04/2025 00:24	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
12° VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
PROCESSO: **0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
GERALDO BULHOES BARROS	EXECUTADO
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS	EXECUTADO
RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME	EXECUTADO

Outros participantes
SEM REGISTROS

TERMO DE MIGRAÇÃO DE PROCESSO FÍSICO

Em cumprimento à Resolução Pleno nº 3, de 21 de março de 2018, procedo à inclusão do presente feito no sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJe, assegurando a conformidade da digitalização do processo físico às seguintes determinações da referida Resolução:

- utilização de funcionalidade específica para inserção das peças processuais digitalizadas;
- migração dos dados de autuação (número de registro do sistema físico, data de distribuição na Justiça Federal, etc.) e de movimentação;
- digitalização na íntegra do processo (exceto as execuções fiscais, de acordo com o Art. 5º, §1º da mencionada Resolução) ;
- compartimentação dos documentos conforme Anexo I da Resolução;
- cumprimento das regras de segredo do processo e do sigilo do documento, quando for o caso;
- verificação de não se tratar de nenhum dos casos previstos no art. 5o da Resolução;
- intimação dos advogados no processo físico acerca da digitalização dos autos e da necessidade de cadastramento no PJe, quando não houver nenhum advogado habilitado no sistema;
- confirmação da unidade de Tecnologia da Informação competente de que há recursos de armazenamento suficientes para acomodar os feitos que serão incluídos no sistema PJe.

Arapiraca, 20/07/2019

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAPIRACA
12ª VARA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL
FLS. 263
ALAGOAS

INSPEÇÃO ORDINÁRIA
Período de 25.02.2019 a 01.03.2019

Processo: **0001846-56.2005.4.05.8001**

(X) Processo em ordem.
( ) À conclusão.
( ) Vista à parte autora/exequente.
( ) Intime-se a parte ré/ executada.
( ) Intime-se o interessado a dar andamento ao feito, sob pena de extinção.
( ) Cobre-se a devolução do(s) mandado(s) de fls./ Id. _____.
( ) Cobre-se a devolução da(s) Carta(s) Precatória(s) de fls./Id._____.
( ) Reitere-se o(s) ofício(s) de fls./ Id. _____.
( ) Cumpra-se o(a) despacho/decisão/sentença de fls./Id. _____.
( ) Republique-se o(a) despacho/decisão/sentença de fls./Id. _____.
( ) Arquivem-se, após a baixa na Distribuição.
( ) Renumerem-se os autos a partir das fls./ Id. _____.
( ) Aponha-se etiqueta relativa à prescrição nos processos criminais na capa dos respectivos autos, conf. art.113 do Provimento nº. 01/2009 da Corregedoria Regional do TRF5.
(X) Mantenha-se o feito suspenso conforme Despacho/Decisão de fls./ Id. 252.
( ) Substitua-se a capa dos autos do(s) volume(s) _____.
( ) Mantenha-se o feito arquivado sem baixa na distribuição.
(X) Em tempo, promova a secretaria a digitalização e migração dos autos para o Sistema PJE, onde deverá o feito ter seu regular prosseguimento. Em seguida, intimem-se as partes nos autos físicos acerca da digitalização com o posterior arquivamento com baixa na distribuição, tudo nos moldes do art. 10, da Resolução nº 03/2018, do Pleno do TRF 5ª Região.
( ) _____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

Arapiraca, 25 de fevereiro de 2019.

ALOYSIO CAVALCANTI LIMA
Juiz Federal - 12ª Vara/AL

Procurador da República

Representante da OAB/AL

Processo: **0001846-56.2005.4.05.8001**
Assinado eletronicamente por:
PLINIO BARBOSA LEITE - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 20/07/2019 08:44:00
Identificador: 4058001.4974973
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
19072008430714900000005004438

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL Fls. 253 ALAGOAS

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que fora expedida Carta Precatória Intimatória (CPR.0012.000074-4/2015) da Fazenda Nacional, acerca da **SUSPENSÃO POR PRAZO INDETERMINADO** dos presentes autos conforme determinado no despacho retro.

Arapiraca, 09 de junho de 2015.

Walewska Ferreira Campos
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAPIRACA
12ª VARA FEDERAL

INSPEÇÃO ORDINÁRIA
Período de 25 a 29 de abril de 2016

EXECUÇÃO FISCAL

0001846-56.2005.4.05.8001

(X) Processo em ordem.
( ) Demora na juntada do expediente de fls._____.
( ) À conclusão.
( ) Vista à parte autora.
( ) Intime-se a parte ré.
( ) Intime-se o interessado a dar andamento ao feito, sob pena de extinção.
( ) Cobre-se a devolução do(s) mandado(s) de fls_____.
( ) Cobre-se a devolução da(s) Carta(s) Precatória(s) de fls._____.
( ) Reitere-se o(s) ofício(s) de fls.
( ) Cumpra-se o(a) despacho/decisão/sentença de fls ____
( ) Republique-se o(a) despacho/decisão/sentença de fls. _____.
( ) Arquivem-se, após a baixa na Distribuição.
( ) Renumerem-se os autos a partir das fls._____.
( ) Aponha-se etiqueta relativa à prescrição nos processos criminais na capa dos respectivos autos, conf. art.113 do Provimento nº. 01/2009 da Corregedoria Regional do TRF5.
( ) Substitua-se a capa dos autos do(s) volume(s) _____.
( ) Promova-se o cadastro do bem apreendido(fls._____) na forma do art.3º, §2º, da Resolução CNJ nº. 63/2008, apondo-se etiqueta identificadora na capa dos autos.
( ) Observar o cumprimento dos arts. 1ª e 3ª da Resolução CNJ nº. 66/2009, certificando-se nos autos o motivo da demora.
( ) Aponha-se etiqueta relativa à Meta 4 do CNJ na capa dos respectivos autos, quando se tratar de ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2012.
( ) Cadastre-se os advogados da parte executada conforme procuração de fls. ____
(X) Mantenha-se o feito suspenso por prazo indeterminado, em conformidade com o decisório retro.

Arapiraca, 26 de abril de 2016.

ALOYSIO CAVALCANTI LIMA
Juiz Federal - 12ª Vara/AL

Procurador da República

Representante da OAB/AL

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

255

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que fora expedido MANDADO (MAN.0012.000265-5/2016) para fins de INTIMAÇÃO da FAZENDA NACIONAL nos termos do item 5 do decisório que determinou a SUSPENSÃO POR PRAZO INDETERMINADO do presente feito.

Arapiraca, 14 de julho de 2016.

Roberta Jacinto Inojosa
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAPIRACA
12ª VARA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL
FLS. 256
ALAGOAS

INSPEÇÃO ORDINÁRIA

Período: 06 a 10 de março de 2017

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0001846-56.2005.4.05.8001

( ) Processo em ordem.
( ) Demora na juntada do expediente de fls._____.
( ) À conclusão.
( ) Vista à parte autora/exequente.
( ) Intime-se a parte ré/executado(a).
( ) Intime-se o interessado a dar andamento ao feito, sob pena de extinção.
( ) Cobre-se a devolução do(s) mandado(s) de fls. _____.
( ) Cobre-se a devolução da(s) Carta(s) Precatória(s) de fls. _____.
( ) Reitere-se o(s) ofício(s) de fls. _____.
( ) Cumpra-se o(a) despacho/decisão/sentença de fls. ____ .
( ) (Re)Publique-se o(a) despacho/decisão/sentença de fls. _____.
( ) Arquivem-se os autos após a baixa na Distribuição.
( ) Renumerem-se os autos a partir das fls._____.
( ) Substitua-se a capa dos autos do(s) volume(s) _____.
( ) Promova-se o cadastro do bem apreendido (fls._____) na forma do art.3º, §2º, da Resolução CNJ nº. 63/2008, apondo-se etiqueta identificadora na capa dos autos.
( ) Observar o cumprimento dos arts. 1º e 3º da Resolução CNJ nº. 66/2009, certificando-se nos autos o motivo da demora.
( ) Cadastre-se os advogados da parte executada conforme procuração de fls. ____.
( ) Diligencie a secretaria deste juízo acerca do julgamento dos Embargos/Recursos/Agravos
(X) Proceda a secretaria a ABERTURA DE NOVO VOLUME, em obediência ao Provimento nº 01 de 25 de março de 2009.
(X) Mantenham-se os presentes autos suspensos por prazo indeterminado, conforme decisório de fls. 252.

Arapiraca, 06 de março de 2017.

ALOYSIO CAVALCANTI LIMA
Juiz Federal – 12ª Vara/AL

Procurador da República

Representante da OAB/AL

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS – 12.ª VARA

PROCESSO N.º 0001846-56.2005.4.05.8001

TERMO DE ENCERRAMENTO DO 1º VOLUME

Em cumprimento ao Art. 1º, § 1º do Provimento nº 1, de 29 de novembro de 2000, do TRF 5ª Região, faço, nesta data, o encerramento do **VOLUME n.º 01** do processo nº **0001846-56.2005.4.05.8001**, o qual é finalizado com esta fl. de n.º **257** e que ora tramita na 12ª Vara Federal desta Seção Judiciária.

Arapiraca, 20 de Março de 2017.

Jadson Oliveira da Silva
Técnico Judiciário

NTO

2016
/2017
/2018
/2019
/2020

PRAZO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL

PROCESSO : 0001846-56.2005.4.05.8001 **PROT.** 11/05/2005
CLASSE : 99 EXECUÇÃO FISCAL **VARA:** 12 T
EXEQUENTE : FAZENDA NACIONAL (PROCURADOR - ELMA CARDOSO OLIVEIRA)
EXECUTADO : RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA E OUTROS (AL003186 - GILMAR COTRIM CAMERINO)
Redistrib. por atribuição-Remanejamento de Acervo em 17/06/2013 13:21
APENSADO AO : 0004143-10.2003.4.05.8000 vol. 2/2
OBJETOS : 03.04.04 - Contribuições Previdenciárias - Contribuições - Tributário

Execução Fiscal - Conselhos

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃ

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS - 12.ª VARA

PROCESSO N.º 0001846-56.2005.4.05.8001

TERMO DE ABERTURA DO 2º VOLUME

Em cumprimento ao Art. 1º, § 1º do Provimento nº 1, de 29 de novembro de 2000, do TRF 5ª Região, faço, nesta data, a abertura do **VOLUME n.º 02** do processo nº **0001846-56.2005.4.05.8001**, o qual é iniciado com esta fl. de n.º **259** e que ora tramita na 12ª Vara Federal desta Seção Judiciária.

Arapiraca, 20 de março de 2017.

Jadson Oliveira da Silva
Técnico Judiciário

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL FLS. 260 ALAGOAS

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que fora expedido MANDADO (MAN.0012.000221-0/2017) para fins de INTIMAÇÃO da FAZENDA NACIONAL nos termos do item 5 do decisório que determinou a SUSPENSÃO POR PRAZO INDETERMINADO do presente feito.

Arapiraca, 07 de julho de 20177.

Roberta Jacinto Inojosa
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇAO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
SUBSEÇAO JUDICIÁRIA DE ARAPIRACA
12ª VARA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL
FLS. 261
ALAGOAS

INSPEÇÃO ORDINÁRIA
Período de 16 a 20 de abril de 2018

Processo: **0001846-56.2005.4.05.8001**

(X) Processo em ordem.
( ) À conclusão.
( ) Vista à parte autora.
( ) Intime-se a parte ré.
( ) Intime-se o interessado a dar andamento ao feito, sob pena de extinção.
( ) Cobre-se a devolução do(s) mandado(s) de fls_____.
( ) Cobre-se a devolução da(s) Carta(s) Precatória(s) de fls. _____.
( ) Reitere-se o(s) ofício(s) de fls. _____.
( ) Cumpra-se o(a) despacho/decisão/sentença de fls. _____.
( ) Republique-se o(a) despacho/decisão/sentença de fls. _____.
( ) Arquivem-se, após a baixa na Distribuição.
( ) Renumerem-se os autos a partir das fls._____.
( ) Demora na juntada do expediente de fls._____.
( ) Aponha-se etiqueta relativa à prescrição nos processos criminais na capa dos respectivos autos, conf. art.113 do Provimento nº. 01/2009 da Corregedoria Regional do TRF5.
( ) Substitua-se a capa dos autos do(s) volume(s) _____.
(X) Mantenha-se o feito suspenso conforme Despacho/Decisão de fls. 252.
( ) _____

Arapiraca, 16 de abril de 2018.

ALOYSIO CAVALCANTI LIMA
Juiz Federal - 12ª Vara/AL

Procurador da República

Representante da OAB/AL

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 262

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que fora expedido Mandado (**MAN.0012.000078-3/2018**) para fins de Intimação da Fazenda Nacional, nos termos do iem 5 do decisório que determinou a SUSPENSÃO POR PRAZO INDETERMINADO do presente feito.

Arapiraca, 29 de novembro de 2018.

Jadson Oliveira da Silva
TÉCNICO JUDICIÁRIO

Processo: 0001846-56.2005.4.05.8001
Assinado eletronicamente por:
PLINIO BARBOSA LEITE - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 20/07/2019 08:44:00
Identificador: 4058001.4974975
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
19072008430714900000005004440

JUSTIÇA FEDERAL FLS 252 ALAGOAS

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

D E C I S Ã O

1. Destaco, primeiramente, que a parte exeqüente tem condições suficientes de acompanhar o cumprimento do acordo noticiado;

2. Destaco, ainda, que a verificação periódica do cumprimento do acordo de parcelamento é ônus do(a) promovente, atribuição esta que deve ser realizada pelos setores administrativos encarregados, e não repassada ao Poder Judiciário;

3. Sendo assim, **suspendo a execução do presente feito, por prazo indeterminado**, em face de adesão ao parcelamento pelo(a) demandado(a), devendo os autos permanecerem em cartório até nova manifestação da parte requerente;

4. Atente-se a parte autora que, em caso de adimplemento total do saldo devedor, faz-se necessário a comunicação da informação a este Juízo, de modo que seja possível a extinção do feito, procedimento que contribuirá com a celeridade da prestação jurisdicional e com a economia processual;

5. Passado 1 (um) ano do período suspensivo, sem que a exeqüente tenha se manifestado, intime-a, por meio de Carta Precatória, para que se pronuncie acerca da regularidade do pagamento das parcelas no prazo de 30 (trinta) dias. Estando o parcelamento em condições regulares, mantenha-se o feito suspenso, devendo a secretaria repetir a intimação na forma determinada neste item a cada lastro temporal de 1 (um) ano;

6. Porém, a ser informado o inadimplemento do parcelamento em epígrafe, e, não havendo a indicação de bens passíveis de penhora, determino desde já a suspensão do curso processual pelo prazo de 1 (um) ano, com fulcro no art. 40 da Lei nº 6.830/80;

7. Decorrido o prazo especificado no item anterior, e não havendo indicação de bens à penhora - não sendo requerida outra provicência pelo(a) exeqüente - ou, igualmente, havendo pedido de suspensão com a finalidade de efetuar diligências administrativas para a procura de bens do executado, arquivem-se os autos, sem baixa na distribuição, consoante determina o art. 40, § 2º, do mesmo diploma independentemente de nova intimação.

8. Já tendo ocorrido suspensão deste cardeno processual, nos termos do item 6, proceda-se imediatamente ao arquivamento dos autos, sem baixa, conforme determinação do art. 40, § 2º, da Lei de Execução Fiscal;

9. Intimações e providências necessárias.

Arapiraca, 02 de junho de 2015.

ALOYSIO CAVALCANTI LIMA
Juiz Federal

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

143

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

ATO ORDINATÓRIO

Autos encontram-se com vista a(o) FAZENDA NACIONAL, por 30 (trinta) dias, **em face da certidão de fls. 139**, cf. determinado no art. 87, inciso 19, do Provimento nº 01/2009 do TRF da 5ª Região.

Arapiraca, 15 de maio de 2014.

Mario Celio Bezerra de Lima
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

REMESSA FN

Remeto estes autos a(o)

Arapiraca, de de 20.

Mario Celio Bezerra de Lima
Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador Federal
Mat. [illegible]

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM ALAGOAS

16 MAIO 2014

Cicero Teodosio de Lima
Mat. 9.279

JUNTADA

Junto a estes autos, nesta data, o que adiante se vê

Pet. 6200382 5-7/2014

Arapiraca, 27 de 05 de 20 14.

Shayanne Karla Rocha Neto
Estagiária de Apoio Administrativo
Justiça Federal em Alagoas

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAPIRACA
RECEBIMENTO
Recebido nesta Data

23 MAI 2014

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 144
ALAGOAS

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM ALAGOAS

Processo nº 0001846-56.2005.4.05.8001
Exeqüente: União (Fazenda Nacional).

A União (Fazenda Nacional), pelo procurador que esta subscreve, tendo em vista a inexistência de qualquer causa de suspensão da exigibilidade dos créditos tributários, vem requerer que seja designada data para realização de leilão dos imóveis constritos constantes do Auto de Penhora de fls. 141, com vistas à satisfação do crédito exeqüendo.

Termos em que pede e espera deferimento.

Maceió, 20 de maio de 2014.

ANDRÉ GUSTAVO PASTL
Procurador da Fazenda Nacional

23MAI1415:07 620038257 12V 01845620054058001CA

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

JUSTIÇA FEDERAL Fls. 145 S ALAGOAS

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
19/05/2014 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 10:21:10

Credito: 318507773 CGC: 10.819.522/0001-73
Nome: **RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME**

Doc. de Origem..: **318507773 21/02/1994 =NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBIT**
Tipo de Credito.: **1** Dt. Cadastramento: **21/02/1994** Livro: **4** Folha: **028**
Dt. de Inscricao: **19/10/1994** RFB: **02.001.010** Orgao Inscr.: **02.200.000**
Periodo da Divida: **01/1991 a 01/1994** PRC Tramitacao: **02.200.801**

Fase: **792 RESCISAO/EXCLUSAO DE CREDITOS DE PARCELA** Dt. da Fase: **01/12/2009**

Principal:	52.628,25	A	E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	0,00		R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Multa de oficio:	0,00		H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	35.336,63		S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	168.968,37		F - Fund. Legal	
Encargo legal:	0,00			
T o t a l:	256.933,25			
Honorarios:	0,00			

Valores atualizados p/ 05/2014 em REAL
Credito nao possui Acao Judicial

XMIT ☐

GENARO

Versão 0.268.01D1

72.038
73.881

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL Fls. 146 ALAGOAS

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que *decorreu o prazo para oferecimento dos embargos à execução fiscal (consulta realizada no sistema TEBAS e Pje).*

Arapiraca, 27 de maio de 2014.

Manoel Belmiro Neto
DIRETOR(A) DE SECRETARIA

CONCLUSÃO

Faço conclusão destes autos ao MM. Juiz Federal, nesta data.

Arapiraca, 27 de maio de 2014.

Manoel Belmiro Neto
DIRETOR(A) DE SECRETARIA

DESPACHO

Defiro o pedido da exequente fls. 144 para fins de designação de datas para hasta pública do bem imóvel outrora penhorado (fls. 138/142).

Determino, também, a inclusão dos Srs. GERALDO BULHÕES BARROS GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕS, no sistema TEBAS, no pólo passivo da presente demanda, diante do decisório de fls. 74 (redirecionamento do presente executivo fiscal).

Intimações e providências necessárias.

Arapiraca, 27 de maio de 2014.

ROSMAR ANTONNI RODRIGUES CAVALCANTI DE ALENCAR
Juiz Federal

Poder Judiciário
Justiça Federal - 5a. Região
Seção Judiciária de Alagoas

Emitido em 04/06/2014 17:12

Termo de Retificação

JUSTIÇA FEDERAL Fls. 147

Em cumprimento do R. despacho de fls. _____, em Arapiraca, 4 de junho de 2014, é lavrado o presente termo, na forma abaixo:

Processo.....:	0001846-56.2005.4.05.8001
Classe do processo.....:	99 - EXECUÇÃO FISCAL
1. Data do Protocolo.....:	11/05/2005
2. Número de volumes.....:	1
3. Nro. do processo adm....:	318507773
4. Valor de execução.....:	R$ 1,00
5. Observações.....:	
6. Vara.....:	12 a. VARA FEDERAL - Juiz Titular
7. Tipo de distribuição.....:	Redistrib. por atribuição-Remanejamento de Acervo
8. Data/Hora distribuição....:	17/06/2013 13:21
9. Distr. lançada por.....:	Antônio José de Carvalho Araújo
10. Usuário ult. alteração....:	Flávia Rodrigues Leão Monteiro
11. Data última alteração....:	04/06/2014 16:46
12. Processo Prevento.....:	
13. Nro. inscrição C.D.A.....:	31850777-3

SEQ- Tipo Parte	Nome das Partes do Processo	Característica
1-EXEQÜENTE	FAZENDA NACIONAL	
2-PROCURADOR	ELMA CARDOSO OLIVEIRA	
3-EXECUTADO	RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA	
5-EXECUTADO	GERALDO HENRIQUE V DE B BARROS	
6-EXECUTADO	GERALDO BULHÕES BARROS	
4-ADVOGADO	SEM ADVOGADO	

Processo prioritário conforme lei nro. 10173/2001

Alterações:

04/06/2014 16:46 Parte incluso(a) com valor 'EXECUTADO: GERALDO BULHÕES BARROS'
04/06/2014 16:46 Parte incluso(a) com valor 'EXECUTADO: GERALDO HENRIQUE V DE B BARROS'

Para constar, lavro e assino o presente.

Diretor da Secretaria

Manoel Belmiro Neto
Diretor de Secretaria da 12ª Vara
Justiça Federal em Alagoas

148

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

CERTIDÃO

Certifico, nesta data, que em cumprimento ao despacho/decisão/sentença de fls. 146, expedi o(a) Mandado n.º MAN.0012.000462-0/2014. O referido é verdade e dou fé.

Arapiraca, 17 de junho de 2014.

Walewska Ferreira Campos
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

149

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

CERTIDÃO

Certifico, nesta data, que em cumprimento ao despacho/decisão/sentença de fls. 146, expedi o(a) Ofício n.º OFI.0012.000370-5/2014. O referido é verdade e dou fé.

Arapiraca, 17 de junho de 2014.

Walewska Ferreira Campos
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

150

OFI.0012.000370-5/2014/JF/AL

Arapiraca, 17 de junho de 2014.

Ilm° Senhor(a)
TABELIÃO (Ã) DO 1° REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS E HIPOTECAS DE MACEIÓ
Rua Doutor Luís Pontes de Miranda, n° 36, Ed. Delmiro Gouveia, 6° andar. Bairro Centro.
CEP: 57.020-150 - Maceió/AL

Assunto: **Solicitação de Certidão de Inteiro Teor para fins de hasta pública**

Senhor(a) Tabelião(ã),

De ordem do MM. Juiz Federal da 12ª Vara, **Dr. ROSMAR ANTONNI RODRIGUES CAVALCANTI DE ALENCAR**, nos autos da EXECUÇÃO FISCAL n.° **0001846-56.2005.4.05.8001,** movida pelo(a) EXEQÜENTE: FAZENDA NACIONAL contra o EXECUTADO: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA e outros, sirvo-me do presente, para solicitar de Vossa Senhoria os préstimos no sentido de fornecer, **no prazo de 05 (cinco) dias, Certidão de Inteiro Teor** atualizada do imóvel de **matrícula 73.881**, deste Cartório.

Atenciosamente,

Manoel Belmiro Neto
Diretor(a) de Secretaria – 12ª Vara

JUNTADA

Junto a estes autos, nesta data, o que adiante se vê
Pet. 62004199-1/2014

Arapiraca, 02 de 07 de 20 14.

Shayanne

Shayanne Karla Rocha Neto
Estagiaria de Apoio Administrativo
Justiça Federal em Alagoas

Ag. devr. mand. 14

151
S

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE ALAGOAS
1º REGISTRO DE IMÓVEIS E HIPOTECAS DE MACEIÓ
STÉLIO DARCI CERQUEIRA DE ALBUQUERQUE
OFICIAL DO REGISTRO, NA FORMA DA LEI, ETC

04JUN1414:48 620041991 12V 01846562005405800

Ofício nº. 1657/2014
Prot. Aux Nº. 161.488

Maceió, 13 de maio de 2014.

Senhor Juiz,

Em meu poder o **MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO Nº. 0012.000144-4/2014,** emitido por essa MM. Vara, datado de 13 de fevereiro de 2014 e recebido em 29 de abril de 2014, extraído dos autos da Ação de Execução Fiscal nº. 0001846-56.2005.4.05.8001, tendo como Exeqüente: **FAZENDA NACIONAL**, e Executado: **RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA**., de cujo teor tomei conhecimento, tendo-o protocolado sob nº. 416.775, Livro 1 BR, Fls. 166V.

Encontro dificuldades em atender o ali posto, vez que do Mandado de Penhora e Avaliação, constam 02 (dois) imóveis a serem penhorados, (matriculas nºs. 77.058 e 73.881). No entanto do auto de penhora consta apenas a penhora do imóvel de matricula nº. 73.881

Diante destes fatos, fico no aguardo de instruções de Vossa Excelência para atender ao que me foi solicitado.

Respeitosamente,

OFICIAL

A Sua Excelência o Senhor,
JUIZ FEDERAL DA 12ª VARA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

Arapiraca/AL

152

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

CONCLUSÃO

Faço conclusão destes autos ao MM. Juiz Federal, nesta data.

Arapiraca, 04 de julho de 2014.

Wesley Mazoni da Silva
ANALISTA JUDICIÁRIO

DESPACHO

Face os termos do ofício de fl. 151, oriundo do Cartório do 1° Registro Geral de Imóveis e Hipotecas de Maceió, oficie-se imediatamente a esse cartório extrajudicial esclarecendo-lhe que o imóvel cuja penhora deve ser registrada é o de matrícula 73881, uma vez que foi único com penhora levada a efeito pelo oficial de justiça, conforme se verifica do auto de penhora exarado neste feito e também encaminhado àquele expediente extrajudicial.

Solicite-se ao cartório supramencionado o cumprimento do registro da penhora com a máxima urgência – face a proximidade da hasta pública do imóvel - , bem como a remessa da certidão de inteiro teor do referido bem, conforme já requerido por meio do expediente de fl. 150, o qual deverá seguir anexo ao novo ofício, juntamente com o auto de penhora de fl. 141.

Arapiraca, 04 de julho de 2014

ROSMAR ANTONNI RODRIGUES CAVALCANTI DE ALENCAR
Juiz Federal

Recebido em 07 / 14

Waldwska Ferreira Campos
Técnica Judiciária - Mat. AL 505

Exp. ofício

153

JUNTADA

Junto a estes autos, nesta data, o que adiante se vê

AR. OFÍ 370-5/2014

Arapiraca, 17 de 07 de 2014.

Walewska Ferreira Campos
Técnica Judiciária - Mat. AL 608
Justiça Federal em Alagoas

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / *DESTINATAIRE*

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / *NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE*

Tabeliao cível do 1º Registro Geral de Imóveis e Hipotecas

ENDEREÇO / *ADRESSE*

Rua Doutor Luiz Ponte de Miranda, 36, Ed. Delmiro Gouveia

CEP / *CODE POSTAL*	CIDADE / *LOCALITÉ*	UF	PAÍS / *PAYS*
57.020-150	Maceio	AL	Brasil

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / *DISCRIMINACION*

OFI. 0012.000340-5/2014/JF/AL CF)

Proc nº. 0001846-56.2005.4.05.8001

NATUREZA DO ENVIO / *NATURE DE L'ENVOI*

- ☐ PRIORITÁRIA / *PRIORITAIRE*
- ☐ EMS
- ☐ SEGURADO / *VALEUR DÉCLARÉ*

ASSINATURA DO RECEBEDOR / *SIGNATURE DU RECEPTEUR*

Ezequiel de O. Lima

DATA DE RECEBIMENTO / *DATE DE LIVRATION*

30/06/14

CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO / *BUREAU DE DESTINATION*

CDD MACEIO
30 JUN 2014
AL

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / *NOM LISIBLE DU RECEPTEUR*

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

966 036 /AL

RUBRICA E MATRÍCULA DO EMPREGADO / *SIGNATURE DU PRÉPOSÉ*

Jaime Lopes da Silva
Mat. 8.025.983-9
Agente de Correios
Carteiro

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / *ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS*

75240203-0 EC0463 / 16 114 x 186 mm

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL 154 ALAGOAS

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

CERTIDÃO

Certifico, nesta data, que em cumprimento ao despacho/decisão/sentença de fls. 152, expedi o(a) Ofício n.º OFI.0012.000409-3/2014. O referido é verdade e dou fé.

Arapiraca, 17 de julho de 2014.

Walewska Ferreira Campos
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

155

OFI.0012.000409-3/2014/JF/AL

Arapiraca, 17 de julho de 2014.

Ilmº Senhor(a)
TABELIÃO (Ã) DO 1º REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS E HIPOTECAS DE MACEIÓ
Rua Doutor Luís Pontes de Miranda, nº 36, Ed. Delmiro Gouveia, 6º andar. Bairro Centro.
CEP: 57.020-150 - Maceió/AL

Assunto: **Registro da Penhora e envio da Certifão de Inteiro Teor**

Senhor(a) Tabelião(ã),

De ordem do MM. Juiz Federal da 12ª Vara, **Dr. ROSMAR ANTONNI RODRIGUES CAVALCANTI DE ALENCAR**, nos autos da EXECUÇÃO FISCAL n.º **0001846-56.2005.4.05.8001,** movida pelo(a) EXEQÜENTE: FAZENDA NACIONAL contra o EXECUTADO: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA e outros, sirvo-me do presente para solicitar a V. Sa que providencie com a **MÁXIMA URGÊNCIA** o **registro da penhora do imóvel de matrícula 73.881** e o **envio da Certidão de Inteiro Teor do referido imóvel**, outrora já solicitada.

ANEXOS: Despacho de fls. 152, Ofício de fls. 150 de 17/06/2014 e Auto de Penhora de fls. 141.

Atenciosamente,

Manoel Belmiro Neto
Diretor(a) de Secretaria – 12ª Vara

JUNTADA

Junto a estes autos, nesta data, o que adiante se vê

Tut. 6200538-0/2014

Arapiraca, 28 de 07 de 20 14.

Shayanne

Shayanne Karla Rocha Neto
Estagiária de Apoio Administrativo
Justiça Federal em Alagoas

pend. leilão
mura Wal

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE ALAGOAS
1º REGISTRO DE IMÓVEIS E HIPOTECAS DE MACEIÓ
STÉLIO DARCI CERQUEIRA DE ALBUQUERQUE
OFICIAL DO REGISTRO, NA FORMA DA LEI, ETC

156
S

Ofício nº. 2392/2014

Maceió, 01 de julho de 2014.

Senhor Juiz,

Em atenção ao **OFI.0012.000370-5/2014/JF/AL,** emitido por vossa Excelência, datado de 17 de junho de 2014 e recebido em 01 de julho de 2014, extraído dos autos da execução fiscal nº 0001846-56.2005.4.05.8001, tendo como EXEQUENTE: **FAZENDA NACIONAL** e EXECUTADO: **RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA**, de cujo teor tomei conhecimento.

Em atendimento ao que me foi solicitado, segue em anexo cópia atualizada da matrícula nº 73.881.

Ficam ressalvados vários livros existentes neste 1º Registro de Imóveis, que não podemos dar melhores informações em virtude dos mesmos se encontrarem totalmente dilacerados pela ação do tempo.

Respeitosamente,

OFICIAL.
João Toledo de Albuquerque
Oficial Substituto

23/07/2014 12:18 8200053680 12V 01846562005405601

A Sua Excelência, o Senhor
JUIZ FEDERAL DA 12ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
Arapiraca/AL

157
S

LIVRO 2 · REGISTRO GERAL

1º REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS DE MACEIÓ-AL.

Stélio Dario Gonçalves de Albuquerque
OFICIAL

MATRÍCULA 73881 | FICHA 01 | DATA

Maceió, 13 de Março de 1992.

IMÓVEL: APARTAMENTO SOB Nº 924, PENT'HOUSE MASTER, TIPO "M", componente do **EDIFICIO MACEIÓ DOUBLE REVERSE FLAT,** situado na Avenida Álvaro Otacilio nº 4065, no bairro de Jatiuca, nesta cidade, encravado no 9º e 10º Pavimento do citado Edificio, com os seguintes cômodos; sala, circulação, uma suite com sanitario, dois quartos, um sanitario, três varandas e escada no pavimento inferior (nono). sala, sanitario, cozinha, adega, terraço, deck, piscina e jardim no pavimento superior (decimo).,com área privativa de 209,59m², área comum 170,04m², área total 379,63m² e fração ideal de terreno 130,12340; edificado em terreno proprio que mede 64,00ms de frente para a Avenida Álvaro Otacilio, lado direito com 137,60ms para terrenos de propriedade de Antonio Nogueira Júnior e Cecilia da Silva Nogueira; fundos com 60,00ms para a Rua Jose Pontes de Magalhães (Conjunto Santa Cecilia) e lado esquerdo com 115,75ms para o Loteamento Stella Maris.

PROPRIETARIA: CST EXPANSÃO URBANA S.A., Firma Nacional com sede em Salvador, inscrita no CGC sob nº 13.527.858/0001-50.

REGISTRO ANTERIOR: Livro 02 Registro Geral ficha 01 R.2-43.668, em 12 de Janeiro de 1990 e Averbação de Construção AV.225- 43.668, em 13 de Março de 1992.

Maceió, 13 de Março de 1992. Eu. Maria de Lourdes Antunes, escrevente a datilografei. O OFICIAL:

João Toledo de Albuquerque
Oficial - Substituto

R$56,53

2037

AV.1-73.881 - Protocolo nº 214.167 - (ALTERAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL) - Certifico a requerimento datado de 05.07.2000, feito pela CST-EXPANSÃO URBANA LTDA., com sede na cidade de Salvador-Ba, CGC nº 13.527.858/0001-50, representada por Rômulo Ribeiro Cardoso e José Ernesto Silva Gonzalez, conforme contrato social, arquivado neste registro, para fazer constar a nova denominação da CST-EXPANSÃO URBANA S/A, em virtude de transformação da mesma de sociedade Anônima para Sociedade por Cota de Responsabilidade Limitada, na forma do ato de transformação e pelo Contrato Social datado de 05.06.95, registrado na Junta Comercial do Estado da Bahia em 19.07.95, para **CST-EXPANSÃO URBANA LTDA.** Tudo de acordo com os documentos arquivados neste registro. Maceió, 18 de julho de 2000. Escrevente Autorizado: Ozana dos Santos

R.2-73.881 - Protocolo nº 214.168 - (COMPRA E VENDA) - ADQUIRENTE: GERALDO BULHÕES BARROS, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF nº 003.593.434-49, residente nesta cidade. TRANSMITENTE: CST-EXPANSÃO URBANA LTDA., com sede em Salvador-Ba., inscrita no CGC nº 13.527.858/0001-50, no ato representada por seus gerentes delegados, José Ernesto Silva Gonzalez, brasileiro, separado judicialmente, administrador de empresas, CPF 220.196.265-00 e José Rivaldo Pacheco Júnior, brasileiro, separado judicialmente, engenheiro civil, CPF 422.111.405-30, residentes e domiciliados em Salvador-Ba. ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA, PAGA E QUITAÇÃO, lavrada em 03.05.2000, no Cartório do 6º Ofício de Notas da Comarca de Salvador-Ba., no Livro 733, fls. 031. VALOR DO CONTRATO: R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) em 15.12.1995, quantia total essa já recebida anteriormente. Pago o imposto de transmissão inter vivus, conforme guia de ITBI Nº 077456, anexa a escritura. Da escritura consta que: foram apresentadas as certidões dos feitos ajuizados a que se refere a Lei nº 7.433 de 18.12.85; foram apresentados os cinco últimos exercícios financeiros do IPTU quitados e foi dispensada pelo comprador a apresentação da certidão de quitação do IPTU, responsabilizando-se por quaisquer débitos fiscais ante à Prefeitura Municipal de Maceió-AL; quite com o condomínio; declara a vendedora através de seus

OBS: Encontra-se neste 1º Registro para cumprir exigência, Um Mandado de Registro de Penhora, sob o Prot. Aux. nº 132.962/12, do Juiz da 2ª Vara da Justiça do Trabalho, extraído do processo nº 0093200-61.2007.5.19.0002 e Um Mandado de Penhora e Avaliação, sob o Prot. Aux. nº 161.488/14, do Justiça Federal 12º Vara da Comarca de Arapiraca-AL, extraído do processo nº 0001846-56.2005.4.05.8001. referente ao imóvel constante da matrícula acima.

representantes, sob pena de responsabilidade civil e penal, que deixou de apresentar a CND do INNS, por ter como objetivo a venda e compra de imóveis e que o imóvel objeto da presente, não faz parte do seu ativo permanente. Maceió, 18 de julho de 2000. Escrevente Autorizado: Ozana dos Santos.

R.978 F.138

AV.3-73.881 – Protocolo nº 219.702 – (ADTIVO)- Certifico em vista da ESCRITURA PÚBLICA DE RETI/RATIFICAÇÃO DA ESCRITURA DE VENDA E COMPRA., PAGA E QUITAÇÃO, lavrada em 13.10.2000, nas notas do 6º Ofício de Notas de Salvador- BA, no Livro nº 744, fls 139, figurando como Outorgantes e Reciprocamente Outorgados Reti- Ratificantes; GERALDO BULHÕES BARROS, brasileiro, divorciado, empresário, CPF nº 003.593.434-49, residente e domiciliado nesta cidade e a CST-EXPANSÃO URBANA LTDA, empresa com sede em Salvador- BA, CGC nº 13.527.858/0001-50, no ato representada por seus gerentes delegados, José Ernesto Silva Gonzalez, brasileiro, separado judicialmente. Administrador de empresas, CPF nº 220.196.265-00 e José Rivaldo Pacheco Júnior, brasileiro, separado judicialmente, engenheiro civil, CPF Nº 422.111.405-30, residentes e domiciliados em Salvador- BA. Pelos Outorgantes e Reciprocamente Outorgados Reti-Ratificantes, foi dito o seguinte: As partes celebraram a Escritura de Compra e Venda, Paga e Quitação, com a qual a Outorgante Vendedora visou atender solicitação do Outorgado Comprador, muito embora as partes tivessem pleno conhecimento de um débito existente relativamente ao referido imóvel para com o condomínio. Ocorre que por um lapso na elaboração da referida escritura, constou do seu texto encontrar o apartamento quite com o condomínio, assim por esta escritura e na melhor de direito, vêm as partes retificar o instrumento Público de Compra e Venda a que se refere o R.2-73.881, para excluir do seu texto a aludida declaração de quitação com as taxas condominiais do imóvel acima. Pelo comprador foi dito que concorda com os termos da presente escritura, reconhecendo a existência de débito junto ao CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO MACEIÓ DOUBLE REVERSE FLAT, em relação as taxas condominiais, cabendo-lhe com exclusividade a responsabilidade pela sua negociação e pagamento perante o condomínio. As partes retificam todos os termos da escritura ora reti- ratificada, que não tenham sido expressamente modificadas, passando a presente fazer parte integrante e inseparável, daquela, afim de que ambas juntas, produzam um só efeito de direito. Maceió, 26 de março de 2001. Escrevente Autorizado: Maria Suely Correia de Vasconcelos

R.1014 447

R.4-73.881 - Protocolo nº 256.548- (CERTIDÃO DE PENHORA) - O imóvel acima, de propriedade de GERALDO BULHÕES BARROS, fica penhorado conforme Certidão, extraida dos autos de Cobrança, Proc. nº 001.97.496-7, proposta por CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO MACEIÓ DOUBLE REVERSE FLAT (MÉLIA), contra a RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA, processada na 1ª Vara Cível de Feitos Não Privativos. Que aos 06 dias do mês de maio de 2004, teve seu Termo de Penhora em cumprimento ao despacho do MM. Juiz da 1ª Vara Civel de Feitos Não Privativos, Dr. Ivan Vasconcelos Brito Júnior. Fiel Depositário do bem o sr. GERALDO BULHÕES BARROS, portador do CPF nº 003.593.434-49. Valor da causa da referida ação corresponde a R$ 24.554,52. A referida Certidão de Penhora, foi fornecida em 04.06.2004, e estava devidamente assinada pela escrivã titular, Irene Beatriz Pessoa Franco. Maceió, 14 de setembro de 2004. Escrevente Autorizada: Jacqueline Barbosa Freitas de Amorim

R.1188 F.2315

cont. na ficha 02

R.5-73.881 - Protocolo nº 294.010 - (MANDADO DE PENHORA)- O imóvel acima, de propriedade de Geraldo Bulhões Barros, fica penhorado conforme MANDADO DE REGISTRO DE PENHORA DE BEM IMÓVEL- Mandado nº 669/2007, extraído dos autos da Reclamação Trabalhista nº 01586-2005-009-19-00-0, movida pelo Exequente: MARCELO SANTA FÉ TODARO, contra o Executado: RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA (Geraldo Bulhões Barros); processado na 9ª Vara do Trabalho de Maceió. Valor da Causa: R$ 19.416,04. Avaliação do imóvel: R$ 500.000,00. Que aos 23 dias do mês de junho do ano de 2007, teve seu auto de penhora e avaliação, em cumprimento ao mandado expedido pelo MM. Dr. Juiz da 9ª Vara do Trabalho de Maceió. O referido Mandado foi fornecido em 22.08.2007 e estava devidamente assinada pela Dra. Adriana Maria C. de O. Lima, Juíza do Trabalho Substituta. Maceió, 28 de setembro de 2007. Escrevente Autorizada: Maria José Conceição dos Santos

R/136 F 184

AV.6-73.881 - Protocolo nº 324.108 - Certifico que fica averbado neste Cartório, o Ofício nº 01222/2009/2ªVT-MA, datado de 10.08.2009, Poder judiciário - Justiça do Trabalho- TRT da 19ª Região - 2ª Vara do Trabalho de Maceió, do Dr. Sérgio Roberto de M. Queiroz, Juiz da 2ª VT de Maceió, onde o mesmo determina nos Autos da reclamação trabalhista nº 02284-1997-002-19-00-0, entre partes Reclamante: LUCILO ANDERSON DE MESQUITA e como Reclamado: RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA, se abster de efetuar qualquer transferência do imóvel acima, em nome de GERALDO BULHÕES BARROS, CPF nº 003.593.434-49. Tudo de acordo com o documento arquivado neste registro. Maceió, 11 de setembro de 2009. Escrevente Autorizado: Jorge do Santos

R/505 F 191

R.7-73.881 - Protocolo nº 323.468 - (MANDADO DE PENHORA) - O imóvel acima, fica penhorado conforme MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO- Mandado nº 585/2009, Número Diligência: 49817 e MANDADO DE REFORÇO DE PENHORA- Mandado nº 58/2010, Número Diligência: 68464 - Processo nº 0125000-58.2008.5.19.0007, em que figura como Exequente: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO e como Executado: GERALDO BULHÕES BARROS, processado no Poder Judiciário - Justiça do Trabalho - 7ª Vara do Trabalho de Maceió/Al, para integral pagamento da dívida, no montante de R$ 131.317,45, total atualizado até 18.06.2009. Que aos 29 dias do mês de março do ano de 2010, teve seu Auto de Penhora e Avaliação, em cumprimento ao mandado expedido pelo MM. Dr. Juiz da 7ª Vara Trabalho. O imóvel foi avaliado em R$ 200.000,00. Os referidos Mandados foram expedidos em 18.06.2009 e 05.02.2010 e estavam devidamente assinados pela Drª Verônica Guedes de Andrade pelo Dr. Luis Fernando S. de Carvalho, Juízes do Trabalho Substitutos. Maceió, 23 de abril de 2010. Escrevente Autorizado: Adriana Barbosa Freitas de Oliveira

R/562 F 493

R.8-73.881 - Protocolo nº 333.553 - (MANDADO DE PENHORA) - O imóvel acima, fica penhorado conforme MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO- Mandado nº 56/2010, Número Diligência: 68147 - Processo nº 0117800-28.2002.5.19.001, em que figura como Exequente: REGINALDO COSTA PINTO e como Executado: GERALDO BULHÕES BARROS (sócio da Radio Cultura de Arapiraca - Radio Maceió FM), Processado no Poder Judiciário - Justiça do Trabalho - 1ª Vara do Trabalho de Maceió/Al, para integral pagamento da dívida, no montante de R$ 43.306,99, total atualizado até 31.03.2008. Que aos 15 dias do mês de março do ano de 2010, teve seu Auto de Penhora e Avaliação, em cumprimento ao mandado expedido pelo MM. Dr. Juiz da 1ª Vara Trabalho de Maceió/AL. Fornecido Ofício por este Cartório, comunicando que não consta o nome do fiel depositário, e determinado o registro da penhora por Ofício nº 1000/2010-1ª Vara, datado de

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

EXECUÇÃO FISCAL
0000033-81.2011.4.05.8001

CERTIDÃO

Certifico, nesta data, que em cumprimento ao despacho/decisão/sentença de fls. 146 , expedi o(a) Edital n.º EDT.0012.000075-4/2014. O referido é verdade e dou fé.

Arapiraca, 30 de julho de 2014.

Walewska Ferreira Campos
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

EDITAL DE LEILÃO E DE INTIMAÇÃO
EDT.0012.000075-4/2014

Venda à vista ou parcelada

JUIZ FEDERAL: ROSMAR ANTONNI RODRIGUES CAVALCANTI DE ALENCAR
DIRETOR DE SECRETARIA: MANOEL BELMIRO NETO
LEILOEIRO OFICIAL: FERNANDO GUSTAVO ALENCAR DE ALBUQUERQUE LINS
(PORT Nº 01/2007 – PUB DO/AL22/02/07-PG 57) Tel. 3033-4137 / 9982-4509.
Site: www.albuquerquelins.com - E-mail: fernandogustavo@uol.com.br
DATAS:
1ª PRAÇA: 15 (quinze) de AGOSTO de 2014, às 9:00 h - PELO VALOR DA AVALIAÇÃO
2ª PRAÇA: 29 (vinte e nove) de AGOSTO de 2014, às 9:00 h - POR QUALQUER VALOR, EXCETO O PREÇO VIL
LOCAL: AUDITÓRIO DA JUSTIÇA FEDERAL – Av. Menino Marcelo – Serraria – Nesta

O Excelentíssimo Senhor Doutor ROSMAR ANTONNI RODRIGUES CAVALCANTI DE ALENCAR, Juiz Titular da 12ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Arapiraca, na forma da lei, etc.

FAZ SABER a tantos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que a Vara supramencionada levará à venda em arrematação pública, através de LEILÃO "ON LINE" (pela internet) e através de LEILÃO PRESENCIAL, nas datas, locais e condições previstas neste edital, os bens penhorados nos autos das ações adiante relacionadas.

DA REGULAMENTAÇÃO E DAS REGRAS DO LEILÃO ELETRÔNICO 'ON LINE' PELA INTERNET

O Leilão "on Line" (através do meio eletrônico da internet) será realizado de conformidade com a Portaria nº 02/2008/RACJ/JF/5ª Vara/AL, de 25/03/2008, observadas as diretrizes e recomendações da Resolução nº 92 de 18 de dezembro de 2009 do Conselho da Justiça Federal, e deverá atender aos requisitos de ampla publicidade, autenticidade e segurança,, inclusive com a observância das regras estabelecidas na legislação sobre a certificação digital; devendo também oferecer aos usuários cadastrados um acesso simples e ágil, facilitando a arrematação de bens mesmo que o interessado não se possa fazer presente no local da realização da hasta pública tradicional.

É importante ressaltar que esta Vara Federal - 12ª VF/AL - adota para a referida hasta pública a Portaria nº 02/2008/RACJ/JF/5ª Vara/AL, de 25/03/2008, pois não possui regulamentação própria para tal fito, dada a sua iminente instalação em 24/05/2013.

DOS ÔNUS DO ARREMATANTE:

Correrá por conta do arrematante os seguintes PAGAMENTOS e/ou APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS nos locais abaixo indicados:

I – NO ATO DO LEILÃO (obrigatórios para homologação da arrematação):

1) NA CEF-PAB/JUSTIÇA FEDERAL:
1. a) Depósito do valor do lanço integral, ou de 20% sobre o valor do lanço.
1. b)Comissão de leiloeiro correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do lanço;

II – APÓS O LEILÃO (obrigatórios para expedição da carta de arrematação):

1) NA CEF/PAB/JUSTIÇA FEDERAL: custas judiciais de 0,5% (meio por cento) do respectivo valor do lanço com mínimo de R$ 10,64 e máximo de R$ 1.915,38;
2) NA PREFEITURA MUNICIPAL: ITBI - Imposto de Transmissão de Bens Imóveis;
3) NA S.P.U. – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO: Laudêmios, ou seja, pagamento ao senhorio direto, nos casos de enfiteuse (domínio útil sobre imóveis), se houver;

III – APÓS O RECEBIMENTO DA CARTA DE ARREMATAÇÃO (obrigatórios para entrega do(s) bem(ns) e/ou imissão de posse):

1) NO CARTÓRIO DE IMÓVEIS e/ou no DETRAN (no caso de veículos) – emolumentos para:
   a) baixa da penhora relativa apenas ao processo em que ocorrer a arrematação;
   b) registro da Carta de Arrematação;
   c) averbação de construções não registradas pelo proprietário anterior;
   d) constituição da hipoteca legal, no caso de arrematação parcelada sobre bens imóveis e/ou veículos.
2) NO CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS – emolumentos para constituição do penhor legal, no caso de arrematação parcelada sobre bens imóveis e/ou veículos.
3) NA PROCURADORIA DO EXEQUENTE – Termo de Parcelamento da Arrematação, quanto for o caso.

IV – TAXAS E VALORES CÍVEIS DE NATUREZA REAIS E NÃO TRIBUTÁRIAS, tais como as TAXAS DE CONDOMÍNIO, foros e laudêmios são de responsabilidade do adquirente.

DOS DOCUMENTOS E DADOS NECESSÁRIOS PARA CADASTRO DE ARREMATANTES (cf. transcrição da Portaria nº 04/2006/RACJ/JF/5ª Vara/AL):

"DETERMINAR que todo aquele que arrematar algum bem em leilão judicial realizado por esta 12ª Vara deve fornecer os números de seus telefones (residencial, comercial e celular); o original do instrumento de mandato, com poderes específicos, quando se tratar de mero procurador ou preposto do arrematante; bem como cópias dos seguintes documentos:

I – No caso de ser o arrematante pessoa física:

a) Carteira de Identidade (RG) ou documento equivalente (documento de identidade expedido por Entidades de Classe, tais como OAB, CREA, CRM etc, ou pelas Forças Armadas do Brasil);
b) Cadastro de Pessoa Física (CPF);
c) RG, ou documento equivalente, e nome e CPF do cônjuge, se for o caso;
d) Comprovante de Residência em nome do arrematante (contas de água, luz ou telefone);
e) Endereço de e-mail (se tiver).

II – No caso de ser o arrematante pessoa jurídica:
a) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
b) Contrato Social, até a última alteração, ou Declaração de Firma Individual;

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

c) Carteira de Identidade (RG) ou documento equivalente (documento de identidade expedido por Entidades de Classe, tais como OAB, CREA, CRM etc, ou pelas Forças Armadas do Brasil) e Cadastro de Pessoa Física (CPF) do representante legal ou do preposto da pessoa jurídica arrematante;
d) Endereço de e-mail (se tiver).

DETERMINAR que todos os documentos acima mencionados sejam reunidos e apresentados pelo arrematante, ou seu procurador, ao leiloeiro ou ao(à) funcionário(a) do Setor de Leilões especialmente designado(a) para tal fim, presente no local de realização da hasta pública, quando do pagamento do valor da arrematação ou da respectiva caução, no caso de pagamento a prazo, ficando consignado no respectivo recibo a apresentação dos aludidos papéis.

DETERMINAR que o não cumprimento das disposições desta Portaria acarretará o desfazimento da arrematação, salvo se até às 18:00 horas do primeiro dia útil subseqüente à realização do leilão o arrematante, ou seu procurador, apresentar junto ao Setor de Leilões desta 12ª Vara Federal as cópias dos documentos faltantes."

DAS DESPESAS E MULTAS:

O executado ou o remitente, em caso de remição da execução, pagamento ou parcelamento dos débitos efetivados nos 5 (cinco) dias úteis que antecederem a 1ª ou a 2ª praças do leilão, deverá depositar em juízo, os seguintes valores:
a) custas processuais: 1% (um por cento) sobre o valor da causa atualizado (com valor mínimo de R$ 10,65 e máximo de R$ 1.915,38); e
b) comissão do leiloeiro: 2% (dois por cento) sobre o menor dos seguintes valores:
(i) montante do débito exeqüendo constante do edital de leilão, e
(ii) valor atribuído ao (s) bem (ns) na última avaliação, também constante no edital de leilão, limitada tal comissão ao mínimo de R$ 100,00 e ao máximo de R$ 10.000,00.

DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O CASO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERECÍVEL E INFLAMÁVEL:

Cabe em função disso, a adoção de certas medidas que asseguram tanto a regularidade do procedimento licitatório quanto a escorreita manipulação do referido material: a) a arrematação total ou parcial do material supracitado só poderá ocorrer mediante pagamento "à vista", vedando-se a arrematação parcelada dos referidos bens; b) só poderá arrematar pessoa jurídica autorizada a comercializar combustíveis automotivos, regularmente inscrita junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e devidamente registrada na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)[1e2] c) ficará a cargo do(a) arrematante o recolhimento do combustível em veículo(s) automotor(es) dotado(s) de cilindro capaz de acondicionar líquido inflamável (caminhão-tanque), devidamente guiado(s) por motorista(s) habilitado(s) e aprovado(s) em curso de treinamento específico para condutores de veículos rodoviários transportadores de produtos perigosos (MOPP)[3].
[1] Cf. Portaria ANP nº 116/2000.
[2] A documentação comprobatória dos requisitos fixados no item "b" deverá ser apresentada pelo(s) licitante(s) interessado(s) ao Leiloeiro Oficial na data do leilão, antes do apregoamento do respectivo lote.
[3] Cf. Resolução CONTRAN nº 168/2004.

DAS ADVERTÊNCIAS:

1 – Caso o(s) executado(s), corresponsável(is) e cônjuges(s), se casado(s) for(em), não possua(m) advogado

constituído nos autos, e esteja(m) em local incerto e não sabido, ou que ainda não seja(m) localizado(s) em seu atual endereço, fica(m) desde já intimado(s) por esse EDITAL, como também os terceiros interessados, para, querendo, habilitarem-se.

2 - Havendo interposição de embargos à arrematação, poderá o arrematante requerer a desistência da aquisição, caso em que o juiz determininará de imediato a liberação do depósito e da comissão do leiloeiro, conforme preceitua o art. 746, §§ 1° e 2°, c/c art. 691, § 1°, inciso IV, todos do CPC.

3 - Os bens acima relacionados têm como depositário os próprios executados, em sua maioria, em seus respectivos endereços e serão fotografados (na medida do possível) e disponibilizados ao público no *site* deste Juízo e do Leiloeiro Público Oficial (se o caso).

4 – No leilão realizado na 1ª praça os bens disponíveis só poderão ser arrematados por preço igual ou superior ao valor da avaliação.

5 – No leilão realizado na 2ª praça os bens móveis só poderão ser arrematados por, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do preço da avaliação, enquanto que os bens imóveis não poderão alcançar valor menor do que 50% (cinqüenta por cento) do valor da avaliação, desde que não seja considerado preço vil por este Juízo.
OBS: A arrematação por valores abaixo dos percentuais referidos, apesar de não estar vedada, só será admitida em condições excepcionalíssimas, a partir da análise do caso concreto, ficando os eventuais licitantes cientes que, nestes casos (de arrematação por valores inferiores aos percentuais indicados anteriormente), não serão devolvidas as comissões do leiloeiro, correndo por conta do lançador os ônus decorrentes da anulação da arrematação por preço vil.

6 - Ficam as partes advertidas de que assinado o auto pelo juiz e pelo leiloeiro, a arrematação considerar-se-á perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes eventuais embargos.

7 - Fica, por sua vez, advertido o Exequente de que, no caso de procedência de embargos, o interessado terá direito a haver do Exequente o valor por este recebido como produto da arrematação; e caso inferior ao valor do bem, haverá do Exequente também a diferença entre esses valores, tudo na forma do art. 694, § 2°, do CPC.

8 - Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, não havendo, pois, qualquer responsabilidade da 12ª Vara e/ou do Leiloeiro Público Oficial em relação aos defeitos que porventura vierem a apresentar ou vícios eventuais ocultos.

9 - Constitui ônus do interessado em participar dos leilões verificar, antes das datas designadas para os leilões, as condições dos bens que serão objeto de hasta pública. Deve, assim, no caso de imóveis rurais ou urbanos, verificar os limites, áreas, confrontações, situação jurídica, despesas de condomínio, etc, não podendo se escusar a efetuar o pagamento do lance sob a alegação de que o bem arrematado não se encontra nas condições que imaginava.

10 - No caso de bens móveis que não estejam sob a posse e guarda do Leiloeiro Público Oficial, se o eventual interessado não conseguir ver o bem de seu interesse antes do leilão, deve solicitar ao Leiloeiro Público Oficial ou ao Juízo das Execuções as providências necessárias para que o fiel depositário disponibilize o bem à visitação.

11 - Correrão por conta do arrematante as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados, e, dependendo do que for determinado pelo

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

Juízo, também as despesas de armazenagem (no caso de demora na retirada dos bens do depósito do leiloeiro).

12 - Muito embora alguns bens constantes dos editais de hastas públicas possam ser alienados de forma parcelada, o atendimento aos requisitos de parcelamento é ônus exclusivo do arrematante (daí a necessidade de estar em situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Servido – FGTS e as Fazendas Estaduais e Municipais (quando for o caso), com a comprovação de que atende às exigências do edital quanto à habilitação jurídica e qualidade econômico-financeira), não significando a arrematação, por si só, aprovação do crédito para o parcelamento. Ademais, como nem sempre se parcela o valor total da arrematação (caso de o bem arrematado valer mais do que a dívida do executado), deve o usuário, antes de oferecer seu lance, certificar-se se possui condições financeiras para arcar com o pagamento à vista de eventual diferença entre o valor da arrematação e o valor da dívida do executado.

13 – Em hipótese alguma os participantes das hastas públicas poderão alegar desconhecimento da Portaria nº 005/2007/RACJ/JF/5ª Vara/AL, de 30/08/2007 alterada pela Portaria nº 001/2013/RACJ-ACL/JF/5ª Vara/AL, que disciplina toda a sistemática das hastas públicas da Vara Privativa das Execuções Fiscais de Alagoas (5ª Vara/AL) e especifica todas as despesas do arrematante, razão pela qual não se aceitará quaisquer desculpas para a sua não observância, principalmente no que tange aos encargos do arrematante e às despesas e custas relativas às hastas públicas (artigos 7º, 8º, 9º, 12º, 13º e 14º da Portaria nº 005/2007).

14 - A venda será em dinheiro À VISTA, ou pelo prazo de 15 (quinze) dias, mediante caução idônea de 20% no ato do leilão OU na modalidade PARCELADA conforme autorizada pela exequente e disciplinada pela Portaria PGFN nº 79 de 03/02/2014 (vide anexo único).

BENS PENHORADOS

EXEQUENTE: **FAZENDA NACIONAL**

LOTE 01
PROC. nº 0002804-42.2005.4.05.8001 - Juiz T - EXECUÇÃO FICAL
CDA. 43 1 04 000696-
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: JOSÉ GILMAR FERNANDES DA SILVA (CPF 434.325.654-53)
ENDEREÇO: Rua Manoel Praxedes Filho, s/n, Centro. Craíbas/AL
Rua Padre Jefferson Carvalho, 120. Craíbas/AL
LOCALIZAÇÃO DO BEM: Craíbas/AL
ADVOGADO: Sem advogado.
BEM: 01 (um) imóvel consistente de uma parte na propriedade rural denominada RIACHO DA ONÇA, município de Craíbas/Al, da qual desmembra uma área de 2,4 hectares, limitando-se, ao norte, com a estrada que liga o Sítio Lagoa da Cruz, ao nascente, com o asfalto que liga Arapiraca a Craíbas, ao sul, com Domingos João Batista e ao poente, com Zélia Barbosa da Silva, cadastrada no INCRA sob o nº 246.158.004.030-0, com área total de 60,0 hectares, nº de módulos 15,0 e fração mínima de parcelamentos de 2,0 ha. Imóvel devidamente matriculado no Cartório de Registro de Imóveis de Craíbas sob a matrícula de nº 456.
AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 316.800,00 (trezentos e dezesseis mil e oitocentos reais), em outubro/2013.
INCLUSÃO VIRTUAL: não consta.
DUPLICIDADE DE PENHORA: não consta.
DÉBITO: R$ 17.549,26 (dezesete mil, quinhentos e quarenta e nove reais e vinte e seis centavos), em março/2014.

LOTE 02
PROC. nº 0003296-34.2005.4.05.8001 Juiz T – EXECUÇÃO FISCAL
CDA. 43105001045-55
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO e DEPOSITÁRIO: SEVERINO CORREIA CAVALCANTE (CPF 634.319.712-53)
ENDEREÇO: Avenida Miguel Correia de Amorim, 688, bairro Baixão. CEP: 57300-000. Arapiraca/AL
LOCALIZAÇÃO DO BEM: Bairro Senador Nilo Coelho. Arapiraca/AL
BEM: 01 (um) lote único, localizado à rua Projetada B 06/54, no bairro Senador Nilo Coelho, nesta cidade, atual rua Francelino de Brito, nº 07, medindo 14,00 metros, confrontando-se com a rua Projetada B 06/54, fundos medindo 14,00 metors com os lotes de nº 50 e 49 do Loteamento Por do Sol, lado direito medindo 24,00 metros, confrontando-se com o lote de nº 17 do Loteamento Por do Sol, lado esquerdo medindo 24,00 metros, confrontando-se com o lote nº 14 deste mesmo loteamento. Área total de 336,00m². Encontra-se edificada uma casa residencial situada à rua 06/54, nº112, atual rua Francelino de Brito, 7, bairro Senador Nilo Coelho, nesta cidade, com os seguintes cômodos: uma área, uma sala de estar, uma suite, um banheiro social, uma copa cozinha, um quarto, área de serviço, um quarto e um banheiro. Medidas da construção: frente medindo 7 metros, fundo medindo 7 metros, lado direito medindo 13,70 metros, lado esquerdo medindo 13,70, com uma área total de 95,90m². Medidas da área de serviço: frente medindo 14,00 metros, fundos medindo 14,00 metros, lado direito medindo 4,80 metros e lado esquerdo medindo 4,80 metros, com uma área total de 67,20 m². Área total construída de 163,10m². Imóvel devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Arapiraca sob a matrícula de nº 50.979.
AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) em maio de 2014.
INCLUSÃO VIRTUAL: não consta.
DUPLICIDADE DE PENHORA: não consta.
DÉBITO: R$ 97.698,18 (noventa e sete mil, seiscentos e noventa e oito reais e dezoito centavos) em dezembro/2013.

LOTE 03
PROC. nº 0000208-17.2007.4.05.8001 Juiz S – EXECUÇÃO FISCAL
CDA. 43206001284-02; 43606006693-48; 43606006694-29; 43706000753-72
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ARAPLAST ARAPIRACA PLÁSTICOS LTDA (CNPJ 12496147/0001-01)
REPRESENTANTE LEGAL E DEPOSITÁRIO: JOSÉ BARBOSA DE OLIVEIRA (CPF 005.924.984-68)
ENDEREÇO: Rua A, 184, Distrito Industrial. Arapiraca/AL (atual endereço: Rua Antônio Esteves da Silva, 380, bairro Jardim Esperança. Arapiraca/AL).
ADVOGADO: Wesley Souza de Andrade (OAB/AL 5464)
LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua Antônio Esteves da Silva, 380, bairro Jardim Esperança. Arapiraca/AL
BEM: 01 lote nº 01, localizado na rua A, 15/09, da quadra C, Distrito Industrial, Arapiraca/Al, com as seguintes confrontações e medidas: frente medindo 110,90 com a rua A, fundos medindo 111,83 metros com a rua C, lado direito medindo 171 metros com o lote 02, lado esquerdo medindo 186,70 metros com a rua B, com área total de 20,000 m², no qual se encontra encravado um ponto comercial com frente para a rua A 15/09, nº 184, bairro Distrito Industrial, nesta cidade, com as seguintes divisões: a) 01 escritório medindo de frente 16,60 metros, fundos 16,60 metros, lado direito 16,60 metros e lado esquerdo 16,80 metros, com área de 278,88 m²; b) 01 galpão medindo 40,00 metros de frente, 40,00 metros de fundos, 25,30 metros do lado direito, 25,30 metros do lado esquerdo, com área total de 1012 m² e com área total de construção de 1290,88 m², todo murado, sendo metade do muro em alvenaria e metade de estaca de cimento com 12 fiadas de arame farpado. Imóvel devidamente matriculado no Cartório de Registro de Imóveis de Arapiraca sob a matrícula de nº 42.943.
AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) em abril/2014.
INCLUSÃO VIRTUAL: não consta.

DUPLICIDADE DE PENHORA: 1- Penhora referente ao processo de nº 022/99, Carta Precatória, extraída da Execução Diversa nº 95.1039-9, por determinação do Exmo. Dr. Giovanni Alfredo de Oliveira Jatobá, MM. Juiz da 4ª Vara Cível da Comarca de Arapiraca/Al; 2- Penhora referente ao processo de nº 2005.80.01.001650-0, Execução Fiscal, 8ª Vara Federal de Arapiraca/Al, por determinação do Exmo. Dr. Rubens de Mendonça Canuto Neto, MM. Juiz da 8ª Vara Federal de Arapiraca/AL; 3- Penhora referente ao processo de nº 0000045-32.2010.4.05.8001, Execução Fiscal, 8ª Vara Federal de Arapiraca/Al, por determinação do Exmo. Dr. Aloysio Cavalcanti Lima, MM. Juiz da 8ª Vara Federal de Arapiraca/AL.
DÉBITO: R$ 63.526,87 (sessenta e três mil, quinhentos e vinte e seis reais e oitenta e sete centavos) em maio/2014.

LOTE 04
PROC. nº 0001846-56.2005.4.05.8001 Juiz T – EXECUÇÃO FISCAL
CDA. 31850777-3
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA (CNPJ 10.819.522/0001-73)
CORRESPONSÁVEIS: GERALDO BULHÕES BARROS (CPF 003.593.434-49) E GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES (CPF 317.279.801-15)
DEPOSITÁRIO: GERALDO BULHÕES BARROS (CPF 003.593.434-49)
ENDEREÇO: Rua Esperidião Rodrigues, 125, centro. CEP: 57300-060. Arapiraca/AL.
ADVOGADO: sem advogado.
LOCALIZAÇÃO DO BEM: Avenida Álvaro Otacílio, 4065, bairro Jatiúca. Maceió/AL.
BEM: 01 apartamento de nº 924, PENT'HOUSE MASTER, tipo M, componente do EdifícioMaceió Double Reverse Flat (atual Maceió Atalntic Suites, antigo Hotel Meliá), situado na Avenida Álvaro Otacílio, 4065, Jatiúca, encravado no 9º e 10º pavimentos do citado edifício, com os seguintes cômodos: sala, circulação, uma suíte com sanitário, dois quartos, um sanitário, três varandas e escada no pavimento inferior. Sala, sanitário, cozinha, adega, terraço, deck, piscina e jardim no pavimento superior, com área privativa de 209,59 m², área comum 170,04 m², área total de 379,63m² e fração ideal de terreno 130,12340. Imóvel devidamente matriculado no 1º Cartório de Registro de Imóveis de Maceió/Al.. sob a matrícula de nº 73.881.
AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 1.100.000,00 (hum milhão e cem mil reais) em maio/2014.
INCLUSÃO VIRTUAL: não consta.
DUPLICIDADE DE PENHORA: 1- Penhora referente ao processo de nº 001.97.496-7, processado na 1ª Vara Cível de Feitos Não Privativos, por determinação do MM. Juiz Dr. Ivan Vasconcelos Brito Júnior, MM. Juiz da 1ª Vara Cível de Feitos Não Privativos; 2- Penhora referente à Reclamação Trabalhista de nº 01586-2005-009-19-00-0, processada na 9ª Vara do Trabalho de Maceió/AL; 3- Penhora referente à Reclamação Trabalhista de nº 02284-1997-002-19-00-0, processada na Justiça do Trabalho - TRT da 19ª Região - 2ª Vara do Trabalho de Maceió/AL; 4- Penhora referente à Reclamação Trabalhista de nº 0125000-58.2008.5.19.0007, processada na Justiça do Trabalho - TRT da 19ª Região - 7ª Vara do Trabalho de Maceió/AL; 5- Penhora referente à Reclamação Trabalhista de nº 0117800-28.2002.5.19.001, processada na Justiça do Trabalho - TRT da 19ª Região - 1ª Vara do Trabalho de Maceió/AL; 8- Penhora referente ao processo de nº 1993/97, Ação de Cobrança, processada na 1ª Vara Cível de Feitos Não Privativos, por determinação MM. Juiz Dr. Ivan Vasconcelos Brito Júnior, MM. Juiz da 1ª Vara Cível de Feitos Não Privativos; 9- Penhora referente ao processo 0004769-87.2007.4.05.8000, Cumprimento de Sentença, processado na 5ª Vara Federal Privativa de Execuções Fiscais, por determinação do MM Juiz Raimundo Alves de Campos Júnior; e 10- Penhora referente ao processo 0008660-34.1998.4.05.8000, processado na 5ª Vara Federal Privativa de Execuções Fiscais, por determinação do MM Juiz Raimundo Alves de Campos Júnior.
DÉBITO: R$ 256.933,25 (duzentos e cinquenta e seis mil, novecentos e trinta e três reais e vinte e cinco centavos) em maio/2014.

LOTE 05
PROC. nº 0000589-15.2013.4.05.2013 Juiz T – EXECUÇÃO FISCAL
CDA. 43.2.13.00432-80; 43.6.13.001142-41; 43.6.13.001143-22; 43.6.13.001248-08; 43.6.13.001249-80
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: CONSTRUTORA ELETROCANO LTDA (CNPJ 04841384/0001-26)
REPRESENTANTE LEGAL E DEPOSITÁRIO: JOSÉ VERÍSSIMO DA SILVA (CPF 987.564.608-30)
ENDEREÇO: Rua Estudante Lúcio Flávio da Silva, 68, bairro Santa Edwirges. CEP: 57310-350. Arapiraca/AL
ADVOGADO: sem advogado
LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua Estudante Lúcio Flávio da Silva, 68, bairro Santa Edwirges. CEP: 57310-350. Arapiraca/AL
BEM: 01 veículo VW/KOMBI, PLACA MUL 9592, ano /modelo 2002/2002, chassi: 9BWGB07X92P007220, em bom estado de conservação.
AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 20.000,00 (vinte mil reais) em abril de 2014.
INCLUSÃO VIRTUAL: não consta.
DUPLICIDADE DE PENHORA: não consta.
DÉBITO: R$ 35.520,51 (trinta e cinco mil, quinhentos e vinte reais e cinquenta e um centavos) em maio/2014.

LOTE 06
PROC. nº 0000400-71.2012.4.05.8001 Juiz T – EXECUÇÃO FISCAL
CDA. 43.2.11.001387-92; 43.6.11.004608-71; 43.6.11.004609-52
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ATTACK MOTORS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP (CNPJ 07131333/0001-07)
REPRESENTANTE LEGAL E DEPOSITÁRIO: JOSÉ VERÍSSIMO DA SILVA (CPF 987.564.608-30)
ENDEREÇO: Avenida Santa Felicidade, 105, bairro Jardim Tropical. CEP: 57316-070. Arapiraca/AL.
ADVOGADO: sem advogado
LOCALIZAÇÃO DO BEM: Avenida Santa Felicidade, 105, bairro Jardim Tropical. CEP: 57316-070. Arapiraca/AL.
BENS:
1- 01 ônibus de transporte urbano, marca Volvo, carroceria Caio, articulado com 03 eixos, placa MUR 5963, chassi 9BV58EC10FE302427, ano de fabricação 1992, em estado de conservação ruim, sem funcionamento. Avaliado em R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) em abril de 2014.
2- 01 elevador automotivo de sistema mecânico, com motor Weg, em estado de conservação ruim, sem funcionamento. Avaliado em R$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais) em abril de 2014.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 34.071,01 (trinta e quatro mil, setenta e um reais e um centavos)
INCLUSÃO VIRTUAL: não consta.
DUPLICIDADE DE PENHORA: não consta.
DÉBITO: R$ 34.426,15 (trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e seis reais e quinze centavos) em maio/2014.

LOTE 07
PROC. nº 0000265-69.2006.4.05.8001 – Juiz S – EXECUÇÃO FISCAL
CDA. 43 4 04 001564-58; 43 4 05 000594-46
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: EVERALDO CORREIA CAVALCANTE MADEIRAS (CNPJ 01384748/0001-06); CÍCERA CORREIA CÉSAR MADEIRAS E TRANSPORTES ME (CNPJ 06.007.601/0001-02)
ENDEREÇO: Rua Dom Vital, 302, bairro Centro. CEP: 57300-230. Arapiraca/AL
DEPOSITÁRIO: Everaldo Correia Cavalcante (CPF 025.835.274-26)

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

ADVOGADO: Rogério Ricardo Lúcio de Magalhães (OAB/AL 5.576)
ENDEREÇO E LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua Dom Vital, 302, bairro Centro. CEP: 57300-230. Arapiraca/AL
BENS: 270 (duzentos e setenta) peças de linha de cinco metros e meio de madeira mista (sapucaia, guajará, tanibuca etc...). Avaliação do metro a R$ 10,00 (dez reais), perfazendo um total de R$ 14.850,00 (quatorze mil, oitocentos e cinquenta reais)
AVALIAÇÃO: R$ 14.850,00 (quatorze mil, oitocentos e cinquenta reais) em setembro de 2013.
INCLUSÃO VIRTUAL: não consta.
DUPLICIDADE DE PENHORA: não consta.
DÉBITO: R$ 17.987,93 (dezesete mil, novecentos e oitenta e sete reais e noventa e três centavos) em dezembro/2013.

LOTE 08
PROC. nº 0000554-55.2013.4.05.8001 - Juiz S - EXECUÇÃO FISCAL
CDA. 39.250.876-1; 39.250.877-0; 39.948.662-3; 40.613.893-1; 40.613.894-0; 40.756.741-0; 40.756.742-9; 41.491.536-4; 41.491.536-4; 41.491.537-2.
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: IMPERIAL DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA (CNPJ 08.091.499/0001-00)
REPRESENTANTE LEGAL: IOLANDA LIRA DE ALMEIDA (CPF 648.405.904-78)
ENDEREÇO: Rua Maravilha, 129, Bairro Jardim Tropical. CEP: 57.316-100. Arapiraca/AL
ADVOGADO: sem advogado
LOCALIZAÇÃO DO(S) BEM(NS): Rua Maravilha, 129, Bairro Jardim Tropical. CEP: 57.316-100. Arapiraca/AL
BENS:

1. 01 computador Mídia Informática Intel Pentium, 4GB de RAM, com monitor AOC LCD 15", teclado, mouse e estabilizador. Avaliado em R$ 900,00.
2. 01 computador Mídia Informática Intel Celeron, 2GB de RAM, com monitor AOC LCD 15 ",teclado, mouse e estabilizador. Avaliado em R$ 700,00.
3. 01 computador Space BR Intel Atom, 2GB de RAM, com monitor AOC LCD 15", teclado, mouse e estabilizador. Avaliado em R$ 700,00.
4. 01 computador Mídia Informática Intel Celeron, 2GB de RAM, com monitor AOC LCD 15 ",teclado, mouse e estabilizador. Avaliado em R$ 700,00.
5. 01 computador Mídia Informática Intel Pentium, 2GB de RAM, com monitor AOC LCD 15", teclado, mouse e estabilizador. Avaliado em R$ 700,00.
6. 01 computador Space BR Intel Atom, 2GB de RAM, com monitor AOC LCD 15", teclado, mouse e estabilizador. Avaliado em R$ 700,00.
7. 01 computador Mídia Informática Intel Pentium, 3GB de RAM, com monitor AOC LCD 15", teclado, mouse e estabilizador. Avaliado em R$ 750,00.
8. 01 computador Mídia Informática Intel Pentium, 2GB de RAM, com monitor AOC LCD 15", teclado, mouse e estabilizador. Avaliado em R$ 700,00.
9. 01 impressora multifuncinal Lexmark T654dn. Avaliado em R$ 700,00
10. 01 frigobar Prosdócimo R13 FLAT PLUS, em estado de conservação ruim. Avaliado em R$ 350,00.
11. 01 balcão de madeira e fórmica com quatro portas. Avaliado em R$ 350,00.
12. 06 mesas de escritório retangulares com duas gavetas cada, medindo aproximadamente 1,2 m. Avaliadas individualmente em R$ 300,00, perfazendo um total de R$ 1.800,00.
13. 01 mesa de escritório retangular, em gavetas. Avaliado em R$ 250,00.
14. 01 mesa de escritório em L, com duas gavetas. Avaliado em R$ 350,00.

15. 01 armário de escritório, medindo aproximadamente 1,5m de altura x 1,0 m de largura, com duas portas na parte de baixo, sem prateleiras. Avaliado em R$ 450,00.
16. 02 suportes de madeira com uma prateleira cada. Avaliados individualmente em R$ 150,00, perfazendo um total de R$ 300,00.
17. 07 cadeiras de escritório giratórias, sem braço. Avaliadas individualmente em R$ 150,00, perfazendo um total de R$ 1.050,00.
18. 01 cadeira de escritório com dois braços. Avaliado em R$ 400,00.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 11.850,00 (onze mil, oitocentos e cinquenta reais), em janeiro/2014.
INCLUSÃO VIRTUAL: não consta.
DUPLICIDADE DE PENHORA: não consta;
DÉBITO: R$ 875.927,76 (oitocentos e setenta e cinco mil, novecentos e vinte e sete reais e setenta e seis centavos), em fevereiro/2014.

LOTE 09
PROC. nº 0000324-47.2012.4.05.8001 - Juiz T - EXECUÇÃO FISCAL
CDA. 40.102.947-6; 40.102.948-4
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: CONSTRUTORA ELETROCANO LTDA (CNPJ 04.841.384/0001-26)
ENDEREÇO: Rua Estudante Lúcio Flávio da Silva, 68, bairro Santa Edwirges. CEP: 57.310-350. Arapiraca/AL
DEPOSITÁRIO: José Veríssimo da Silva (CPF 987.564.608-30)
ADVOGADO: sem advogado
LOCALIZAÇÃO DO(S) BEM(NS): Rua Estudante Lúcio Flávio da Silva, 68, bairro Santa Edwirges. CEP: 57.310-350. Arapiraca/AL
BENS:

1. 02 arquivos em aço com 04 gavetas. Avaliados em R$ 300,00.
2. 03 condicionadores de ar, marca Eletrolux, com 7500 BTU'S. Avaliado em R$ 900,00.
3. 01 computador SIM, com processador INTEL PENTIUM ES400, 4GB de memória RAM, HD 750GB. Avaliado em R$ 500,00.
4. 01 computador ZMAX, com processador CELERON 430, 01GB de memória RAM, HD 160GB. Avaliado em R$ 300,00.
5. 01 computador, com processador PENTIUM DUAL CORE, 2,60GHZ, 4GB de memória RAM, HD 500GB. Avaliado em R$ 450,00.
6. 01 impressora EPSON TX 115. Avaliado em R$ 200,00.
7. 01 impressora laser HP 1020. Avaliado em R$ 350,00.
8. 01 monitor de 15", marca AOC. Avaliado em R$ 150,00.
9. 01 monitor de 15", marca PHILLIPS. Avaliado em R$ 150,00.
10. 01 monitor de 22", marca AOC. Avaliado em R$ 300,00.
11. 02 lixadeiras DWT. Avaliadas em R$ 500,00.
12. 01 furadeira MOTOMIL 2801F, em bom estado de conservação. Avaliada em R$ 1.100,00.
13. 01 furadeira MOTOMIL 2801F, em mau estado de conservação. Avaliada em R$ 500,00.
14. 01 máquina de corte, sem indicação de marca, em mau estado de conservação. Avaliada em R$ 400,00.
15. 01 máquina de solda BANBOZZI MM 300, em bom estado de conservação. Avaliada em R$ 1.000,00.
16. 01 máquina de solda PICOLLA 400T, em regular estado de conservação. Avaliada em R$ 900,00.
17. 01 gerador sem indicação de capacidade ou de marca. Avaliada em R$ 1.000,00.
18. 01 sofá com 03 sugares, em chenile marrom. Avaliado em R$ 600,00.

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

19. 01 gelágua ESMALTEC. Avaliado em R$ 200,00.
20. 02 birôs com 04 gavetas na cor azul. Avaliados em R$ 600,00.
21. 02 cadeiras diretor com estofado preto. Avaliadas em R$ 500,00.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 10.900,00 (dez mil e novecentos reais), em janeiro/2014.
INCLUSÃO VIRTUAL: não consta.
DUPLICIDADE DE PENHORA:
DÉBITO: R$ 76.505,36 (setenta e seis mil, quinhentos e cinco reais e trinta e sete centavos), em março/2014.

LOTE 10
PROC. nº 0000033-81.2011.4.05.8001 Juiz T – EXECUÇÃO FISCAL
CDA. 60361955-0
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: AUTO POSTO BANANEIRAS LTDA (CNPJ 08.615.908/0001-11)
DEPOSITÁRIO: BERENICE ARAÚJO DA SILVA (CPF 162.547.164-53)
ENDEREÇO: Rua Marechal Deodoro, 275, Centro. CEP: 57313-010. Arapiraca/AL.
ADVOGADO: sem advogado.
LOCALIZAÇÃO DO(S) BEM(NS): Rua Marechal Deodoro, 275, Centro. CEP: 57313-010. Arapiraca/AL.
BENS:

1- 4.469 litros de gasolina comum, avaliados em R$ 2,95 o litro – perfazendo um total de R$ 13.183,55.
2- 710 litros de óleo diesel, avaliados em R$ 2,40 o litro – perfazendo um total de R$ 1.704,00.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 14.887,55 (quatorze mil, oitocentos e oitenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos) em fevereiro/2014.
INCLUSÃO VIRTUAL: não consta.
DUPLICIDADE DE PENHORA: não consta.
DÉBITO: R$ 197.140,30 (cento e noventa e sete mil, cento e quarenta reais e trinta centavos) em março/2014.

BENS PENHORADOS

EXEQUENTE: **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

LOTE 11
PROC. nº 0000013-61.2009.4.05.8001 Juiz S – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
CDA.
EXEQUENTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
EXECUTADO e DEPOSITÁRIO: LÍDIA ALYNE MENDES COUTINHO (CPF 860.710.684-87)
ENDEREÇO: Rua Presidente Getúlio Vargas, s/n, centro **ou** Rua Antônio Pereira de Souza, centro, próximo à Lan House Focus. CEP: 57.580-000. Major Isidoro/AL
ADVOGADO: sem advogado
LOCALIZAÇÃO DO BEM: Município de Major Isidoro/Al
BEM: 01 (uma) parte de terras no lugar denominado "SÍTIO CACHOEIRA", município de Major Isidoro/AL, que passará a denominar-se "SÍTIO ESPERANÇA", deste município de Major Isidoro/AL, medindo uma área de 30,00 (trinta) tarefas, equivalentes a 9,09 (nove hectares e nove ares), com pastagens nativas da região e toda cercada de arame farpado, limitando-se da maneira seguinte: ao nascente, com Sebastião Alves da Rocha; ao poente, com Luzia Maria Alves; ao norte, com Jonas Araújo e ao sul, com Laudelino Emerencio da Silva, cadastrada no INCRA sob o nº 242.071.002.429-0 e na Receita Federal sob

o nº 5126863-9. Registrado no livro 2-F-1, do Registro Geral de Imóveis da Cidade de Major Isidoro/AL, às fls. 188, matrícula nº 3.760.
AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 33.000,00 (trinta e três mil reais) em julho/2014.
INCLUSÃO VIRTUAL: não consta.
DUPLICIDADE DE PENHORA: não consta.
DÉBITO: R$ 30.763,67 (trinta mil, setecentos e sessenta e três reais e sessenta e sete centavos) em setembro de 2009.

LOTE 12
PROC. nº 0000683-94.2012.4.05.8001 Juiz T – EXECUÇÃO FISCAL
CDA. CSAL 201200158; FGAL201200157
EXEQUENTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
EXECUTADO: MANOEL CASSIANO DE FARIAS E CIA LTDA (CNPJ 081745570001-50)
DEPOSITÁRIO: MANOEL CASSIANO DE FARIAS (CPF 140.185.604-78)
ENDEREÇO: Rodovia AL 220, Km 29, bairro Planalto. CEP: 57313-130. Arapiraca/AL
ADVOGADO: sem advogado
LOCALIZAÇÃO DOS BENS: Rodovia AL 220, Km 29, bairro Planalto. CEP: 57313-130. Arapiraca/AL
BENS: 03 balcões em fórmica e madeira com frente de vidro. Avaliados individualmente em R$ 1.500,00 – perfazendo um total de R$ 4.500,00.
AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) em abril/2013.
INCLUSÃO VIRTUAL: não consta.
DUPLICIDADE DE PENHORA: não consta.
DÉBITO: R$ 4.306,72 (quatro mil, trezentos e seis reais e setenta e dois centavos) em fevereiro/2014.

LOTE 13
PROC. nº 0000026-26.2010.4.05.8001 Juiz T – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
CDA.
EXEQUENTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
EXECUTADO: J C DA SILVA ARAPIRACA ME E OUTRO (CNPJ 00812462/0001-03)
REPRESENTANTE LEGAL E DEPOSITÁRIO: JOSÉ CLÁUDIO DA SILVA (CPF 346.920.884-00)
ENDEREÇO: Av. Luis Cavalcante, 359, Alto do Cruzeiro. CEP: 57312-000. Arapiraca/AL.
ADVOGADO: Wesley Souza de Andrade (OAB/AL5464)
LOCALIZAÇÃO DOS BENS: Av. Luis Cavalcante, 359, Alto do Cruzeiro. CEP: 57312-000. Arapiraca/AL.
BENS:

1- 01 televisor LCD, marca Samsung, 20 polegadas, em bom estado de conservação, reavaliada em R$ 400,00.
2- 01 aparelho decodificador marca EVO BOX XL, em bom estado de conservação, reavaliado em R$ 50,00.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) em fevereiro/2013.
INCLUSÃO VIRTUAL: não consta.
DUPLICIDADE DE PENHORA: não consta.
DÉBITO: R$ 197.140,30 (cento e noventa e sete mil, cento e quarenta reais e trinta centavos) em março/2014.

Fica o Sr. Leiloeiro Oficial autorizado a receber ofertas de preço pelos bens arrolados neste Edital em seu endereço eletrônico: site.www.albuquerquelins.com e e-mail: fernandogustavo@uol.com.br, devendo para tanto os interessados efetuarem cadastramento prévio, confirmarem os lances e recolherem a quantia respectiva na(s) data(s) designadas para a realização do leilão, para fins da lavratura do termo próprio, tudo

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

conforme a Portaria nº 02/2008/RACJ/JF/5ª Vara/AL, de 25/03/2008, observadas as diretrizes e recomendações da Resolução nº 92, de 18 de dezembro de 2009, do Conselho da Justiça Federal, que regulamentam o Leilão "On line"e que, portanto, são partes integrantes do presente edital e de observância obrigatória pelas partes, advogados, arrematantes e/ou qualquer outro interessado.

Em se tratando de bens que não tiverem sido arrematados nas primeiras hastas públicas designadas para as suas alienações (1ª e 2ª praças) e de bens de fácil deterioração e de grande obsolescência (computadores, impressoras, outros equipamentos de informática, peças de automóvel, móveis e equipamentos de escritório, médicos e de casas de saúde, equipamentos eletrônicos, eletrodomésticos, carteiras escolares, remédios, automóveis, etc), fica expressamente autorizado a manutenção de tais bens no *site* do Leiloeiro Público Oficial designado até o recebimento de um lance (quando da ocorrência de um lance, o Leiloeiro Público Oficial fará com que o mesmo chegue aos autos para apreciação e, se não oferecido preço vil, aprovação (ou não) pelo Juiz da 12ª Vara/AL e/ou até a designação do próximo leilão (neste último caso, tais bens não arrematados constarão obrigatoriamente nos editais de leilão, podendo, contudo, receberem propostas antes da realização das novas hastas públicas, propostas estas que serão submetidas à análise do magistrado responsável pelo feito, que poderá validá-las ou não, sempre através de decisões fundamentadas).

Os pagamentos não efetuados no ato do Leilão implicarão ao(s) ARREMATANTE(S) faltoso(s) as penalidades da Lei, que prevê, no caso de inadimplência, a denúncia criminal e a execução judicial contra o mesmo, além da rescisão do negócio e da perda da comissão do leiloeiro (art. 39º do Decreto 21.981/32) e aplicação de multa (20% por cento) sobre o valor do lanço, ficando ainda o(s) arrematante(s) faltoso(s), proibido(s) de participar de novos leilões ou praças (art. 23, § 2º da Lei da Execução Fiscal-LEF e art. 695 do Código de Processo Civil). Na forma do art. 32, § 1º da Lei nº 6.830/80-Lei da Execução Fiscal, os depósitos judiciais em dinheiro serão corrigidos segundo os índices estabelecidos para os débitos tributários federais e deverão, necessariamente, ser efetivados através de Depósito em Conta Judicial.

O aperfeiçoamento da alienação dos bens arrematados se dará mediante a expedição da CARTA DE ARREMATAÇÃO / ADJUDICAÇÃO e/ou MANDADO DE ENTREGA expedido(s) pelo Juízo Federal, após a assinatura do auto de arrematação e pago o preço ou prestada garantia pelo arrematante — ficando cientificado(s) o(s) executado(s) e possíveis terceiros interessados de que o prazo legal para interposição de Embargos à Arrematação e/ou de Terceiros é de 5 (cinco) dias, contados da assinatura do auto (art. 746 combinado com o art. 1.048 do Código de Processo Civil).

Salvo nos casos de nulidades previstas em lei, em nenhuma hipótese será aceita reclamação, desistência ou alegação de desconhecimento das cláusulas deste Edital para eximir os arrematantes/adjudicantes das obrigações geradas, inclusive aquelas de ordem criminal na forma dos artigos 335 e 358, ambos do Código Penal Brasileiro, onde está previsto que: "Todo aquele que impedir, afastar ou tentar afastar concorrentes ou licitantes por meios ilícitos, violência ou oferecimento de vantagem (ns), e, ainda, perturbar, fraudar ou tentar fraudar, a venda em hasta pública ou arrematação judicial, estará incurso nas penas que variam de dois meses a dois anos de detenção e/ou multa".

Através do presente edital ficam, desde já, os executados, credores, licitantes e terceiros possíveis interessados, intimados do local, dia e hora dos leilões designados e de que, nos termos do art. 130 do Código Tributário Nacional-CTN, sub-rogam-se no preço do lanço os créditos relativos a tributos, cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens, bem assim os relativos à taxa pela prestação de serviços referentes a tais bens e às contribuições de melhoria, tais como, IPTU, IPVA e taxas de água e luz, excetuando-se desta regra as taxas e valores cíveis de natureza reais e não tributárias, tais como as taxas de condomínio, foros e laudêmios (que são de responsabilidade do adquirente).

Para que chegue aos conhecimento de todos os interessados, será o presente Edital de leilão e intimação nº 02/2014, publicado, afixado no átrio e disponibilizado juntamente com fotografia dos bens, no endereço eletrônico www.jfal.jus.br deste Juízo.

Expedido nesta cidade de Arapiraca-AL, aos 30 de julho de 2014, eu, _____, WALEWSKA FERREIRA CAMPOS – Técnica Judiciária, digitei e conferi e eu, _____, MANOEL BELMIRO NETO, Diretor de Secretaria, reconferi e subscrevo.

ROSMAR ANTONNI RODRIGUES CAVALCANTI DE ALENCAR
Juiz Federal

ANEXO ÚNICO:
Portaria PGFN Nº 79 DE 03/02/2014

Publicado no DO em 06 fev 2014

Disciplina o parcelamento do valor correspondente à arrematação de bem em hasta pública nas execuções fiscais promovidas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

A Procuradora-Geral da Fazenda Nacional, no uso da atribuição que lhe confere o art. 10, inciso I, do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967, e dos incisos XIII e XVII do art. 72 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria nº 275, de 23 de junho de 2009, do Ministro de Estado da Fazenda, e com fundamento no art. 98 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991,

Resolve:

Art. 1º O parcelamento do valor correspondente à arrematação de bem em hasta pública nas execuções fiscais promovidas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) obedecerá ao disposto nesta Portaria.

Art. 2º Nas execuções fiscais promovidas pela PGFN, poderá o Procurador da Fazenda Nacional responsável pelo feito requerer ao Juiz que seja realizada hasta pública, na qual será admitido ao arrematante o pagamento parcelado do valor da arrematação.

§ 1º No edital de leilão deverão constar todas as condições do parcelamento.

§ 2º A concessão, administração e controle do parcelamento deverão ser realizados pela unidade da PGFN responsável pela execução fiscal em que ocorreu a arrematação.

Art. 3º O parcelamento observará a quantidade máxima de 60 (sessenta) prestações iguais, mensais e sucessivas, no valor mínimo de R$ 500,00 (quinhentos reais) cada uma.

Parágrafo único. O valor de cada parcela, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), acumulada mensalmente, calculados a partir da data da arrematação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento)

relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

Art. 4º O parcelamento do valor da arrematação será limitado ao montante da dívida ativa objeto da execução.

Parágrafo único. O parcelamento da arrematação de bem cujo valor supere a dívida por ele garantida só será deferido quando o arrematante efetuar o depósito à vista da diferença, no ato da arrematação, para levantamento pelo executado.

Art. 5º Sendo o valor da arrematação suficiente para a quitação da dívida exequenda, o Procurador da Fazenda Nacional responsável pela atuação nos autos deverá solicitar a extinção do processo de execução.

Parágrafo único. A baixa da dívida nos sistemas da PGFN somente poderá ocorrer após a expedição da carta de arrematação, sendo utilizado como referência o valor da dívida na data da arrematação.

Art. 6º Caso o valor da arrematação se mostre insuficiente para liquidar o débito em cobrança, a execução deverá prosseguir pelo saldo remanescente.

Art. 7º Nas hastas públicas de bens imóveis, após expedida a carta de arrematação para pagamento parcelado, será a mesma levada pelo arrematante ao respectivo Cartório de Registro de Imóveis para averbação da hipoteca em favor da União.

Art. 8º Nas hastas públicas de bens móveis, após expedida a carta de arrematação para pagamento parcelado, será constituído penhor do bem arrematado em favor da União, quando for o caso, o qual será registrado na repartição competente mediante requerimento do arrematante.

Parágrafo único. Não será concedido o parcelamento da arrematação de bens consumíveis.

Art. 9º É vedada a concessão de parcelamento da arrematação no caso de concurso de penhora com credor privilegiado.

Art. 10. Tratando-se o bem arrematado de veículo, o prazo máximo do parcelamento será de 04 (quatro) anos, em razão do disposto no art. 1.466 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Art. 11. Levada a efeito a arrematação, o valor parcelado constituir-se-á débito do arrematante.

§ 1º O valor da primeira prestação deverá ser depositado no ato de arrematação e será considerado como pagamento parcial, devendo o saldo ser dividido pelo número de meses restantes, nos termos do art. 3º da presente Portaria.

§ 2º Até a expedição da carta de arrematação, o arrematante deverá continuar depositando, mensalmente, as parcelas que vierem a se vencer, mediante Documento de Depósitos Judiciais e Extrajudiciais (DJE), utilizando o código de receita nº 4396.

§ 3º Os valores depositados por meio de DJE permanecerão à disposição do juízo até que seja expedida a carta de arrematação, quando então deve ser solicitada a transformação em pagamento definitivo.

§ 4º Após a emissão da carta de arrematação, os valores deverão ser recolhidos por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), utilizando o código de receita nº 7739.

Art. 12. O parcelamento do valor da arrematação será formalizado mediante processo eletrônico, no sistema E-processo, devendo constar no requerimento, cujo modelo consta do Anexo Único, o nome do arrematante, sua inscrição no CPF/CNPJ, o endereço para correspondência, o número de prestações, a data da arrematação e o valor a ser parcelado, bem como a quantidade e o valor de prestações pagas a título de antecipação.

§ 1° O requerimento de parcelamento deve conter o comprovante de protocolo do registro exigido nos termos dos arts. 7° e/ou 8° desta Portaria.

§ 2° No processo referente ao parcelamento da arrematação devem constar, ainda, a identificação do executado, o montante da dívida quitada com a indicação dos respectivos números das inscrições em dívida ativa, bem como as cópias da avaliação judicial do bem leiloado, do resultado da hasta pública e da carta de arrematação.

Art. 13. Se o arrematante deixar de pagar no vencimento quaisquer das prestações mensais, o parcelamento será rescindido, vencendo-se antecipadamente o saldo devedor, ao qual será acrescido o valor de 50% (cinquenta por cento), a título de multa de mora, conforme § 6° do art. 98 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Art. 14. Ocorrendo a rescisão do parcelamento, o crédito será inscrito em dívida ativa e executado, se for o caso, indicando-se à penhora o imóvel hipotecado ou o bem móvel dado em garantia.

§ 1° A inscrição em dívida ativa do débito decorrente do saldo remanescente do parcelamento não quitado será de responsabilidade da unidade da PGFN correspondente ao domicílio do arrematante.

§ 2° A unidade da PGFN responsável pela administração do parcelamento da arrematação deverá, em caso de descumprimento das parcelas do acordo, encaminhar à unidade da PGFN do domicílio do arrematante, por meio do E-
processo, o processo administrativo de controle e acompanhamento do parcelamento da arrematação, instruído com todas as informações relativas à arrematação, aos pagamentos e à caracterização da inadimplência.

Art. 15. Ao parcelamento disciplinado por esta Portaria aplica-se, subsidiariamente, o disposto nos atos normativos internos que regulamentam o parcelamento previsto nos arts. 10 a 13 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

Art. 16. Os parcelamentos autorizados anteriormente à vigência desta Portaria permanecem sujeitos às condições sob as quais foram concedidos.

Art. 17. A presente Portaria não se aplica às execuções fiscais que têm como fundamento a cobrança de débitos devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Art. 18. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Revoga-se a Portaria PGFN nº 262, de 11 de junho de 2002.

ADRIANA QUEIROZ DE CARVALHO

169

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO DE LEILÃO

O MM. JUIZ FEDERAL Titular da 12° Vara da Subseção Judiciária de Arapiraca, DR. ROSMAR ANTONNI RODRIGUES CAVALCANTI DE ALENCAR, na forma da Lei etc.

Pelo presente ALVARÁ, indo devidamente assinado, de acordo com os autos dos processos abaixo relacionados, movidos pelos correspondestes exequentes contra os respectivos executados, em tramitação nesta 12ª Vara, **AUTORIZA**, o Senhor **FERNANDO GUSTAVO ALENCAR DE ALBUQUERQUE LINS**, Leiloeiro Oficial desta Subseção, portador da Cédula de Identidade n° 477.552 SSP-AL, inscrito na Junta Comercial do Estado de Alagoas sob o n° 013, e CPF n° 469.883.944-00, com endereço na **AVENIDA MENINO MARCELO, 5222, ANTARES, MACEIÓ-AL, com telefones 3033-4137 e 9982-4509**, a levar a leilão, a ser realizado nos dias 1ª PRAÇA: **15 (quinze) de agosto de 2014, p.v., às 9:00 h, pelo Valor da Avaliação e 2ª PRAÇA: 29 (vinte e nove) de agosto de 2014, p.v.,às 9:00 h**, por qualquer valor, exceto o vil, o(s) bem(ns) abaixo identificado(s):

BENS PENHORADOS
EXEQUENTE: **FAZENDA NACIONAL**

LOTE 01
PROC. n° 0002804-42.2005.4.05.8001 - Juiz T - EXECUÇÃO FICAL
CDA. 43 1 04 000696-
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: JOSÉ GILMAR FERNANDES DA SILVA (CPF 434.325.654-53)
ENDEREÇO: Rua Manoel Praxedes Filho, s/n, Centro. Craíbas/AL
Rua Padre Jefferson Carvalho, 120. Craíbas/AL
LOCALIZAÇÃO DO BEM: Craíbas/AL
ADVOGADO: Sem advogado.
BEM: 01 (um) imóvel consistente de uma parte na propriedade rural denominada RIACHO DA ONÇA, município de Craíbas/Al, da qual desmembra uma área de 2,4 hectares, limitando-se, ao norte, com a estrada que liga o Sítio Lagoa da Cruz, ao nascente, com o asfalto que liga Arapiraca a Craíbas, ao sul, com Domingos João Batista e ao poente, com Zélia Barbosa da Silva, cadastrada no INCRA sob o n° 246.158.004.030-0, com área total de 60,0 hectares, n° de módulos 15,0 e fração mínima de parcelamentos de 2,0 ha. Imóvel devidamente matriculado no Cartório de Registro de Imóveis de Craíbas sob a matrícula de n° 456.
AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 316.800,00 (trezentos e dezesseis mil e oitocentos reais), em outubro/2013.
INCLUSÃO VIRTUAL: não consta.
DUPLICIDADE DE PENHORA: não consta.
DÉBITO: R$ 17.549,26 (dezesete mil, quinhentos e quarenta e nove reais e vinte e seis centavos), em março/2014.

LOTE 02
PROC. n° 0003296-34.2005.4.05.8001 Juiz T – EXECUÇÃO FISCAL
CDA. 43105001045-55
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO e DEPOSITÁRIO: SEVERINO CORREIA CAVALCANTE (CPF 634.319.712-53)

ENDEREÇO: Avenida Miguel Correia de Amorim, 688, bairro Baixão. CEP: 57300-000. Arapiraca/AL
LOCALIZAÇÃO DO BEM: Bairro Senador Nilo Coelho. Arapiraca/AL
BEM: 01 (um) lote único, localizado à rua Projetada B 06/54, no bairro Senador Nilo Coelho, nesta cidade, atual rua Francelino de Brito, nº 07, medindo 14,00 metros, confrontando-se com a rua Projetada B 06/54, fundos medindo 14,00 metors com os lotes de nº 50 e 49 do Loteamento Por do Sol, lado direito medindo 24,00 metros, confrontando-se com o lote de nº 17 do Loteamento Por do Sol, lado esquerdo medindo 24,00 metros, confrontando-se com o lote nº 14 deste mesmo loteamento. Área total de 336,00m². Encontra-se edificada uma casa residencial situada à rua 06/54, nº112, atual rua Francelino de Brito, 7, bairro Senador Nilo Coelho, nesta cidade, com os seguintes cômodos: uma área, uma sala de estar, uma suite, um banheiro social, uma copa cozinha, um quarto, área de serviço, um quarto e um banheiro. Medidas da construção: frente medindo 7 metros, fundo medindo 7 metros, lado direito medindo 13,70 metros, lado esquerdo medindo 13,70, com uma área total de 95,90m². Medidas da área de serviço: frente medindo 14,00 metros, fundos medindo 14,00 metros, lado direito medindo 4,80 metros e lado esquerdo medindo 4,80 metros, com uma área total de 67,20 m². Área total construída de 163,10m². Imóvel devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Arapiraca sob a matrícula de nº 50.979.
AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) em maio de 2014.
INCLUSÃO VIRTUAL: não consta.
DUPLICIDADE DE PENHORA: não consta.
DÉBITO: R$ 97.698,18 (noventa e sete mil, seiscentos e noventa e oito reais e dezoito centavos) em dezembro/2013.

LOTE 03
PROC. nº 0000208-17.2007.4.05.8001 Juiz S – EXECUÇÃO FISCAL
CDA. 43206001284-02; 43606006693-48; 43606006694-29; 43706000753-72
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ARAPLAST ARAPIRACA PLÁSTICOS LTDA (CNPJ 12496147/0001-01)
REPRESENTANTE LEGAL E DEPOSITÁRIO: JOSÉ BARBOSA DE OLIVEIRA (CPF 005.924.984-68)
ENDEREÇO: Rua A, 184, Distrito Industrial. Arapiraca/AL (atual endereço: Rua Antônio Esteves da Silva, 380, bairro Jardim Esperança. Arapiraca/AL).
ADVOGADO: Wesley Souza de Andrade (OAB/AL 5464)
LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua Antônio Esteves da Silva, 380, bairro Jardim Esperança. Arapiraca/AL
BEM: 01 lote nº 01, localizado na rua A, 15/09, da quadra C, Distrito Industrial, Arapiraca/Al, com as seguintes confrontações e medidas: frente medindo 110,90 com a rua A, fundos medindo 111,83 metros com a rua C, lado direito medindo 171 metros com o lote 02, lado esquerdo medindo 186,70 metros com a rua B, com área total de 20,000 m², no qual se encontra encravado um ponto comercial com frente para a rua A 15/09, nº 184, bairro Distrito Industrial, nesta cidade, com as seguintes divisões: a) 01 escritório medindo de frente 16,60 metros, fundos 16,60 metros, lado direito 16,60 metros e lado esquerdo 16,80 metros, com área de 278,88 m²; b) 01 galpão medindo 40,00 metros de frente, 40,00 metros de fundos, 25,30 metros do lado direito, 25,30 metros do lado esquerdo, com área total de 1012 m² e com área total de construção de 1290,88 m², todo murado, sendo metade do muro em alvenaria e metade de estaca de cimento com 12 fiadas de arame farpado. Imóvel devidamente matriculado no Cartório de Registro de Imóveis de Arapiraca sob a matrícula de nº 42.943.
AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) em abril/2014.
INCLUSÃO VIRTUAL: não consta.
DUPLICIDADE DE PENHORA: 1- Penhora referente ao processo de nº 022/99, Carta Precatória, extraída da Execução Diversa nº 95.1039-9, por determinação do Exmo. Dr. Giovanni Alfredo de Oliveira Jatobá, MM. Juiz da 4ª Vara Cível da Comarca de Arapiraca/Al; 2- Penhora referente ao processo de nº 2005.80.01.001650-0, Execução Fiscal, 8ª Vara Federal de Arapiraca/Al, por determinação do Exmo. Dr. Rubens de Mendonça Canuto Neto, MM. Juiz da 8ª Vara Federal de Arapiraca/AL; 3- Penhora referente ao processo de nº 0000045-

32.2010.4.05.8001, Execução Fiscal, 8ª Vara Federal de Arapiraca/Al, por determinação do Exmo. Dr. Aloysio Cavalcanti Lima, MM. Juiz da 8ª Vara Federal de Arapiraca/AL.
DÉBITO: R$ 63.526,87 (sessenta e três mil, quinhentos e vinte e seis reais e oitenta e sete centavos) em maio/2014.

LOTE 04
PROC. nº 0001846-56.2005.4.05.8001 Juiz T – EXECUÇÃO FISCAL
CDA. 31850777-3
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA (CNPJ 10.819.522/0001-73)
CORRESPONSÁVEIS: GERALDO BULHÕES BARROS (CPF 003.593.434-49) E GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES (CPF 317.279.801-15)
DEPOSITÁRIO: GERALDO BULHÕES BARROS (CPF 003.593.434-49)
ENDEREÇO: Rua Esperidião Rodrigues, 125, centro. CEP: 57300-060. Arapiraca/AL.
ADVOGADO: sem advogado.
LOCALIZAÇÃO DO BEM: Avenida Álvaro Otacílio, 4065, bairro Jatiúca. Maceió/AL.
BEM: 01 apartamento de nº 924, PENT'HOUSE MASTER, tipo M, componente do EdifícioMaceió Double Reverse Flat (atual Maceió Atalntic Suites, antigo Hotel Meliá), situado na Avenida Álvaro Otacílio, 4065, Jatiúca, encravado no 9º e 10º pavimentos do citado edifício, com os seguintes cômodos: sala, circulação, uma suíte com sanitário, dois quartos, um sanitário, três varandas e escada no pavimento inferior. Sala, sanitário, cozinha, adega, terraço, deck, piscina e jardim no pavimento superior, com área privativa de 209,59 m², área comum 170,04 m², área total de 379,63m² e fração ideal de terreno 130,12340. Imóvel devidamente matriculado no 1º Cartório de Registro de Imóveis de Maceió/Al.. sob a matrícula de nº 73.881.
AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 1.100.000,00 (hum milhão e cem mil reais) em maio/2014.
INCLUSÃO VIRTUAL: não consta.
DUPLICIDADE DE PENHORA: 1- Penhora referente ao processo de nº 001.97.496-7, processado na 1ª Vara Cível de Feitos Não Privativos, por determinação do MM. Juiz Dr. Ivan Vasconcelos Brito Júnior, MM. Juiz da 1ª Vara Cível de Feitos Não Privativos; 2- Penhora referente à Reclamação Trabalhista de nº 01586-2005-009-19-00-0, processada na 9ª Vara do Trabalho de Maceió/AL; 3- Penhora referente à Reclamação Trabalhista de nº 02284-1997-002-19-00-0, processada na Justiça do Trabalho - TRT da 19ª Região - 2ª Vara do Trabalho de Maceió/AL; 4- Penhora referente à Reclamação Trabalhista de nº 0125000-58.2008.5.19.0007, processada na Justiça do Trabalho - TRT da 19ª Região - 7ª Vara do Trabalho de Maceió/AL; 5- Penhora referente à Reclamação Trabalhista de nº 0117800-28.2002.5.19.001, processada na Justiça do Trabalho - TRT da 19ª Região - 1ª Vara do Trabalho de Maceió/AL; 8- Penhora referente ao processo de nº 1993/97, Ação de Cobrança, processada na 1ª Vara Cível de Feitos Não Privativos, por determinação MM. Juiz Dr. Ivan Vasconcelos Brito Júnior, MM. Juiz da 1ª Vara Cível de Feitos Não Privativos; 9- Penhora referente ao processo 0004769-87.2007.4.05.8000, Cumprimento de Sentença, processado na 5ª Vara Federal Privativa de Execuções Fiscais, por determinação do MM Juiz Raimundo Alves de Campos Júnior; e 10- Penhora referente ao processo 0008660-34.1998.4.05.8000, processado na 5ª Vara Federal Privativa de Execuções Fiscais, por determinação do MM Juiz Raimundo Alves de Campos Júnior.
DÉBITO: R$ 256.933,25 (duzentos e cinquenta e seis mil, novecentos e trinta e três reais e vinte e cinco centavos) em maio/2014.

LOTE 05
PROC. nº 0000589-15.2013.4.05.2013 Juiz T – EXECUÇÃO FISCAL
CDA. 43.2.13.00432-80; 43.6.13.001142-41; 43.6.13.001143-22; 43.6.13.001248-08; 43.6.13.001249-80
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: CONSTRUTORA ELETROCANO LTDA (CNPJ 04841384/0001-26)
REPRESENTANTE LEGAL E DEPOSITÁRIO: JOSÉ VERÍSSIMO DA SILVA (CPF 987.564.608-30)

ENDEREÇO: Rua Estudante Lúcio Flávio da Silva, 68, bairro Santa Edwirges. CEP: 57310-350. Arapiraca/AL
ADVOGADO: sem advogado
LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua Estudante Lúcio Flávio da Silva, 68, bairro Santa Edwirges. CEP: 57310-350. Arapiraca/AL
BEM: 01 veículo VW/KOMBI, PLACA MUL 9592, ano /modelo 2002/2002, chassi: 9BWGB07X92P007220, em bom estado de conservação.
AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 20.000,00 (vinte mil reais) em abril de 2014.
INCLUSÃO VIRTUAL: não consta.
DUPLICIDADE DE PENHORA: não consta.
DÉBITO: R$ 35.520,51 (trinta e cinco mil, quinhentos e vinte reais e cinquenta e um centavos) em maio/2014.

LOTE 06
PROC. nº 0000400-71.2012.4.05.8001 Juiz T – EXECUÇÃO FISCAL
CDA. 43.2.11.001387-92; 43.6.11.004608-71; 43.6.11.004609-52
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ATTACK MOTORS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP (CNPJ 07131333/0001-07)
REPRESENTANTE LEGAL E DEPOSITÁRIO: JOSÉ VERÍSSIMO DA SILVA (CPF 987.564.608-30)
ENDEREÇO: Avenida Santa Felicidade, 105, bairro Jardim Tropical. CEP: 57316-070. Arapiraca/AL.
ADVOGADO: sem advogado
LOCALIZAÇÃO DO BEM: Avenida Santa Felicidade, 105, bairro Jardim Tropical. CEP: 57316-070. Arapiraca/AL.
BENS:

1- 01 ônibus de transporte urbano, marca Volvo, carroceria Caio, articulado com 03 eixos, placa MUR 5963, chassi 9BV58EC10FE302427, ano de fabricação 1992, em estado de conservação ruim, sem funcionamento. Avaliado em R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) em abril de 2014.
2- 01 elevador automotivo de sistema mecânico, com motor Weg, em estado de conservação ruim, sem funcionamento. Avaliado em R$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais) em abril de 2014.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 34.071,01 (trinta e quatro mil, setenta e um reais e um centavos)
INCLUSÃO VIRTUAL: não consta.
DUPLICIDADE DE PENHORA: não consta.
DÉBITO: R$ 34.426,15 (trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e seis reais e quinze centavos) em maio/2014.

LOTE 07
PROC. nº 0000265-69.2006.4.05.8001 – Juiz S – EXECUÇÃO FISCAL
CDA. 43 4 04 001564-58; 43 4 05 000594-46
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: EVERALDO CORREIA CAVALCANTE MADEIRAS (CNPJ 01384748/0001-06); CÍCERA CORREIA CÉSAR MADEIRAS E TRANSPORTES ME (CNPJ 06.007.601/0001-02)
ENDEREÇO: Rua Dom Vital, 302, bairro Centro. CEP: 57300-230. Arapiraca/AL
DEPOSITÁRIO: Everaldo Correia Cavalcante (CPF 025.835.274-26)
ADVOGADO: Rogério Ricardo Lúcio de Magalhães (OAB/AL 5.576)
ENDEREÇO E LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua Dom Vital, 302, bairro Centro. CEP: 57300-230. Arapiraca/AL
BENS: 270 (duzentos e setenta) peças de linha de cinco metros e meio de madeira mista (sapucaia, guajará, tanibuca etc...). Avaliação do metro a R$ 10,00 (dez reais), perfazendo um total de R$ 14.850,00 (quatorze mil, oitocentos e cinquenta reais)
AVALIAÇÃO: R$ 14.850,00 (quatorze mil, oitocentos e cinquenta reais) em setembro de 2013.
INCLUSÃO VIRTUAL: não consta.
DUPLICIDADE DE PENHORA: não consta.

DÉBITO: R$ 17.987,93 (dezesete mil, novecentos e oitenta e sete reais e noventa e três centavos) em dezembro/2013.

LOTE 08
PROC. nº 0000554-55.2013.4.05.8001 - Juiz S - EXECUÇÃO FISCAL
CDA. 39.250.876-1; 39.250.877-0; 39.948.662-3; 40.613.893-1; 40.613.894-0; 40.756.741-0; 40.756.742-9; 41.491.536-4; 41.491.536-4; 41.491.537-2.
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: IMPERIAL DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA (CNPJ 08.091.499/0001-00)
REPRESENTANTE LEGAL: IOLANDA LIRA DE ALMEIDA (CPF 648.405.904-78)
ENDEREÇO: Rua Maravilha, 129, Bairro Jardim Tropical. CEP: 57.316-100. Arapiraca/AL
ADVOGADO: sem advogado
LOCALIZAÇÃO DO(S) BEM(NS): Rua Maravilha, 129, Bairro Jardim Tropical. CEP: 57.316-100. Arapiraca/AL
BENS:

1. 01 computador Mídia Informática Intel Pentium, 4GB de RAM, com monitor AOC LCD 15", teclado, mouse e estabilizador. Avaliado em R$ 900,00.
2. 01 computador Mídia Informática Intel Celeron, 2GB de RAM, com monitor AOC LCD 15 ",teclado, mouse e estabilizador. Avaliado em R$ 700,00.
3. 01 computador Space BR Intel Atom, 2GB de RAM, com monitor AOC LCD 15", teclado, mouse e estabilizador. Avaliado em R$ 700,00.
4. 01 computador Mídia Informática Intel Celeron, 2GB de RAM, com monitor AOC LCD 15 ",teclado, mouse e estabilizador. Avaliado em R$ 700,00.
5. 01 computador Mídia Informática Intel Pentium, 2GB de RAM, com monitor AOC LCD 15", teclado, mouse e estabilizador. Avaliado em R$ 700,00.
6. 01 computador Space BR Intel Atom, 2GB de RAM, com monitor AOC LCD 15", teclado, mouse e estabilizador. Avaliado em R$ 700,00.
7. 01 computador Mídia Informática Intel Pentium, 3GB de RAM, com monitor AOC LCD 15", teclado, mouse e estabilizador. Avaliado em R$ 750,00.
8. 01 computador Mídia Informática Intel Pentium, 2GB de RAM, com monitor AOC LCD 15", teclado, mouse e estabilizador. Avaliado em R$ 700,00.
9. 01 impressora multifuncinal Lexmark T654dn. Avaliado em R$ 700,00
10. 01 frigobar Prosdócimo R13 FLAT PLUS, em estado de conservação ruim. Avaliado em R$ 350,00.
11. 01 balcão de madeira e fórmica com quatro portas. Avaliado em R$ 350,00.
12. 06 mesas de escritório retangulares com duas gavetas cada, medindo aproximadamente 1,2 m. Avaliadas individualmente em R$ 300,00, perfazendo um total de R$ 1.800,00.
13. 01 mesa de escritório retangular, em gavetas. Avaliado em R$ 250,00.
14. 01 mesa de escritório em L, com duas gavetas. Avaliado em R$ 350,00.
15. 01 armário de escritório, medindo aproximadamente 1,5m de altura x 1,0 m de largura, com duas portas na parte de baixo, sem prateleiras. Avaliado em R$ 450,00.
16. 02 suportes de madeira com uma prateleira cada. Avaliados individualmente em R$ 150,00, perfazendo um total de R$ 300,00.
17. 07 cadeiras de escritório giratórias, sem braço. Avaliadas individualmente em R$ 150,00, perfazendo um total de R$ 1.050,00.
18. 01 cadeira de escritório com dois braços. Avaliado em R$ 400,00.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 11.850,00 (onze mil, oitocentos e cinquenta reais), em janeiro/2014.
INCLUSÃO VIRTUAL: não consta.
DUPLICIDADE DE PENHORA: não consta;

DÉBITO: R$ 875.927,76 (oitocentos e setenta e cinco mil, novecentos e vinte e sete reais e setenta e seis centavos), em fevereiro/2014.

LOTE 09
PROC. nº 0000324-47.2012.4.05.8001 - Juiz T - EXECUÇÃO FISCAL
CDA. 40.102.947-6; 40.102.948-4
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: CONSTRUTORA ELETROCANO LTDA (CNPJ 04.841.384/0001-26)
ENDEREÇO: Rua Estudante Lúcio Flávio da Silva, 68, bairro Santa Edwirges. CEP: 57.310-350. Arapiraca/AL
DEPOSITÁRIO: José Veríssimo da Silva (CPF 987.564.608-30)
ADVOGADO: sem advogado
LOCALIZAÇÃO DO(S) BEM(NS): Rua Estudante Lúcio Flávio da Silva, 68, bairro Santa Edwirges. CEP: 57.310-350. Arapiraca/AL
BENS:

1. 02 arquivos em aço com 04 gavetas. Avaliados em R$ 300,00.
2. 03 condicionadores de ar, marca Eletrolux, com 7500 BTU'S. Avaliado em R$ 900,00.
3. 01 computador SIM, com processador INTEL PENTIUM ES400, 4GB de memória RAM, HD 750GB. Avaliado em R$ 500,00.
4. 01 computador ZMAX, com processador CELERON 430, 01GB de memória RAM, HD 160GB. Avaliado em R$ 300,00.
5. 01 computador, com processador PENTIUM DUAL CORE, 2,60GHZ, 4GB de memória RAM, HD 500GB. Avaliado em R$ 450,00.
6. 01 impressora EPSON TX 115. Avaliado em R$ 200,00.
7. 01 impressora laser HP 1020. Avaliado em R$ 350,00.
8. 01 monitor de 15", marca AOC. Avaliado em R$ 150,00.
9. 01 monitor de 15", marca PHILLIPS. Avaliado em R$ 150,00.
10. 01 monitor de 22", marca AOC. Avaliado em R$ 300,00.
11. 02 lixadeiras DWT. Avaliadas em R$ 500,00.
12. 01 furadeira MOTOMIL 2801F, em bom estado de conservação. Avaliada em R$ 1.100,00.
13. 01 furadeira MOTOMIL 2801F, em mau estado de conservação. Avaliada em R$ 500,00.
14. 01 máquina de corte, sem indicação de marca, em mau estado de conservação. Avaliada em R$ 400,00.
15. 01 máquina de solda BANBOZZI MM 300, em bom estado de conservação. Avaliada em R$ 1.000,00.
16. 01 máquina de solda PICOLLA 400T, em regular estado de conservação. Avaliada em R$ 900,00.
17. 01 gerador sem indicação de capacidade ou de marca. Avaliada em R$ 1.000,00.
18. 01 sofá com 03 sugares, em chenile marrom. Avaliado em R$ 600,00.
19. 01 gelágua ESMALTEC. Avaliado em R$ 200,00.
20. 02 birôs com 04 gavetas na cor azul. Avaliados em R$ 600,00.
21. 02 cadeiras diretor com estofado preto. Avaliadas em R$ 500,00.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 10.900,00 (dez mil e novecentos reais), em janeiro/2014.
INCLUSÃO VIRTUAL: não consta.
DUPLICIDADE DE PENHORA:
DÉBITO: R$ 76.505,36 (setenta e seis mil, quinhentos e cinco reais e trinta e sete centavos), em março/2014.

LOTE 10
PROC. nº 0000033-81.2011.4.05.8001 Juiz T – EXECUÇÃO FISCAL
CDA. 60361955-0
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: AUTO POSTO BANANEIRAS LTDA (CNPJ 08.615.908/0001-11)
DEPOSITÁRIO: BERENICE ARAÚJO DA SILVA (CPF 162.547.164-53)

ENDEREÇO: Rua Marechal Deodoro, 275, Centro. CEP: 57313-010. Arapiraca/AL.
ADVOGADO: sem advogado.
LOCALIZAÇÃO DO(S) BEM(NS): Rua Marechal Deodoro, 275, Centro. CEP: 57313-010. Arapiraca/AL.
BENS:

1- 4.469 litros de gasolina comum, avaliados em R$ 2,95 o litro – perfazendo um total de R$ 13.183,55.
2- 710 litros de óleo diesel, avaliados em R$ 2,40 o litro – perfazendo um total de R$ 1.704,00.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 14.887,55 (quatorze mil, oitocentos e oitenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos) em fevereiro/2014.
INCLUSÃO VIRTUAL: não consta.
DUPLICIDADE DE PENHORA: não consta.
DÉBITO: R$ 197.140,30 (cento e noventa e sete mil, cento e quarenta reais e trinta centavos) em março/2014.

BENS PENHORADOS
EXEQUENTE: **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

LOTE 11
PROC. nº 0000013-61.2009.4.05.8001 Juiz S – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
CDA.
EXEQUENTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
EXECUTADO e DEPOSITÁRIO: LÍDIA ALYNE MENDES COUTINHO (CPF 860.710.684-87)
ENDEREÇO: Rua Presidente Getúlio Vargas, s/n, centro **ou** Rua Antônio Pereira de Souza, centro, próximo à Lan House Focus. CEP: 57.580-000. Major Isidoro/AL
ADVOGADO: sem advogado
LOCALIZAÇÃO DO BEM: Município de Major Isidoro/Al
BEM: 01 (uma) parte de terras no lugar denominado "SÍTIO CACHOEIRA", município de Major Isidoro/AL, que passará a denominar-se "SÍTIO ESPERANÇA", deste município de Major Isidoro/AL, medindo uma área de 30,00 (trinta) tarefas, equivalentes a 9,09 (nove hectares e nove ares), com pastagens nativas da região e toda cercada de arame farpado, limitando-se da maneira seguinte: ao nascente, com Sebastião Alves da Rocha; ao poente, com Luzia Maria Alves; ao norte, com Jonas Araújo e ao sul, com Laudelino Emerencio da Silva, cadastrada no INCRA sob o nº 242.071.002.429-0 e na Receita Federal sob o nº 5126863-9. Registrado no livro 2-F-1, do Registro Geral de Imóveis da Cidade de Major Isidoro/AL, às fls. 188, matrícula nº 3.760.
AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 33.000,00 (trinta e três mil reais) em julho/2014.
INCLUSÃO VIRTUAL: não consta.
DUPLICIDADE DE PENHORA: não consta.
DÉBITO: R$ 30.763,67 (trinta mil, setecentos e sessenta e três reais e sessenta e sete centavos) em setembro de 2009.

LOTE 12
PROC. nº 0000683-94.2012.4.05.8001 Juiz T – EXECUÇÃO FISCAL
CDA. CSAL 201200158; FGAL201200157
EXEQUENTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
EXECUTADO: MANOEL CASSIANO DE FARIAS E CIA LTDA (CNPJ 081745570001-50)
DEPOSITÁRIO: MANOEL CASSIANO DE FARIAS (CPF 140.185.604-78)
ENDEREÇO: Rodovia AL 220, Km 29, bairro Planalto. CEP: 57313-130. Arapiraca/AL
ADVOGADO: sem advogado
LOCALIZAÇÃO DOS BENS: Rodovia AL 220, Km 29, bairro Planalto. CEP: 57313-130. Arapiraca/AL
BENS: 03 balcões em fórmica e madeira com frente de vidro. Avaliados individualmente em R$ 1.500,00 – perfazendo um total de R$ 4.500,00.
AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) em abril/2013.

INCLUSÃO VIRTUAL: não consta.
DUPLICIDADE DE PENHORA: não consta.
DÉBITO: R$ 4.306,72 (quatro mil, trezentos e seis reais e setenta e dois centavos) em fevereiro/2014.

LOTE 13
PROC. nº 0000026-26.2010.4.05.8001 Juiz T – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
CDA.
EXEQUENTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
EXECUTADO: J C DA SILVA ARAPIRACA ME E OUTRO (CNPJ 00812462/0001-03)
REPRESENTANTE LEGAL E DEPOSITÁRIO: JOSÉ CLÁUDIO DA SILVA (CPF 346.920.884-00)
ENDEREÇO: Av. Luis Cavalcante, 359, Alto do Cruzeiro. CEP: 57312-000. Arapiraca/AL.
ADVOGADO: Wesley Souza de Andrade (OAB/AL5464)
LOCALIZAÇÃO DOS BENS: Av. Luis Cavalcante, 359, Alto do Cruzeiro. CEP: 57312-000. Arapiraca/AL.
BENS:

1- 01 televisor LCD, marca Samsung, 20 polegadas, em bom estado de conservação, reavaliada em R$ 400,00.
2- 01 aparelho decodificador marca EVO BOX XL, em bom estado de conservação, reavaliado em R$ 50,00.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) em fevereiro/2013.
INCLUSÃO VIRTUAL: não consta.
DUPLICIDADE DE PENHORA: não consta.
DÉBITO: R$ 197.140,30 (cento e noventa e sete mil, cento e quarenta reais e trinta centavos) em março/2014.

O leilão far-se-á mediante pagamento em dinheiro (à vista) e/ou, quando possível, será parcelado (processos em que a Fazenda Nacional for exequente). No preço serão computados o pagamento das custas e a comissão do Leiloeiro.

Lance mínimo: 50%(Cinqüenta por cento) do valor da avaliação.

Eu _____ Walewska Ferreira Campos, TÉCNICA JUDICIÁRIA, digitei e conferi e eu, _____ Manoel Belmiro Neto, Diretor de Secretaria, reconferi e subscrevo.

Arapirca(AL), em 30 de julho de 2014.

ROSMAR ANTONNI RODRIGUES CAVALCANTI DE ALENCAR
Juiz Federal

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL Fls. 173

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que em cumprimento ao decisório de fls. 146, o(s) bem(ns) outrora penhorado(s) nos presentes autos executivos, de acordo com o **Edital de Leilão e de Intimação EDT.0012.000075-4/2014** publicado no Diário Eletrônico da Justiça Federal **edição nº 141.0/2014** de **31/07/2014**, Macció/AL, encontra(m)-se com as respectivas datas para hasta pública: 1ª praça – 15 (quinze) de agosto de 2014 às 9h (pelo preço da avaliação) e 2ª praça – 29 (vinte e nove) de agosto de 2014 às 9h (por qualquer preço, exceto valor vil), a realizar-se no prédio da Justiça Federal, Avenida Menino Marcelo, Serraria, Maceió/AL.

Certifico ainda que o inteiro teor do referido Edital do Leilão encontra-se nas folhas 161 | 163.

Arapiraca, 31 de julho de 2014.

Walewska Ferreira Campos
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

REMESSA

Remeto estes autos a(o) PGN

Arapiraca, 01 de 08 de 2014.

Walewska Ferreira Campos
Técnica Judiciária - Mat. AL 505
Justiça Federal em Alagoas

01 AGO. 2014

Vista em 04/08/14

André Gustavo Pasti
Procurador da Fazenda Nacional
1299460

174

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
01/08/2014 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 16:07:54

Credito: 318507773 CGC: 10.819.522/0001-73
Nome: **RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME**

Doc. de Origem..: 318507773 21/02/1994 =NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBIT
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 21/02/1994 Livro: 4 Folha: 028
Dt. de Inscricao: 19/10/1994 RFB: 02.001.010 Orgao Inscr.: 02.200.000
Periodo da Divida: 01/1991 a 01/1994 PRC Tramitacao: 02.200.801

Fase: 792 RESCISAO/EXCLUSAO DE CREDITOS DE PARCELA Dt. da Fase: 01/12/2009

Principal:	52.628,25	E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	0,00	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Multa de oficio:	0,00	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	35.336,63	S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	168.968,37	F - Fund. Legal	
Encargo legal:	0,00		
T o t a l:	256.933,25		
Honorarios:	0,00		

Valores atualizados p/ 05/2014 em REAL XMIT
J/H REFIS: **********0,00

Versão 0.268.01D6

JUNTADA

Junto a estes autos, nesta data, o que adiante se vê

Aut. 620058 28-2/2014

Arapiraca 08 de 08 de 2014.

Shayanne

Shayanne Karla Rocha Neto
Estagiária de Apoio Administrativo
Justiça Federal em Alagoas

Deferido e mn and.

EXMº SR. DR. JUIZ DA 12ª VARA DA JUSTIÇA FEDERAL EM ALAGOAS

175

Radio Cultura de Arapiraca Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.819.522/0001-73 vem mui respeitosamente requerer de V. Exª a suspensão do LEILÃO conforme o Mandado de Intimação sob nº 0012.000462-0/2014 com data e hora prevista para os dias 15 e 29/08/2014 às 09:00hs, devido ao parcelamento concedido pela Procuradoria da Fazenda Nacional do Processo sob nº 31.850.777-3, conforme documentos anexo:

1 – Recibo de Pedido de Parcelamento da Lei nº 12.996 de 18/06/2014;

2 - Guia de Recolhimento da 1ª parcela no valor de R$ 12.846,66;

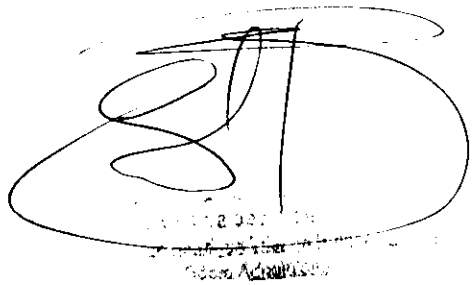
3 – Guia de Recolhimento da União no valor de R$ 1.915,38;

4 – Tela de demonstração das condições para que o parcelamento seja concedido.

08/08/2014 15:08 6200582382 12V 018465620054058001

Termos em que pede e espera deferimento.

Arapiraca (Al), 07 de Agosto de 2014



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

176

CNPJ: 10.819.522/0001-73
Nome Empresarial: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA ME:10819522000173

RECIBO DE PEDIDO DE PARCELAMENTO DA LEI Nº 12.996 DE 18 JUNHO DE 2014.

A pessoa jurídica acima identificada solicitou o parcelamento de débitos na modalidade Parcelamento de Débitos Previdenciários - PGFN de que trata a Lei nº 12.996/2014.

Este pedido de parcelamento somente produzirá efeitos com o correspondente pagamento da antecipação ou sua primeira parcela, em valor não inferior ao estipulado no parágrafo 2º do artigo 2º da Lei 12.996/2014, que deve ser efetuado até o dia 25/08/2014, com código de receita 4720.

O DARF para pagamento da 1º prestação da antecipação está disponível para impressão nas páginas da Secretaria da Receita Federal do Brasil ou da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional na Internet.

Confirmação recebida via Internet
Pelo Agente Receptor SERPRO
em 05/08/2014 às 14:24:19 (horário de Brasília)
Recibo: 00094699898127780580
Certificação Digital: 28B3 5027 1A0A C43D 552F 1CF6 0E9B 0190
CNPJ: 10.819.522/0001-73
Autoridade Certificadora: AC Instituto Fenacon

Aprovado pela IN/RFB nº 736/07 — 1ª via

177

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Documento de Arrecadação de Receitas Federais

DARF

02	PERÍODO DE APURAÇÃO	25/08/2014
03	NÚMERO DO CPF OU CNPJ	10.819.522/0001-73
04	CÓDIGO DA RECEITA	4720
05	NÚMERO DE REFERÊNCIA	
06	DATA DE VENCIMENTO	25/08/2014
07	VALOR PRINCIPAL	12.846,66
08	VALOR DA MULTA	
09	VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1025/69	
10	VALOR TOTAL	12.846,66

01 NOME / TELEFONE
RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA ME:10819

DARF válido para pagamento até 25/08/2014
Domicílio tributário informado: ARAPIRACA
NÃO RECEBER COM RASURAS

11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente nas 1ª e 2ª vias)

Lei Nº 12.996 de 2014 – Parcelamento — 05/08/2014 14:27:20

85610000128-3 46660064423-4 71108195220-4 00147204237-1

Titular do Certificado: 10.819.522/0001-73 - RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA ME:10819522000173
Responsável Legal: 317.279.801-15 - GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS

178

Emissão de Darf - Lei 12.996, de 2014

Dados do Contribuinte
CNPJ: 10.819.522/0001-73
Nome Empresarial: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA ME:10819522000173

ATENÇÃO

Para validação da opção pelo parcelamento será necessário o recolhimento de uma antecipação, que se refere a 1ª prestação do parcelamento, que deverá ser de:

a) 5% (cinco por cento) do montante da dívida objeto do parcelamento, após aplicadas as reduções, na hipótese de o valor total da dívida ser menor ou igual a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
b) 10% (dez por cento) do montante da dívida objeto do parcelamento, após aplicadas as reduções, na hipótese de o valor total da dívida ser maior que R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e menor ou igual a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);
c) 15% (quinze por cento) do montante da dívida objeto do parcelamento, após aplicadas as reduções, na hipótese de o valor total da dívida ser maior que R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e menor ou igual a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); ou
d) 20% (vinte por cento) do montante da dívida objeto do parcelamento, após aplicadas as reduções, na hipótese de o valor total da dívida ser maior que R$ [redacted]0.000,00 (vinte milhões de reais).

Para enquadramento do percentual de antecipação a ser recolhido considera-se o valor total da dívida na data do pedido, sem as reduções.

A antecipação poderá ser paga em até 5(cinco) parcelas iguais e sucessivas, ficando o devedor obrigado a calcular e recolher mensalmente cada parcela da antecipação. O pagamento da antecipação em cota única ou da 1ª prestação da antecipação deverá ser efetuado até o dia 25/08/2014. Se houver parcelamento da antecipação as demais parcelas vencerão no último dia útil de cada mês.

Após o pagamento das antecipações e enquanto não consolidada a dívida, o contribuinte deve calcular e recolher mensalmente a parcela cujo valor será o montante dos débitos objeto do parcelamento dividido pelo número de prestações pretendidas já descontadas as antecipações, observando os valores de parcelas mínimas (R$ 100,00 para pessoa jurídica e R$ 50,00 para pessoa física).

A partir da 2ª (segunda) parcela da antecipação, o valor de cada parcela será acrescido de juros correspondentes a variação mensal da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais a partir do mês subsequente de adesão ao parcelamento até o mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) para o mês do pagamento.

Continuar Retomar

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

00162001200046202014

PROCESSO	0001846-56.2005.4.05.8001 EXECUÇÃO FISCAL
EXEQÜENTE	FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO(A)	RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA e outros
CORRESPONSÁVEL	**GERALDO BULHÕES BARROS e GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS**
ENDEREÇO	**AV. JORGE MONTENEGRO BARROS, 2720, SANTA AMÉLIA. CEP: 57036-010. MACEIÓ/AL**
CDA	31850777-3
DÉBITO	R$ 256.933,25 (atualizado até MAIO/2014)
1° LEILÃO	**15 de agosto de 2014, às 09:00 horas**
2° LEILÃO	**29 de agosto de 2014, às 09:00 horas**

MANDADO DE INTIMAÇÃO DE LEILÃO

MAN.0012.000462-0/2014

O doutor **ROSMAR ANTONNI RODRIGUES CAVALCANTI DE ALENCAR**, Juiz Federal da 12ª Vara desta Seção Judiciária, na forma da lei etc.

MANDA ao Oficial de Justiça Avaliador deste Juízo Federal, a quem este for apresentado, que, em seu cumprimento, se dirija ao endereço acima indicado e proceda a **INTIMAÇÃO do executado acerca :**

a) das datas designadas para os leilões (1ª praça: **15 de agosto de 2014, às 09:00 horas** e 2ª praça: **29 de agosto de 2014, às 09:00 horas)**, advertindo-o que no primeiro o bem será alienado pelo preço da presente (re)avaliação e que no segundo pelo maior lance, exceto o lance com valor vil;

b) que os referidos atos realizar-se-ão nas datas e horários acima indicados, ADVERTINDO que serão realizados no auditório da sede da Justiça Federal, Seção Judiciária de Alagoas, localizada no Fórum Federal, situado na Av. Menino Marcelo, s/n, Serraria, Maceió/AL;

c) que eventual alteração na data e horário da realização do leilão será objeto de intimação por meio de edital publicado no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 5ª Região e afixação na Sede desta Subseção Judiciária;

d) caso seja este o depositário, de que ele está obrigado a mostrar o bem a qualquer interessado no leilão, sob pena de fixação de multa diária e/ou, se o caso, remoção imediata do (s) bem (ens) ao depósito do Leiloeiro Oficial ou outro local indicado pelo credor, arcando o depositário com todas as despesas de remoção. **Na hipótese de o bem penhorado não ser encontrado, deverá o depositário ser intimado a apresentá-lo ou a depositar o equivalente em dinheiro, no prazo de 48(quarenta e oito) horas, sob pena de multa.**

ANEXOS: Despacho de fls. 146, Laudo de Avaliação, Auto de Penhora e Certidão Expedida pelo Oficial de fls. 139/141/142.

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei, cientificando-se a parte executada que este Juízo tem sede no endereço acima mencionado e encontra-se aberto ao público de segunda a sexta-feira das 9h às 18h.

EXPEDIDO neste Município de Arapiraca-AL, em 17 de junho de 2014. Eu, _____ (Walewska Ferreira Campos), TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A), digitei e conferi.

Manoel Belmiro Neto
Diretor(a) de Secretaria – 12ª Vara

SR. CONTRIBUINTE: ESTA GUIA NÃO PODERÁ SER LIQUIDADA COM CHEQUE

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Guia de Recolhimento da União GRU JUDICIAL	Código de Recolhimento	18710-0
	Numero do Processo	18465620054058001
	Competência	08/2014
	Vencimento	30/08/2014
Nome do Contribuinte / Recolhedor **RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA**	CNPJ ou CPF do Contribuinte	10.819.522/0001-73
Nome da Unidade Favorecida **JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - AL**	UG / Gestão	090010 / 00001
Nome do Requerente / Autor	(=) Valor do Principal	1.915,38
CNPJ/CPF do Requerente / Autor	(-) Desconto/Abatimento	
Seção Judiciária **AL** Vara **12** Classe **99**	(-) Outras deduções	
Base de Calculo **256.933,25**	(+) Mora / Multa	
Instruções: As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos	(+) Juros / Encargos	
	(+) Outros Acréscimos	
SR. CAIXA: NÃO RECEBER EM CHEQUE Pagamento exclusivo na Caixa Econômica Federal [STN1702U2B1D6604534D1B24013E2C5D536]	(=) Valor Total	1.915,38

85820000019-8 15380281187-3 10001302108-3 19522000173-4



180
5

181

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

CONCLUSÃO

Faço conclusão destes autos ao MM. Juiz Federal, nesta data.

Arapiraca, 12 de agosto de 2014.

Manoel Belmiro Neto
DIRETOR(A) DE SECRETARIA

DESPACHO

Intime-se a exequente para, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, manifestar-se sobre o pedido de fls. 175 – suspensão do leilão em decorrência do parcelamento da dívida que se executa.

Após, venham-me os autos conclusos.

Arapiraca, 12 de agosto de 2014

ROSMAR ANTONNI RODRIGUES CAVALCANTI DE ALENCAR
Juiz Federal

Recebido em 13/08/14

Walewska Ferreira Campos
Técnica Judiciária - Mat. 6505
Justiça Federal em Alagoas

182

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

CERTIDÃO

Certifico, nesta data, que em cumprimento ao despacho/decisão/sentença de fls. 181, expedi o(a) Mandado n.º MAN.0012.000609-6/2014. O referido é verdade e dou fé.

Arapiraca, 13 de agosto de 2014.

Walewska Ferreira Campos
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

183

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAPIRACA – 12ª VARA

00162001200060962014

PROCESSO	0001846-56.2005.4.05.8001 – EXECUÇÃO FISCAL
EXEQÜENTE	FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO(A)	RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA e outros

MANDADO DE INTIMAÇÃO

MAN.0012.000609-6/2014

O doutor **ROSMAR ANTONNI RODRIGUES CAVALCANTI DE ALENCAR**, Juiz Federal da 12ª Vara desta Seção Judiciária, na forma da lei etc.

MANDA ao oficial de justiça deste Juízo, a quem for apresentado, que, em seu cumprimento, **INTIME** a **FAZENDA NACIONAL,** com endereço no Edifício Ministério da Fazenda - Praça D. Pedro II, nº 16, Centro, CEP: 57.020-440 - Maceió - AL, **PARA SE MANIFESTAR** em **24 (vinte e quatro) horas,** acerca do pedido de suspensão do leilão em decorrência de adesão ao parcelamento, consoante fls. 175/178 e 180, em anexo.

ANEXO: Despacho de fls. 181 e Petitório de fls. 175/178 e 180..

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei, cientificando-se a parte executada que este Juízo tem sede no endereço abaixo mencionado e encontra-se aberto ao público de segunda a sexta-feira das 9h às 18h.

EXPEDIDO neste Município de Arapiraca-AL, em 13 de agosto de 2014. Eu, _____ (Walewska Ferreira Campos), TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A), digitei e conferi.

Manoel Belmiro Neto
Diretor(a) de Secretaria

JUNTADA

Junto a estes autos, nesta data, o que adiante se vê

PET. 0005327/14

Arapiraca-AL, 14 de 08 de 2014.

Walewska Ferreira Campos
Técnica Judiciária - Mat. AL 505
Justiça Federal em Alagoas

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM ALAGOAS

184

EXCELENTÍSSIMO JUIZ FEDERAL DA 12ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS.

14601411:37 620059327 12V 01846562005405800l

Processo n. 0001846-56.2005.4.05.8001 – Execução Fiscal.
Exequente: União (Fazenda Nacional).
Executada: Rádio Cultura de Arapiraca.

A **União (Fazenda Nacional),** por seu Procurador que esta subscreve, vem perante Vossa Excelência, em atenção ao despacho de fls. 181, expor e requerer o que segue:

No referido despacho foi determinada a intimação da Fazenda Nacional para se manifestar, em 24 horas, sobre o pedido de fls. 175 – suspensão do leilão em decorrência do parcelamento da dívida que se executada.

Às fls. 176 foram apresentados documentos no sentido de comprovar que a empresa executada, em 05/08/2014, teria aderido ao parcelamento instituído pela Lei 12.996/2014 e realizado o pagamento da primeira parcela.

A União DISCORDA da suspensão da praça designada nestes autos.

A Portaria Conjunta PGFN/SRF 15/2009 estabelece, no §3º do art. 33, que:

> **Art. 33** . O pedido de parcelamento no âmbito da PGFN fica condicionado à apresentação de garantia real ou fidejussória, quando o valor da dívida consolidada for superior àquele fixado em Portaria do Ministro de Estado da Fazenda.
> (...)
> § 3º Em se tratando de débitos ajuizados garantidos por arresto ou penhora, **com leilão já designado**, o parcelamento, inclusive simplificado, somente será admitido se celebrado perante a autoridade administrativa, a seu exclusivo critério, mantidas, em qualquer caso, as garantias prestadas em juízo.

A partir das consultas extraídas do Sistemas da Dívida Ativa da União, depreende-se claramente que a adesão da empresa executada a este novo parcelamento teve como único objetivo suspender a praça designada nestes autos.

É que, conforme se observa da consulta anexa, a empresa executada vem aderindo a todos os parcelamentos, ordinário e especiais, lançados pelos diversos Governos ao longo dos anos, sem jamais cumpri-los integralmente e, consequentemente, quitar os débitos executados.

A consulta anexa, extraída do Sistema da Dívida da União e relativa à inscrição n. 43.2.00.000451-40, mostra, EXEMPLIFICATIVAMENTE[1], que aquele crédito já foi incluído em três parcelamentos distintos:

- 30/11/2003 a 24/07/207 – **PAES**;
- 14/08/2007 a 24/11/2012 – **Parcelamento Simples Nacional 2007**;
- 03/06/2013 a 08/12/2013 – **Parcelamento Simplificado;**

[1]O crédito relativo à inscrição n. 43.2.00.000451-40 foi tomado como exemplo porque as consultas dos créditos não previdenciários, controlados pelo Sida, são de fácil compreensão. O crédito executado, de igual modo, já esteve incluído em outros parcelamentos.

185

A inscrição n. 43.2.00.000451-40 foi inscrita na Dívida Ativa da União em 13/07/2000 e, passados mais de 14 (quatorze) anos, ainda não foi extinta justamente porque a empresa executada não cumpriu com os parcelamentos anteriores, não havendo a menor garantia de que será diferente com este novo parcelamento (Lei 12.966/2014)

O histórico da empresa executada, portanto, é manifestamente contrário ao deferimento deste novo parcelamento.

Esta execução fiscal foi ajuizada há mais de 9 (nove) anos e a suspensão da praça designada, como pretende a empresa executada, prolongaria indefinidamente o desfecho destes autos.

Não significa dizer que os débitos da empresa executada não poderão ser incluídos neste novo parcelamento, mas sim que o parcelamento do débito que aparelha esta execução fiscal (inscrição n. 31.850.777-3) se afigura extremamente prejudicial a Fazenda Nacional.

Neste sentido, o entendimento firmado pelo TRF da 5ª Região no julgamento da apelação interposta nos autos o processo n. 0000997-55.2013.4.05.8308:

> TRIBUTÁRIO E ADMNISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. EXECUÇÃO FISCAL. PRETENSÃO DE SUSPENSÃO DE REALIZAÇÃO DE LEILÃO JUDICIAL DE IMÓVEL PENHORADO. INDEFERIMENTO ADMINISTRATIVO DO PEDIDO DE PARCELAMENTO. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. 1. Caso em que ato de indeferimento do parcelamento está devidamente fundamentado e a fundamentação é idônea e razoável, encontrando-se dentro dos limites definidos pelo ordenamento jurídico. **2. Quando há leilão designado, o deferimento do parcelamento fica condicionado à manifestação expressa da unidade da PGFN, quanto à existência de interesse e conveniência do parcelamento. É o que se extrai do art. 33, parágrafo 3º, da Portaria Conjunta PGFN/RFN nº 15/2009.** 3. Assim, o Procurador não ultrapassou os limites do ato discricionário ao julgar desvantajoso para a Administração o deferimento do parcelamento requerido em data muito próxima a da hasta pública, agiu, tão somente, com o intuito de preservar o interesse do público. 4. Apelação não provida. (Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Processo: 0000997-55.2013.4.05.8308. Relator: Desembargador Federal Marcelo Navarro. Órgão Julgador: Terceira Turma. Fonte: DJE - Data::04/06/2014 – Página::92. Decisão: Unânime).

A ementa transcrita se subsume perfeitamente ao caso dos autos. Quando há leilão designado, o deferimento do parcelamento fica condicionado à manifestação expressa da PGFN, quanto a existência de interesse e conveniência do parcelamento, sendo evidente, no caso dos autos, pelo histórico da empresa executada e diante da iminência da realização da praça, que esta não merece uma quarta oportunidade de parcelar os seus débitos.

Quanto ao valor já recolhido e indicado às fls. 177, é necessário esclarecer que não diz respeito diretamente ao crédito executado nesta execução fiscal. Trata-se de um percentual calculado sobre o total dos débitos que a empresa executada pretende incluir no parcelamento[2] e, com certeza, será apropriado, oportunamente, nos demais débitos, sem qualquer prejuízo para a executada.

Logo, tendo em vista que esta execução já se encontra tramitando há mais de 09 (nove) anos, que o crédito já esteve parcelado em outras oportunidades, que o valor recolhido às fls. 177 será aproveitado em outros débitos e que já existe leilão designado, a União se manifesta pelo indeferimento do parcelamento exclusivamente no que diz respeito ao crédito executado nestes autos.

---

[2]Art. 2º Fica reaberto, até o dia 25 de agosto de 2014, o prazo previsto no § 12 do art. 1º e no art. 7º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, bem como o prazo previsto no § 18 do art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, atendidas as condições estabelecidas neste artigo. (Redação dada pela Medida Provisória nº 651, de 2014)

§ 2º A opção pelas modalidades de parcelamentos previstas no art. 1º da Lei nº 11.941; de 27 de maio de 2009, e no art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, ocorrerá mediante: (Redação dada pela Medida Provisória nº 651, de 2014)

I - antecipação de cinco por cento do montante da dívida objeto do parcelamento, após aplicadas as reduções, na hipótese de o valor total da dívida ser menor ou igual a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); (Redação dada pela Medida Provisória nº 651, de 2014)

II - antecipação de dez por cento do montante da dívida objeto do parcelamento, após aplicadas as reduções, na hipótese de o valor total da dívida ser maior que R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e menor ou igual a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); (Redação dada pela Medida Provisória nº 651, de 2014)

III - antecipação de quinze por cento do montante da dívida objeto do parcelamento, após aplicadas as reduções, na hipótese de o valor total da dívida ser maior que R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e menor ou igual a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); e (Incluído pela Medida Provisória nº 651, de 2014)

184

Diante de todo o exposto, a União requer o indeferimento do pedido formulado às fls. 175, com a consequente manutenção da hasta pública designada nos presentes autos.

Termos em que pede deferimento.

Maceió, 13 de agosto de 2014.

Bruno César Moura Brandão
Procurador da Fazenda Nacional

MINISTÉRIO DA FAZENDA **SERPRO**

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional **13/08/2014**

Resultado de Consulta da Inscrição

Inscrições Localizadas: 1 Inscrições Selecionadas: 0

Parâmetro de Localização: 43200000451

Seções Selecionadas: Informações Gerais, Ocorrências

ATENÇÃO

OS VALORES PRECEDIDOS PELA CIFRA 'CR' CORRESPONDEM A 'CRUZEIROS'
OS PRECEDIDOS PELA CIFRA 'CR$' CORRESPONDEM A 'CRUZEIROS REAIS'.

Inscrição 1 / 1

P G F N - CONSULTA - 13/08/2014 15:45:50
INFORMAÇÕES GERAIS DA INSCRIÇÃO

Devedor Principal: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA

CPF/CNPJ: 10819522/0001-73 **Inscrição:** 43 2 00 000451-40 **Número do Processo Administrativo:** 10410 201067/00-92

Situação: ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-C/ PARC ANT-TODOS DEBITOS ATENDEM

Série da Inscrição: IRPJ **Natureza da Dívida:** TRIBUTARIA

Data da Inscrição: 13/07/2000 **Valor Inscrito:** R$ 11.951,00 (UFIR 14.020,21 UFIR)

Receita: 3551 - DIV.ATIVA-IRPJ

Quant. de Débitos: 0012

Quant. Pagamentos: 0003

Quant. de Devedores: 0001

Quant. Parcelamentos: 0001 **Valor Remanescente:** R$ 11.367,16 (UFIR 13.315,69 UFIR)

Nº Judicial: 00000200580010006798 **Nº de Agrupamento para Ajuizamento:** 0430088909699

Nº Único de Processo Judicial: 00006790420054058001

Data de Protocolo: 03/05/2005

Data de Distribuição: 04/05/2005

Órgão de Justiça: COMARCA-ARAPIRACA

Data Falência: **Valor Consolidado:** R$ 42.456,42

Procuradoria de Inscrição: ALAGOAS

Procuradoria Responsável: ALAGOAS

Órgão de Origem:

Nº do Auto de Infração:

Devolução/Arquivamento:

Juízo: 431540 - 08ª VARA FEDERAL

Número do Imóvel (ITR):

Número do Imóvel (RIP):

Data da Extinção:

Motivo de Suspensão de Exigibilidade:

Motivo da Extinção:

Qtd. de Protestos: 000

Envio Análise do Órgão de Origem: Não

187

P G F N - CONSULTA - 13/08/2014 15:45:50
INFORMAÇÕES DE OCORRÊNCIAS

Data	Descrição
13/07/2000	Ocorrência: INSCRICAO
	Situação: ATIVA A SER COBRADA
05/08/2000	Ocorrência: PRIMEIRA COBRANCA
	Situação: ATIVA EM COBRANCA
27/11/2000	Ocorrência: EMISSAO PETICAO INICIAL E CDA
	Situação: ATIVA ENCAMINHADA PARA AJUIZAMENTO
28/11/2000	Ocorrência: EMISSAO DOCS PARA AJUIZAMENTO
	SETOR SECDAU OFICIO E31313/2000
06/01/2001	Ocorrência: SEGUNDA COBRANCA
	Situação: ATIVA AJUIZADA
30/11/2003	Ocorrência: SUSPENSAO EXIGIBILI. CREDITO
	Situação: ATIVA COM AJUIZAMENTO SUSPENSO EM RAZAO DA LEI 10.684/2003 - PAES
Data	**Descrição**
24/03/2007	Ocorrência: ENCERRADO POR RESCISAO PAES
	Situação: ATIVA AJUIZADA
06/04/2007	Ocorrência: SEGUNDA COBRANCA
	Situação: ATIVA AJUIZADA
14/08/2007	Ocorrência: ADESAO PARC. SIMPLES NAC. 2007
	Situação: ATIVA AJUIZADA COM EXIG. SUSPENSA - PARC SIMPLES NACIONAL 2007
24/11/2012	Ocorrência: ENCERRADO RESCIS.SIMP.NAC.2007
	Situação: ATIVA AJUIZADA
09/12/2012	Ocorrência: SEGUNDA COBRANCA
	Situação: ATIVA AJUIZADA
05/05/2013	Ocorrência: INCLUSAO NUMERO DE AGRUPAMENTO
	INCLUSAO NUMERO DE AGRUPAMENTO
Data	**Descrição**
03/06/2013	Ocorrência: CADASTR SOLIC PARCELAMENTO
	Situação: SEM ALTERACAO DA SITUACAO
03/06/2013	Ocorrência:
	Situação: ATIVA AJUIZADA EM PROCESSO DE CONCESSAO DE PARCELAMENTO SIMPLIFICADO
03/06/2013	Ocorrência: SUSPENSAO ATIVIDADES DA INSC
	Situação: ATIVA AJUIZADA EM PROCESSO DE CONCESSAO DF PARCELAMENTO SIMPLIFICADO
14/06/2013	Ocorrência: INCLUSAO DE PAGAMENTO
	ARREC 12/06/2013 VALOR R$ 731,92
15/06/2013	Ocorrência: CONFIRM ADESAO PARC SIMPLIF
	Situação: SEM ALTERACAO DA SITUACAO
02/10/2013	Ocorrência: INCLUSAO DE PAGAMENTO
	ARREC 30/09/2013 VALOR R$ 746,71
Data	**Descrição**
04/11/2013	Ocorrência: INCLUSAO DE PAGAMENTO
	ARREC 31/10/2013 VALOR R$ 751,86
08/12/2013	Ocorrência: RESCISAO ELETRONICA DO PARC
	Situação: ATIVA COM PARCELAMENTO SIMPLIFICADO RESCINDIDO E AJUIZAM A PROSSEGUIR
25/01/2014	Ocorrência: NEGOCIACAO PARC LEI 11941/2009
	Situação: ATIVA AJUIZADA AGUARD NEG LEI 11.941-C/ PARC ANT-TODOS DEBITOS ATENDEM

FIM DO RELATÓRIO DE CONSULTA

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

CONCLUSÃO

Faço conclusão destes autos ao MM. Juiz Federal, nesta data.

Arapiraca, 14 de agosto de 2014.

Manoel Belmiro Neto
DIRETOR(A) DE SECRETARIA

DECISÃO

A executada, por intermédio do petitório de fls. 175/180, requereu a retirada do bem outrora constrito nos presentes autos da hasta pública vindoura (1ª data – 15/08/2014; 2ª data – 29/08/2014).

A devedora fundamenta seu pleito suspensivo em pedido de parcelamento efetuado nos termos da Lei nº 12.996/2014 (documentos comprobatórios anexos).

Devidamente intimada, a PFN, fls. 184/187, não concordou com o pedido suspensivo.

É o que importa relatar. Decido.

A Fazenda Nacional apontou que a devedora aderiu a três distintos parcelamentos – PAES (30/11/2003 a 24/07/2007); PARCELAMENTO SIMPLES NACIONAL 2007 (14/08/2007 a 24/11/2012); PARCELAMENTO SIMPLIFICADO (03/06/2013 a 08/12/2013) -, mas não adimpliu as prestações decorrentes, e que por isso não ocorreu à quitação da dívida exequenda.

A manifestação da exequente – não concordância do pleito suspensivo do leilão – foi fundamentada em jurisprudência do Egrégio Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em sede de apelação, proveniente dos autos 0000997-55.2013.4.05.8308, segundo a qual **havendo leilão designado, o deferimento de pedido de parcelamento fica condicionado à manifestação expressa da unidade da PGFN, quanto à**

existência de interesse e conveniência do parcelamento (art. 33, §3º, da Portaria Conjunta PGFN/RFN nº 15/2009).

É importante ressaltar que o pleito da devedora não merece sequer ser analisado já que não foi subscrito por advogado. A capacidade postulatória, exclusiva dos advogados, é indispensável para julgamento dos diversos pedidos efetuados no curso processual.

O *caput* do art. 36 do Código de Processo Civil, estatuto de aplicação subsidiária nos feitos fiscais, **prescreve que a parte deve ser representada em juízo por advogado legalmente habilitado. Ao mesmo passo, permite a postulação em causa própria, quando tiver habilitação legal ou, não a tendo, no caso de falta de advogado no lugar ou recusa ou impedimento dos que houver.**

Nos presentes autos, o petitório de fls. 175 foi assianado pelo Sr. GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS, que se intitula sócio-administrador da Rádio Cultura de Arapiraca.

Facilmente se percebe, portanto, a ausência de capacidade postulatória do requerente.

Sendo assim, deixo de apreciar o pedido de suspensão do leilão, fls. 175, em virtude de o pleito não ter sido assinado por advogado previamente habilitado.

Dê-se continuidade aos atos expropriatórios.

Intime-se.

Arapiraca, 14 de agosto de 2014

ANTÔNIO JOSÉ DE CARVALHO ARAÚJO
Juiz Federal

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

CERTIDÃO

Certifico, nesta data, que em cumprimento ao despacho/decisão/sentença de fls. 188, expedi o(a) Mandado n.º MAN.0012.000618-5/2014. O referido é verdade e dou fé.

Arapiraca, 15 de agosto de 2014.

Walewska Ferreira Campos
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

190

OFICIAL PLANTONISTA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAPIRACA – 12ª VARA

URGENTE

00162001200061852014

PROCESSO	0001846-56.2005.4.05.8001 – EXECUÇÃO FISCAL
EXEQÜENTE	FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO(A)	RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA e outros
CORRESPONSÁVEIS	**GERALDO BULHÕES BARROS e GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS**

MANDADO DE INTIMAÇÃO

MAN.0012.000618-5/2014

O doutor **ROSMAR ANTONNI RODRIGUES CAVALCANTI DE ALENCAR**, Juiz Federal da 12ª Vara desta Seção Judiciária, na forma da lei etc.

MANDA ao oficial de justiça deste Juízo, a quem for apresentado, que, em seu cumprimento, **INTIME** o corresponsável **GERALDO BULHÕES BARROS (CPF 003.593.434-49),** com endereço no(a) AV. JORGE MONTENEGRO BARROS, 2720, SANTA AMÉLIA, CEP: 57036-010, MACEIÓ/AL, do inteiro teor do despacho de fls. 188, em anexo.

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei, cientificando-se a parte executada que este Juízo tem sede no endereço abaixo mencionado e encontra-se aberto ao público de segunda a sexta-feira das 9h às 18h.

EXPEDIDO neste Município de Arapiraca-AL, em 15 de agosto de 2014. Eu, _____ (Walewska Ferreira Campos), TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A), digitei e conferi.

Manoel Belmiro Neto
Diretor(a) de Secretaria

JUNTADA

Junto a estes autos, nesta data, o que adiante se vê

PET. 0005963-71.14

Arapiraca-AL, 18 de 08 de 2014.

Walewska Ferreira Campos
Técnica Judiciária - Mat. AL 505
Justiça Federal em Alagoas

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM ALAGOAS

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 191
ALAGOAS

EXCELENTÍSSIMO JUIZ FEDERAL DA 12ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS.

15460141346 620059637 12V 01846562005405800l

Processo n. 0001846-56.2005.4.05.8001 – Execução Fiscal.
Exequente: União (Fazenda Nacional).
Executada: Rádio Cultura de Arapiraca.

A **União (Fazenda Nacional),** por seu Procurador que esta subscreve, vem perante Vossa Excelência, em atenção ao despacho de fls. 181, expor e requerer o que segue:

No referido despacho foi determinada a intimação da Fazenda Nacional para se manifestar, em 24 horas, sobre o pedido de fls. 175 – suspensão do leilão em decorrência do parcelamento da dívida que se executada.

Às fls. 176 foram apresentados documentos no sentido de comprovar que a empresa executada, em 05/08/2014, teria aderido ao parcelamento instituído pela Lei 12.996/2014 e realizado o pagamento da primeira parcela.

A União DISCORDA da suspensão da praça designada nestes autos.

A Portaria Conjunta PGFN/SRF 15/2009 estabelece, no §3º do art. 33, que:

> **Art. 33** . O pedido de parcelamento no âmbito da PGFN fica condicionado à apresentação de garantia real ou fidejussória, quando o valor da dívida consolidada for superior àquele fixado em Portaria do Ministro de Estado da Fazenda.
>
> (...)
>
> § 3 º Em se tratando de débitos ajuizados garantidos por arresto ou penhora, **com leilão já designado**, o parcelamento, inclusive simplificado, somente será admitido se celebrado perante a autoridade administrativa, a seu exclusivo critério, mantidas, em qualquer caso, as garantias prestadas em juízo.

A partir das consultas extraídas do Sistemas da Dívida Ativa da União, depreende-se claramente que a adesão da empresa executada a este novo parcelamento teve como único objetivo suspender a praça designada nestes autos.

É que, conforme se observa da consulta anexa, a empresa executada vem aderindo a todos os parcelamentos, ordinário e especiais, lançados pelos diversos Governos ao longo dos anos, sem jamais cumpri-los integralmente e, consequentemente, quitar os débitos executados.

A consulta anexa, extraída do Sistema da Dívida da União e relativa à inscrição n. 43.2.00.000451-40, mostra, EXEMPLIFICATIVAMENTE[1], que aquele crédito já foi incluído em três parcelamentos distintos:

- 30/11/2003 a 24/07/207 – **PAES**;
- 14/08/2007 a 24/11/2012 – **Parcelamento Simples Nacional 2007**;
- 03/06/2013 a 08/12/2013 – **Parcelamento Simplificado;**

[1] O crédito relativo à inscrição n. 43.2.00.000451-40 foi tomado como exemplo porque as consultas dos créditos não previdenciários, controlados pelo Sida, são de fácil compreensão. O crédito executado, de igual modo, já esteve incluído em outros parcelamentos.

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 192
ALAGOAS

A inscrição n. 43.2.00.000451-40 foi inscrita na Dívida Ativa da União em 13/07/2000 e, passados mais de 14 (quatorze) anos, ainda não foi extinta justamente porque a empresa executada não cumpriu com os parcelamentos anteriores, não havendo a menor garantia de que será diferente com este novo parcelamento (Lei 12.966/2014)

O histórico da empresa executada, portanto, é manifestamente contrário ao deferimento deste novo parcelamento.

Esta execução fiscal foi ajuizada há mais de 9 (nove) anos e a suspensão da praça designada, como pretende a empresa executada, prolongaria indefinidamente o desfecho destes autos.

Não significa dizer que os débitos da empresa executada não poderão ser incluídos neste novo parcelamento, mas sim que o parcelamento do débito que aparelha esta execução fiscal (inscrição n. 31.850.777-3) se afigura extremamente prejudicial a Fazenda Nacional.

Neste sentido, o entendimento firmado pelo TRF da 5ª Região no julgamento da apelação interposta nos autos o processo n. 0000997-55.2013.4.05.8308:

> TRIBUTÁRIO E ADMNISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. EXECUÇÃO FISCAL. PRETENSÃO DE SUSPENSÃO DE REALIZAÇÃO DE LEILÃO JUDICIAL DE IMÓVEL PENHORADO. INDEFERIMENTO ADMINISTRATIVO DO PEDIDO DE PARCELAMENTO. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. 1. Caso em que ato de indeferimento do parcelamento está devidamente fundamentado e a fundamentação é idônea e razoável, encontrando-se dentro dos limites definidos pelo ordenamento jurídico. **2. Quando há leilão designado, o deferimento do parcelamento fica condicionado à manifestação expressa da unidade da PGFN, quanto à existência de interesse e conveniência do parcelamento. É o que se extraj do art. 33, parágrafo 3º, da Portaria Conjunta PGFN/RFN nº 15/2009.** 3. Assim, o Procurador não ultrapassou os limites do ato discricionário ao julgar desvantajoso para a Administração o deferimento do parcelamento requerido em data muito próxima a da hasta pública, agiu, tão somente, com o intuito de preservar o interesse do público. 4. Apelação não provida. (Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Processo: 0000997-55.2013.4.05.8308. Relator: Desembargador Federal Marcelo Navarro. Órgão Julgador: Terceira Turma. Fonte: DJE - Data::04/06/2014 – Página::92. Decisão: Unânime).

A ementa transcrita se subsume perfeitamente ao caso dos autos. Quando há leilão designado, o deferimento do parcelamento fica condicionado à manifestação expressa da PGFN, quanto a existência de interesse e conveniência do parcelamento, sendo evidente, no caso dos autos, pelo histórico da empresa executada e diante da iminência da realização da praça, que esta não merece uma quarta oportunidade de parcelar os seus débitos.

Quanto ao valor já recolhido e indicado às fls. 177, é necessário esclarecer que não diz respeito diretamente ao crédito executado nesta execução fiscal. Trata-se de um percentual calculado sobre o total dos débitos que a empresa executada pretende incluir no parcelamento[2] e, com certeza, será apropriado, oportunamente, nos demais débitos, sem qualquer prejuízo para a executada.

Logo, tendo em vista que esta execução já se encontra tramitando há mais de 09 (nove) anos, que o crédito já esteve parcelado em outras oportunidades, que o valor recolhido às fls. 177 será aproveitado em outros débitos e que já existe leilão designado, a União se manifesta pelo indeferimento do parcelamento exclusivamente no que diz respeito ao crédito executado nestes autos.

---

[2]Art. 2º Fica reaberto, até o dia 25 de agosto de 2014, o prazo previsto no § 12 do art. 1º e no art. 7º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, bem como o prazo previsto no § 18 do art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, atendidas as condições estabelecidas neste artigo. (Redação dada pela Medida Provisória nº 651, de 2014)

§ 2º A opção pelas modalidades de parcelamentos previstas no art. 1º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e no art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, ocorrerá mediante: (Redação dada pela Medida Provisória nº 651, de 2014)

I - antecipação de cinco por cento do montante da dívida objeto do parcelamento, após aplicadas as reduções, na hipótese de o valor total da dívida ser menor ou igual a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); (Redação dada pela Medida Provisória nº 651, de 2014)

II - antecipação de dez por cento do montante da dívida objeto do parcelamento, após aplicadas as reduções, na hipótese de o valor total da dívida ser maior que R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e menor ou igual a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); (Redação dada pela Medida Provisória nº 651, de 2014)

III - antecipação de quinze por cento do montante da dívida objeto do parcelamento, após aplicadas as reduções, na hipótese de o valor total da dívida ser maior que R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e menor ou igual a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); e (Incluído pela Medida Provisória nº 651, de 2014)

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 193
ALAGOAS

Diante de todo o exposto, a União requer o indeferimento do pedido formulado às fls. 175, com a consequente manutenção da hasta pública designada nos presentes autos.

Termos em que pede deferimento.

Maceió, 13 de agosto de 2014.

Bruno César Moura Brandão
Procurador da Fazenda Nacional

JUSTIÇA FEDERAL
194
ALAGOAS

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAPIRACA – 12ª VARA



PROCESSO	0001846-56.2005.4.05.8001 – EXECUÇÃO FISCAL
EXEQÜENTE	FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO(A)	RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA e outros

MANDADO DE INTIMAÇÃO

MAN.0012.000609-6/2014

O doutor **ROSMAR ANTONNI RODRIGUES CAVALCANTI DE ALENCAR**, Juiz Federal da 12ª Vara desta Seção Judiciária, na forma da lei etc.

MANDA ao oficial de justiça deste Juízo, a quem for apresentado, que, em seu cumprimento, **INTIME** a **FAZENDA NACIONAL,** com endereço no Edifício Ministério da Fazenda - Praça D. Pedro II, nº 16, Centro, CEP: 57.020-440 - Maceió - AL, **PARA SE MANIFESTAR em 24 (vinte e quatro) horas,** acerca do pedido de suspensão do leilão em decorrência de adesão ao parcelamento, consoante fls. 175/178 e 180, em anexo.

ANEXO: Despacho de fls. 181 e Petitório de fls. 175/178 e 180..

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei, cientificando-se a parte executada que este Juízo tem sede no endereço abaixo mencionado e encontra-se aberto ao público de segunda a sexta-feira das 9h às 18h.

EXPEDIDO neste Município de Arapiraca-AL, em 13 de agosto de 2014. Eu, _____ (Walewska Ferreira Campos), TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A), digitei e conferi.

Manoel Belmiro Neto
Diretor(a) de Secretaria

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

CONCLUSÃO

Faço conclusão destes autos ao MM. Juiz Federal, nesta data.

Arapiraca, 12 de agosto de 2014.

Manoel Belmiro Neto
DIRETOR(A) DE SECRETARIA

DESPACHO

Intime-se a exequente para, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, manifestar-se sobre o pedido de fls. 175 – suspensão do leilão em decorrência do parcelamento da dívida que se executa.

Após, venham-me os autos conclusos.

Arapiraca, 12 de agosto de 2014

ROSMAR ANTONNI RODRIGUES CAVALCANTI DE ALENCAR
Juiz Federal

Recebido em 13/08/14

Walewska Ferreira Campos
Técnica Judiciária - Mat. AL1165
Justiça Federal em Alagoas

Juntado em anexo. 196

EXMº SR. DR. JUIZ DA 12ª VARA DA JUSTIÇA FEDERAL EM ALAGOAS

Radio Cultura de Arapiraca Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.819.522/0001-73 vem mui respeitosamente requerer de V. Exª a suspensão do LEILÃO conforme o Mandado de Intimação sob nº 0012.000462-0/2014 com data e hora prevista para os dias 15 e 29/08/2014 às 09:00hs, devido ao parcelamento concedido pela Procuradoria da Fazenda Nacional do Processo sob nº 31.850.777-3, conforme documentos anexo:

1 – Recibo de Pedido de Parcelamento da Lei nº 12.996 de 18/06/2014;

2 - Guia de Recolhimento da 1ª parcela no valor de R$ 12.846,66;

3 – Guia de Recolhimento da União no valor de R$ 1.915,38;

4 – Tela de demonstração das condições para que o parcelamento seja concedido.

08/01/2014 15:08 6200592382 12V 01/04/2014 00:00 1

Termos em que pede e espera deferimento.

Arapiraca (Al), 07 de Agosto de 2014

JUSTIÇA FEDERAL
197
Fls.
ALAGOAS
176

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CNPJ: 10.819.522/0001-73
Nome Empresarial: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA ME:10819522000173

RECIBO DE PEDIDO DE PARCELAMENTO DA LEI Nº 12.996 DE 18 JUNHO DE 2014.

A pessoa jurídica acima identificada solicitou o parcelamento de débitos na modalidade Parcelamento de Débitos Previdenciários - PGFN de que trata a Lei nº 12.996/2014.

Este pedido de parcelamento somente produzirá efeitos com o correspondente pagamento da antecipação ou sua primeira parcela, em valor não inferior ao estipulado no parágrafo 2º do artigo 2º da Lei 12.996/2014, que deve ser efetuado até o dia 25/08/2014, com código de receita 4720.

O DARF para pagamento da 1º prestação da antecipação está disponível para impressão nas páginas da Secretaria da Receita Federal do Brasil ou da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional na Internet.

Confirmação recebida via Internet
Pelo Agente Receptor SERPRO
em 05/08/2014 às 14:24:19 (horário de Brasília)
Recibo: 00094699898127780580
Certificação Digital: 28B3 5027 1A0A C43D 552F 1CF6 0E9B 0190
CNPJ: 10.819.522/0001-73
Autoridade Certificadora: AC Instituto Fenacon

Aprovado pela IN/RFB nº 736/07

1ª via

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Documento de Arrecadação de Receitas Federais

DARF

02	PERÍODO DE APURAÇÃO	25/08/2014
03	NÚMERO DO CPF OU CNPJ	10.819.522/0001-73
04	CÓDIGO DA RECEITA	4720
05	NÚMERO DE REFERÊNCIA	
06	DATA DE VENCIMENTO	25/08/2014
07	VALOR PRINCIPAL	12.846,66
08	VALOR DA MULTA	
09	VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1025/69	
10	VALOR TOTAL	12.846,66

01 NOME / TELEFONE
RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA ME:10819

DARF válido para pagamento até 25/08/2014
Domicílio tributário informado: ARAPIRACA
NÃO RECEBER COM RASURAS

11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente nas 1ª e 2ª vias)

Lei Nº 12.996 de 2014 – Parcelamento 05/08/2014 14:27:20

85610000128-3 46660064423-4 71108195220-4 00147204237-1

85D3411 101 566 0768142 12.846,66 CRAI

198

JUSTIÇA FEDERAL 199

Titular do Certificado: 10.819.522/0001-73 - RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA ME:10819522000173
Responsável Legal: 317.279.801-15 - GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS

Emissão de Darf - Lei 12.996, de 2014

Dados do Contribuinte
CNPJ: 10.819.522/0001-73
Nome Empresarial: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA ME:10819522000173

ATENÇÃO

Para validação da opção pelo parcelamento será necessário o recolhimento de uma antecipação, que se refere a 1ª prestação do parcelamento, que deverá ser de:

a) 5% (cinco por cento) do montante da dívida objeto do parcelamento, após aplicadas as reduções, na hipótese de o valor total da dívida ser menor ou igual a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
b) 10% (dez por cento) do montante da dívida objeto do parcelamento, após aplicadas as reduções, na hipótese de o valor total da dívida ser maior que R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e menor ou igual a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);
c) 15% (quinze por cento) do montante da dívida objeto do parcelamento, após aplicadas as reduções, na hipótese de o valor total da dívida ser maior que R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e menor ou igual a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); ou
d) 20% (vinte por cento) do montante da dívida objeto do parcelamento, após aplicadas as reduções, na hipótese de o valor total da dívida ser maior que R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

Para enquadramento do percentual de antecipação a ser recolhido considera-se o valor total da dívida na data do pedido, sem as reduções.

A antecipação poderá ser paga em até 5(cinco) parcelas iguais e sucessivas, ficando o devedor obrigado a calcular e recolher mensalmente cada parcela da antecipação. O pagamento da antecipação em cota única ou da 1ª prestação da antecipação deverá ser efetuado até o dia 25/08/2014. Se houver parcelamento da antecipação as demais parcelas vencerão no último dia útil de cada mês.

Após o pagamento das antecipações e enquanto não consolidada a dívida, o contribuinte deve calcular e recolher mensalmente a parcela cujo valor será o montante dos débitos objeto do parcelamento dividido pelo número de prestações pretendidas já descontadas as antecipações, observando os valores de parcelas mínimas (R$ 100,00 para pessoa jurídica e R$ 50,00 para pessoa física).

A partir da 2ª (segunda) parcela da antecipação, o valor de cada parcela será acrescido de juros correspondentes à variação mensal da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais a partir do mês subsequente de adesão ao parcelamento até o mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) para o mês do pagamento.

Continuar Retornar

CONSULTA POR CONTRIBUINTE E RECEITA

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 200
3460DNS

Periodo disp: 06/09/1986 a 11/08/2014 **Periodo pesq:** 07/08/2014 a 11/08/2014

CNPJ	Nome Empresarial
10.819.522/0001-73	RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME

Receita	Nome da Receita
4720	Lei nº 12.996, de 2014 - PGFN - Débitos Previdenciários - Parcelamento

Dt. Arrec.	Bco/Ag.	Dt. Venc.	Processo	Sit.	Receitas	Valores
07/08/2014	237/ 3420	25/08/2014	--	ORI	4720	12.846,66
					Total:	12.846,66

Documento: 10123706030018557
Cód. Barras:
Data Emissão:

__ PAEX,CONSULTA,CONSEVENTO,EVENTOCONT (CONSULTA EVENTOS POR OPTANTE)_____

DATA : 13/08/2014 HORA : 15:10 USUARIO : NOEMI MARTINS



OPTANTE: 10.819.522/0

L.12996-PGFN

DATA INICIAL : 29/06

ASSINALE COM 'X

DESCRICAO EVE

X VALIDAÇÃO DE

EVENTO : VALIDAÇÃO DE PEDIDO DE PARCELAMENTO
CNPJ : 10.819.522/0001-73
RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME
DATA EVENTO : 12/08/2014 HORA EVENTO : 04:15:17
TIPO PARCELAMENTO : L.12996-PGFN-PREV
CPF USUÁRIO : SISTEMA
TERMINAL : SISTEMA
CODIGO DE ACESSO : 000.000.000.000
NUMEROS DE PAGAMENTOS :
34.616.702.030
NR PROCESSO ADMINISTRATIVO :
NR PROCESSO JUDICIAL :
PORTE EMPRESA : DEMAIS
DATA VALIDACAO : 05 / 08 / 2014

ENTER=SAI

PF3=SAI

SR. CONTRIBUINTE: ESTA GUIA NÃO PODERÁ SER LIQUIDADA COM CHEQUE

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Guia de Recolhimento da União GRU JUDICIAL	Código de Recolhimento	18710-0
	Número do Processo	18465620054068001
	Competência	08/2014
	Vencimento	30/08/2014
Nome do Contribuinte / Recolhedor **RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA**	CNPJ ou CPF do Contribuinte	10.819.522/0001-73
Nome da Unidade Favorecida **JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - AL**	UG / Gestão	090010 / 00001
Nome do Requerente / Autor	(=) Valor do Principal	1.915,38
CNPJ/CPF do Requerente / Autor	(-) Desconto/Abatimento	
Seção Judiciária AL Vara 12 Classe 99	(-) Outras deduções	
Base de Cálculo 266.933,25	(+) Mora / Multa	
Instruções: As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte pagador(a). Em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida junto ao Tribunal. **SR. CAIXA: NÃO RECEBER EM CHEQUE** Pagamento exclusivo na Caixa Econômica Federal (STN1702D2B1D6604534D1B24013E2C5D53G)	(+) Juros / Encargos	
	(+) Outros Acréscimos	
	(=) Valor Total	1.915,38

85820000019-8 15380281187-3 10001302108-3 19522000173-4

85400080201401379000209 2 1.915,38RD1906

JUSTIÇA FEDERAL Fls 203 ALAGOAS

124

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED
DÍVIDA ATIVA
01/08/2014 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 16:07:54

Credito: 318507773 CGC: 10.819.522/0001-73
Nome: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME

Doc. de Origem .: 318507773 21/02/1994 =NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBIT
Tipo de Credito .: 1 Dt. Cadastramento: 21/02/1994 Livro: 4 Folha: 028
Dt. de Inscricao: 19/10/1994 RFB: 02.001.010 Orgao Inscr.: 02.200.000
Periodo da Divida: 01/1991 a 01/1994 PRC Tramitacao: 02.200.801

Fase: 792 RESCISAO/EXCLUSAO DE CREDITOS DE PARCELA Dt. da Fase: 01/12/2009

Principal:	52.628,25	E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	0,00	R - End.Corr.	V - Val.Discriminados
Multa de ofício:	0,00	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	35.336,63	S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	168.968,37	F - Fund. Legal	
Encargo legal:	0,00		
T o t a l:	256.933,25		
Honorarios:	0,00		

Valores atualizados p/ 05/2014 em REAL XMIT
J/M REFIS: **********0,00

Versão 0.268.0106

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

TERMO DE LEILÃO NEGATIVO

Aos 15 (quinze) dias do mês de agosto do ano de 2014 (dois mil e quatorze), no Auditório do Fórum da Justiça Federal/AL, situado à Av. Menino Marcelo S/N, Serraria, Maceió/AL, às 09:00 horas, procedeu-se ao **PRIMEIRO LEILÃO** referente aos autos da presente ação.

Iniciado o pregão, o leiloeiro, Sr. Fernando Gustavo Alencar de Albuquerque Lins – Leiloeiro Oficial - anunciou a alienação judicial dos bens.

Não se apresentando nenhum pretendente, deu, o Sr. Leiloeiro, como **NEGATIVO** o presente leilão.

Do que para constar, lavrei o presente termo que, depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado.

Arapiraca, 15 de agosto de 2014.

Walewska Ferreira Campos
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)
Matrícula AL505

Fernando Gustavo Alencar de Albuquerque Lins
LEILOEIRO JUDICIAL OFICIAL

JUNTADA

Junto a estes autos, nesta data, o que adiante se vê

Man. 462-0/2014

Arapiraca 22 de 08 de 20 14.

Shayanne

Shayanne Karla Rocha [illegible]

Estagiária de Apoio Administrativo

Justiça Federal em Alagoas

Leilão 02/2014

Rudolpho

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL 205 5 ALAGOAS

00162001200046202014

PROCESSO	0001846-56.2005.4.05.8001 EXECUÇÃO FISCAL
EXEQÜENTE	FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO(A)	RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA e outros
CORRESPONSÁVEL	**GERALDO BULHÕES BARROS e GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS**
ENDEREÇO	**AV. JORGE MONTENEGRO BARROS, 2720, SANTA AMÉLIA. CEP: 57036-010. MACEIÓ/AL**
CDA	31850777-3
DÉBITO	R$ 256.933,25 (atualizado até MAIO/2014)
1º LEILÃO	**15 de agosto de 2014, às 09:00 horas**
2º LEILÃO	**29 de agosto de 2014, às 09:00 horas**

MANDADO DE INTIMAÇÃO DE LEILÃO

MAN.0012.000462-0/2014

O doutor **ROSMAR ANTONNI RODRIGUES CAVALCANTI DE ALENCAR**, Juiz Federal da 12ª Vara desta Seção Judiciária, na forma da lei etc.

MANDA ao Oficial de Justiça Avaliador deste Juízo Federal, a quem este for apresentado, que, em seu cumprimento, se dirija ao endereço acima indicado e proceda a **INTIMAÇÃO do executado acerca :**

a) das datas designadas para os leilões (1ª praça: **15 de agosto de 2014, às 09:00 horas** e 2ª praça: **29 de agosto de 2014, às 09:00 horas)**, advertindo-o que no primeiro o bem será alienado pelo preço da presente (re)avaliação e que no segundo pelo maior lance, exceto o lance com valor vil;

b) que os referidos atos realizar-se-ão nas datas e horários acima indicados, ADVERTINDO que serão realizados no auditório da sede da Justiça Federal, Seção Judiciária de Alagoas, localizada no Fórum Federal, situado na Av. Menino Marcelo, s/n, Serraria, Maceió/AL;

c) que eventual alteração na data e horário da realização do leilão será objeto de intimação por meio de edital publicado no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 5ª Região e afixação na Sede desta Subseção Judiciária;

d) caso seja este o depositário, de que ele está obrigado a mostrar o bem a qualquer interessado no leilão, sob pena de fixação de multa diária e/ou, se o caso, remoção imediata do (s) bem (ens) ao depósito do Leiloeiro Oficial ou outro local indicado pelo credor, arcando o depositário com todas as despesas de remoção. **Na hipótese de o bem penhorado não ser encontrado, deverá o depositário ser intimado a apresentá-lo ou a depositar o equivalente em dinheiro, no prazo de 48(quarenta e oito) horas, sob pena de multa.**

ANEXOS: Despacho de fls. 146, Laudo de Avaliação, Auto de Penhora e Certidão Expedida pelo Oficial de fls. 139/141/142.

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei, cientificando-se a parte executada que este Juízo tem sede no endereço acima mencionado e encontra-se aberto ao público de segunda a sexta-feira das 9h às 18h.

EXPEDIDO neste Município de Arapiraca-AL, em 17 de junho de 2014. Eu, _____ (Walewska Ferreira Campos), TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A), digitei e conferi.

Manoel Belmiro Neto
Diretor(a) de Secretaria – 12ª Vara

Juntado em anexo

207

JUNTADA

Junto a estes autos, nesta data, o que adiante se vê

AR OFI 409-3/2014

Arapiraca, 25 de 08 de 2014.

Shayanne

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR Remessa Int.

DESTINATÁRIO DO OBJETO / *DESTINATAIRE*

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / *NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE*

Ilmo Senhor Tabelião do 1º Registro Geral de Imóveis e Hipotecas

ENDEREÇO / *ADRESSE*

Rua Doutor Luís Pontes de Miranda, 36, Ed. Delmiro

CEP / *CODE POSTAL*	CIDADE / *LOCALITÉ*	UF	PAÍS / *PAYS*
57.020-150	Maceió	AL	Brasil

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / *DISCRIMINACION*

OFI. 0012.000409-3/2014/JF/AL (CF)

Rec nº. OOO1846-56.2005.4.05.8001

NATUREZA DO ENVIO / *NATURE DE L'ENVOI*

[ ] PRIORITÁRIA / *PRIORITAIRE*

[ ] EMS

[ ] SEGURADO / *VALEUR DÉCLARÉE*

ASSINATURA DO RECEBEDOR / *SIGNATURE DU DESTINATAIRE*

Eucloes O. Lima

DATA DE RECEBIMENTO / *DATE DE LIVRAISON*

29/8/14

CARIMBO DE ENTREGA / *UNITÉ DE DISTRIBUTION / BUREAU DE DESTINATION*

DD MACEIÓ 29 AGO 2014 AL

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / *NOM LISIBLE DU DESTINATAIRE*

Eucloes O. Lima

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

266236 IAI

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / *SIGNATURE DE L'AGENT*

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / *ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS*

7524/203-0 FC0463 / 16 114 x 186 mm

JUNTADA

Junto a estes autos, nesta data, o que adiante se vê

MNV 628-5/14

Arapiraca-AL, 28 de AGO de 2014.

Mario Célio Bezerra

leilão em and

OFICIAL PLANTONISTA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAPIRACA – 12ª VARA

URGENTE

00162001200061852014



PROCESSO	0001846-56.2005.4.05.8001 – EXECUÇÃO FISCAL
EXEQÜENTE	FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO(A)	RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA e outros
CORRESPONSÁVEIS	**GERALDO BULHÕES BARROS e GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS**

MANDADO DE INTIMAÇÃO

MAN.0012.000618-5/2014

O doutor **ROSMAR ANTONNI RODRIGUES CAVALCANTI DE ALENCAR**, Juiz Federal da 12ª Vara desta Seção Judiciária, na forma da lei etc.

MANDA ao oficial de justiça deste Juízo, a quem for apresentado, que, em seu cumprimento, **INTIME** o corresponsável **GERALDO BULHÕES BARROS (CPF 003.593.434-49),** com endereço no(a) AV. JORGE MONTENEGRO BARROS, 2720, SANTA AMÉLIA, CEP: 57036-010, MACEIÓ/AL, do inteiro teor do despacho de fls. 188, em anexo.

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei, cientificando-se a parte executada que este Juízo tem sede no endereço abaixo mencionado e encontra-se aberto ao público de segunda a sexta-feira das 9h às 18h.

EXPEDIDO neste Município de Arapiraca-AL, em 15 de agosto de 2014. Eu, _____ (Walewska Ferreira Campos), TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A), digitei e conferi.

Manoel Belmiro Neto
Diretor(a) de Secretaria

JUSTIÇA FEDERAL
Fls.
ALAGOAS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA ALAGOAS

Recebido no plantão
em 15/05/2014, às 13:28h.

C E R T I D Ã O

Certifico que, em cumprimento à Respeitável Ordem Judicial retro, dirigi-me ao endereço indicado, no dia 15/08/2014, às 19:52h, tendo encontrado o imóvel fechado. Certifico, ainda, que, retornei ao endereço fornecido, no dia 18/08/2014, à tarde, onde INTIMEI o Sr. Geraldo Bulhões Barros, fazendo-lhe a leitura de todo o teor da presente Ordem, tendo ele recebido a contrafé que lhe ofereci e exarado sua nota de ciente.

E, para constar, lavrei a presente certidão, que vai devidamente assinada por mim, Analista Judiciário.

O referido é verdade. Dou fé.

Maceió/AL., 18 de agosto de 2014.

JORGE HENRIQUE DE OLIVEIRA SANTOS
Analista Judiciário - Mat. 145
Justiça Federal

JUNTADA

Junto a estes autos, nesta data, o que adiante se vê

PET 6206313-2/14

Arapiraca-AL, 28 de Abril de 2014.

Mario Célio Bezerra

210

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUÍZ FEDERAL DA 12ª VARA DA JUSTIÇA FEDERAL DE ARAPIRACA/AL

28/07/2014 17:47 620063731 12V 018456230054058001

RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.819. 522/0001, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, por intermédio de seu advogado infra-assinado (PROCURAÇÃO ANEXA), requerer a suspensão do leilão conforme Mandado de Intimação sob nº 0012.000462-0/2014 e 0012.000618-5/2014, com data e hora previstas para os dias 15/08/2014 e 29/08/2014 às 09:00 horas, devido ao parcelamento concedido pela Procuradoria da Fazenda Nacional do processo sob nº 31.850.777-3, conforme documentos anexos (Recibo de Pedido de Parcelamento da Lei nº 12.996 de 18/06/2014; Guia de Recolhimento da 1ª parcela no valor de R$12.846, 66; Guia de Recolhimento da União no valor de R$ 1.915,38; Tela de demonstração das condições para que o parcelamento seja concedido).

Nestes termos,

Pede deferimento.

Arapiraca, 25 de Agosto de 2014

Gilmar Cotrim Camerino

OAB Nº 3186

211

MANDATO

RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA. ME., pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.819.522/0002-54, estabelecida na Rua Miguel Palmeira, nº 1513, 7º andar – Farol, em Maceió, Alagoas, CEP 57055-330, por seu representante legal, abaixo assinado, Geraldo Henrique Vilar de Bulhões Barros, inscrito no CPF/MF sob o nº 317.279.801-15, com endereço na Avenida Jorge Montenegro Barros, nº 2.720 – Santa Amélia, em Maceió, Alagoas, CEP 57063-010, nomeia e constitui seu bastante procurador a advogado **GILMAR COUTRIM CAMERINO**, brasileiro, inscrita na OAB/AL sob o nº 3.186, outorgando-lhe todos os poderes do foro em geral, constantes no art. 38, do Código de Processo Civil (CPC), com a cláusula "ad judicia", com a finalidade de realizar todos os atos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, inclusive, promover quaisquer medidas cautelares, recorrer em qualquer instância ou tribunal, arrolar, inquirir, contraditar e recusar testemunhas, produzir provas, arrazoar processos, requerer vistas dos mesmos, concordar com cálculos, custas e contas processuais, podendo, ainda, fazer defesas prévias, alegações finais, formar os documentos necessários, requerer laudos, avaliações e perícias, bem como arguir suspeição, falsidade e exceção, transigir, fazer acordo, firmar compromissos, confessar, renunciar, desistir, impugnar, receber e dar quitação, assinar termo de renúncia perante qualquer juízo, instância ou tribunal, reconhecer a procedência do pedido e substabelecer.

Maceió (AL), 22 de agosto de 2014.

RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA. – ME
INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 10.819.522/0002-54

217

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

CONCLUSÃO

Faço conclusão destes autos ao MM. Juiz Federal nesta data.

Arapiraca, 29 de agosto de 2014.

Benedeide Gonçalves Pinto
ANALISTA JUDICIÁRIO(A)

DECISÃO

A executada, por intermédio do petitório de fl. 210, reiterou o pedido de exclusão do bem outrora constrito nos presentes autos da hasta pública de hoje (1ª data – 15/08/2014; 2ª data – 29/08/2014), desta feita, mediante procurador habilitado nos autos.

A devedora fundamentou seu pleito suspensivo em pedido de parcelamento efetuado nos termos da Lei nº 12.996/2014 (documentos comprobatórios de fls. 176/180 e 215/216).

Devidamente intimada, a PFN, fls. 184/187, não concordou com o pedido suspensivo.

Relatou que a devedora já havia aderido a três distintos parcelamentos – PAES (30/11/2003 a 24/07/2007); PARCELAMENTO SIMPLES NACIONAL 2007 (14/08/2007 a 24/11/2012); PARCELAMENTO SIMPLIFICADO (03/06/2013 a 08/12/2013) -, mas não adimpliu as prestações decorrentes, e que, por isso, transcorrido mais de 09 anos, a presente execução ainda não foi extinta.

Asseverou que diante do histórico da empresa executada frente ao fisco, não existe menor garantia de que este novo parcelamento seja adimplido e, diante da

iminência da realização da praça, a executada não merece uma quarta oportunidade de parcelar seus débitos.

Logo, com fulcro no art. 33, §3°, da Portaria Conjunta PGFN/RFN n° 15/2009, indeferiu o pedido de parcelamento indicado pela executada no que diz respeito ao crédito executado nestes autos, fundamentando, ainda, seu posicionamento em julgado do Egrégio Tribunal Regional Federal da 5ª Região que, em sede de apelação, proveniente dos autos 0000997-55.2013.4.05.8308, com fulcro no dispositivo supracitado, decidiu que, havendo leilão designado, o deferimento de pedido de parcelamento fica condicionado à manifestação expressa da unidade da PGFN quanto à existência de interesse e conveniência do parcelamento

É o que importa relatar. Decido.

Assiste razão à exequente. Com base no art. 33, §3°, da Portaria Conjunta PGFN/RFN n° 15/2009, a consolidação do parcelamento depende de manifestação expressa da PFN/AL. Nos presentes autos, esta se posicionou contrária à consolidação do parcelamento para a dívida ora executada. Tal postura encontra guarita jurisprudencial, cite-se como outro exemplo, além do já citado pela PFN/AL, o seguinte julgado: TRF3, AI 00407459020064030000, 3ª Turma, Rel. Desembargador Federal Nery Junior, DJU 16/01/2008, página: 256.

Sendo assim, considerando que o crédito ora executado não foi parcelado diante da negativação da credora, indefiro o pedido da executada.

Dê-se continuidade aos atos expropriatórios.

Intimações e providências necessárias.

Arapiraca, 29 de agosto de 2014.

ANTÔNIO JOSÉ DE CARVALHO ARAÚJO
Juiz Titular da 8ª Vara no exercício da Titularidade da 12ª Vara

Poder Judiciário
Justiça Federal - 5a. Região
Seção Judiciária de Alagoas

218

Emitido em 29/08/2014 17:20

218

Termo de Retificação

Em cumprimento do R. despacho de fls. _____, em Arapiraca, 29 de agosto de 2014, é lavrado o presente termo, na forma abaixo:

	Processo.....:	0001846-56.2005.4.05.8001
	Classe do processo.....:	99 - EXECUÇÃO FISCAL
1.	Data do Protocolo.....:	11/05/2005
2.	Número de volumes.....:	1
3.	Nro. do processo adm....:	318507773
4.	Valor de execução.....:	R$ 1,00
5.	Observações.....:	
6.	Vara.....:	12 a. VARA FEDERAL - Juiz Titular
7.	Tipo de distribuição.....:	Redistrib. por atribuição-Remanejamento de Acervo
8.	Data/Hora distribuição....:	17/06/2013 13:21
9.	Distr. lançada por.....:	Antônio José de Carvalho Araújo
10.	Usuário ult. alteração....:	Flávia Rodrigues Leão Monteiro
11.	Data última alteração....:	29/08/2014 17:14
12.	Processo Prevento.....:	
13.	Nro. inscrição C.D.A.....:	31850777-3

SEQ- Tipo Parte	Nome das Partes do Processo	Característica
1-EXEQÜENTE	FAZENDA NACIONAL	
2-PROCURADOR	ELMA CARDOSO OLIVEIRA	
5-EXECUTADO	GERALDO HENRIQUE V DE B BARROS	
6-EXECUTADO	GERALDO BULHÕES BARROS	
4-ADVOGADO	SEM ADVOGADO	
3-EXECUTADO	RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA	
7-ADVOGADO	GILMAR COTRIM CAMERINO	

Processo prioritário conforme lei nro. 10173/2001

Alterações:

04/06/2014 16:46	Parte incluso(a) com valor 'EXECUTADO: GERALDO HENRIQUE V DE B BARROS'
04/06/2014 16:46	Parte incluso(a) com valor 'EXECUTADO: GERALDO BULHÕES BARROS'
29/08/2014 17:14	Parte incluso(a) com valor 'ADVOGADO: GILMAR COTRIM CAMERINO'

Para constar, lavro e assino o presente.

Diretor da Secretaria

Manoel Belmiro Neto
Diretor de Secretaria - 12ª Vara
Justiça Federal em Alagoas

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

JUSTIÇA FEDERAL
FLS. 219
ALAGOAS

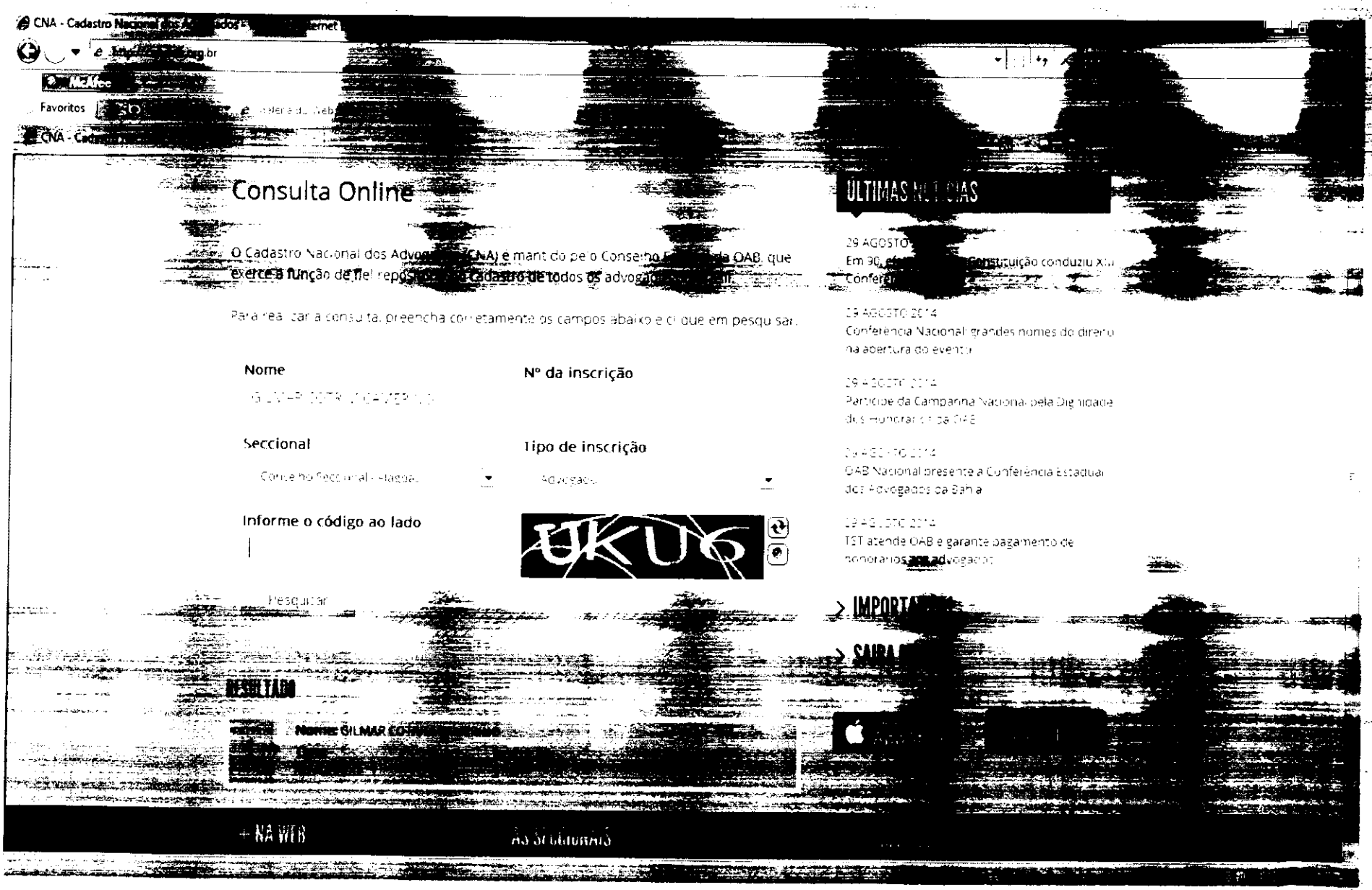
EXECUÇÃO FISCAL: 0001846-56.2005.4.05.8001

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento a decisão de fls. 217 e procuração de **fls 211,** foi incluído o advogado GILMAR COTRIM CAMERINO (OAB AL 3186) como procurador do executado RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA . **Certifico** ainda que, como o nome do referido advogado na procuração não coincide com o nome constante no "Cadastro de Advogado" no Sistema "TEBAS", o registro foi efetuado com base em consulta ao Cadastro Nacional dos Advogados – CNA, conforme anexo. O referido é verdade e dou fé.

Arapiraca (AL), 29 de agosto de 2014

Flávia Rodrigues Leão Monteiro
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)


Favoritos
Consulta Online
Para realizar a consulta, preencha corretamente os campos abaixo e clique em pesquisar.
Nome
Nº da inscrição
Seccional
Tipo de inscrição
Informe o código ao lado
Pesquisar
RESULTADO
ULTIMAS NOTICIAS
29 AGOSTO
29 AGOSTO 2014
Conferência Nacional: grandes nomes do direito na abertura do evento
29 AGOSTO 2014
Participe da Campanha Nacional pela Dignidade dos Honorários da OAB
29 AGOSTO 2014
OAB Nacional presente a Conferência Estadual dos Advogados da Bahia
29 AGOSTO 2014
TST atende OAB e garante pagamento de honorários aos advogados
+ NA WEB
AS SECCIONAIS

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-86.2005.4.05.8001

TERMO DE LEILÃO NEGATIVO

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de agosto do ano de 2014 (dois mil e quatorze), no Auditório do Fórum da Justiça Federal/AL, situado à Av. Menino Marcelo S/N, Serraria, Maceió/AL, às 09:00 horas, procedeu-se ao **SEGUNDO LEILÃO** referente aos autos da presente ação.

Iniciado o pregão, o leiloeiro, Sr. Fernando Gustavo Alencar de Albuquerque Lins – Leiloeiro Oficial - anunciou a alienação judicial dos bens.

Não se apresentando nenhum pretendente, deu, o Sr. Leiloeiro, como **NEGATIVO** o presente leilão.

Do que para constar, lavrei o presente termo que, depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado.

Arapiraca, 29 de agosto de 2014.

Walewska Ferreira Campos
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)
Matrícula AL505

Fernando Gustavo Alencar de Albuquerque Lins
LEILOEIRO JUDICIAL OFICIAL

222

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que o bem outrora penhorado e avaliado às fls. 141 e 142 respectivamente, não foi arrematado consoante se infere das Certidões de Leilão Negativo de fls. 204 e 221.

Arapiraca, 02 de setembro de 2014.

Walewska Ferreira Campos
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

223

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

EXECUÇÃO FISCAL : 0001846-56.2005.4.05.8001
Demandante(s): EXEQÜENTE: FAZENDA NACIONAL
Adv./Proc: (ELMA CARDOSO OLIVEIRA)
Demandado(s): EXECUTADO: GERALDO HENRIQUE V DE B BARROS e outros
Adv./Proc: (GILMAR COTRIM CAMERINO, SEM ADVOGADO)

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Boletim nº: 2014.000265

Certifico que o ato processual de fl. 27/27v foi publicado no Diário Eletrônico da JF da 5ª Região, edição n.º 163.0/2014, de 02/09/2014, fls. 24, ficando intimados os advogados e/ou procuradores acima relacionados. Data de circulação do jornal: 02/09/2014.

Arapiraca, 02 de setembro de 2014.

Walewska Ferreira Campos
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

JUNTADA

Junto a estes autos, nesta data, o que adiante se vê

Pet. 6200652S-4/2014

Arapiraca, 15 de 09 de 2014.

Shayanne Karla Rocha Neto
Estagiária de Apoio Administrativo
Justiça Federal em Alagoas

P F Vol 11/15 L (F)

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE ALAGOAS
1º REGISTRO DE IMÓVEIS E HIPOTECAS DE MACEIÓ
STÉLIO DARCI CERQUEIRA DE ALBUQUERQUE
OFICIAL DO REGISTRO, NA FORMA DA LEI, ETC

JUSTIÇA FEDERAL Fls. 224 ALAGOAS

Oficio nº 3151/2014
Prot. Aux. Nº 161.488

Maceió, 13 de agosto de 2014.

Senhor Juiz,

Comunico a Vossa Excelência que, em atenção ao **Mandado de Penhora e Avaliação, Mandado nº. 0012.000144-4/2014,** emitido por essa MM. Vara, datado de 13 de fevereiro de 2014 e recebido em 29 de abril de 2014, extraído dos autos do Processo nº. 0001846-56.2005.4.05.8001, tendo como exeqüente: **FAZENDA NACIONAL**, executado: **RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA,** procedi ao Registro do Mandado de Penhora e Avaliação no dia 08 de abril de 2014, referente ao **APARTAMENTO SOB Nº 924, PENT´HOUSE MASTER, do EDIFÍCIO MACEIÓ DOUBLE REVERSE FLAT,** situado na Avenida Álvaro Otacílio, nº 4065, no bairro de Jatiúca, nesta Cidade, conforme consta da matricula nº. 73.881. Cópia em anexo.

Solicito, de Vossa Excelência que determine a inclusão dos valores devidos ao Oficio imobiliário a titulo de emolumentos, relativos ao registro do mandado de penhora e avaliação, nos autos do processo em execução, vez que os mesmos deverão ser satisfeitos ao final da execução, no importe de **R$ 3.338,78** (três mil trezentos e trinta e oito reais e setenta e oito centavos).

Respeitosamente,

OFICIAL

A Sua Excelência o Senhor,
JUIZ FEDERAL DA 12ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
Arapiraca/AL

LIVRO 2 - REGISTRO GERAL

1º REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS DE MACEIÓ-AL.

JUSTIÇA FEDERAL FLS 225 ALAGOAS

MATRÍCULA 73881 | FICHA 01 | DATA

Stélio Darci Conqueira de Albuquerque
OFICIAL

Maceió, 13 de Março de 1992.

IMÓVEL: APARTAMENTO SOB Nº 924, PENT'HOUSE MASTER, TIPO "M", componente do **EDIFICIO MACEIÓ DOUBLE REVERSE FLAT,** situado na Avenida Álvaro Otacilio nº 4065, no bairro de Jatiuca, nesta cidade, encravado no 9º e 10º Pavimento do citado Edificio, com os seguintes cômodos: sala, circulação, uma suite com sanitario, dois quartos, um sanitario, três varandas e escada no pavimento inferior (nono). sala, sanitario, cozinha, adega, terraço, deck, piscina e jardim no pavimento superior (decimo),com área privativa de 209,59m², área comum 170,04m², área total 379,63m² e fração ideal de terreno 130,12340; edificado em terreno proprio que mede 64,00ms de frente para a Avenida Álvaro Otacilio, lado direito com 137,60ms para terrenos de propriedade de Antonio Nogueira Júnior e Cecilia da Silva Nogueira; fundos com 60,00ms para a Rua Jose Pontes de Magalhães (Conjunto Santa Cecilia) e lado esquerdo com 115,75ms para o Loteamento Stella Maris.

PROPRIETARIA: CST EXPANSÃO URBANA S.A., Firma Nacional com sede em Salvador, inscrita no CGC sob nº 13.527.858/0001-50.

REGISTRO ANTERIOR: Livro 02 Registro Geral ficha 01 R.2-43.668, em 12 de Janeiro de 1990 e Averbação de Construção AV.225- 43.668, em 13 de Março de 1992.

Maceió, 13 de Março de 1992. Eu, Maria de Lourdes Afonso, escrevente datilografei. O OFICIAL:

João Toledo de Albuquerque
Oficial - Substituto

R$56 F.536

AV.1-73.881 - Protocolo nº 214.167 - (ALTERAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL) - Certifico a requerimento datado de 05.07.2000, feito pela CST-EXPANSÃO URBANA LTDA., com sede na cidade de Salvador-Ba, CGC nº 13.527.858/0001-50, representada por Rômulo Ribeiro Cardoso e José Ernesto Silva Gonzalez, conforme contrato social, arquivado neste registro, para fazer constar a nova denominação da CST-EXPANSÃO URBANA S/A, em virtude de transformação da mesma de sociedade Anônima para Sociedade por Cota de Responsabilidade Limitada, na forma do ato de transformação e pelo Contrato Social datado de 05.06.95, registrado na Junta Comercial do Estado da Bahia em 19.07.95, para **CST-EXPANSÃO URBANA LTDA.** Tudo de acordo com os documentos arquivados neste registro. Maceió, 18 de julho de 2000. Escrevente Autorizado: Ozana de S...

R.2-73.881 - Protocolo nº 214.168 - (COMPRA E VENDA) - ADQUIRENTE: GERALDO BULHÕES BARROS, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF nº 003.593.434-49, residente nesta cidade. TRANSMITENTE: CST-EXPANSÃO URBANA LTDA., com sede em Salvador-Ba., inscrita no CGC nº 13.527.858/0001-50, no ato representada por seus gerentes delegados, José Ernesto Silva Gonzalez, brasileiro, separado judicialmente, administrador de empresas, CPF 220.196.265-00 e José Rivaldo Pacheco Júnior, brasileiro, separado judicialmente, engenheiro civil, CPF 422.111.405-30, residentes e domiciliados em Salvador-Ba. ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA, PAGA E QUITAÇÃO, lavrada em 03.05.2000, no Cartório do 6º Ofício de Notas da Comarca de Salvador-Ba., no Livro 733, fls. 031. VALOR DO CONTRATO: R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) em 15.12.1995, quantia total essa já recebida anteriormente. Pago o imposto de transmissão inter vivus, conforme guia de ITBI Nº 077456, anexa a escritura. Da escritura consta que: foram apresentadas as certidões dos feitos ajuizados a que se refere a Lei nº 7.433 de 18.12.85; foram apresentados os cinco últimos exercícios financeiros do IPTU quitados e foi dispensada pelo comprador a apresentação da certidão de quitação do IPTU, responsabilizando-se por quaisquer débitos fiscais ante à Prefeitura Municipal de Maceió-AL; quite com o condomínio; declara a vendedora através de seus

6382

representantes, sob pena de responsabilidade civil e penal, que deixou de apresentar a CND do INNS, por ter como objetivo a venda e compra de imóveis e que o imóvel objeto da presente, não faz parte do seu ativo permanente. Maceió, 18 de julho de 2000. Escrevente Autorizado: Ozana dos Santos.

R.978 F.338

AV.3-73.881 – Protocolo nº 219.702 – (ADTIVO)- Certifico em vista da ESCRITURA PÚBLICA DE RETI/RATIFICAÇÃO DA ESCRITURA DE VENDA E COMPRA., PAGA E QUITAÇÃO, lavrada em 13.10.2000, nas notas do 6º Ofício de Notas de Salvador- BA, no Livro nº 744, fls 139, figurando como Outorgantes e Reciprocamente Outorgados Reti- Ratificantes; GERALDO BULHÕES BARROS, brasileiro, divorciado, empresário, CPF nº 003.593.434-49, residente e domiciliado nesta cidade e a CST-EXPANSÃO URBANA LTDA, empresa com sede em Salvador- BA, CGC nº 13.527.858/0001-50, no ato representada por seus gerentes delegados, José Ernesto Silva Gonzalez, brasileiro, separado judicialmente. Administrador de empresas, CPF nº 220.196.265-00 e José Rivaldo Pacheco Júnior, brasileiro, separado judicialmente, engenheiro civil, CPF Nº 422.111.405-30, residentes e domiciliados em Salvador- BA. Pelos Outorgantes e Reciprocamente Outorgados Reti-Ratificantes, foi dito o seguinte: As partes celebraram a Escritura de Compra e Venda, Paga e Quitação, com a qual a Outorgante Vendedora visou atender solicitação do Outorgado Comprador, muito embora as partes tivessem pleno conhecimento de um débito existente relativamente ao referido imóvel para com o condomínio. Ocorre que por um lapso na elaboração da referida escritura, constou do seu texto encontrar o apartamento quite com o condomínio, assim por esta escritura e na melhor de direito, vêm as partes retificar o instrumento Público de Compra e Venda a que se refere o R.2-73.881, para excluir do seu texto a aludida declaração de quitação com as taxas condominiais do imóvel acima. Pelo comprador foi dito que concorda com os termos da presente escritura, reconhecendo a existência de débito junto ao CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO MACEIÓ DOUBLE REVERSE FLAT, em relação as taxas condominiais, cabendo-lhe com exclusividade a responsabilidade pela sua negociação e pagamento perante o condomínio. As partes retificam todos os termos da escritura ora reti- ratificada, que não tenham sido expressamente modificadas, passando a presente fazer parte integrante e inseparável, daquela, afim de que ambas juntas, produzam um só efeito de direito. Maceió, 26 de março de 2001. Escrevente Autorizado: Maria Suely Correia de Vasconcelos

R.1014 F.447

2 cons. 9255

R.4-73.881 - Protocolo nº 256.548- (CERTIDÃO DE PENHORA) - O imóvel acima, de propriedade de GERALDO BULHÕES BARROS, fica penhorado conforme Certidão, extraida dos autos de Cobrança, Proc. nº 001.97.496-7, proposta por CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO MACEIÓ DOUBLE REVERSE FLAT (MÉLIA), contra a RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA, processada na 1ª Vara Cível de Feitos Não Privativos. Que aos 06 dias do mês de maio de 2004, teve seu Termo de Penhora em cumprimento ao despacho do MM. Juiz da 1ª Vara Civel de Feitos Não Privativos, Dr. Ivan Vasconcelos Brito Júnior. Fiel Depositário do bem o sr. GERALDO BULHÕES BARROS, portador do CPF nº 003.593.434-49. Valor da causa da referida ação corresponde a R$ 24.554,52. A referida Certidão de Penhora, foi fornecida em 04.06.2004, e estava devidamente assinada pela escrivã titular, Irene Beatriz Pessoa Franco. Maceió, 14 de setembro de 2004. Escrevente Autorizada: a. Denise Barros Brito de Araújo

3453

R.1188 F.235

cont. na ficha 02

LIVRO 2 - REGISTRO GERAL

1º REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS - MACEIÓ - AL

MATRÍCULA 73881 | FICHA 02 | DATA 13 de março de 1992

Stélio Darci Cerqueira de Albuquerque
OFICIAL

JUSTIÇA FEDERAL - ALAGOAS - Fls. 226

R.5-73.881 - Protocolo nº 294.010 - (MANDADO DE PENHORA)- O imóvel acima, de propriedade de Geraldo Bulhões Barros, fica penhorado conforme MANDADO DE REGISTRO DE PENHORA DE BEM IMÓVEL- Mandado nº 669/2007, extraído dos autos da Reclamação Trabalhista nº 01586-2005-009-19-00-0, movida pelo Exequente: MARCELO SANTA FÉ TODARO, contra o Executado: RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA (Geraldo Bulhões Barros); processado na 9ª Vara do Trabalho de Maceió. Valor da Causa: R$ 19.416,04. Avaliação do imóvel: R$ 500.000,00. Que aos 23 dias do mês de junho do ano de 2007, teve seu auto de penhora e avaliação, em cumprimento ao mandado expedido pelo MM. Dr. Juiz da 9ª Vara do Trabalho de Maceió. O referido Mandado foi fornecido em 22.08.2007 e estava devidamente assinada pela Dra. Adriana Maria C. de O. Lima, Juíza do Trabalho Substituta. Maceió, 28 de setembro de 2007. Escrevente Autorizada: Maria José Conceição dos Santos

R/136 F 2184

AV.6-73.881 - Protocolo nº 324.108 - Certifico que fica averbado neste Cartório, o Ofício nº 01222/2009/2ªVT-MA, datado de 10.08.2009, Poder judiciário - Justiça do Trabalho- TRT da 19ª Região - 2ª Vara do Trabalho de Maceió, do Dr. Sérgio Roberto de M. Queiroz, Juiz da 2ª VT de Maceió, onde o mesmo determina nos Autos da reclamação trabalhista nº 02284-1997-002-19-00-0, entre partes Reclamante: LUCILO ANDERSON DE MESQUITA e como Reclamado: RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA, se abster de efetuar qualquer transferência do imóvel acima, em nome de GERALDO BULHÕES BARROS, CPF nº 003.593.434-49. Tudo de acordo com o documento arquivado neste registro. Maceió, 11 de setembro de 2009. Escrevente Autorizado:

R 1505 F 191

R.7-73.881 - Protocolo nº 323.468 - (MANDADO DE PENHORA) - O imóvel acima, fica penhorado conforme MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO- Mandado nº 585/2009, Número Diligência: 49817 e MANDADO DE REFORÇO DE PENHORA- Mandado nº 58/2010, Número Diligência: 68464 - Processo nº 0125000-58.2008.5.19.0007, em que figura como Exequente: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO e como Executado: GERALDO BULHÕES BARROS, processado no Poder Judiciário - Justiça do Trabalho - 7ª Vara do Trabalho de Maceió/Al, para integral pagamento da dívida, no montante de R$ 131.317,45, total atualizado até 18.06.2009. Que aos 29 dias do mês de março do ano de 2010, teve seu Auto de Penhora e Avaliação, em cumprimento ao mandado expedido pelo MM. Dr. Juiz da 7ª Vara Trabalho. O imóvel foi avaliado em R$ 200.000,00. Os referidos Mandados foram expedidos em 18.06.2009 e 05.02.2010 e estavam devidamente assinados pela Drª Verônica Guedes de Andrade pelo Dr. Luis Fernando S. de Carvalho, Juízes do Trabalho Substitutos. Maceió, 23 de abril de 2010. Escrevente Autorizado:

R/1562 F 192

R.8-73.881 - Protocolo nº 333.553 - (MANDADO DE PENHORA) - O imóvel acima, fica penhorado conforme MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO- Mandado nº 56/2010, Número Diligência: 68147 - Processo nº 0117800-28.2002.5.19.001, em que figura como Exequente: REGINALDO COSTA PINTO e como Executado: GERALDO BULHÕES BARROS (sócio da Radio Cultura de Arapiraca - Radio Maceió FM), Processado no Poder Judiciário - Justiça do Trabalho - 1ª Vara do Trabalho de Maceió/Al, para integral pagamento da dívida, no montante de R$ 43.306,99, total atualizado até 31.03.2008. Que aos 15 dias do mês de março do ano de 2010, teve seu Auto de Penhora e Avaliação, em cumprimento ao mandado expedido pelo MM. Dr. Juiz da 1ª Vara Trabalho de Maceió/AL. Fornecido Ofício por este Cartório, comunicando que não consta o nome do fiel depositário, e determinado o registro da penhora por Ofício nº 1000/2010-1ª Vara, datado de

9372 5

31.05.2010, assinado pelo Dr. Gustavo Tenório Cavalcante, Juiz Titular. O referido Mandado foi expedido em 04.02.2010 e estava devidamente assinado pelo Dr. Luiz Sávio de Lima Gazzenéo, Juiz do Trabalho Substituto. Maceió, 16 de junho de 2010. Escrevente Autorizado: Joaquina Barbosa Falcão de Amorim

R/577F228

AV.9-73.881 - Protocolo nº 220.873 - Certifico que averbei nesta data, o MANDADO DE REGISTRO, datado de 06.04.2001, da 1ª Vara Cível de Feitos Não Privativos. Ação de Cobrança, Processo nº 1933/97, fornecido pelo Dr. Ivan Vasconcelos Brito Júnior, Juiz de Direito, protocolado sob nº 220.873, em 15.05.2001, no livro 1-AJ fls. 60v e MANDADO DE AVERBAÇÃO DE REGISTROS PÚBLICOS, Mandado nº 001.2012/005932-1, datado de 24.01.2012, extraído dos Autos nº 0000496-06.1997.8.02.0001. Ação: Procedimento Ordinário, em que figura como Autor: CONDOMÍNIO DO EDIF. MACEIÓ D. REVER FLAT (MELIA) e outro e como Réu: RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA, fornecido pelo Dr. Ivan Vasconcelos Brito Junior, Juiz de Direito; onde o mesmo manda que em cumprimento a decisão prolatada no processo acima, promova a Averbação de Fraude à Execução, reconhecida por este Juízo nas Decisões datadas de 05.01.2012 e 08.03.2001, nas quais foi declarada a Ineficácia do Registro R.2-73.881, referente à Alienação de CST-Expansão Urbana Ltda e a pessoa de GERALDO BULHÕES BARROS. Tudo de acordo com o documento arquivado neste registro. Conforme Ofício nº 667-SPU/AL, de 22.06.2011, **o imóvel não é de domínio da união,** nos termos do Art. 1º, § 2º do Provimento 08/2011. Maceió, 10 de fevereiro de 2012. Escrevente Autorizado: Lirlo dos Santos Ortiz

R/768F/630

R.10-73.881 - Protocolo nº 406.665 - (MANDADO DE PENHORA) - O imóvel acima, fica penhorado conforme MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA E AVALIAÇÃO - Cumprimento de Sentença nº 0004769-87.2007.4.05.8000, em que figura como Exequente: FAZENDA NACIONAL e como Executado: GERALDO BULHÕES BARROS, Co-Devedor da AGROPASTORIL CRAIBEIRAS LTDA, processado no Poder Judiciário - Justiça Federal de Primeira Instância -5ª Vara Privativa de Execuções Fiscais. Valor do Débito: R$ 166.279,52, atualizado até 12/2011), acrescida das cominações legais; que aos 28 dias do mês de agosto do ano de 2013, teve seu Auto de Penhora, em cumprimento ao mandado do MM. Juiz Federal Dr. Raimundo Alves de Campos Jr., em exercício na 5ª Vara. Ficando como depositário o Sr. Fernando Gustavo Alencar A. Lins, CPF nº 469.883.944-00. O referido Mandado foi expedido em 20.02.2013 e estava devidamente assinado por Luiz Henrique P. Santos, Diretor de Secretaria- 5ª Vara. Maceió, 17 de setembro de 2013. Escrevente Autorizado: Maria dos Prazeres de Medeiros

R.11-73.881 - Protocolo nº 406.666 - (MANDADO DE PENHORA) - O imóvel acima, fica penhorado conforme MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO - Cumprimento de Sentença nº 0008660-34.1998.4.05.8000, em que figura como Exequente: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e como Executado: GERALDO BULHÕES DE BARROS e outros, processado no Poder Judiciário - Justiça Federal de Primeira Instância -5ª Vara Privativa de Execuções Fiscais. Valor do Débito: R$ 3.337,90, atualizado até 06/2012); que aos 28 dias do mês de agosto do ano de 2013, teve seu Auto de Penhora, em cumprimento ao mandado do MM. Juiz Federal Dr. Raimundo Alves de Campos Jr., em exercício na 5ª Vara. Ficando como depositário o Sr. Fernando Gustavo Alencar A. Lins, CPF nº 469.883.944-00. O referido Mandado foi expedido em 01.03.2013 e estava

cont. ficha 02

devidamente assinado por Luiz Henrique P. Santos, Diretor de Secretaria- 5ª Vara. Maceió, 17 de setembro de 2013. Escrevente Autorizado:

R. 1440 F. 0007

R.12-73.881 - Protocolo nº 416.775 - (MANDADO DE PENHORA) - O imóvel acima, fica penhorado conforme MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO - processo nº 0001846-56.2005.4.05.8001 - Execução Fiscal, em que figura como Exequente: FAZENDA NACIONAL, como Executado: RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA-AL, Corresponsável 1: GERALDO BULHÕES BARROS e Corresponsável 2: GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES DE BARROS, processado na Justiça Federal - Subseção Judiciária de Arapiraca - 12ª Vara Federal. Valor do Débito: R$ 254.817,57, atualizado até 02/12/2013; que em 25.04.2014, teve seu Auto de Penhora, atendendo ao respeitável despacho do MM. Juiz Federal Dr. Rosmar Antonni Alencar. Ficando como depositário o Sr. Geraldo Bulhões Barros, CPF nº 003.593.434-49. Apresentado o OFI.0012.000409-3/2014/JF/AL de 17.07.2014 da 12ª Vara Federal e Despacho de 04.07.2014, do Juiz Federal acima mencionado, onde determina o registro da penhora do imóvel constante da matrícula acima. O referido Mandado foi expedido em 13.02.2014 e estava devidamente assinado por Manoel Belmiro Neto, Diretor de Secretaria- 12ª Vara. Maceió, 04 de agosto de 2014. Escrevente Autorizado:

R. 2028 F. 0096

REMESSA PFN

Remeto estes autos a(o)_____

Arapiraca, 24 de 09 de 20 14.

Walewska Ferreira Campos
Técnico Judiciário - Mat. 1305
Justiça Federal em Alagoas

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM ALAGOAS
24 SET. 2014
Pedro Ivo Cecílio de Lima
Auxiliar

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAPIRACA
SECRETARIA
24/09/2014

A UNIÃO (FAZENDA NACIONAL), em face do parcelamento do débito, requer a suspensão da execução pelo prazo de 180 dias.

Maceió, 25/09/14

André Gustavo Pasti
Procurador da Fazenda Nacional
1299460

01[illegible]1415:39 620072668 12V 01946562005405800[illegible]

__ PAEX,CONSULTA,CONSPEDIDO (CONSULTA PEDIDO PARCELAMENTO)_____

DATA : 25/09/2014 HORA : 15:09 USUARIO : ANDRE

PAG.: 01

228

CNPJ: 10.819.522/0001-73 - RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME

		NRO RECIBO	DT-TRANSMISSAO	HO-TRANSMISSAO
CODIGO DE ACESSO - 639025675973		----------	17/10/2006	19:17:35
OPCAO PARC 120 :	IRPJ	82668721587490	14/09/2006	09:30:48
:	COFINS	82668721587490	14/09/2006	09:30:48
:	PIS/PASEP	82668721587490	14/09/2006	09:30:48
:	CSLL	82668721587490	14/09/2006	09:30:48
:	MULTAS	82668721587490	14/09/2006	09:30:48
OPCAO PARC SN SRP		00000094691897927880	08/08/2007	14:49:32
L12865-PGFN-PREV-ART 1		00094699898127780780	26/12/2013	18:25:46
L12865-PGFN-DEMAIS-ART 1		00094699898127780770	26/12/2013	18:25:46
L12865-PGFN-PREV-ART 3		00094699898127780750	26/12/2013	18:25:46
L12865-PGFN-DEMAIS-ART 3		00094699898127780740	26/12/2013	18:25:46
L12865-RFB-PREV-ART 1		00094699898127780730	26/12/2013	18:25:46
L12865-RFB-DEMAIS-ART 1		00094699898127780720	26/12/2013	18:25:46
L12865-RFB-PREV-ART 3		00094699898127780700	26/12/2013	18:25:46
L12865-RFB-DEMAIS-ART 3		00094699898127780690	26/12/2013	18:25:46
L 12996-RFB-DEMAIS		00094699898127780550	05/08/2014	09:40:37
L 12996-PGFN-DEMAIS		00094699898127780570	05/08/2014	09:48:42

PF3=SAI PF12=VOLTA PF7=RECUA PF8=AVANCA

__ PAEX,CONSULTA,CONSPEDIDO (CONSULTA PEDIDO PARCELAMENTO)

DATA : 25/09/2014 HORA : 15:09 USUARIO : ANDRE

229

CNPJ: 10.819.522/0001-73 - RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME

L 12996-PGFN-PREV	00094699898127780580	05/08/2014	14:24:19
L 12996-RFB-PREV	00094699898127780560	23/08/2014	09:53:04

PF3=SAI PF12=VOLTA PF7=RECUA PF8=AVANCA

230

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
25/09/2014 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 10:16:18

Credito: 318507773 CGC: 10.819.522/0001-73
Nome: **RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME**

Doc. de Origem..: 318507773 21/02/1994 =NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBIT
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 21/02/1994 Livro: 4 Folha: 028
Dt. de Inscricao: 19/10/1994 RFB: 02.001.010 Orgao Inscr.: 02.200.000
Periodo da Divida: 01/1991 a 01/1994 PRC Tramitacao: 02.200.801

Fase: 792 RESCISAO/EXCLUSAO DE CREDITOS DE PARCELA Dt. da Fase: 01/12/2009

Principal:	52.628,25	E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	0,00	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Multa de oficio:	0,00	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	35.336,63	S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	170.815,61	F - Fund. Legal	
Encargo legal:	0,00		
T o t a l:	258.780,49		
Honorarios:	0,00		

Valores atualizados p/ 09/2014 em REAL XMIT
J/H REFIS: **********0,00

Versão 0.268.01D10

231

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
25/09/2014 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 10:16:25

Credito: 318507773 CGC: 10.819.522/0001-73
Nome: **RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME**

Doc. de Origem..: 318507773 21/02/1994 =NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBIT
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 21/02/1994 Livro: 4 Folha: 028
Dt. de Inscricao: 19/10/1994 RFB: 02.001.010 Orgao Inscr.: 02.200.000
Periodo da Divida: 01/1991 a 01/1994 PRC Tramitacao: 02.200.801

Fase: 792 RESCISAO/EXCLUSAO DE CREDITOS DE PARCELA Dt. da Fase: 01/12/2009

Principal:	52.628,25	A	E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	0,00		R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Multa de oficio:	0,00		H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	35.336,63		S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	170.815,61		F - Fund. Legal	
Encargo legal:	0,00			
T o t a l:	258.780,49			
Honorarios:	0,00			

Valores atualizados p/ 09/2014 em REAL XMIT
Credito nao possui Acao Judicial

Versão 0.268.01D10

232

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

CONCLUSÃO

Faço conclusão destes autos ao MM. Juiz Federal, nesta data.

Arapiraca, 07 de outubro de 2014.

Manoel Belmiro Neto
DIRETOR(A) DE SECRETARIA

DESPACHO

Defiro o pedido da exequente de fls. 227-v para fins de suspensão do curso do presente executivo fiscal pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias em decorrência do parcelamento da dívida.

Decorrido o prazo, intime-se a demandante para, no prazo de 30 (trinta) dias, manifestar-se sobre a regularidade do parcelamento.

Após, venham-me os autos conclusos

Arapiraca, 07 de outubro de 2014

ROSMAR ANTONNI RODRIGUES CAVALCANTI DE ALENCAR
Juiz Federal

Recebido em 09/10/14

Roberta [illegible]
Técnico Judiciário
Justiça Federal em Alagoas

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

233

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

CONCLUSÃO

Faço conclusão destes autos ao MM. Juiz Federal, nesta data.

Arapiraca, 07 de novembro de 2014.

Manoel Belmiro Neto
DIRETOR(A) DE SECRETARIA

DESPACHO

Intime-se a exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a possibilidade de aplicação do art. 28 da LEF, reunião processual dos seguintes feitos: (i) 0001846-56.2005.4.05.8001, (ii) 0000286-35.2012.4.05.8001, (iii) 0001535-65.2005.4.05.8001, (iv) 0001120-82.2005.4.05.8001, (v) 0001387-54.2005.4.05.8001, (vi) 0004143-10.2003.4.05.8000.

Após, venham-me os autos conclusos.

Arapiraca, 07 de novembro de 2014

Carlos Vinicius Calheiros Nobre
Juiz Federal Substituto da 10ª Vara, respondendo pela 12ª Vara
ATO Nº 823/CR, de 31 de outubro de 2014 - TRF5

Recebido em 12/11/14

REMESSA

Remeto estes autos a(o) PFN

Arapiraca, 12 de 11 de 2014.

PFN-AL,

12 NOV 2014

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAPIRACA
RECEBIMENTO
Recebido nesta data

24 NOV 2014

JUNTADA

Junto a estes autos [illegible] se vê

PET 6200816 3-01/14

Arapiraca-AL, 26 de NOV de 14

Mario Célio Bezerra [illegible]
Agente de Segurança e Tran[illegible]
Mat. AL [illegible] - Justiça Fed[illegible]

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM ALAGOAS

234

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DA 12ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS.

Processo n. 0001846-56.2005.4.05.8001 – Execução Fiscal.
Exeqüente: União (Fazenda Nacional).

A **União** (Fazenda Nacional), por seu Procurador que esta subscreve, vem, em atenção ao despacho proferido por V. Ex.ª, dizer que nada tem a opor no que tange à proposta de reunião das ações mencionadas, desde que as mesmas se encontrem na mesma fase processual, possuam as mesmas partes e a natureza jurídica dos créditos perseguidos sejam idênticos (INSS, Tributos Federais e FGTS).

Termos em que pede deferimento.

Maceió, 17 de novembro de 2014.

André Gustavo Pastl
Procurador da Fazenda Nacional

Ermans Quintela Carvalho
Estagiário da PFN/AL

25MOV1414:59 620087630 12V 01845620054058001CA

235

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
13/11/2014 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 10:55:08

Credito: 318507773 CGC: 10.819.522/0001-73
Nome: **RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME**

Doc. de Origem..: 318507773 21/02/1994 =NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBIT
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 21/02/1994 Livro: 4 Folha: 028
Dt. de Inscricao: 19/10/1994 RFB: 02.001.010 Orgao Inscr.: 02.200.000
Periodo da Divida: 01/1991 a 01/1994 PRC Tramitacao: 02.200.801

Fase: 792 RESCISAO/EXCLUSAO DE CREDITOS DE PARCELA Dt. da Fase: 01/12/2009

Principal:	52.628,25	☐ E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	0,00	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Multa de oficio:	0,00	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	35.336,63	S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	171.794,44	F - Fund. Legal	
Encargo legal:	0,00		
T o t a l:	259.759,32		
Honorarios:	0,00		

Valores atualizados p/ 11/2014 em REAL XMIT ☐
J/H REFIS: **********0,00

Versão 0.268.01D12

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

236

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

CONCLUSÃO

Faço conclusão destes autos ao MM. Juiz Federal, nesta data.

Arapiraca, 27 de novembro de 2014.

Manoel Belmiro Neto
DIRETOR(A) DE SECRETARIA

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

PROCESSO nº 0001846-56.2005.4.05.8001
EXECUÇÃO FISCAL – CLASSE 99
EXEQUENTE: UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)
EXECUTADO (A): RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA E OUTRO

DECISÃO

A exequente, instada a se manifestar sobre a possibilidade de aplicação do art. 28 da Lei nº 6.830/80 – reunião de processos executivos fiscais, **em nada se opôs** consoante derradeira participação processual.

É o que importa relatar. Decido.

O art. 28 da Lei de Execuções Fiscais assim prescreve:

> *Art. 28 - O Juiz, a requerimento das partes, poderá, por conveniência da unidade da garantia da execução, ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor.*
>
> *Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, os processos serão redistribuídos ao Juízo da primeira distribuição.*

Ao interpretar o comando normativo supra, a Jurisprudência aponta a necessidade de coexistência de requisitos para a concretização da reunião processual dos feitos executivos fazendários, quais sejam: (i) identidade das partes; (ii) requerimento de pelo menos uma das partes; (iii) competência do juízo; (iv) estarem os feitos em fases processuais análogas **(Superior Tribunal de Justiça; RECURSO ESPECIAL Nº 1.158.766 - RJ (2009/0194618-1); Data do Julgamento: 08 de setembro de 2010; RELATOR : MINISTRO LUIZ FUX).**

É de bom alvitre ressaltar que o magistrado não é obrigado a determinar a reunião dos executivos fiscais, mesmo diante da presença dos requisitos suso delineados, já que se trata de faculdade processual.

Compulsando os cadernos processuais, **observa-se a presença dos vetores exigidos pela Jurisprudência com vistas à reunião de processos executivos fiscais, salvo no tocante ao feito 0001846-56.2005.4.05.8001, os referentes autos se encontram em fase processual distinta dos demais.**

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

Diante das situações fáticas e jurídicas, determino à reunião processual outrora suscitada, salvo no tangente ao de número **0001846-56.2005.4.05.8001**, bem como a prática dos atos processuais no processo que tramita sob a rubrica **0004143-10.2003.4.05.8000** (processo piloto), que se trata do processo com melhor instrução, combinado com a inteligência do parágrafo único do art. 28 da LEF.

Sendo assim, proceda-se a baixa sem arquivamento do(s) processo (s) indicado(s) no despacho retro que não seja(m) o feito principal.

Após, intime-se a exequente, nos autos principais, para, no prazo de 30 (trinta) dias, dar andamento ao feito, bem como para reunir as CDA's no refeito processo.

Publique-se.

Arapiraca/AL, 27 de novembro de 2014.

Carlos Vinicius Calheiros Nobre
Juiz Federal Substituto da 10ª Vara, respondendo pela 12ª Vara
ATO Nº 823/CR, de 31 de outubro de 2014 - TRF5

238

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

EXECUÇÃO FISCAL : 0001846-56.2005.4.05.8001
Demandante(s): EXEQÜENTE: FAZENDA NACIONAL
Adv./Proc: (ELMA CARDOSO OLIVEIRA)
Demandado(s): EXECUTADO: GERALDO HENRIQUE V DE B BARROS e outros
Adv./Proc: (GILMAR COTRIM CAMERINO, SEM ADVOGADO)

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Boletim nº: 2014.000379

Certifico que o ato processual de fl. 237 foi publicado no Diário Eletrônico da JF da 5ª Região, edição n.º 226.0/2014, de 01/12/2014, fls. 9/22, ficando intimados os advogados e/ou procuradores acima relacionados. Data de circulação do jornal: 02/12/2014.

Arapiraca, 02 de dezembro de 2014.

Roberta Jacinto Inojosa
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

REMESSA

Remeto estes autos a(o) FN

Arapiraca, 03 de 12 de 2014.

Mario Célio Barbosa d...
Agente de ... e Trab...
Mat. AL 51... - Justiça Federal

PFN-AL.

03 DEZ. 2014

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAPIRACA
12ª VARA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL
FLS. 239
ALAGOAS

INSPEÇÃO ORDINÁRIA
Período de 23 a 27 de março de 2015

Processo: 0001846-56.2005.4.05.8001

( ) Processo em ordem.
( ) Demora na juntada do expediente de fls._____.
( ) À conclusão.
( ) Vista à parte autora.
( ) Intime-se a parte ré.
( ) Intime-se o interessado a dar andamento ao feito, sob pena de extinção.
( ) Cobre-se a devolução do(s) mandado(s) de fls_____.
( ) Cobre-se a devolução da(s) Carta(s) Precatória(s) de fls._____.
( ) Reitere-se o(s) ofício(s) de fls. ~~233~~.
(X) Cumpra-se o(a) despacho/decisão/sentença de fls. 237.
( ) Republique-se o(a) despacho/decisão/sentença de fls. _____.
( ) Arquivem-se, após a baixa na Distribuição.
( ) Suspenda-se o feito, nos termos do despacho de fls. _____.
( ) Renumerem-se os autos a partir das fls._____.
( ) Aponha-se etiqueta relativa à prescrição nos processos criminais na capa dos respectivos autos, conf. art.113 do Provimento nº. 01/2009 da Corregedoria Regional do TRF5.
( ) Substitua-se a capa dos autos do(s) volume(s) _____.
( ) Promova-se o cadastro do bem apreendido(fls._____) na forma do art.3º, §2º, da Resolução CNJ nº. 63/2008, apondo-se etiqueta identificadora na capa dos autos.
( ) Observar o cumprimento dos arts. 1ª e 3ª da Resolução CNJ nº. 66/2009, certificando-se nos autos o motivo da demora.
( ) Aponha-se etiqueta relativa à Meta 4 do CNJ na capa dos respectivos autos, quando se tratar de ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2012.
(x)_____

Arapiraca, 27 de março de 2015.

ROSMAR ANTONNI RODRIGUES CAVALCANTI DE ALENCAR
Juiz Federal - 12ª Vara/AL

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL Fls. 140

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

CONCLUSÃO

Faço conclusão destes autos ao MM. Juiz Federal, nesta data.

Arapiraca, 09 de abril de 2015.

Everson Geronimo Vieira Belo
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

DESPACHO

Tendo em vista que o presente feito não fará parte da reunião processual outrora suscitada, dê-se vista do presente feito à União para que requeira o quê de direito no prazo de 30 (trinta) dias.

Providências necessárias.

Cumpra-se.

Arapiraca, 09 de abril de 2015

ROSMAR ANTONNI RODRIGUES CAVALCANTI DE ALENCAR
Juiz Federal

Remeto estes autos a(o) FN

Arapiraca, 17 de 04 de 20 15.

Roberta Jacin[illegible]osa
Técnica Judiciária - Mat. AL 537
Justiça Federal em Alagoas

PROCURADORIA DA FAZENDA
NACIONAL EM ALAGOAS
17/04/15
Darcy [illegible] Santos
Mat. 6.417

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAPIRACA
RECEBIMENTO
Recebido nesta data

29 ABR 2015

JUNTADA

Junto a estes autos, nesta data, o que adiante se vê
Tut. 62002014-4/2015

Arapiraca, 05 de 05 de 20 15.

Shayanne Karla Rocha Neto
Estagiária de Apoio Administrativo
Justiça Federal em Alagoas

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 241
ALAGOAS

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM ALAGOAS

EXCELENTÍSSIMO JUIZ FEDERAL DA 12ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS.

Processo n. 0001846-56.2005.4.05.8001 – Execução Fiscal.
Exequente: União (Fazenda Nacional).
Executados: Rádio Cultura de Arapiraca Ltda.

A União (Fazenda Nacional), por seu Procurador que esta subscreve, vem, perante Vossa Excelência, requerer a substituição da etiqueta existente na capa dos autos para que a passe a constar como executada a devedora principal, **Rádio Cultura de Arapiraca Ltda.**, providência imprescindível para determinar o Procurador responsável pelo processo e, consequentemente viabilizar a correta distribuição dos autos.

A empresa executada aderiu ao parcelamento instituído pela Lei 12.865/2013, cabendo ao Procurador responsável pelo devedor verificar junto ao Setor da Dívida Ativa desta Procuradoria se o parcelamento se encontra regular, se foi formalizado ou se é o caso de prosseguir com a execução fiscal.

Substituída / corrigida a informação existente na etiqueta, a exequente requer nova remessa dos autos para esta Procuradoria.

Termos em que pede deferimento.

Maceió, 24 de abril de 2015.

Bruno César Moura Brandão
Procurador da Fazenda Nacional

PAEX,CONSULTA,CONSPEDIDO (CONSULTA PEDIDO PARCELAMENTO)

DATA : 24/04/2015 HORA : 14:51 USUARIO : BRUNO CESAR

JUSTIÇA FEDERAL Fls. 242 5 ALAGOAS

CNPJ: 10.819.522/0001-73 - RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME

		NRO RECIBO	DT-TRANSMISSAO	HO-TRANSMISSAO
CODIGO DE ACESSO - 639025675973		----------	17/10/2006	19:17:35
OPCAO PARC 120 :	IRPJ	82668721587490	14/09/2006	09:30:48
:	COFINS	82668721587490	14/09/2006	09:30:48
:	PIS/PASEP	82668721587490	14/09/2006	09:30:48
:	CSLL	82668721587490	14/09/2006	09:30:48
:	MULTAS	82668721587490	14/09/2006	09:30:48
OPCAO PARC SN SRP		00000094691897927880	08/08/2007	14:49:32
L12865-PGFN-PREV-ART 1		00094699898127780780	26/12/2013	18:25:46
L12865-PGFN-DEMAIS-ART 1		00094699898127780770	26/12/2013	18:25:46
L12865-PGFN-PREV-ART 3		00094699898127780750	26/12/2013	18:25:46
L12865-PGFN-DEMAIS-ART 3		00094699898127780740	26/12/2013	18:25:46
L12865-RFB-PREV-ART 1		00094699898127780730	26/12/2013	18:25:46
L12865-RFB-DEMAIS-ART 1		00094699898127780720	26/12/2013	18:25:46
L12865-RFB-PREV-ART 3		00094699898127780700	26/12/2013	18:25:46
L12865-RFB-DEMAIS-ART 3		00094699898127780690	26/12/2013	18:25:46
L 12996-RFB-DEMAIS		00094699898127780550	05/06/2014	09:40:37
L 12996-PGFN-DEMAIS		00094699898127780570	25/11/2014	03:02:05

PF3=SAI PF12=VOLTA PF7=RECUA PF8=AVANCA

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 243
ALAGOAS

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
24/04/2015 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 14:45:05

Credito: 318507773 CGC: 10.819.522/0001-73
Nome: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME

Doc. de Origem..: 318507773 21/02/1994 =NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBIT
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 21/02/1994 Livro: 4 Folha: 028
Dt. de Inscricao: 19/10/1994 RFB: 02.001.010 Orgao Inscr.: 02.200.000
Periodo da Divida: 01/1991 a 01/1994 PRC Tramitacao: 02.200.801

Fase: 792 RESCISAO/EXCLUSAO DE CREDITOS DE PARCELA Dt. de Fase: 01/12/2009

Principal:	52.628,25	E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	0,00	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Multa de oficio:	0,00	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	35.336,63	S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	174.215,38	F - Fund. Legal	
Encargo legal:	0,00		
T o t a l:	262.180,26		
Honorarios:	0,00		

Valores atualizados p/ 04/2015 em REAL XMIT
J/H REFIS: **********0,00

Versão 0.26.01.01

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 244
6
ALAGOAS

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

CONCLUSÃO

Faço conclusão destes autos ao MM. Juiz Federal, nesta data.

Arapiraca, 05 de maio de 2015.

Shayanne Karla Rocha Neto
ESTAGIÁRIO(A)

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL Fls. 245 ALAGOAS

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

DESPACHO

Remetam-se os presentes autos ao setor de distribuição para que seja retificada sua etiqueta, de modo a pôr a Rádio Cultura de Arapiraca Ltda. como devedora principal.

Após, dê-se vista à exequente para que tome ciência e para que requeira o quê de direito no prazo de 30 (trinta) dias.

Providências necessárias.

Cumpra-se.

Arapiraca, 06 de maio de 2015

ROSMAR ANTONNI RODRIGUES CAVALCANTI DE ALENCAR
Juiz Federal

Recebido em 12/05/15

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 146
ALAGOAS

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Alagoas
12 a. VARA FEDERAL

EXECUÇÃO FISCAL: 0001846-56.2005.4.05.8001

REMESSA

Nesta data, faço remessa do presente feito a(o) Setor de Distribuição - Arapiraca, do que, para constar, lavrei o presente termo. O referido é verdade e dou fé.

Maceió, 12/05/2015.

Walewska Ferreira Campos
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

Poder Judiciário
Justiça Federal - 5a. Região
Seção Judiciária de Alagoas

Emitido em 13/05/2015 10:06

247

Termo de Retificação

Em cumprimento do R. despacho de fls. _____, em Arapiraca, 13 de maio de 2015, é lavrado o presente termo, na forma abaixo:

Processo:	0001846-56.2005.4.05.8001
Classe do processo:	99 - EXECUÇÃO FISCAL
1. Data do Protocolo:	11/05/2005
2. Número de volumes:	1
3. Nro. do processo adm.:	318507773
4. Valor de execução:	R$ 1,00
5. Observações:	
6. Vara:	12 a. VARA FEDERAL - Juiz Titular
7. Tipo de distribuição:	Redistrib. por atribuição-Remanejamento de Acervo
8. Data/Hora distribuição:	17/06/2013 13:21
9. Distr. lançada por:	Antônio José de Carvalho Araújo
10. Usuário ult. alteração:	Mário Celio Bezerra de Lima
11. Data última alteração:	02/12/2014 17:06
12. Processo Prevento:	
13. Nro. inscrição C.D.A.:	31850777-3

SEQ- Tipo Parte	Nome das Partes do Processo	Característica
1-EXEQÜENTE	FAZENDA NACIONAL	
2-PROCURADOR	ELMA CARDOSO OLIVEIRA	
3-EXECUTADO	RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA	
7-ADVOGADO	GILMAR COTRIM CAMERINO	
5-EXECUTADO	GERALDO HENRIQUE V DE B BARROS	
6-EXECUTADO	GERALDO BULHÕES BARROS	
4-ADVOGADO	SEM ADVOGADO	

Processo prioritário conforme lei nro. 10173/2001

Alterações:

04/06/2014 16:46	Parte incluso(a) com valor 'EXECUTADO: GERALDO HENRIQUE V DE B BARROS'
04/06/2014 16:46	Parte incluso(a) com valor 'EXECUTADO: GERALDO BULHÕES BARROS'
29/08/2014 17:14	Parte incluso(a) com valor 'ADVOGADO: GILMAR COTRIM CAMERINO'
02/12/2014 17:06	Processo Vinculado incluso(a) com valor 'Apensado ao 2003.80.00.004143-4'

Para constar, lavro e assino o presente.

Diretor da Secretaria

REMESSA PN

Remeto estes autos (ou)

22 05 15.

Roberta Jacinto Moiosa
Técnica Judiciária - Mat. AL 537
Justiça Federal em Alagoas

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM ALAGOAS
22 MAIO 2015
Cícero [illegible] de Lima
Mat. 9.275

A UNIÃO (FAZENDA NACIONAL), em face do parcelamento do débito, requer a suspensão da execução pelo prazo de 180 dias.

André Gustavo Pastl
Procurador da Fazenda Nacional
1299460

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAPIRACA
RECEBIMENTO
Escrivão nesta data

27 MAI 2015

__ PAEX,CONSULTA,CONSPEDIDO (CONSULTA PEDIDO PARCELAMENTO)

DATA : 25/05/2015 HORA : 14:50 USUARIO : ANDRE

PAG.: 01



CNPJ: 10.819.522/0001-73 - RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME

		NRO RECIBO	DT-TRANSMISSAO	HO-TRANSMISSAO
CODIGO DE ACESSO - 639025675973		----------	17/10/2006	19:17:35
OPCAO PARC 120 :	IRPJ	82668721587490	14/09/2006	09:30:48
:	COFINS	82668721587490	14/09/2006	09:30:48
:	PIS/PASEP	82668721587490	14/09/2006	09:30:48
:	CSLL	82668721587490	14/09/2006	09:30:48
:	MULTAS	82668721587490	14/09/2006	09:30:48
OPCAO PARC SN SRP		00000094691897927880	08/08/2007	14:49:32
L12865-PGFN-PREV-ART 1		00094699898127780780	26/12/2013	18:25:46
L12865-PGFN-DEMAIS-ART 1		00094699898127780770	26/12/2013	18:25:46
L12865-PGFN-PREV-ART 3		00094699898127780750	26/12/2013	18:25:46
L12865-PGFN-DEMAIS-ART 3		00094699898127780740	26/12/2013	18:25:46
L12865-RFB-PREV-ART 1		00094699898127780730	26/12/2013	18:25:46
L12865-RFB-DEMAIS-ART 1		00094699898127780720	26/12/2013	18:25:46
L12865-RFB-PREV-ART 3		00094699898127780700	26/12/2013	18:25:46
L12865-RFB-DEMAIS-ART 3		00094699898127780690	26/12/2013	18:25:46
L 12996-RFB-DEMAIS		00094699898127780550	05/08/2014	09:40:37
L 12996-PGFN-DEMAIS		00094699898127780570	25/11/2014	03:02:05

PF3=SAI PF12=VOLTA PF7=RECUA PF8=AVANCA

JUSTIÇA FEDERAL Fls. 249 Alagoas

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
22/05/2015 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 15:39:28

Credito: 318507773 CGC: 10.819.522/0001-73
Nome: **RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME**

Doc. de Origem..: 318507773 21/02/1994 =NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBIT
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 21/02/1994 Livro: 4 Folha: 028
Dt. de Inscricao: 19/10/1994 RFB: 02.001.010 Orgao Inscr.: 02.200.000
Periodo da Divida: 01/1991 a 01/1994 PRC Tramitacao: 02.200.801

Fase: 792 RESCISAO/EXCLUSAO DE CREDITOS DE PARCELA Dt. da Fase: 01/12/2009

Principal:	52.628,25	E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	0,00	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Multa de oficio:	0,00	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	35.336,63	S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	174.715,32	F - Fund. Legal	
Encargo legal:	0,00		
T o t a l:	262.680,20		
Honorarios:	0,00		

Valores atualizados p/ 05/2015 em REAL XMIT
J/H REFIS: **********0,00

Versão 0.268.01D16

JUSTIÇA FEDERAL Fls. 290 ALAGOAS

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
22/05/2015 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 15:39:34

Credito: 318507773 CGC: 10.819.522/0001-73
Nome: **RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME**

Doc. de Origem..: 318507773 21/02/1994 =NFLD -4 NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBIT
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 21/02/1994 Livro: 4 Folha: 028
Dt. de Inscricao: 19/10/1994 RFB: 02.001.010 Orgao Inscr.: 02.200.000
Periodo da Divida: 01/1991 a 01/1994 PRC Tramitacao: 02.200.801

Fase: 792 RESCISAO/EXCLUSAO DE CREDITOS DE PARCELA Dt. da Fase: 01/12/2009

Principal:	52.628,25	A	E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	0,00		R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Multa de oficio:	0,00		H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	35.336,63		S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	174.715,32		F - Fund. Legal	
Encargo legal:	0,00			
T o t a l:	262.680,20			
Honorarios:	0,00			

Valores atualizados p/ 05/2015 em REAL XMIT
Credito nao possui Acao Judicial

Versão 0.268.01D16

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 231
ALAGOAS

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

CONCLUSÃO

Faço conclusão destes autos ao MM. Juiz Federal, nesta data.

Arapiraca, 29 de maio de 2015.

Cecília Caroline Santos Vieira
ESTAGIÁRIO(A)

Processo: **0001846-56.2005.4.05.8001**
Assinado eletronicamente por:
PLINIO BARBOSA LEITE - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 20/07/2019 08:44:00
Identificador: 4058001.4974979
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
19072008430714900000005004444

Arilson

JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Alagoas
Subseção Judiciária de Arapiraca
12ª Vara Federal

138

* 0 0 1 6 2 0 0 1 2 0 0 0 1 4 4 4 2 0 1 4 *

PROCESSO	0001846-56.2005.4.05.8001 EXECUÇÃO FISCAL
EXEQÜENTE	FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO(A)	RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA
ENDEREÇO	R. ESPERIDIÃO RODRIGUES, 125, CENTRO, CEP 57300-060, ARAPIRACA/AL
CORRESPONSÁVEL 1	GERALDO BULHÕES BARROS
CORRESPONSÁVEL 2	GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS
ENDEREÇO DOS CORRESPONSÁVEIS	AV. JORGE MONTENEGRO BARROS, 2720, SANTA AMÉLIA, CEP 57036-010, MACEIÓ/AL
DÉBITO	R$ 254.817,57, atualizado até 02/12/2013.

MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO

MAN.0012.000144-4/2014

O doutor **ROSMAR ANTONNI RODRIGUES CAVALCANTI DE ALENCAR**, Juiz Federal da 12ª Vara desta Seção Judiciária, na forma da lei etc.

MANDA ao oficial de justiça deste Juízo, a quem for apresentado, que, em seu cumprimento, proceda ao seguinte:

a) **penhora** do(s) bem(ns) adiante descrito(s), indicado(s) pela parte exeqüente, **avaliando-o(s)** individualmente pelo valor de mercado, bem como depositando(s) nas mãos do executado(pessoa física), sócio-gerente ou titular da firma executada; havendo recusa ou não sendo este(s) encontrado(s), deposite o(s) bem(ns) nas mãos do Leiloeiro Oficial, que assumirá o encargo de fiel depositário;

c) **intimação da parte executada da realização da penhora**, na pessoa de seu representante legal/titular, o(a) Sr.(a) , CPF nº , cientificando-a que poderá oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação da penhora, sob pena de prosseguimento da execução, com a alienação do(s) bem(ns) penhorado(s);

d) intimação do cônjuge da parte executada, em caso de penhora sobre imóvel.;

e) **registro da penhora** no Cartório competente, se for o caso;

f) ainda quando a penhora recair sobre bem imóvel, a **requisição de certidão de ônus reais junto ao respectivo Cartório de Registro de Imóveis**, nos termos do art. 44 da Lei 5.010/66. Prazo: 5 (cinco) dias.

g) ainda, em se tratando de penhora de bem(ns) imóvel(is) com localização imprecisa, que dificulte a constatação e a avaliação, devem ser encaminhado(s), pela Secretaria, ofício(s) ao(s) órgãos competentes a fim de que seja informada a este juízo a localização exata do(s) bem(ns) a ser penhorado.

BEM(NS): 1) Imóvel de matrícula 77058 e 2) Imóvel de matrícula 73881, ambos com registro no Livro 2 – Registro Geral do 1º Registro Geral de Imóveis de Maceió/AL, seguindo cópias anexas.

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei, cientificando-se a parte executada que este Juízo tem sede no endereço abaixo mencionado e encontra-se aberto ao público de segunda a sexta-feira das 9h às 18h.

EXPEDIDO neste Município de Arapiraca-AL, em 13 de fevereiro de 2014. Eu, _____ (Marcos Antônio Lira Lopes), TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A), digitei e conferi.

Manoel Belmiro Neto
Diretor(a) de Secretaria – 12ª Vara

139

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

CERTIDÃO

PROCESSO: 0001846-56.2005.4.05.8001
MAN: 12.000144-4/2014
Fone: 9921-5555

Certifico que, em cumprimento ao mandado retro, dirigi-me ao Loteamento Costa Rego ou Avenida Jorge Montenegro Barros, 2720, Santa Amélia, e lá estando, penhorei o imóvel de matrícula 73881, componente do imóvel do Maceió Atlantic Suítes, antigo Hotel Meliá. Não obstante a ordem para penhorar o imóvel de matrícula 77058, 7º andar do Centro Empresarial Rui Palmeira, localizado na Av. Fernandes Lima, 1513, deixei de fazê-lo, uma vez que o valor de um só imóvel supera em muito o valor da execução.

Certifico que fiz muitas visitas ao endereço, mas não encontrava o representante da empresa executada. Somente no dia 25 de abril o encontrei, dia no qual, procedi à penhora determinada. Deixei o Sr. Geraldo Bulhões Barros como depositário. Ele me disse que é divorciado, motivo pelo qual não intimei o cônjuge.

O Sr. Geraldo Henrique Vilar Bulhões Barros, não reside no endereço indicado, por isso não o intimei da penhora.

Certifico ainda, que procedi à protocolização da penhora no 1º Cartório de Imóveis da cidade, como se vê no documento anexo.

E, para constar, lavrei a presente, que vai devidamente assinada por mim, Oficial de Justiça.

O referido é verdade. Dou fé.

Maceió, 05 de maio de 2014.

ARILSON DE O. GUIMARÃES
Oficial de Justiça Avaliador Federal
Matrícula n.º 247

[illegible]
[illegible]
[illegible]
Praça dos Palmares, 7a - Ed. Pelour [illegible] - 4º Andar
Centro - Maceió - AL - Tel.: (82) [illegible].4425 CEP. 57020-903
CNPJ.12.517.173/0[illegible]/46

140

[illegible]

[illegible] 29/04/2014
Apresentante:2ª VARA DA COMARCA DE ARAPIRACA
Portador:ARIL SOUZA GUIMARÃES
Data [illegible]: 02/05/2014
Endereço/Telefone: RUA JOSÉ [illegible], S/N SANTA EDWIRGES - ARAPIRACA/AL - [illegible]
[illegible] Matrículas: MANDADO DE MANUTENÇÃO E AVAL(Averbação) - 2
Cnpj: Nº 01[illegible].0001-14-4/2014
CPF/RG: [illegible]

PEDIDO PARA EXAME E CÁLCULO DOS EMOLUMENTOS
O título será entregue ou devolvido mediante apresentação do instrumento deste pedido.
(Lei 6.[illegible]. Art. 12, p. único) [illegible] PRAZO

O interessado será informado com apresentação deste se o título está em conformidade com a Lei, feito [illegible] os emolumentos e praticado algum ato do registro, estando em algumas das pendências acima, será devolvido [illegible] da nota explicativa das exigências.

O requisitante poderá requerer por escrito nos termos do Art. 198 da Lei 6.015 de [illegible], que seja apresentado novida do título com exigência.

Maceió, 29 de abril de 2014.

Depósito feito pelo apresentante

S/P

Responsável: [illegible]

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

141

AUTO DE PENHORA

Aos 25 dias do mês de abril, do ano **dois mil e quatorze(2014)**, nesta cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, atendendo o respeitável despacho do MM. Juiz Federal da 12ª Vara, **Dr. Rosmar Antonni Alencar.**, Eu, Oficial de Justiça, abaixo assinado, dirigi-me ao endereço indicado, e ali estando, às 15:30 horas, após o decurso do prazo legal, sem que o(a) Executado(a), Rádio Cultura de Arapiraca Ltda. (Corresponsáveis: Geraldo Bulhões Barros e Geraldo Henrique Vilar Bulhões Barros) efetuasse o pagamento da dívida exequenda referente ao Processo nº **0001846-56.2005.4.05.8001**, movido pelo(a) **Fazenda Nacional** efetuei a PENHORA incidente sobre o(s) bem(ns) a seguir descrito(s):

IMÓVEL: Apartamento sob número 924, PENTHOUSE MASTER, tipo M, componente do Edifício Maceió Double Reverse Flat (atual Maceió Atlantic Suítes, antigo Meliá, situado na Avenida Álvaro Otacílio, 4065, bairro de Jatiúca, encravado no 9º e 10º pavimentos do citado edifício, com os seguintes cômodos: sala, circulação, uma suíte com sanitário, dois quartos, um sanitário, três varandas, e escada no pavimento inferior. Sala, sanitário, cozinha, adega, terraço, deck, piscina e jardim no pavimento superior, com área privativa de 209,59m², área comum 170,04 m², área total de 379,63m² e fração ideal de terreno 130,12340. Edificado em terreno próprio de mede 64m de frente para a Avenida Álvaro Otacílio, lado direito com 137,6m, fundos com 60m para a Rua José Pontes Magalhães (Conjunto Santa Cecília) e lado esquerdo com 115,75m para o Loteamento Stella Maris. Descrição de acordo com certidão de ônus do 1º Registro de Imóveis, matrícula 73881.

Penhorei o(s) bem(ns) acima descrito(s) para pagamento da quantia de **R$ 254.817,57** pedida no referido Mandado. Em seguida nomeei para DEPOSITÁRIO(a) Geraldo Bulhões Barros.
C.I. _____ e CPF nº _____, residente na Av. Jorge Montenegro Barros, 2720, Santa Amélia, que aceitou o encargo sob as penas da Lei, não podendo abrir mão do(s) bem(ens) sem autorização judicial.

Arilson Guimarães
Oficial de Justiça
Mat.247

142

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

LAUDO DE AVALIAÇÃO

VARA: 5ª
Nº DO PROCESSO: **0001846-56.2005.4.05.8001**
MANDADO: **12.000144-4/2014**
EXEQUENTE: **FAZENDA NACIONAL**
EXECUTADO: **Rádio Cultura de Arapiraca**
LOCALIZAÇÃO DO(S) BEM(NS) Avenida Álvaro Otacílio, 4065, Jatiúca, Maceió.
DEPOSITÁRIO: Geraldo Bulhões Barros
DATA DA PENHORA: 25/04/2014

Certifico que em cumprimento ao respeitável mandado, expedido nos Autos da Ação supracitada, avaliei o(s) bem(ns) a seguir descrito(s):

IMÓVEL: Apartamento sob número 924, PENT'HOUSE MASTER, tipo M, componente do Edifício Maceió Double Reverse Flat (atual Maceió Atlantic Suites, antigo Meliá, situado na Avenida Álvaro Otacílio, 4065, bairro de Jatiúca, encravado no 9º e 10º pavimentos do citado edifício, com os seguintes cômodos: sala, circulação, uma suíte com sanitário, dois quartos, um sanitário, três varandas, e escada no pavimento inferior. Sala. sanitário, cozinha, adega, terraço, deck, piscina e jardim no pavimento superior, com área privativa de 209,59m², área comum 170,04 m², área total de 379,63m² e fração ideal de terreno 130,12340. Edificado em terreno próprio de mede 64m de frente para a Avenida Álvaro Otacílio, lado direito com 137,6m, fundos com 60m para a Rua José Pontes Magalhães (Conjunto Santa Cecília) e lado esquerdo com 115,75m para o Loteamento Stella Maris. Descrição de acordo com certidão de ônus do 1º *Registro de Imóveis, matrícula* 73881.

Importa a presente avaliação em R$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais)

A avaliação levou em conta o que há de anunciado no mercado para apartamento do mesmo tipo na internet, como se vê, além de outros, em:
http://www.wimoveis.com.br/imovel/venda-apartamento-duplex-maceio-al-3-quartos-av-alvaro-otacilio-4065-1034671

Maceió, 05 de maio de 2014.

Arilson de Oliveira Guimarães
Oficial de Justiça Avaliador Federal
MAT. 247

Processo: **0001846-56.2005.4.05.8001**
Assinado eletronicamente por:
PLINIO BARBOSA LEITE - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 20/07/2019 08:44:00
Identificador: 4058001.4974981
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
19072008430714900000005004446

E S T A D O D E A L A G O A S

PODER JUDICIÁRIO

Juizo de Direito da 2ª Vara da Comarca de

ARAPIRACA

JUSTIÇA FEDERAL Fls. 11 ALAGOAS

MANDADO DE CITAÇÃO

O Dr. JOÃO LUIZ AZEVEDO LESSA, Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Arapiraca, Estado de Alagoas, na forma da lei, etc.

MANDA AOS Oficiais de Justiça deste Juizo, a quem este for apresentado, indo por mim assinado, que em seu cumprimento, cite a RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA,EST.: -R.ESPERIDIÃO RODRIGUES,125 BAIRRO: CENTRO para no prazo de cinco (5) dias pagar a quantia de 125.780,30 UFIR ( ) relativo ao processo de execução movido por I N S S, cuja ação corre por este Cartório, conforme cópia do requerimento que segue em anexo e que fica fazendo parte integrante do presente mandado, acrescida de juros, correção monetária e demais pronunciações de direito, o qual não fazendo se proceda a penhora de tantos bens quantos bastem para o pagamento reclamado, com observância do disposto no artigo 09 e seus parágrafos, e ainda o acréscimo de 20% (vinte por cento) de honorários advocatícios, de conformidade com o disposto no artº 5º da Lei 1819/80, procedendo, também, a citação, se for o caso, da esposa do devedor (§ 2º do art. 12), obedecidas as formalidades do artº 07, ítem IV, combinado com o artº 14 da Lei 6.830/80, artº 63. O Sr. Oficial de Justiça não encontrando o devedor proceda ao arresto de tantos bens quantos bastem para a garantia da execução, parágrafo único: nos dez dias seguintes a efetivação do arresto, o Oficial procurará o devedor três vezes em dias distintos, não o encontrando certificará o ocorrido. CUMPRA-SE. Dado e passado nesta cidade de Arapiraca, aos TRINTA(30) dias do mês de MAIO do ano de mil novecentos e CINCO (5). Eu, , Escrivão o datilografei.

Dr. Juiz de Direito.

Cicero em 02/06/95

Certidão

Certifico que em cumprimento ao mandado retro, citei nesta Cidade a executada Rosa Cristina, na pessoa do seu gerente em exercício, que ficou ciente do conteúdo do referido mandado, aceitou o bem, recebeu contrafé e a ele dei a posse.

O referido é verdade e dou fé.
Araranguá, 02/06/95
Jaime Pedro dos Santos
Oficial de Justiça

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE ..... 2ª VARA

31 Julho de 1995,
Bom Conselho
M. Tolos
2ª
INSS
de Braskarla
Radio Cultura
02/06/9
1 (uma) mesa de Som
de marca SCALA. com capacidade para 10 Canais

Marcos Alberto Koti
Duque de Caxias 189
que, para costar,
oficial de jsutiça
Lourenço Pedro dos Santos Tavares Dia

31 Julho
Polícia de Justiça

DEPOSITÁRIO
EXECUTADO

Mod. 03 JC

Certidão

Certifico que, em cumprimento, digo, feita a penhora, intimei o executado na pessoa do seu representante legal, para que querendo oferecer embargos no prazo da lei, que o mesmo ficou ciente e assinou o termo.

O referido é verdade e dou fé.
Palmeira, 01 de agosto de 1995
Jorge Pedro dos Santos
Oficial de Justiça.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARAPIRACA - AL.

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL
FLS. 13
ALAGOAS

Proc - 10.572/95

Processo C.D.A. nº 31.850.777-3

AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL
Exequente : I.N.S.S.
Executada : **RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA**

ARLINDO RAMOS JÚNIOR, brasileiro, alagoano, casado, advogado, inscrito na OAB/AL sob o nº 3.531, **GÊNISSON CAPITULINO DA SILVA SANTOS,** brasileiro, alagoano, casado, advogado, inscrito na OAB/AL sob o nº 3.222, **FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE ALENCAR,** brasileiro, alagoano, solteiro, advogado, inscrito na OAB/AL sob o nº 4.523 e **FRANKLIN ADRIANO CARDOSO DE BARROS,** brasileiros, pernambucano, casado, bel. em direito, inscrito na OAB/AL-E- sob o nº 3.496, vêm, diante de Vossa Excelência, REQUERER A JUNTADA do anexo instrumento de mandato, a fim de que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Assim sendo, informam desde já os substabelecidos, o endereço dos mesmos, local para onde deverão ser remetidas as intimações de estilo.

- Rua Dr. Floriano Ivo, 174, salas 306/312 - Farol
  CEP: 57.055-010 - Maceió - AL
  Telefax: (082) 221-1398 Fone: (082) 326-5624

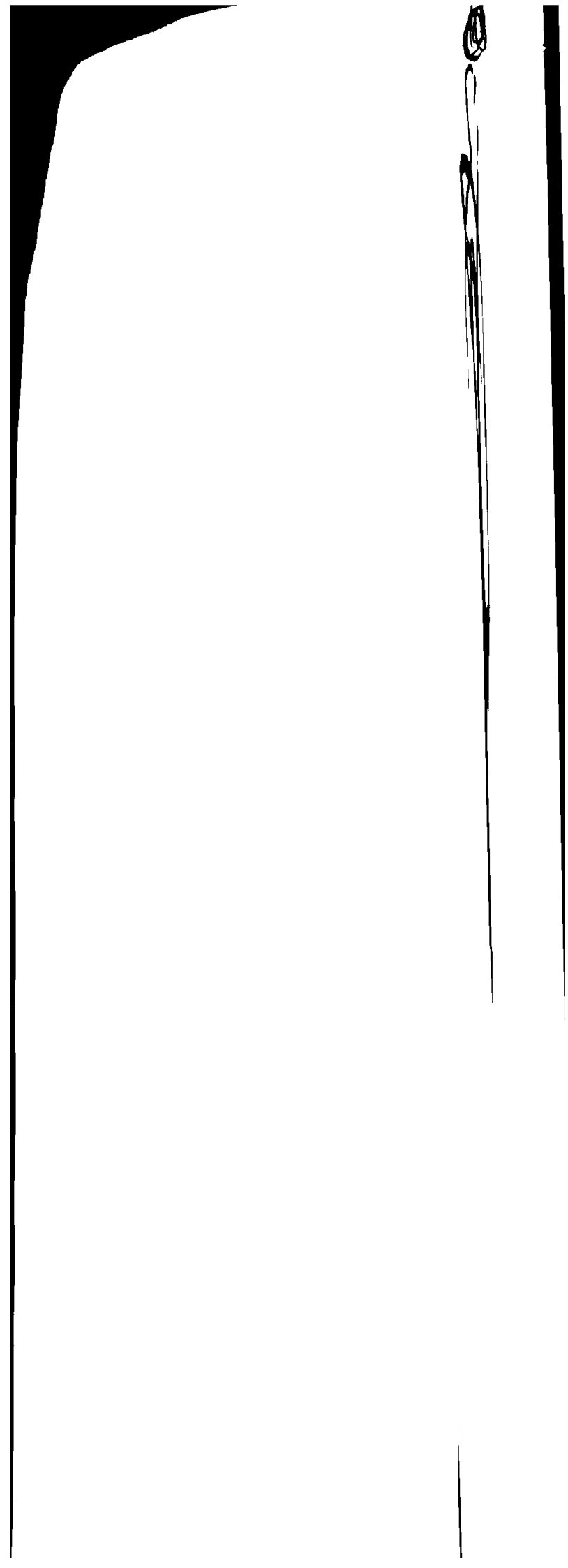
Pede deferimento.
Maceió, AL, 4 de agosto de 1995.

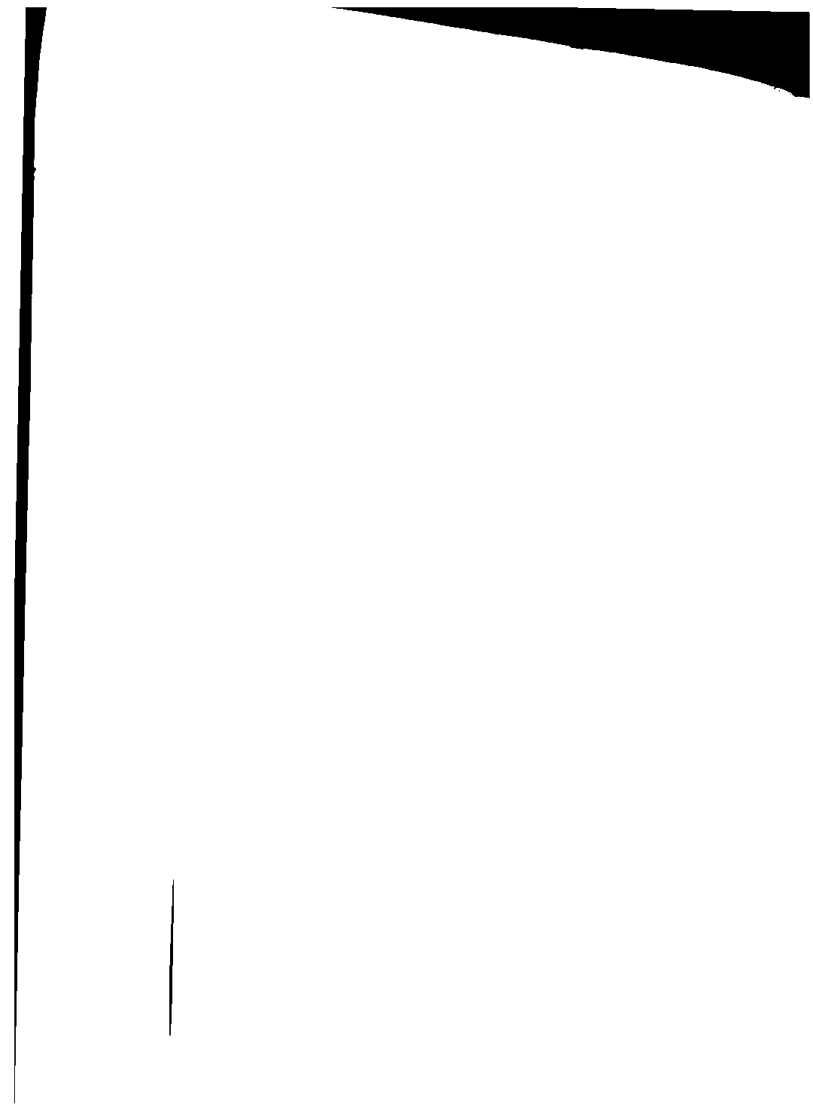
ARLINDO RAMOS JÚNIOR
OAB/AL 3.531

FRANCISCO J. R. DE ALENCAR
OAB/AL 4.523

GÊNISSON CAPITULINO DA S. SANTOS
OAB/AL 3.222

FRANKLIN ADRIANO C. DE BARROS
Bel. em Direito-OAB/AL-E 3.496





JUSTIÇA FEDERAL
FLS. 14
AL NOTAS

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CGC/MF sob o nº 10.819.522/0002-54, estabelecida à Rua Miguel Palmeira, nº 1.513, Farol, Maceió-AL., por seu representante legal no final assinado, Sr. EDILSON HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado no Loteamento Costa Rego, Rua "D", nº 2.720, Santa Amélia, Maceió-AL., inscrito no CPF sob o nº 317.279.801-15.

OUTORGADOS: ARLINDO RAMOS JUNIOR, brasileiro, alagoano, casado, advogado, inscrito na OAB/AL sob o nº 3.531 e no CPF/MF sob o nº 341.019.934-91; GÊNISSON CAPITULINO DA SILVA SANTOS, brasileiro, alagoano, casado, advogado, inscrito na OAB/AL sob o nº 3.222 e no CPF/MF sob o nº 332.046.244-04; FRANKLIN ADRIANO CARDOSO DE BARROS, brasileiro, pernambucano, casado, estagiário de direito, inscrito na OAB/AL sob o nº 3.496 e no CPF/MF sob o nº 453.522.404-87 e FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE ALENCAR, brasileiro, alagoano, solteiro, advogado, inscrito na OAB/AL sob o nº 4.523 e no CPF/MF sob o nº ..... 562.641.784-20, com escritório jurídico na Rua Dr. Floriano Ivo, nº 174, salas 306/312, Farol, CEP 57.055-010, Maceió, Alagoas, local onde recebam intimações de direito.

PODERES: das Cláusulas "AD JUDICIA", para atuar em qualquer juízo, instância ou Tribunal, inclusive, representar a OUTORGANTE perante as Justiças Comum e Federal, nos processos em que a OUTORGANTE for parte, podendo, para tanto, requerer documentos, parcelamento de débitos, certidões, e ao poderes especiais para desistir, confessar, reconhecer, firmar compromissos, enfim, praticar todo e qualquer ato necessário ao fiel cumprimento do presente mandato, atuando ditos procuradores em conjunto ou isoladamente, na parte que lhes forem atribuídas, independentemente da ordem de nomeação, incluindo o de substabelecer esta a outrem com ou reserva de poderes.

Maceió(AL), 03 de julho de 1995

RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA.
Gerardo Henrique Vilar de Bulhões Barros

CARTÓRIO DE NOTAS
Rua Dr. Pontes de Miranda, 88
Centro - Maceió - AL. Fone: 221-5000
Celso Sabino de Oliveira
Tabelião
Gastone Nos de M. Cerqueira
Pontes de Miranda
Substitutas
Marcelo
CERTIFICO fotostática original exibido



RECEBIMENTO

RECEBÍ NESTA DATA, OS PRESENTES AUTOS DO MM. JUIZ DE DIREITO

ARAPIRACA, 13 DE Julho DE 2000.

ESCRIVÃO

CERTIDÃO

CERTIFICO QUE AUTUEI E REGISTREI OS PRESENTES AUTOS NO LIVRO Nº 01

FLS 192 SOB Nº 1043

ARAPIRACA, 13 DE Julho DE 2000.

ESCRIVÃO

RECEBIMENTO

Recebido nesta data

Arapiraca, 09 de 12 de 1999

Escrivão

EXMº SR; DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE ARAPIRACA AL.

A.R. Após a manifestação.
Intime-se.
Em 06/12/99.

Proc. nº10572/95

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, através da Procuradoria Estadual em Alagoas e por intermédio do advogado adiante assinado, nos autos do processo em epígrafe, movido contra RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA, vem, com o devido respeito e acatamento, em atendimento ao despacho de fls. apresentar documentação comprobatória que originou o processo de execução em apreço.

Pede Defetimento

Arapiraca, 30 de novembro de 1999

Alípio Ronald Concyundes
Advogado Credenciado INSS
OAB-AL-2349

Alípio Ronald Concyundes Advogado OAB - AL 2349
Rua Santa Terezinha, 092 - Fone: (082) 351 - 2884
Penedo - Al

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA.
Rua. Esperidião Rodrigues, 125
Centro - Arapiraca AL
CEP. 57.300-060

NFLD Nº 31.850.777-3 VALOR CR$ 24.634.688,66 PERÍODO:0191 a 0194

RELATÓRIO FISCAL

1. A Empresa acima identificada, não recolheu em tempo hábil, as contribuições devidas ao INSS, como também não apresentou toda a documentação solicitada, e relação de empregados sem registros, razão pela qual foi lavrada a presente NFLD.

2. Sobre as folhas de pagamento e recibos fizemos incidir as seguintes alíquotas:

Contribuição Empresa -	20,00% de	01/91 a 01/94
Contribuição SAT -	2,00% de	01/91 a 01/94
Contribuição Terceiros-	4,30% de	01/91 a 12/91
	4,40% de	01/92 a 12/92
	4,50% de	01/93 a 01/94
Contribuição Empregado-	8,00% de	01/91 a 12/93
	7,77% de	01/94 a 01/94

3. O não recolhimento originou a NFLD Nº31.850.777-3 no valor de CR$ 24.634.688,66 (Vinte e quatro milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, seiscentos e oitenta e oito cruzeiros Reais e sessenta e seis centavos).

4. À consideração da Chefia Superior.

Maceió, 24 de Fevereiro de 1994.

Adalberto B. Lopes Neto
Fiscal de Contribuições Previdenciárias
Mat. 1.206.826

DATA

04 07 00

Ré

359 4º 4z

04 07 2000

DISTRIBUIÇÃO

Juiz

- [ ] Processo em ord
- [ ] Processo em
- [ ] Processo atras
- [ ] Ao Sr. Escrivão
- [ ] Ao Sr. Escrivão par
- [ ] Certifique
- [ ] Cobre-se
- [ ]

ARQUIVE-SE 20/07/2000

José Cícero Alves da Silva
Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça

JUNTADA

Nesta data foi juntada na Petição

Aracaju, 20 de 07

Escrivão

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA-INSS/ALAGOAS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4.ª VARA DA COMARCA DE ARAPIRACA – ESTADO DE ALAGOAS.

18

RH
J.A
Como Pede
Ar, 20/10/04.
Dr. Giovanni Alfredo de O. Jatubá
Juiz de Direito

Autos do Processo n.°: 2043/2000 (318507773)
Exeqüente: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Executada: Rádio Cultura de Arapiraca/AL.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, autarquia federal criada pela Lei nº 8.029/90, com Procuradoria Federal Especializada, na Rua Libertadora Alagoana, nº 149, 7º andar, Centro, Maceió/AL, sob conduto de seu procurador, conforme instrumento procuratório anexo, nos autos do processo em epígrafe, se pronunciar para informar a existência de pedido de adesão ao PAES – Parcelamento ESPECIAL, instituído pela Lei nº 10684/2003, consoante o indicativo da TELA CCRED.

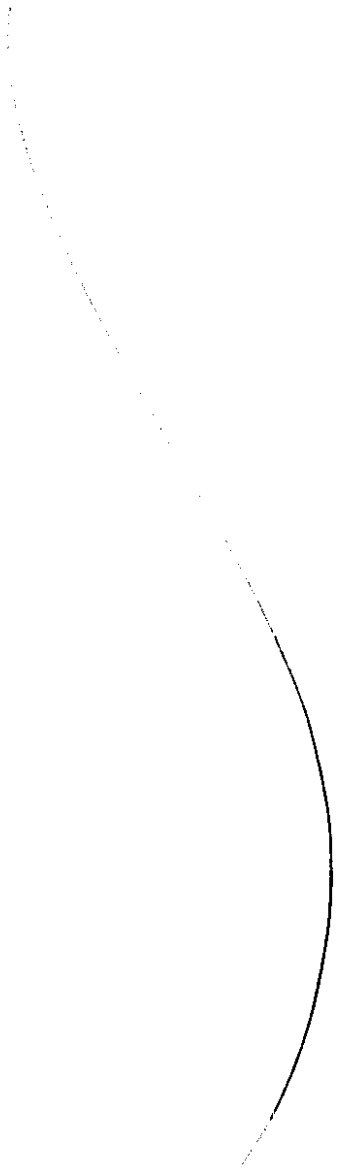
Essa lei estabelece no art. 1º, I, § 3º que o prazo máximo de parcelamento é de 180 meses e o mínimo de 120 meses.

Bem assim, como o parcelamento é causa de sustação da exigibilidade do crédito, pede a SUSPENSÃO DA AÇÃO por 180 dias, para averiguações periódicas, nada obstante os prazos supramencionados.

Nestes termos.
Pede deferimento.

Maceió/AL, 24 de maio de 2004.

José Marcelo de Medeiros Rocha
Procurador do INSS - OAB/AL nº 1.559



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA-INSS/ALAGOAS

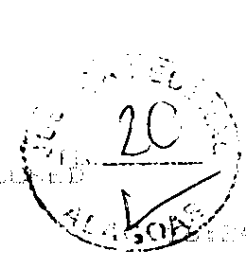
PROCURAÇÃO AD-JUDICIA

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, com sede em Brasília, através da Procuradoria da Previdência Social, neste Estado situada à Rua da Praia nº 149 – Edifício do INSS – 7º andar – Centro, neste ato representado por sua **PROCURADORA-CHEFE** , abaixo assinado, constitui e nomeia, na forma da Lei nº 6.539, de 28 de junho de 1978, o Dr. **JOSÉ MARCELO DE MEDEIROS ROCHA,** brasileiro, separado judicialmente, com escritório à Rua do Livramento, 148, Salas 308/310, Bairro Centro, Maceió/AL, inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil sob o número 1559/AL, seu procurador para representá-lo em juízo, conforme as disposições constantes no Contrato de Prestação de Serviço e Ordem de Serviço/PG/Nº 013/92, outorgando-lhe, para tanto, poderes para o foro em geral na ação abaixo especificada, atuando em defesa dos interesses do INSS através de petições e recursos cabíveis. Confere ainda, o outorgante, poderes ao outorgado para substabelecer, excepcionalmente, mediante prévia autorização da Procurador-Chefe do INSS em Alagoas.

Maceió, 06 de junho de 2003.

ELMA CARDOSO OLIVEIRA
Procuradora-Chefe PFE/INSS/AL

Rua da Praia,149 – 7º Andar –Edifício Sede INSS – Centro – Maceió – AL
CEP 57.020-905 – Fone: (082) 216-4117 Fax: (082)216- 4177



PROCURADORIA - INSS - DATAPREV
DIVIDA ATIVA
CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO

Cadastro: 31850777/3 CGC: 10.819.560/0001-73
Nome: NADIR CUELUNA DE MADEIRAS LTDA

Dat. de Origem...: 31850777/3 21/02/1994 NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCAMENTO DEBITO
Dt. Cadastramento: 21/02/1994 APS.....: 02.001.010 Livro: 4
Dt. de Inscricao.: 19/10/1994 Orgao Inscricao: 02.260.000 Folha: 029
Periodo de Divida: 01/1991 a 01/1994 PFE Tramitacao.: 02.201.000

Fase: 771 PARCELAMENTO DA LEI 10684/03 Dt. da Fase: 25/07/2003

Principal:	93.938,08	E - Extrato	C - Compet. Credito
T.....:	8.354,07	R - End.Corr.	V - Val Discriminado
Juros....:	98.309,75	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
multa....:	13.067,46	S - Solidario	P - Parcelamento
[redacted] tal:	173.669,06	F - Fund. Legal	

Valores atualizados para 07/2003 em REAL

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nesta data faço o presente processo

do MM. Juiz de Direito

Certifico e dou fé. Arapiraca, 20 de 12 de 04.

Escrivão

Certifico que dei cumprimento ao despacho do MM. Juiz de direito exarado

Escrivão.

ESTADO DE ALAGOAS
PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL COMARCA DE ARAPIRACA

D E S P A C H O

Em função da instalação da Vara da Justiça Federal nesta Comarca, fato ocorrido no dia 21 de março, do corrente ano, DECLINO a competência da mesma para processamento e julgamento do presente feito.

Remetam-se os autos.

Baixas necessárias.

Arapiraca, 28 de abril de 2005.

Dr. Giovanni Alfredo de Oliveira **Jatubá**
Juiz de Direito

RECEBIMENTO

Nesta data, recebo os presentes autos do MM. Juiz de Direito desta 4ª Vara.

Arapiraca, 28 de abril de 2005.

Hélio Higino Silva
Escrivão

REMESSA

Nesta data remeto os presentes autos à Subseção Judiciária Federal de Arapiraca.

Arapiraca, 28 de abril de 2005.

Hélio Higino Silva
Escrivão

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
8ª VARA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL
FLS. 24
ALAGOAS

EXECUÇÃO FISCAL
2005.80.01.001846-6

VISTA/REMESSA

Nesta data, faço vista/remessa do presente feito a(o) INSS, certificando que os presentes autos contêm 24 folhas, numeradas e rubricadas, incluindo esta; do que, para constar, lavrei o presente termo.

O referido é verdade e dou fé.

Arapiraca, 28 / 03 /2006.

SERVIDOR

28 03 06

05+9981

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 75
ALAGOAS

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
ÓRGÃO DE ARECADAÇÃO EM ALAGOAS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 5ª VARA SEÇÃO JUDICIÁRIA NO ESTADO DE ALAGOAS.

PROCESSO Nº : 2005.80.01.001846-6
EXECUTADO: RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA - LTDA
EXEQUENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
CDA.: 31.850.777-3
FASE: 691

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, autarquia federal, já qualificado nos autos do processo, vem, por sua representante legal, infra-assinada, requerer a V. Exa. a suspensão da ação, em razão do acordo de parcelamento nos termos da Lei 10.684/03, no prazo de 180 (cento e oitenta)dias.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Maceió, 20 de abril de 2006.

Elma Cardoso Oliveira
Procuradora Federal
Matr. 0879848

CCRED PROCURADORIA - INSS - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
08/05/2006 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 14:25:40

Credito: 318507773 CGC: 10.819.522/0001-73
Nome: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA

Doc. de Origem...: 318507773 21/02/1994 NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBITO
Dt. Cadastramento: 21/02/1994 APS.....: 02.001.010 Livro: 4
Dt. de Inscricao.: 19/10/1994 Orgao Inscricao: 02.200.000 Folha: 028
Periodo da Divida: 01/1991 a 01/1994 PPS Tramitacao.: 02.201.000

Fase: 771 PARCELAMENTO DA LEI 10684/03 Dt. da Fase: 25/07/2003

Principal:	53.175,15	E - Extrato	C - Compet. Credito
TR.....:	6.278,33	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Juros....:	96.804,71	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa....:	17.832,48	S - Solidario	P - Parcelamento
T o t a l:	174.090,67	F - Fund. Legal	

Valores atualizados para 07/2003 em REAL

XMIT

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
8ª VARA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL
FLS. 27
ALAGOAS

EXECUÇÃO FISCAL
2005.80.01.001846-6

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que trasladei cópia da r. Sentença de fl. 71/72, dos autos dos Embargos à Execução Fiscal de n.º 2005.80.01.001847-8, para os autos desta Execução Fiscal.

Arapiraca, 01 de junho de 2006.

Felipe Ferreira Libardi
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
8ª VARA FEDERAL
PROCESSO Nº 2005.80.01.001847-8

JUSTIÇA FEDERAL 11 ALAGOAS

JUSTIÇA FEDERAL 28 ALAGOAS

SENTENÇA Nº 416-C /2006/RMCN/8ª VARA/AL
EMBARGOS À EXECUÇÃO
PROCESSO Nº 2005.80.01.001847-8
EMBGT : RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA E OUTRO.
EMBGD : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS.

Vistos etc.

Trata-se de embargos à Execução Fiscal nº. 2005.80.01.001846-6, opostos por Radio Cultura de Arapiraca LTDA., em face do INSS, postulando a extinção do feito constritivo.

À fl. 68, informou o INSS que a embargante celebrou acordo para parcelamento do débito em discussão e requereu a extinção do feito.

Aprecio.

Realizado parcelamento da dívida exeqüenda, nos termos da Lei nº 10.684/03, há perda superveniente do interesse processual do embargante em ver desconstituída o título que lhe é oposto, haja vista a realização de transação entre as partes para pôr termo à lide.

> ***PROCESSUAL CIVIL. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM EXAME DO MÉRITO. PERDA DE OBJETO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR (ART. 267, VI, CPC).***
> ***Diante da confissão da dívida através do parcelamento do débito fiscal firmado entre partes é induvidosa a perda de objeto dos presentes embargos, devendo, pois, ser mantida a sentença de primeiro grau que julgou extinto o processo, nos termos do art. 267, VI, do CPC, por faltar uma das condições essenciais à ação, qual seja, o interesse processual.***
> ***Improvimento ao apelo.***[1]

No caso, carecedora a embargante de condição de ação, o processo deve ser extinto de ofício, sendo desnecessário o pronunciamento da demandante sobre a notícia de parcelamento.

Os honorários de sucumbência devem ser eqüitativamente fixados, haja vista a natureza desconstitutiva da ação.

[1] TRF da 1ª Região. AC 200219900216323. MG. 4ª Turma. Rel. Des. Hilton Queiroz. DJ: 20/11/2002.

ACL

JUSTIÇA FEDERAL
29
ALAGOAS

> ***"Nos embargos à execução não há sentença condenatória, mas constitutiva negativa, se procedentes, ou declaratória, se improcedentes, o que se deu no caso. Não tendo havido condenação, posto que sua natureza é meramente declaratória, deve o Juiz fixar honorários consoante apreciação eqüitativa, observando, para tanto, o contido nas alíneas do § 3º, do CPC".***[2]

Mercê do exposto, decreto a extinção do feito, sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC.

Condeno a embargante em honorários advocatícios em 01% (um por cento) sobre o valor da execução.

Sem custas, a teor do art. 7º da Lei nº 9.289/96.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Tanto que publicada, traslade-se cópia desta sentença para os autos da Execução Fiscal.

Arapiraca, 29 de maio de 2006.

RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO
Juiz Federal - 8ª Vara

[2] TRF da 1ª Região. AC. MG. 8ª Turma. Rel. Des. Federal Maria do Carmo Cardoso. DJ: 28/05/04. p. 226..

JUSTIÇA FEDERAL FLS. 30 ALAGOAS

EXECUÇÃO FISCAL
2005.80.01.001846-6

CONCLUSÃO

Faço conclusão destes autos ao MM. Juiz Federal, nesta data.

Arapiraca(AL), 01 de junho de 2006.

Felipe Ferreira Libardi
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

D E S P A C H O

1. Suspenda-se o curso da execução pelo prazo do parcelamento.
2. Aguarde-se eventual manifestação da parte exeqüente.
3. Providências necessárias.

Arapiraca(AL), 01 de junho de 2006.

RUBENS DE MENDONCA CANUTO NETO
Juiz Federal

JUSTIÇA FEDERAL
FLS. 31
ALAGOAS

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
8ª VARA FEDERAL

EXECUÇÃO FISCAL
2005.80.01.001846-6

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que expedi Ofício n.º OFI.0008.000974-5/2006 para o INSS, cuja cópia encontra-se arquivada em pasta própria da Secretaria deste juízo, intimando-o da suspensão do processo pelo prazo do parcelamento

Arapiraca, 28 de junho de 2006.

Lucimério Barros Campos
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

JUSTIÇA FEDERAL
FLS. 32
ALAGOAS

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
8ª VARA FEDERAL

EXECUÇÃO FISCAL
2005.80.01.001846-6

ATO ORDINATÓRIO

Autos encontram-se com vista a(o) Instituto Nacional do Seguro Social - INSS para, em 30 (trinta) dias, requerer o que de direito, **em face do decurso do prazo de suspensão requerido**, cf. determinado no art. 3°, inciso 10, do Provimento n° 02/2000 do TRF da 5ª Região c/c o art. 1° da Portaria n° 04, de 25/05/05, do MM. Juiz Federal da 8ª Vara.

Arapiraca, 06 de março de 2007.

Manoel Inácio de Souza Neto
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

VISTA

Nesta data, faço vista do presente feito a(o) Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. O referido é verdade e dou fé.

Arapiraca, 06 de março de 2007.

Manoel Inácio de Souza Neto
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

REMESSA

Nesta data, faço remessa do presente feito à parte supramencionada, certificando que os presentes autos contêm 32 folhas, numeradas e rubricadas, incluindo esta; do que, para constar, lavrei o presente termo. O referido é verdade e dou fé.

Arapiraca, 06/03/07.

SERVIDOR

Procuradoria-Geral Federal
Procuradoria Federal em Alagoas
Recebido 07 / 03 / 07
Hora
Servidor
Matrícula

DEVOLUÇÃO
Devolvido nesta data
PFAL 22 / 03 / 07

JUNTADA
Nesta data juntei aos presentes autos, a
petição 062.00 1321-0 fls. 33/34.
26 de março 07.
Amaté

33

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL ÓRGÃO DE ARRECADAÇÃO EM ALAGOAS

EXMO. SR. DR. JUIZ DA 8ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAPIRACA - ESTADO DE ALAGOAS

EXECUÇÃO FISCAL nº 2005.80.01.001846-6 (CDA 31.850.777-3 - FASE 771)
Exeqüente: INSS
Executada(o): RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA.

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, autarquia federal neste ato representada por sua Procuradora, vem, nos autos em epígrafe, com fundamento no art. 40, *caput*, da Lei nº 6.830/80, requerer a continuidade da suspensão do curso da presente execução fiscal pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, em razão do parcelamento previsto pela Lei 10.684/03 (PAES) vir sendo cumprido regularmente pela executada.

Pede deferimento.

Maceió, 09 de março de 2007.

CAMILA MELLÃO DE CARVALHO CALHEIROS
Procuradora Federal
Mat. 1378061

CCRED PROCURADORIA - INSS - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
08/03/2007 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 10:06:37

Credito: 31850777-3 CGC: 10.819.522/0001-73
Nome: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA

Doc. de Origem...: 31850777-3 21/02/1994 NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA TO DEBITO
Dt. Cadastramento: 21/02/1994 APS.....: 02.001.010 Livro: 4
Dt. de Inscricao.: 19/10/1994 Orgao Inscricao: 02.200.000 Folha: 028
Periodo da Divida: 01/1991 a 01/1994 PPS Tramitacao.: 02.201.000

Fase: 771 PARCELAMENTO DA LEI 10684-03 Dt. da Fase: 25/07/2003
CADIN ATIVA 19/05/2006

Principal:	52.778,48	E - Extrato	C - Compet. Credito
TR.....:	5.356,04	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Juros...:	96.042,48	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa...:	17.713,48	S - Solidario	P - Parcelamento
Total:	171.890,48	F - Fund. Legal	

Valores atualizados para 07/2003 em REAL

XMIT

Window DIVIDA98 1 at DTPSPMV2

JUSTIÇA FEDERAL
FLS. 35
ALAGOAS

EXECUÇÃO FISCAL
2005.80.01.001846-6

CONCLUSÃO

Faço conclusão destes autos ao MM. Juiz Federal, nesta data.

Arapiraca, 02 de abril de 2007.

Manoel Inácio de Souza Neto
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

D E S P A C H O

1. Suspenda-se o feito pelo prazo requerido pelo exeqüente;
2. Providências necessárias.

Arapiraca(AL), 02 de abril de 2007.

Fábio Roque da Silva Araújo
Juiz Federal Substituto – 8ª VARA

JUSTIÇA FEDERAL
FLS. 36
ALAGOAS

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que expedi carta de intimação ao INSS, nº **CTA.0008.000208-3/2007**, para a intimação do deferimento do pedido de suspensão.

Arapiraca(AL), 18 de abril de 2007.

João Maurício Simmonds Lessa
ANALISTA JUDICIÁRIO(A)

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAPIRACA
8ª VARA

JUSTIÇA FEDERAL
FL. 37
ALAGOAS

INSPEÇÃO ORDINÁRIA

NO PERÍODO DE 07 A 11 DE MAIO DE 2007 - **PRAZOS SUSPENSOS**, CONFORME **PORTARIA CONJUNTA Nº 01/2007** DE 23 DE ABRIL DE 2007.

Processo n.º 2005.80.01.003846-6

DESPACHO

VISTOS EM INSPEÇÃO.

( ) PROCESSO EM ORDEM
( ) MANTENHA-SE O FEITO SUSPENSO
( ) À CONCLUSÃO
( ) VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
( ) AGUARDE-SE O PAGAMENTO DE RPV/PRECATÓRIO
( ) REMETAM-SE OS AUTOS À POLÍCIA FEDERAL
( ) VISTA A(O) AUTOR(A)
( ) VISTA A(O) RÉ(U)
( ) PUBLIQUE-SE O DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO DE FL. _____
( ) COBRE-SE A DEVOLUÇÃO DO MANDADO
( ) COBRE-SE A DEVOLUÇÃO DA CARTA PRECATÓRIA
( ) CUMPRA-SE O DESPACHO DE FLS._____
( ) REITERE-SE O OFÍCIO DE FLS._____
( ) ARQUIVE-SE, APÓS BAIXA NA DISTRIBUIÇÃO.
(X) Retifique-se a autuação da presente execução fiscal, a fim de que passem a constar as informações pertinentes às partes executada e executada.

Arapiraca, 07 de maio de 2007.

FÁBIO ROQUE DA SILVA ARAÚJO
Juiz Federal Substituto

Procurador da República

Representante da OAB

Poder Judiciário
Justiça Federal - 5a. Região
Seção Judiciária de Alagoas

Emitido em 11/05/2007 12:14

38

Termo de Retificação

Em cumprimento do R. despacho de fls. _____, em Arapiraca, 11 de maio de 2007, é lavrado o presente termo, na forma abaixo:

	Processo.....:	2005.80.01.001846-6
	Classe do processo.....:	99 - EXECUÇÃO FISCAL
1.	Data do Protocolo.....:	11/5/2005
2.	Número de volumes.....:	1
3.	Nro. do processo adm....:	318507773
4.	Valor de execução.....:	R$ 1,00
5.	Observações.....:	
6.	Vara.....:	8 a. VARA FEDERAL - Juiz Substituto
7.	Tipo de distribuição.....:	Distribuição - Sorteio Automático
8.	Data/Hora distribuição....:	11/05/2005 18:33
9.	Distr. lançada por.....:	Rubens de Mendonça Canuto Neto
10.	Usuário ult. alteração....:	WILLIAMS FERREIRA DE SIQUEIRA
11.	Data última alteração....:	11/05/2007 12:16
12.	Processo Prevento.....:	
13.	Nro. inscrição C.D.A.....:	31850777-3

PARTES:

EXEQÜENTE	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS
PROCURADOR	ELMA CARDOSO OLIVEIRA
EXECUTADO	RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA
ADVOGADO	SEM ADVOGADO

Alterações:

11/05/2007 12:16 Tipo da Parte alterado(a) de EXECUTADO p/ EXEQÜENTE

Para constar, lavro e assino o presente.

Diretor da Secretaria

JUSTIÇA FEDERAL
FLS. 39
ALAGOAS

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
8ª VARA FEDERAL

EXECUÇÃO FISCAL
2005.80.01.001846-6

ATO ORDINATÓRIO

Autos encontram-se com vista a(o) INSS para, em 30 (trinta) dias, requerer o que de direito, **em face do decurso do prazo de suspensão requerido**, cf. determinado no art. 3º, inciso 10, do Provimento nº 02/2000 do TRF da 5ª Região c/c o art. 1º da Portaria nº 04, de 25/05/05, do MM. Juiz Federal da 8ª Vara.

Arapiraca, 06 de dezembro de 2007.

Ana Karênina Rodrigues Pacífico Chagas
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

VISTA

Nesta data, faço vista do presente feito a(o) INSS. O referido é verdade e dou fé.

Arapiraca, 06 de dezembro de 2007.

Ana Karênina Rodrigues Pacífico Chagas
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

REMESSA

Nesta data, faço remessa do presente feito à parte supramencionada, certificando que os presentes autos contêm _____ folhas, numeradas e rubricadas, incluindo esta; do que, para constar, lavrei o presente termo. O referido é verdade e dou fé.

Arapiraca, 06 / 12 / 07.

SERVIDOR

Procuradoria-Geral Federal
Procuradoria Federal em Alagoas
Recebido 06 / 12 / 07
Hora: _____
_____ _____
Servidor Matrícula

C/C Vista

O INSS, ciente do Ato Ordinatório de fls 39, vem requerer a suspensão do feito pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias em face do cumprimento regular do parcelamento da L. 10.684/03 (conforme Tela Cred em anexo).

Nestes Termos
Pede Deferimento

Camila Militão de Carvalho Calheiros
Procuradora Federal
SIAPE 1378061
OAB nº 21025/PE

DEVOLUÇÃO
Devolvido nesta data
PFAL 13 / 12 / 07

CCRED PGF PGFN - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
10/12/2007 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 08:56:20

Credito: 318507773 CGC: 10.819.522/0001 73
Nome: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA

Doc. de Origem..: 318507773 21/02/1994 NFLD NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBITO
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 21/02/1994 Livro: 4 Folha: 028
Dt. de Inscricao: 19/10/1994 APS: 02.001.010 Orgao Inscr.: 02.200.000
Depurado: NAO Aviso Cadin: NAO Penhora Regular e Suficiente:
Periodo da Divida: 01/1991 a 01/1994 PRC Tramitacao: 02.201.000

Fase: 771 PARCELAMENTO DA LEI 10684/03 Dt. da Fase: 25/07/2003
CADIN ATIVA 19/05/2006

Principal:	52.628,25	E	Extrato	C	Compet. Credito
TR.....:	5.039,93	R	End.Corr.	V	Val Discriminados
Juros....:	95.753,80	H	Hist.Fase	A	Acao Judicial
Multa....:	17.668,41	S	Solidario	P	Parcelamento
T o t a l:	171.090,39	F	- Fund. Legal		

Valores atualizados para 07/2003 em REAL

XMIT

Doc. Nº 01

40

Camila Mixão de Carvalho Calheiros
Procuradora Federal
SIAPE 1378061
OAB nº 21025/PE

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAPIRACA
8ª VARA FEDERAL

Justiça Federal
Fls. 41
Seção de Alagoas

PROCESSO Nº: 2005.80.01.001846-6
CLASSE: EXECUÇÃO FISCAL

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos os presentes autos a(o) MM.(a) Juiz Federal, inserindo também, nesta data, o despacho que segue abaixo, autorizado e cuja assinatura é digitalizada, conforme art. 1º, do Provimento GJF nº 07/2006, do Juiz Federal Titular da 8ª Vara, publicada no átrio do Fórum em 06/09/2006, e posteriores alterações, mediante portarias.

Arapiraca-AL, 19 de dezembro de 2007.

Thaisa Vieira Moura
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

DESPACHO

1. Suspenda-se o curso da execução pelo prazo do parcelamento;
2. Aguarde-se eventual manifestação da parte exeqüente;
3. Providências necessárias.

Arapiraca/AL, 19 de dezembro de 2007.

HALLISON RÊGO BEZERRA
Juiz Federal Substituto -8ª Vara
Assinatura digitalizada, cf. Portaria GJF Nº 001/07/8ª Vara/AL

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
8ª VARA

EXECUÇÃO FISCAL
2005.80.01.001846-6

C E R T I D Ã O

CERTIFICO que expedi a Carta Precatória nº 0008.000024-0/2008, cuja cópia encontra-se arquivada em pasta própria da Secretaria deste Juízo, por meio da qual o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS fora intimada da suspensão do processo. O referido é verdade. Dou fé.

Arapiraca, 29 de janeiro de 2008

Marcos Borges Leão
Analista Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAPIRACA
8ª VARA

JUSTIÇA FEDERAL FL. 43 ALAGOAS

INSPEÇÃO ORDINÁRIA

NO PERÍODO DE 19 A 23 DE MAIO DE 2008 - **P R A Z O S S U S P E N S O S** , CONFORME **PORTARIA CONJUNTA Nº 01/2008** DE 07 DE MAIO DE 2008.

Processo n.º 2005.80.01.001846-6

DESPACHO

VISTOS EM INSPEÇÃO.

(X) PROCESSO EM ORDEM
(X) MANTENHA-SE O FEITO SUSPENSO
( ) À CONCLUSÃO
( ) VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
( ) AGUARDE-SE O PAGAMENTO DE RPV/PRECATÓRIO
( ) REMETAM-SE OS AUTOS À POLÍCIA FEDERAL
( ) VISTA A(O) AUTOR(A)
( ) VISTA A(O) RÉ(U)
( ) PUBLIQUE-SE O DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO DE FL. _____
( ) COBRE-SE A DEVOLUÇÃO DO MANDADO
( ) COBRE-SE A DEVOLUÇÃO DA CARTA PRECATÓRIA
( ) CUMPRA-SE O DESPACHO DE FLS._____
( ) REITERE-SE O OFÍCIO DE FLS._____
( ) ARQUIVE-SE, APÓS BAIXA NA DISTRIBUIÇÃO.
( )_____
_____
_____

Arapiraca, 23 de maio de 2008.

VICTOR ROBERTO CORRÊA DE SOUZA
Juiz Federal Substituto

Procurador da República

Representante da OAB

JUSTIÇA FEDERAL
FLS. 44
ALAGOAS

EXECUÇÃO FISCAL
2005.80.01.001846-6

CONCLUSÃO

Faço conclusão destes autos ao MM. Juiz Federal, nesta data.

Arapiraca, 01 de julho de 2008.

Ana Karênina Rodrigues Pacífico Chagas
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

DESPACHO

1. Considerando-se que a representação judicial das contribuições previdenciárias e devidas a terceiros passaram a ser de competência da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, conforme estabelece os arts. 2º e 3º da lei nº 11.457/07; providencie o Setor de Distribuição a retificação da autuação.

2. Após, conforme solicitado no ofício nº 417/08 enviado pela Fazenda Nacional, suspenda-se o curso da execução pelo prazo de 90 (noventa) dias a contar de 07/04/2008.

3. Decorrido o prazo supra, dê-se vista a Fazenda Nacional para dar prosseguimento ao feito. Prazo: 15 (quinze) dias.

Arapiraca, 01 de julho de 2008.

VICTOR ROBERTO CORRÊA DE SOUZA
Juiz Federal Substituto

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 45
ALAGOAS

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Alagoas
8 a. VARA FEDERAL

EXECUÇÃO FISCAL: 2005.80.01.001846-6

VISTA/REMESSA

Nesta data, faço vista/remessa do presente feito a(o) Setor de Distribuição - Arapiraca, do que, para constar, lavrei o presente termo. O referido é verdade e dou fé.

Maceió, 02/07/2008.

Marcos Borges Leão
ANALISTA JUDICIÁRIO(A)

Poder Judiciário
Justiça Federal - 5a. Região
Seção Judiciária de Alagoas

Emitido em 15/07/2008 15:12

JUSTIÇA FEDERAL Fls. 46 ALAGOAS

Termo de Retificação

Em cumprimento do R. despacho de fls. 44, em Arapiraca, 15 de julho de 2008, é lavrado o presente termo, na forma abaixo:

Processo.....:	2005.80.01.001846-6
Classe do processo.....:	99 - EXECUÇÃO FISCAL
1. Data do Protocolo.....:	11/5/2005
2. Número de volumes.....:	1
3. Nro. do processo adm....:	318507773
4. Valor de execução.....:	R$ 1,00
5. Observações.....:	
6. Vara.....:	8 a. VARA FEDERAL - Juiz Substituto
7. Tipo de distribuição.....:	Distribuição - Sorteio Automático
8. Data/Hora distribuição....:	11/05/2005 18:33
9. Distr. lançada por.....:	Rubens de Mendonça Canuto Neto
10. Usuário ult. alteração....:	Erik José Xavier de Melo
11. Data última alteração....:	15/07/2008 15:01
12. Processo Prevento.....:	
13. Nro. inscrição C.D.A.....:	31850777-3

PARTES:

EXEQÜENTE	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR	ELMA CARDOSO OLIVEIRA
EXECUTADO	RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA
ADVOGADO	SEM ADVOGADO

Alterações:

11/05/2007 12:16	Tipo da Parte alterado(a) de EXECUTADO p/ EXEQÜENTE
15/07/2008 15:01	Nome da Parte alterado(a) de EXEQÜENTE INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS p/ EXEQÜENTE FAZENDA NACIONAL

Para constar, lavro e assino o presente.

Diretor da Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
8ª VARA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL
FL.S. 47
ALAGOAS

EXECUÇÃO FISCAL
2007.80.01.000773-8

VISTA

Nesta data, faço vista do presente feito a(o) FAZENDA NACIONAL.

Arapiraca, 22 de julho de 2008

Ana Karênina Rodrigues Pacífico Chagas
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

REMESSA

Nesta data, faço remessa do presente feito a(o) FAZENDA NACIONAL, certificando que os presentes autos contêm 47 folhas, numeradas e rubricadas, incluindo esta; do que, para constar, lavrei o presente termo.

O referido é verdade e dou fé.

Arapiraca, 25/07/08.

SERVIDOR

01/08/08

José Miguel de Campos
Mat. 640.5251-0

JUSTIÇA FEDERAL - AL
SEÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO
Recebi em 19/09/08 As _____ hs.
Maria da Piedade
Funcionário

JUNTADA
Neste data, juntei aos presentes autos, o
petição 062.005362-9
Arapiraca, 23 de Setembro de 2008
Kallynni

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 48
K
ALAGOAS

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM ALAGOAS

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 8ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

Processo nº 2005.80.01.001846-6
CDA nº 318507773
Exeqüente: União (Fazenda Nacional)

A União (Fazenda Nacional), pelo procurador que esta subscreve, vem requerer a suspensão do presente feito por 180 (cento e oitenta) dias, tendo em vista o parcelamento do crédito em execução.

Termos em que pede e espera deferimento.

Maceió, 02 de setembro de 2008.

Fábio Rocha Carnaúba
Procurador da Fazenda Nacional

José Filipe de Lima Santana
Estagiário da PGFN/AL

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED

DIVIDA ATIVA

04/08/2008 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 08:21:45



Credito: 318507773 CGC: 10.819.522/0001-73
Nome: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA

Doc. de Origem..: 318507773 21/02/1994 NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBITO
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 21/02/1994 Livro: 4 Folha: 028
Dt. de Inscricao: 19/10/1994 RFB: 02.001.010 Orgao Inscr.: 02.200.000
Depurado: NAO Aviso Cadin: NAO Penhora Regular e Suficiente:
Periodo da Divida: 01/1991 a 01/1994 PRC Tramitacao: 02.200.800

Fase: 771 PARCELAMENTO DA LEI 10684/03 Dt. da Fase: 25/07/2003

CADIN ATIVA	04/04/2008		
Principal:	52.628,25	E - Extrato	C - Compet. Credito
TR.....:	5.039,93	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Juros....:	95.753,80	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa....:	17.668,41	S - Solidario	P - Parcelamento
T o t a l:	171.090,39	F - Fund. Legal	
J/H.REFIS:	0,00		

Valores atualizados para 07/2003 em REAL

XMIT

Window DIVIDA98/1 at DTPSPMV2

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAPIRACA
8ª VARA FEDERAL

Justiça Federal
Fls. 50
Seção Alagoas

PROCESSO Nº: 2005.80.01.001846-6
CLASSE: EXECUÇÃO FISCAL

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos os presentes autos a(o) MM.(a) Juiz Federal, inserindo também, nesta data, o despacho que segue abaixo, autorizado e cuja assinatura é digitalizada, conforme art. 1º, do Provimento GJF nº 07/2006, do Juiz Federal Titular da 8ª Vara, publicada no átrio do Fórum em 06/09/2006, e posteriores alterações, mediante portarias.

Arapiraca-AL, 30 de setembro de 2008.

Marcos Borges Leão
ANALISTA JUDICIÁRIO(A)

DESPACHO

1. Suspenda-se o curso da execução pelo prazo do parcelamento;
2. Aguarde-se eventual manifestação da parte exeqüente;
3. Providências necessárias.

Arapiraca/AL, 30 de setembro de 2008.

VICTOR ROBERTO CORRÊA DE SOUZA
Juiz Federal Substituto - 8ª Vara
Assinatura digitalizada cf, portaria GJF Nº 004/2008/8ª Vara/AL

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
8ª VARA

JUSTIÇA FEDERAL
FLS. 51
ALAGOAS

EXECUÇÃO FISCAL

C E R T I D Ã O

CERTIFICO que expedi a Carta Precatória nº 0008.000303-6/2008, cuja cópia encontra-se arquivada em pasta própria da Secretaria deste Juízo, por meio da qual a FAZENDA NACIONAL fora intimada da suspensão do processo. O referido é verdade. Dou fé.

Arapiraca, 16 de outubro de 2008

Marcos Borges Leão
Analista Judiciário

JUSTIÇA FEDERAL
FLS. 52
ALAGOAS

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
8ª VARA FEDERAL

EXECUÇÃO FISCAL
2005.80.01.001846-6

ATO ORDINATÓRIO

Autos encontram-se com vista a(o) FAZENDA NACIONAL para, em 30 (trinta) dias, requerer o que de direito, **em face do decurso do prazo de suspensão requerido**, cf. determinado no art. 3°, inciso 10, do Provimento n° 02/2000 do TRF da 5ª Região c/c o art. 1° da Portaria n° 04, de 25/05/05, do MM. Juiz Federal da 8ª Vara.

Arapiraca, 12 de maio de 2009.

Tiago Santos Lisboa
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

VISTA

Nesta data, faço vista do presente feito a(o) FAZENDA NACIONAL. O referido é verdade e dou fé.

Arapiraca, 12 de maio de 2009.

Tiago Santos Lisboa
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

CERTIDÃO DE RECEBIMENTO

CERTIFICO que, nesta data, os presentes autos, contendo 52 folhas, numeradas e rubricadas, incluindo esta, foram recebidos pelo(a) FAZENDA NACIONAL; do que, para constar, lavrei o presente termo. O referido é verdade e dou fé.

Arapiraca, 15/05/09.

Tiago Santos Lisboa
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

15/5/09

DIST JFAL/ARAPIRACA 05/JUN/2009 12:36 000020

JUNTADA

Nesta data juntei aos presentes autos a
Petição 0620032330-2

Arapiraca, 12 de junho de 2009.
Juliana Cunha

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 53
DEC.
ALAGOAS

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM ALAGOAS

PROCESSO Nº 2005.80.01.001846-6.
CDA Nº 31.850.777-3.
COTA DE VISTA PFN/AL Nº /2009-FRC

Meritíssimo Juiz,

A União (Fazenda Nacional), pelo procurador que esta subscreve, vem requerer a suspensão do presente feito por 180 (cento e oitenta) dias, tendo em vista o parcelamento do crédito em execução.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Maceió, 22 de maio de 2009.

FÁBIO ROCHA CARNAÚBA
Procurador da Fazenda Nacional

Regina Uchôa
Estagiária da PFN/AL

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
15/05/2009 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 16:34:32



Credito: 318507773 CGC: 10.819.522/0001-73
Nome: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - EPP

Doc. de Origem..: 318507773 21/02/1994 =NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBIT
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 21/02/1994 Livro: 4 Folha: 028
Dt. de Inscricao: 19/10/1994 RFB: 02.001.010 Orgao Inscr.: 02.200.000
Depurado: NAO Aviso Cadin: NAO Penhora Regular e Suficiente:
Periodo da Divida: 01/1991 a 01/1994 PRC Tramitacao: 02.200.800

Fase: 771 PARCELAMENTO DA LEI 10684/03 Dt. da Fase: 25/07/2003
CADIN SUSPENSA 22/01/2009

Principal:	52.628,25	E - Extrato	C - Compet. Credito
TR.....:	5.039,93	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Juros....:	95.753,80	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa....:	17.668,41	S - Solidario	P - Parcelamento
T o t a l:	171.090,39	F - Fund. Legal	
J/H.REFIS:	0,00		

Valores atualizados para 07/2003 em REAL

XMIT

Window DIVIDA98/1 at DTPSPMV2



CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
15/05/2009 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 16:34:41

Credito: 318507773 CGC: 10.819.522/0001-73
Nome: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - EPP

Doc. de Origem..: 318507773 21/02/1994 =NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBIT
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 21/02/1994 Livro: 4 Folha: 028
Dt. de Inscricao: 19/10/1994 RFB: 02.001.010 Orgao Inscr.: 02.200.000
Depurado: NAO Aviso Cadin: NAO Penhora Regular e Suficiente:
Periodo da Divida: 01/1991 a 01/1994 PRC Tramitacao: 02.200.800

Fase: 771 PARCELAMENTO DA LEI 10684/03 Dt. da Fase: 25/07/2003
CADIN SUSPENSA 22/01/2009

Principal:	52.628,25	A	E - Extrato	C - Compet. Credito
TR.....:	5.039,93		R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Juros....:	95.753,80		H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa....:	17.668,41		S - Solidario	P - Parcelamento
T o t a l:	171.090,39		F - Fund. Legal	
J/H.REFIS:	0,00			

Valores atualizados para 07/2003 em REAL

XMIT

Credito nao possui Acao Judicial

Window DIVIDA98/1 at DTPSPMV2

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAPIRACA
8ª VARA FEDERAL

Justiça Federal
Fls. 56
Seção de Alagoas

PROCESSO Nº: 2005.80.01.001846-6
CLASSE: EXECUÇÃO FISCAL

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos os presentes autos a(o) MM.(a) Juiz Federal, inserindo também, nesta data, o despacho que segue abaixo, autorizado e cuja assinatura é digitalizada, conforme art. 1º, do Provimento GJF nº 07/2006, do Juiz Federal Titular da 8ª Vara, publicada no átrio do Fórum em 06/09/2006, e posteriores alterações, mediante portarias.

Arapiraca-AL, 16 de junho de 2009.

Daniel Andion Rodrigues Melo
ANALISTA JUDICIÁRIO(A)

DESPACHO

1. Suspenda-se o curso da execução pelo prazo do parcelamento;
2. Aguarde-se eventual manifestação da parte exeqüente;
3. Providências necessárias.

Arapiraca/AL, 16 de junho de 2009.

VICTOR ROBERTO CORRÊA DE SOUZA
Juiz Federal Substituto - 8ª Vara
Assinatura digitalizada cf, portaria GJF Nº 004/2008/8ª Vara/AL

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
8ª VARA

JUSTIÇA FEDERAL
FLS. 57
ALAGOAS

EXECUÇÃO FISCAL

C E R T I D Ã O

CERTIFICO que expedi a Carta Precatória nºCPR.0008.000454-0/2009 , cuja cópia encontra-se arquivada em pasta própria da Secretaria deste Juízo, por meio da qual a FAZENDA NACIONAL fora intimada da suspensão do processo. O referido é verdade. Dou fé.

Arapiraca, 21 de setembro de 2009

Tiago Santos Lisboa
Técnico Judiciário

JUSTIÇA FEDERAL
FLS. 58
ALAGOAS

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
8ª VARA FEDERAL

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

ATO ORDINATÓRIO

Autos encontram-se com vista a(o) Fazenda Nacional para, em 30 (trinta) dias, requerer o que de direito, **em face do decurso do prazo de suspensão requerido**, cf. determinado no art. 3°, inciso 10, do Provimento n° 02/2000 do TRF da 5ª Região c/c o art. 1° da Portaria n° 04, de 25/05/05, do MM. Juiz Federal da 8ª Vara.

Arapiraca, 01 de fevereiro de 2010.

Bruno Miranda de Almeida alves
ANALISTA JUDICIÁRIO(A)

VISTA

Nesta data, faço vista do presente feito a(o) Fazenda Nacional. O referido é verdade e dou fé.

Arapiraca, 01 de fevereiro de 2010.

Bruno Miranda de Almeida alves
ANALISTA JUDICIÁRIO(A)

CERTIDÃO DE RECEBIMENTO

CERTIFICO que, nesta data, os presentes autos, contendo 58 folhas, numeradas e rubricadas, incluindo esta, foram recebidos pelo(a) Fazenda Nacional; do que, para constar, lavrei o presente termo. O referido é verdade e dou fé.

Arapiraca, 04/02/2010.

Bruno Miranda de Almeida alves
ANALISTA JUDICIÁRIO(A)

4/2/2010

JUNTADA

Neste data, juntei aos presentes autos, o
petição 062.002290

Arapiraca, 12 de Abril de 2010

Dias

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM ALAGOAS.

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 59
ALAGOAS

EXMº. SR. JUIZ FEDERAL DA 8ª VARA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAPIRACA - ALAGOAS.

EXECUÇÃO FISCAL – 2005.80.01.001846-6.
EXECUTADO: RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA.

A UNIÃO (FAZENDA NACIONAL), pelo Procurador da Fazenda Nacional, infra-assinado, nos autos em epígrafe, vem perante V. Exª., requerer a penhora em dinheiro, para tanto utilizando-se o sistema BACEN, em face da rescisão do acordo de parcelamento conforme documento de consulta que se junta.

Pede deferimento.

Maceió (AL), 09 de fevereiro de 2010.

PROTÓGENES ELIAS DA SILVA
Procurador da Fazenda Nacional

1446R1016:50 620022990 BV 018455200540058001CA

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
04/02/2010 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 16:51:49



Credito: 318507773 CGC: 10.819.522/0001-73
Nome: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - EPP

Doc. de Origem..: 318507773 21/02/1994 =NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCAMENTO DEBIT
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 21/02/1994 Livro: 4 Folha: 028
Dt. de Inscricao: 19/10/1994 RFB: 02.001.030 Orgao Inscr.: 02.200.000
Depurado: NAO Aviso Cadin: NAO Penhora Regular e Suficiente:
Periodo da Divida: 01/1991 a 01/1994 PRC Tramitacao: 02.200.800

Fase: 792 RESCISAO/EXCLUSAO DE CREDITOS DE PARCELA Dt. da Fase: 01/12/2009

Principal:	52.628,25	E - Extrato	C - Compet. Credito
TR.....:	5.039,93	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Juros....:	145.455,86	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa....:	35.336,63	S - Solidario	P - Parcelamento
T o t a l:	238.460,67	F - Fund. Legal	
J/H.REFIS:	0,00		

Valores atualizados para 02/2010 em REAL

XMIT

Window DIVIDA98/1 at DTPSPMV2

JUSTIÇA FEDERAL
FLS. 61
ALAGOAS

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

CONCLUSÃO

Faço conclusão destes autos ao MM. Juiz Federal, nesta data.

Arapiraca, 28 de abril de 2010.

Daniel Andión Rodrigues Melo
ANALISTA JUDICIÁRIO(A)

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 62
ALAGOAS

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
8ª VARA FEDERAL

EXECUÇÃO FISCAL Nº. 0001846-56.2005.4.05.8001
EXEQÜENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO(S):RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA (CNPJ:10.819.522/0001-73)

DECISÃO

Diante da atual jurisprudência majoritária do STJ – 1ª Turma: REsp 809086/SP, 21/03/2006, REsp 791231/SP, 06/12/2005; 3ª Turma: AgRg no Ag 727148/SP, 21/02/2006; EDcl no AgRg no Ag 556366/RJ, 13/09/2005; 4ª Turma: AgRg no Ag 737980/RS, 09/03/2006; AgRg no Ag 688511/RS, 06/10/2005 – que entende que a penhora de numerário em conta bancária não importa em infração ao princípio da menor onerosidade possível e em face também do entendimento de que deve ser seguida a ordem legal dos bens estabelecida em lei e considerando ainda que a(s) parte(s) executada(s) foi(ram) regularmente citada(s), sem pagar(em) o débito ou nomear(em) bens à penhora:

a) defiro o pedido *retro* e determino a efetivação de bloqueio da importância de R$: **238.460,67 (duzentos e trinta e oito mil, quatrocentos e sessenta reais e sessenta e sete centavos)** acaso existente em conta(s) corrente(s) ou ativo(s) financeiro(s) de titularidade do(s) executado(s) em epígrafe, devendo servidor autorizado providenciar sua realização via Sistema *BACEN-JUD*;

b) havendo resposta positiva das instituições financeiras, certifique-se a informação e transfira-se o numerário bloqueado, via Sistema BACEN-JUD, para conta remunerada vinculada a este processo, a ser aberta na Caixa Econômica Federal – PAB da Justiça Federal em Arapiraca (Agência 3386); a seguir, intime(m)-se o(s) executado(s), pessoalmente, para opor(em) embargos/impugnação, conforme o caso, no prazo legal, e para complementar(em) a penhora, no caso de bloqueio inferior ao valor do débito;

c) em caso de resposta negativa ou de a quantia bloqueada ser inferior a R$ 50,00 (cinqüenta reais), revogue-se a ordem de bloqueio, dando, em seguida, vista ao exeqüente para, no prazo de 30 (trinta) dias, requerer o que entender de direito.

Arapiraca, 18 de junho de 2010.

GUSTAVO DE MENDONÇA GOMES
Juiz Federal Substituto – 8ª Vara

BacenJud 2.0 - Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário

ejuar.alexandre
sexta, 13/08/2010

Minutas | Ordens Judiciais | Contatos de I. Financeira | Relatórios Gerenciais | Ajuda | Sair

JUSTIÇA FEDERAL Fls. 63 ALAGOAS

Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores

Os valores apresentados podem sofrer alterações devido a oscilações em aplicações financeiras e/ou a incidência de impostos.

Clique **aqui** para obter ajuda na configuração da impressão, e clique **aqui** para imprimir.

Dados do bloqueio	
Situação da Solicitação:	**Respostas recebidas, processadas e disponibilizadas para consulta** As respostas recebidas das Instituições Financeiras foram processadas e disponibilizadas para consulta.
Número do Protocolo:	20100001419516
Número do Processo:	0001846-56.2005.4.05.8001
Tribunal:	TRIB REG FEDERAL 5A. REGIAO
Vara/Juízo:	2982 - 8ª Vara/AL (Arapiraca)
Juiz Solicitante do Bloqueio:	GUSTAVO DE MENDONCA GOMES
Tipo/Natureza da Ação:	Execução Fiscal
CPF/CNPJ do Autor/Exeqüente da Ação:	
Nome do Autor/Exeqüente da Ação:	FAZENDA NACIONAL

Relação de réus/executados

- Para exibir os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.
- Para ocultar os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.

10.819.522/0001-73 - RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - EPP
[Total bloqueado (bloqueio original e reiterações): R$ 0,00] [Quantidade atual de não respostas: 0]

Respostas

BCO BRADESCO/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
25/06/2010 09:07	Bloq. Valor	GUSTAVO DE MENDONCA GOMES	238.460,67	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	25/06/2010 19:54

Nenhuma ação disponível

Não Respostas

Não há não-resposta para este réu/executado

Reiterar Não Respostas Cancelar Não Respostas

Dados para depósito judicial em caso de transferência	
Instituição Financeira para Depósito Judicial Caso Transferência:	
Agência para Depósito Judicial Caso Transferência:	
Nome do Titular da Conta de	

Depósito Judicial:	FAZENDA NACIONAL
CPF/CNPJ do Titular da Conta de Depósito Judicial:	
Tipo de Crédito Judicial:	
Código de Depósito Judicial:	

Nome de usuário do juiz solicitante no sistema:	ejuar.

Conferir Ações Selecionadas | Voltar

Utilizar Dados do Bloqueio para Criar Nova Ordem

Marcar Ordem Como Não Lida

Dados do Bloqueio Original

BacenJud 2.0 - Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário | ejuar.alexandre sexta, 25/06/2010

Minutas | Ordens judiciais | Contatos de I. Financeira | Relatórios Gerenciais | Ajuda | Sair

JUSTIÇA FEDERAL Fls. 64 ALAGOAS

Conferência de Dados para Inclusão de Minuta de Bloqueio de Valores

Verifique os Dados Abaixo Antes de Protocolar ou Confirmar a Inclusão da Minuta

Número do Processo:	0001346-56.2005.4.05.8001
Tribunal:	TRF REG FEDERAL 5A. REGIAO
Vara/Juízo:	2982 - 8ª Vara/AL (Arapiraca)
Juiz Solicitante do Bloqueio:	GUSTAVO DE MENDONCA GOMES
Tipo/Natureza da Ação:	Execução Fiscal
CPF/CNPJ do Autor/Exeqüente da Ação:	
Nome do Autor/Exeqüente da Ação:	FAZENDA NACIONAL

Dados do bloqueio

Relação dos Réus/Executados	Relação de Valores a Bloquear	Relação de Contas e Aplicações Financeiras Atingidas (Instituição Financeira/Agência/Conta)
10.819.522/0001-73 : RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - EPP	238.460,67	Instituições financeiras com relacionamentos com o CPF/CNPJ no momento da protocolização.

Senha do Juiz Solicitante (Obrigatória para Protocolamento):

Confirmar inclusão da minuta | Corrigir Dados da Minuta

Cancelar Inclusão da Minuta

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
8ª VARA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 65
ALAGOAS

PROCESSO Nº. 2005.80.01.001846-6

CERTIDÃO

Certifico que, em atendimento ao item "a" da r. decisão, **não foram encontrados valores** em contas do executado, conforme infere-se da resposta disponibilizada pelo sistema do Banco Central do Brasil.

Arapiraca, 13 de agosto de 2010.

Jardel Jaie Silva Nunes
Técnico Judiciário

JUSTIÇA FEDERAL
FLS. 66
ALAGOAS

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
8ª VARA FEDERAL

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

ATO ORDINATÓRIO

Autos encontram-se com vista a(o) FAZENDA NACIONAL, por 30 (trinta) dias, **em face da certidão de fls. retro,** cf. determinado no art. 3º, inciso 19, do Provimento nº 02/2000 do TRF da 5ª Região c/c o art. 1º da Portaria nº 04, de 25/05/05, do MM. Juiz Federal da 8ª Vara.

Arapiraca, 16 de agosto de 2010.

Daniel Andión Rodrigues Melo
ANALISTA JUDICIÁRIO(A)

VISTA

Nesta data, faço vista do presente feito a(o) FAZENDA NACIONAL. O referido é verdade e dou fé.

Arapiraca, 16 de agosto de 2010.

Daniel Andión Rodrigues Melo
ANALISTA JUDICIÁRIO(A)

CERTIDÃO DE RECEBIMENTO

CERTIFICO que, nesta data, os presentes autos, contendo 61 folhas, numeradas e rubricadas, incluindo esta, foram recebidos pela FAZENDA NACIONAL; do que, para constar, lavrei o presente termo. O referido é verdade e dou fé.

Arapiraca, 19/08/10.

SERVIDOR

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM ALAGOAS

Maceió, 19 de 02 de 10

Silvana Lúcia Rozael da Silva Miranda
Mat. 8.924

Manisfesto-me em apartado.

Suellen Edy Rocha Melo
Procuradora da Fazenda Nacional

JUNTADA

Nesta data, juntei aos presentes autos, o
Petição 060.5413-2

Arapiraca, 1 de Setembro de 2010.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM ALAGOAS

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 86
ALAGOAS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ FEDERAL DA 8ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

Processo n. 2005.80.01.001846-6 – Execução Fiscal.
EXEQUENTE: UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)
EXECUTADO: RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA

A **União** (Fazenda Nacional), por sua Procuradora que esta subscreve, vem, perante Vossa Excelência, requerer, tendo em vista o lapso temporal decorrido da efetivação da penhora de fl. 12, seja expedido mandado de constatação e reavaliação do bem constrito e, sendo o caso, seja, desde logo, efetivado o reforço da penhora, considerando o alto valor do débito exequendo (R$ 283.697,57).

Requer, por oportuno, a citação dos codevedores, em nome próprio, quais sejam, GERALDO BULHÕES BARROS E GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS, **devidamente identificados na Certidão de Dívida Ativa que aparelha esta execução**, bem como nos relatórios ora anexos, para pagamento do débito ou nomeação de bens à penhora.

Termos em que pede deferimento.

Maceió, 25 de agosto de 2010.

SUELLEN EDY ROCHA MELO
Procuradora da Fazenda Nacional

CCRED

PGF - PGFN - DATAPREV
DIVIDA ATIVA
CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO

CCRED

24/08/2010 09:48:53

Credito: 318507773 CGC: 10.819.522/0001-73
Nome: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - EPP

Doc. de Origem..: 318507773 21/02/1994 =NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBIT
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 21/02/1994 Livro: 4 Folha: 026
Dt. de Inscricao: 19/10/1994 RFB: 02.001.010 Orgao Inscr.: 02.200.000
Depurado: NAO Aviso Cadin: NAO Penhora Regular e Suficiente:
Periodo da Divida: 01/1991 a 01/1994 PRC Tramitacao: 02.200.800

Fase: 792 RESCISAO/EXCLUSAO DE CREDITOS DE PARCELA Dt. da Fase: 01/12/2009

Principal:	52.628,25	E - Extrato	C - Compet. Credito
TR.....:	5.039,93	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Juros....:	145.692,76	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa....:	35.336,63	S - Solidario	P - Parcelamento
T o t a l:	238.697,57	F - Fund. Legal	
J/H.REFIS:	0,00		

Valores atualizados para 08/2010 em REAL

XMIT

Encargo Legal : 0,00% R$ **********0,00

Window DIVIDA98/1 at DTPSPMV2

[redacted]

__ CNPJ,EXTERNO-2,CNPJ-2 (CONSULTA EXTERNO POR CNPJ-2)_____

T34227BI DATA: 25/08/2010 PAG.: 1 / 1 USUARIO: SUELLEN MELO



CNPJ: 10.819.522/0001-73 (MATRIZ)

CPF RESP.: 317.279.801-15 QUALIF.: SOCIO-ADMINISTRADOR

N.EMP.: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - EPP

NOME FANTASIA:

DT ABERTURA: 31/01/1981(01/1981) DT PRIM. ESTAB. 31/01/1981

SIT.CAD.CNPJ: ATIVA

DATA DA SITUACAO : 03/11/2005(11/2005) PROC. INSCR. OFICIO:

SIMEI: NAO

END.: R ESPERIDIAO RODRIGUES 125

BAIRRO : CENTRO

MUNICIPIO: 2705 ARAPIRACA

UF : AL CEP : 57300-060 TELEFONE : FAX :

ORGAO : 0440101

PF4 - DEMAIS INF. CADASTRAIS PF2 - OP. SUCESSAO

PF6 - QUADRO SOCIETARIO PF11 - DECLARACOES IRPJ

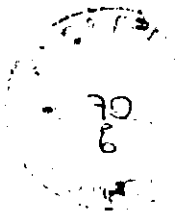
PF9 - DADOS CADASTRAIS FILIAIS

PF3 - ENC. CONSULTA PF7 - VOLTA PAG PF8 - AVANCA PAG PAG DESEJADA: ____

__ CPF,CONSULTA (CONSULTA BASE CPF)__

RFB

USUARIO: SUELLEN MELO
25/08/2010 14:35



NI-CPF : 317.279.801-15 REGULAR INSCRICAO: 00/00/0000
NOME : GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS
DT NASC: 16/02/1966
MAE : DENILMA VILAR DE BULHOES BARROS
TIT. ELEITOR: SEXO: M ESTRANGEIRO: N OBITO:
NATURAL DE :

ENDERECO: AV JORGE MONTENEGRO BARROS,2720
57063-010 SANTA AMELIA,MACEIO

DDD : 0082 TELEFONE: 3142489 FAX: COD.MUN.: 2785 AL
EMAIL : COD.UA : 0440100

PROXIMO NI-CPF: _____ -

T25A _____ DADOS CADASTRAIS ___
PA1 VOLTA PF2 MENU PF3 FIM PF4 DECLARACOES
PF12 CONS.EXTERNAS PF6 HISTORICO PF9 FONETICA

[redacted]

__ CPF,CONSULTA (CONSULTA BASE CPF)_____

RFB

USUARIO: SUELLEN MELO
25/08/2010 14:35



NI-CPF : 003.593.434-49 REGULAR INSCRICAO: 00/00/0000
NOME : GERALDO BULHOES BARROS
DT NASC: 19/02/1938
MAE : AQUILINA BULHOES BARROS
TIT. ELEITOR: 00.045.561.117-91 SEXO: M ESTRANGEIRO: N OBITO:
NATURAL DE :

ENDERECO: AV JORGE MONTENEGRO BARROS,2720
57063-010 SANTA AMELIA,MACEIO

DDD : 0082 TELEFONE: 33142489 FAX: COD.MUN.: 2785 AL
EMAIL : COD.UA : 0440100

PROXIMO NI-CPF: _____ -

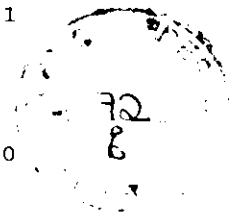
T25A _____ DADOS CADASTRAIS ___
PA1 VOLTA PF2 MENU PF3 FIM PF4 DECLARACOES
PF12 CONS.EXTERNAS PF6 HISTORICO PF9 FONETICA

[redacted]

__ CNPJ,EXTERNO-2,CNPJ-2 (CONSULTA EXTERNO POR CNPJ-2)_ _____

T34227Q3 DATA: 25/08/2010 HORA: 14:33:07 USUARIO: SUELLEN MELO

PAG.: 1 / 1



CNPJ : 10.819.522/0001-73

N.EMP.: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - EPP

CPF RESP EMPRESA: 317.279.801-15 CAPITAL SOCIAL : 30.000,00

NOME RESPONSAVEL: GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS

CPF/CNPJ	NOME/NOME EMPRESARIAL DO SOCIO
QUALIFICACAO	FONTE/DATA DO EVENTO
_ 317.279.801-15	GERALDO HENRIQUE VILAR DE BJLHOES BARROS
49 - SOCIO-ADMINIST	FONTE: QSA INCLUIDO: 22/12/1992 ULT. ALT: 18/05/2007
_ 003.593.434-49	GERALDO BULHOES BARROS
22 - SOCIO	FONTE: QSA INCLUIDO: 22/12/1992 ULT. ALT: 18/05/2007

PF12 - HISTORICO DO QSA PF1 - CADASTRO

PF7 - VOLTA PAGINA PF8 - AVANCA PAGINA PAG DESEJADA: ____

JUSTIÇA FEDERAL
FLS. 73
ALAGOAS

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

CONCLUSÃO

Faço conclusão destes autos ao MM. Juiz Federal, nesta data.

Arapiraca, 22 de setembro de 2010.

Daniel Andión Rodrigues Melo
ANALISTA JUDICIÁRIO(A)

JUSTIÇA FEDERAL
Fl. 74
ALAGOAS

EXECUÇÃO FISCAL
PROCESSO Nº. 2005.80.01.001856-6
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA

DECISÃO

A parte exeqüente requereu a citação dos sócios da empresa executada na qualidade de corresponsáveis pela satisfação do crédito tributário cobrado nesta ação executiva fiscal.

Aprecio.

Constando na certidão de dívida ativa que instrui a presente execução a inscrição dos sócios da executada na qualidade de co-responsáveis pelo crédito exeqüendo, o que legitima o imediato redirecionamento da execução em razão da presunção de legitimidade dos atos administrativos, dentre os quais se incluem a inscrição em dívida ativa e a emissão da respectiva certidão, defiro o requerimento de fl. 67.

Nesse sentido, segue entendimento jurisprudencial.

> *TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE PAGAMENTO ANTECIPADO. DECADÊNCIA. TERMO INICIAL. ARTIGO 173, I, DO CTN. EXECUÇÃO FISCAL. REDIRECIONAMENTO. SÓCIO COM NOME INSCRITO EM CDA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES EM RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA.*
> *1. Está assentado na jurisprudência desta Corte que, nos casos em que não tiver havido o pagamento antecipado de tributo sujeito a lançamento por homologação, é de se aplicar o art. 173, inc. I, do Código Tributário Nacional (CTN). Isso porque a disciplina do art. 150, § 4º, do CTN estabelece a necessidade de antecipação do pagamento para fins de contagem do prazo decadencial. Precedente em recurso representativo de controvérsia (REsp 973733/SC, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Seção, DJe 18.9.2009).*
> *2. O Superior Tribunal de Justiça uniformizou o entendimento de que é possível o redirecionamento da execução fiscal ao sócio-gerente cujo nome conste da CDA, cumprindo a ele o ônus da prova para afastar a presunção*

FACS

relativa de liquidez e certeza que goza o título executivo fazendário. Precedente em recurso representativo de controvérsia (REsp 1104900/ES, Rel. Min. Denise Arruda, Primeira Seção, DJe 1.4.2009).
3. Recurso especial parcialmente provido. ((STJ - REsp 1015907 RS 2007/0299446-9 - Relator(a): Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES - Julgamento: 10/08/2010)

Expeça-se mandado de citação, em nome dos co-responsáveis Geraldo Bulhões Barros e Geraldo Henrique Vilar de Bulhões Barros no endereço informado às fls. 70-71.

Ato contínuo, expeça-se mandado de constatação e reavaliação a recair sobre os imóveis descritos à fl. 12.

Providências necessárias.

Arapiraca (AL), 14 de janeiro de 2011.

ROSMAR ANTONNI RODRIGUES CAVALCANTI DE ALENCAR
Juiz Federal Substituto- 8ª Vara/AL

LACS

JUSTIÇA FEDERAL
FLS. 75
ALAGOAS

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
8ª VARA FEDERAL

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

CERTIDÃO

Certifico, nesta data, que em cumprimento ao despacho de fls. 74, foi expedido o mandado n.º MAN.0008.000221-8/2011. O referido é verdade e dou fé.

Arapiraca, 17 de março de 2011.

Bruno Miranda de Almeida alves
ANALISTA JUDICIÁRIO(A)

RECEBIMENTO

Em 31/03/11.

Diretor(a) de Secretaria

JUSTIÇA FEDERAL
FLS. 76
ALAGOAS

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
8ª VARA FEDERAL

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

CERTIDÃO

Certifico, nesta data, que em cumprimento ao despacho de fls. 74, foi expedido o mandado n.º MAN.0008.000218-6/2011. O referido é verdade e dou fé.

Arapiraca, 16 de março de 2011.

Bruno Miranda de Almeida alves
ANALISTA JUDICIÁRIO(A)

RECEBIMENTO

Em 31/03/11.

Diretor(a) de Secretaria

JUSTIÇA FEDERAL
FLS. 77
ALAGOAS

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
8ª VARA FEDERAL

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

CERTIDÃO

Certifico, nesta data, que em cumprimento ao despacho de fls. 74, foi expedido o mandado n.º MAN.0008.000219-0/2011. O referido é verdade e dou fé.

Arapiraca, 16 de março de 2011.

Bruno Miranda de Almeida alves
ANALISTA JUDICIÁRIO(A)

RECEBIMENTO

Em 31/03/11.

Diretor(a) de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAPIRACA – 8ª VARA

JUSTIÇA FEDERAL FLS. 18 ALAGOAS

INSPEÇÃO ORDINÁRIA

Período de 25 a 29 de abril de 2011.

Processo: 2005.80.01.00.1846-6

(X) Processo em ordem.
( ) À conclusão.
( ) Vista ao Exeqüente.
( ) Intime-se o Executado.
( ) Intime-se o interessado a dar andamento ao feito, sob pena de extinção.
( ) Cobre-se a devolução do mandado.
( ) Cobre-se a devolução da Carta Precatória.
( ) Cumpra-se o despacho de fl.___.
( ) Reitere-se o ofício de fl.___.
( ) Arquivem-se, após a baixa na Distribuição.
( ) Mantenha-se o feito suspenso.
( ) _____

Arapiraca, 25 de abril de 2011.

Guilherme Masaiti Hirata Yendo
Juiz Federal Substituto em Exercício na 8ª Vara

Procuradór da República

Representante da OAB/AL

JUNTADA

Nesta data, juntei aos presentes autos, o
MAN.0008.000221-8/2014

Arapiraca, 17 de 05 de 2014

Danielle de Lima Galvão
Analista Judiciária - Mat. 40
Justiça Federal em Alagoas

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAPIRACA – 8ª VARA

* 0 0 4 5 5 0 0 0 8 0 0 0 2 2 1 8 2 0 1 1 *

PROCESSO	0001846-56.2005.4.05.8001 – EXECUÇÃO FISCAL
EXEQÜENTE	FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO(A)	RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA
ENDEREÇOS	Rua Espiridião Rodrigues, 125, Centro, Arapiraca/AL Rua Bom Conselho, M. Teles,(endereço constante no auto de penhora) Rua Duque de Caxias, 189, Arapiraca/AL (Residência do Fiel Depositário)
CDA	31850777-3

MANDADO DE CONSTATAÇÃO REAVALIAÇÃO

MAN.0008.000221-8/2011

O doutor **ROSMAR ANTONNI RODRIGUES CAVALCANTI DE ALENCAR,** Juiz Federal Substituto da 8ª Vara desta Seção Judiciária, na forma da lei etc.

MANDA ao oficial de justiça deste Juízo, a quem for apresentado, que, em seu cumprimento, proceda à **REAVALIAÇÃO** do(s) bem(ns) penhorado(s) nos autos da ação epigrafada.

ANEXO: Cópia do Auto de Penhora de fls. 12.

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei, cientificando-se a parte executada que este Juízo tem sede no endereço abaixo mencionado e encontra-se aberto ao público de segunda a sexta-feira das 9h às 18h.

EXPEDIDO neste Município de Arapiraca-AL, em 17 de março de 2011. Eu, _____ (Bruno Miranda de Almeida alves), ANALISTA JUDICIÁRIO(A), digitei e conferi.

Lucimério Barros Campos
Diretor(a) de Secretaria

CERTIDÃO

Processo: 0001846-56.2005.4.05.8001

Mandado: 0008.000221-8/2011

8ª. Vara Federal

CERTIFICO E DOU FÉ QUE, em cumprimento ao mandado retro, extraído dos autos do processo em epígrafe, dirigi-me aos endereços descritos no mandado, e por fim, no dia 04 de maio de 2001, dirigi-me à rua Duque de Caxias, 189, Nesta Cidade, e sendo ali, DEIXEI DE PROCEDER À CONSTATAÇÃO E REAVALIAÇÃO DOS BENS PENHORADOS DA RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA, uma vez que nos endereços fornecidos não existe mais nenhuma notícia da referida empresa, nem tampouco do fiel depositário. Certifico ainda que, diligenciando junto aos vizinhos, fui informada pelo Sr. Antonio Fernando Feitosa, proprietário do imóvel 189 da Rua Duque de Caxias (um sobrado que fica na parte superior de um salão de beleza de n. 187), há cerca de 10 anos, que afirmou não conhecer o Sr. Marcos Alberto Kofi (fiel depositário), e que no imóvel reside um casal de idosos chamados Sebastian e Eliete e que já apareceram diversas pessoas procurando por este senhor nas imediações, nada mais sabendo informar. Diante do exposto, devolvo o presente mandado no aguardo de novas determinações. Por ser verdade, firmo a presente certidão.

Arapiraca (AL), 05 de maio de 2011.

Maria Teresa Dantas Tenório Barbosa

Oficiala de Justiça Avaliadora Federal

AL 411

JUSTIÇA FEDERAL
FLS. 81
ALAGOAS

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
8ª VARA FEDERAL

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

ATO ORDINATÓRIO

Autos encontram-se com vista a(o) FAZENDA NACIONAL, por 30 (trinta) dias, **em face da certidão de fls.** 80, cf. determinado no art. 3º, inciso 19, do Provimento nº 02/2000 do TRF da 5ª Região c/c o art. 1º da Portaria nº 04, de 25/05/05, do MM. Juiz Federal da 8ª Vara.

Arapiraca, 17 de maio de 2011.

Danielle de Lima Galvão
ANALISTA JUDICIÁRIO(A)

VISTA

Nesta data, faço vista do presente feito a(o) FAZENDA NACIONAL. O referido é verdade e dou fé.

Arapiraca, 17 de maio de 2011.

Danielle de Lima Galvão
ANALISTA JUDICIÁRIO(A)

CERTIDÃO DE RECEBIMENTO

CERTIFICO que, nesta data, os presentes autos, contendo 80 folhas, numeradas e rubricadas, incluindo esta, foram recebidos pela FAZENDA NACIONAL; do que, para constar, lavrei o presente termo. O referido é verdade e dou fé.

Arapiraca, 20/05/2011

SERVIDOR
Danielle de Lima Galvão
Analista Judiciária - Mat. 400
Justiça Federal em Alagoas

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM ALAGOAS
RECEBIDO
Maceió 20 de 05 de 11

Manifesto-me em apartado

Suellen Lily Rocha Melo
Procuradora da Fazenda Nacional
20/5/11

DSI JFSE/ARACAJU 06/JUN/2011 14:31 000031

JUNTADA

Nesta data, juntei aos presentes autos o
Recurso 062.3526-9

Aracaju, 13 de Junho de 2011.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM ALAGOAS

82

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(ÍZA) DA 08ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

EXECUÇÃO FISCAL
Processo: 2005.80.01.001846-6
Exeqüente: UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
Executado: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA.

A **União** (Fazenda Nacional), por sua Procuradora que esta subscreve, vem, perante Vossa Excelência, requerer a suspensão dos presentes autos, por 180 (cento e oitenta) dias, eis que crédito executado se encontra com a exigibilidade suspensa em razão da adesão ao parcelamento previsto na Lei n. 11.941/2009.

Em caso de suspensão, nos termos em que requerido, **dispensa intimação para ciência do despacho** e requer a remessa dos autos a esta Procuradoria ao final do aludido prazo (180 dias), oportunidade em que será verificada a regularidade do parcelamento.

Termos em que pede deferimento.

Maceió, 24 de maio de 2011.

SUELLEN EDY ROCHA MELO
Procuradora da Fazenda Nacional

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
23/05/2011 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 08:12:53

83

Credito: 318507773 CGC: 10.819.522/0001-73
Nome: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - EPP

Doc. de Origem..: 318507773 21/02/1994 =NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBIT
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 21/02/1994 Livro: 4 Folha: 028
Dt. de Inscricao: 19/10/1994 RFB: 02.001.010 Orgao Inscr.: 02.200.000
Periodo da Divida: 01/1991 a 01/1994 PRC Tramitacao: 02.200.800

Fase: 792 RESCISAO/EXCLUSAO DE CREDITOS DE PARCELA Dt. da Fase: 01/12/2009

Principal:	52.628,25	E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	0,00	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Multa de oficio:	0,00	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	35.336,63	S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	154.811,33	F - Fund. Legal	
Encargo legal:	0,00		
T o t a l:	242.776,21		
Honorarios:	0,00		

Valores atualizados p/ 05/2011 em REAL XMIT
J/H REFIS: **********0,00

Window DIVIDA98/1 at DTPSPMV2

PAEX,CONSULTA,EXTRATO (CONS.INFORMACOES CONTA CORRENT)

DATA : 23/05/2011 HORA : 09:37 USUARIO : SILVANA

EXTRATO DAS PARCELAS PAG : 1 / 2

84

CNPJ : 10.819.522/0001-73 - RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - EPP

TIPO PARCELAMENTO : L.11941-PGFN-PREV-ART.1 SITUACAO : EM CONSOLIDACAO NA PGF

TOTAL PARCELAS EM ATRASO (COM ACRESCIMO) : 0,00 QTDE : 0

VCTO PARCELA	VALORES SEM ACRESCIMO PARCELA MINIMA	C/ BASE DIVIDA	SALDO PARCELA COM SELIC	SITUACAO PARCELA
NOV / 2009	100,00	0,00	0,00	PAGA
DEZ / 2009	99,01	0,00	0,00	PAGA
JAN / 2010	98,30	0,00	0,00	PAGA
FEV / 2010	97,67	0,00	0,00	PAGA
MAR / 2010	97,11	0,00	0,00	PAGA
ABR / 2010	96,39	0,00	0,00	PAGA
MAI / 2010	95,78	0,00	0,00	PAGA
JUN / 2010	95,09	0,00	0,00	PAGA
JUL / 2010	94,38	0,00	0,00	PAGA
AGO / 2010	93,62	0,00	0,00	PAGA
SET / 2010	92,85	0,00	0,00	PAGA
OUT / 2010	92,12	0,00	0,00	PAGA

PF3=SAI PF8=AVANÇA PAGINA PF12=VOLTA

PAEX,CONSULTA,EXTRATO (CONS.INFORMACOES CONTA CORRENT)

DATA : 23/05/2011 HORA : 09:37 USUARIO : SILVANA

EXTRATO DAS PARCELAS PAG : 1 / 2

CNPJ : 10.819.522/0001-73 - RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - EPP

TIPO PARCELAMENTO : L.11941-PGFN-PREV-ART 3 SITUACAO : EM CONSOLIDACAO NA PGF

TOTAL PARCELAS EM ATRASO (COM ACRESCIMO) : 179,02 QTDE : 1

VCTO PARCELA	VALORES SEM ACRESCIMO PARCELA MINIMA	C/ BASE DIVIDA	SALDO PARCELA COM SELIC	SITUACAO PARCELA
NOV / 2009	177,71	0,00	0,00	PAGA
DEZ / 2009	175,95	0,00	0,00	PAGA
JAN / 2010	174,69	0,00	0,00	PAGA
FEV / 2010	173,56	0,00	0,00	PAGA
MAR / 2010	172,57	0,00	0,00	PAGA
ABR / 2010	171,30	0,00	0,00	PAGA
MAI / 2010	170,20	0,00	0,00	PAGA
JUN / 2010	168,99	0,00	0,00	PAGA
JUL / 2010	167,73	0,00	0,00	PAGA
AGO / 2010	166,38	0,00	0,00	PAGA
SET / 2010	165,00	0,00	0,00	PAGA
OUT / 2010	163,71	0,00	0,00	PAGA

PF3=SAI PF8=AVANÇA PAGINA PF12=VOLTA

86

__ PAEX,CONSULTA,EXTRATO (CONS.INFORMACOES CONTA CORRENT)_____

DATA : 23/05/2011 HORA : 09:37 USUARIO : SILVANA

EXTRATO DAS PARCELAS PAG : 2 / 2

CNPJ : 10.819.522/0001-73 - RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - EPP

87

TIPO PARCELAMENTO : L.11941-PGFN-PREV-ART 3 SITUACAO : EM CONSOLIDACAO NA PGF

TOTAL PARCELAS EM ATRASO (COM ACRESCIMO) : 179,02 QTDE : 1

VCTO PARCELA	VALORES SEM ACRESCIMO PARCELA MINIMA	C/ BASE DIVIDA	SALDO PARCELA COM SELIC	SITUACAO PARCELA
NOV / 2010	162,50	0,00	0,00	PAGA
DEZ / 2010	161,31	0,00	0,00	PAGA
JAN / 2011	159,95	0,00	0,00	PAGA
FEV / 2011	158,73	0,00	0,00	PAGA
MAR / 2011	157,54	0,00	0,00	PAGA
ABR / 2011	156,27	0,00	179,02	DEVEDORA
MAI / 2011	155,12	0,00	177,71	A VENCER

PF3=SAI PF7=VOLTA PAGINA PF12=VOLTA

__ PAEX,CONSULTA,CONSEVENTO,EVENTOCONT (CONSULTA EVENTOS POR OPTANTE)_____
DATA : 26/05/2011 HORA : 17:10 USUARIO : SUELLEN MELO



OPTANTE: 10.819.522/0
L.11941-PGFN
DATA INICIAL : 29/06

ASSINALE COM 'X

DESCRICAO EVE
_ VALIDAÇÃO DE
_ ENVIO DE MENS
_ ENVIO DE MENS
x DECLARAÇÃO TO

EVENTO : DECLARAÇÃO TOTAL DÉBITOS LEI 11941
CNPJ : 10.819.522/0001-73
RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - EPP
DATA EVENTO : 23/06/2010 HORA EVENTO : 11:23:05
TIPO PARCELAMENTO : L.11941-PGFN-PREV-ART 3
CPF USUÁRIO : SISTEMA
TERMINAL : WEB

O CONTRIBUINTE MANIFESTOU-SE PELA INCLUSÃO DA TOTALIDADE DOS DÉBITOS DA PGFN E DA RFB: SIM

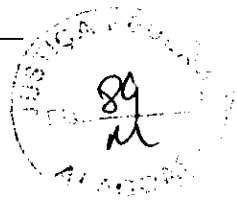
DATA DA MANIFESTAÇÃO : 23/06/2010

ENTER=SAI

PF3=SAI

__ PAEX,CONSULTA,CONSEVENTO,EVENTOCONT (CONSULTA EVENTOS POR OPTANTE)_____

DATA : 26/05/2011 HORA : 17:11 USUARIO : SUELLEN MELO



OPTANTE: 10.819.522/0 EVENTO : DECLARAÇÃO TOTAL DÉBITOS LEI 11941

CNPJ : 10.819.522/0001-73

L.11941-PGFN RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - EPP

DATA INICIAL : 29/06 DATA EVENTO : 23/06/2010 HORA EVENTO : 11:23:05

TIPO PARCELAMENTO : L.11941-PGFN-PREV-ART 1

ASSINALE COM 'X CPF USUÁRIO : SISTEMA

TERMINAL : WEB

DESCRICAO EVE

_ VALIDAÇÃO DE O CONTRIBUINTE MANIFESTOU-SE PELA INCLUSÃO DA

_ ENVIO DE MENS TOTALIDADE DOS DÉBITOS DA PGFN E DA RFB: SIM

_ ENVIO DE MENS

x DECLARAÇÃO TO

DATA DA MANIFESTAÇÃO : 23/06/2010

ENTER=SAI

PF3=SAI

JUSTIÇA FEDERAL
FLS. 90
ALAGOAS

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
8ª VARA FEDERAL

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

CONCLUSÃO

Faço conclusão destes autos ao MM. Juiz Federal, nesta data.

Arapiraca, 29 de junho de 2011.

José Tenório Nunes Filho
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

DESPACHO

1. Suspenda-se o feito pelo prazo requerido.

2. Providências necessárias.

Arapiraca, 29 de junho de 2011.

Aloysio Cavalcanti Lima
Juiz Federal Substituto

JUNTADA

Nesta data, juntei aos presentes autos, o
MAN. 0008.000213-0/2011

Arapiraca, 16 de agosto de 2011.

Plínio Barbosa Leite
Técnico Judiciário - Mat. 405
Justiça Federal em Alagoas

Verso

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAPIRACA – 8ª VARA

00455000800021902011

PROCESSO	0001846-56.2005.4.05.8001 – EXECUÇÃO FISCAL
EXEQÜENTE	FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO(A)	RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA e outros.
ENDEREÇO	Av. Jorge Montenegro Barros, 2720, Santa Amélia, Maceió/AL, CEP - 57.063-010
CDA	31850777-3
DÉBITO	R$ 238.697,57 (Atualizado até 24/08/2010).

MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA E AVALIAÇÃO

MAN.0008.000219-0/2011

O doutor **ROSMAR ANTONNI RODRIGUES CAVALCANTI DE ALENCAR**, Juiz Federal Substituto da 8ª Vara desta Seção Judiciária, na forma da lei etc.

MANDA ao oficial de justiça deste Juízo, a quem for apresentado, que, em seu cumprimento, proceda ao seguinte:

a) citação da parte executada **GERALDO BULHÕES BARROS (CPF n.º 003.593.434-49)** para, em 05 (dias), pagar o débito ou nomear à penhora tantos bens quanto bastem à garantia do juízo;

b) penhora de bens da parte executada, tantos quantos bastem para satisfação da dívida e acessórios, avaliando-os individualmente pelo valor de mercado;

c) intimação da parte executada da realização da penhora, cientificando-a que poderá oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação da penhora, sob pena de prosseguimento da execução, com a alienação do bem(ns) penhorado(s);

d) intimação do cônjuge da parte executada, em caso de penhora sobre imóvel.

e) registro da penhora no Cartório competente, se for o caso;

f) Quando a penhora recair sobre bem imóvel, a requisição de certidão de ônus reais junto ao respectivo Cartório de Registro de Imóveis, nos termos do art. 44 da Lei 5.010/66. Prazo: 5 (cinco) dias.;

g) Ainda, em se tratando de penhora de bem(ns) imóvel(is) com localização imprecisa, que dificulte a constatação e a avaliação, devem ser encaminhado(s), pela Secretaria, ofício(s) ao(s) órgãos competentes a fim de que seja informada a este juízo a localização exata do(s) bem(ns) a ser penhorado.

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei, cientificando-se a parte executada que este Juízo tem sede no endereço abaixo mencionado e encontra-se aberto ao público de segunda a sexta-feira das 9h às 18h.

EXPEDIDO neste Município de Arapiraca-AL, em 16 de março de 2011. Eu, (Bruno Miranda de Almeida alves), ANALISTA JUDICIÁRIO(A), digitei e conferi.

Lucimério Barros Campos
Diretor(a) de Secretaria

22/07/2011

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em atendimento ao mandado anexo, compareci ao endereço indicado Avenida Jorge Montenegro Barros, 2720, Santa Amélia, nesta capital e lá estando citei o representante legal do executado RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA. E OUTROS, Sr. Geraldo Bulhões Barros, que apôs nota de ciente e recebeu a contra fé que lhe ofereci.

Decorrido o prazo legal fui informada pelo executado que o débito indicado neste mandado encontra-se parcelado junto ao exequente – Fazenda Nacional.

Nada mais havendo a constar, lavrei a presente certidão, que vai assinada por mim Oficial de Justiça Avaliador.

O referido é verdade. Dou fé.

Maceió (AL), 28 de julho de 2011.

MARIA VERA LUCIA C. PONTES.
Oficial de Justiça Avaliador
Mat.118

JUNTADA

Nesta data, juntei aos presentes autos, o
MAN 0008.000218-6/2011

Arapiraca, 16 de agosto de 2011.

Plínio Barbosa Leite
Técnico Judiciário - Mat. 405
Justiça Federal em Alagoas

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAPIRACA – 8ª VARA

VENA
Sup. 93
Proc.
Dezembro

00455000800021.862011

PROCESSO	0001846-56.2005.4.05.8001 – EXECUÇÃO FISCAL
EXEQÜENTE	FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO(A)	RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA e outros
ENDEREÇO	Av. Jorge Montenegro Barros, 2720, Santa Amélia, Maceió/AL, CEP - 57.036-010
CDA	31850777-3
DÉBITO	R$ 238.697,57 (Atualizado até 24/08/2010).

MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA E AVALIAÇÃO

MAN.0008.000218-6/2011

O doutor **ROSMAR ANTONNI RODRIGUES CAVALCANTI DE ALENCAR**, Juiz Federal Substituto da 8ª Vara desta Seção Judiciária, na forma da lei etc.

MANDA ao oficial de justiça deste Juízo, a quem for apresentado, que, em seu cumprimento, proceda ao seguinte:

a) citação da parte executada **GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS (CPF n.º 317.279,801-15)** para, em 05 (dias), pagar o débito ou nomear à penhora tantos bens quanto bastem à garantia do juízo;

b) penhora de bens da parte executada, tantos quantos bastem para satisfação da dívida e acessórios, avaliando-os individualmente pelo valor de mercado;

c) intimação da parte executada da realização da penhora, cientificando-a que poderá oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação da penhora, sob pena de prosseguimento da execução, com a alienação do bem(ns) penhorado(s);

d) intimação do cônjuge da parte executada, em caso de penhora sobre imóvel.

e) registro da penhora no Cartório competente, se for o caso;

f) Quando a penhora recair sobre bem imóvel, a requisição de certidão de ônus reais junto ao respectivo Cartório de Registro de Imóveis, nos termos do art. 44 da Lei 5.010/66. Prazo: 5 (cinco) dias.;

g) Ainda, em se tratando de penhora de bem(ns) imóvel(is) com localização imprecisa, que dificulte a constatação e a avaliação, devem ser encaminhado(s), pela Secretaria, ofício(s) ao(s) órgãos competentes a fim de que seja informada a este juízo a localização exata do(s) bem(ns) a ser penhorado.

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei, cientificando-se a parte executada que este Juízo tem sede no endereço abaixo mencionado e encontra-se aberto ao público de segunda a sexta-feira das 9h às 18h.

EXPEDIDO neste Município de Arapiraca-AL, em 16 de março de 2011. Eu, (Bruno Miranda de Almeida alves), ANALISTA JUDICIÁRIO(A), digitei e conferi.

Lucimério Barros Campos
Diretor(a) de Secretaria

22/07/2011

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em atendimento ao mandado anexo, compareci ao endereço indicado Avenida Jorge Montenegro Barros, 2720, Santa Amélia, nesta capital e lá estando citei o representante legal do executado RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA. E OUTROS, Sr. Geraldo Henrique Vilar de Bulhões Barros, que após nota de ciente e recebeu a contra fé que lhe ofereci.

Decorrido o prazo legal fui informada pelo executado que o débito indicado neste mandado encontra-se parcelado junto ao exequente – Fazenda Nacional.

Nada mais havendo a constar, lavrei a presente certidão, que vai assinada por mim Oficial de Justiça Avaliador.

O referido é verdade. Dou fé.

Maceió (AL), 28 de julho de 2011.

MARIA VERA LUCIA C. PONTES.
Oficial de Justiça Avaliador
Mat.118

JUSTIÇA FEDERAL
FLS. 95
ALAGOAS

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
8ª VARA FEDERAL

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

ATO ORDINATÓRIO

Autos encontram-se com vista a(o) FAZENDA NACIONAL para, em 30 (trinta) dias, requerer o que de direito, **em face do decurso do prazo de suspensão requerido**, cf. determinado no art. 87, inciso 10, do Provimento nº 01/2009 do TRF da 5ª Região c/c o art. 1º da Portaria nº 04, de 25/05/05, do MM. Juiz Federal da 8ª Vara.

Arapiraca, 13 de janeiro de 2012.

Allan Cavalcante de Oliveira
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

VISTA

Nesta data, faço vista do presente feito a(o) FAZENDA NACIONAL. O referido é verdade e dou fé.

Arapiraca, 13 de janeiro de 2012.

Allan Cavalcante de Oliveira
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

CERTIDÃO DE RECEBIMENTO

CERTIFICO que, nesta data, os presentes autos, contendo 95 folhas, numeradas e rubricadas, incluindo esta, foram recebidos pelo(a) FAZENDA NACIONAL; do que, para constar, lavrei o presente termo. O referido é verdade e dou fé.

Arapiraca, 08 / 02 / 2012

Allan Cavalcante de Oliveira

Manifesto-me em apartado.

Suellen Edy Rocha Melo
Procuradora da Fazenda Nacional

Nesta data, Juntei aos autos, o
Pericia 062.1361-2
Aracaju, 22 de Março de 2012

Plínio [illegible]
Técnico Judiciário
Justiça Federal

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM ALAGOAS

FOLHA FLD. 96

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(ÍZA) DA 08ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

Processo n. 0001846-56.2005.4.05.8001– Execução Fiscal.
Exequente: União (Fazenda Nacional).
Executado: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA

A **União** (Fazenda Nacional), por seu(ua) Procurador(a) que esta subscreve, vem, perante Vossa Excelência, **requerer,** nos termos da ordem preferencial estabelecida no art. 11 da Lei nº 6.830/80 e no inciso I do art. 655 do Código de Processo Civil, que seja providenciada **pesquisa junto ao sistema BACEN JUD**, na forma estatuída no art. 655-A do CPC, para bloqueio de ativos financeiros da Executada, Radio Cultura de Arapiraca **(CNPJ nº 10.819.522/0001-73)**, bem como de seus corresponsáveis **Sr. Geraldo Henrique Vilar de Bulhões Barros (CPF nº 317.279.801-15) e Sr. Geraldo Bulhões Barros (CPF nº 003.593.434-49)**, até o limite do débito atualizado desta execução, como também a transferência de valores eventualmente bloqueados, se necessário.

Termos em que pede deferimento.
Maceió, 6 de março de 2012.

SUELLEN EDY ROCHA MELO
Procuradora da Fazenda Nacional

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 97

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE BLOQUEIO – BACEN-JUD 2.0

(Todos os campos são de preenchimento obrigatório)

Processo nº 0001846-56.2005.4.05.8001

Executado(s):

Nome	Nº CPF/CNPJ	Citado à fl.
1) RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA	10.819.522/0001-73	11.v
2) GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS	317.279.801-15	94
3) GERALDO BULHÕES BARROS	003.593.434-49	92

CDA's

Número	Valor Atual (R$)	Origem[1]
1) 318507773	247.233,81	INSS
Montante devido (soma das CDA's):	**247.233,81**	Em 06/03/2012

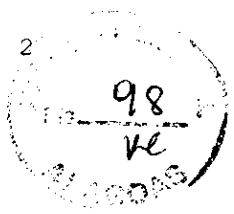
Data: _____/_____/_____

SUELLEN EDY ROCHA MELO
Procuradora da Fazenda Nacional

[1] Especificar a origem do crédito (tipo de imposto, contribuição etc.). No caso de cobrança de honorários advocatícios, mencionar apenas a palavra "HONORÁRIOS", deixando em branco os demais campos do item CDA'

__ PAEX,CONSULTA,CONSEVENTO,EVENTOCONT (CONSULTA EVENTOS POR OPTANTE)_____

DATA : 08/03/2012 HORA : 17:42 USUARIO : SUELLEN MELO



CONSULTA PARCELAMENTOS

CNPJ : 10.819.522/0001-73 - RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - EPP

ASSINALE COM 'X' O PARCELAMENTO QUE DESEJA CONSULTAR

	PARCELAMENTO	SITUACAO
(_)	SIMPLES NAC. 2007 PGFN	EM PARCELAMENTO
(_)	L.11941-RFB-DEMAIS-ART 1	REJEITADA NA CONSOLIDACAO
(_)	L.11941-RFB-PREV-ART 1	EM PARCELAMENTO
(_)	L.11941-PGFN-DEMAIS-ART 3	EM PARCELAMENTO
(_)	L.11941-PGFN-PREV-ART 3	REJEITADA NA CONSOLIDACAO
(_)	L.11941-PGFN-DEMAIS-ART.1	REJEITADA NA CONSOLIDACAO
(_)	L.11941-PGFN-PREV-ART.1	REJEITADA NA CONSOLIDACAO
(_)	PAEX-120 - MULTAS	ENCERRADA POR LIQUIDACAO
(_)	PAEX-120 - CSLL	ENCERRADA POR LIQUIDACAO
(_)	PAEX-120 - IRPJ	ENCERRADA POR LIQUIDACAO

PF3=SAI PF8=AVANCA PAGINA PF12=VOLTA

PAEX,CONSULTA,EXTRATO (CONS.INFORMACOES CONTA CORRENT)

DATA : 09/02/2012 HORA : 10:19 USUARIO : TEODOSIO

CONSULTA PARCELAMENTOS



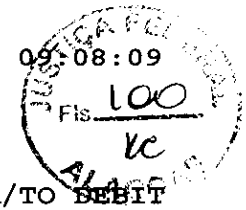
CNPJ : 10.819.522/0001-73 - RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - EPP

ASSINALE COM 'X' O PARCELAMENTO QUE DESEJA CONSULTAR

	PARCELAMENTO	SITUACAO
(_)	PAEX-120 - PIS-PASEP	ENCERRADA POR LIQUIDACAO
(_)	PAEX-120 - IRPJ	ENCERRADA POR LIQUIDACAO
(_)	PAEX-120 - CSLL	ENCERRADA POR LIQUIDACAO
(_)	PAEX-120 - MULTAS	ENCERRADA POR LIQUIDACAO
(_)	SIMPLES NAC. 2007 PGFN	EM PARCELAMENTO
(_)	L.11941-PGFN-DEMAIS-ART 3	EM PARCELAMENTO
(x)	L.11941-RFB-PREV-ART 1	EM PARCELAMENTO

PF3=SAI PF12=VOLTA

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
09/02/2012 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 09:08:09



Credito: 318507773 CGC: 10.819.522/0001-73
Nome: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - EPP

Doc. de Origem..: 318507773 21/02/1994 =NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBIT
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 21/02/1994 Livro: 4 Folha: 028
Dt. de Inscricao: 19/10/1994 RFB: 02.001.010 Orgao Inscr.: 02.200.000
Periodo da Divida: 01/1991 a 01/1994 PRC Tramitacao: 02.200.801

Fase: 792 RESCISAO/EXCLUSAO DE CREDITOS DE PARCELA Dt. da Fase: 01/12/2009

Principal:	52.628,25	E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	0,00	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Multa de oficio:	0,00	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	35.336,63	S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	159.268,93	F - Fund. Legal	
Encargo legal:	0,00		
T o t a l:	247.233,81		
Honorarios:	0,00		

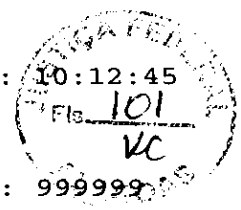
Valores atualizados p/ 02/2012 em REAL XMIT
J/H REFIS: **********0,00

Window DIVIDA98/1 at DTPSPMV2

LPROENV DATAPREV - INSS LPROENV

SISTEMA DE COBRANCA

DATA: 06/03/12 CONSULTA PROCESSOS PARCELAMENTO ESPECIAL HORA: 10:12:45



CGC RETENCAO: 10.819.522/0001-73 UNIDADE GESTORA: 999999

NOME: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - EPP

MODALIDADE: ESP. LEI 10684/03 - EMP PEQ PORTE - EPP

DATA SALDO: 01/07/2003

PROCESSO	HON(%)	ENTIDADE	SITUACAO	DT.INCL.	DT.SITU.	SALDO
31.850.777-3	0,00	*********	EXCLUIDO	28/11/2003	27/11/2009	0,00
31.850.778-1	5,00	*********	EXCLUIDO	01/08/2007	27/11/2009	0,00
31.850.780-3	5,00	*********	EXCLUIDO	01/08/2007	27/11/2009	0,00
35.184.305-1	0,00	*********	EXCLUIDO	28/11/2003	27/11/2009	0,00
35.486.547-1	0,00	*********	EXCLUIDO	28/11/2003	27/11/2009	0,00
35.643.445-1	0,00	*********	EXCLUIDO	28/11/2003	27/11/2009	0,00

0 PROXIMO

F inalizar P rincipal M odulo A nterior

Nao existem mais processos para este devedor

CPARESP DATAPREV - INSS CPARESP

SISTEMA DE COBRANCA

06/03/12 CONSULTA DADOS PARCELAMENTOS ESPECIAIS 10:15:11

102

DEVEDOR: 10.819.522/0001-73 RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - EPP

MODALIDADE: ESP. LEI 10684/03 - EMP PEQ PORTE - EPP UNIDADE GESTORA: 999999

GEX-APS: 02-001-010 COBRANCA VIA GPS

QTD PARCELAS: REQUER: 180 CONCED: 132 RESTANTES: 104 FIM VIGENCIA:27/11/2009

REQUERIMENTO	PRINC.ATLZ	POUPANCA
25/07/2003	T R	IPC
	JUROS MORA	TJLP CONS
DEFERIMENTO	SELIC	HONORARIOS
28/11/2003	MULTA MORA	SUB TOTAL
	MULTA ACRES	
RETENCOES	INPC	SALDO
76		

QTDS: ATIVOS: LIQUID: EXCL: TOTAL

ATUALIZADO EM: SITUACAO: DESMONTADO

1-GERAL 2-O.PUB 3-PUB/MISTA 4-AUT/FUND PROXIMA TELA 1

F inalizar P rincipal M odulo A nterior

Parcelamento Rescindido em: 27/11/2009

JUSTIÇA FEDERAL FLS. 103 ALAGOAS

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

CONCLUSÃO

Faço conclusão destes autos ao MM. Juiz Federal, nesta data.

Arapiraca, 25 de abril de 2012.

Maria Joelma Santos da Silva
ANALISTA JUDICIÁRIO(A)

DECISÃO

Diante da atual jurisprudência majoritária do STJ – 1ª Turma: REsp 809086/SP, 21/03/2006, REsp 791231/SP, 06/12/2005; 3ª Turma: AgRg no Ag 727148/SP, 21/02/2006; EDcl no AgRg no Ag 556366/RJ, 13/09/2005; 4ª Turma: AgRg no Ag 737980/RS, 09/03/2006; AgRg no Ag 688511/RS, 06/10/2005 – que entende que a penhora de numerário em conta bancária não importa em infração ao princípio da menor onerosidade possível e em face também do entendimento de que deve ser seguida a ordem legal dos bens estabelecida em lei e considerando ainda que a(s) parte(s) executada(s) foi(ram) regularmente citada(s), sem pagar(em) o débito ou nomear(em) bens à penhora:

a)Isto posto, **DEFIRO o pedido de penhora do(s) saldo(s) porventura existente(s) em conta(s) corrente(s) ou aplicação(ões) financeira(s) em nome do executado e corresponsáveis até a quantia correspondente ao último valor informado nos autos, conforme informações contidas na planilha fornecida e assinada pela exeqüente, devendo o servidor autorizado providenciar, através do Sistema BACEN-JUD, a(s) respectiva(s) solicitação(ões) de bloqueio(s), mantendo rigoroso controle da(s) solicitação(ões) e de sua(s) resposta(s), nos autos do processo;**

b) havendo resposta positiva das instituições financeiras, certifique-se a informação e transfira-se o numerário bloqueado, via Sistema BACEN-JUD, para conta remunerada vinculada a este processo, a ser aberta na Caixa Econômica Federal – PAB da Justiça Federal em Arapiraca (Agência 3386); a seguir, intime(m)-se o(s) executado(s), pessoalmente, para opor(em) embargos no prazo de 30 (trinta) dias e para complementar(em) a penhora, no caso de bloqueio inferior ao valor do débito;

c) em caso de resposta negativa ou de a quantia bloqueada ser inferior a R$ 100,00 (cem reias), revogue-se a ordem de bloqueio, devendo ainda a Secretaria, **independentemente de nova ordem,** constatando nos autos a inexistência de bens do executado passíveis de penhora, proceder a **suspensão do feito pelo prazo de 01 (um) ano, com fulcro no art. 40 da Lei de Execuções Fiscais e já tendo o presente executório sido suspenso pelo referido prazo arquivem-se os autos sem baixa na distribuição consoante o § 2º do mesmo artigo,** caso contrário dê-se vista ao exeqüente para, no prazo de 30 (trinta) dias, requerer o que entender de direito.

d) Providências e intimações necessárias.

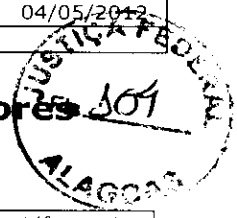
Arapiraca, 25 de abril de 2012.

GUSTAVO DE MENDONÇA GOMES
Juiz Federal Substituto

BacenJud 2.0 - Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário

EJUAR.JOELZA
sexta-feira, 04/05/2012

Minutas | Ordens judiciais | Contatos de I. Financeira | Relatórios Gerenciais | Ajuda | Sair



Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores

Os valores apresentados podem sofrer alterações devido a oscilações em aplicações financeiras e/ou a incidência de impostos.

Clique **aqui** para obter ajuda na configuração da impressão, e clique **aqui** para imprimir.

Dados do bloqueio	
Situação da Solicitação:	**Respostas recebidas, processadas e disponibilizadas para consulta** As respostas recebidas das Instituições financeiras foram processadas e disponibilizadas para consulta.
Número do Protocolo:	20120001161360
Número do Processo:	0001846-56.2005.4.05.8001
Tribunal:	TRIB REG FEDERAL 5A. REGIAO
Vara/Juízo:	2982 - 8ª Vara Federal /AL - Subseção de Arapiraca
Juiz Solicitante do Bloqueio:	ALOYSIO CAVALCANTI LIMA
Tipo/Natureza da Ação:	Execução Fiscal
CPF/CNPJ do Autor/Exeqüente da Ação:	
Nome do Autor/Exeqüente da Ação:	FAZENDA NACIONAL

Relação de réus/executados

- Para exibir os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.
- Para ocultar os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.

003.593.434-49 - GERALDO BULHOES BARROS
Total bloqueado (bloqueio original e reiterações): R$ 0,00 | Quantidade atual de não respostas: 0

Respostas

BCO BRADESCO/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 10:04	Bloq. Valor	ALOYSIO CAVALCANTI LIMA	247.233,81	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	02/05/2012 19:35
Nenhuma ação disponível						

BCO ITAÚ UNIBANCO/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 10:04	Bloq. Valor	ALOYSIO CAVALCANTI LIMA	247.233,81	(05) Réu/executado sem saldo disponível devido a bloqueio total anterior. 0,00	0,00	03/05/2012 20:40
Nenhuma ação disponível						

BCO RURAL/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora	Tipo de	Juiz	Valor	Resultado (R$)	Saldo	Data/Hora

Protocolo	Ordem	Solicitante	(R$)		Bloqueado Remanescente (R$)	Cumprimento
02/05/2012 10:04	Bloq. Valor	ALOYSIO CAVALCANTI LIMA	247.233,81	(00) Resposta negativa: réu/executado não é cliente ou possui apenas contas inativas. 0,00	0,00	02/05/2012 19:29
Nenhuma ação disponivel						

Não Respostas

Não há não-resposta para este réu/executado

10.819.522/0001-73 - RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - EPP

Total bloqueado (bloqueio original e reiterações): R$ [illegible] Quantidade atual de não respostas: [illegible]

Respostas

BCO BRADESCO/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 10:04	Bloq. Valor	ALOYSIO CAVALCANTI LIMA	247.233,81	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	02/05/2012 19:35
Nenhuma ação disponivel						

Não Respostas

Não há não-resposta para este réu/executado

317.279.801-15 - GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS

Total bloqueado (bloqueio original e reiterações): R$ [illegible] Quantidade atual de não respostas: [illegible]

Respostas

BCO BRADESCO/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 10:04	Bloq. Valor	ALOYSIO CAVALCANTI LIMA	247.233,81	(05) Réu/executado sem saldo disponível devido a bloqueio total anterior. 0,00	0,00	02/05/2012 19:35
Nenhuma ação disponivel						

BCO ITAÚ UNIBANCO/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 10:04	Bloq. Valor	ALOYSIO CAVALCANTI LIMA	247.233,81	(05) Réu/executado sem saldo disponível devido a bloqueio total anterior. 0,00	0,00	03/05/2012 20:40
Nenhuma ação disponivel						

BCO RURAL/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 10:04	Bloq. Valor	ALOYSIO CAVALCANTI LIMA	247.233,81	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	02/05/2012 19:29
Nenhuma ação disponível						

CAIXA ECONOMICA FEDERAL/ Todas as Agências/ Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
02/05/2012 10:04	Bloq. Valor	ALOYSIO CAVALCANTI LIMA	247.233,81	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	03/05/2012 05:18
Nenhuma ação disponível						

Não Respostas

Não há não-resposta para este réu/executado

Dados para depósito judicial em caso de transferência		
Instituição Financeira para Depósito Judicial Caso Transferência:		
Agência para Depósito Judicial Caso Transferência:		
Nome do Titular da Conta de Depósito Judicial:	FAZENDA NACIONAL	
CPF/CNPJ do Titular da Conta de Depósito Judicial:		
Tipo de Crédito Judicial:		
Código de Depósito Judicial:		

Nome de usuário do juiz solicitante no sistema:	EJUAR.

Voltar

Utilizar Dados do Bloqueio para Criar Nova Ordem

Marcar Ordem Como Não Lida

Dados do Bloqueio Original

JUSTIÇA FEDERAL
FLS. 107
ALAGOAS

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
8ª VARA FEDERAL

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

CERTIDÃO

Certifico que, em atendimento à Decisão retro, **não foram encontrados valores** em contas do executado, conforme se infere da resposta disponibilizada pelo sistema do Banco Central do Brasil.

Certifico ainda que em cumprimento ao item "c" da Decisão retro procederá o setor a suspensão do feito pelo prazo de 01 (um) ano, com fulcro no art. 40 da Lei nº 6.830 de 22/9/1980.

Arapiraca, 04 de maio de 2012.

Maria Joelza Santos da Silva
ANALISTA JUDICIÁRIO(A)

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
8ª VARA

JUSTIÇA FEDERAL
FLS. 108
ALAGOAS

EXECUÇÃO FISCAL

C E R T I D Ã O

CERTIFICO que expedi Mandado nº MAN.0008.0008000-0/2012, cuja cópia encontra-se arquivada em pasta própria da Secretaria deste Juízo, com a finalidade de intimar a FAZENDA NACIONAL da suspensão do presente processo. O referido é verdade. Dou fé.

Arapiraca, 30 de maio de 2012

James Rodrigues Medeiros Torres
Técnico Judiciário

JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Alagoas
8ª Vara

JUSTIÇA FEDERAL FLS. 109 ALAGOAS

Execução Fiscal:

CERTIDÃO

Certifico que o presente feito encontra-se na relação daqueles sorteados pelo NTI, constante em Processo Administrativo, a serem redistribuídos para a 12ª Vara Federal desta Subseção Judiciária e, em face disso, deixo de cumprir as diligências relativas ao presente feito.

Arapiraca(AL), 05 de junho de 2013.

Moisés Jorge da Silva
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

CONCLUSÃO

Faço conclusão destes autos ao MM. Juiz Federal, nesta data.

Arapiraca(AL), 05 de junho de 2013.

Moisés Jorge da Silva
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

DESPACHO

1. Conforme certidão supra e em cumprimento à Resolução nº 06, de 20 de fevereiro de 2013, do Tribunal Regional da 5ª Região, e à Portaria Conjunta nº 001, de 24 de maio de 2013, da Direção da Subseção de Arapiraca - Alagoas, determino a remessa do presente feito ao setor de distribuição para ser redistribuído à 12ª Vara Federal, com a devida retificação da autuação.
2. Intimações e providências necessárias.

Arapiraca(AL), 05 de junho de 2013.

ANTONIO JOSE DE CARVALHO ARAUJO
Juiz Federal

Poder Judiciário
Justiça Federal - 5a. Região
Seção Judiciária de Alagoas

Emitido em 18/06/2013 10:56

110

Termo de Retificação

Em cumprimento do R. despacho de fls. _____, em Arapiraca, 18 de junho de 2013, é lavrado o presente termo, na forma abaixo:

Processo.....:	0001846-56.2005.4.05.8001
Classe do processo.....:	99 - EXECUÇÃO FISCAL
1. Data do Protocolo.....:	11/05/2005
2. Número de volumes.....:	1
3. Nro. do processo adm....:	318507773
4. Valor de execução.....:	R$ 1,00
5. Observações.....:	
6. Vara.....:	12 a. VARA FEDERAL - Juiz Titular
7. Tipo de distribuição.....:	Redistrib. por atribuição-Remanejamento de Acervo
8. Data/Hora distribuição....:	17/06/2013 13:21
9. Distr. lançada por.....:	Antônio José de Carvalho Araújo
10. Usuário ult. alteração....:	tebas
11. Data última alteração....:	14/10/2008 16:12
12. Processo Prevento.....:	
13. Nro. inscrição C.D.A.....:	31850777-3

SEQ- Tipo Parte	Nome das Partes do Processo	Característica
1-EXEQÜENTE	FAZENDA NACIONAL	
2-PROCURADOR	ELMA CARDOSO OLIVEIRA	
3-EXECUTADO	RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA	
4-ADVOGADO	SEM ADVOGADO	

Alterações:

14/10/2008 16:12 Tipo de Objeto alterado(a) de Contribuições Previdenciárias - Tributário p/ Contribuições Previdenciárias - Contribuições - Tributário

Para constar, lavro e assino o presente.

_____
Diretor da Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que a suspensão dos presentes autos, tendo como base o decisório de fl. 103 e a fundamentação legal no art. 40 da Lei nº 6.830/80, venceu no dia 04 de maio de 2013.

Arapiraca, 08 de julho de 2013.

Everson Gerônimo Vieira Belo
Everson Gerônimo Vieira Belo
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

CONCLUSÃO

Faço conclusão destes autos ao MM. Juiz Federal, nesta data.

Arapiraca, 08 de julho de 2013.

Everson Gerônimo Vieira Belo
Everson Gerônimo Vieira Belo
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

DESPACHO

1. Considerando a redistribuição destes autos para a 12ª Vara Federal de Alagoas, conforme despacho retro, e o vencimento do prazo de suspensão determinado pelo decisório de fl. 103, dê-se vistas à Fazenda Nacional para ciência e eventual manifestação;
2. Demais providências necessárias.

Arapiraca, 08 de julho de 2013

ROSMAR ANTONNI RODRIGUES CAVALCANTI DE ALENCAR
Juiz Federal

Recebido em 9 / 7 / 13

REMESSA PFN

Remeto estes autos a(o)_____

Arapiraca, ____ de _____ de 20____.

Tatiowska Ferreira Campos
Técnica Judiciária - Mat. AL 505
Justiça Federal em Alagoas

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM ALAGOAS
19 JUL. 2013
Cícero Rodósio de Lima
Mat. 9.275

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAPIRACA
RECEBIMENTO
08 AGO 2013

JUNTADA

Junto a estes autos, nesta data, o que adiante se vê
PET 6200426 3-8/13

Arapiraca-AL, 13 de AGO de 20 13.

Mario Celio Bezerra de Lima
Agente de Segurança e Transporte
Justiça Federal AL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM ALAGOAS

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 112
ALAGOAS

EXCELENTÍSSIMO JUIZ FEDERAL DA 12ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS.

Processo: 0001846-56.2005.4.05.8001 – Execução Fiscal.
Exeqüente: União (Fazenda Nacional).
Executado: Rádio Cultura de Arapiraca Ltda.

A **União** (Fazenda Nacional), por seu Procurador que esta subscreve, vem perante Vossa Excelência, informar que foi localizado um novo endereço da empresa executada e requerer a penhora / avaliação de tantos bens quantos bastem à plena satisfação do crédito executado, diligência a ser realizada no endereço indicado na consulta CNPJ anexa.

Oportuno salientar que a empresa executada é uma concessionária de serviço público – serviço de radiodifusão –, sendo inadmissível o seu estado permanente de insolvência em relação ao prório ente que lhe concede a outorga de funcionamento.

Termos em que pede deferimento.

Maceió, 31 de julho de 2013.

Bruno César Moura Brandão
Procurador da Fazenda Nacional

__ CNPJ,EXTERNO-2,CNPJ-2 (CONSULTA EXTERNO POR CNPJ-2)_____

T34227BI DATA: 01/08/2013 PAG.: 1 / 1 USUARIO: BRUNO CESAR



CNPJ: 10.819.522/0001-73 (MATRIZ)
CPF RESP.: 317.279.801-15 QUALIF.: SOCIO-ADMINISTRADOR
N.E.: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME

NOME FANTASIA:
DT ABERTURA: 31/01/1981(01/1981) DT PRIM. ESTAB.: 31/01/1981
SIT.CAD.CNPJ: ATIVA
DATA DA SITUACAO : 03/11/2005(11/2005) PROC. INSCR. OFICIO:

SIMEI: NAO

END.: R BOA VISTA 205
BAIRRO : CENTRO
MUNICIPIO: 2705 ARAPIRACA
UF : AL CEP : 57300-030 TELEFONE : 82-32412284 FAX :
ORGAO : 0440101
PF4 - DEMAIS INF. CADASTRAIS PF2 - OP. SUCESSAO
PF6 - QUADRO SOCIETARIO PF11 - DECLARACOES IRPJ
PF9 - DADOS CADASTRAIS FILIAIS

PF3 - ENC. CONSULTA PF7 - VOLTA PAG PF8 - AVANCA PAG PAG DESEJADA: ____

__ CNPJ,EXTERNO-2,CNPJ-2 (CONSULTA EXTERNO POR CNPJ-2)_____

01/08/2013 16:41 RELACAO DECLARACOES 1990 A 2011 USUARIO: BRUNO CESAR

CNPJ BASICO: 10.819.522 PAG. 001 / 003

NOME EMP.: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME

EX.	ANO CALE.	DATA ENTREGA	FORM.	NUM. DECL.	SIT. M.CAD.	SIT. ESP.	PERIODO INICIAL	BASE FINAL
2012	2011	03/06/2013	L.PRES.	1574303	LIBERADA	NORMAL	01/01	31/12/2011
2011	2010	29/09/2011	L.PRES.	1456255	LIBERADA	NORMAL	01/01	31/12/2010
2010	2009	05/12/2011	L.PRES.	1489865	LIBERADA	NORMAL	01/01	31/12/2009
2008	2007	30/06/2008	L.PRES.	1698349	LIBERADA	NORMAL	01/01	31/12/2007
2007	2006	10/07/2007	L.PRES.	1421820	LIBERADA	NORMAL	01/01	31/12/2006
2006	2005	11/09/2006	L.PRES.	1348608	LIBERADA	NORMAL	01/01	31/12/2005
2005	2004	11/09/2006	L.PRES.	1331594	LIBERADA	RET. NOR.	01/01	31/12/2004
2005	2004	30/06/2005	L.PRES.	1145354	CANCEL.	NORMAL	01/01	31/12/2004
2004	2003	12/09/2006	L.PRES.	1292568	LIBERADA	NORMAL	01/01	31/12/2003
2003	2002	30/09/2003	L.PRES.	1152060	LIBERADA	RET. NOR.	01/01	31/12/2002
2003	2002	30/06/2003	L.PRES.	1080102	CANCEL.	NORMAL	01/01	31/12/2002
2002	2001	25/07/2003	L.PRES.	1182358	LIBERADA	RET. NOR.	01/01	31/12/2001

PF1=CADASTRO PF7= RETORNA PF8= AVANCA T.AI

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 114
ALAGOAS

PAEX,CONSULTA,EXTRATO (CONS.INFORMACOES CONTA CORRENT)

DATA : 22/07/2013 HORA : 10:33 USUARIO : TEODOSIO

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 115
ALAGOAS

CONSULTA PARCELAMENTOS

CNPJ : 10.819.522/0001-73 - RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME

ASSINALE COM 'X' O PARCELAMENTO QUE DESEJA CONSULTAR

	PARCELAMENTO	SITUACAO
(_)	PAEX-120 - PIS-PASEP	ENCERRADA POR LIQUIDACAO
(_)	PAEX-120 - IRPJ	ENCERRADA POR LIQUIDACAO
(_)	PAEX-120 - CSLL	ENCERRADA POR LIQUIDAÇAO
(_)	PAEX-120 - MULTAS	ENCERRADA POR LIQUIDACAO
(_)	SIMPLES NAC. 2007 PGFN	ENCERRADA POR RESCISAO
(_)	L.11941-PGFN-DEMAIS-ART 3	EM PARCELAMENTO
(_)	L.11941-RFB-PREV-ART 1	LIQUIDADA

PF3=SAI PF12=VOLTA

CACAOJUD PGF - PGFN - DATAPREV CACAOJUD

DIVIDA ATIVA

22/07/2013 CONSULTA A ACAO JUDICIAL 10:40:55

EXECUCAO FISCAL

Acao Judicial: 200580010018077 Credito: 318507781 PRC: 2206801

Nome: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME

Fase: 624 Dt.Fase: 11/07/2007 Comarca: 22010 Vara: 8 Foro: EST

Procurador: 879848 Honorarios: 20.00 PRO Dt.Ajuizamento: 18/05/2004

Segunda Instancia: Inst. Superior:

Credito	Fase	Dt.Fase	Penhora	Valor
318507781	792	01/12/2009	Nao	16.614,75

JUSTIÇA FEDERAL Fls. 116 ALAGOAS

Total Divida -	16.614,75		
Honor Divida -	3.322,95		
J/Hon REFIS -	0,00		
Total da Acao -	19.937,70	Prox.Credito -	

* - Apensada XMIT

Fim dos Creditos Para Esta Acao

Window DIVIDA98/1 at DTPSPMV2

117

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

CONCLUSÃO

Faço conclusão destes autos ao MM. Juiz Federal, nesta data.

Arapiraca, 09 de outubro de 2013.

Benecleide Gonçalves Pinto
ANALISTA JUDICIÁRIO(A)

DESPACHO

Verificando a existência de bem penhorado sem a devida avaliação, determino a expedição de mandado para que o oficial de justiça dirija-se ao endereço indicado às fls. 113 e:

a) proceda a constatação e avaliação do bem descrito no auto de fls. 12;
b) caso não localize o referido objeto ou caso constate ser a constrição supracitada insuficiente à integral garantia da execução, efetue a penhora e avaliação de tantos bens quantos bastem para a completa satisfação do crédito executado, conforme requerido às fls. 112.

Arapiraca, 10 de outubro de 2013

ROSMAR ANTONNI RODRIGUES CAVALCANTI DE ALENCAR
Juiz Federal

Recebido em 15/10/13

Walewska Ferreira Campos
Técnico Judiciário
Justiça Federal em Alagoas

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

CERTIDÃO

Certifico, nesta data, que em cumprimento ao despacho/decisão/sentença de fls. 107, expedi o(a) Mandado n.º MAN.0012.000456-7/2013. O referido é verdade e dou fé.

Arapiraca, 15 de outubro de 2013.

Walewska Ferreira Campos
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

JUNTADA

Junto a estes autos, nesta data, o que adiante se vê

MAN. 0012.000456-7/2013

Arapiraca-AL, 28 de 11 de 2013.

Roberta Inojosa

mat 537

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 119
ALAGOAS

JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Alagoas
Subseção Judiciária de Arapiraca
12ª Vara Federal

* 0 0 1 6 2 0 0 1 2 0 0 0 4 5 6 7 2 0 1 3 *

PROCESSO	0001846-56.2005.4.05.8001 – EXECUÇÃO FISCAL
EXEQÜENTE	FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO(A)	**RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA**
ENDEREÇO	**RUA BOA VISTA, 205, CENTRO.** **CEP: 57300-030. ARAPIRACA/AL**
CDA	31850777-3

MANDADO DE AVALIAÇÃO E CONSTATAÇÃO

MAN.0012.000456-7/2013

O doutor **ROSMAR ANTONNI RODRIGUES CAVALCANTI DE ALENCAR**, Juiz Federal da 12ª Vara desta Seção Judiciária, na forma da lei etc.

MANDA ao oficial de justiça deste Juízo, a quem for apresentado, que, em seu cumprimento, proceda à **AVALIAÇÃO** e **CONSTATAÇÃO** do bem penhorado nos autos da ação epigrafada.

ANEXO: Cópia do Auto de Penhora de fls. 12 e Despacho de fls. 117.

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei, cientificando-se a parte executada que este Juízo tem sede no endereço abaixo mencionado e encontra-se aberto ao público de segunda a sexta-feira das 9h às 18h.

EXPEDIDO neste Município de Arapiraca-AL, em 15 de outubro de 2013. Eu, _____ (Walewska Ferreira Campos), TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A), digitei e conferi.

Manoel Belmiro Neto
Diretor(a) de Secretaria

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 120
ALAGOAS

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAPIRACA

Vara nº 12ª
Processo nº 0001846-56.2005.4.05.8001
Mandado nº MAN.0012.000456-7/2013

C E R T I D Ã O

Certifico que, DEIXEI de dar cumprimento ao mandado *retro*, porque, comparecendo ao endereço indicado no mesmo aos 21.11.2013, e lá estando, constatei que o imóvel se encontra fechado e desocupado com uma placa de aluga-se afixada. Certifico que, na data de hoje às 18:12 horas, através do número 9985-6210 (é possível manter contato também com o número 3521-4877), estabeleci contato com o Corretor Imobiliário, Sr. Itamar, CRECI/AL 2252, o qual me informou que a *Rádio Cultura de Arapiraca Ltda* não mais se localiza no endereço do mandado há aproximadamente um ano, sendo o imóvel de propriedade da Sra. Jadielma, não sabendo me esclarecer a atual localização da empresa executada. É assim que devolvo o presente mandado para fins de direito, no aguardo de novas deliberações. E, para constar, lavrei a presente, que, por ser a legítima expressão da verdade, vai devidamente assinada por mim. **O referido é verdade. Dou fé.** Arapiraca/AL, 25 de novembro de 2013.//////////////

ALEXSANDRO NASCIMENTO DA COSTA
Oficial de Justiça Avaliador Federal
Matrícula AL486

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 121
ALAGOAS

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

ATO ORDINATÓRIO

Autos encontram-se com vista à Fazenda Nacional , por 30 (trinta) dias, em face da certidão de fls. 120, cf. determinado no art. 87, inciso 19, do Provimento nº 01/2009 do TRF da 5ª Região.

Arapiraca, 28 de novembro de 2013.

Roberta Jacinto Inojosa
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

VISTA

Nesta data, faço vista do presente feito à Fazenda Nacional . O referido é verdade e dou fé.

Arapiraca, 28 de novembro de 2013.

Roberta Jacinto Inojosa
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

CERTIDÃO DE RECEBIMENTO

CERTIFICO que, nesta data, os presentes autos, contendo 121 folhas, numeradas e rubricadas, incluindo esta, foram recebidos pela Fazenda Nacional : do que, para constar, lavrei o presente termo. O referido é verdade e dou fé.

Arapiraca, .

SERVIDOR

REMESSA FV

Remeto estes autos a(o)_____

Arapiraca,____ de ____ de 20____.

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM ALAGOAS

29 NOV. 2013

Cícero Teodósio de Lima

Mat. 9.278

JUNTADA

Junto a estes autos, nesta data, o que adiante se vê

PET 62000519-7/14

Arapiraca-AL, 03 de FEV de 2014.

Mario Célio Bezerra de Lima

Agente de Segurança e Transporte

Mat. AL 5116 - Justiça Federal

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 122
ALAGOAS

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM ALAGOAS

29/01/2014 14:41 620005197 12V 01945620054058001CA

Processo nº 0001846-56.2005.4.05.8001
CDA nº 31.850.777-3

A União (Fazenda Nacional), pelo procurador que esta subscreve, vem – com fulcro no artigo 10 da Lei nº 6.830/80 – requerer a penhora dos imóveis de propriedade do executado matriculados sob os n.ºs 77.058 e 73.881 perante o 1º Registro de Imóveis de Maceió/AL, conforme documentos constantes em anexo.

Pede-se que seja feita a intimação do referido ato constritivo ao Executado, no endereço constante em anexo, bem como ao seu,com cônjuge, se tiver.

Caso haja recusa por parte do proprietário do referido imóvel, indica-se para o encargo de fiel depositário o Sr. Fernando Gustavo Alencar de Albuquerque Lins.

Termos em que pede e espera deferimento.

Maceió, 03 de janeiro de 2014.

André Gustavo Pastl
Procurador da Fazenda Nacional

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 123
ALAGOAS

LIVRO 2 - REGISTRO GERAL

1º REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS DE MACEIÓ - AL

Stélio Sabo Cavalcante de Albuquerque
OFICIAL

MATRÍCULA 77058 | FICHA 01 | DATA

Maceió, 06 de agosto de 1993.

IMÓVEL: UNIDADE DE COBERTURA, localizado no 7º andar do Edifício denominado CENTRO EMPRESARIAL RUI PALMEIRA, situado na Av. Fernandes Lima, nº 1513, no bairro do Farol, nesta cidade, composta de salão, 03 WC, copa e depósito, perfazendo uma área total de 2??,00ms², sendo 351,00ms² de área comum e fração ideal de ?,1453, edificado em terreno próprio que mede 17,00ms de frente e de fundos, por ?',00ms de frente a fundos em ambos os lados, limitando-se pela frente com a mencionada Av. Fernandes Lima, pelo lado direito com a rua Miguel Palmeira, pelo lado esquerdo com terreno pertencente a Áureo de Aquino e pelos fundos com terreno do sr. Antonio Pacheco de Andrade.

PROPRIETÁRIA: MORADA ENGENHARIA E COMERCIO LTDA., com sede nesta cidade, inscrita no CGC nº 12.366.340/0001-10.

REGISTRO ANTERIOR: Livro 02, registro geral ficha 01/02, R.3-16.659 em 15 de outubro de 1991 e Averbação de Construção AV.5-16.659 em 13 de agosto de 1992.

Maceió, 06 de agosto de 1993. Eu, Jeanlene Guispim de Oliveira, Escrevente o datilografei. O OFICIAL:

João Toledo de Albuquerque
Oficial Substituto

R.1-77.058- Protocolo nº 154.081- (COMPRA E VENDA)- ADQUIRENTES: GERALDO [illegible] BARROS e DENILZA VILAR DE BULHÕES BARROS, brasileiros, casados, ele deputado federal, CPF nº 003.593.434-49, ela empresária, CPF nº 244.196.724-53, residentes e domiciliados nesta cidade. TRANSMITENTE: MORADA ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA., com sede nesta cidade, CGC nº 12.366.340/0001-10, representada no ato por Fernando Rubem Genuto de Amorim, firmado no documento. INSTRUMENTO PARTICULAR DE VENDA E COMPRA, COM GARANTIA HIPOTECÁRIA, CESSÃO E OUTRAS AVENÇAS, com força de escritura pública, assinado em 30 de julho de 1986, pelas partes interessadas e duas testemunhas. VALOR DO CONTRATO: Cz$ 1.075.200,00. Foi pago imposto de transmissão no valor de Cz$ 10.214,40, conforme guia arquivada neste Registro; quite com a municipalidade e com o condomínio; foram apresentadas as certidões exigidas pela Lei nº 7.433 de 18.12.85, as quais ficam arquivadas neste Registro, sendo que a da Justiça Federal e dos Feitos Civeis fornecida pelo Forum de Maceió, constaram positiva;tudo de acordo com o documento arquivado neste Registro. Maceió, 06 de agosto de 1993. Escrevente Averbando: Jeanlene Guispim de Oliveira

R.2-77.058- Protocolo nº 154.081- (HIPOTECA)- DEVEDORES:GERALDO [illegible] BARROS e DENILZA VILAR DE BULHÕES BARROS, brasileiros, casados, ele deputado federal, CPF nº 003.593.434-49, ela empresária, CPF nº 244.196.724-53, residentes e domiciliados nesta cidade. CREDORA: MORADA ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA., com sede nesta cidade, CGC nº 12.366.340/0001-10, representada no ato por Fernando Rubem Genuto de Amorim, firmado no documento.CESSIONÁRIA DO CRÉDITO HIPOTECÁRIO: APEAL - CRÉDITO IMOBILIÁRIO S/A, instituição financeira privada, inscrita no CGC nº 12.719.5??/0001-59, com sede nesta cidade, sucessora da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas, APEAL, conforme Ata da Assembleia-Geral de Constituição datada de 05.11.??, arquivada neste Registro, microfilmada sob nº 39 , fotograma 0810/033.INSTRUMENTO PARTICULAR DE VENDA E COMPRA, COM GARANTIA HIPOTECÁRIA, CESSÃO E OUTRAS AVENÇAS, com força de escritura pública, assinado em 30 de julho de 1986, pelas partes interessadas e duas testemunhas. VALOR DO FINANCIAMENTO: Cz$ 752.640,00. Juros: ??% ao mês. Prazo: 120 meses. Data do vencimento da 1ª prestação: 30.08.86.Valor total da primeira prestação: Cz$ 10.749,39. GARANTIA HIPOTECÁRIA: Os devedores dão à credora

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 125
ALAGOAS

LIVRO 2 - REGISTRO GERAL

1º REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS - MACEIÓ - AL.

1º REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS MACEIÓ-AL

Stélio Dario Cerqueira de Albuquerque
OFICIAL
Stélio Dario Cerqueira de Albuquerque
OFICIAL

MATRÍCULA 77058 | FICHA 02 | DATA 06 de agosto de 1999

R.6-77.058- Protocolo nº 216.872- (MANDADO DE PENHORA)- O imóvel acima de propriedade de GERALDO BULHÕES BARROS E DENILMA VILAR DE BULHÕES BARROS, fica penhorado conforme MANDADO DE REGISTRO DE PENHORA DE IMÓVEIS- Nº 998/2000, extraido dos autos do Processo nº 1995.06.2862-25, entre o RECLAMANTE: DIMAS DE HOLANDA FONSECA e a RECLAMADA: RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA., na pessoa do Sr Geraldo Bulhões Barros, sócio da executada; processado na 6ª Vara do Trabalho de Maceió. Valor do imóvel: R$ 250.000,00. O referido Mandado foi fornecido em 20.10.2000 e estava devidamente assinado pelo Dr. Antônio Adrualdo A. Catão, Juiz do Trabalho Titular. Maceió, 14 de novembro de 2000. Escrevente Autorizado. Adriana de Araujo Reis R.6 F.1330

R.7-77.058- Protocolo nº 218.607- (MANDADO DE PENHORA)- O imóvel acima de propriedade de GERALDO BULHÕES BARROS E DENILMA VILAR DE BULHÕES BARROS, fica penhorado conforme MANDADO DE REGISTRO DE PENHORA DE IMÓVEIS- Nº 1271/2000, extraido dos autos do Processo nº 1996 04.2025-25, entre a RECLAMANTE: TATIANE SIMONE ARAÚJO CAMPOS e a RECLAMADA: RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA; processado na 4ª Vara do Trabalho de Maceió. Valor da Causa: R$ 17.965,71. Avaliação do imóvel: R$ 200.000,00. O imóvel acima pertence a Geraldo Bulhões Barros, o qual é sócio da Reclamada, conforme Ofício nº 1542/2000 de 20.12.00 e Decisão de 30.06.2000, do Dr. Alonso C. de A. Filho, Juiz do Trabalho 19ª Região. O referido Mandado foi fornecido em 17.10.2000 e estava devidamente assinado pelo Dr. Gustavo Tenório Cavalcante, Juiz do Trabalho Substituto, 19ª Região. Maceió, 26 de janeiro de 2001. Escrevente Autorizado: Adriana de Araujo Reis R.7 F.1004

R.8-77.058 - Protocolo nº 225.868 - (MANDADO DE PENHORA) - O imóvel acima de propriedade de GERALDO BULHÕES BARROS e DENILMA VILAR DE BULHÕES BARROS, fica penhorado conforme MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO- Execução Fiscal nº 93.1272-0, em que figura como Exequente: FAZENDA NACIONAL e como Executado: GERALDO BULHÕES BARROS processado na Justiça Federal de Primeira Instância- 5ª Vara. Valor do Debito: R$ 6.973,38 (atual 08/00), acrescida das cominações legais; que aos 30 dias do mês de novembro do ano de 2001, teve seu Auto de Penhora, atendendo o respeitável despacho do MM. Juiz Federal da 5ª Vara, Dr. Sérgio José Wanderley de Mendonça. Ficando como fiel depositário, Jeronimo Francisco Costa, CPF 207.934.484-68. O referido Mandado foi expedido em 10.01.2001 e estava devidamente assinado pela Drª Luciana J. Raposo, Diretora de Secretaria em Substituição- 5ª Vara Maceió, 17 de dezembro de 2001. Escrevente Autorizada: Roque Barros Ribeiro de Oliveira R.8 F.1968

R.9-77.058 - Protocolo nº 240.118 (MANDADO DE PENHORA) - O imóvel acima, fica penhorado conforme MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO- Execução Fiscal nº 2001.80.00.2935-8, em que figura como Exequente: FAZENDA NACIONAL e como Executado: GERALDO BULHÕES BARROS processado na Justiça Federal de Primeira Instância- 5ª Vara. Valor do Débito: R$ 6.082,17 (atual 10/02), acrescida das cominações legais; que aos 20 dias do mês de fevereiro do ano de 2003, teve seu Auto de Penhora, atendendo o respeitável despacho do MM. Juiz Federal da 5ª Vara, Dr. Raimundo Alves de Campos Júnior. Ficando como fiel depositario, Jerônimo Francisco Costa, CPF 207.934.484-68. O referido Mandado foi expedido em 23.01.2003 e estava devidamente assinado pelo Dr Mauricio [illegible] Diretor de Secretaria - 5ª Vara, Maceió, 11 de abril de 2003. Escrevente Autorizada: Maria da Conceição dos Santos R.9 F.2302

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 126
ALAGOAS

LIVRO 2 - REGISTRO GERAL

1º REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS DE MACEIÓ-AL

MATRÍCULA 73881 | FICHA 01 | DATA

Stélio Darci Cerqueira de Albuquerque
OFICIAL

Maceió, 13 de Março de 1992.

IMÓVEL: APARTAMENTO SOB Nº 924, PENT'HOUSE MASTER, TIPO "M", componente do **EDIFICIO MACEIÓ DOUBLE REVERSE FLAT,** situado na Avenida Álvaro Otacílio nº 6665, no bairro de Jatiúca, nesta cidade, encravado no 9º e 10º Pavimento do citado Edifício, com os seguintes cômodos: sala, circulação, uma suite com sanitario, dois quartos, um sanitario, três varandas e encerra no pavimento inferior (nono), sala, sanitario, cozinha, adega, terraço, deck, piscina e jardim no pavimento superior (decimo),com área privativa de 209,59m², área comum 170,04m², área total 379,63m² e fração ideal de terreno 130,12340; edificado em terreno proprio que mede 64,00ms de frente para a Avenida Álvaro Otacilio, lado direito com 137,60ms para terrenos de propriedade de Antonio Nogueira Júnior e Cecilia da Silva Nogueira; fundos com 60,00ms para a Rua Jose Pontes de Magalhães (Conjunto Santa Cecilia) e lado esquerdo com 115,75ms para o Loteamento Stella Maris.

PROPRIETARIA: CST EXPANSÃO URBANA S.A., Firma Nacional com sede em Salvador, inscrita no CGC sob nº 13.527.858/0001-50.

REGISTRO ANTERIOR: Livro 02 Registro Geral ficha 01 R.2-43.668, em 12 de Janeiro de 1990 e Averbação de Construção AV.225- 43.668, em 13 de Março de 1992.

Maceió, 13 de Março de 1992. Eu. Maria de Lourdes Antunes, escrevente datilografei. O OFICIAL:

João Tolado de Albuquerque
Oficial - Substituto

R$56+536

AV.1-73.881 - Protocolo nº 214.167 - (ALTERAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL) - Certifico o requerimento datado de 05.07.2000, feito pela CST-EXPANSÃO URBANA LTDA., com sede na cidade de Salvador-Ba, CGC nº 13.527.858/0001-50, representada por Rômulo Ribeiro Cardoso e José Ernesto Silva Gonzalez, conforme contrato social, arquivado neste registro, para fazer constar a nova denominação da CST-EXPANSÃO URBANA S/A, em virtude de transformação da mesma de sociedade Anônima para Sociedade por Cota de Responsabilidade Limitada, na forma do ato de transformação e pelo Contrato Social datado de 05.06.95, registrado na Junta Comercial do Estado da Bahia em 19.07.95, para **CST-EXPANSÃO URBANA LTDA.** Tudo de acordo com os documentos arquivados neste registro. Maceió, 18 de julho de 2000. Escrevente Autorizado: Ozana dos Santos.

R.2-73.881 - Protocolo nº 214.168 - (COMPRA E VENDA) - ADQUIRENTE: GERALDO BULHÕES BARROS, brasileiro, divorciado, inserito no CPF nº 003.593.434-49, residente nesta cidade. TRANSMITENTE: CST-EXPANSÃO URBANA LTDA., com sede em Salvador-Ba., inserita no CGC nº 13.527.858/0001-50, no ato representada por seus gerentes delegados, José Ernesto Silva Gonzalez, brasileiro, separado judicialmente, administrador de empresas, CPF 220.196.265-00 e José Rivaldo Pacheco Júnior. brasileiro, separado judicialmente, engenheiro civil, CPF 422.111.405-30, residentes e domiciliados em Salvador-Ba. ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA, PAGA E QUITAÇÃO, lavrada em 03.05.2000, no Cartório do 6º Ofício de Notas da Comarca de Salvador-Ba., no Livro 733, fls. 031. VALOR DO CONTRATO: R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) em 15.12.1995, quantia total essa já recebida anteriormente. Pago o imposto de transmissão inter vivus, conforme guia de ITBI Nº 077456, anexa a escritura. Da escritura consta que foram apresentadas as certidões dos feitos ajuizados a que se refere a Lei nº 7.433 de 18.12.85; foram apresentados os cinco últimos exercícios financeiros do IPTU quitados e foi dispensada pelo comprador a apresentação da certidão de quitação do IPTU, responsabilizando-se por quaisquer débitos fiscais ante à Prefeitura Municipal de Maceió-AL; quite com o condomínio; declara a vendedora através de seus

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 127
ALAGOAS

LIVRO 2 - REGISTRO GERAL

1º REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS
DE MACEIÓ-AL.

MATRÍCULA 73881 | FICHA 01 VERSO

representantes, sob pena de responsabilidade civil e penal, que deixou de apresentar a CND do INSS, por ter como objetivo a venda e compra de imóveis e que o imóvel objeto da presente, não faz parte do seu ativo permanente. Maceió, 18 de julho de 2000. Escrevente Autorizado: Ozaug dos Santos.

R.998 F.338

AV 3-73 881 – Protocolo nº 219.702 – (ADTIVO)- Certifico em vista da ESCRITURA PÚBLICA DE RETI/RATIFICAÇÃO DA ESCRITURA DE VENDA E COMPRA., PAGA E QUITAÇÃO, lavrada em 13.10.2000, nas notas do 6º Ofício de Notas de Salvador- BA, no Livro nº 744, fls 139, figurando como Outorgantes e Reciprocamente Outorgados Reti- Ratificantes; GERALDO BULHÕES BARROS, brasileiro, divorciado, empresário, CPF nº 003.593.434-49, residente e domiciliado nesta cidade e a CST-EXPANSÃO URBANA LTDA, empresa com sede em Salvador- BA, CGC nº 13.527.858/0001-50, no ato representada por seus gerentes delegados, José Ernesto Silva Gonzalez, brasileiro, separado judicialmente, Administrador de empresas, CPF nº 220.196.265-00 e José Rivaldo Pacheco Júnior, brasileiro, separado judicialmente, engenheiro civil, CPF Nº 422.111.405-30, residentes e domiciliados em Salvador- BA. Pelos Outorgantes e Reciprocamente Outorgados Reti-Ratificantes, foi dito o seguinte: As partes celebraram a Escritura de Compra e Venda, Paga e Quitação, com a qual a Outorgante Vendedora visou atender solicitação do Outorgado Comprador, muito embora as partes tivessem pleno conhecimento de um débito existente relativamente ao referido imóvel para com o condomínio. Ocorre que por um lapso na elaboração da referida escritura, constou do seu texto encontrar o apartamento quite com o condomínio, assim por esta escritura e na melhor de direito, vêm as partes retificar o instrumento Público de Compra e Venda a que se refere o R.2 73.881, para excluir do seu texto a aludida declaração de quitação com as taxas condominiais do imóvel acima. Pelo comprador foi dito que concorda com os termos da presente escritura, reconhecendo a existência de debito junto ao CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO MACEIÓ DOUBLE REVERSE FLAT, em relação as taxas condominiais, cabendo-lhe com exclusividade a responsabilidade pela sua negociação e pagamento perante o condomínio. As partes retificam todos os termos da escritura ora reti- ratificada, que não tenham sido expressamente modificadas, passando a presente fazer parte integrante e inseparável daquela, afim de que ambas juntas, produzam um só efeito de direito. Maceió, 26 de março de 2001. Escrevente Autorizado: Maria Lucy Correia de Oliveira

R.1014 447

R.4-73 881 - Protocolo nº 256.548- (CERTIDÃO DE PENHORA) - O imóvel acima, de propriedade de GERALDO BULHÕES BARROS, fica penhorado conforme Certidão, extraída dos autos de Cobrança, Proc. nº 001.97.496-7; proposta por CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO MACEIÓ DOUBLE REVERSE FLAT (MÉLIA), contra a RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA, processada na 1ª Vara Cível de Feitos Não Privativos. Que aos 06 dias do mês de maio de 2004, teve seu Termo de Penhora em cumprimento ao despacho do MM. Juiz da 1ª Vara Cível de Feitos Não Privativos; Drº Ivan Vasconcelos Brito Júnior. Fiel Depositário do bem o sr. GERALDO BULHÕES BARROS, portador do CPF nº 003 593.434-49. Valor da causa da referida ação corresponde a R$ 24.554,52. A referida Certidão de Penhora, foi fornecida em 04.06.2004, e estava devidamente assinada pela escrivã titular, Irene Beatriz Pessoa Franco. Maceió, 14 de setembro de 2004. Escrevente Autorizada: Dayse Barros Silva de Souza

R.1188 F.235

CPF: 003 593 134-49

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 128
ALAGOAS

1º CARTÓRIO DE REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS – MACEIÓ – AL

Stélio Darci Cerqueira de Albuquerque
OFICIAL

LIVRO 2 - REGISTRO GERAL

MATRÍCULA	FICHA	DATA
37395	01	04 de junho de 1984

IMÓVEL: UM TERRENO, situado na Rua em Projeto "D", no bairro de Bebedouro, terreno esse constituido dos Lotes nºs 54, 55, 56, 57 e 59, da Quadra F, componente do LOTEAMENTO COSTA RÊGO, neste cidade, medindo o terreno 67,00ms de frente, para Rua em Projeto "D"; pelo lado direito com a Estrada asfaltada Costa Rêgo, medindo 30,00ms; pelo lado esquerdo com 34,00ms, limitando-se com antiga Estrada Santa Amélia, e fundos confrontando-se 18,00ms com os fundos do lote nº 58, pertencente ao Sr. Edson Paulino, e ainda 12,00ms com a frente do lote nº 59, para a Rua em Projeto "E", lote esse pertencente a Armenio Jorge de Moura Cavalcante, formado na área dos imóveis citados, confrontando-se ainda em prosseguimento nos fundos com os fundos do lote nº 60, com 16,00ms e de nº 61 com 31,00ms, ambos pertencentes ao Sr. Edson Paulino, fechando assim a área na metragem já especificada.
PROPRIETÁRIO: ARMÊNIO JORGE DE MOURA CAVALCANTE, brasileiro, casado, contabilista aposentado, CPF nº 007.568.904-97, residente nesta cidade.
REGISTRO ANTERIOR: Livro 2 Registro Geral ficha 01 Matriculas nºs 12.077/080, em 01.12.1978, e 12.085, em 01.12.1978, e Averbações de Remembramentos AV.5-12.077/080, e AV.5-12.085, em 04.06.1984.
Maceió, 04 de junho de 1984. Eu, Maria Expedita de Oliveira, escrevente a datilografei. O Oficial.

AV.1-37.395 - Protocolo nº 77.385. - (AVERBAÇÃO DE CONSTRUÇÃO) - Certifico a requerimento de ARMÊNIO JORGE DE MOURA CAVALCANTE, brasileiro, casado, contabilista aposentado, CPF nº 007.568.904-97, residente nesta cidade, para fazer constar que conforme Habite-se nº 001317, expedido em 10 de junho de 1980, pela Prefeitura Municipal de Maceió, mandou construir UM PRÉDIO RESIDENCIAL SOB Nº 2.720, situado na Rua em Projeto "D", do Loteamento Costa Rego, no bairro de Bebedouro, nesta cidade, com as seguintes caracteristicas: 05 quartos internos, com um banheiro completo e mais uma suite, uma sala de visita, uma copa, cozinha, e dispensa, duas áreas cobertas e um lavabo, tendo ainda um outro bloco de construção, com quatro suites compostas de uma pequena sala, um quarto e um banheiro completo e ainda uma área externa coberta e comum a todo bloco; possue ainda, em construção independente, duas dependências de empregados, com quartos, banheiro e sanitários completos e ainda uma lavanderia e uma garagem, tudo em alvenaria, tijolos e telhas, perfazendo com dito acima, uma área coberta de 732,66ms2 e área de construcao de 666,04ms2. Quites com o IAPAS, conforme Certidão Negativa de Débito-CND, protocolo nº 771/83, e documento de informação do CREA, arquivados neste cartório. Tendo dispendido na construção um valor de Cr$ 9.500.000,00. Tudo de acordo com o documento que fica arquivado neste cartório. Maceió, 04 de junho de 1984. Escrevente Autorizado: Maria Expedita de Oliveira. –
R 48 F 2162

R.2-37.395 - Protocolo nº 77.900 - (COMPRA E VENDA) - ADQUIRENTE: GERALDO BULHÕES BARROS, brasileiro, casado, Deputado Federal, portador do CPF nº 003.594.434-49, residente nesta cidade. TRANSMITENTES: ARMÊNIO JORGE DE MOURA CAVALCANTE e sua esposa LEDICE SOARES CAVALCANTE, brasileiros, casados, ele contabilista aposentado, ela do lar, portadores do CPF nº 007.568.904-97, residentes nesta cidade. ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA, lavrada em 11 de junho de 1984, nas notas do 3º Ofício, da Capital, no livro nº 64/84, fls 136/136vº. VALOR DO CONTRATO: Cr$ 30.000.000,00. Pagou imposto de transmissão no valor de Cr$ 600.000,00, conforme guia arquivada naquelas notas. Quites com a Municipalidade. Declaram os vendedores que não são vinculados como emprega-

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 129
ALAGOAS

LIVRO 2 REGISTRO GERAL

1º CARTÓRIO DE REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS
MACEIÓ - ALAGOAS

MATRÍCULA 37395 | FICHA 01 VERSO

dores a qualquer instituição de Previdência Social, na qualidade legal de empresa. Distribuição nº 3127, de 19.06.1984. Maceió, 26 de junho de 1984. Escrevente Autorizado: [illegible] R. 58 F. 276

R-3-37.395- Protocolo nº 111.923- (HIPOTECA)- DEVEDORES: GERALDO BULHÕES BARROS e sua mulher DENILMA VILAR DE BULHÕES BARROS, brasileiros, casados, ele advogado, ela em prenda, portadores do CIC nºs 003.593.434-49 e 244.196.721-53, respectivamente, residentes nesta cidade. CREDORA: CAIXA ECONOMICA FEDERAL- Instituição Financeira, sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada e constituída pelo Decreto-Lei nº 759 de 12.08.1969 e decreto nº 66.303 de 06.03.1970 com estatuto aprovado pelo Decreto nº 93.600 de 21.11.1986, registrado e arquivado na Junta Comercial do Distrito Federal sob nº 086 de 17.12.86, com sede em Brasília- DF e filial neste Estado, inscrita no CGC nº 00.305.360/0840-22, no ato representada por Carlos Roberto Pereira, conforme procuração lavrada nas notas do 2º Ofício de Brasília DF, no Livro 1002, fls 06 e substabelecimento lavrado nas notas do 4º Ofício da Capital, no Livro 42, fls. 24v, arquivados naquelas notas. ESCRITURA PÚBLICA DE MÚTUO COM GARANTIA HIPOTECÁRIA, lavrada em 19 de novembro de 1987, nas notas do tabelião do 3º Ofício da Capital, no Livro 94/87, fls. 106v/115v. VALOR DA DIVIDA: Cz$ 6.950.000,00 Prazo: O prazo deste contrato é de 60 meses, a contar desta data. JUROS: Taxa nominal de juros 15% ao ano, correspondente a taxa efetiva de 16,075% ao ano. Vencimento: O vencimento do primeiro encargo ocorrerá 30 dias após a data da assinatura deste instrumento. GARANTIA HIPOTECÁRIA: Os devedores dão à Credora em primeira e especial hipoteca, o imóvel constante da matrícula acima. Para efeitos do artigo 818 do Código Civil o imóvel hipotecado, fica avaliado em Cz$ 14.151.281,00. Da escritura consta que foram apresentadas as certidões de que trata a Lei nº 7.433, art. 1º § 2º de 18.12.85 e declaram os outorgantes que não são vinculados como empregadores a qualquer Instituição de Previdencia Social, na qualidade legal de empresa. Distribuição nº 3827, expedida em 20.11.1985. Maceió, 28 de dezembro de 1987. Escrevente autorizado: [illegible] R. 516 F. 409 R. 331 F. 239

[illegible] - Protocolo nº 167.978 - (BAIXA DE HIPOTECA) - [illegible] autorização contida no OF. Nº 098/95, fornecido em 19.05.95, pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, representada por Sergio [illegible] Rodrigues [illegible], arquivado neste Registro, microfilmado P. 686 e F. 918, em favor dos DEVEDORES GERALDO BULHÕES BARROS e sua esposa DENILMA VILAR DE BULHÕES BARROS, para constar que fica cancelada a hipoteca a que se refere o R.3-37.395, que grava o imóvel objeto da matrícula acima. Tudo de conformidade com o requerimento de [illegible] Maceió, 09 de Agosto de 1995. Escrevente Autorizado: [illegible] R. 707 F. 182

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DE ALAGOAS

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 130
ALAGOAS

RESULTADO DE DILIGÊNCIA DO DEVEDOR 10.819.522/0003-35

NOME	GERALDO BULHOES BARROS	003.593.434-49
CNPJ/CPF	10.819.522/0003-35	
1° CARTORIO		
2° CARTORIO		
3° CARTORIO		
CARTORIO COMARCA		
CARTORIO OUTRO ESTADO		
BANCO DO BRASIL		
CAIXA ECONOMICA		
CAPITANIA DOS PORTOS		
JUNTA COMERCIAL		
SMCCU		

RESULTADO DA ÚLTIMA DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA:

ANO DA ÚLTIMA DECLARAÇÃO INFORMADA PELA RECEITA FEDERAL

CONSTAM BENS?

HISTÓRICO DE REQUISIÇÕES DE DILIGÊNCIA	ARAPIRACA - 05.000679-8, 43.2.00.000451-40, 27/12/13
DATA DA ÚLTIMA REQUISIÇÃO DE DILIGÊNCIA	12/2013
LOCAL DA ÚLTIMA REQUISIÇÃO DE DILIGÊNCIA	ARAPIRACA
PASTA ARQUIVO DILIGÊNCIA	

CAIXA DE ARQUIVO DA DECLARAÇÃO I. RENDA

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DE ALAGOAS

JUSTIÇA FEDERAL Fls. 131 ALAGOAS

RESULTADO DE DILIGÊNCIA DO DEVEDOR 10.819.522/0003-35

NOME GERALDO HENRIQUE VILLAR DE BULHOES BARROS 317.279.801-15

CNPJ/CPF 10.819.522/0003-35

1° CARTORIO NADA CONSTA- CONF.OF.N°270/04
10 DE MARÇO/04
28/04/2004 - NADA CONSTA - CONFORME O OFICIO NR 699/2005 - DE 28/04/2005 - 16/05/2005
CONF.OF.N° 372/06 - 06 DE MARÇO/06
03/07/2006- 23/02/2006- 07/07/2006 - NADA CONSTA- CONFORME O OFICIO NR 1.545/2007 DE 23/05/2007 - 27/06/2007
NADA CONSTA - CONF. OF. N° 4547/08, REF. AO OF. N° 761/2008 PFN/AL DE 04/06/08 (21/10/08)
NADA CONSTA - CONF. OF. N° 600/09, REF. AO OF. N° 1162/2008 PFN/AL DE 07/08/08 (03.02.09)

2° CARTORIO NADA CONSTA- CONF.OF.N°2417/03
10 DEZEMBRO/03
27/01/2004
02/09/2004 - NADA CONSTA - NADA CONSTA- CONFORME O OFICIO NR 373/05 DE 06/04/2005 - 22/04/2005
NADA CONSTA - Conf. Of. Rec. 2934/2008 em resp. ao of. 144/2006 PFN/AL (17.11.08)

3° CARTORIO NADA CONSTA- CONF. O OFICIO NR 608/03 DE 02/09/2003 - 12/09/2003
CONF.OF.N°667/2004
23 DE SETEMBRO/2004
16/11/2004
15/12/2004 - NADA CONSTA - CONFORME O OFICIO NR 089/2006 DE 06/02/2006- 07/03/2006 - NADA CONSTA- CONFORME O OFICIO NR 423/2007 DE 15/02/2007 - 06/03/2007
NADA CONSTA - Conf. O of. N° 1350/2008 em resp. ao of. N° 763/2008 PFN/AL (30/06/08)
NADA CONSTA - CONF. OF. N° 2970/09, REF. AO OF. N° 10207.2.133/06 PFN/AL/FGTS/ALGN DE 23/07/2009 (24/09/2009)

CARTORIO COMARCA NADA CONSTA- CONF. O OFICIO NR 124/02 DE 07/11/2002 DO 1 CARTORIO DE ARAPIRACA/AL - 18/03/2003 - NADA CONSTA- CONFORME O OFICIO.NR 121/04 DE 07/10/2004 DO SERVIÇO DO 1 OFICIO DE NOTAS, REGISTRO IMOBILIARIO , R.T.D. E R.P.J. DE ARAPIRACA/AL - 30/11/2004 - NADA CONSTA - CONFORME O OFICIO NR 118/2006 DE 19/05/2006 DO SERVIÇOS DO 1° OFICIO DE NOTAS E REGISTRO DE ARAPIRACA/AL - 20/06/2006 - NADA CONSTA - CONFORME O OFICIO NR 177/2007 DE 29/06/2007 DO SERVIÇOS DO 1° OFICIO NOTAS E REGISTROS DE ARAPIRACA/AL - 12/09/2007
NADA CONSTA - CONF. OF. N° 307/2008, REF. AO OF. N° 771/08 DE 04/06/08 (06/01/09)

CARTORIO OUTRO ESTADO

BANCO DO BRASIL NADA CONSTA- CONF. INFORMAÇÃO DO SR. ANDRE LUIS DE ALMEIDA RIZZOI - GERENTE DE ADMINISTRAÇAO DO BANCO DO BRASIL EM 18/10/2002- 26/02/2003 - NADA CONSTA- CONFORME O OFICIO 128/2007 DE 04/05/2007 DA SUPERINTENDENCIA DE VAREJO EM ALAGOAS/NUCLEO DE ADMINISTRAÇÃO DO BANCO DO BRASIL - 21/05/2007

CAIXA ECONOMICA NADA CONSTA
CONF.OF.N°0283/04
05 DE OUTUBRO/04
13/01/2005
CONTA-2047.001.6103-4
AG.IGUATEMI
CONF.OF.N°0277/04
29 DE JUNHO/04
19/01/2005 - NADA CONSTA - CONFORME O OFICIO NR 0109/2006-EM DE 22/02/2006- DA CAIXA ECONOMICA - 08/05/2006 - NADA CONSTA - CONFORME O OFICIO NR 051/2007/SR CAIXA-ALAGOAS DE 23/02/2007 - 07/03/2007

CAPITANIA DOS PORTOS PROPRIETARIO DE UM JET-SKI DESDE 25/01/94 INSCRIÇÃO - 241M2001020905 E MAIS UM JET-SKI DESDE 08/05/92 INSCRIÇÃO 241M2001020891 - CONF. O OFICIO NR 690/03 DE 11/09/2003 DA CAPITANIA DOS PORTOS/AL - 29/09/2003 - PROPRIETARIO DE DOIS JET-SKI INSCRIÇO~ES NRS 241M200102095 E 241M2001020891 - CONFORME O OFICIO NR 815/04 DE 29/10/2004 - 27/01/2005 - PROPRIETARIO DE UM JET-SKI DE NOME

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DE ALAGOAS

JUSTIÇA FEDERAL FLS 132 ALAGOAS

RESULTADO DE DILIGÊNCIA DO DEVEDOR 10.819.522/0003-35

CHEROKEE COM INSCRIÇÃO NR 241M2001020891 E E MAIS UM OUTRO JET-SKI COM INSCRIÇÃO NR 241M2001020905- CONFORME O OFICIO NR 0294/2006- DA CAPITANIA DOS PORTOS EM ALAGOAS DE 10/05/2006 - 13/06/2006 - PROPRIETARIO DOIS JET-SKI COM INSCRIÇÃO NR 241M2001020891 E 241M2001020905 - CONFORME O OFICIO NR 212/CPAL/MB DE 27/03/2007 DA CAPITANIA DOS PORTOS EM ALAGOAS - 02/05/2007 CONSTA BEM - Mat. 241M2001020891, 241M2001020905, Conf. Of. N° 509/CPAL em resp. ao of. N° 767/2008 PFN (28/07/08)

JUNTA COMERCIAL

SMCCU

RESULTADO DA ÚLTIMA DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA:

ANO DA ÚLTIMA DECLARAÇÃO INFORMADA PELA RECEITA FEDERAL 2007 - 26/08/2008

CONSTAM BENS? SIM

HISTÓRICO DE REQUISIÇÕES DE DILIGÊNCIA 11/2001-19/03/2002
22/07/2003 - 29/10/2004
18/01/06
10/01/2007
ARAPIRACA - 08.000044-0, 43.2..07.000466-10, 07/05/08
MACEIO - 98.0008660-9 - 10/06/2008
ARAPIRACA - 05.000679-8, 43.2.00.000451-40, 27/12/13

DATA DA ÚLTIMA REQUISIÇÃO DE DILIGÊNCIA 12/2013

LOCAL DA ÚLTIMA REQUISIÇÃO DE DILIGÊNCIA ARAPIRACA, MACEIO

PASTA ARQUIVO DILIGÊNCIA

CAIXA DE ARQUIVO DA DECLARAÇÃO I. RENDA R-01-021

JUSTIÇA FEDERAL
Fls 133
ALAGOAS

RESULTADO DE DILIGÊNCIA DO DEVEDOR 10.819.522/0003-35

NOME RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA

CNPJ/CPF 10.819.522/0003-35

1° CARTORIO NADA CONSTA- CONF.OF.N°270/04
10 DE MARÇO/04
28/04/2004 - NADA CONSTA - CONFORME O OFICIO NR 699/2005 - DE 28/04/2005 - 16/05/2005
CONF.OF.N° 372/06 - 06 DE MARÇO/06
03/07/2006- 23/02/2006- 07/07/2006 - NADA CONSTA- CONFORME O OFICIO NR 1.545/2007 DE 23/05/2007 - 27/06/2007
NADA CONSTA - CONF. OF. N° 4708/08, REF. AO OF. N° 761/2008 PFN/AL DE 04/06/08 (24/10/08)

2° CARTORIO NADA CONSTA- CONF.OF.N°2417/03
10 DEZEMBRO/03
27/01/2004
02/09/2004 - NADA CONSTA - NADA CONSTA- CONFORME O OFICIO NR 373/05 DE 06/04/2005 - 22/04/2005
NADA CONSTA - Conf. Of. Rec. 2934/2008 em resp. ao of. 144/2006 PFN/AL (17.11.08)

3° CARTORIO NADA CONSTA- CONF. O OFICIO NR 608/03 DE 02/09/2003 - 12/09/2003
CONF.OF.N°667/2004
23 DE SETEMBRO/2004
16/11/2004
15/12/2004 - NADA CONSTA - CONFORME O OFICIO NR 089/2006 DE 06/02/2006-
07/03/2006 - NADA CONSTA- CONFORME O OFICIO NR 423/2007 DE 15/02/2007 - 06/03/2007
NADA CONSTA - Conf. O of. N° 1350/2008 em resp. ao of. N° 763/2008 PFN/AL (30/06/08)
NADA CONSTA - CONF. OF. N° 2970/09, REF. AO OF. N° 10207.2.133/06 PFN/AL/FGTS/ALGN DE 23/07/2009 (24/09/2009)
NADA CONSTA - CONF. OF. N° 2971/09, REF. AO OF. N° 10202.2.132/06 PFN/AL/FGTS/ALGN DE 23/07/2009 (24/09/2009)

CARTORIO COMARCA NADA CONSTA- CONF. O OFICIO NR 124/02 DE 07/11/2002 DO 1 CARTORIO DE ARAPIRACA/AL - 18/03/2003 - NADA CONSTA- CONFORME O OFICIO NR 121/04 DE 07/10/2004 DO SERVIÇO DO 1 OFICIO DE NOTAS, REGISTRO IMOBILIARIO , R.T.D. E R.P.J. DE ARAPIRACA/AL - 30/11/2004 - NADA CONSTA - CONFORME O OFICIO NR 118/2006 DE 19/05/2006 DO SERVIÇOS DO 1° OFICIO DE NOTAS E REGISTRO DE ARAPIRACA/AL - 20/06/2006 - NADA CONSTA - CONF. O OFICIO NR 202/03 DE 02/10/2003 - DO PODER JUDICIÁRIO DA DIREÇÃO DO FORUM DE ARAPIRACA/AL - 13/11/2003 -
NADA CONSTA - CONFORME O OFICIO NR 177/2007 DE 29/06/2007 DO SERVIÇOS DO 1° OFICIO NOTAS E REGISTROS DE ARAPIRACA/AL - 12/09/2007
NADA CONSTA - CONF. OF. N° 307/2008, REF. AO OF. N° 771/08 PFN/AL DE 04/06/08 (07/01/09)

CARTORIO OUTRO ESTADO

BANCO DO BRASIL NADA CONSTA- CONF. INFORMAÇÃO DO SR. ANDRE LUIS DE ALMEIDA RIZZOI - GERENTE DE ADMINISTRAÇAO DO BANCO DO BRASIL EM 18/10/2002- 26/02/2003 - AGENCIA- 1233-CONTA- 20301-7 NO FAROL- CONFORME O OFICIO NR 128/2007 DE 04/05/2007 DA SUPERINTENDENCIA DE VAREJO/NUCLEO DE ADMINISTRAÇÃO DO BANCO DO BRASIL- 21/05/2007

CAIXA ECONOMICA NADA CONSTA
CONF.OF.N°0283/04
05 DE OUTUBRO/04
13/01/2005
NADA CONSTA
CONF.OF.N°0277/04
29 DE JUNHO/04
19/01/2005 - AGENCIA/CONTA - 2391.003.00000375-9 - CONFORME O OFICIO NR 0109/2006-EM DE 22/02/2006- 08/05/2006 - NADA CONSTA - CONFORME O OFICIO NR 051/2007/SR CAIXA-ALAGOAS DE 23/02/2007 - 07/03/2007

CAPITANIA DOS PORTOS NADA CONSTA- CONF. O OFICIO NR 690/03 DE 11/09/2003 DA CAPITANIA DE ALAGOAS- 29/09/2003 - NADA CONSTA - CONFORME O OFICIO NR 815/04 DE 29/10/2004 DA

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DE ALAGOAS

JUSTIÇA FEDERAL Fls. 434 ALAGOAS

RESULTADO DE DILIGÊNCIA DO DEVEDOR 10.819.522/0003-35

CAPITANIA DOS PORTOS DE ALAGOAS - 27/01/2004 - NADA CONSTA - CONFORME O OFICIO NR 294/2006-CAPITANIA DOS PORTOS EM ALAGOAS DE 10/05/2006-13/06/2006 ' - NADA CONSTA - CONFORME O OFICIO NR 212/CPAL/MB DE 27/03/2007 DA CAPITANIA DOS PORTOS DE ALAGOAS - 02/05/2007
NADA CONSTA - Conf. Of. Nº 509/CPAL em resp. ao of. Nº 767/2008 PFN (28/07/08)

JUNTA COMERCIAL CÓPIA DO CONTRATO SOCIAL E A ULTIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA FIRMA ACIMA - CONFORME O OFICIO NR GP.JUCEAL NR 1.423/007 DE 20/06/2007 - 13/07/2007

SMCCU

RESULTADO DA ÚLTIMA DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA:

ANO DA ÚLTIMA DECLARAÇÃO INFORMADA PELA RECEITA FEDERAL 22/09/2004

CONSTAM BENS? SIM

HISTÓRICO DE REQUISIÇÕES DE DILIGÊNCIA	11/2001-19/03/2002 22/07/2003 - 29/10/2004 18/01/06 10/01/2007 ARAPIRACA - 08.000044-0, 43.2..07.000466-10, 07/05/08 ARAPIRACA - 07.000478-6, 43.6.06.006672-13, 03/06/08 ARAPIRACA - 08.000192-3, 43.6.07.001102-45, 04/06/08 MACEIO - 98.0008660-9 - 10/06/2008 ARAPIRACA - 05.000679-8, 43.2.00.000451-40, 27/12/13
DATA DA ÚLTIMA REQUISIÇÃO DE DILIGÊNCIA	12/2013
LOCAL DA ÚLTIMA REQUISIÇÃO DE DILIGÊNCIA	ARAPIRACA, MACEIO
PASTA ARQUIVO DILIGÊNCIA	R3-03

CAIXA DE ARQUIVO DA DECLARAÇÃO I. RENDA R3-03

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
02/12/2013 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 11:[illegible]



Credito: 318507773 CGC: 10.819.522/0001-73
Nome: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME

Doc. de Origem..: 318507773 21/02/1994 =NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBIT
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 21/02/1994 Livro: 4 Folha: 028
Dt. de Inscricao: 19/10/1994 RFB: 02.001.010 Orgao Inscr.: 02.200.000
Periodo da Divida: 01/1991 a 01/1994 PRC Tramitacao: 02.200.801

Fase: 792 RESCISAO/EXCLUSAO DE CREDITOS DE PARCELA Dt. da Fase: 01/12/2009

Principal:	52.628,25	E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	0,00	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Multa de oficio:	0,00	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	35.336,63	S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	166.852,69	F - Fund. Legal	
Encargo legal:	0,00		
T o t a l:	254.817,57		
Honorarios:	0,00		

Valores atualizados p/ 12/2013 em REAL XMIT
J/H REFIS: **********0,00

Window DIVIDA98/1 at DTPSPMV2

Gerson Bulhões Barros - 003.593.434-49

Gerardo Leonardo Vilar de Bulhões Barros - 317.279.801-15

136

JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Alagoas
Subseção Judiciária de Arapiraca
12ª Vara Federal

EXECUÇÃO FISCAL
Processo nº 0001846-56.2005.4.05.8001
Exequente: Fazenda Nacional
Executado: Radio Cultura de Arapiraca Ltda.

DESPACHO

Defiro o pleito de penhora e avaliação dos imóveis de matrículas nºs 77.058 e 73.881, registrados no 1º Registro de Imóveis de Maceió/AL (fls. 123/135), da forma requerida pela exequente à fl.122.

Providências e intimações necessárias.

Arapiraca, 11 de fevereiro de 2014.

ROSMAR ANTONNI RODRIGUES CAVALCANTI DE ALENCAR
Juiz Federal

YRPA

137

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

EXECUÇÃO FISCAL
0001846-56.2005.4.05.8001

CERTIDÃO

Certifico, nesta data, que em cumprimento ao despacho/decisão/sentença de fls. 136, expedi o(a) Mandado n.º MAN.0012.000144-4/2014. O referido é verdade e dou fé.

Arapiraca, 13 de fevereiro de 2014.

Marcos Antônio Lira Lopes
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

JUNTADA

Junto a estes autos, nesta data, o que adiante se vê

MAN. 144-4/2014

Arapiraca, 14 de 05 de 20 14.

Shayanne

Shyanne Karla Rocha Neto

Técnica de Apoio Administrativo

Justiça Federal em Alagoas

Processo: **0001846-56.2005.4.05.8001**
Assinado eletronicamente por:
PLINIO BARBOSA LEITE - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 20/07/2019 08:44:00
Identificador: 4058001.4974982
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
19072008430714900000005004447

01

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE ARAPIRACA/AL. 4ª VARA

Justiça Federal - AL
2005 60 01 001846-6

PROCESSO Nº 2043/00

Escrivão (ã)

HÉLIO HIGINO SILVA

AÇÃO: EXECUTIVA FISCAL

EXEQUENTE: INSS

EXECUTADO: RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA/AL

Autuação

Aos 13 (TREZE). dias do mês de JULHO do ano de mil novecentos e _____ neste cartório a meu cargo autuei o que se segue. E, para constar lavrei este termo.

Eu _____ Escrivão (ã) Subscrevo

PROC. Nº _____

PROTOC. Nº _____

DATA ___/___/___

LIVRO Nº _____

FOLHAS _____

ESTADO DE ALAGOAS

PODER JUDICIÁRIO

Escrivania da(o) _____

COMARCA DE _____

JUIZ _____

ESCRIVÃ(O) _____

ESCREVENTE _____

AUTOR(ES): _____

_____

RÉU(S) _____

_____

TIPO DA AÇÃO

_____

AUTUAÇÃO

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de mil novecentos e noventa _____ (199___) nesta Escrivania, no Forum de Maceió, autuo os documentos que se seguem, do- que para constar lavrei o presente Termo. Eu _____ Escrivã(o) de _____ª Vara Cível o subscrevo.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL/MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL/INSS

30.572

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL COMARCA DE ARAPIRACA

Distribuição fls. 05
5303. 2ª Vara 2º
Arapiraca, 24 de 05 de 19 95
DISTRIBUIDOR

ALAGOAS

Ae R - Cfte - 11
25/5/95

José Cláudio Arroxelas Lopes
Juiz de Direito

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS), autarquia federal, criada pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e Decreto nº 99.350, de 27 de junho de 1990, com fundamento na Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, e o disposto no art. 144, § 1º da Consolidação das Leis da Previdência Social, expedida pelo Decreto nº 89.312, de 23 de janeiro de 1984, vem, respeitosamente, por seu representante legal infra assinado, propor contra:

DEVEDOR RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA	CPF/CGC 10.819.522/0001-73
DOMICÍLIO RUA ESPERIDIAO RODRIGUES, 125 CENTRO ARAPIRACA	CEP 57300-060 AL
E/OU GERALDO BULHOES BARROS	
E/OU GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS	
A PRESENTE EXECUÇÃO FISCAL PARA COBRANÇA DA DÍVIDA DO VALOR DE	125.780,30
IMPORTÂNCIA POR EXTENSO ********** VALOR EXPRESSO EM QUANTIDADE DE UFIR **********	
CONFORME A ANEXA CERTIDÃO DA DÍVIDA ATIVA INSCRITA SOB Nº	31.850.777-3

Nestas condições, requer a V. Exa. a citação do executado para, no prazo de 5 dias, quitar a dívida e seus acréscimos, a se calcularem quando do efetivo pagamento, na forma do título executivo anexo ou nomear bens que garantam o Juízo, sob pena de, não o fazendo, proceder-se à penhora ou arresto de tantos de seus bens quantos bastem para garantir a execução, tudo nos termos do disposto na Lei nº 6.830/80 "NO ART." 39 SEUS INCISOS.PARAGR.E NO ART.53-LEI 8212/240791 E DEC 356/071291".

Isto posto, requer-se fixação preliminar dos horários advocatícios à taxa de 20%, e, em havendo embargos, que se os julguem improcedentes, condenado o executado no pedido com as cominações legais.

Dá-se à causa o valor da dívida com os acréscimos calculados até a data da distribuição.

P. Deferimento

Arapiraca AL., 22 de maio de 1995
LOCALIDADE E DATA

Sólange de Melo Marroquim
Procuradora Chefe
INPS - OAB Nº 1824-91

02-601-002
ENDEREÇO DO ÓRGÃO LOCAL OU ESCRITÓRIO

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL / MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / INSS

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

JUSTIÇA FEDERAL Fls. 06 ALAGOAS

Certifico que do livro indicado, deste Instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL.	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC. ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
02-200	02-601-002	318507773	31.850.777-3	01

DEVEDOR						
RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA						
ENDEREÇO						CEP
RUA ESPERIDIAO RODRIGUES, 125 CENTRO	ARAPIRACA				AL	57300-060
MATRÍCULA (CEI)	CPF/CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO		FOLHAS
PERIODO DIVIDA 01/91 A 01/94	/CEI 10.819.522/0001-73	10/94	19/10/94	4		28

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS
02/91 60.040,08	TR 11.678,38	13.909,92

MULTA	VALOR DA DÍVIDA
40.151,92	125.780,30

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)
GERALDO BULHOES BARROS
LOTEAMENTO COSTA REGO, 2720
SANTA AMELIA MACEIO AL 57017-580 000003593443449

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS
LOTEAMENTO COSTA REGO, 2720
SANTA AMELIA MACEIO AL 57017-580 000317279 80115

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS

01 - CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 5, II, III, V, VI, ART. 6, I, ALINEAS E II, ART. 122, I, ALINEAS E PARAGRAFO 6, ART. 135, I, III E PARAGRAFOS, ART. 139, I, "A" E "B" E PARAGRAFO 1, ART. 146, RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART. 5, I, III, IV, VI, VII, ART. 7, ART. 33, I, "A" E "B", ART. 41, I, IV E PARAGRAFOS, ART. 54, I, "A" E "C" E PARAGRAFO 5, ART. 55, DECRETO N. 97.968/89, ARTS. 1, 2 E 4, LEI N. 7.256/84, ART. 19, I, LEI N. 7.787/89, ARTS. 1 E 9, LEI N. 8.212/91, ART. 12, I, II E VI, ART. 20, ART. 28, I E II E PARAGRAFOS, ART. 30, I, "A" E "B" E V E ART. 95, "D", REGULAMENTADA PELO ROCCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 10, I, II E VI, ART. 22, ART. 37, I, II E PARAGRAFOS, ART. 39, I, "A" E "B", PARAGRAFOS 3 E 4, ART. 40, LEI N. 8.383/91, ART. 52, V.

2º VALORES EXPRESSOS EM QUANTIDADE DE UFIR

É para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, art. 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

_____, _____ de _____ de _____

Ana Maria Perciano Costa
Chefe de Seção da Dívida Ativa
Mat. 1493.007
Substituta

FUNCIONÁRIO E MATRÍCULA

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL / MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / INSS

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA) 07

Certifico que do livro indicado, deste Instituto, consta a inscrição de dívida cujos dados são os seguintes:

PL.	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC.ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
02-200	02-601-002	318507773	31.850.777-3	01

DEVEDOR						
RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA						
ENDEREÇO						CEP
MATRÍCULA(CEI)	CPF/CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO		LIVRO	FOLHAS
VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA		JUROS			
MULTA	VALOR DA DÍVIDA					
CO-RESPONSÁVEL(NOME,CPF/CGC E ENDEREÇO)						
CO-RESPONSÁVEL(NOME,CPF/CGC E ENDEREÇO)						

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS (CONTINUACAO)

02 - CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 5, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 122, VII, ALINEAS "A" A "D" E PARAGRAFO 6, ART.135, I E PARAGRAFOS E ART. 139, I E ALINEAS. RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART. 30, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 33, II, "A", "B", "D" E "E", III, IV, ART. 41, I E PARAGRAFOS, ART. 54, I, "D", ART. 76, III E ART. 79. DECRETO N. 91.406/85, ART.1. DECRETO-LEI N.2.318/86, ARTS. 2 E 3. LEI N. 7.787/89, ART. 3, I, PARAGRAFOS E ART. 9. LEI N. 8212/91, ART. 15, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 22, I, PARAGRAFO 1, ART. 28, I E PARAGRAFOS, ART. 30, I, "B", REGULAMENTADA PELO ROCCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 14, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 25, ART. 37, I E PARAGRAFOS, ART. 39, I, "B" E ART. 40. LEI N. 8.383/91, ART. 52, V.

E, para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, art. 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

_____, _____ de _____ de _____

Ana Maria Perpiano Costa
Chefe de Seção da Dívida Ativa
Matr. 1.693.007

FUNCIONÁRIO E MATRÍCULA

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL / MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / INSS

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Fls. 08

ALAGOAS

Certifico que do livro indicado, deste Instituto, consta a inscrição de dívida cujos dados são os seguintes:

PL.	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC. ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
02-200	02-601-002	318507773	31.850.777-3	01

DEVEDOR	
RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA	
ENDEREÇO	CEP

MATRÍCULA (CEI)	CPF/CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHAS

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS

MULTA	VALOR DA DÍVIDA

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

(CONTINUACAO)

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS

03 - CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART.122, VII, "E", PARAGRAFO 6, ART. 135, I, PARAGRAFOS 1 E 2, ART.139, I, "B", ART. 160, PARAGRAFOS 1 E 2 E ART. 174, LEI N. 7.256/84, ART.19, II, RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART. 31, ART. 33, II, "C", ART. 38, ART. 39, ART. 40, ART. 41, I E PARAGRAFOS, ART. 54, I, "C", DECRETO-LEI N. 2.318/86, ART. 3, LEI N. 7.787/89, ART. 3, II, ART. 4 E ART. 9, LEI N. 8.212/91, ART. 22, II, ART. 28, I E PARAGRAFOS, ART. 30, I, "B", REGULAMENTADA PELO ROCCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 26, ART. 37, I E PARAGRAFOS, LEI N. 8.383/91, ART. 52, V.

E, para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, art. 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

_____, ___ de _____ de ____

Ana Maria Perciano Costa
Chefe de Seção da Dívida Ativa
Mat. 1193.007

FUNCIONÁRIO/MATRÍCULA

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL / MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / INSS

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Certifico que do livro indicado, deste Instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL.	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC. ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
02-200	02-601-002	318507773	31.850.777-3	01

DEVEDOR	
RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA	
ENDEREÇO	CEP

MATRÍCULA(CEI)	CPF/CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHAS

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS

MULTA	VALOR DA DÍVIDA

CO-RESPONSÁVEL(NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

CO-RESPONSÁVEL(NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS (CONTINUACAO)

06 - DECRETO-LEI N. 1.422/75, DECRETO N. 76.923/75, DECRETO N. 87.043/82, ART. 3 E 14, DECRETO-LEI N.1.861/81 E DECRETO-LEI N. 1.867/81. LEI N. 2.613/55, ART. 6 PARAGRAFO 4, DECRETO-LEI N. 1.146/70, ART. 2 E LEI COMPLEMENTAR N. 11/71, ART. 15, II, LEI N. 8.029/90, ART. 8, PARAGRAFOS 3 E 4 E LEI N. 8.154/90, ART.1. CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 122, PARAGRAFO 6, ART. 135, ART. 139 E ART. 155. RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85,ART. 41, I E PARAGRAFOS, ART. 54, ART. 65, ART. 66 E ART. 67. DECRETO N. 91.406/85, ART. 1. DECRETO-LEI N. 2.318/86, ART. 1, I E II. LEI N. 8.212/91, ART. 28, I E PARAGRAFOS, ART. 30, I, "B" E ART.94, REGULAMENTADA PELO ROCCS APROVADO ELO DECRETO N. 356/91, ART. 37, I E PARAGRAFOS, ART. 39, I, "B" E ART. 99. LEI N. 8.383/91, ART. 52, V.

E, para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, art. 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

_____, ____ de _____ de _____

Ana Maria Perdigão Costa
Chefe de Seção da Dívida Ativa
Mat. 1193.007

FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA MATRÍCULA

[redacted]

[illegible] DE DÉBITO: [illegible] FOLHA: 01/03
[illegible] VERSÃO: 4.00
[illegible] DCD

[illegible] ATIVIDADE: 35106

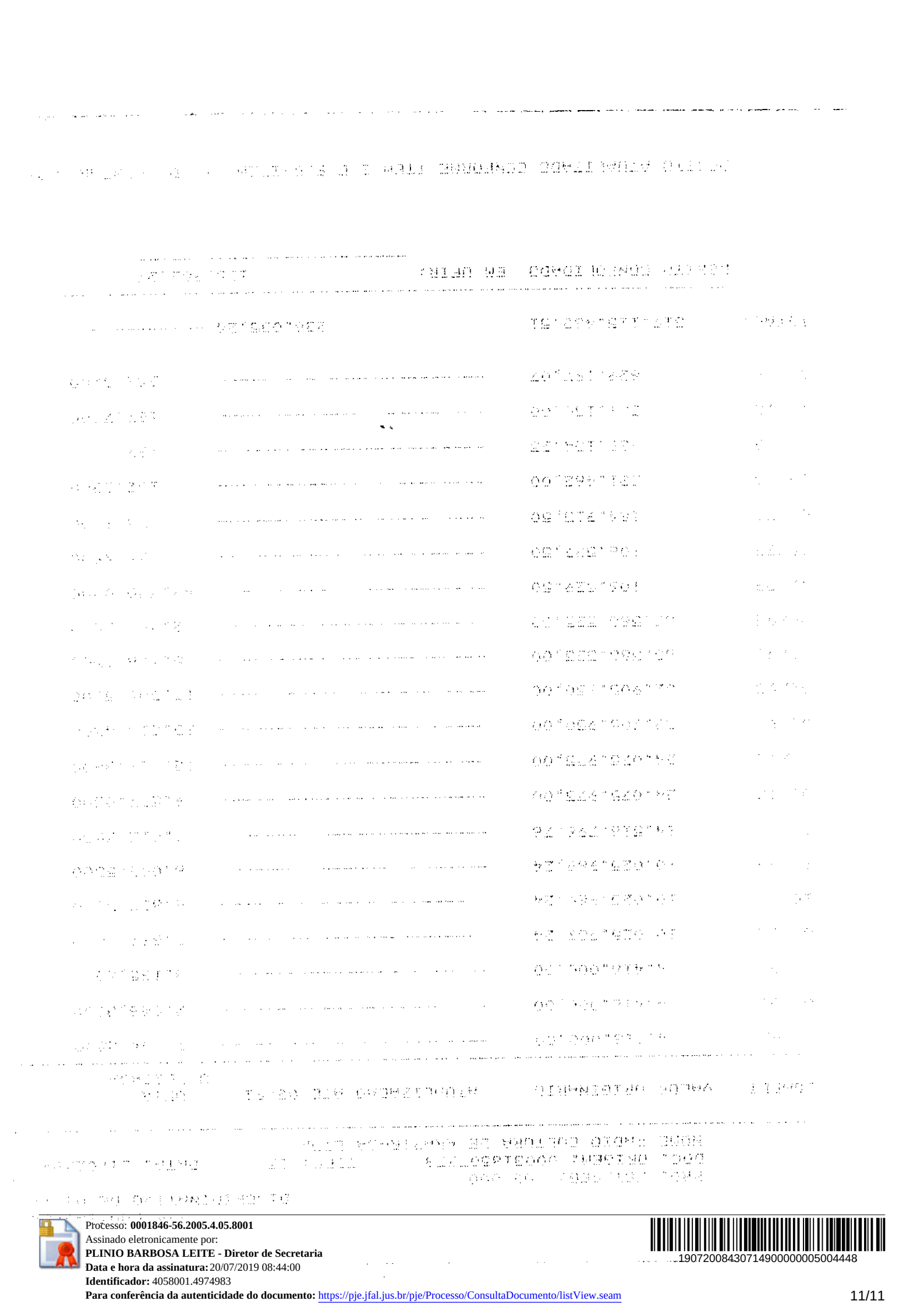
UF: MT DEP: 57300060

[illegible] PARCELAS: ESPÉCIE: 11
[illegible] CNAE: 0000000
CONSOLIDADO EM: 01/03/95

[illegible]	JUROS UFIR 1,02%	TR EM UFIR	MULTA UFIR
[illegible]	150,32	1306,80	332,20
		TOTAL EM UFIR:	2089,32
[illegible]	160,70	1521,28	3045,90
		TOTAL EM UFIR:	2530,24
[illegible]	207,19	1463,25	327,15
		TOTAL EM UFIR:	2541,69
[illegible]	197,14	1302,29	527,13
		TOTAL EM UFIR:	2381,69
[illegible]	405,17	1147,33	327,15
		TOTAL EM UFIR:	2221,45
[illegible]	207,19	997,83	327,15
		TOTAL EM UFIR:	2071,45
[illegible]	207,17	851,03	327,15
		TOTAL EM UFIR:	1930,05
[illegible]	207,19	696,40	617,06
		TOTAL EM UFIR:	2266,73
[illegible]	511,29	1297,93	3027,63
		TOTAL EM UFIR:	3777,57
[illegible]	511,09	795,33	2920,65
		TOTAL EM UFIR:	4027,07
[illegible]	511,89	298,92	2027,65
		TOTAL EM UFIR:	4126,56
[illegible]	995,36	[illegible]	1130,11
		TOTAL EM UFIR:	2001,45
[illegible]	434,36	[illegible]	1475,51
		TOTAL EM UFIR:	1909,87
[illegible]	221,40	[illegible]	1164,97
		TOTAL EM UFIR:	3811,33
[illegible]	570,24	[illegible]	756,72
		TOTAL EM UFIR:	3151,02
[illegible]	464,21	[illegible]	810,59
		TOTAL EM UFIR:	2509,24
[illegible]	479,58	[illegible]	1562,19
		TOTAL EM UFIR:	3113,82

	[illegible] UFIR (2)	TR EM UFIR	MULTA UFIR
[illegible]	491,85	----------	1259,15
		TOTAL EM UFIR:	4050,26
	384,93	----------	1040,58
		TOTAL EM UFIR:	3327,20
	4[illegible],08	----------	846,00
		TOTAL EM UFIR:	2667,91
	777,78	----------	1533,56
		TOTAL EM UFIR:	4720,74
	399,18	----------	1239,[illegible]
		TOTAL EM UFIR:	3905,01
[illegible]	467,68	----------	1002,17
		TOTAL EM UFIR:	3140,14
	528,77	----------	1175,04
		TOTAL EM UFIR:	3662,22
	632,25	----------	1503,21
		TOTAL EM UFIR:	4666,15
	474,92	----------	1187,85
		TOTAL EM UFIR:	3562,46
	518,55	----------	1288,68
		TOTAL EM UFIR:	3952,95
	387,99	----------	1017,15
		TOTAL EM UFIR:	3067,06
	356,76	----------	1518,40
		TOTAL EM UFIR:	4605,26
	467,74	----------	1154,99
		TOTAL EM UFIR:	3514,36
	0,49	----------	1,47
		TOTAL EM UFIR:	4,41
	358,36	----------	1131,67
		TOTAL EM UFIR:	3376,20
	468,51	----------	1461,76
		TOTAL EM UFIR:	4386,61
[illegible]	363,55	----------	1353,71
		TOTAL EM UFIR:	3993,44
	384,78	----------	1262,94
		TOTAL EM UFIR:	3704,67
	365,44	----------	1103,99
		TOTAL EM UFIR: **	3365,67
	352,08	----------	1444,04
		TOTAL EM UFIR:	4185,31
[illegible]	16[illegible],89	11678,38	40103,92

[illegible] 03/95



...ESSO
...STIÇA FEDERAL

PROCESSO : 0001846-56.2005.4.05.8001 **PROT.** 11/05/2005
CLASSE : 99 EXECUÇÃO FISCAL **VARA:** 12 T
EXEQÜENTE : FAZENDA NACIONAL (PROCURADOR - ELMA CARDOSO OLIVEIRA)
EXECUTADO : RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA E OUTROS (AL003186 - GILMAR COTRIM CAMERINO)
Redistrib. por atribuição-Remanejamento de Acervo em 17/06/2013 13:21
APENSADO AO : 0004143-10.2003.4.05.8000 vol. 1/2
OBJETOS : 03.04.04 - Contribuições Previdenciárias - Contribuições - Tributário

...Conselhos



...ERAL DA 5ª REGIÃO

Poder Judiciário
Justiça Federal - 5a. Região
Seção Judiciária de Alagoas

Emitido em 12/05/2005 13:37

JUSTIÇA FEDERAL 02

Termo de Autuação

Arapiraca, 12 de maio de 2005, nesta Secretaria da 8 a. VARA FEDERAL autuo os documentos adiante, em _____ folha(s), com 0 apenso(s), na seguinte conformidade:

Processo.....:	2005.80.01.001846-6
Classe do processo.....:	3000 - EXECUÇÃO FISCAL
1. Data do Protocolo.....:	11/5/2005
2. Número de volumes.....:	1
3. Nro. do processo adm....:	318507773
4. Valor de execução.....:	R$ 1,00
5. Observações.....:	
6. Vara.....:	8 a. VARA FEDERAL - Juiz Substituto
7. Tipo de distribuição.....:	Distribuição - Sorteio Automático
8. Data/Hora distribuição....:	11/05/2005 18:33
9. Distr. lançada por.....:	Rubens de Mendonça Canuto Neto
10. Usuário ult. alteração....:	Rubens de Mendonça Canuto Neto
11. Data última alteração....:	11/05/2005 18:33
12. Processo Prevento.....:	
13. Nro. inscrição C.D.A.....:	31850777-3

PARTES:

EXECUTADO	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS
PROCURADOF	ELMA CARDOSO OLIVEIRA
EXECUTADO	RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA
ADVOGADO	SEM ADVOGADO

Para constar, lavro e assino o presente.

Diretor da Secretaria

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins de direito, que, em decorrência da redistribuição dos presentes autos para esta 12ª Vara Federal de Alagoas, foi efetuada retificação do termo de autuação. Dou fé.

Arapiraca, 25/06/2013

Diretor de Secretaria da 12ª Vara Federal

CERTIDÃO

Certifico que anexo retificação desta autuação às fls. 46 e fls. despacho 44

18/07/08

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

TERMO DE INTIMAÇÃO

De ordem do MM. Juiz Federal, fica, mediante este, INTIMADA a parte exequente da digitalização dos autos, passando a tramitar eletronicamente no PJE. Fica ainda INTIMADA a se manifestar acerca da regularidade do parcelamento.

ARAPIRACA, 23 de Julho de 2019

ROBERTA JACINTO INOJOSA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

Suspenda-se a execução fiscal enquanto perdurar o parcelamento do débito.

Liquidado o débito, devem os autos ser conclusos para extinção da execução.

Comunicada a rescisão do parcelamento, dê-se imediato andamento ao presente feito. Rescindido o parcelamento sem impulso à execução fiscal no prazo de 5 (cinco) anos, faça-se conclusão para análise da prescrição intercorrente.

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

Suspenda-se a execução fiscal enquanto perdurar o parcelamento do débito.

Liquidado o débito, devem os autos ser conclusos para extinção da execução.

Comunicada a rescisão do parcelamento, dê-se imediato andamento ao presente feito. Rescindido o parcelamento sem impulso à execução fiscal no prazo de 5 (cinco) anos, faça-se conclusão para análise da prescrição intercorrente.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
12º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
PROCESSO: **0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
GERALDO BULHOES BARROS	EXECUTADO
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS	EXECUTADO
RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME	EXECUTADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 29/07/2019 08:17, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) do expediente registrado em 23/07/2019 08:03.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 19072308021392800000005012944 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 29/07/2019 08:17 - Seção Judiciária de Alagoas.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
12º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
PROCESSO: **0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
GERALDO BULHOES BARROS	EXECUTADO
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS	EXECUTADO
RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME	EXECUTADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 29/07/2019 08:18, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Atos Eletrônicos registrado em 23/07/2019 08:03 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 19072308034434600000005012948 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 29/07/2019 08:18 - Seção Judiciária de Alagoas.

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria da Fazenda Nacional de Alagoas

EXMO. SR. JUIZ DA(O) 12ª VARA FEDERAL

Execução Fiscal Previdenciária nº **0001846-56.2005.4.05.8001**
Exequente: **União (Fazenda Nacional)**
Executado: **RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA**
Executado: **GERALDO BULHOES BARROS**
Executado: **GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS**

A **União (Fazenda Nacional)** vem, por meio do(a) seu(sua) procurador(a) abaixo assinado(a), considerando que não há parcelamento ativo para o débito ora em cobro, requerer:

a) o bloqueio de ativos financeiros da empresa executada e dos corresponsáveis, por meio do Sistema Bacenjud , nos termos do art. 854 do Novo do CPC, em observância à ordem de preferência estabelecida no art. 11 da Lei n. 6.830/80, até o limite do débito exequendo e a transferência dos valores eventualmente bloqueados para conta à disposição deste juízo, conforme formulário que segue;

b) em caso de frustrada ou insuficiente a pesquisa supra, seja designada nova data para realização de leilão do bem constrito (mat. 73.881), intimando-se os executados.

Pede deferimento.

Maceió, 31 de julho de 2019.

SUELLEN EDY ROCHA MELO
Procurador(a) da Fazenda Nacional

PGF - PGFN - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
31/07/2019 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 18:02:52
Credito: 318507773 CGC: 10.819.522/0001-73
Nome: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA
Doc. de Origem..: 318507773 21/02/1994 =NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBIT
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 21/02/1994 Livro: 4 Folha: 028
Dt. de Inscricao: 19/10/1994 RFB: 02.001.010 Orgao Inscr.: 02.200.000
Periodo da Divida: 01/1991 a 01/1994 PRC Tramitacao: 02.200.801

Fase: 535 AJUIZAMENTO / DISTRIBUICAO Dt. da Fase: 24/04/1995

Principal:	52.628,25	E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	0,00	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Multa de oficio:	0,00	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	35.336,63	S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	196.182,39	F - Fund. Legal	D - Codevedor
Encargo legal:	0,00		
T o t a l:	284.147,27		
Honorarios:	0,00		

Valores atualizados p/ 07/2019 em REAL

PODER JUDICIÁRIO

J U S T I ÇA F E D E R A L

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE BLOQUEIO – BACEN-JUD 2.0		
Executado(s):		
Nome	Nº CPF/CNPJ	Citado à fl.
1. **RADIO CULTURA DE ARAPIRACA**	10.819.522/0001-73	
1. **GERALDO BULHOES BARROS**	**003.593.434-49**	
1. GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES	**317.279.801-15**	

CDA’s		
Número	Valor Atual (R$)	Origem [1]
1) RELATORIO ANEXO		**TRIB.**
Montante devido (soma das CDA’s) :	R$ 284.147,27	

Data: ---_____/_____/_____

SUELLEN EDY ROCHA MELO

Nome e assinatura do responsável pelo preenchimento

PROCURADORA DA FAZENDA NACIONAL

00018465620054058001

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

CONCLUSÃO

Faço conclusão destes autos ao MM. Juiz Federal, nesta data.

ARAPIRACA, 6 de Agosto de 2019

EVERSON GERONIMO VIEIRA BELO

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

DECISÃO

Defiro o requerimento da EXEQUENTE, para determinar a consulta via sistema BACEN JUD para efetivação de bloqueio e penhora *on line* de numerários eventualmente encontrados em nome do(s) executado(s), até o limite da dívida exeqüenda.

A fim de se evitar que o executado proceda à retirada dos valores eventualmente existentes em suas contas bancárias, frustrando assim a penhora *on line* ora deferida, determino que a presente decisão somente seja publicada/disponibilizada via Sistema Pje após a efetivação da consulta/bloqueio via Bacen Jud em questão.

Saliente-se que os dados protegidos por sigilo bancário ou fiscal não devem ser fornecidos.

Caso a pesquisa seja positiva, o extrato de bloqueio Bacenjud servirá como termo de penhora. Ato contínuo, intime-se o executado para, no prazo legal, querendo, oferecer embargos ou impugnar a constrição. Se o valor bloqueado for inferior a R$ 200,00 (duzentos reais), proceda-se imediatamente ao desbloqueio da quantia.

Infrutífera que seja a determinação supra, ou mesmo insuficiente a quantia bloqueada para fins de garantia da execução, retornem-me os autos conclusos para apreciação do pedido da hasta pública.

Providências necessárias.

Cumpra-se.

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

Certidão de diligência negativa - Sistema Bacenjud

Certifico que, em cumprimento à decisão retro (ID 4058001.5039541) , fora realizada pesquisa ao Sistema Bacenjud. Entretanto, como o valor encontrado em conta corrente de titularidade do(s) executado(s) foi inferior a R$200,00 (duzentos reais), o valor fora desbloqueado, conforme comprovante ora juntado.

ARAPIRACA, 15 de Agosto de 2019

ROBERTA JACINTO INOJOSA

BANCO CENTRAL DO BRASIL	**BacenJud 2.0** - **Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário**	EJUAR.IRWIN quinta-feira, 15/08/2019

Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores

O Comitê Gestor do Bacen Jud Informa:

- As corretoras e as distribuidoras de títulos e valores mobiliários (instituições financeiras que custodiam investimentos de devedores) já estão respondendo ordens de bloqueio de valores mobiliários pelo sistema BACENJUD 2.0.

Até que sejam criados códigos específicos de resposta para o bloqueio e transferência dos ativos sob a responsabilidade desses novos participantes, os quais podem não ser líquidos (apuração imediata do valor), convencionou-se como resposta padrão a mensagem "bloqueio: R$0,01 - um centavo", via sistema. Nesses casos, SUGERE-SE NÃO DESBLOQUEAR a ordem, e aguardar o prazo de 30 dias, pois provavelmente as instituições financeiras encaminharão ofício, via Correios, com mais informações.

Os valores apresentados podem sofrer alterações devido a oscilações em aplicações financeiras e/ou a incidência de impostos.

Clique **aqui** para obter ajuda na configuração da impressão, e clique **aqui** para imprimir.

Dados do bloqueio	
Situação da Solicitação:	**Respostas recebidas, processadas e disponibilizadas para consulta** As respostas recebidas das Instituições Financeiras foram processadas e disponibilizadas para consulta.
Número do Protocolo:	20190007836112
Número do Processo:	0001846-56.2005.4.05.8001
Tribunal:	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5 REGIAO
Vara/Juízo:	28991 - 12ª Vara Federal/AL - Subseção de Arapiraca
Juiz Solicitante do Bloqueio:	Aloysio Cavalcanti Lima (Protocolizado por Irwin Loureiro Brandao)
Tipo/Natureza da Ação:	Execução Fiscal
CPF/CNPJ do Autor/Exeqüente da Ação:	
Nome do Autor/Exeqüente da Ação:	Fazenda nacional
Deseja bloquear conta-salário?	Não

Relação de réus/executados

- Para exibir os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.
- Para ocultar os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.

\- **003.593.434-49 -** GERALDO BULHOES BARROS
[**Total bloqueado (bloqueio original e reiterações)**: R$ 0,00] [**Quantidade atual de não respostas**: 0]

Respostas

BCO RURAL/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
08/08/2019 13:12	Bloq. Valor	Aloysio Cavalcanti Lima	284.147,27	(99) A instituição destinatária da ordem está em intervenção ou em liquidação extrajudicial, ou não está em atividade.	0,00	12/08/2019 05:10

Nenhuma ação disponível

BCO BRADESCO/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
08/08/2019 13:12	Bloq. Valor	Aloysio Cavalcanti	284.147,27	(05) Réu/executado sem saldo	-	08/08/2019 21:03

		Lima		disponível devido a bloqueio total anterior.		
Nenhuma ação disponível						

BCO SAFRA/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
08/08/2019 13:12	Bloq. Valor	Aloysio Cavalcanti Lima	284.147,27	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	09/08/2019 17:44
Nenhuma ação disponível						

ITAÚ UNIBANCO S.A./ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
08/08/2019 13:12	Bloq. Valor	Aloysio Cavalcanti Lima	284.147,27	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	09/08/2019 20:36
Nenhuma ação disponível						

Não Respostas

Não há não-resposta para este réu/executado

\- **10.819.522/0001-73 -** RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA
[**Total bloqueado (bloqueio original e reiterações)**: R$ 0,00] [**Quantidade atual de não respostas**: 0]

Respostas

BCO BRADESCO/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
08/08/2019 13:12	Bloq. Valor	Aloysio Cavalcanti Lima	284.147,27	(05) Réu/executado sem saldo disponível devido a bloqueio total anterior.	-	08/08/2019 21:03
Nenhuma ação disponível						

Não Respostas

Não há não-resposta para este réu/executado

\- **317.279.801-15 -** GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS
[**Total bloqueado (bloqueio original e reiterações)**: R$ 16,66] [**Quantidade atual de não respostas**: 0]

Respostas

ITAÚ UNIBANCO S.A./ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
08/08/2019 13:12	Bloq. Valor	Aloysio Cavalcanti Lima	284.147,27	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo. 16,66	16,66	09/08/2019 20:36
12/08/2019 09:00	Desb. Valor	Aloysio Cavalcanti Lima	16,66	(01) Cumprida integralmente. 16,66	0,00	13/08/2019 21:34
Nenhuma ação disponível						

BCO RURAL/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
08/08/2019 13:12	Bloq. Valor	Aloysio Cavalcanti Lima	284.147,27	(99) A instituição destinatária da ordem está em intervenção ou em liquidação extrajudicial, ou não está em atividade.	0,00	12/08/2019 05:10
Nenhuma ação disponível						

BCO BRADESCO/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
08/08/2019 13:12	Bloq. Valor	Aloysio Cavalcanti Lima	284.147,27	(05) Réu/executado sem saldo disponível devido a bloqueio total anterior.	-	08/08/2019 21:03
Nenhuma ação disponível						

CAIXA ECONOMICA FEDERAL/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
08/08/2019 13:12	Bloq. Valor	Aloysio Cavalcanti Lima	284.147,27	(02) Réu/executado sem saldo positivo.	-	09/08/2019 02:28
Nenhuma ação disponível						

Não Respostas

Não há não-resposta para este réu/executado

Reiterar Não Respostas | Cancelar Não Respostas

Dados para depósito judicial em caso de transferência		
Instituição Financeira para Depósito Judicial Caso Transferência:	-	Usar IF e agência padrã
Agência para Depósito Judicial Caso Transferência:		
Nome do Titular da Conta de Depósito Judicial:	Fazenda nacional	
CPF/CNPJ do Titular da Conta de Depósito Judicial:		
Tipo de Crédito Judicial:	-	
Código de Depósito Judicial:	-	

Nome de usuário do juiz solicitante no sistema:	EJUAR.

Conferir Ações Selecionadas | Voltar

Utilizar Dados do Bloqueio para Criar Nova Ordem | Marcar Ordem Como Não Lida

Dados do Bloqueio Original

Processo: **0001846-56.2005.4.05.8001**
Assinado eletronicamente por:
ROBERTA JACINTO INOJOSA - Servidor Geral
Data e hora da assinatura: 15/08/2019 14:39:51
Identificador: 4058001:30718262
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
19081514393429100000005104966

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

CONCLUSÃO

Faço conclusão destes autos ao MM. Juiz Federal, nesta data.

ARAPIRACA, 6 de Agosto de 2019

EVERSON GERONIMO VIEIRA BELO

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

DECISÃO

Defiro o requerimento da EXEQUENTE, para determinar a consulta via sistema BACEN JUD para efetivação de bloqueio e penhora *on line* de numerários eventualmente encontrados em nome do(s) executado(s), até o limite da dívida exeqüenda.

A fim de se evitar que o executado proceda à retirada dos valores eventualmente existentes em suas contas bancárias, frustrando assim a penhora *on line* ora deferida, determino que a presente decisão somente seja publicada/disponibilizada via Sistema Pje após a efetivação da consulta/bloqueio via Bacen Jud em questão.

Saliente-se que os dados protegidos por sigilo bancário ou fiscal não devem ser fornecidos.

Caso a pesquisa seja positiva, o extrato de bloqueio Bacenjud servirá como termo de penhora. Ato contínuo, intime-se o executado para, no prazo legal, querendo, oferecer embargos ou impugnar a constrição. Se o valor bloqueado for inferior a R$ 200,00 (duzentos reais), proceda-se imediatamente ao desbloqueio da quantia.

Infrutífera que seja a determinação supra, ou mesmo insuficiente a quantia bloqueada para fins de garantia da execução, retornem-me os autos conclusos para apreciação do pedido da hasta pública.

Providências necessárias.

Cumpra-se.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
12º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
PROCESSO: **0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
GERALDO BULHOES BARROS	EXECUTADO
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS	EXECUTADO
RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME	EXECUTADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 19/08/2019 08:07, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Decisão registrado em 06/08/2019 20:05 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 19081514411534100000005104973 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 19/08/2019 08:07 - Seção Judiciária de Alagoas.

EXMO. SR. JUIZ DA(O) 12ª VARA FEDERAL

Execução Fiscal Previdenciária nº **0001846-56.2005.4.05.8001**
Exequente: **União (Fazenda Nacional)**
Executado: **RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA**
Executado: **GERALDO BULHOES BARROS**
Executado: **GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS**

A **União (Fazenda Nacional)** vem, por meio do(a) seu(sua) procurador(a) abaixo assinado(a), manifestar-se ciente da decisão retro, ao passo que reitera o pedido de ID. 5023070, em sua integralidade.

Maceió, 19 de agosto de 2019.

SUELLEN EDY ROCHA MELO
Procurador(a) da Fazenda Nacional

00018465620054058001

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

CONCLUSÃO

Faço conclusão destes autos ao MM. Juiz Federal, nesta data.

ARAPIRACA, 11 de Setembro de 2019

EVERSON GERONIMO VIEIRA BELO

DESPACHO

Tendo em vista que o parcelamento foi rescindido, defiro o pedido da exequente, de modo a determinar a designação de novas datas para a realização de hasta pública dos bens penhorados nos autos, uma vez que, conforme documento de fl. 119, Id. 4058001.5089412, a tentativa de alienação restou negativa.

Após, intime-se a exequente para ciência e para que requeira o quê de direito no prazo de 15 (quinze) dias.

Providências necessárias.

Cumpra-se.

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

CERTIDÃO - DESIGNAÇÃO DE LEILÃO

Certifico que, em cumprimento à decisão Id.: 4058001.5169321, concernente à realização da hasta pública do(s) bem(ns) penhorado(s) - cf. documento Id.: 4058001.4974981 , nos presentes autos, fica designado o leilão abaixo indicado:

LEILÃO N.º 01/2020.

LOCAL : Auditório da Subseção Judiciária Federal de Arapiraca/ Al , localizada no Fórum Federal Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima , situado na Rua José Jailson Nunes, s/n, Bairro Santa Edwirges - Arapiraca/ Al.

DATAS :

1º Praça - 24 DE MARÇO DE 2020, às 10h00, por preço não inferior ao da avaliação;

2º Praça - 26 DE MARÇO DE 2020, às 10h00, pelo maior lance, exceto preço vil.

Leiloeiro: Fernando Gustavo Alencar de Albuquerque Lins.

ARAPIRACA, 12 de Setembro de 2019

ROBERTA JACINTO INOJOSA

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

CONCLUSÃO

Faço conclusão destes autos ao MM. Juiz Federal, nesta data.

ARAPIRACA, 11 de Setembro de 2019

EVERSON GERONIMO VIEIRA BELO

DESPACHO

Tendo em vista que o parcelamento foi rescindido, defiro o pedido da exequente, de modo a determinar a designação de novas datas para a realização de hasta pública dos bens penhorados nos autos, uma vez que, conforme documento de fl. 119, Id. 4058001.5089412, a tentativa de alienação restou negativa.

Após, intime-se a exequente para ciência e para que requeira o quê de direito no prazo de 15 (quinze) dias.

Providências necessárias.

Cumpra-se.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
12º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
PROCESSO: **0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
GERALDO BULHOES BARROS	EXECUTADO
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS	EXECUTADO
RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME	EXECUTADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 17/09/2019 07:46, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Despacho registrado em 11/09/2019 10:23 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 19091214095921100000005205667 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 17/09/2019 07:46 - Seção Judiciária de Alagoas.

CIENTE

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

Rua José Jailson Nunes, s/nº, bairro Santa Edwirges, Arapiraca/AL, CEP 57.310-340 - Tel. (82) 2122-6962

Endereço eletrônico para conferência de autenticidade do documento:
http://www.jfal.jus.br/servicos/processos/eletronicos/pje/autenticidade

OFÍCIO ID: 4058001.5262207 ARAPIRACA, 8 de Outubro de 2019

Ilmo(a). Sr(a).Tabelião(ã) do 1º Registro Geral de Imóveis de Maceió/AL

Endereço: Rua Dr. Luís Pontes de Miranda, 36 - Centro, Maceió - AL, 57020-140

ASSUNTO: Certidão de ônus atualizada

Senhor(a) Tabelião(ã),

De ordem do MM. Juiz Federal da 12ª Vara, Dr. Aloysio Cavalcanti Lima, nos autos de EXECUÇÃO FISCAL nº **0001846-56.2005.4.05.8001,** movida pela FAZENDA NACIONAL contra GERALDO BULHOES BARROS, GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS e RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME], solicito certidão de ônus atualizada do imóvel de matrícula 73.881 do livro 2 do Registro Geral.

Prazo para cumprimento: 15 (quinze) dias.

Atenciosamente,

Plínio Barbosa Leite

Diretor de Secretaria - 12ª Vara

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

INTIMANDO: GERALDO HENRIQUE BULHÕES BARROS

Endereço: Av. Jorge Montenegro Barros, 2720, Santa Amélia, Maceió/AL

LEILÃO DESIGNADO

MANDADO DE CONSTATAÇÃO, REAVALIAÇÃO, INTIMAÇÃO E FOTOGRAFAÇÃO

ID 4058001.5262155

O doutor **ALOYSIO CAVALCANTI LIMA** , Juiz Federal Substituto da 12ª Vara desta Seção Judiciária, na forma da lei etc.

MANDA a qualquer Oficial de Justiça Avaliador deste Juízo Federal, a quem este for apresentado, que, em seu cumprimento, dirija-se ao endereço acima indicado e **PROCEDA** :

a) a **CONSTATAÇÃO** e **REAVALIAÇÃO** do(s) bem(s) descrito(s) em **Auto de Penhora à fl. 141** (Documento ID 4058001.4974981) , **DESCREVENDO-O(S)** de forma a revelar de fato e *in loco* sua atual situação, não se utilizando a expressão " ***melhor descrito na certidão de ônus*** ", em se tratando de bem(s) imóvel(eis), tendo em vista que esta por sua vez, encontra-se em geral desatualizada;

b) a **FOTOGRAFAÇÃO** do(s) bem(s), justificando pormenorizadamente a situação que inviabilize a fotografação ora determinada;

DEVERÁ , ainda, o Sr. Oficial de Justiça, **INTIMAR** o executado:

c) das datas designadas para os leilões **(1ª PRAÇA: 24 DE MARÇO DE 2020 , às 09:00 horas e 2ª PRAÇA: 26 DE MARÇO DE 2020 , às 09:00 horas** , advertindo-o que no primeiro o bem será alienado pelo preço da presente (re)avaliação e que no segundo pelo maior lance, exceto o lance com valor vil;

d) que os referidos atos realizar-se-ão nas datas e horários acima indicados, ADVERTINDO que serão realizados **no auditório da Justiça Federal** , **localizado na Av. Menino Marcelo, s/n, Serraria, Maceió/AL.**

e **)** que eventual alteração na data e horário da realização do leilão será objeto de intimação por meio de edital publicado no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 5ª Região e afixação na Sede desta Subseção Judiciária;

f) caso seja este o depositário, de que ele está obrigado a mostrar o bem a qualquer interessado no leilão, sob pena de fixação de multa diária e/ou, se o caso, remoção imediata do (s) bem (ens) ao depósito do Leiloeiro Oficial ou outro local indicado pelo credor, arcando o depositário com todas as despesas de remoção. **Na hipótese de o bem penhorado não ser encontrado, deverá o depositário ser intimado a apresentá-lo ou a depositar o equivalente em dinheiro, no prazo de 48(quarenta e oito) horas, sob pena de multa.**

g **) e** m caso **de reavaliação de imóvel ocupado por terceiro** , deverá o oficial de justiça certificar o nome do ocupante e a que título este o ocupa, notificando-o de que o bem será levado à hasta pública nas datas e horários referidos neste mandado.

BENS: Imóvel de matrícula 73.881 (apartamento nº 924 PENTHOUSE MASTER, tipo M, componente do Maceió Double Reserve Flat - atual Atlantic Suites na **Av. Álvaro Otacílio, nº 4065, Jatiúca, MAceió/AL**).

ANEXOS: Documentos Id 4058001.4974981, Despacho Id 4058001.5169321 e Ato ordinatório ID 4058001.5175014.

CUMPRA-SE , na forma e sob as penas da lei, cientificando-se a parte executada que este Juízo tem sede no endereço acima mencionado e encontra-se aberto ao público de segunda a sexta-feira das 9h às 18h.

Plínio Barbosa Leite

Diretor(a) de Secretaria - 12ª Vara

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

Certidão de juntada de A.R.

Certifico que, nesta data, fora juntado o AR referente **ao Ofício** Id.: 4058001.5262207 .

Arapiraca-AL, 13 de Novembro de 2019

ROBERTA JACINTO INOJOSA

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / *DESTINATAIRE*

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / *NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE*

Ilmo (a) Snr(a) Tabeliaes (a) do 1º Registro Geral de Imóveis

ENDEREÇO / *ADRESSE*

Rua Dr. Luís Pontes de Miranda, 36-Centro

CEP / *CODE POSTAL*	CIDADE / *LOCALITÉ*	UF	PAÍS / *PAYS*
57020-140	Maceió	AL	Brasil

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / *DISCRIMINACION*

ID. 4058001.5262207 LPS

Ref. Proc. 0001846-56.2005.4.05.8001

NATUREZA DO ENVIO / *NATURE DE L'ENVOI*

- ☐ PRIORITÁRIA / *PRIORITAIRE*
- ☐ EMS
- ☐ VALOR SEGURADO / *VALEUR DÉCLARÉ*

ASSINATURA DO RECEBEDOR / *SIGNATURE DU RÉCEPTEUR*

DATA DE RECEBIMENTO / *DATE DE LIVRATION*: 23/10/19

CARIMBO DE ENTREGA / *UNITÉ DE DESTINO* / *BUREAU DE DISTRIBUTION*

CORREIOS
20 OUT. 2019
AL

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / *NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR*

Licena Ferreira

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

31944361

RUBRICA E MAT. DO FUNCIONÁRIO / *SIGNATURE DE L'EMPLOYÉ*

Fabio Vieira Amaral
Mat. 8.027.721.7
Agente de Correios
Carteiro

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / *ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS*

75240203-0 FC0463 / 16 114 x 186 mm

Processo: **0001846-56.2005.4.05.8001**
Assinado eletronicamente por:
ROBERTA JACINTO INOJOSA - Servidor Geral
Data e hora da assinatura: 13/11/2019 09:38:14
Identificador: 4058001.5418261
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
19111309380599300000005449315

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

Rua José Jailson Nunes, s/nº, bairro Santa Edwirges, Arapiraca/AL, CEP 57.310-340 - Tel. (82) 2122-6962

Endereço eletrônico para conferência de autenticidade do documento:
http://www.jfal.jus.br/servicos/processos/eletronicos/pje/autenticidade

OFÍCIO ID: 4058001.5883099 ARAPIRACA, 19 de Fevereiro de 2020

Ilmo(a). Sr(a).Tabelião(ã) do 1º Registro Geral de Imóveis de Maceió/AL

Endereço: Rua Dr. Luís Pontes de Miranda, 36 - Centro, Maceió - AL, 57020-140

ASSUNTO: Reiteração de Ofício 4058001.5262207

Senhor(a) Tabelião(ã),

De ordem do MM. Juiz Federal da 12ª Vara, Dr. Aloysio Cavalcanti Lima, nos autos de EXECUÇÃO FISCAL nº 0001846-56.2005.4.05.8001, movida pelo(a) FAZENDA NACIONAL contra GERALDO BULHOES BARROS, GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS e RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME, sirvo-me do presente para reiterar o ofício de Id 4058001.5262207, no sentido de solicitar certidão de ônus atualizada do imóvel de matrícula 73.881 do livro 2 do Registro Geral.

Prazo para cumprimento: 05 (cinco) dias.

ANEXOS: ofício de Id 4058001.5262207, aviso de recebimento, despacho id 4058001.5169321.

Atenciosamente,

Plínio Barbosa Leite

Diretor de Secretaria - 12ª Vara

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL

Seção Judiciária de Alagoas

Vara: 12ª

Processo nº: 0001846-56.2005.4.05.8001

C E R T I D Ã O

Certifico que, em cumprimento ao Mandado retro, em **11/02/2020** , às 09 horas e 58 minutos, entrei em contato (99102-4488) com o Sr. **Geraldo Henrique Vilar de Bulhões Barros** e comuniquei sobre o teor do mandado. Na ocasião, ele disse que, com o falecimento do genitor, é o inventariante e que a família não tem mais gerência sobre o imóvel de matrícula 73.881, não sabendo se o apartamento está ou não ocupado, e que esta oficiala procurasse a gerência para mais informações. No dia **17/02/2020** , às 10 horas e 40 minutos, dirigi-me à **Avenida Álvaro Otacílio, nº. 4065, Jatiúca,** e, em ali estando, na parte administrativa do **Condomínio do Edifício Maceió Double Reverse Flat,** a gerente do administrativo e financeiro, **Srª. Alexandra Cristina da Silva França, acompanhou esta oficiala até o apartamento 724 (numeração 924 pelo Cartório de Imóveis), onde constatei e fotografei o imóvel. Na ocasião, ela comunicou que existe um processo judicial de cobrança do condomínio e que passaria, posteriormente, o valor atualizado do débito.** Na data **27/02/2020** , telefonei (2121-5656) para a Srª. Alexandra, a qual informou que **o atual valor mensal do condomínio do apartamento 724** é de **R$ 9.244,28 (nove mil duzentos e quarenta e quatro reais e vinte e oito centavos) .** Na data **27/02/2020,** reavaliei o bem, conforme **Laudo de Reavaliação** em anexo, com base em pesquisas de preços de coberturas no bairro da Jatiúca em sites da internet, onde encontrei imóveis com mais quartos, com maior metragem de área privativa e de alto padrão por menos de um milhão. **Ademais, ao pesquisar preço junto ao corretor de imóveis Josival Inácio Vieira, o qual trabalha há mais 30 anos no mercado imobiliário, ele comunicou que, de acordo com a atual estrutura e do altíssimo condomínio do imóvel, o valor máximo é de R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais)** . Ainda na data logo acima, enviei mensagem pelo aplicativo WhatsApp para o Sr. **Geraldo Henrique,** comunicando que o laudo de reavaliação estava pronto, assim como telefonei diversas vezes, contudo, ele não visualizou a mensagem, não atendeu as ligações, nem retornou. Em razão da urgência no cumprimento do mandado por causa do leilão, em **28/02/2020,** enviei nova mensagem pelo aplicativo acima referido informando mais uma vez do laudo de reavaliação e da urgência na intimação das datas do leilão, porém, não logrei êxito. No dia **02/03/2020** , enviei mensagem pelo WhatsApp se ele iria assinar o mandado e ele respondeu que sim. Por mensagem, ele pediu para ligar no outro dia, às 15 horas e 30 minutos, para nos encontrarmos e ele

assinar o mandado e receber o laudo, todavia, em **03/03/2020,** telefonei diversas vezes e enviei mensagem pelo mencionado aplicativo, porém, não obtive resposta. No dia **04/03/2020** , às 16 horas e 06 minutos, consegui entrar em contato com o Sr. Geraldo Henrique e, às 16 horas e 30 minutos, intimei do leilão e da reavaliação os executados **Rádio Cultura de Arapiraca Ltda ME** e **Espólio de Geraldo Bulhões Barros** , na pessoa do responsável legal e inventariante **Geraldo Henrique Vilar de Bulhões Barros** , de todo o teor deste que, após a leitura em voz alta, exarou sua nota de ciente, aceitando a contrafé que lhe ofereci. Na ocasião, entreguei cópia do Laudo de Reavaliação. No data **05/03/2020,** a Srª. Alexandra enviou por e-mail comprovante de débito, o qual segue anexo, do condomínio do apartamento 724, no valor atual de **R$ 2.586.902,79** (dois milhões quinhentos e oitenta e seis mil novecentos e dois reais e setenta e nove centavos). Seguem anexas as fotos do imóvel. E, para constar, lavrei a presente, que vai devidamente assinada por mim, Oficiala de Justiça Avaliadora Federal.

O referido é verdade. Dou fé.

Maceió, 09 de março de 2020.

Ana Paula Soriano Viana

Oficiala de Justiça Avaliadora Federal - Mat. 315

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

INTIMANDO: GERALDO HENRIQUE BULHÕES BARROS

Endereço: Av. Jorge Montenegro Barros, 2720, Santa Amélia, Maceió/AL

LEILÃO DESIGNADO

MANDADO DE CONSTATAÇÃO, REAVALIAÇÃO, INTIMAÇÃO E FOTOGRAFAÇÃO

ID 4058001.5262155

O doutor **ALOYSIO CAVALCANTI LIMA** , Juiz Federal Substituto da 12ª Vara desta Seção Judiciária, na forma da lei etc.

MANDA a qualquer Oficial de Justiça Avaliador deste Juízo Federal, a quem este for apresentado, que, em seu cumprimento, dirija-se ao endereço acima indicado e **PROCEDA** :

a) a **CONSTATAÇÃO** e **REAVALIAÇÃO** do(s) bem(s) descrito(s) em **Auto de Penhora à fl. 141** (Documento ID 4058001.4974981) , **DESCREVENDO-O(S)** de forma a revelar de fato e *in loco* sua atual situação, não se utilizando a expressão " ***melhor descrito na certidão de ônus*** ", em se tratando de bem(s) imóvel(eis), tendo em vista que esta por sua vez, encontra-se em geral desatualizada;

b) a **FOTOGRAFAÇÃO** do(s) bem(s), justificando pormenorizadamente a situação que inviabilize a fotografação ora determinada;

DEVERÁ , ainda, o Sr. Oficial de Justiça, **INTIMAR** o executado:

c) das datas designadas para os leilões **(1ª PRAÇA: 24 DE MARÇO DE 2020 , às 09:00 horas e 2ª PRAÇA: 26 DE MARÇO DE 2020 , às 09:00 horas** , advertindo-o que no primeiro o bem será alienado pelo preço da presente (re)avaliação e que no segundo pelo maior lance, exceto o lance com valor vil;

d) que os referidos atos realizar-se-ão nas datas e horários acima indicados, ADVERTINDO que serão realizados **no auditório da Justiça Federal , localizado na Av. Menino Marcelo, s/n, Serraria, Maceió/AL.**

e) que eventual alteração na data e horário da realização do leilão será objeto de intimação por meio de edital publicado no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 5ª Região e afixação na Sede desta Subseção Judiciária;

1/2

f) caso seja este o depositário, de que ele está obrigado a mostrar o bem a qualquer interessado no leilão, sob pena de fixação de multa diária e/ou, se o caso, remoção imediata do (s) bem (ens) ao depósito do Leiloeiro Oficial ou outro local indicado pelo credor, arcando o depositário com todas as despesas de remoção. **Na hipótese de o bem penhorado não ser encontrado, deverá o depositário ser intimado a apresentá-lo ou a depositar o equivalente em dinheiro, no prazo de 48(quarenta e oito) horas, sob pena de multa.**

g) **e** m caso **de reavaliação de imóvel ocupado por terceiro** , deverá o oficial de justiça certificar o nome do ocupante e a que título este o ocupa, notificando-o de que o bem será levado à hasta pública nas datas e horários referidos neste mandado.

BENS: Imóvel de matrícula 73.881 (apartamento nº 924 PENTHOUSE MASTER, tipo M, componente do Maceió Double Reserve Flat - atual Atlantic Suites na **Av. Álvaro Otacílio, nº 4065, Jatiúca, MAceió/AL**).

ANEXOS: Documentos Id 4058001.4974981, Despacho Id 4058001.5169321 e Ato ordinatório ID 4058001.5175014.

CUMPRA-SE , na forma e sob as penas da lei, cientificando-se a parte executada que este Juízo tem sede no endereço acima mencionado e encontra-se aberto ao público de segunda a sexta-feira das 9h às 18h.

Plínio Barbosa Leite

Diretor(a) de Secretaria - 12ª Vara

4/03/2020
16:30

17.02.20
10:40

Processo: 0001846-56.2005.4.05.8001
Assinado eletronicamente por:
PLINIO BARBOSA LEITE - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 08/10/2019 14:47:16
Identificador: 4058001.5262155
Ana Paula Soriano Viana - Oficial de Justiça Distribuidor
Data e hora da assinatura: 09/03/2020 09:35:29
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
Identificador: 4058001.5954136
20030909332664500000005986095
2/2
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL

LAUDO DE REAVALIAÇÃO

VARA: 12ª
PROCESSO nº.: 0001846-56.2005.4.05.8001
EXEQUENTE: Fazenda Nacional
EXECUTADO: Rádio Cultura de Arapiraca Ltda. e outros.
ENDEREÇO DO BEM: Avenida Álvaro Otacílio, nº. 4065, apto. 724 (924 pelo cartório de imóveis), Jatiúca.

Em cumprimento ao mandado expedido nos Autos da Ação supracitada, reavaliei o bem a seguir descrito:

- **01 (UM) APARTAMENTO sob o nº. 724 (na Certidão de Ônus do cartório está sob o número 924), PENTHOUSE MASTER, tipo M, componente do EDIFÍCIO MACEIÓ DOUBLE REVERSE FLAT (antigo Meliá, onde funciona, também, a parte hoteleira que é o Maceió Atlantic Suítes), situado na Avenida Álvaro Otacílio, nº. 4065, bairro de Jatiúca, nesta cidade, encravado no 9º e 10º pavimentos do citado edifício, com os seguintes cômodos no PAVIMENTO INFERIOR: sala, circulação, uma suíte com varanda, dois quartos com varanda, um wc social, com escada que dá acesso ao PAVIMENTO SUPERIOR composto por: sala, wc social, cozinha, adega, terraço, deck e piscina, com área privativa de 209.59m², área comum 170,04m², área total de 379,63m² e fração ideal de terreno 130,12340, edificado em terreno próprio que mede 64m de frente para à Avenida Álvaro Otacílio, lado direito com 137,6m, fundos com 60m para a Rua José Pontes Magalhães (Conjunto Santa Cecília) e lado esquerdo com 115,75m para o Loteamento Stella Maris, matriculado no 1º Cartório de Imóveis de Maceió sob o nº. 73.881. Atualmente, o imóvel não se encontra em boas condições, conforme fotos anexas, pois está há mais de 20 (vinte) anos desocupado (segundo informação do Diretor Alfredo Rebelo, da Maceió Atlantic Suítes e do Condomínio do Edifício Maceió Double Reverse Flat).**

Importa a presente reavaliação o valor de R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).

OBS.: A reavaliação se baseou em pesquisa de preço em sites de vendas na internet: https://www.imovelweb.com.br/propriedades/apartamento-duplex-para-venda-em-jatiuca-maceio-al-2943576605.html que se refere à cobertura com 4 quartos suítes, 3 vagas, de alto padrão, com 213m² por R$ 980.000,00 (novecentos e oitenta mil); https://www.vivareal.com.br/imovel/cobertura-5-quartos-jatiuca-bairros-maceio-com-garagem-213m2-venda-RS980000-id 2460860482/: que se refere a cobertura com 5 quartos, sendo 4 suítes e 5 banheiros, 3 vagas, com 213m², por R$ 980.000,00 (novecentos e oitenta mil). Segundo o corretor Josival Inácio Vieira, de acordo com a atual estrutura, localização e o alto condomínio, o valor máximo do imóvel é de R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais). Ressalto ainda que, segundo informação da Gerente Alexandra Cristina da Silva França, do Condomínio do Edifício Maceió Double Reverse Flat, o atual valor mensal do condomínio do apartamento 724 é de R$ 9.244,28 (nove mil duzentos e quarenta e quatro reais e vinte e oito centavos).

E, nada mais tendo a reavaliar, lavrei o presente que vai devidamente assinado por mim, Oficiala de Justiça Avaliadora.

Maceió, 27 de fevereiro de 2020.



Ana Paula Soriano Viana
Oficiala de Justiça Avaliadora

UH 724

LIVRO 2 - REGISTRO GERAL

1º REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS DE MACEIÓ, AL

MATRÍCULA 73881 | FICHA 01 | DATA

Stélio Dantas Cavalcante de Albuquerque
1º Oficial do Registro de Imóveis de Maceió
OFICIAL

Maceió, 13 de Março de 1992.

IMÓVEL: APARTAMENTO SOB Nº 924, PENT'HOUSE MASTER, TIPO "M", componente do EDIFICIO MACEIÓ DOUBLE REVERSE FLAT, situado na Avenida Álvaro Otacílio nº 4065, no bairro de Jatiuca, nesta cidade, encravado no 9º e 10º Pavimento do citado Edifício, com os seguintes cômodos; sala, circulação, uma suite com sanitario, dois quartos, um sanitario, três varandas e escada no pavimento inferior (nono). sala, sanitario, cozinha, adega, terraço, deck, piscina e jardim no pavimento superior (decimo), com área privativa de 209,59m², área comum 170,04m², área total 379,63m² e fração ideal de terreno 130,12340; edificado em terreno proprio que mede 64,00ms de frente para a Avenida Álvaro Otacílio, lado direito com 137,60ms para terrenos de propriedade de Antonio Nogueira Júnior e Cecilia da Silva Nogueira; fundos com 60,00ms para a Rua Jose Pontes de Magalhães (Conjunto Santa Cecilia) e lado esquerdo com 115,75ms para o Loteamento Stella Maris.
PROPRIETARIA: CST EXPANSÃO URBANA S.A., Firma Nacional com sede em Salvador, inscrita no CGC sob nº 13.527.858/0001-50.
REGISTRO ANTERIOR: Livro 02 Registro Geral ficha 01 R.2-43.668, em 12 de Janeiro de 1990 e Averbação de Construção AV.225- 43.668, em 13 de Março de 1992. Maceió, 13 de Março de 1992. Eu. Maria de Lourdes Santos, escrevente a datilografei. O OFICIAL:

João Toledo de Albuquerque
Oficial - Substituto

R556F536

AV.1-73.881 - Protocolo nº 214.167 - (ALTERAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL) - Certifico a requerimento datado de 05.07.2000, feito pela CST-EXPANSÃO URBANA LTDA., com sede na cidade de Salvador-Ba, CGC nº 13.527.858/0001-50, representada por Rômulo Ribeiro Cardoso e José Ernesto Silva Gonzalez, conforme contrato social, arquivado neste registro, para fazer constar a nova denominação da CST-EXPANSÃO URBANA S/A, em virtude de transformação da mesma de sociedade Anônima para Sociedade por Cota de Responsabilidade Limitada, na forma do ato de transformação e pelo Contrato Social datado de 05.06.95, registrado na Junta Comercial do Estado da Bahia em 19.07.95, para CST-EXPANSÃO URBANA LTDA. Tudo de acordo com os documentos arquivados neste registro. Maceió, 18 de julho de 2000. Escrevente Autorizado: Ozana dos Santos

R.2-73.881 - Protocolo nº 214.168 - (COMPRA E VENDA) - ADQUIRENTE: GERALDO BULHÕES BARROS, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF nº 003.593.434-49, residente nesta cidade. TRANSMITENTE: CST-EXPANSÃO URBANA LTDA., com sede em Salvador-Ba., inscrita no CGC nº 13.527.858/0001-50, no ato representada por seus gerentes delegados, José Ernesto Silva Gonzalez, brasileiro, separado judicialmente, administrador de empresas, CPF 220.196.265-00 e José Rivaldo Pacheco Júnior, brasileiro, separado judicialmente, engenheiro civil, CPF 422.111.405-30, residentes e domiciliados em Salvador-Ba. ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA, PAGA E QUITAÇÃO, lavrada em 03.05.2000, no Cartório do 6º Ofício de Notas da Comarca de Salvador-Ba., no Livro 733, fls. 031. VALOR DO CONTRATO: R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) em 15.12.1995, quantia total essa já recebida anteriormente. Pago o imposto de transmissão inter vivus, conforme guia de ITBI Nº 077456, anexa a escritura. Da escritura consta que: foram apresentadas as certidões dos feitos ajuizados a que se refere a Lei nº 7.433 de 18.12.85; foram apresentados os cinco últimos exercícios financeiros do IPTU quitados e foi dispensada pelo comprador a apresentação da certidão de quitação do IPTU, responsabilizando-se por quaisquer débitos fiscais ante à Prefeitura Municipal de Maceió-AL; quite com o condomínio; declara a vendedora através de seus

OBS: Encontra-se neste 1º Registro para cumprir exigência, Mandados de Penhoras, sob os Prots. Auxs. nºs 3784/01 e 46.825, do Juiz da 1ª Vara Cível de Feitos não Privativos e da 9ª Vara do Trabalho de Maceió, extraído dos processos nºs 1933/97 e 01586-2005-009-19-00-0, sem que houvesse resposta do Juiz solicitado, referente ao imóvel constante da matrícula acima.

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR 191582
Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução, autêntica da ficha a que se refere, extraída nos termos do Art. 19 § 1º da Lei Nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, cujas as buscas e pesquisas foram efetuadas até o dia anterior útil

Selo de Autenticidade

1º REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS
DE MACEIÓ-AL.

LIVRO 2 - REGISTRO GERAL

MATRÍCULA 73881 | FICHA 01 VERSO

representantes, sob pena de responsabilidade civil e penal, que deixou de apresentar a CND do INNS, por ter como objetivo a venda e compra de imóveis e que o imóvel objeto da presente, não faz parte do seu ativo permanente. Maceió, 18 de julho de 2000. Escrevente Autorizado: Ozana dos Santos

R 978 F 138

AV.3-73.881 – Protocolo nº 219.702 – (ADTIVO)- Certifico em vista da ESCRITURA PÚBLICA DE RETI/RATIFICAÇÃO DA ESCRITURA DE VENDA E COMPRA., PAGA E QUITAÇÃO, lavrada em 13.10.2000, nas notas do 6º Ofício de Notas de Salvador- BA, no Livro nº 744, fls 139, figurando como Outorgantes e Reciprocamente Outorgados Reti- Ratificantes; GERALDO BULHÕES BARROS, brasileiro, divorciado, empresário, CPF nº 003.593.434-49, residente e domiciliado nesta cidade e a CST-EXPANSÃO URBANA LTDA, empresa com sede em Salvador- BA, CGC nº 13.527.858/0001-50, no ato representada por seus gerentes delegados, José Ernesto Silva Gonzalez, brasileiro, separado judicialmente. Administrador de empresas, CPF nº 220.196.265-00 e José Rivaldo Pacheco Júnior, brasileiro, separado judicialmente, engenheiro civil, CPF Nº 422.111.405-30, residentes e domiciliados em Salvador- BA. Pelos Outorgantes e Reciprocamente Outorgados Reti-Ratificantes, foi dito o seguinte: As partes celebraram a Escritura de Compra e Venda, Paga e Quitação, com a qual a Outorgante Vendedora visou atender solicitação do Outorgado Comprador, muito embora as partes tivessem pleno conhecimento de um débito existente relativamente ao referido imóvel para com o condomínio. Ocorre que por um lapso na elaboração da referida escritura, constou do seu texto encontrar o apartamento quite com o condomínio, assim por esta escritura e na melhor de direito, vêm as partes retificar o instrumento Público de Compra e Venda a que se refere o R.2-73.881, para excluir do seu texto a aludida declaração de quitação com as taxas condominiais do imóvel acima. Pelo comprador foi dito que concorda com os termos da presente escritura, reconhecendo a existência de débito junto ao CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO MACEIÓ DOUBLE REVERSE FLAT, em relação as taxas condominiais, cabendo-lhe com exclusividade a responsabilidade pela sua negociação e pagamento perante o condomínio. As partes retificam todos os termos da escritura ora reti- ratificada, que não tenham sido expressamente modificadas, passando a presente fazer parte integrante e inseparável, daquela, afim de que ambas juntas, produzam um só efeito de direito. Maceió, 26 de março de 2001. Escrevente Autorizado: Maria Suely Correia de Vasconcelos

R 1014 F 447

R.4-73.881 - Protocolo nº 256.548- (CERTIDÃO DE PENHORA) - O imóvel acima, de propriedade de GERALDO BULHÕES BARROS, fica penhorado conforme Certidão, extraida dos autos de Cobrança, Proc. nº 001.97.496-7, proposta por CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO MACEIÓ DOUBLE REVERSE FLAT (MÉLIA), contra a RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA, processada na 1ª Vara Cível de Feitos Não Privativos. Que aos 06 dias do mês de maio de 2004, teve seu Termo de Penhora em cumprimento ao despacho do MM. Juiz da 1ª Vara Civel de Feitos Não Privativos, Dr. Ivan Vasconcelos Brito Júnior. Fiel Depositário do bem o sr. GERALDO BULHÕES BARROS, portador do CPF nº 003.593.434-49. Valor da causa da referida ação corresponde a R$ 24.554,52. A referida Certidão de Penhora, foi fornecida em 04.06.2004, e estava devidamente assinada pela escrivã titular, Irene Beatriz Pessoa Franco. Maceió, 14 de setembro de 2004. Escrevente Autorizada: Jacqueline Barbosa Freitas de Amorim

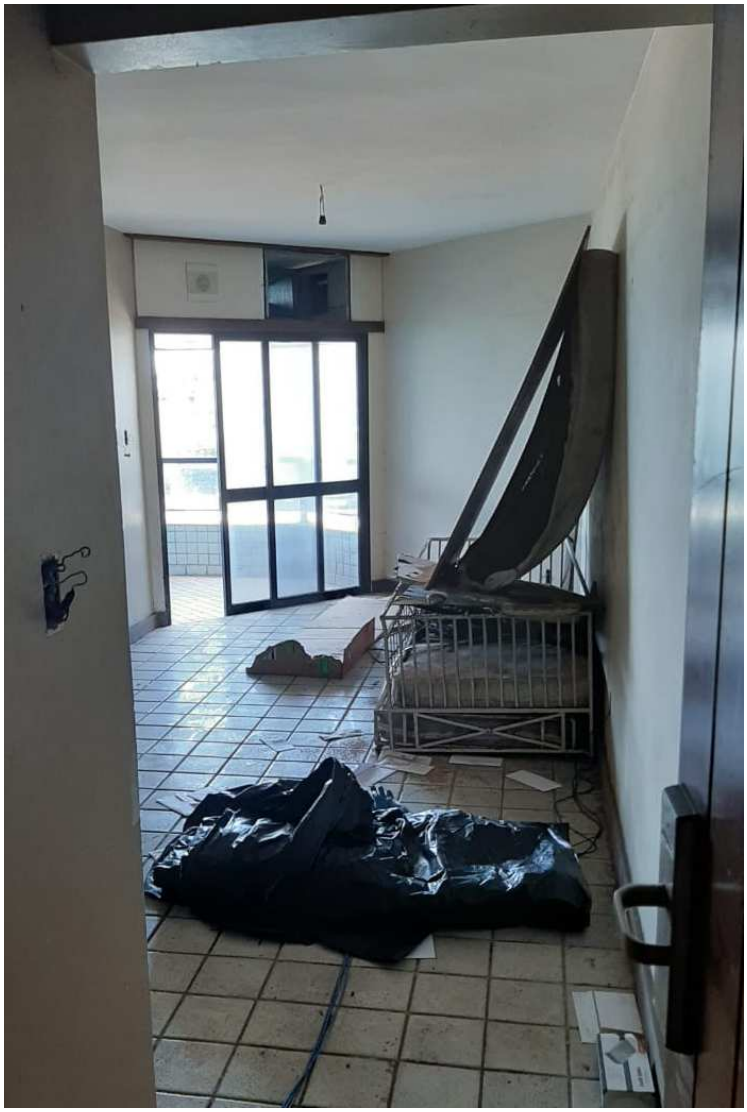
R 1188 F 235

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

Processo: **0001846-56.2005.4.05.8001**
Assinado eletronicamente por:
Ana Paula Soriano Viana - Oficial de Justiça Distribuidor
Data e hora da assinatura: 09/03/2020 09:35:29
Identificador: 4058001.5954138
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
20030909334695600000005986097



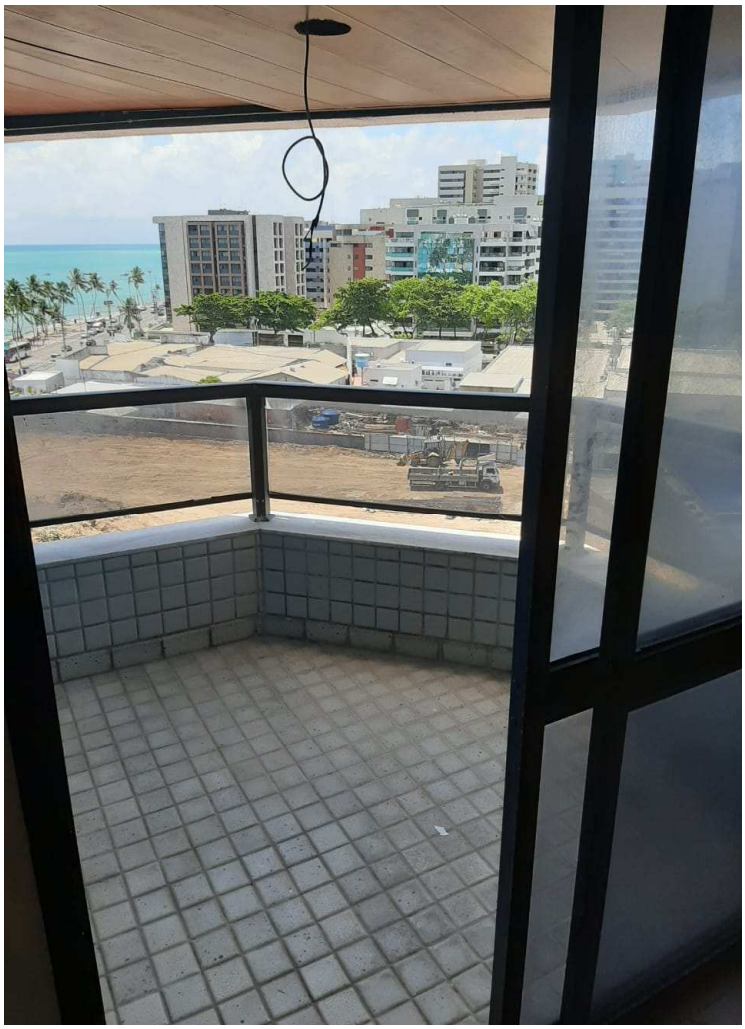
ENTRADA



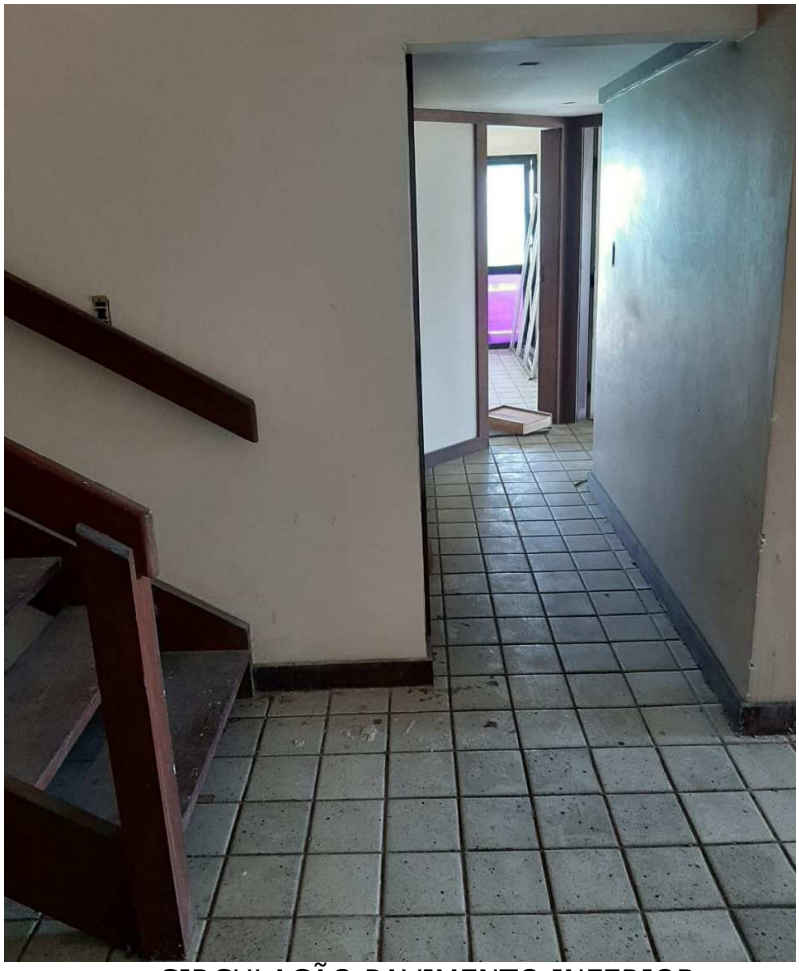
SALA PAVIMENTO INFERIOR



SALA PAVIMENTO INFERIOR



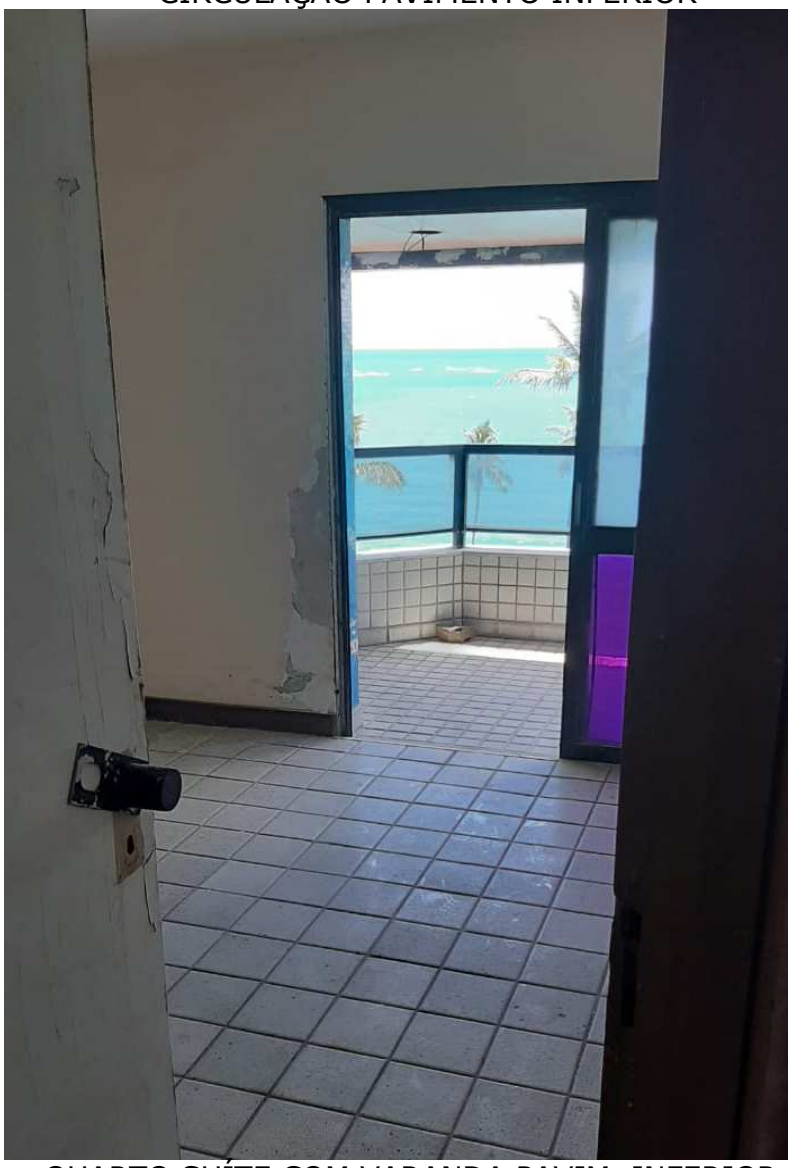
VARANDA PAVIMENTO INFERIOR



CIRCULAÇÃO PAVIMENTO INFERIOR



QUARTO COM VARANDA PAVIM. INFERIOR



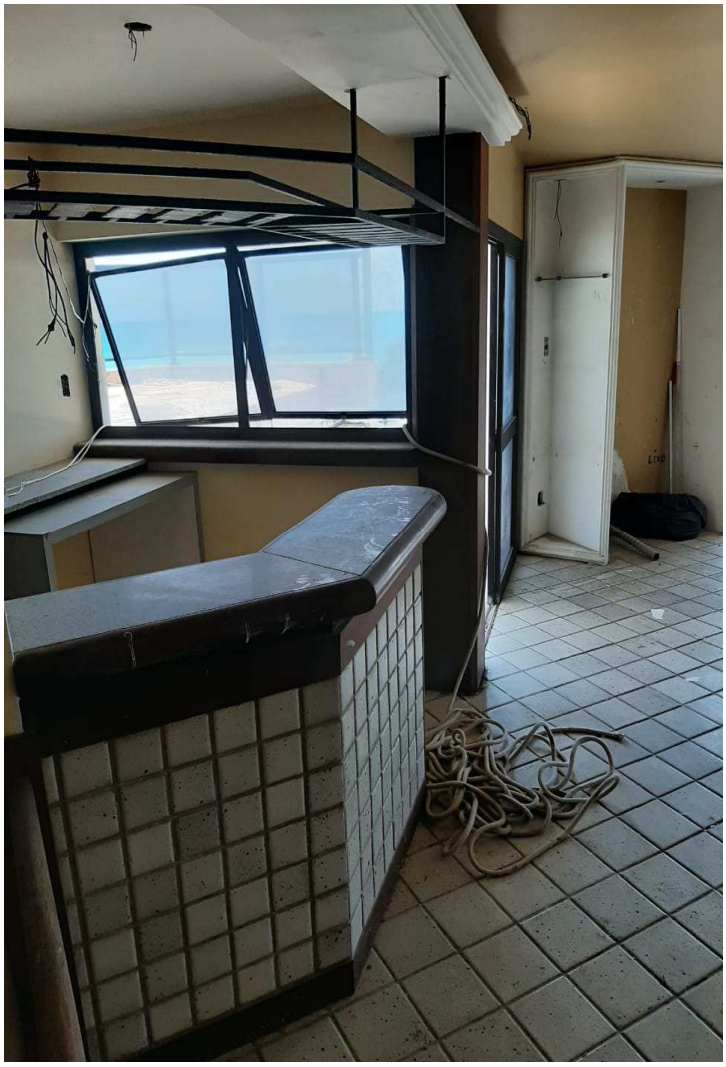
QUARTO SUÍTE COM VARANDA PAVIM. INFERIOR



QUARTO COM VARANDA PAVIM. INFERIOR



WC SOCIAL PAVIMENTO INFERIOR



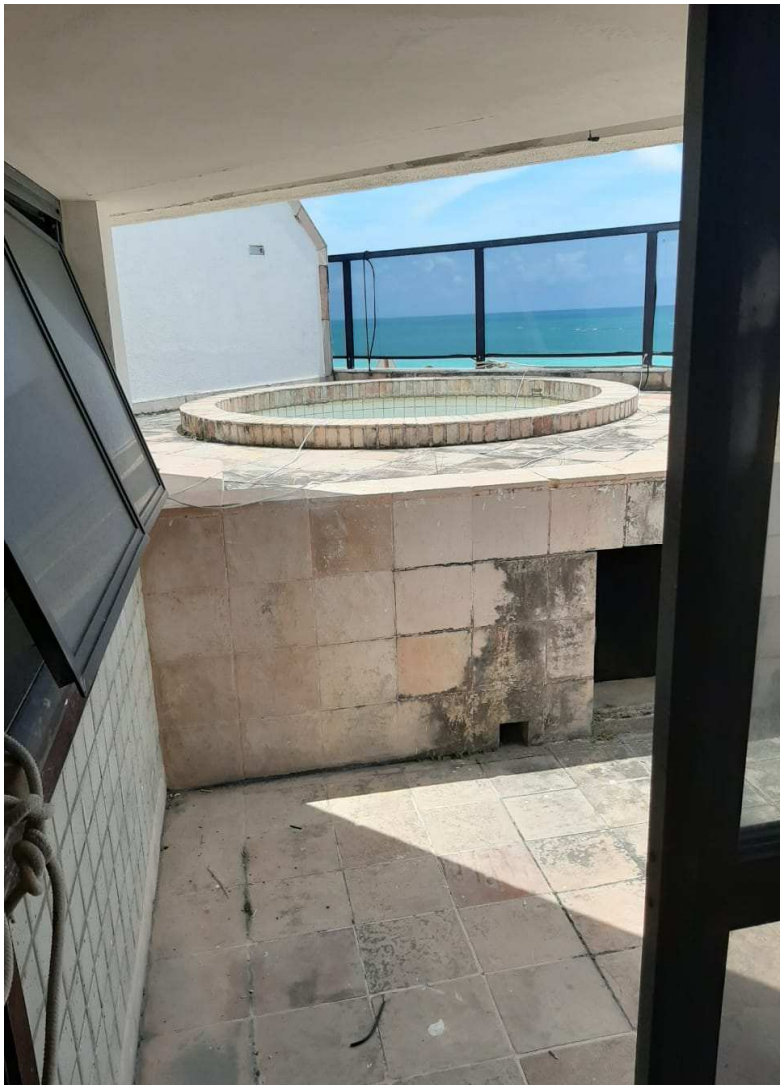
COZINHA PAVIMENTO SUPERIOR



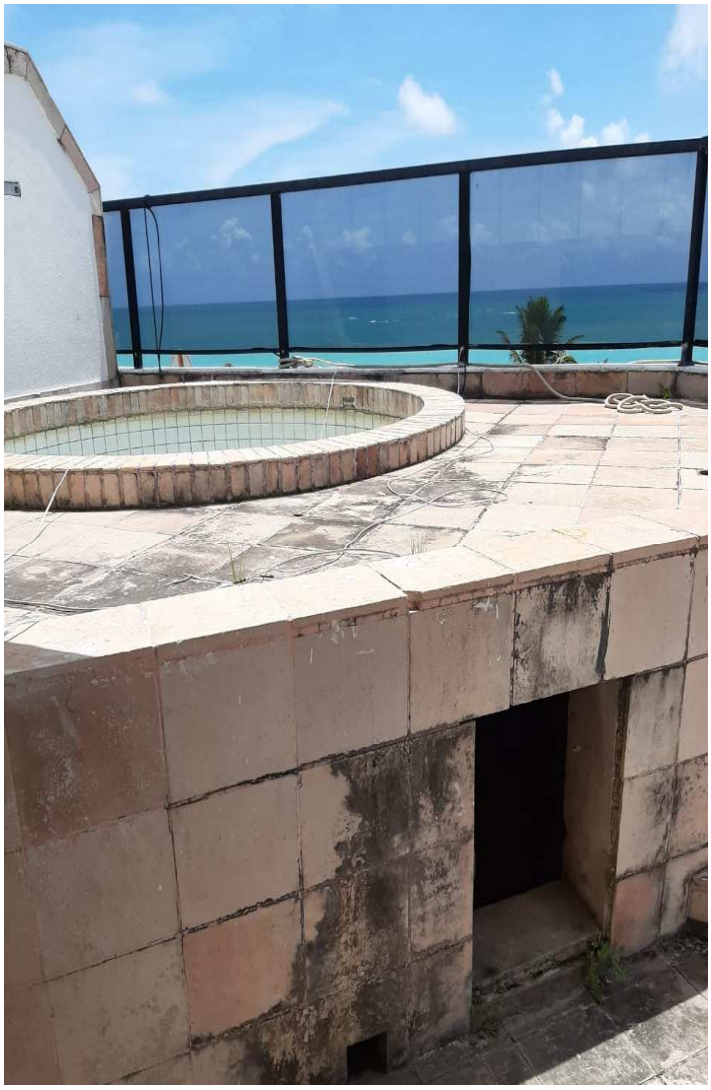
WC SOCIAL PAVIMENTO SUPERIOR



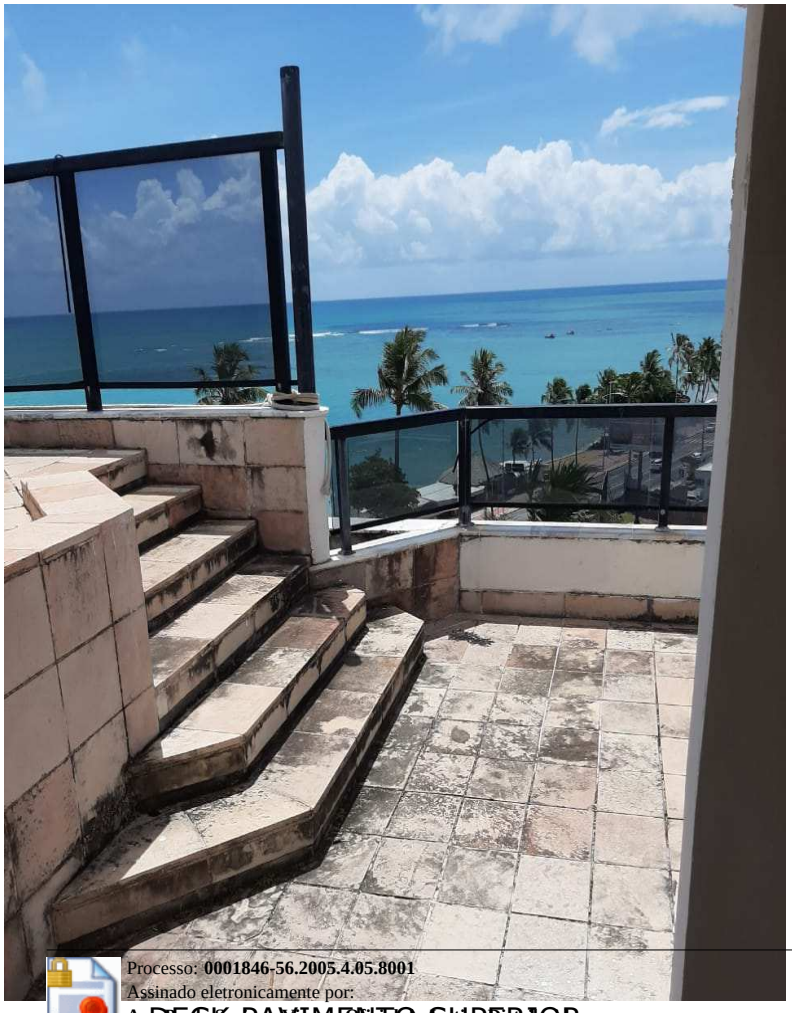
SALA PAVIMENTO SUPERIOR



DECK COM PISCINA PAVIMENTO SUPERIOR



DECK COM PISCINA PAVIMENTO SUPERIOR



DECK PAVIMENTO SUPERIOR



DESPENSA PAVIMENTO SUPERIOR

Processo: **0001846-56.2005.4.05.8001**
Assinado eletronicamente por:
Ana Paula Karam Viana Fontana e Silva:DES.FED.1000
Data e hora da assinatura: 09/03/2020 09:35:29
Identificador: 4058001.5954139
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
20030909840074860000005986098

Condomínio

Edifício Maceió D. R. Flat

No valor dos encargos foram aplicadas as correções monetárias pelo INPC, multa de 2%(dois por cento) e juros de mora 1%(um por cento) ao mês, obedecendo a previsão da convenção de condomínio, bem como do art. 1.336, §1º do Código Civil.

Endereço:	AV. ALVARO OTACÍLIO, 4065	**Unidade:**	APTO 724	**Multa:**	2,00%
Cidade, Estado:	MACEIÓ-AL			**Juros Mensais**	1,00%
CEP:	57036-850	**Condômino:**	GERALDO BULHÕES	**Tipo de Juros:**	Simples
Telefone Proprietário:					
Email:		**Data Referência:**	05/03/2020	**Dívida Total:**	R$ 2.586.902,79

Atualização de Pagamentos em Aberto

Descrição	Data de Vencimento	Meses em Atraso	Valor Original	Correção Monetária*	Multa	Juros	Correção	Valor Final
Taxa Condominial	31/10/2010	112	2.071,70	0,0000%	41,43	2.356,90	-	4.470,04
Taxa Condominial	31/10/2010	112	3.415,19	0,0000%	68,30	3.885,35	-	7.368,84
Taxa Condominial	31/10/2010	112	3.415,19	0,0000%	68,30	3.885,35	-	7.368,84
Taxa Condominial	31/10/2010	112	1.742,27	0,0000%	34,85	1.982,12	-	3.759,24
Taxa Condominial	31/10/2010	112	2.052,51	0,0000%	41,05	2.335,07	-	4.428,63
Taxa Condominial	31/10/2010	112	3.415,19	0,0000%	68,30	3.885,35	-	7.368,84
Taxa Condominial	31/10/2010	112	2.071,70	0,0000%	41,43	2.356,90	-	4.470,04
Taxa Condominial	31/10/2010	112	2.071,70	0,0000%	41,43	2.356,90	-	4.470,04
Taxa Condominial	31/10/2010	112	3.415,19	0,0000%	68,30	3.885,35	-	7.368,84
Taxa Condominial	31/10/2010	112	2.071,70	0,0000%	41,43	2.356,90	-	4.470,04
Taxa Condominial	31/10/2010	112	3.415,19	0,0000%	68,30	3.885,35	-	7.368,84
Taxa Condominial	31/10/2010	112	2.739,82	0,0000%	54,80	3.117,00	-	5.911,62
Taxa Condominial	31/10/2010	112	2.739,82	0,0000%	54,80	3.117,00	-	5.911,62
Taxa Condominial	31/10/2010	112	2.382,46	0,0000%	47,65	2.710,45	-	5.140,55
Taxa Condominial	31/10/2010	112	2.282,18	0,0000%	45,64	2.596,36	-	4.924,18
Taxa Condominial	31/10/2010	112	2.739,82	0,0000%	54,80	3.117,00	-	5.911,62
Taxa Condominial	31/10/2010	112	2.071,70	0,0000%	41,43	2.356,90	-	4.470,04
Taxa Condominial	01/11/2010	112	2.071,70	0,0000%	41,43	2.356,21	-	4.469,35
Taxa Condominial	02/11/2010	112	2.071,70	0,0000%	41,43	2.355,52	-	4.468,66
Taxa Condominial	03/11/2010	112	2.443,12	0,0000%	48,86	2.777,01	-	5.269,00
Taxa Condominial	04/11/2010	112	3.415,19	0,0000%	68,30	3.880,79	-	7.364,29
Taxa Condominial	05/11/2010	112	300,00	0,0000%	6,00	340,80	-	646,80
Taxa Condominial	06/11/2010	111	2.071,70	0,0000%	41,43	2.352,76	-	4.465,89

Taxa Condominial	07/11/2010	111	2.548,59	0,0000%	50,97	2.893,50	-	5.493,06
Taxa Condominial	08/11/2010	111	3.415,19	0,0000%	68,30	3.876,24	-	7.359,73
Taxa Condominial	09/11/2010	111	3.415,19	0,0000%	68,30	3.875,10	-	7.358,60
Taxa Condominial	10/11/2010	111	2.071,70	0,0000%	41,43	2.350,00	-	4.463,13
Taxa Condominial	11/11/2010	111	2.071,70	0,0000%	41,43	2.349,31	-	4.462,44
Taxa Condominial	12/11/2010	111	3.415,19	0,0000%	68,30	3.871,69	-	7.355,18
Taxa Condominial	13/11/2010	111	2.739,82	0,0000%	54,80	3.105,13	-	5.899,75
Taxa Condominial	14/11/2010	111	3.246,68	0,0000%	64,93	3.678,49	-	6.990,10
Taxa Condominial	15/11/2010	111	2.071,70	0,0000%	41,43	2.346,55	-	4.459,68
Taxa Condominial	16/11/2010	111	300,00	0,0000%	6,00	339,70	-	645,70
Taxa Condominial	17/11/2010	111	2.382,47	0,0000%	47,65	2.696,96	-	5.127,08
Taxa Condominial	18/11/2010	111	1.722,01	0,0000%	34,44	1.948,74	-	3.705,19
Taxa Condominial	19/11/2010	111	1.540,49	0,0000%	30,81	1.742,81	-	3.314,11
Taxa Condominial	20/11/2010	111	2.052,51	0,0000%	41,05	2.321,39	-	4.414,95
Taxa Condominial	21/11/2010	111	2.071,70	0,0000%	41,43	2.342,40	-	4.455,54
Taxa Condominial	22/11/2010	111	2.739,82	0,0000%	54,80	3.096,91	-	5.891,53
Taxa Condominial	23/11/2010	111	3.415,19	0,0000%	68,30	3.859,16	-	7.342,66
Taxa Condominial	24/11/2010	111	2.071,70	0,0000%	41,43	2.340,33	-	4.453,46
Taxa Condominial	25/11/2010	111	3.415,19	0,0000%	68,30	3.856,89	-	7.340,38
Taxa Condominial	26/11/2010	111	2.071,70	0,0000%	41,43	2.338,95	-	4.452,08
Taxa Condominial	27/11/2010	111	2.052,51	0,0000%	41,05	2.316,60	-	4.410,16
Taxa Condominial	28/11/2010	111	2.071,70	0,0000%	41,43	2.337,57	-	4.450,70
Taxa Condominial	29/11/2010	111	2.739,82	0,0000%	54,80	3.090,52	-	5.885,13
Taxa Condominial	30/11/2010	111	2.247,43	0,0000%	44,95	2.534,35	-	4.826,73
Taxa Condominial	01/12/2010	111	2.071,70	0,0000%	41,43	2.335,50	-	4.448,63
Taxa Condominial	02/12/2010	111	1.747,66	0,0000%	34,95	1.969,61	-	3.752,23
Taxa Condominial	03/12/2010	111	2.071,70	0,0000%	41,43	2.334,12	-	4.447,25
Taxa Condominial	04/12/2010	111	2.071,70	0,0000%	41,43	2.333,42	-	4.446,56
Taxa Condominial	05/12/2010	111	3.415,19	0,0000%	68,30	3.845,50	-	7.329,00
Taxa Condominial	06/12/2010	110	3.246,68	0,0000%	64,93	3.654,68	-	6.966,29
Taxa Condominial	07/12/2010	110	2.247,43	0,0000%	44,95	2.529,11	-	4.821,49
Taxa Condominial	08/12/2010	110	2.071,70	0,0000%	41,43	2.330,66	-	4.443,80
Taxa Condominial	09/12/2010	110	3.415,19	0,0000%	68,30	3.840,95	-	7.324,44
Taxa Condominial	10/12/2010	110	2.071,70	0,0000%	41,43	2.329,28	-	4.442,42
Taxa Condominial	11/12/2010	110	2.739,82	0,0000%	54,80	3.079,56	-	5.874,17
Taxa Condominial	12/12/2010	110	2.071,70	0,0000%	41,43	2.327,90	-	4.441,03
Taxa Condominial	13/12/2010	110	2.071,70	0,0000%	41,43	2.327,21	-	4.440,34
Taxa Condominial	14/12/2010	110	3.415,19	0,0000%	68,30	3.835,26	-	7.318,75
Taxa Condominial	15/12/2010	110	2.071,91	0,0000%	41,44	2.326,06	-	4.439,41
Taxa Condominial	16/12/2010	110	2.052,51	0,0000%	41,05	2.303,60	-	4.397,16
Taxa Condominial	17/12/2010	110	3.415,19	0,0000%	68,30	3.831,84	-	7.315,34
Taxa Condominial	18/12/2010	110	2.382,46	0,0000%	47,65	2.672,33	-	5.102,44
Taxa Condominial	19/12/2010	110	2.052,51	0,0000%	41,05	2.301,55	-	4.395,11

Taxa Condominial	20/12/2010	110	2.218,24	0,0000%	44,36	2.486,65	-	4.749,25
Taxa Condominial	21/12/2010	110	154,09	0,0000%	3,08	172,68	-	329,86
Taxa Condominial	22/12/2010	110	2.382,46	0,0000%	47,65	2.669,15	-	5.099,26
Taxa Condominial	23/12/2010	110	2.739,82	0,0000%	54,80	3.068,60	-	5.863,21
Taxa Condominial	24/12/2010	110	2.382,46	0,0000%	47,65	2.667,56		5.097,67
Taxa Condominial	25/12/2010	110	2.052,51	0,0000%	41,05	2.297,44		4.391,00
Taxa Condominial	26/12/2010	110	2.071,70	0,0000%	41,43	2.318,23		4.431,37
Taxa Condominial	27/12/2010	110	2.071,70	0,0000%	41,43	2.317,54		4.430,68
Taxa Condominial	28/12/2010	110	2.071,70	0,0000%	41,43	2.316,85		4.429,99
Taxa Condominial	29/12/2010	110	2.071,70	0,0000%	41,43	2.316,16		4.429,29
Taxa Condominial	30/12/2010	110	3.246,68	0,0000%	64,93	3.628,71		6.940,32
Taxa Condominial	31/12/2010	110	3.415,19	0,0000%	68,30	3.815,91		7.299,40
Taxa Condominial	01/01/2011	110	2.071,70	0,0000%	41,43	2.314,09		4.427,22
Taxa Condominial	02/01/2011	110	2.071,70	0,0000%	41,43	2.313,40		4.426,53
Taxa Condominial	03/01/2011	110	3.415,19	0,0000%	68,30	3.812,49		7.295,98
Taxa Condominial	04/01/2011	110	2.247,43	0,0000%	44,95	2.508,13		4.800,51
Taxa Condominial	05/01/2011	110	3.415,19	0,0000%	68,30	3.810,21		7.293,71
Taxa Condominial	06/01/2011	109	2.174,00	0,0000%	43,48	2.424,73		4.642,21
Taxa Condominial	07/01/2011	109	2.052,51	0,0000%	41,05	2.288,55		4.382,11
Taxa Condominial	08/01/2011	109	2.382,46	0,0000%	47,65	2.655,65		5.085,76
Taxa Condominial	09/01/2011	109	2.228,76	0,0000%	44,58	2.483,58		4.756,92
Taxa Condominial	10/01/2011	109	2.071,70	0,0000%	41,43	2.307,87		4.421,01
Taxa Condominial	11/01/2011	109	3.415,19	0,0000%	68,30	3.803,38		7.286,88
Taxa Condominial	12/01/2011	109	4.451,59	0,0000%	89,03	4.956,10		9.496,73
Taxa Condominial	13/01/2011	109	2.071,70	0,0000%	41,43	2.305,80		4.418,94
Taxa Condominial	14/01/2011	109	2.216,81	0,0000%	44,34	2.466,57		4.727,72
Taxa Condominial	15/01/2011	109	2.739,82	0,0000%	54,80	3.047,59		5.842,21
Taxa Condominial	16/01/2011	109	2.382,46	0,0000%	47,65	2.649,30		5.079,40
Taxa Condominial	17/01/2011	109	2.071,70	0,0000%	41,43	2.303,04		4.416,17
Taxa Condominial	18/01/2011	109	2.052,51	0,0000%	41,05	2.281,02		4.374,58
Taxa Condominial	19/01/2011	109	2.687,49	0,0000%	53,75	2.985,80		5.727,04
Taxa Condominial	20/01/2011	109	2.071,70	0,0000%	41,43	2.300,97		4.414,10
Taxa Condominial	21/01/2011	109	3.415,19	0,0000%	68,30	3.792,00		7.275,49
Taxa Condominial	22/01/2011	109	3.246,68	0,0000%	64,93	3.603,81		6.915,43
Taxa Condominial	23/01/2011	109	3.415,19	0,0000%	68,30	3.789,72		7.273,22
Taxa Condominial	24/01/2011	109	2.739,82	0,0000%	54,80	3.039,37		5.833,99
Taxa Condominial	25/01/2011	109	2.198,55	0,0000%	43,97	2.438,19		4.680,71
Taxa Condominial	26/01/2011	109	2.382,46	0,0000%	47,65	2.641,35		5.071,46
Taxa Condominial	27/01/2011	109	2.172,02	0,0000%	43,44	2.407,32		4.622,78
Taxa Condominial	28/01/2011	109	2.739,82	0,0000%	54,80	3.035,72		5.830,34
Taxa Condominial	29/01/2011	109	2.071,70	0,0000%	41,43	2.294,75		4.407,89
Taxa Condominial	30/01/2011	109	3.415,19	0,0000%	68,30	3.781,75		7.265,25
Taxa Condominial	31/01/2011	109	2.071,70	0,0000%	41,43	2.293,37		4.406,51
Taxa Condominial	01/02/2011	109	3.415,19	0,0000%	68,30	3.779,48		7.262,97

Taxa Condominial	02/02/2011	109	3.415,19	0,0000%	68,30	3.778,34		7.261,83
Taxa Condominial	03/02/2011	109	2.247,43	0,0000%	44,95	2.485,66		4.778,04
Taxa Condominial	04/02/2011	109	3.415,19	0,0000%	68,30	3.776,06		7.259,56
Taxa Condominial	05/02/2011	109	2.071,70	0,0000%	41,43	2.289,92		4.403,05
Taxa Condominial	06/02/2011	108	3.415,19	0,0000%	68,30	3.773,78		7.257,28
Taxa Condominial	07/02/2011	108	3.415,19	0,0000%	68,30	3.772,65		7.256,14
Taxa Condominial	08/02/2011	108	3.246,68	0,0000%	64,93	3.585,42		6.897,03
Taxa Condominial	09/02/2011	108	2.071,70	0,0000%	41,43	2.287,16		4.400,29
Taxa Condominial	10/02/2011	108	2.382,46	0,0000%	47,65	2.629,44		5.059,55
Taxa Condominial	11/02/2011	108	3.415,19	0,0000%	68,30	3.768,09		7.251,59
Taxa Condominial	12/02/2011	108	2.071,70	0,0000%	41,43	2.285,09		4.398,22
Taxa Condominial	13/02/2011	108	2.052,51	0,0000%	41,05	2.263,23		4.356,79
Taxa Condominial	14/02/2011	108	2.382,46	0,0000%	47,65	2.626,27		5.056,37
Taxa Condominial	15/02/2011	108	2.071,70	0,0000%	41,43	2.283,01		4.396,15
Taxa Condominial	16/02/2011	108	3.415,19	0,0000%	68,30	3.762,40		7.245,89
Taxa Condominial	17/02/2011	108	2.071,70	0,0000%	41,43	2.281,63		4.394,77
Taxa Condominial	18/02/2011	108	1.198,51	0,0000%	23,97	1.319,56		2.542,04
Taxa Condominial	19/02/2011	108	3.415,19	0,0000%	68,30	3.758,99		7.242,48
Taxa Condominial	20/02/2011	108	2.071,70	0,0000%	41,43	2.279,56		4.392,69
Taxa Condominial	21/02/2011	108	2.071,70	0,0000%	41,43	2.278,87		4.392,00
Taxa Condominial	22/02/2011	108	3.246,68	0,0000%	64,93	3.570,27		6.881,88
Taxa Condominial	23/02/2011	108	2.071,70	0,0000%	41,43	2.277,49		4.390,62
Taxa Condominial	24/02/2011	108	2.382,46	0,0000%	47,65	2.618,32		5.048,43
Taxa Condominial	25/02/2011	108	3.246,68	0,0000%	64,93	3.567,02		6.878,63
Taxa Condominial	26/02/2011	108	3.415,19	0,0000%	68,30	3.751,02		7.234,51
Taxa Condominial	27/02/2011	108	2.071,70	0,0000%	41,43	2.274,73		4.387,86
Taxa Condominial	28/02/2011	108	2.739,82	0,0000%	54,80	3.007,41		5.802,03
Taxa Condominial	01/03/2011	108	3.415,19	0,0000%	68,30	3.747,60		7.231,10
Taxa Condominial	02/03/2011	108	3.415,19	0,0000%	68,30	3.746,46		7.229,96
Taxa Condominial	03/03/2011	108	3.415,19	0,0000%	68,30	3.745,33		7.228,82
Taxa Condominial	04/03/2011	108	2.071,70	0,0000%	41,43	2.271,27		4.384,41
Taxa Condominial	05/03/2011	108	2.071,70	0,0000%	41,43	2.270,58		4.383,72
Taxa Condominial	06/03/2011	107	2.052,51	0,0000%	41,05	2.248,87		4.342,43
Taxa Condominial	07/03/2011	107	2.071,70	0,0000%	41,43	2.269,20		4.382,34
Taxa Condominial	08/03/2011	107	1.791,65	0,0000%	35,83	1.961,86		3.789,34
Taxa Condominial	09/03/2011	107	3.415,19	0,0000%	68,30	3.738,49		7.221,99
Taxa Condominial	10/03/2011	107	2.052,51	0,0000%	41,05	2.246,13		4.339,69
Taxa Condominial	11/03/2011	107	2.071,70	0,0000%	41,43	2.266,44		4.379,57
Taxa Condominial	12/03/2011	107	2.071,70	0,0000%	41,43	2.265,75		4.378,88
Taxa Condominial	13/03/2011	107	2.739,82	0,0000%	54,80	2.995,54		5.790,15
Taxa Condominial	14/03/2011	107	2.071,70	0,0000%	41,43	2.264,37		4.377,50
Taxa Condominial	15/03/2011	107	2.071,70	0,0000%	41,43	2.263,68		4.376,81
Taxa Condominial	16/03/2011	107	1.895,47	0,0000%	37,91	2.070,49		4.003,86

Taxa Condominial	17/03/2011	107	2.071,70	0,0000%	41,43	2.262,30		4.375,43
Taxa Condominial	18/03/2011	107	2.071,70	0,0000%	41,43	2.261,61		4.374,74
Taxa Condominial	19/03/2011	107	361,69	0,0000%	7,23	394,72		763,65
Taxa Condominial	20/03/2011	107	2.201,41	0,0000%	44,03	2.401,74		4.647,18
Taxa Condominial	21/03/2011	107	3.415,19	0,0000%	68,30	3.724,83		7.208,33
Taxa Condominial	22/03/2011	107	2.071,70	0,0000%	41,43	2.258,84		4.371,98
Taxa Condominial	23/03/2011	107	3.415,19	0,0000%	68,30	3.722,56		7.206,05
Taxa Condominial	24/03/2011	107	2.739,82	0,0000%	54,80	2.985,49		5.780,11
Taxa Condominial	25/03/2011	107	3.415,19	0,0000%	68,30	3.720,28		7.203,77
Taxa Condominial	26/03/2011	107	3.415,19	0,0000%	68,30	3.719,14		7.202,64
Taxa Condominial	27/03/2011	107	2.071,70	0,0000%	41,43	2.255,39		4.368,52
Taxa Condominial	28/03/2011	107	2.739,82	0,0000%	54,80	2.981,84		5.776,45
Taxa Condominial	29/03/2011	107	2.071,70	0,0000%	41,43	2.254,01		4.367,14
Taxa Condominial	30/03/2011	107	2.071,70	0,0000%	41,43	2.253,32		4.366,45
Taxa Condominial	31/03/2011	107	3.415,19	0,0000%	68,30	3.713,45		7.196,94
Taxa Condominial	01/04/2011	107	300,00	0,0000%	6,00	326,10		632,10
Taxa Condominial	02/04/2011	107	2.382,46	0,0000%	47,65	2.588,94		5.019,05
Taxa Condominial	03/04/2011	107	2.533,98	0,0000%	50,68	2.752,75		5.337,41
Taxa Condominial	04/04/2011	107	3.415,19	0,0000%	68,30	3.708,90		7.192,39
Taxa Condominial	05/04/2011	107	2.071,70	0,0000%	41,43	2.249,18		4.362,31
Taxa Condominial	06/04/2011	106	3.415,19	0,0000%	68,30	3.706,62		7.190,11
Taxa Condominial	07/04/2011	106	361,69	0,0000%	7,23	392,43		761,36
Taxa Condominial	08/04/2011	106	3.415,19	0,0000%	68,30	3.704,34		7.187,84
Taxa Condominial	09/04/2011	106	3.246,68	0,0000%	64,93	3.520,48		6.832,10
Taxa Condominial	10/04/2011	106	2.052,51	0,0000%	41,05	2.224,92		4.318,48
Taxa Condominial	11/04/2011	106	2.071,70	0,0000%	41,43	2.245,03		4.358,17
Taxa Condominial	12/04/2011	106	2.071,70	0,0000%	41,43	2.244,34		4.357,48
Taxa Condominial	13/04/2011	106	2.052,51	0,0000%	41,05	2.222,87		4.316,43
Taxa Condominial	14/04/2011	106	2.071,70	0,0000%	41,43	2.242,96		4.356,09
Taxa Condominial	15/04/2011	106	3.246,68	0,0000%	64,93	3.513,99		6.825,60
Taxa Condominial	05/11/2010	112	3.415,19	0,0000%	68,30	3.879,66		7.363,15
Taxa Condominial	05/12/2010	111	3.415,19	0,0000%	68,30	3.845,50		7.329,00
Taxa Condominial	05/01/2011	110	3.415,19	0,0000%	68,30	3.810,21		7.293,71
Taxa Condominial	05/02/2011	109	3.415,19	0,0000%	68,30	3.774,92		7.258,42
Taxa Condominial	05/03/2011	108	3.415,19	0,0000%	68,30	3.743,05		7.226,54
Taxa Condominial	05/04/2011	107	3.415,19	0,0000%	68,30	3.707,76		7.191,25
Taxa Condominial	05/05/2011	106	3.415,19	0,0000%	68,30	3.673,61		7.157,10
Taxa Condominial	05/06/2011	105	3.415,19	0,0000%	68,30	3.638,32		7.121,81
Taxa Condominial	05/07/2011	104	3.415,19	0,0000%	68,30	3.604,16		7.087,66
Taxa Condominial	05/08/2011	103	3.415,19	0,0000%	68,30	3.568,87		7.052,37
Taxa Condominial	05/09/2011	102	3.415,19	0,0000%	68,30	3.533,58		7.017,08
Taxa Condominial	20/09/2011	101	3.415,19	0,0000%	68,30	3.516,51		7.000,00
Taxa Condominial	05/10/2011	101	3.415,19	0,0000%	68,30	3.499,43		6.982,93

Taxa Condominial	05/11/2011	100	3.415,19	0,0000%	68,30	3.464,14		6.947,63
Taxa Condominial	05/12/2011	99	3.415,19	0,0000%	68,30	3.429,99		6.913,48
Taxa Condominial	05/01/2012	98	3.415,19	0,0000%	68,30	3.394,70		6.878,19
Taxa Condominial	05/02/2012	97	4.883,72	0,0000%	97,67	4.803,95		9.785,35
Taxa Condominial	17/02/2012	96	1.468,53	0,0000%	29,37	1.438,67		2.936,57
Taxa Condominial	05/03/2012	96	4.883,72	0,0000%	97,67	4.756,74		9.738,14
Taxa Condominial	05/04/2012	95	4.883,72	0,0000%	97,67	4.706,28		9.687,67
Taxa Condominial	05/05/2012	94	4.883,72	0,0000%	97,67	4.657,44		9.638,84
Taxa Condominial	05/06/2012	93	4.883,72	0,0000%	97,67	4.606,98		9.588,37
Taxa Condominial	05/07/2012	92	4.883,72	0,0000%	97,67	4.558,14		9.539,53
Taxa Condominial	05/08/2012	91	4.883,72	0,0000%	97,67	4.507,67		9.489,07
Taxa Condominial	05/09/2012	90	4.883,72	0,0000%	97,67	4.457,21		9.438,60
Taxa Condominial	05/10/2012	89	4.883,72	0,0000%	97,67	4.408,37		9.389,77
Taxa Condominial	05/11/2012	88	4.883,72	0,0000%	97,67	4.357,91		9.339,30
Taxa Condominial	05/12/2012	87	4.883,72	0,0000%	97,67	4.309,07		9.290,46
Taxa Condominial	05/01/2013	86	4.883,72	0,0000%	97,67	4.258,60		9.240,00
Taxa Condominial	05/02/2013	85	4.883,72	0,0000%	97,67	4.208,14		9.189,53
Taxa Condominial	05/04/2013	83	4.883,72	0,0000%	97,67	4.112,09		9.093,49
Taxa Condominial	05/04/2013	83	4.883,72	0,0000%	97,67	4.112,09		9.093,49
Taxa Condominial	05/05/2013	82	4.883,72	0,0000%	97,67	4.063,26		9.044,65
Taxa Condominial	05/06/2013	81	4.883,72	0,0000%	97,67	4.012,79		8.994,18
Taxa Condominial	15/06/2013	80	1.465,12	0,0000%	29,30	1.198,96		2.693,38
Taxa Condominial	05/07/2013	80	6.348,84	0,0000%	126,98	5.153,14		11.628,96
Taxa Condominial	05/08/2013	79	6.348,84	0,0000%	126,98	5.087,54		11.563,35
Taxa Condominial	05/09/2013	78	6.348,84	0,0000%	126,98	5.021,93		11.497,75
Taxa Condominial	05/10/2013	77	6.348,84	0,0000%	126,98	4.958,44		11.434,26
Taxa Condominial	05/11/2013	76	6.348,84	0,0000%	126,98	4.892,84		11.368,66
Taxa Condominial	05/12/2013	75	6.348,84	0,0000%	126,98	4.829,35		11.305,17
Taxa Condominial	05/01/2014	74	6.348,84	0,0000%	126,98	4.763,75		11.239,56
Taxa Condominial	05/02/2014	73	6.348,84	0,0000%	126,98	4.698,14		11.173,96
Taxa Condominial	05/03/2014	72	6.348,84	0,0000%	126,98	4.638,89		11.114,70
Taxa Condominial	05/04/2014	71	6.348,84	0,0000%	126,98	4.573,28		11.049,10
Taxa Condominial	05/05/2014	70	6.348,84	0,0000%	126,98	4.509,79		10.985,61
Taxa Condominial	05/06/2014	69	7.618,61	0,0000%	152,37	5.333,03		13.104,01
Taxa Condominial	05/07/2014	68	7.618,61	0,0000%	152,37	5.256,84		13.027,82
Taxa Condominial	05/08/2014	67	7.618,61	0,0000%	152,37	5.178,12		12.949,10
Taxa Condominial	05/09/2014	66	7.618,61	0,0000%	152,37	5.099,39		12.870,37
Taxa Condominial	05/10/2014	65	7.618,61	0,0000%	152,37	5.023,20		12.794,19
Taxa Condominial	05/11/2014	64	7.618,61	0,0000%	152,37	4.944,48		12.715,46
Taxa Condominial	05/12/2014	63	7.618,61	0,0000%	152,37	4.868,29		12.639,27
Taxa Condominial	05/01/2015	62	7.618,61	0,0000%	152,37	4.789,57		12.560,55
Taxa Condominial	05/02/2015	61	7.618,61	0,0000%	152,37	4.710,84		12.481,82
Taxa Condominial	05/03/2015	60	7.618,61	0,0000%	152,37	4.639,73		12.410,72

Taxa Condominial	05/04/2015	59	7.618,61	0,0000%	152,37	4.561,01		12.331,99
Taxa Condominial	05/05/2015	58	7.618,61	0,0000%	152,37	4.484,82		12.255,80
Taxa Condominial	05/06/2015	57	8.151,91	0,0000%	163,04	4.714,52		13.029,47
Taxa Condominial	05/07/2015	56	8.151,91	0,0000%	163,04	4.633,00		12.947,95
Taxa Condominial	05/08/2015	55	8.151,91	0,0000%	163,04	4.548,77		12.863,71
Taxa Condominial	05/09/2015	54	8.151,91	0,0000%	163,04	4.464,53		12.779,48
Taxa Condominial	05/10/2015	53	8.151,91	0,0000%	163,04	4.383,01		12.697,96
Taxa Condominial	05/11/2015	52	8.151,91	0,0000%	163,04	4.298,77		12.613,72
Taxa Condominial	05/12/2015	51	8.151,91	0,0000%	163,04	4.217,25		12.532,20
Taxa Condominial	05/01/2016	50	8.151,91	0,0000%	163,04	4.133,02		12.447,97
Taxa Condominial	05/02/2016	49	8.151,91	0,0000%	163,04	4.048,78		12.363,73
Taxa Condominial	05/03/2016	48	8.151,91	0,0000%	163,04	3.969,98		12.284,93
Taxa Condominial	05/04/2016	47	8.151,91	0,0000%	163,04	3.885,74		12.200,69
Taxa Condominial	05/05/2016	46	8.151,91	0,0000%	163,04	3.804,22		12.119,17
Taxa Condominial	05/06/2016	45	8.151,91	0,0000%	163,04	3.719,99		12.034,94
Taxa Condominial	05/07/2016	44	8.151,91	0,0000%	163,04	3.638,47		11.953,42
Taxa Condominial	05/08/2016	43	8.151,91	0,0000%	163,04	3.554,23		11.869,18
Taxa Condominial	05/09/2016	42	8.151,91	0,0000%	163,04	3.470,00		11.784,94
Taxa Condominial	05/10/2016	41	8.151,91	0,0000%	163,04	3.388,48		11.703,43
Taxa Condominial	05/11/2016	40	8.151,91	0,0000%	163,04	3.304,24		11.619,19
Taxa Condominial	05/12/2016	39	8.151,91	0,0000%	163,04	3.222,72		11.537,67
Taxa Condominial	05/01/2017	38	8.151,91	0,0000%	163,04	3.138,49		11.453,43
Taxa Condominial	05/02/2017	37	8.151,91	0,0000%	163,04	3.054,25		11.369,20
Taxa Condominial	05/03/2017	36	8.151,91	0,0000%	163,04	2.978,16		11.293,11
Taxa Condominial	05/04/2017	35	8.151,91	0,0000%	163,04	2.893,93		11.208,88
Taxa Condominial	05/05/2017	34	8.151,91	0,0000%	163,04	2.812,41		11.127,36
Taxa Condominial	05/06/2017	33	8.151,91	0,0000%	163,04	2.728,17		11.043,12
Taxa Condominial	05/07/2017	32	8.151,91	0,0000%	163,04	2.646,65		10.961,60
Taxa Condominial	05/08/2017	31	8.151,91	0,0000%	163,04	2.562,42		10.877,37
Taxa Condominial	05/09/2017	30	8.151,91	0,0000%	163,04	2.478,18		10.793,13
Taxa Condominial	05/10/2017	29	8.151,91	0,0000%	163,04	2.396,66		10.711,61
Taxa Condominial	05/11/2017	28	8.151,91	0,0000%	163,04	2.312,43		10.627,37
Taxa Condominial	05/12/2017	27	8.151,91	0,0000%	163,04	2.230,91		10.545,85
Taxa Condominial	05/01/2018	26	8.151,91	0,0000%	163,04	2.146,67		10.461,62
Taxa Condominial	05/02/2018	25	8.151,91	0,0000%	163,04	2.062,43		10.377,38
Taxa Condominial	05/03/2018	24	8.151,91	0,0000%	163,04	1.986,35		10.301,30
Taxa Condominial	05/04/2018	23	8.151,91	0,0000%	163,04	1.902,11		10.217,06
Taxa Condominial	05/05/2018	22	8.151,91	0,0000%	163,04	1.820,59		10.135,54
Taxa Condominial	05/06/2018	21	8.151,91	0,0000%	163,04	1.736,36		10.051,31
Taxa Condominial	05/07/2018	20	8.151,91	0,0000%	163,04	1.654,84		9.969,79
Taxa Condominial	05/08/2018	19	8.559,51	0,0000%	171,19	1.649,13		10.379,83
Taxa Condominial	05/09/2018	18	8.559,51	0,0000%	171,19	1.560,68		10.291,38
Taxa Condominial	05/10/2018	17	8.559,51	0,0000%	171,19	1.475,09		10.205,79

Taxa Condominial	05/11/2018	16	8.559,51	0,0000%	171,19	1.386,64		10.117,34
Taxa Condominial	05/12/2018	15	8.559,51	0,0000%	171,19	1.301,05		10.031,75
Taxa Condominial	05/01/2019	14	8.559,51	0,0000%	171,19	1.212,60		9.943,30
Taxa Condominial	05/02/2019	13	8.559,51	0,0000%	171,19	1.124,15		9.854,85
Taxa Condominial	05/03/2019	12	8.559,51	0,0000%	171,19	1.044,26		9.774,96
Taxa Condominial	05/04/2019	11	8.559,51	0,0000%	171,19	955,81		9.686,51
Taxa Condominial	05/05/2019	10	8.559,51	0,0000%	171,19	870,22		9.600,92
Taxa Condominial	05/06/2019	9	8.559,51	0,0000%	171,19	781,77		9.512,47
Taxa Condominial	05/07/2019	8	8.559,51	0,0000%	171,19	696,17		9.426,87
Taxa Condominial	05/08/2019	7	8.559,51	0,0000%	171,19	607,73		9.338,43
Taxa Condominial	05/09/2019	6	8.559,51	0,0000%	171,19	519,28		9.249,98
Taxa Condominial	05/09/2019	6	684,76	0,0000%	13,70	41,54		740,00
Taxa Condominial	05/10/2019	5	9.244,28	0,0000%	184,89	468,38		9.897,54
Taxa Condominial	05/11/2019	4	9.244,28	0,0000%	184,89	372,85		9.802,02
Taxa Condominial	05/12/2019	3	9.244,28	0,0000%	184,89	280,41		9.709,58
Taxa Condominial	05/01/2020	2	9.244,28	0,0000%	184,89	184,89		9.614,05
Taxa Condominial	05/02/2020	1	9.244,28	0,0000%	184,89	89,36		9.518,53
Taxa Condominial	05/03/2020	0	9.244,28	0,0000%	184,89	-		9.429,17
		Valor Principal	**1.241.195,30**		**24.823,91**	**889.733,12**		**2.155.752,33**
							Honorários advocatícios 20%	**431.150,47**
							Valor Total C/ Honorários advocatícios 20%	**2.586.902,79**

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

CERTIDÃO

Certifico a juntada do edital do leilão, o qual fora devidamente publicado no diário judicial eletrônico da JFAL em 05/03/2020.

ARAPIRACA, 9 de Março de 2020

ROBERTA JACINTO INOJOSA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
Seção Judiciária de Alagoas

Diário da Justiça Eletrônico SJAL

Nº 43.0/2020 Maceió - AL Disponibilização: Quinta-feira, 5 Março 2020

12 a. VARA FEDERAL

Edital de Leilão

12ª VARA - ARAPIRACA-AL

Edital Nº 22/2019

12ª VARA - ARAPIRACA-AL (AL-12ªVARA)

EDITAL DE LEILÃO E DE INTIMAÇÃO

JUIZ FEDERAL: Aloysio Cavalcanti Lima , Juiz Federal 12ª Vara/AL.

DIRETOR DE SECRETARIA: PLÍNIO BARBOSA LEITE

LEILOEIRO OFICIAL: FERNANDO GUSTAVO ALENCAR DE ALBUQUERQUE LINS

(PORT Nº 01/2007 - PUB DO/AL22/02/07-PG 57) Tel. 3033-4137 / 99982-4509.

Site: www.albuquerquelins.com - E-mail: fernandogustavo@uol.com.br

DATAS:

1ª PRAÇA: 24 (vinte e quatro) de Março de 2020, às 10:00 h - PELO VALOR DA AVALIAÇÃO

2ª PRAÇA: 26 (vinte e seis) de Março de 2020, às 10:00 h - POR QUALQUER VALOR, EXCETO O PREÇO VIL

LOCAL: AUDITÓRIO DA JUSTIÇA FEDERAL - Subseção de Arapiraca/AL - Fórum Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima, situado na Rua José Jailson Nunes, s/n, Santa Edwirges, Arapiraca/AL.

O Excelentíssimo Senhor Doutor ALOYSIO CAVALCANTI LIMA, Juiz Federal da 12ª Vara da Subseção Judiciária de Arapiraca, na forma da lei, etc.

FAZ SABER a tantos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que a Vara supramencionada levará à venda em arrematação pública, nas datas, locais e condições previstas neste edital, os bens penhorados nos autos das ações adiante relacionadas.

O leilão será realizado na modalidade presencial em concomitância com lances *on line*, sob a responsabilidade do leiloeiro designado. Conforme as recomendações da Resolução nº 92/2009, do Conselho de Justiça Federal, os lances eletrônicos poderão ser efetuados por meio de portal eletrônico http://www.albuquerquelins.com.br/, mediante cadastramento prévio no sítio e assinatura do termo de compromisso e responsabilidade nos moldes indicados pelo leiloeiro, confirmação dos lances e recolhimento da quantia respectiva na data designada para o leilão, para fins de lavratura de auto próprio, ficando os interessados cientes de que estarão vinculados às mesmas normas processuais e procedimentos destinados aos lançadores presenciais, inclusive quanto à responsabilidade civil e criminal.

É importante ressaltar que esta Vara Federal - 12ª VF/AL - adota para a referida hasta pública a Portaria nº 02/2008/RACJ/JF/5ª Vara/AL, de 25/03/2008, pois não possui regulamentação própria para tal fito.

DOS ÔNUS DO ARREMATANTE:

Correrá por conta do arrematante os seguintes PAGAMENTOS e/ou APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS nos locais abaixo indicados:

I - NO ATO DO LEILÃO (obrigatórios para homologação da arrematação):

1) NA CEF-PAB/JUSTIÇA FEDERAL:

a) Depósito do valor do lanço integral, ou de 20% sobre o valor do lanço.

b) Comissão de leiloeiro correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do lanço;

c) Pagamento das custas judiciais de 0,5% (meio por cento) do respectivo valor do lanço com mínimo de R$ 10,64 e máximo de R$ 1.915,38;

II - APÓS O LEILÃO (obrigatórios para expedição da carta de arrematação):

1. NA PREFEITURA MUNICIPAL: ITBI - Imposto de Transmissão de Bens Imóveis;
2. NA S.P.U. - SECRETARIA DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO: Laudêmios, ou seja, pagamento ao senhorio direto, nos casos de enfiteuse (domínio útil sobre imóveis), se houver;

III - APÓS O RECEBIMENTO DA CARTA DE ARREMATAÇÃO (obrigatórios para entrega do(s) bem(ns) e/ou imissão de posse):

1) NO CARTÓRIO DE IMÓVEIS e/ou no DETRAN (no caso de veículos) - emolumentos para:

a) baixa da penhora relativa apenas ao processo em que ocorrer a arrematação;

b) registro da Carta de Arrematação;

c) averbação de construções não registradas pelo proprietário anterior;

d) constituição da hipoteca ou penhor legal, no caso de arrematação parcelada sobre bens imóveis e/ou veículos.

2) NO CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS - emolumentos para constituição do penhor legal, no caso de arrematação parcelada sobre bens imóveis e/ou veículos.

3) NA PROCURADORIA DO EXEQUENTE - Termo de Parcelamento da Arrematação, quanto for o caso.

IV - TAXAS E VALORES CÍVEIS DE NATUREZA REAIS E NÃO TRIBUTÁRIAS, tais como as TAXAS DE CONDOMÍNIO, foros e laudêmios são de responsabilidade do adquirente.

DOS DOCUMENTOS E DADOS NECESSÁRIOS PARA CADASTRO DE ARREMATANTES

(cf. transcrição da Portaria nº 04/2006/RACJ/JF/5ª Vara/AL):

"DETERMINAR que todo aquele que arrematar algum bem em leilão judicial realizado por esta 12ª Vara deve fornecer os números de seus telefones (residencial, comercial e celular); o original do instrumento de mandato, com poderes específicos, quando se tratar de mero procurador ou preposto do arrematante; bem como cópias dos seguintes documentos:

I - No caso de ser o arrematante pessoa física:

a) Carteira de Identidade (RG) ou documento equivalente (documento de identidade expedido por Entidades de Classe, tais como OAB, CREA, CRM etc, ou pelas Forças Armadas do Brasil);

b) Cadastro de Pessoa Física (CPF);

c) RG, ou documento equivalente, e nome e CPF do cônjuge, se for o caso;

d) Comprovante de Residência em nome do arrematante (contas de água, luz ou telefone);

e) Endereço de e-mail (se tiver).

II - No caso de ser o arrematante pessoa jurídica:

a) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Contrato Social, até a última alteração, ou Declaração de Firma Individual;

c) Carteira de Identidade (RG) ou documento equivalente (documento de identidade expedido por Entidades de Classe, tais como OAB, CREA, CRM etc, ou pelas Forças Armadas do Brasil) e Cadastro de Pessoa Física (CPF) do representante legal ou do preposto da pessoa jurídica arrematante;

d) Endereço de e-mail (se tiver).

DETERMINAR que todos os documentos acima mencionados sejam reunidos e apresentados pelo arrematante, ou seu procurador, ao leiloeiro ou ao(à) funcionário(a) do Setor de Leilões especialmente designado(a) para tal fim, presente no local de realização da hasta pública, quando do pagamento do valor da arrematação ou da respectiva caução, no caso de pagamento a prazo, ficando consignado no respectivo recibo a apresentação dos aludidos papéis.

DETERMINAR que o não cumprimento das disposições desta Portaria acarretará o desfazimento da arrematação, salvo se até às 18:00 horas do primeiro dia útil subseqüente à realização do leilão o arrematante, ou seu procurador, apresentar junto ao Setor de Leilões desta 12ª Vara Federal as cópias dos documentos faltantes."

DAS DESPESAS E MULTAS:

O executado ou o remitente, em caso de remição da execução, pagamento ou parcelamento dos débitos efetivados nos 5 (cinco) dias úteis que antecederem a 1ª ou a 2ª praças do leilão, deverá depositar em juízo, os seguintes valores:

a) custas processuais: 1% (um por cento) sobre o valor da causa atualizado (com valor mínimo de R$ 10,65 e máximo de R$ 1.915,38); e

b) comissão do leiloeiro: 2% (dois por cento) sobre o menor dos seguintes valores:

(i) montante do débito exeqüendo constante do edital de leilão, e

(ii) valor atribuído ao (s) bem (ns) na última avaliação, também constante no edital de leilão, limitada tal comissão ao mínimo de R$ 100,00 e ao máximo de R$ 10.000,00.

DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O CASO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERECÍVEL E INFLAMÁVEL:

Cabe em função disso, a adoção de certas medidas que asseguram tanto a regularidade do procedimento licitatório quanto a escorreita manipulação do referido material: a) a arrematação total ou parcial do material supracitado só poderá ocorrer mediante pagamento "à vista", vedando-se a arrematação parcelada dos referidos bens; b) só poderá arrematar pessoa jurídica autorizada a comercializar combustíveis automotivos, regularmente inscrita junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e devidamente registrada na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)[1e2] c) ficará a cargo do(a) arrematante o recolhimento do combustível em veículo(s) automotor(es) dotado(s) de cilindro capaz de acondicionar líquido inflamável (caminhão-tanque), devidamente guiado(s) por motorista(s) habilitado(s) e aprovado(s) em curso de treinamento específico para condutores de veículos rodoviários transportadores de produtos perigosos (MOPP)[3].

[1] Cf. Portaria ANP nº 116/2000.

2 A documentação comprobatória dos requisitos fixados no item "b" deverá ser apresentada pelo(s) licitante(s) interessado(s) ao Leiloeiro Oficial na data do leilão, antes do apregoamento do respectivo lote.

3 Cf. Resolução CONTRAN nº 168/2004.

DAS ADVERTÊNCIAS:

1 - Caso o(s) executado(s), corresponsável(is) e cônjuges(s), se casado(s) for(em), não possua(m) advogado constituído nos autos, e esteja(m) em local incerto e não sabido, ou que ainda não seja(m) localizado(s) em seu atual endereço, fica(m) desde já intimado(s) por esse EDITAL, como também os terceiros interessados, para, querendo, habilitarem-se.

3 - Os bens acima relacionados têm como depositário os próprios executados, em sua maioria, em seus respectivos endereços e serão fotografados (na medida do possível) e disponibilizados ao público no *site* deste Juízo e do Leiloeiro Público Oficial (se o caso).

4 - No leilão realizado na 1ª praça os bens disponíveis só poderão ser arrematados por preço igual ou superior ao valor da avaliação.

5 - No leilão realizado na 2ª praça os bens móveis só poderão ser arrematados por, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do preço da avaliação, enquanto que os bens imóveis não poderão alcançar valor menor do que 50% (cinqüenta por cento) do valor da avaliação, desde que não seja considerado preço vil por este Juízo.

OBS: A arrematação por valores abaixo dos percentuais referidos, apesar de não estar vedada, só será admitida em condições excepcionalíssimas, a partir da análise do caso concreto, ficando os eventuais licitantes cientes que, nestes casos (de arrematação por valores inferiores aos percentuais indicados anteriormente), não serão devolvidas as comissões do leiloeiro, correndo por conta do lançador os ônus decorrentes da anulação da arrematação por preço vil.

6 - Ficam as partes advertidas de que assinado o auto pelo juiz e pelo leiloeiro, a arrematação considerar-se-á perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes eventuais embargos do executado, a ação autônoma ou desistência da arrematação, tudo na forma do art. 903, § 4º, § 5º, do CPC.

7 - Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, não havendo, pois, qualquer responsabilidade da 12ª Vara e/ou do Leiloeiro Público Oficial em relação aos defeitos que porventura vierem a apresentar ou vícios eventuais ocultos.

8 - Constitui ônus do interessado em participar dos leilões verificar, antes das datas designadas para os leilões, as condições dos bens que serão objeto de hasta pública. Deve, assim, no caso de imóveis rurais ou urbanos, verificar os limites, áreas, confrontações, situação jurídica, despesas de condomínio, etc, não podendo se escusar a efetuar o pagamento do lance sob a alegação de que o bem arrematado não se encontra nas condições que imaginava.

9 - No caso de bens móveis que não estejam sob a posse e guarda do Leiloeiro Público Oficial, se o eventual interessado não conseguir ver o bem de seu interesse antes do leilão, deve solicitar ao Leiloeiro Público Oficial ou ao Juízo das Execuções as providências necessárias para que o fiel depositário disponibilize o bem à visitação.

10 - Correrão por conta do arrematante as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados, e, dependendo do que for determinado pelo Juízo, também as despesas de armazenagem (no caso de demora na retirada dos bens do depósito do leiloeiro).

11 - Muito embora alguns bens constantes dos editais de hastas públicas possam ser alienados de forma parcelada, o atendimento aos requisitos de parcelamento é ônus exclusivo do arrematante (daí a necessidade de estar em situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Servido - FGTS e as Fazendas Estaduais e Municipais (quando for o caso), com a comprovação de que atende às exigências do edital quanto à habilitação jurídica e qualidade econômico-financeira), não significando a arrematação, por si só, aprovação do crédito para o parcelamento. Ademais, como nem sempre se parcela o valor total da arrematação (caso de o bem arrematado valer mais do que a dívida do executado), deve o usuário, antes de oferecer seu lance, certificar-se se possui condições financeiras para arcar com o pagamento à vista de eventual diferença entre o valor da arrematação e o valor da dívida do executado.

12 - Em hipótese alguma os participantes das hastas públicas poderão alegar desconhecimento da Portaria nº 005/2007/RACJ/JF/5ª Vara/AL, de 30/08/2007 alterada pela Portaria nº 001/2013/RACJ-ACL/JF/5ª Vara/AL, que disciplina toda a sistemática das hastas públicas da Vara Privativa das Execuções Fiscais de Alagoas (5ª Vara/AL) e especifica todas as despesas do arrematante, razão pela qual não se aceitará quaisquer desculpas para a sua não observância, principalmente no que tange aos encargos do arrematante e às despesas e custas relativas às hastas públicas (artigos 7º, 8º, 9º, 12º, 13º e 14º da Portaria nº 005/2007), bem como da legislação pátria em vigor, especialmente a Lei 13.105 de 16 de Março de 2015 (Código de Processo Civil) e Lei 6.830 de 22 de setembro de 1980 (Lei de Execuções fiscais).

14 - A venda será em dinheiro À VISTA, ou pelo prazo de 15 (quinze) dias, mediante caução idônea de 20% no ato do leilão OU na modalidade PARCELADA conforme autorizada pela exequente e disciplinada pela Portaria PGFN nº 79 de 03/02/2014 (vide anexo único).

BENS PENHORADOS

EXEQUENTE: **FAZENDA NACIONAL**

LOTE 01:

PROCESSO NO. 0800284-90.2016.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPJ no. 00.394.460/0216-53.

EXECUTADOS: RECICLAGEM DE PLASTICOS SANTA QUITERIA LTDA - ME - CNPJ no.05.867.546/0001-68 e JOSÉ PASSOS DE OLIVEIRA - CPF no. 147.857.968-47.

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Lote 04, quadra H, loteamento Redenção, bairro Senador Arnon de Melo - Arapiraca/ AL.

DEPOSITÁRIO: KELLY GRASIELE SILVA PASSOS - CPF no. 097.379.584-03.

ADVOGADOS: JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO OLIVEIRA - OAB/ AL 6569.

BEM: Imóvel de matrícula nº 52.429, **registrado no 1o. CRI de Arapiraca/ AL** - lote 04, quadra H, loteamento Redenção, bairro Senador Arnon de Melo. - Arapiraca/ AL.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 45.000,00.

INCLUSÃO VIRTUAL: SIM.

DUPLICIDADE DE PENHORA: Não.

DÉBITO: R$ 43.819,96 - Atualizado em SET./2019

LOTE 02:

PROCESSO No. 0800664-11.2019.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPJ no. 00.394.460/0216-53
EXECUTADO: JOSE MAURICIO SILVA - ACESSORIOS - CNPJ no. 04.120.108/0001-79.

LOCALIZAÇÃO DO BEM: RUA BENJAMIM FREIRE DE AMORIM, no. 846, BRASILIANA - ARAPIRACA/ AL.

DEPOSITÁRIO: JOSÉ MAURÍCIO SILVA - CPF no. 321.213.854-87.

ADVOGADOS: MARCIO ALBERTO ALMEIDA DE MOURA LIMA - OAB/ AL 14847 e RENATA MAURÍCIO DE LIMA SILVA - OAB/ AL 10504.

BENS:

1. 01(um) Climatizador de AR, Marca Rotoplast, Roto 95 turbo, em uso. **R$** 2.500,00
2. 01(um) Vidro traseiro vigia do Polo Sedan. **R$** 450,00
3. 03(três) Vidro traseiro vigia Kadett, 89/96-R$ 350,00 Unidade. **R$** 1.050,00
4. 02(dois) Vidro traseiro vigia do Palio - 01/04-R$ 300,00 Unidade. **R$** 600,00
5. 01(um) Vidro traseiro vigia do Palio, S/ desembaçador, 01/04- R$250,00Unidade. **R$** 250,00
6. 01(um) Vidro traseiro vigia GOL, G5 e G6. **R$** 400,00
7. 01(um) Vidro Para-Brisas do Golf , com sensor de chuva, 2007-2014. **R$** 600,00
8. 01(um) Vidro traseiro vigia do Polo Hatch - 03/04. **R$** 600,00
9. 01(um) Para-BrisasL200 87/92. **R$** 800,00
10. 01(um) Vidro Para-Brisas do Escort, 83/92. **R$** 400,00
11. 01(um) Vidro Para-Brisas do Caminhão 680 MB, 82/94. **R$** 400,00
12. 01(uma) Chave de Seta do Veículo Celta -10/14. **R$** 300,00
13. 01(um) Vidro traseiro vigia da Fiorino, 87/92. **R$** 200,00
14. 03(três) Vidro da porta traseira do Corsa Sedan, 03/10. R$ 200,00 Unidade. **R$** 600,00
15. 07(sete) Vidro da porta dianteira do Corsa Sedan, 03/10. R$ 200,00 Unidade. **R$** 1.400,00
16. 01(um) Vidro da porta traseira do Vectra, 96/05. **R$** 250,00
17. 01(um) Vidro da porta dianteira do Golf 99/10. **R$** 250,00
18. 01(um) Vidro da porta dianteira do Santana - 98/04. **R$** 180,00
19. 01(um) Vidro da porta dianteira do GOL, 95/99. **R$** 95,00
20. 02(dois)Vidro da porta dianteira da S10. R$ 250,00 Unidade. **R$** 500,00
21. 03(três) Vidro da janela fixa do GOL, 79/94. **R$** 150,00
22. 05(cinco) Vidro da porta traseira da S10. R$ 250,00Unidade. **R$** 1.250,00
23. 01(um) Vidro da porta dianteira F250, 99/11. **R$**300,00
24. 05(cinco) Vidro da porta dianteira do Fiesta, 98/04 . R$ 200,00Unidade. **R$** 1.000,00
25. 01(um) Para-Brisas do New Fiesta, 15/18. **R$** 100,00
26. 02(dois) Estribo de Ducato Cromado -R$ 500,00 Unidade. **R$** 1.000,00
27. 03(três) Estribo da Camionete Hilux, 16/12. R$ 500,00 Unidade. **R$** 1.500,00
28. 01(um) Par de estribos de a Ranger 2012. **R$** 1.000,00
29. 01(um) Par de estribo da S10, 94/11. **R$**1.000,00
30. 01(um) Par de estribos da Ecosport, 11/14. **R$** 700,00
31. 01(um) Protetor caçamba Frontier 08/14. **R$** 800,00
32. 02(um) Para-Brisas Traseiro da Parati, 96/99 R$ 250,00 Unidade. **R$** 500,00
33. 02(dois) Para-Brisas dianteiro do Palio, 12/19 R$ 200,00Unidade **R$** 400,00
34. 01(um) Para-Brisas traseiro da Saveiro, 96/00. **R$** 400,00
35. 02(dois) Sto. Antonio da Strada Cabine Simples, 19/19. **R$** 300,00
36. 04(quatro) Engate do Palio Weekend -R$ 250,00 Unidade. **R$** 1.000,00
37. 01(um) Engate Reboque do Ecosport Freestyle, 12/14 . **R$** 300,00
38. 01(um) Engate Reboque do Nissan Livina, 02/10. **R$** 500,00
39. 01(um) Engate Reboque do Golf, 14/16. **R$** 300,00
40. 01(um) Engate Reboque do novo Fiesta, 12/16. **R$** 250,00
41. 03(três) Para-Barro do Corolla, 08/12-R$ 150,00 Unidade. **R$** 450,00
42. 05(cinco) Para-Barro do Ford Ka, 14/18 -R$ 100 Unidade. R$ 500,00
43. 03(três) Para-Barro da Hilux, 09/12-R$150,00 Unidade . **R$4**50,00
44. 01(um) Parabarro da Frontier SEL, 08/14. **R$** 150,00
45. 01(uma) Capota Marítima da Toyota Hilux Cabine Dupla, 06/12. **R$** 500,00
46. 01(uma) Capota Marítima da Ranger Cabine Dupla, 13/16. R$ 500,00
47. 01(uma) Capota Marítima da Ranger Cabine Dupla, c/Sto. Antonio, 13/16. **R$** 600,00

48. 04(quatro)Lanterna Traseira do Santana, lado direito, 99- R$ 100,00 Unidade. **R$** 400,00
49. 04(quatro) Lanterna Traseira do Palio, 08/10, R$ 100,00 Unidade. **R$** 400,00
50. 04(quatro) Farol do Gol G5, R$ 200,00 Unidade. **R$** 800,00
51. 02(duas)Lanterna Traseira Corsa Hatch, 03/08, R$ 300,00 Unidade. **R$** 600,00
52. 04(quatro) Lanterna Traseira do Uno, 14/19 -R$ 250,00 Unidade. **R$** 1.000,00
53. 04(quatro) Farol do Fox, 08/11. R$ 250,00 Unidade. **R$**1.000,00
54. 02(duas) Grade do Radiador da Ranger(Cromada), 98/04.**R$**500,00Unidade. **R$**1.000,00

55. 02(dois) Overbumper S10, 12/16, R$ 400,00 Unidade. **R$** 800,00
56. 02(dois) Farol Ecosport, 08/11, R$ 350,00 Unidade. **R$** 700,00
57. 02(dois) Farol da S10,03/11. R$ 500,00 Unidade. **R$** 1.000,00
58. 01(um) Farol SW4, 06/10. **R$** 500,00
59. 02(dois) Farol da Ranger, 06/10 -R$ 400,00 Unidade. **R$** 800,00
60. 01(um) Farol da Hilux, 04/08. R$ 500,00 Unidade. **R$**500,00
61. 02(dois) Farol do Golf, 00/04. R$ 250,00 Unidade. **R$**500,00

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 37.725,00 (trinta e sete mil, setecentos e vinte e cinco reais) - avaliado em 22/10/2019.

INCLUSÃO VIRTUAL: SIM.

DUPLICIDADE DE PENHORA: NÃO.

DÉBITO: R$ 62.164,69 - Atualizado em 10/2019.

LOTE 03:

PROCESSO NO. 0801494-79.2016.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPJ no. 00.394.460/0216-53.

EXECUTADOS: **JOSE VICENTE DA SILVA FILHO MOVEIS - ME** - CPF no.09.656.878/0001-54.

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua do Comércio, no.208, Centro - Jaramataia/ AL. 57425-000.

DEPOSITÁRIO: José Vicente da Silva Filho - RG no. 1825335 SSP/ AL.

ADVOGADOS: NÃO.

BENS:

- 10 (dez) cozinhas STAR, marca TELASUL, cor branca, composta de 04 (quatro) peças - paneleiro, balcão, armário triplo aéreo e armário de geladeira, em aço. Novas, disponíveis também em cor preta com branca. Avaliadas em R$ 18.000,00.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 18.000,00 (dezoito mil reais) - em FEV./2020.

INCLUSÃO VIRTUAL: NÃO.

DUPLICIDADE DE PENHORA: Não.

DÉBITO: R$ 35.708,50 - Atualizado em DEZ./2019.

LOTE 04:

PROCESSO NO. 0800459-16.2018.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPJ no. 00.394.460/0216-53.

EXECUTADO: RAFAEL MORAES ARAUJO EIRELI - CGC: 01.774.626/0001-18

ENDEREÇO: LRG DOM FERNANDO GOMES, 41, CENTRO; ARAPIRACA/AL, CEP: 57300-290

LOCALIZAÇÃO DO BEM: LRG DOM FERNANDO GOMES, 41, CENTRO; ARAPIRACA/AL, CEP: 57300-290

DEPOSITÁRIO: Sr. RAFAEL MORAES ARAUJO, telefone: 82.981670777, portador do CPF nº 018.294.544-80, residente e domiciliado na Rua Tancredo Neves de Almeida Neves, 570, Alto do Cruzeiro, em Arapiraca, Alagoas.

ADVOGADOS: não consta

BENS:

1. 01 (um) balcão caixa, no valor de R$ 800,00 (oitocentos reais)
2. 11 (onze) gôndolas em aço base; 07 (sete) prateleiras fixas na parede e uma testeira sem luminária, no valor unitário de R$ 490,00, totalizando R$ 5.390,00 (cinco mil, trezentos e noventa reais)
3. 05 (cinco) gôndolas em aço com uma base; 04 (quatro) prateleiras e uma testeira sem luminária, no valor unitário de R$ 550,00 (quinhentos e cinqüenta reais), totalizando R$ 2.750,00 (dois mil, setecentos e cinqüenta reais)
4. 01 (um) guichê com porta cédulas, no valor de R$ 860,00 (oitocentos e sessenta reais)
5. 04 (quatro) balcões tipo farmaline, com vitrine, 02 (duas) bandejas em vidro e gavetas divisórias, no valor unitário de R$ 720,00 (setecentos e vinte reais), totalizando R$ 2.880,00 (dois mil, oitocentos e oitenta reais)
6. 05 (cinco) balcões tipo farmaline, com vitrine, 02 (duas) bandejas em vidro sem divisórias, no valor unitário de R$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais), totalizando R$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais)
7. 01 (uma) longarina com quatro lugares, no valor unitário de R$ 270,00 (duzentos e setenta reais)
8. 01 (uma) mesa de reunião, com seis cadeiras em couro, no formato retangular de madeira, sendo a mesa no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) e as cadeiras no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) cada unidade, totalizando R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais)
9. 01 (um) ar condicionado, marca Electrolux, nove mil btus de potência, split, no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais)
10. 01 (um) ar condicionado, marca Komeco, nove mil btus de potência, split, no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais)

VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO: R$ 20.250,00 (vinte mil, duzentos e cinquenta reais), em 26/11/2018.

INCLUSÃO VIRTUAL: SIM.

DUPLICIDADE DE PENHORA: NÃO

DÉBITO: R$ 333.733,69, atualizado em 02/07/2019

LOTE 05:

PROCESSO NO. 0800294-66.2018.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPPJ no. 00.394.460/0216-53.

EXECUTADO: IMPERIAL - DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA - CNPJ no. 08.091.499/0001-00.

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua Governador Silvestre Péricles, 1058, Jardim Tropical, Arapiraca/AL

DEPOSITÁRIO: MARIA ISABEL DA SILVA SANTOS - CPF no. 058.513.064-75.

ADVOGADOS: SAMUEL FREITAS CERQUEIRA - AL4037

BENS: Caminhão Mercedez Benz, modelo ACCELO 815, cor azul, placa OHH2046, motor diesel, 2012/2012, chassi 9BM979026CS004378, com carroceria adequada ao carregamento de bebidas, em bom estado de uso e conservação.

AVALIAÇÃO DO VEÍCULO: R$ 74.263,50 - em 04/02/2020.

AVALIAÇÃO DA CARROCERIA: R$ 23.000,00 - em 04/02/2020.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 97.263,50 - avaliado em 04/02/2020.

INCLUSÃO VIRTUAL: SIM.

DUPLICIDADE DE PENHORA: NÃO.

DÉBITO: R$ 62.624,56- Atualizado até junho/2019.

LOTE 06:

PROCESSO NO. 0800079-27.2017.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPPJ no. 00.394.460/0216-53.

EXECUTADO: VALDECI NASCIMENTO DE ALMEIDA PADARIA - EPP, CNPJ Nº. 22.791.442/0001-36 (redirecionamento/sucessão empresarial de A N DE ALMEIDA PADARIA - ME , CNPJ: 08.255.991/0001-65)

ENDEREÇO DO EXECUTADO: RUA VICENTE FLOR FERREIRA, 100, BAIRRO PLANALTO - ARAPIRACA/AL. 57308-560

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua Vicente Flores Ferreira, bairro Planalto, Arapiraca/AL

REPRESENTANTE LEGAL e DEPOSITÁRIO: Aldemir Nascimento de Almeida, CPF: 888.551.804-44 (cel. 9 9914-8366)

ADVOGADOS: FABIO BARBOSA MACHADO - AL9850

BENS IMÓVEIS:

- Matrícula 75.017 - lote 01, situado a rua Vicente Flores Ferreira, bairro Planalto, Arapiraca/AL, área aproximada 154 metros quadrados e que apresenta as seguintes delimitações: frente com a Rua Vicente Flor Ferreira; fundos com o lote 17 do Lot. Planaltina; ao lado direito, com o imóvel 75.018 de propriedade do Sr. Aldemir Nascimento de Almeida; ao lado esquerdo, com a Rua Antônio Lemos Palmeira. Apesar de não constar na Certidão de Matrícula Imobiliária, e não haver averbação a esse respeito, no imóvel foi edificado uma Garagem, dois cômodos e dois banheiros, em regular estado de conservação.Avaliado em R$ 150.000,00
- Matrícula 75.018 - lote 02, situado a rua Vicente Flores Ferreira, bairro Planalto, Arapiraca/AL, área aproximada 295 metros quadrados e que apresenta as seguintes delimitações: frente com a Rua Vicente Flor Ferreira; fundos com o lote 17 do Lot. Planaltina; ao lado esquerdo com o imóvel de matrícula 75.017 de propriedade do Sr. Aldemir Nascimento de Almeida; ao lado direito, com o Lote 01 do Lot. Planaltina. Apesar de não constar na Certidão de Matrícula Imobiliária, e não haver averbação a esse respeito, no imóvel foi edificado uma casa de alvenaria, com dois quartos, sala de estar e jantar, cozinha, banheiro, área de serviço e garagem, com piso em cerâmica e teto com forro, em regular estado de conservação. Avaliado em R$ 180.000,00.

VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO: R$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), em 25/01/2019.

INCLUSÃO VIRTUAL: SIM.

DUPLICIDADE DE PENHORA: NÃO.

DÉBITO: R$ R$ 161.726,03, atualizado até 07/05/2019

LOTE 07:

PROCESSO NO. 0800492-06.2018.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPPJ no. 00.394.460/0216-53.

EXECUTADO: IMPERIAL-DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA - CGC: 08.091.499/0001-00

ENDEREÇO: Rua Governador Silvestre Pericles, 1058, Jardim Tropical, Arapiraca/AL

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua Governador Silvestre Pericles, 1058, Jardim Tropical, Arapiraca/AL

REPRESENTANTE LEGAL:

DEPOSITÁRIO: Iolanda Lira de Almeida, CPF n.º 648.405.904-78

ADVOGADOS: SAMUEL FREITAS CERQUEIRA - AL4037

BENS:

1- Caminhão Mercedes Benz/Atron 1319, ano 2012/2012, cor amarela, motor à diesel, placa OHI2366-AL, equipado com baú para caminhões (sem registro veicular autônomo), avaliado em R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais);

2- Caminhão Mercedes Benz/Atron 1319, ano 2012/2012, cor vermelha, motor à diesel, placa OHI 2356-AL, equipado com baú para caminhões (sem registro veicular autônomo), avaliado em R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais);

3- Caminhão Mercedes Benz/Atron 1319 ano 2012/2012 cor vermelha, motor à diesel, placa OHI 2326-AL, equipado com baú para caminhões (sem registro veicular autônomo), avaliado em R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais);

4- Caminhão Mercedes Menz/Atron 1319, cor amarela, , motor à diesel, placa OHH 4006-AL, equipado com baú para caminhões (sem registro veicular autônomo), avaliado em R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).

VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO: R$ 520.000,00 (quinhentos e vinte mil reais), em 26/07/2019.

INCLUSÃO VIRTUAL: SIM.

DÉBITO: R$ 56.369,57 (cinquenta e seis mil, trezentos e sessenta e nove reais e cinquenta e sete centavos), em 22/11/2019

LOTE 08:

PROCESSO nº 0804367-81.2018.4.05.8001-EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPJ no. 00.394.460/0216-53.

EXECUTADO: G O DE L SOARES PADARIA, CNPJ: 12.640.048/0001/43.

ENDEREÇO: Rua Santa Rita, nº 848 - Brasília, CEP: 57313-005, Arapiraca - AL.

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua Santa Rita, nº 848 - Brasília, CEP: 57313-005, Arapiraca - AL.

REPRESENTANTE LEGAL e DEPOSITÁRIO: Graciene Oliveira Lima Soares.

ADVOGADOS: Não consta.

BENS:

01- 1 (um) Forno Turbo Elétrico, 21 esteira para padaria, equipamento gastronômico-progás-forno turbo linght Gás. Reavaliado em R$ 5.000,00 (cinco mil reais);

02- 20 (vinte) Caixas plásticas para verduras. Reavaliadas em R$ 30,00 (trinta reais).

VALOR TOTAL: R$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais) em 05 de dezembro de 2019.

INCLUSÃO VIRTUAL: SIM.

DUPLICIDADE DE PENHORA: Não Consta

DÉBITO: R$ 28.883,98 - atualizado até junho de 2019

LOTE 09:

PROC. 0000317-94.2008.4.05.8001- EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL- CNPJ: 00.394.460/0216-53.

EXECUTADO: INCASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO ARAÚJO E SILVA LTDA - ME - CNPJ: 12.210.621/0001-89.

ENDEREÇO: Terreno de esquina com frente para Rua Antônio Marroquim, Arapiraca/AL.

REPRESENTANTE LEGAL e DEPOSITÁRIO: BERENICE ARAÚJO DA SILVA, CPF: 162.547.164-53.

ADVOGADOS: José Cesar da Silva-AL 4299-N.

BEM:

Terreno de esquina com frente para Rua Antônio Marroquim, Arapiraca/AL, medindo 18m de frente; por 57,20m de frente a fundo, limitando-se de um lado com a Rua União dos Palmares, do outro com a Rua Manoel José da Silva; pelos fundos com a Rua Santos Dumont (descrição conforme matrícula 8.626 do CRI de Arapiraca).

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) em 14 de agosto 2019.

DUPLICIDADE DE PENHORA: Sim

INCLUSÃO VIRTUAL: SIM

DÉBITO: R$ 156,766,17 (cento e cinquenta e seis mil, setecentos e sessenta e seis reais e dezessete centavos) - atualizado em dezembro de 2018.

LOTE 10:

PROC. 0000607-12.2008.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL- CNPJ: 00.394.460/0216-53.

EXECUTADO: LIRABEL -LIRA DISTRIBUIDORA ALAGOANA DE BEBIDAS LTDA - ME - CNPJ: 02.279.630/0001-72 e ERIVÂNIA LIRA DE ALMEIDA-CPF: 758.925.024-49.

ENDEREÇO: lote de terreno N° 64 da Quadra G do Loteamento Moradia Rio Lagoa do Pau, situado na Lagoa do Pau no município de Coruripe/AL.

REPRESENTANTE LEGAL e DEPOSITÁRIO: ERIVANIA LIRA DE ALMEIDA, CPF: 758.925.024-49.

ADVOGADOS: Não consta.

BENS:

Um imóvel de matrícula nº 2529, lote de terreno próprio sob n° 64 da quadra G do loteamento Morada Rio Mar, com uma casa edificada em cima, situado no Povoado Lagoa do Pau, Coruripe/AL, medindo 12 metros de frente e 30 metros de extensão de frente a fundos em ambos os lados, limitando-se pela frente, com a rua em projeto; pelo lado direito de quem da quem da rua olha com o lote nº 62; pelo lado esquerdo, com o lote nº 66 e pelos fundos, com o lote nº 63 (conforme certidão de inteiro teor e ônus).

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais) em agosto de 2018.

DUPLICIDADE DE PENHORA: Não consta

INCLUSÃO VIRTUAL: SIM

DÉBITO: R$ 17.834,79 (dezessete mil, oitocentos e trinta e quatro reais e setenta e nove centavos) - atualizado em abril de 2019.

LOTE 11:

PROCESSO 0800453-09.2018.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO MULTBOX ESQUADRIAS DE ALUMINIO LTDA - EPP (CNPJ: **00.961.032/0001-53)**

ENDEREÇO: ROD AL 220 2084 KM 02, SENADOR ARNON DE MELO, ARAPIRACA/AL

DEPOSITÁRIO(A): ANDRÉ MAURO DE LEMOS LIMA (CPF: 048.391.764-34)

BENS:

1. 01 (uma motocicleta/passeio, marca JTA/SUZUKI, modelo GSR150I, ano de frabricação 2011, ano modelo 2012, cor predominante amarela, combustível gasolina, chassi nº 9CDNG4AAJCM103014, RENAVAM 00474665562, Placa OHI5655, espécie passageiro, potência 150CC CV, categoria particular, lotação 2 pessoas, o motor parece estar em nom estado de conservação, apesar de mão ter dado partida por falta de carga na bateia do veículo. Avaliado em: R$ 4.000,00 (quatro mil reais)
2. 01 (uma motocicleta/passeio, marca JTA/SUZUKI, modelo GSR150I, ano de frabricação 2011, ano modelo 2012, cor predominante amarela, combustível gasolina, chassi nº 9CDNG4AAJGM210653, RENAVAM 01052547440, Placa ORH2384, espécie passageiro, potência 150CC CV, categoria particular, lotação 2 pessoas, o motor parece estar em nom estado de conservação, apesar de mão ter dado partida por falta de carga na bateia do veículo. Avaliado em: R$ 4.000,00 (quatro mil reais)

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 8.000,00 (oito mil reais)

INCLUSÃO VIRTUAL: sim

DUPLICIDADE DE PENHORA: sim (Processo 0800131-86.2018.4.05.8001 - 12ª Vara Federal AL)

VALOR DO DÉBITO: R$ 60.856,47 - Atualizado até 05/2019

LOTE 12:

PROCESSO 0800203-10.2017.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO RAFAEL MORAES ARAUJO EIRELI - ME

ENDEREÇO: LRG DOM FERNANDO GOMES, Nº 41, CENTRO, ARAPIRACA/AL. CEP: 57300-290.

DEPOSITÁRIO: Claudia Mirelli Moraes Araújo de Almeida

BENS:

- 02 (dois) ar condicionados split, marca Komeco, 9.000 btu´s, em bom estado. Avaliado em R$ 800,00 (oitocentos reais) cada. Total: R$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais);

- 01 (um) computador desktop, marca Seatech, com monitor Philips, em bom estado. Avaliado em R$600,00 (seiscentos reais);

- 01 (um) computadpr desktop, marca LG, com monitor Philips,em bom estado. Avaliado em R$600,00 (seiscentos reais);

- 01 (um) computadpr desktop, com monitor, ambos Samsumg,em bom estado. Avaliado em R$600,00 (seiscentos reais);

- 01 (um) birô em fórmica marrom, com aproximadamente 2,20m, em bom estado. Avaliado em R$ 1.000,00 (um mil reais);

- 01 (um) birô em fórmica marrom, com aproximadamente 1,50m, em bom estado. Avaliado em R$ 600,00 (seiscentos reais);

- 01 balcão caixa, em bom estado. Avaliado em R$ 800,00 (oitocentos reais);

- 11 (onze) gôndolas em aço, com 1 base, 04 prateleiras. Avaliadas em R$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais) cada. Total: R$ 5.390,00 (cinco mil e trezentos e noventa reais).

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 11.190,00 (onze mil e cento e noventa reais).

INCLUSÃO VIRTUAL: sim

VALOR DO DÉBITO: R$ 724.832,57 - Atualizado até novembro/2018

LOTE 13:

PROCESSO 0000153-85.2015.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO INDUSTRIA DE MASSAS G L LTDA ME - ME e LUCIANO VALERIANO CAVALCANTE-ME ((CNPJ: 01.005.262/0001-01)

ADVOGADO(A): GLECIA CRISTINA ALEXANDRINO DE BARROS,AL12165-A.

ENDEREÇO: Rua José Honorato, esquina com a Rua Professor Guedes de Miranda, nº 380, Bairro Primavera, Arapiraca/AL.

DEPOSITÁRIO:

BEM: Imóvel comercial situado na Rua José Honorato esquina com a Rua Prof. Guedes de Miranda, 380, Primavera, Arapiraca, contendo os seguintes cômodos: 03 WC, 01 empacotamento, 02 circulação, 02 forno, 01 produção, 01 atendimento, 01 WC masculino, 01 WC feminino, 06 depósito, 01 escritório, 01 vestiário, 01 lavanderia, e 02 áreas de serviço. Medidas da construção: Frente medindo 21,20 metros; Fundos medindo 21,20 metros. Lado direito medindo 31,00 metros; Lado esquerdo medindo 31 metros. Com área total construída de 622,70m² .

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 900.000,00 (novecentos mil reais).

FOTOS: sim

DUPLICIDADE DE PENHORA: sim (Processo n. 0804281-13.2018.4.05.8001 - 8ª Vara Federal AL)

VALOR DO DÉBITO: R$ 31.643,63 (atualizado até junho/2019)

LOTE 14:

PROC. 0800201-69.2019.4.05.8001- **EXECUÇÃO FISCAL**

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPJ no. 00.394.460/0216-53

EXECUTADOS:

COMERCIAL BOA VISTA LTDA (CNPJ 11.913.993/0001-09)

LOCALIZAÇÃO DO BEM: **Rua São Francisco, 1144, bairro Ouro Preto, Arapiraca/AL, CEP 57301-110.**

DEPOSITÁRIO: Carlos Alberto de Almeida - RG 1802383, CPF 036.399.064-03.

ADVOGADOS: **Não há.**

BENS: Uma motocicleta HONDA/CG 125 FAN ES, cor preta, ano 2009, placa NMG 2335, FINAL DE CHASSI 95925, que se encontra com o banco rasgado.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 3.462,40 (Três mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos).

DUPLICIDADE DE PENHORA: Sim (Processo nº 0804974-94.2018.4.05.8001 - 12ª Vara Federal de Alagoas).

DÉBITO: R$ 219.620,66 (duzentos e dezenove mil, seiscentos e vinte reais e sessenta e seis centavos - atualizado até fevereiro de 2020).

LOTE 15:

PROC. 0801011-49.2016.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPJ no. 00.394.460/0216-53

EXECUTADOS:

SEVERINO JOSÉ DA SILVA (CPF 026.330.004-87)

SLS COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA - ME (CNPJ 70.013.297/0001-05)

SEVERINO JOSÉ DA SILVA FILHO (CPF 924.202.734-00)

ESPÓLIO DE SEVERINO JOSÉ DA SILVA

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Praça Manoel André, nº 03, esquina para a Rua 15 de Novembro, Centro, Arapiraca/AL.

DEPOSITÁRIO: Berenice Araújo da Silva - CPF: 162.547.164-53, Tel.: 999809730.

ADVOGADOS: Julianne Cezar de Fátima Melo Silva Ramos - OAB AL 13191-N e José Cesar da Silva - OAB AL 4299-N

BENS: Imóvel de matrícula nº 14.172, registrado perante o 1º Cartório de Registro de Imóveis de Arapiraca/AL. Trata-se de um prédio comercial, que possui 3 pavimentos, com uma área total de 942,07 m² (novecentos e quarenta e dois vírgula zero sete metros quadrados), com as seguintes divisões: no primeiro pavimento, um salão, dois provadores, um escritório com lavabo; no segundo pavimento, um salão, um banheiro e um depósito; no terceiro pavimento, um salão, um banheiro e um depósito.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 2.826.210,00 (dois milhões oitocentos e vinte e seis mil e duzentos e dez reais)

DUPLICIDADE DE PENHORA: Não consta.

DÉBITO: R$ 1.037.358,14 (um milhão, trinta e sete mil, trezentos e cinquenta e oito reais e quatorze centavos - atualizado até julho de 2019).

LOTE 16:

PROC. **0000310-34.2010.4.05.8001** - EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPJ no. 00.394.460/0216-53

EXECUTADOS:

PEDRO ARISTIDES DOS SANTOS (CPF 045.479.424-04)

VENEZA MOTEL E CHURRASCARIA LTDA (CNPJ 12.420.147/0001-10)

MARIA SOCORRO ALBUQUERQUE SANTOS (CPF 894.801.124-34)

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rodovia AL-110, nº 3.650, bairro Boa Vista, Arapiraca/AL.

DEPOSITÁRIO: Fernando Pacheco da Silva (Tel 99985-1706) - CPF: 382.897.254-34.

ADVOGADOS: **Rogério Ricardo Lúcio de Magalhães - OAB AL 5576**

BENS: Imóvel consistente em um terreno situado na Lagoinha, município de Arapiraca, limitando-se ao nascente com o comprador, 55,0m; ao poente com Arlindo Belo, 90,20m; ao norte com a estrada velha de Penedo, 79,20m; e ao sul com a pista asfáltica de Penedo 90,20m (descrição conforme matrícula 6.034 do registro de imóveis de Arapiraca). O terreno fica às margens da Rodovia AL110, após a empresa Araforrod, sentido São Sebastião. No local há uma construção em estado de conservação ruim, bastante avariada.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais)

DUPLICIDADE DE PENHORA: Não consta.

DÉBITO: R$ 24.954,55 (vinte e quatro mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos - atualizado até dezembro de 2019).

LOTE 17:

PROC. 0800081-31.2016.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPJ no. 00.394.460/0216-53

EXECUTADOS:

LIMA IND. E COM. DE PLASTICOS LTDA (CNPJ 07.066.724/0001-87)

F L FARIAS PLASTICOS - EPP (CNPJ 14.698.141/0001-34)

FARIAS INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA (CNPJ 05.078.726/0001-60)

LOCALIZAÇÃO DO BEM: **Av. Ventura de Farias, nº 1436/1440, bairro Cavaco, Arapiraca/AL.**

DEPOSITÁRIO: Fernando Lima de Farias - Tel.: 99981-3460 - CPF: 134.105.124-40.

ADVOGADOS: **Arthur César do Nascimento Farias - OAB AL 13.051**

BENS: Imóvel de matrícula nº 35.095, registrado perante o 1º Cartório de Registro de Imóveis de Arapiraca/AL. Trata-se do Lote 01, situado na Av. Ventura de Farias, bairro Cavaco, Arapiraca/AL, apresentando as seguintes medidas aproximadas: 10 metros de frente e de fundos e 30 metros de frente a fundos. Área total de aproximadamente 300 m² (trezentos metros quadrados). No local, há uma edificação de alvenaria, coberta, com piso em cimento e apresentando estado regular de conservação.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais)

DUPLICIDADE DE PENHORA: Sim (Processo nº 0800368-91.2016.4.05.8001 - 8ª Vara Federal de Alagoas).

DÉBITO: R$ 49.397,87 (quarenta e nove mil, trezentos e noventa e sete reais e oitenta e sete centavos - atualizado até setembro de 2019).

LOTE 18:

PROC. 0000951-95.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPJ no. 00.394.460/0216-53

EXECUTADOS:

MARIA JOSÉ DE FARIAS

POLLYGRAF GRÁFICA EDITORA LTDA

MARIA DE LOURDES GALINDO LIMA

TERCEIROS INTERESSADOS:

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

SILAS AMÂNCIO DA SILVA

LOCALIZAÇÃO DO BEM: **Rua São Francisco, 694, Centro, Arapiraca.**

DEPOSITÁRIO: EVERTON SANTIAGO MAIA (Fones 99985-1120 ou 3482-9000), CPF n.º 087.171.504-00.

ADVOGADOS:

Defensoria Pública da União (representando Maria José de Farias)

Antonio Rodrigues Bandeira - OAB AL 8.009 (representando Maria de Lourdes Galindo Lima)

Wesley Souza de Andrade - OAB AL 5.464 (representando Silas Amâncio da Silva)

BENS: 01 (um) imóvel localizado na Rua São Francisco, nº 694, Centro, Arapiraca/AL, matrícula n º 23.338, ficha 01, livro 2, serviços registrais - 1º Ofício - Arapiraca/AL, com as seguintes medidas e confrontações: frente: medindo 4,60m, confrontando-se com a Rua São Francisco; fundos: medindo 4,40m, limitando-se com a Sra. Maria Terezinha Oliveira Lima; lado direito: medindo 58,29m, limitando-se com o Sr. Robson Vieira Canuto; lado esquerdo: medindo 58,30, limitando-se com a Sra. Alves de Souza, com área total de 266,62 m². O imóvel é edificado em dois pavimentos, está com as portas fechadas, e, em estado de abandono.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 300.000,00 (Trezentos mil reais).

DUPLICIDADE DE PENHORA: Sim (Processo nº 0000920-75.2005.4.05.8001 - 8ª Vara Federal de Alagoas).

DÉBITO: R$ 938.357,76 (Novecentos e trinta e oito mil, trezentos e cinquenta e sete reais e setenta e seis centavos - atualizado até fevereiro de 2020).

LOTE 19:

PROCESSO NO. 0800268-68.2018.4.05.8001- EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPJ no. 00.394.460/0216-53.

EXECUTADOS: *CICSA COMERCIO INTERNACIONAL DE COUROS LTDA* - CNPJ no. 11.732.226/0001-01 e SUELI AUXILIADORA DA SILVA - CPF 043.906.694-86

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua dos Caetés, 35, Serraria, Maceió/AL

DEPOSITÁRIO: SUELI AUXILIADORA DA SILVA - CPF 043.906.694-86

ADVOGADOS: NÃO CONSTA

BEM: Motocicleta Yamaha/YS150 Fazer SED, Placa QLA 3811 AL, cor preta, 150cc, ano de fabricação 2019, em perfeito estado de conservação e funcionamento.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 10.000,00 (dez mil reais).

INCLUSÃO VIRTUAL: NÃO.

DUPLICIDADE DE PENHORA: NÃO

DÉBITO: Valor do Débito: R$ 2.539.316,25 - Atualizado até Maio de 2015

LOTE 20:

PROCESSO NO. 0800620-60.2017.4.05.8001- EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPJ no. 00.394.460/0216-53.

EXECUTADO: INDUSTRIA DE MASSAS G L LTDA ME - ME- CNPJ no. 05.648.813/0001-06

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua José Honorato esquina com a Rua Prof. Guedes de Miranda, 380, Primavera, Arapiraca/AL

DEPOSITÁRIO: LUCIANO VALERIANO CAVALCANTE

ADVOGADOS: NÃO CONSTA

BEM: imóvel comercial situado na Rua José Honorato esquina com a Rua Prof. Guedes de Miranda, 380, Primavera, contendo os seguintes cômodos: 03 WC, 01 empacotamento, 02 circulação, 02 forno, 01 produção, 01 atendimento, 01 WC masculino, 01 WC feminino, 06 depósito, 01 escritório, 01 vestiário, 01 lavanderia e 02 áreas de serviço.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

INCLUSÃO VIRTUAL: SIM.

DUPLICIDADE DE PENHORA: SIM

DÉBITO: R$ 32.892,83 - ATUALIZADO ATÉ JUNHO/2017.

LOTE 21:

PROCESSO NO. 0800438-45.2015.4.05.8001- EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPJ no. 00.394.460/0216-53.

EXECUTADO: LATICINIO BATALHA LTDA - CNPJ no. 09.331.307

/0001-40

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Povoado Água-pés - Batalha /AL

DEPOSITÁRIO: Celeste Maria Lima Monteiro

ADVOGADOS: Cleantho de Moura Rizzo Neto - AL7591 e Gustavo Martins Delduque de Macedo - AL7656

BEM: Um terreno localizado no Povoado Água-pés na cidade de Batalha/AL, com área total de 5.946 m² (cinco mil novecentos e quarenta e seis metros quadrados), com as sequintes características e confrontações: FRENTE: medindo 51.70mt e limita-se com a rua Água-pés; FUNDOS: medindo 85.00mt e limita-se com o rio Ipanema LADO DIREITO: medindo 105.00mt e limita-se com a estrada em direção ao povoado Mamoeiro; e LADO ESQUERDO: medindo 87.00mt e limita-se com as terras do Sr. João Batista Melo; registrada no CRI de Batalha/AL, com matrícula 2422, ficha 150, livro nº 2E, prot. Nº 1ª, fls. 71v, nº 4803, de propriedade do Laticínio Batalha Ltda.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 100.000,00.

INCLUSÃO VIRTUAL: SIM.

DUPLICIDADE DE PENHORA: SIM

DÉBITO: R$ 57.878,16 (ATUALIZADO ATÉ NOVEMBRO DE 2017)

LOTE 22:

PROCESSO 0001846-56.2005.4.05.8001 EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL

EXECUTADOS: GERALDO BULHOES BARROS (CPF: 003.593.434-49), RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA (CNPJ 10.819.522/0001-73) e GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS (CPF: 317.278.801-15)

ENDEREÇO: Av. Jorge Montenegro Barros, 2720, Santa Amélia, Maceió/AL

DEPOSITÁRIO: Geraldo Bulhões Barros

BEM: Apartamento sob número 924, PENTHOUSE MASTER, componente do Edifício Double Reserve Flat (atual Atlantic Suítes,Antigo Meliá, situado na Av. Álvaro Otacílio, 4065, bairro Jatiúca, encravado no 9º e 10º pavimentos do citado edifício, com os seguintes cômodos: sala, circulação, uma suíte com sanitário, dois quartos, um sanitário, três varandas e escada no pavimento inferior. Sala, sanitário, cozinha, adega, terraço, deck, piscina e jardim no pavimento superior, com área privativa de 209,59m², área comum 170,04 m², área total 379,63 m². Edificado em terreno próprio, mede 64m de frente para AV. Álvaro Otacílio, lado direito com 147m, fundos com 60m para a Rua José Pontes Magalhães e lado esquerdo com 115,75m para o Loteamento Stella Maris.

AVALIAÇÃO: R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais)

INCLUSÃO VIRTUAL: sim

VALOR DO DÉBITO: R$ 284.147,27 - Atualizado até Julho/2019

LOTE 23:

PROCESSO 0000136-54.2012.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: JANDIR DE BARROS CARVALHO (CPF: 231.598.204-91)

ENDEREÇO: Rua Cícero Romão da Silva, 710 - Novo Horizonte, Arapiraca - AL

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua Rivadávia Carnaúba, 68, Apt. 302 - Farol, Maceió - AL

DEPOSITÁRIO: Jandir Barros de Carvalho

BEM: CITROEN C3 TENDANCE, cor branca, 2014/2014, Placa OXN4781

AVALIAÇÃO: R$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais)

INCLUSÃO VIRTUAL: Não

DUPLICIDADE DE PENHORA: Não

VALOR DO DÉBITO: R$ 420.714,01 - Atualizado até março/2020.

LOTE 24:

PROCESSO NO. 0000474-57.2014.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPJ no. 00.394.460/0216-53.

EXECUTADOS: SEVERINO JOSE DA SILVA FILHO - CPF no. 924.202.734-00.

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua Manoel José de Oliveira, 34, bairro Nova esperança - Arapiraca/ AL.

DEPOSITÁRIO: SEVERINO JOSE DA SILVA FILHO - CPF no. 924.202.734-00.

ADVOGADOS: João Paulo Santos pereira Militão - OAB Al 14354-N e Julianne cezar de Fátima Melo Silva Ramos - OAB AL 13191-N.

BEM: Imóvel matrícula nº 47.931/CRI Arapiraca, que consiste em uma residência localizada à rua Manoel José de Oliveira, 34, Nova Esperança, Arapiraca/AL, apresentando as seguintes medidas aproximadas: 10 (dez) metros de frente e 30 (trinta) metros de frente a fundos.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 410.000,00 (tquatrocentos e dez mil reais) - 05/03/2020.

INCLUSÃO VIRTUAL: Sim.

DUPLICIDADE DE PENHORA: Não.

DÉBITO: R$ 42.914,91 - Atualizado em DEZ./2017.

BENS PENHORADOS

EXEQUENTE: **DIVERSOS (AGU, PGF/AL, CEF, INSS, DPF)**

LOTE 01:

PROCESSO NO. **0800604-38.2019.4.05.8001 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL.**

EXEQUENTE: **CAIXA ECONOMICA FEDERAL CNPJ no. 00.360.305/0001-04.**

EXECUTADO**:** L. I. DE ARAUJO MOVEIS - CNPJ no. 11361.704/0001-06.

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua Santa Ana, nº167, QD 32, Cacimbas, Arapiraca - AL,CEP: 57304-490.

DEPOSITÁRIO: LUIZ IDALINO DE ARAÚJO, CPF: 241.233.744-68.

ADVOGADOS: NÃO TEM.

BENS:

- MÓVEIS:

a. Home Theater, em MDF, na cor marrom, medindo aproximadamente 2,75m x 2,00m. R$ 3.500,00;
b. Home Theater, em MDF, na cor branca, medindo aproximadamente 1,85m x 1,80m. R$ 2.000,00;
c. Móvel cozinha, em MDF, nas cores azul e marrom, cor mesa de vidro, medindo aproximadamente: 2,85m x 2,30m. R$4.500,00;
d. Móvel cozinha, em MDF, nas cores preta e bege, medindo aproximadamente 2,85m x 2,30m. R$ 4.200,00;
e. Guarda roupas, com quatro portas, em MDF, na cor marrom, medindo aproximadamente 2,50m x 1,80m. R$ 1.700,00;
f. Sofá de dois lugares, em tecido bege, medindo aproximadamente 2,00m. R$ 1.900,00.
g. 1 (uma) cômoda, com 03 (três) gavetas e 01 (uma) porta, em MDF, medindo aproximadamente 1,20m x 0,90m. R$ 800,00;
h. 2 (duas) cadeiras-poltronas, em madeira, com forro em tecido cinza. R$ 2.600,00.

- VEÍCULO HYUNDAI/ HR HDB, 2011/ 2012, PLACA NMO1664, com baú acoplado, em bom estado de conservação - constatação e avaliação em 22/01/2020, R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 50.000,00 - veículo; R$ 21.200,00- móveis.

INCLUSÃO VIRTUAL: SIM.

DUPLICIDADE DE PENHORA: NÃO.

DÉBITO: R$ 75.345,38 (Setenta e cinco mil, trezentos e quarenta e cinco reais e trinta e oito centavos.) - Atualizado até MAIO/ 2019.

LOTE 02:

PROCESSO NO.0804419-77.2018.4.05.8001 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXEQUENTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL CNPJ no. 00.360.305/0001-04.

EXECUTADOS: VANDERVAL MOURA SANTOS ME com nome fantasia "A BUDEG@", pessoa jurídica, CNPJ n.° 07.671.295/0001-77, avalistas/representantes legais: VANDERVAL MOURA SANTOS CPF n.° 039.334.794-01; VANDERVAL MOURA SANTOS, brasileiro, solteiro, CPF n.° 039.334.794-01.

ENDEREÇO COMERCIAL DA PESSOA JURÍDICA (LOCALIZAÇÃO DO BEM): Rua Governador Luiz Cavalcante, nº. 264, Alto do Cruzeiro, Arapiraca/AL CEP: 57.312-270.

REPRESENTANTE LEGAL e DEPOSITÁRIO: VANDERVAL MOURA SANTOS

ADVOGADOS: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

BENS:

1. 04 (quatro) computadores com monitor AOC de 17 polegadas. Em regular estado de conservação e funcionando, avaliado em R$ 500,00 a unidade, totalizando R$ 2.000,00 (dois mil reais);
2. 01 (uma) televisão LCD, marca Samsung, com 21 polegadas. Em regular estado de conservação e funcionando, avaliado em R$ 400,00 (quatrocentos reais);
3. 01(um) balcão monstruário de vidro, com aproximadamente 3,0 m de comprimento por 1,5m de altura. Em regular estado de conservação, avaliado em R$ 900,00 (novecentos reais);
4. 01 (uma) impressora Kyocera, nº M235DN, em funcionamento, avaliado em R$ 800,00 (oitocentos reais);
5. 01 (uma) impressora Kyocera, estado inservível.

VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO: R$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais), atualizado em 24/01/2020

INCLUSÃO VIRTUAL: SIM.

DUPLICIDADE DE PENHORA: NÃO.

DÉBITO:R$ 83.017,91 (oitenta e três mil, dezessete reais e noventa e um centavos), em 25/07/18

LOTE 03:

PROCESSO NO.0800869-45.2016.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, CNPJ sob o nº 00.662.270/001-69

EXECUTADO: INCASIL - IND. E COM. ARAÚJO E SILVA LTDA ME - 12.210.621/0001-89

ENDEREÇO: Rod. Senador Teotônio Vilela, S/N, Canafístula, KM 7, Arapiraca-AL

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rod. Senador Teotônio Vilela, S/N, Canafístula, KM 7, Arapiraca-AL

REPRESENTANTE LEGAL e DEPOSITÁRIO: João Paulo Santos Pereira Militão (CPF 090.638.994-16 e tel 99986-7679)

ADVOGADOS: não consta

BENS:

- VEÍCULO FIAT/PREMIO S, de placa MVE7420, péssimo estado de conservação e sem funcionamento, avaliado em R$ 1.800,00

- 1.267 quilos de fumo cortado cavalinho, em ótimo estado de conservação, embalagem de 01kg, avaliado em R$ 30,00 cada quilo. Total: R$ 38.010,00

VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO: R$ 39.810,00 (trinta e nove mil, oitocentos e dez reais), em 14/12/2018.

INCLUSÃO VIRTUAL: SIM.

DUPLICIDADE DE PENHORA: NÃO.

DÉBITO: R$ 39.792,48 (trinta e nove mil, setecentos e noventa e dois reais e quarenta e oito centavos), atualizado em 23/09/2018

LOTE 04:

PROCESSO NO. 0800755-04.2019.4.05.8001- ALIENAÇÃO JUDICIAL DE BENS

EXEQUENTE: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DPF EM ALAGOAS, CNPJ sob o nº 00.394.494/0020-70

EXECUTADO: WALLISON OLIVEIRA DO CARMO, CPF 003.449.044-23 E OUTROS

ENDEREÇO: Rua Agnelo Barbosa 1128, Maceió/AL

LOCALIZAÇÃO DO BEM: pátio da Superintendência da Polícia Federal em Maceió/Alagoas.

REPRESENTANTE LEGAL e DEPOSITÁRIO: Superintendência da Polícia Federal em Alagoas

ADVOGADOS: não consta

BENS:

- VEÍCULO GOLF 1.6, SPORTLINE, placa NMI1710**,** sem funcionamento, com avarias, avaliado em R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais)

VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO: R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) em 11/10/2019

INCLUSÃO VIRTUAL: SIM.

DUPLICIDADE DE PENHORA: NÃO.

LOTE 05:

PROCESSO NO. 0000759-68.2005.4.05.8000 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXEQUENTE:UNIÃO FEDERAL, CNPJ sob o nº 26.994.558/0001-23

EXECUTADO: JOSE AFONSO FREITAS MELRO, CPF 111.841.754-20

Endereço do executado: Rua Senador Serapião, s/n, centro, Traipu/AL

TERCEIRO POSSUIDOR: Rosângela Melo de Oliveira, CPF 635.514.704-72

Depositário:Rosângela Melo de Oliveira

Endereço da Penhora: Avenida Maria Lima Dias, nº 14, Centro, Traipu/AL

BEM: 01 (um) imóvel matrícula 508, casa de alvenaria, nº 14-1, com 02 quartos, 01 banheiro, sala e cozinha, em bom estado de conservação.

Valor da Avaliação: R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), em 17/12/2019

INCLUSÃO VIRTUAL: SIM.

DUPLICIDADE DE PENHORA: propriedade do Banco do Brasil S/A.

DÉBITO: R$ 926.263,76, em 19/11/2014

LOTE 06:

PROC. 0804197-12.2018.4.05.8001- EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE: CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DE ALAGOAS CRF- CNPJ no. 08.619.900/0001-23

EXECUTADO: CASA DE SAÚDE E MATERNIDADE AFRA BARBOSA LTDA - EPP - CNPJ: 12.171.534/0001-60

LOCALIZAÇÃO DO BEM: RUA ESPERIDIÃO RODRIGUES, Nº 98, CENTRO, ARAPIRACA - AL

DEPOSITÁRIO: VANESKA MARIA MENDES BARBOSA TOLEDO, CPF N. 475.696.624-15.

ADVOGADOS: não consta.

BEM:

01 (uma) Motocicleta, marca Honda/CG 125-Cargo KS, ano de fabricação 2010, ano/modelo 2011, cor branca, categoria particular, combustível gasolina, Chassi: 9C2JC4130BR500888, Renavam 00274125161, Placa: NMO 8240, a moto está funcionando, o retrovisor esquerdo está quebrado e o banco do assento rasgado (descrição do oficial de justiça).

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) em 04 de dezembro de 2019.

INCLUSÃO VIRTUAL: NÃO.

DUPLICIDADE DE PENHORA: SIM

DÉBITO: R$ 6.453,22 (seis mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e vinte e dois centavos) - atualizado em junho de 2018.

LOTE 07:

PROCESSO 0805053-73.2018.4.05.8001 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXEQUENTE CAIXA ECONOMICA FEDERAL

EXECUTADO SINAIR BRAZ PORTO (CPF: 564.611.514-00)

ADVOGADO: não consta

ENDEREÇO: Rua Neco Barbosa, nº 221, São Cristovão, Palmeira dos ÍndiosAL, CEP:57601-290

DEPOSITÁRIO(A): Sinair Braz Porto

BEM: 01 (um) veículo marca KIA MOTORS, modelo Sorento EX, ano de fabricação 2014, ano modelo 2015, RENAVAM 01054571721, CHASSI KNAKU811BF5583352, KM 38.559, em bom estado de conservação. Avaliado em R$ 70.000,00 (setenta mil reais).

VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO: R$ 70.000,00 (setenta mil reais)

INCLUSÃO VIRTUAL: sim

DUPLICIDADE DE PENHORA: não

DÉBITO: R$ 46.556,56 (atualizado até dez/2018)

LOTE 08:

PROCESSO 0800603-53.2019.4.05.8001 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXEQUENTE CAIXA ECONOMICA FEDERAL

EXECUTADO COMERCIAL CENTER 4 CONSTRUCOES LTDA (CNPJ 09.403.566/0001-39)

ADVOGADO(A): ANA ADELAIDE MARQUES DE ALBUQUERQUE FRANÇA - AL8218 e FRANCISCO DE ASSIS FRANÇA - AL3040

ENDEREÇO: Av. Vieira de Brito, 1311, Palmeira dos Índios/AL. CEP: 57607-570

DEPOSITÁRIO(A): SALETE SOARES DOS SANTOS

BEM: caminhão de Placa MUS7154, 2003/2003, em boas condições de uso, porém com a pintura queimada no capô e problemas nos faróis dianteiros.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais)

INCLUSÃO VIRTUAL:: sim

DUPLICIDADE DE PENHORA: não

VALOR DO DÉBITO: R$ 142.729,44 (atualizado até maio/2019)

LOTE 09:

PROCESSO 0804686-49.2018.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE CONSELHO REG DOS REPRES COMERCIAS NO ESTADO DE ALAGOAS

EXECUTADO CARLOS RAFAEL DA SILVA (CPF: 051.947.104-02)

ADVOGADO: não consta

ENDEREÇO**:** RUA MANOEL SATURNINO DE ALMEIDA, 65 - PX AO MERCANTIL JS - BOA VISTA - ARAPIRACA AL - CEP.57.303-320

DEPOSITÁRIO: Carlos Rafael da Silva

BENS: Veículo Honda CG start, cor vermelha, placa QLD2609, 2015/2015), em bom estado de conservação, em funcionamento.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais).

INCLUSÃO VIRTUAL: sim

DUPLICIDADE DE PENHORA: não

VALOR DO DÉBITO: R$ 2.407,71 - Atualizado até maio 2019

LOTE 10:

PROCESSO 0800546-40.2016.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA

EXECUTADO DAMIAO BARBOSA DOS SANTOS (CPF 533.698.074-91)

ADVOGADO: Defensoria Pública da União

ENDEREÇO: POVOADO / SITIO CAJARANA, Nº 34, ZONA RURAL, ARAPIRACA/AL, CEP: 57300-970

DEPOSITÁRIO: Damião Barbosa dos Santos

BEM: 01 (um) automóvel VW/Gol, motor 1.0, cor cinza, 2010/2011, placa NME6288, em regular estado de conservação.

AVALIAÇÃO: R$ 17.000,00 (dezessete mil reais)

INCLUSÃO VIRTUAL: sim

DUPLICIDADE DE PENHORA: não

DÉBITO: R$ 2.669,10 - atualizado até julho/2019

LOTE 11:

PROC. nº 0800950-57.2017.4.05.8001-EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CNPJ no. 00.360.305/0001-04.

EXECUTADO: UNIDIESEL LTDA - ME

ENDEREÇO: RODOVIA AL-110 681 KM 71, Canafístula, CEP 57302 - 045, Arapiraca/AL

LOCALIZAÇÃO DO BEM: RODOVIA AL-110 681 KM 71, Canafístula, CEP 57302 - 045, Arapiraca/AL

REPRESENTANTE LEGAL: João Araújo da Rocha - CPF n.º 385.069.394-53.

DEPOSITÁRIO: Elton de Melo Araújo da Rocha (filho do representante legal) - CPF: 085.832.764-39

ADVOGADOS: Sem advogado.

BENS:

1. Grade aradora super pesada (marca: Civemassa) com 14 (catorze) discos, com ferrugem aparente e em regular estado de uso, avaliada em R$ 17.000,00 (dezessete mil reais).

VALOR TOTAL: R$ 17.000,00 (Dezessete mil reais)

DUPLICIDADE DE PENHORA: Não Consta

DÉBITO: R$ 23.576,82 (vinte e três mil, quinhentos e setenta e seis reais e oitenta e dois centavos) atualizado até março de 2019.

LOTE 12:

PROCESSO NO. 0804010-04.2018.4.05.8001 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXEQUENTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CNPJ no. 00.360.305/0001-04.

EXECUTADO: CRISTIANE GOMES CAETANO - CPF no. 004.185.635-00

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Fazenda Santa Rita, Município De Verdejante-Pe, Localizada Aproximadamente A 11 Km De Salgueiro/PE - Via Br 232

DEPOSITÁRIO: NÃO CONSTA

ADVOGADOS: PRISCILA DAIANE VENTURA COSTA - AL13772

BEM: Um terreno Agro-Pastoril encravado no sítio Lagradourinho, Município de Verdejante/PE, denominado Fazenda Santa Rita, com área aproximada de 911 Hectares, registrado às fls. V79, livro nº 2-B, MAT. 478, Cartório de registro de imóveis de Verdejante/PE.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 2.277.500,00 (Dois milhões e duzentos e setenta e sete mil e quinhentos reais).

INCLUSÃO VIRTUAL: SIM.

DUPLICIDADE DE PENHORA: NÃO

DÉBITO: R$ 314.151,85 (trezentos e catorze mil, cento e cinqüenta e um reais e oitenta

e cinco centavos) - atualizado até Maio/2018.

LOTE 13:

PROCESSO NO. 0800184-04.2017.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CNPJ no.00.360.305/0001-04.

EXECUTADOS: AGREMIACAO SPORTIVA ARAPIRAQUENSE - CNPJ no. 12.439.568/0001-92.

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Av. Ventura De Farias (entre as ruas Tavares Bastos e Maurício Pereira) - Arapiraca/ AL. CEP: 57305-470.DEPOSITÁRIO: KELLY GRASIELE SILVA PASSOS - CPF no. 097.379.584-03.

DEPOSITÁRIO: Nelson Santos Filho, presidente da associação esportiva executada.

ADVOGADOS: Michael Vieira Dantas - AL12564 e Higor Rafael Oliveira Godoi - AL17499-A.

BEM: Veículo FIAT UNO MILLE ECONOMY, 2011/ 2012, PLACA NMJ5398.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 11.000,00 - em FEV/ 2020.

INCLUSÃO VIRTUAL: SIM.

DUPLICIDADE DE PENHORA: Sim.

DÉBITO: R$ 669.537,96 - Atualizado em FEV./2020.

Fica o Sr. Leiloeiro Oficial autorizado a receber ofertas de preço pelos bens arrolados neste Edital em seu endereço eletrônico: site.www.albuquerquelins.com e e-mail: fernandogustavo@uol.com.br, devendo para tanto os interessados efetuarem cadastramento prévio, confirmarem os lances e recolherem a quantia respectiva na(s) data(s) designadas para a realização do leilão, para fins da lavratura do termo próprio, tudo conforme a Portaria nº 02/2008/RACJ/JF/5ª Vara/AL, de 25/03/2008, observadas as diretrizes e recomendações da Resolução nº 92, de 18 de dezembro de 2009, do Conselho da Justiça Federal, que regulamentam o Leilão "On line"e que, portanto, são partes integrantes do presente edital e de observância obrigatória pelas partes, advogados, arrematantes e/ou qualquer outro interessado.

Em se tratando de bens que não tiverem sido arrematados nas primeiras hastas públicas designadas para as suas alienações (1ª e 2ª praças) e de bens de fácil deterioração e de grande obsolescência (computadores, impressoras, outros equipamentos de informática, peças de automóvel, móveis e equipamentos de escritório, médicos e de casas de saúde, equipamentos eletrônicos, eletrodomésticos, carteiras escolares, remédios, automóveis, etc), fica expressamente autorizado a manutenção de tais bens no *site* do Leiloeiro Público Oficial designado até o recebimento

de um lance (quando da ocorrência de um lance, o Leiloeiro Público Oficial fará com que o mesmo chegue aos autos para apreciação e, se não oferecido preço vil, aprovação (ou não) pelo Juiz da 12ª Vara/AL e/ou até a designação do próximo leilão (neste último caso, tais bens não arrematados constarão obrigatoriamente nos editais de leilão, podendo, contudo, receberem propostas antes da realização das novas hastas públicas, propostas estas que serão submetidas à análise do magistrado responsável pelo feito, que poderá validá-las ou não, sempre através de decisões fundamentadas).

Os pagamentos não efetuados no ato do Leilão implicarão ao(s) ARREMATANTE(S) faltoso(s) as penalidades da Lei, que prevê, no caso de inadimplência, a denúncia criminal e a execução judicial contra o mesmo, além da rescisão do negócio e da perda da comissão do leiloeiro e aplicação de multa (20% por cento) sobre o valor do lanço, ficando ainda o(s) arrematante(s) faltoso(s), proibido(s) de participar de novos leilões ou praças. Na forma do art. 32, § 1º da Lei nº 6.830/80-Lei da Execução Fiscal, os depósitos judiciais em dinheiro serão corrigidos segundo os índices estabelecidos para os débitos tributários federais e deverão, necessariamente, ser efetivados através de Depósito em Conta Judicial.

O aperfeiçoamento da alienação dos bens arrematados se dará mediante a expedição da CARTA DE ARREMATAÇÃO / ADJUDICAÇÃO e/ou MANDADO DE ENTREGA expedido(s) pelo Juízo Federal, após a assinatura do auto de arrematação e pago o preço ou prestada garantia pelo arrematante ou feito o parcelamento junto ao exequente.

Salvo nos casos previstos em lei, em nenhuma hipótese será aceita reclamação, desistência ou alegação de desconhecimento das cláusulas deste Edital para eximir os arrematantes/adjudicantes das obrigações geradas, inclusive aquelas de ordem criminal na forma dos artigos 335 e 358, ambos do Código Penal Brasileiro, onde está previsto que: "Todo aquele que impedir, afastar ou tentar afastar concorrentes ou licitantes por meios ilícitos, violência ou oferecimento de vantagem (ns), e, ainda, perturbar, fraudar ou tentar fraudar, a venda em hasta pública ou arrematação judicial, estará incurso nas penas que variam de dois meses a dois anos de detenção e/ou multa".

Através do presente edital ficam, desde já, os executados, credores, licitantes e terceiros possíveis interessados, intimados do local, dia e hora dos leilões designados e de que, nos termos do art. 130 do Código Tributário Nacional-CTN, sub-rogam-se no preço do lanço os créditos relativos a tributos, cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens, bem assim os relativos à taxa pela prestação de serviços referentes a tais bens e às contribuições de melhoria, tais como, IPTU, IPVA e taxas de água e luz, excetuando-se desta regra as taxas e valores cíveis de natureza reais e não tributárias, tais como as taxas de condomínio, foros e laudêmios (que são de responsabilidade do adquirente).

Para que chegue aos conhecimento de todos os interessados, será o presente Edital de Leilão e Intimação, publicado, afixado no átrio e disponibilizado juntamente com fotografia dos bens, no endereço eletrônico www.jfal.jus.br deste Juízo.

Expedido nesta cidade de Arapiraca-AL, aos 16 de abril de 2019, eu, PLÍNIO BARBOSA LEITE, Diretor de Secretaria, digitei e conferi

ALOYSIO CAVALCANTI LIMA

Juiz Federal 12ª Vara

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Documento assinado eletronicamente por **ALOYSIO CAVALCANTI LIMA**, **JUIZ FEDERAL/ JUDICIÁRIA** , em 05/03/2020, às 11:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1204772** e o código CRC **E167C11D**.

ANEXO ÚNICO:

Portaria PGFN Nº 79 DE 03/02/2014

Publicado no DO em 06 fev 2014

Disciplina o parcelamento do valor correspondente à arrematação de bem em hasta pública nas execuções fiscais promovidas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

A Procuradora-Geral da Fazenda Nacional, no uso da atribuição que lhe confere o art. 10, inciso I, do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967, e dos incisos XIII e XVII do art. 72 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria nº 275, de 23 de junho de 2009, do Ministro de Estado da Fazenda, e com fundamento no art. 98 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991,

Resolve:

Art. 1º O parcelamento do valor correspondente à arrematação de bem em hasta pública nas execuções fiscais promovidas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) obedecerá ao disposto nesta Portaria.

Art. 2º Nas execuções fiscais promovidas pela PGFN, poderá o Procurador da Fazenda Nacional responsável pelo feito requerer ao Juiz que seja realizada hasta pública, na qual será admitido ao arrematante o pagamento parcelado do valor da arrematação.

§ 1º No edital de leilão deverão constar todas as condições do parcelamento.

§ 2º A concessão, administração e controle do parcelamento deverão ser realizados pela unidade da PGFN responsável pela execução fiscal em que ocorreu a arrematação.

Art. 3º O parcelamento observará a quantidade máxima de 60 (sessenta) prestações iguais, mensais e sucessivas, no valor mínimo de R$ 500,00 (quinhentos reais) cada uma.

Parágrafo único. O valor de cada parcela, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), acumulada mensalmente, calculados a partir da data da arrematação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

Art. 4º O parcelamento do valor da arrematação será limitado ao montante da dívida ativa objeto da execução.

Parágrafo único. O parcelamento da arrematação de bem cujo valor supere a dívida por ele garantida só será deferido quando o arrematante efetuar o depósito à vista da diferença, no ato da arrematação, para levantamento pelo executado.

Art. 5º Sendo o valor da arrematação suficiente para a quitação da dívida exequenda, o Procurador da Fazenda Nacional responsável pela atuação nos autos deverá solicitar a extinção do processo de execução.

Parágrafo único. A baixa da dívida nos sistemas da PGFN somente poderá ocorrer após a expedição da carta de

arrematação, sendo utilizado como referência o valor da dívida na data da arrematação.

Art. 6º Caso o valor da arrematação se mostre insuficiente para liquidar o débito em cobrança, a execução deverá prosseguir pelo saldo remanescente.

Art. 7º Nas hastas públicas de bens imóveis, após expedida a carta de arrematação para pagamento parcelado, será a mesma levada pelo arrematante ao respectivo Cartório de Registro de Imóveis para averbação da hipoteca em favor da União.

Art. 8º Nas hastas públicas de bens móveis, após expedida a carta de arrematação para pagamento parcelado, será constituído penhor do bem arrematado em favor da União, quando for o caso, o qual será registrado na repartição competente mediante requerimento do arrematante.

Parágrafo único. Não será concedido o parcelamento da arrematação de bens consumíveis.

Art. 9º É vedada a concessão de parcelamento da arrematação no caso de concurso de penhora com credor privilegiado.

Art. 10. Tratando-se o bem arrematado de veículo, o prazo máximo do parcelamento será de 04 (quatro) anos, em razão do disposto no art. 1.466 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Art. 11. Levada a efeito a arrematação, o valor parcelado constituir-se-á débito do arrematante.

§ 1º O valor da primeira prestação deverá ser depositado no ato de arrematação e será considerado como pagamento parcial, devendo o saldo ser dividido pelo número de meses restantes, nos termos do art. 3º da presente Portaria.

§ 2º Até a expedição da carta de arrematação, o arrematante deverá continuar depositando, mensalmente, as parcelas que vierem a se vencer, mediante Documento de Depósitos Judiciais e Extrajudiciais (DJE), utilizando o código de receita nº 4396.

§ 3º Os valores depositados por meio de DJE permanecerão à disposição do juízo até que seja expedida a carta de arrematação, quando então deve ser solicitada a transformação em pagamento definitivo.

§ 4º Após a emissão da carta de arrematação, os valores deverão ser recolhidos por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), utilizando o código de receita nº 7739.

Art. 12. O parcelamento do valor da arrematação será formalizado mediante processo eletrônico, no sistema E-processo, devendo constar no requerimento, cujo modelo consta do Anexo Único, o nome do arrematante, sua inscrição no CPF/CNPJ, o endereço para correspondência, o número de prestações, a data da arrematação e o valor a ser parcelado, bem como a quantidade e o valor de prestações pagas a título de antecipação.

§ 1º O requerimento de parcelamento deve conter o comprovante de protocolo do registro exigido nos termos dos arts. 7º e/ou 8º desta Portaria.

§ 2º No processo referente ao parcelamento da arrematação devem constar, ainda, a identificação do executado, o montante da dívida quitada com a indicação dos respectivos números das inscrições em dívida ativa, bem como as cópias da avaliação judicial do bem leiloado, do resultado da hasta pública e da carta de arrematação.

Art. 13. Se o arrematante deixar de pagar no vencimento quaisquer das prestações mensais, o parcelamento será rescindido, vencendo-se antecipadamente o saldo devedor, ao qual será acrescido o valor de 50% (cinquenta por cento), a título de multa de mora, conforme § 6º do art. 98 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Art. 14. Ocorrendo a rescisão do parcelamento, o crédito será inscrito em dívida ativa e executado, se for o caso, indicando-se à penhora o imóvel hipotecado ou o bem móvel dado em garantia.

§ 1º A inscrição em dívida ativa do débito decorrente do saldo remanescente do parcelamento não quitado será de responsabilidade da unidade da PGFN correspondente ao domicílio do arrematante.

§ 2º A unidade da PGFN responsável pela administração do parcelamento da arrematação deverá, em caso de descumprimento das parcelas do acordo, encaminhar à unidade da PGFN do domicílio do arrematante, por meio do E-processo, o processo administrativo de controle e acompanhamento do parcelamento da arrematação, instruído com todas as informações relativas à arrematação, aos pagamentos e à caracterização da inadimplência.

Art. 15. Ao parcelamento disciplinado por esta Portaria aplica-se, subsidiariamente, o disposto nos atos normativos internos que regulamentam o parcelamento previsto nos arts. 10 a 13 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

Art. 16. Os parcelamentos autorizados anteriormente à vigência desta Portaria permanecem sujeitos às condições sob as quais foram concedidos.

Art. 17. A presente Portaria não se aplica às execuções fiscais que têm como fundamento a cobrança de débitos devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Art. 18. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Revoga-se a Portaria PGFN nº 262, de 11 de junho de 2002.

ADRIANA QUEIROZ DE CARVALHO

Processo: **0001846-56.2005.4.05.8001**
Assinado eletronicamente por:
ROBERTA JACINTO INOJOSA - Servidor Geral
Data e hora da assinatura: 09/03/2020 11:26:32
Identificador: 4058001.5955121
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
Documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.trf5.jus.br
Código de autenticação: 9100G3206
20030911255495600000005987082

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

CONCLUSÃO

Faço conclusão destes autos ao MM. Juiz Federal, nesta data.

ARAPIRACA, 18 de Março de 2020

EVERSON GERONIMO VIEIRA BELO

DESPACHO

De acordo com o disposto no Ato nº 104/2020, da Presidência do TRF5, e art. 1º, da Portaria da Direção do Foro nº 12/2020, suspenda-se a realização do leilão designado para alienação do(s) bem(ns) penhorado(s) neste feito.

Em momento oportuno, inclua(m)-se o(s) bem(ns) em novo leilão, com as cautelas de praxe.

Intimações e providências necessárias.

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

CONCLUSÃO

Faço conclusão destes autos ao MM. Juiz Federal, nesta data.

ARAPIRACA, 18 de Março de 2020

EVERSON GERONIMO VIEIRA BELO

DESPACHO

De acordo com o disposto no Ato nº 104/2020, da Presidência do TRF5, e art. 1º, da Portaria da Direção do Foro nº 12/2020, suspenda-se a realização do leilão designado para alienação do(s) bem(ns) penhorado(s) neste feito.

Em momento oportuno, inclua(m)-se o(s) bem(ns) em novo leilão, com as cautelas de praxe.

Intimações e providências necessárias.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
12º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
PROCESSO: **0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
GERALDO BULHOES BARROS	EXECUTADO
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS	EXECUTADO
RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME	EXECUTADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 23/03/2020 06:49, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Despacho registrado em 19/03/2020 14:15 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 20032011031720000000006064317 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 23/03/2020 06:50 - Seção Judiciária de Alagoas.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
12º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
PROCESSO: **0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
GERALDO BULHOES BARROS	EXECUTADO
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS	EXECUTADO
RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME	EXECUTADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 23/03/2020 06:49, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Despacho registrado em 19/03/2020 14:15 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 20032011031720000000006064317 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 23/03/2020 06:54 - Seção Judiciária de Alagoas.

Ciente.

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

CERTIDÃO - DESIGNAÇÃO DE LEILÃO

Certifico que, em cumprimento à decisão Id.: 4058001.6019397 e 4058001.5175014, concernente à realização da hasta pública do(s) bem(ns) penhorado(s) - cf. documento Id.: 4058001.4974981 , nos presentes autos, fica redesignado o leilão nos seguintes termos :

LEILÃO N.º 02/2020.

LOCAL : Auditório da Subseção Judiciária Federal de Arapiraca/ Al , localizada no Fórum Federal Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima , situado na Rua José Jailson Nunes, s/n, Bairro Santa Edwirges - Arapiraca/ Al.

DATAS :

1º Praça - 22 DE SETEMBRO DE 2020, às 10h00, por preço não inferior ao da avaliação;

2º Praça - 24 DE SETEMBRO DE 2020, às 10h00, pelo maior lance, exceto preço vil.

Leiloeiro: Fernando Gustavo Alencar de Albuquerque Lins.

ARAPIRACA, 27 de Abril de 2020

ROBERTA JACINTO INOJOSA

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

TERMO DE INTIMAÇÃO

De ordem do MM. Juiz Federal, fica, mediante este, INTIMADA a FN das novas datas designadas para leilão - certidão de Id 4058001.6218310.

ARAPIRACA, 27 de Abril de 2020

ROBERTA JACINTO INOJOSA

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

INTIMANDO: GERALDO HENRIQUE BULHÕES BARROS- contato (99102-4488)

Endereço: Av. Jorge Montenegro Barros, 2720, Santa Amélia, Maceió/AL

LEILÃO REDESIGNADO

MANDADO DE INTIMAÇÃO DE LEILÃO

ID 4058001.6225923

O doutor **ALOYSIO CAVALCANTI LIMA** , Juiz Federal Substituto da 12ª Vara desta Seção Judiciária, na forma da lei etc.

MANDA a qualquer Oficial de Justiça Avaliador deste Juízo Federal, a quem este for apresentado, que, em seu cumprimento, dirija-se ao endereço acima indicado e **INTIME** o executado:

a) das datas redesignadas para os leilões **(1ª PRAÇA: 22 DE SETEMBRO DE 2020 , às 10:00 horas e 2ª PRAÇA: 24 DE SETEMBRO DE 2020 , às 10:00 horas** , advertindo-o que no primeiro o bem será alienado pelo preço da presente (re)avaliação e que no segundo pelo maior lance, exceto o lance com valor vil;

b) que os referidos atos realizar-se-ão nas datas e horários acima indicados, ADVERTINDO que serão realizados no **Auditório da Subseção Judiciária Federal de Arapiraca/ Al , localizada no Fórum Federal Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima , situado na Rua José Jailson Nunes, s/n, Bairro Santa Edwirges - Arapiraca/ Al.**

c **)** que eventual alteração na data e horário da realização do leilão será objeto de intimação por meio de edital publicado no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 5ª Região e afixação na Sede desta Subseção Judiciária;

BENS: Imóvel de matrícula 73.881 (apartamento nº 924 PENTHOUSE MASTER, tipo M, componente do Maceió Double Reserve Flat - atual Atlantic Suites na **Av. Álvaro Otacílio, nº 4065, Jatiúca, MAceió/AL**).

ANEXOS: Despacho Id 4058001.6019397 e certidão Id 4058001.6218310.

CUMPRA-SE , na forma e sob as penas da lei, cientificando-se a parte executada que este Juízo tem sede no endereço acima mencionado e encontra-se aberto ao público de segunda a sexta-feira das 9h às 18h.

Plínio Barbosa Leite

Diretor(a) de Secretaria - 12ª Vara

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
12º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
PROCESSO: **0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
GERALDO BULHOES BARROS	EXECUTADO
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS	EXECUTADO
RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME	EXECUTADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 04/05/2020 07:29, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Despacho registrado em 19/03/2020 14:15 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 20042710202813000000006251985 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 04/05/2020 07:29 - Seção Judiciária de Alagoas.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
12º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
PROCESSO: **0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
GERALDO BULHOES BARROS	EXECUTADO
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS	EXECUTADO
RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME	EXECUTADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 04/05/2020 07:29, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Despacho registrado em 19/03/2020 14:15 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 20042710202813000000006251985 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 04/05/2020 07:32 - Seção Judiciária de Alagoas.

Ciente (4058001.6218310).

PODER JUDICIÁRIO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

12ª VARA FEDERAL

INSPEÇÃO ORDINÁRIA

Período de 25.05. 2019 a 29.05.2019

Ocorrência	**Data Prazo**
Processo em ordem.	29/05/2020

ALOYSIO CAVALCANTI LIMA

Juiz Federal - 12ª Vara/AL

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

CONCLUSÃO

Faço conclusão destes autos ao MM. Juiz Federal, nesta data.

ARAPIRACA, 6 de Agosto de 2020

LIV LESSA LIMA DE HOLANDA

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

D E S P A C H O

Diante da pandemia do COVID-19, que impôs a necessidade de isolamento social a fim mitigar o contágio pelo vírus na população, suspenda-se sine die a realização do leilão designado.

Face a imprevisibilidade do momento de retorno às atividades presenciais, determino que, em momento oportuno, inclua(m)-se o(s) bem(ns) penhorado(s) neste feito no novo leilão a ser designado, com as cautelas de praxe.

Intimações e providências necessárias.

Arapiraca, 6 de Agosto de 2020

ALOYSIO CAVALCANTI LIMA

Juiz Federal

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

D E S P A C H O

Diante da pandemia do COVID-19, que impôs a necessidade de isolamento social a fim mitigar o contágio pelo vírus na população, suspenda-se sine die a realização do leilão designado.

Face a imprevisibilidade do momento de retorno às atividades presenciais, determino que, em momento oportuno, inclua(m)-se o(s) bem(ns) penhorado(s) neste feito no novo leilão a ser designado, com as cautelas de praxe.

Intimações e providências necessárias.

Arapiraca, 6 de Agosto de 2020

ALOYSIO CAVALCANTI LIMA

Juiz Federal

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
12º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
PROCESSO: **0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
GERALDO BULHOES BARROS	EXECUTADO
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS	EXECUTADO
RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME	EXECUTADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 09/08/2020 19:21, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Despacho registrado em 07/08/2020 10:56 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 20080714221471500000006937093 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 09/08/2020 19:21 - Seção Judiciária de Alagoas.

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

Certidão de juntada de Ofício

Certifico a juntada, aos presentes autos, da manifestação apresentada pelo(a) 1° CRI de MAceió em resposta ao OFÍCIO ID.: 4058001.5883099 .

ARAPIRACA, 14 de Agosto de 2020

ROBERTA JACINTO INOJOSA

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE ALAGOAS
1º REGISTRO DE IMÓVEIS E HIPOTECAS DE MACEIÓ
STÉLIO DARCI CERQUEIRA DE ALBUQUERQUE
OFICIAL DO REGISTRO, NA FORMA DA LEI, ETC

Oficio nº. 405/2020

Maceió, 04 de março de 2020.

Senhor Juiz,

Em meu poder o **Ofício ID Nº 4058001.5883099**, emitido por essa MM. Vara, datado de 19 de fevereiro de 2020 e recebido em 03 de março de 2020, extraído dos autos da Ação de Execução Fiscal, Processo nº. 0001846-56.2005.4.05.8001, movida pela: **FAZENDA NACIONAL** contra **GERALDO BULHOES BARROS, GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS** e **RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME**, de cujo teor tomei conhecimento.

Em atendimento ao ali solicitado, segue anexa cópia atualizada da matrícula nº. 73.881.

Respeitosamente,

OFICIAL
João Toledo de Albuquerque
Oficial Substituto

A Sua Excelência o Senhor,

JUIZ FEDERAL DA 12ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS – SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAPIRACA

Arapiraca – AL
c/anexo

LIVRO 2 - REGISTRO GERAL

1º REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS DE MACEIÓ-AL.

Stélio Darci Cerqueira de Albuquerque
OFICIAL

MATRÍCULA 73881 | FICHA 01 | DATA

Maceió, 13 de Março de 1992.

IMÓVEL: APARTAMENTO SOB Nº 924, PENT'HOUSE MASTER, TIPO "M", componente do **EDIFICIO MACEIÓ DOUBLE REVERSE FLAT**, situado na Avenida Álvaro Otacilio nº 4065, no bairro de Jatiuca, nesta cidade, encravado no 9º e 10º Pavimento do citado Edificio, com os seguintes cômodos; sala, circulação, uma suite com sanitario, dois quartos, um sanitario, três varandas e escada no pavimento inferior (nono). sala, sanitario, cozinha, adega, terraço, deck, piscina e jardim no pavimento superior (decimo),com área privativa de 209,59m², área comum 170,04m², área total 379,63m² e fração ideal de terreno 130,12340; edificado em terreno proprio que mede 64,00ms de frente para a Avenida Álvaro Otacilio, lado direito com 137,60ms para terrenos de propriedade de Antonio Nogueira Júnior e Cecilia da Silva Nogueira; fundos com 60,00ms para a Rua Jose Pontes de Magalhães (Conjunto Santa Cecilia) e lado esquerdo com 115,75ms para o Loteamento Stella Maris.

PROPRIETARIA: CST EXPANSÃO URBANA S.A., Firma Nacional com sede em Salvador, inscrita no CGC sob nº 13.527.858/0001-50.

REGISTRO ANTERIOR: Livro 02 Registro Geral ficha 01 R.2-43.668, em 12 de Janeiro de 1990 e Averbação de Construção AV.225- 43.668, em 13 de Março de 1992.

Maceió, 13 de Março de 1992. Eu. Maria de Lourdes A. Santos, escrevente a datilografei. O OFICIAL:

João Toledo de Albuquerque
Oficial - Substituto

R$56,36

2037

AV.1-73.881 - Protocolo nº 214.167 - (ALTERAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL) - Certifico a requerimento datado de 05.07.2000, feito pela CST-EXPANSÃO URBANA LTDA., com sede na cidade de Salvador-Ba, CGC nº 13.527.858/0001-50, representada por Rômulo Ribeiro Cardoso e José Ernesto Silva Gonzalez, conforme contrato social, arquivado neste registro, para fazer constar a nova denominação da CST-EXPANSÃO URBANA S/A, em virtude de transformação da mesma de sociedade Anônima para Sociedade por Cota de Responsabilidade Limitada, na forma do ato de transformação e pelo Contrato Social datado de 05.06.95, registrado na Junta Comercial do Estado da Bahia em 19.07.95, para **CST-EXPANSÃO URBANA LTDA.** Tudo de acordo com os documentos arquivados neste registro. Maceió, 18 de julho de 2000. Escrevente Autorizado: Ozana dos Santos

R.2-73.881 - Protocolo nº 214.168 - (COMPRA E VENDA) - ADQUIRENTE: GERALDO BULHÕES BARROS, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF nº 003.593.434-49, residente nesta cidade. TRANSMITENTE: CST-EXPANSÃO URBANA LTDA., com sede em Salvador-Ba., inscrita no CGC nº 13.527.858/0001-50, no ato representada por seus gerentes delegados, José Ernesto Silva Gonzalez, brasileiro, separado judicialmente, administrador de empresas, CPF 220.196.265-00 e José Rivaldo Pacheco Júnior, brasileiro, separado judicialmente, engenheiro civil, CPF 422.111.405-30, residentes e domiciliados em Salvador-Ba. ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA, PAGA E QUITAÇÃO, lavrada em 03.05.2000, no Cartório do 6º Ofício de Notas da Comarca de Salvador-Ba., no Livro 733, fls. 031. VALOR DO CONTRATO: R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) em 15.12.1995, quantia total essa já recebida anteriormente. Pago o imposto de transmissão inter vivus, conforme guia de ITBI Nº 077456, anexa a escritura. Da escritura consta que: foram apresentadas as certidões dos feitos ajuizados a que se refere a Lei nº 7.433 de 18.12.85; foram apresentados os cinco últimos exercícios financeiros do IPTU quitados e foi dispensada pelo comprador a apresentação da certidão de quitação do IPTU, responsabilizando-se por quaisquer débitos fiscais ante à Prefeitura Municipal de Maceió-AL; quite com o condomínio; declara a vendedora através de seus

LIVRO 2 - REGISTRO GERAL

1º REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS
DE MACEIÓ-AL.

MATRÍCULA 73881 | FICHA 01 VERSO

representantes, sob pena de responsabilidade civil e penal, que deixou de apresentar a CND do INNS, por ter como objetivo a venda e compra de imóveis e que o imóvel objeto da presente, não faz parte do seu ativo permanente. Maceió, 18 de julho de 2000. Escrevente Autorizado: Ozana dos Santos.

R.978 F.138

AV.3-73.881 – Protocolo nº 219.702 – (ADTIVO)- Certifico em vista da ESCRITURA PÚBLICA DE RETI/RATIFICAÇÃO DA ESCRITURA DE VENDA E COMPRA., PAGA E QUITAÇÃO, lavrada em 13.10.2000, nas notas do 6º Ofício de Notas de Salvador- BA, no Livro nº 744, fls 139, figurando como Outorgantes e Reciprocamente Outorgados Reti- Ratificantes; GERALDO BULHÕES BARROS, brasileiro, divorciado, empresário, CPF nº 003.593.434-49, residente e domiciliado nesta cidade e a CST-EXPANSÃO URBANA LTDA, empresa com sede em Salvador- BA, CGC nº 13.527.858/0001-50, no ato representada por seus gerentes delegados, José Ernesto Silva Gonzalez, brasileiro, separado judicialmente. Administrador de empresas, CPF nº 220.196.265-00 e José Rivaldo Pacheco Júnior, brasileiro, separado judicialmente, engenheiro civil, CPF Nº 422.111.405-30, residentes e domiciliados em Salvador- BA. Pelos Outorgantes e Reciprocamente Outorgados Reti-Ratificantes, foi dito o seguinte: As partes celebraram a Escritura de Compra e Venda, Paga e Quitação, com a qual a Outorgante Vendedora visou atender solicitação do Outorgado Comprador, muito embora as partes tivessem pleno conhecimento de um débito existente relativamente ao referido imóvel para com o condomínio. Ocorre que por um lapso na elaboração da referida escritura, constou do seu texto encontrar o apartamento quite com o condomínio, assim por esta escritura e na melhor de direito, vêm as partes retificar o instrumento Público de Compra e Venda a que se refere o R.2-73.881, para excluir do seu texto a aludida declaração de quitação com as taxas condominiais do imóvel acima. Pelo comprador foi dito que concorda com os termos da presente escritura, reconhecendo a existência de débito junto ao CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO MACEIÓ DOUBLE REVERSE FLAT, em relação as taxas condominiais, cabendo-lhe com exclusividade a responsabilidade pela sua negociação e pagamento perante o condomínio. As partes retificam todos os termos da escritura ora reti- ratificada, que não tenham sido expressamente modificadas, passando a presente fazer parte integrante e inseparável, daquela, afim de que ambas juntas, produzam um só efeito de direito. Maceió, 26 de março de 2001. Escrevente Autorizado: Maria Suely Correia de Veloso

R.1014 F.147

R.4-73.881 - Protocolo nº 256.548- (CERTIDÃO DE PENHORA) - O imóvel acima, de propriedade de GERALDO BULHÕES BARROS, fica penhorado conforme Certidão, extraida dos autos de Cobrança, Proc. nº 001.97.496-7, proposta por CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO MACEIÓ DOUBLE REVERSE FLAT (MÉLIA), contra a RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA, processada na 1ª Vara Cível de Feitos Não Privativos. Que aos 06 dias do mês de maio de 2004, teve seu Termo de Penhora em cumprimento ao despacho do MM. Juiz da 1ª Vara Civel de Feitos Não Privativos, Dr. Ivan Vasconcelos Brito Júnior. Fiel Depositário do bem o sr. GERALDO BULHÕES BARROS, portador do CPF nº 003.593.434-49. Valor da causa da referida ação corresponde a R$ 24.554,52. A referida Certidão de Penhora, foi fornecida em 04.06.2004, e estava devidamente assinada pela escrivã titular, Irene Beatriz Pessoa Franco. Maceió, 14 de setembro de 2004. Escrevente Autorizada: Jacqueline Barbosa Freitas de Amorim

R.1188 F.235

cont. na ficha 02

LIVRO 2 - REGISTRO GERAL

1º REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS - MACEIÓ - AL.

MATRÍCULA 73881 | FICHA 02 | DATA 13 de março de 1992

Stélio Darci Cerqueira de Albuquerque
OFICIAL

R.5-73.881 - Protocolo nº 294.010 - (MANDADO DE PENHORA)- O imóvel acima, de propriedade de Geraldo Bulhões Barros, fica penhorado conforme MANDADO DE REGISTRO DE PENHORA DE BEM IMÓVEL- Mandado nº 669/2007, extraído dos autos da Reclamação Trabalhista nº 01586-2005-009-19-00-0, movida pelo Exequente: MARCELO SANTA FÉ TODARO, contra o Executado: RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA (Geraldo Bulhões Barros); processado na 9ª Vara do Trabalho de Maceió. Valor da Causa: R$ 19.416,04. Avaliação do imóvel: R$ 500.000,00. Que aos 23 dias do mês de junho do ano de 2007, teve seu auto de penhora e avaliação, em cumprimento ao mandado expedido pelo MM. Dr. Juiz da 9ª Vara do Trabalho de Maceió. O referido Mandado foi fornecido em 22.08.2007 e estava devidamente assinada pela Dra. Adriana Maria C. de O. Lima, Juíza do Trabalho Substituta. Maceió, 28 de setembro de 2007. Escrevente Autorizada: Maria José Conceição dos Santos.

R.135 F.2184

AV.6-73.881 - Protocolo nº 324.108 - Certifico que fica averbado neste Cartório, o Ofício nº 01222/2009/2ªVT-MA, datado de 10.08.2009, Poder judiciário - Justiça do Trabalho- TRT da 19ª Região - 2ª Vara do Trabalho de Maceió, do Dr. Sérgio Roberto de M. Queiroz, Juiz da 2ª VT de Maceió, onde o mesmo determina nos Autos da reclamação trabalhista nº 02284-1997-002-19-00-0, entre partes Reclamante: LUCILO ANDERSON DE MESQUITA e como Reclamado: RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA, se abster de efetuar qualquer transferência do imóvel acima, em nome de GERALDO BULHÕES BARROS, CPF nº 003.593.434-49. Tudo de acordo com o documento arquivado neste registro. Maceió, 11 de setembro de 2009. Escrevente Autorizado: Oziel dos Santos

R.1505 F.191

R.7-73.881 - Protocolo nº 323.468 - (MANDADO DE PENHORA) - O imóvel acima, fica penhorado conforme MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO- Mandado nº 585/2009, Número Diligência: 49817 e MANDADO DE REFORÇO DE PENHORA- Mandado nº 58/2010, Número Diligência: 68464 - Processo nº 0125000-58.2008.5.19.0007, em que figura como Exequente: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO e como Executado: GERALDO BULHÕES BARROS, processado no Poder Judiciário - Justiça do Trabalho - 7ª Vara do Trabalho de Maceió/Al, para integral pagamento da dívida, no montante de R$ 131.317,45, total atualizado até 18.06.2009. Que aos 29 dias do mês de março do ano de 2010, teve seu Auto de Penhora e Avaliação, em cumprimento ao mandado expedido pelo MM. Dr. Juiz da 7ª Vara Trabalho. O imóvel foi avaliado em R$ 200.000,00. Os referidos Mandados foram expedidos em 18.06.2009 e 05.02.2010 e estavam devidamente assinados pela Drª Verônica Guedes de Andrade pelo Dr. Luis Fernando S. de Carvalho, Juízes do Trabalho Substitutos. Maceió, 23 de abril de 2010. Escrevente Autorizado: Adejaquina Barbosa Freitas de Oliveira

R.1562 F.493

R.8-73.881 - Protocolo nº 333.553 - (MANDADO DE PENHORA) - O imóvel acima, fica penhorado conforme MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO- Mandado nº 56/2010, Número Diligência: 68147 - Processo nº 0117800-28.2002.5.19.001, em que figura como Exequente: REGINALDO COSTA PINTO e como Executado: GERALDO BULHÕES BARROS (sócio da Radio Cultura de Arapiraca - Radio Maceió FM), Processado no Poder Judiciário - Justiça do Trabalho - 1ª Vara do Trabalho de Maceió/Al, para integral pagamento da dívida, no montante de R$ 43.306,99, total atualizado até 31.03.2008. Que aos 15 dias do mês de março do ano de 2010, teve seu Auto de Penhora e Avaliação, em cumprimento ao mandado expedido pelo MM. Dr. Juiz da 1ª Vara Trabalho de Maceió/AL. Fornecido Ofício por este Cartório, comunicando que não consta o nome do fiel depositário, e determinado o registro da penhora por Ofício nº 1000/2010-1ª Vara, datado de

1372 5

31.05.2010, assinado pelo Dr. Gustavo Tenório Cavalcante, Juiz Titular. O referido Mandado foi expedido em 04.02.2010 e estava devidamente assinado pelo Dr. Luiz Sávio de Lima Gazzenéo, Juiz do Trabalho Substituto. Maceió, 16 de junho de 2010. Escrevente Autorizado: Jacqueline Barbosa Freitas de Amorim

R/577 F/128

AV.9-73.881 - Protocolo nº 220.873 - Certifico que averbei nesta data, o MANDADO DE REGISTRO, datado de 06.04.2001, da 1ª Vara Cível de Feitos Não Privativos. Ação de Cobrança, Processo nº 1933/97, fornecido pelo Dr. Ivan Vasconcelos Brito Júnior, Juiz de Direito, protocolado sob nº 220.873, em 15.05.2001, no livro 1-AJ fls. 60v e MANDADO DE AVERBAÇÃO DE REGISTROS PÚBLICOS, Mandado n° 001.2012/005932-1, datado de 24.01.2012, extraído dos Autos nº 0000496-06.1997.8.02.0001. Ação: Procedimento Ordinário, em que figura como Autor: CONDOMÍNIO DO EDIF. MACEIÓ D. REVER FLAT (MELIA) e outro e como Réu: RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA, fornecido pelo Dr. Ivan Vasconcelos Brito Junior, Juiz de Direito; onde o mesmo manda que em cumprimento a decisão prolatada no processo acima, promova a Averbação de Fraude à Execução, reconhecida por este Juízo nas Decisões datadas de 05.01.2012 e 08.03.2001, nas quais foi declarada a Ineficácia do Registro R.2-73.881, referente à Alienação de CST-Expansão Urbana Ltda, e a pessoa de GERALDO BULHÕES BARROS. Tudo de acordo com o documento arquivado neste registro. Conforme Ofício nº 667-SPU/AL, de 22.06.2011, **o imóvel não é de domínio da união,** nos termos do Art. 1º. § 2º do Provimento 08/2011. Maceió, 10 de fevereiro de 2012. Escrevente Autorizado: Carla dos Santos Oliveira

R/768F/630

R.10-73.881 - Protocolo nº 406.665 - (MANDADO DE PENHORA) - O imóvel acima, fica penhorado conforme MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA E AVALIAÇÃO - Cumprimento de Sentença nº 0004769-87.2007.4.05.8000, em que figura como Exequente: FAZENDA NACIONAL e como Executado: GERALDO BULHÕES BARROS, Co-Devedor da AGROPASTORIL CRAIBEIRAS LTDA, processado no Poder Judiciário - Justiça Federal de Primeira Instância -5ª Vara Privativa de Execuções Fiscais. Valor do Débito: R$ 166.279,52, atualizado até 12/2011), acrescida das cominações legais; que aos 28 dias do mês de agosto do ano de 2013, teve seu Auto de Penhora, em cumprimento ao mandado do MM. Juiz Federal Dr. Raimundo Alves de Campos Jr., em exercício na 5ª Vara. Ficando como depositário o Sr. Fernando Gustavo Alencar A. Lins, CPF nº 469.883.944-00. O referido Mandado foi expedido em 20.02.2013 e estava devidamente assinado por Luiz Henrique P. Santos, Diretor de Secretaria- 5ª Vara. Maceió, 17 de setembro de 2013. Escrevente Autorizado: Maria do Carmo dos Menezes

R.11-73.881 - Protocolo nº 406.666 - (MANDADO DE PENHORA) - O imóvel acima, fica penhorado conforme MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO - Cumprimento de Sentença nº 0008660-34.1998.4.05.8000, em que figura como Exequente: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e como Executado: GERALDO BULHÕES DE BARROS e outros, processado no Poder Judiciário - Justiça Federal de Primeira Instância -5ª Vara Privativa de Execuções Fiscais. Valor do Débito: R$ 3.337,90, atualizado até 06/2012); que aos 28 dias do mês de agosto do ano de 2013, teve seu Auto de Penhora, em cumprimento ao mandado do MM. Juiz Federal Dr. Raimundo Alves de Campos Jr., em exercício na 5ª Vara. Ficando como depositário o Sr. Fernando Gustavo Alencar A. Lins, CPF nº 469.883.944-00. O referido Mandado foi expedido em 01.03.2013 e estava

cont. ficha 03

LIVRO 2 - REGISTRO GERAL

1º REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS MACIÇO - ALAGOAS

MATRÍCULA 73881 | FICHA 03 | DATA 13 de março de 1992.

Stélio Darci Cerqueira de Albuquerque
OFICIAL

devidamente assinado por Luiz Henrique P. Santos, Diretor de Secretaria- 5ª Vara. Maceió, 17 de setembro de 2013. Escrevente Autorizado:

R. 1940 F. 0007

R.12-73.881 - Protocolo nº 416.775 - (MANDADO DE PENHORA) - O imóvel acima, fica penhorado conforme MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO - processo nº 0001846-56.2005.4.05.8001 - Execução Fiscal, em que figura como Exequente: FAZENDA NACIONAL, como Executado: RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA-AL, Corresponsável 1: GERALDO BULHÕES BARROS e Corresponsável 2: GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES DE BARROS, processado na Justiça Federal - Subseção Judiciária de Arapiraca - 12ª Vara Federal. Valor do Débito: R$ 254.817,57, atualizado até 02/12/2013; que em 25.04.2014, teve seu Auto de Penhora, atendendo ao respeitável despacho do MM. Juiz Federal Dr. Rosmar Antonni Alencar. Ficando como depositário o Sr. Geraldo Bulhões Barros, CPF nº 003.593.434-49. Apresentado o OFI.0012.000409-3/2014/JF/AL de 17.07.2014 da 12ª Vara Federal e Despacho de 04.07.2014, do Juiz Federal acima mencionado, onde determina o registro da penhora do imóvel constante da matrícula acima. O referido Mandado foi expedido em 13.02.2014 e estava devidamente assinado por Manoel Belmiro Neto, Diretor de Secretaria- 12ª Vara. Maceió, 04 de agosto de 2014. Escrevente Autorizado:

R. 2028 F. 0096

AV.13-73.881 - Protocolo nº 501.438 - (INDISPONIBILIDADE) - Certifico que o imóvel acima, em nome de GERALDO BULHÕES BARROS, encontra-se indisponível, em vista do Protocolo de Indisponibilidade 201905.1715.00807729-IA-200 de 17.05.2019 da **CNIB**- Processo 01614008420025190006 - da 5ª Vara do Trabalho de Maceió. Maceió, 30 de maio de 2019. Escrevente Autorizado:

P. 41 D. 706

Adauto Ferreira Vilela
Escrevente Autorizado
04/03/20

Processo: **0001846-56.2005.4.05.8001**
Assinado eletronicamente por:
ROBERTA JACINTO INOJOSA - Servidor Geral
Data e hora da assinatura: 14/08/2020 12:39:57
Identificador: 4058001.6933666
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
20081412392371100000006975554

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

CERTIDÃO

Em face da suspensão do leilão determinada em despacho do dia 6 de agosto deste ano, DEVOLVO O MANDADO SEM CUMPRIMENTO.

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

CERTIDÃO - REDESIGNAÇÃO DE LEILÃO

Certifico que, em cumprimento à decisão Id.: 4058001.6019397 e 4058001.5175014, concernente à realização da hasta pública do(s) bem(ns) penhorado(s) - cf. documento Id.: 4058001.4974981 , nos presentes autos, fica redesignado o leilão nos seguintes termos :

LEILÃO N.º 01/2021.

LOCAL : Auditório da Subseção Judiciária Federal de Arapiraca/ Al , localizada no Fórum Federal Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima, situado na Rua José Jailson Nunes, s/n, Bairro Santa Edwirges - Arapiraca/ Al.

DATAS :

1º Praça - 24 DE MARÇO DE 2021, às 10h00, por preço não inferior ao da avaliação;

2º Praça - 26 DE MARÇO DE 2021, às 10h00, pelo maior lance, exceto preço vil.

Leiloeiro: Fernando Gustavo Alencar de Albuquerque Lins.

ARAPIRACA, 11 de Novembro de 2020

ROBERTA JACINTO INOJOSA

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

CERTIDÃO - REDESIGNAÇÃO DE LEILÃO

Certifico que, em cumprimento à decisão Id.: 4058001.6019397 e 4058001.5175014, concernente à realização da hasta pública do(s) bem(ns) penhorado(s) - cf. documento Id.: 4058001.4974981 , nos presentes autos, fica redesignado o leilão nos seguintes termos :

LEILÃO N.º 01/2021.

LOCAL : Auditório da Subseção Judiciária Federal de Arapiraca/ Al , localizada no Fórum Federal Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima, situado na Rua José Jailson Nunes, s/n, Bairro Santa Edwirges - Arapiraca/ Al.

DATAS :

1º Praça - 24 DE MARÇO DE 2021, às 10h00, por preço não inferior ao da avaliação;

2º Praça - 26 DE MARÇO DE 2021, às 10h00, pelo maior lance, exceto preço vil.

Leiloeiro: Fernando Gustavo Alencar de Albuquerque Lins.

ARAPIRACA, 11 de Novembro de 2020

ROBERTA JACINTO INOJOSA

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
12º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
PROCESSO: **0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
GERALDO BULHOES BARROS	EXECUTADO
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS	EXECUTADO
RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME	EXECUTADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 14/11/2020 08:59, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Ato Ordinatório registrado em 11/11/2020 09:28 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 20111109282600100000007524875 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 14/11/2020 08:59 - Seção Judiciária de Alagoas.

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME e outros

INTIMANDO: GERALDO HENRIQUE BULHÕES BARROS

Endereço: Av. Jorge Montenegro Barros, 2720, Santa Amélia, Maceió/AL

URGENTE - LEILÃO DESIGNADO

MANDADO DE INTIMAÇÃO DE LEILÃO

Id.: 4058001.7512254

O doutor **ALOYSIO CAVALCANTI LIMA** ,

Juiz Federal da 12ª Vara desta Seção Judiciária, na forma da lei etc.

MANDA a qualquer Oficial de Justiça Avaliador deste Juízo Federal, a quem este for apresentado, que, em seu cumprimento, dirija-se ao endereço acima indicado e **PROCEDA** :

a) INTIMAÇÃO do executado das datas designadas para os leilões **(1º Praça - 24 DE MARÇO DE 2021, às 10h00; 2º Praça - 26 DE MARÇO DE 2021, às 10h00)** , advertindo-o que no primeiro o bem será alienado pelo preço da presente (re)avaliação e que no segundo pelo maior lance, exceto o lance com valor vil;

b) que os referidos atos realizar-se-ão nas datas e horários acima indicados, ADVERTINDO que serão realizados **no auditório da Subseção da Justiça Federal em Arapiraca/Al, situado na Rua José Jaílson Nunes, s/n, Bairro Santa Edwirges - Arapiraca/Al.**

c) que eventual alteração na data e horário da realização do leilão será objeto de intimação por meio de edital publicado no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 5ª Região e afixação na Sede desta Subseção Judiciária;

d) caso seja este o depositário, de que ele está obrigado a mostrar o bem a qualquer interessado no leilão, sob pena de fixação de multa diária e/ou, se o caso, remoção imediata do(s) bem(ns) ao depósito do Leiloeiro Oficial ou outro local indicado pelo credor, arcando o depositário com todas as despesas de remoção. **Na hipótese de o bem penhorado não ser encontrado, deverá o depositário ser intimado a apresentá-lo ou a depositar o equivalente em dinheiro, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de multa.**

e) em caso **de imóvel ocupado por terceiro** , deverá o oficial de justiça certificar o nome do ocupante e a que título este o ocupa, notificando-o de que o bem será levado à hasta pública nas datas e horários referidos neste mandado.

ANEXOS: Cópias do auto de penhora e (re)avaliação.

MANDA, ainda, que **INTIME** a parte de que qualquer manifestação referente a este processo deve ser feita, necessariamente, de forma eletrônica, através do Processo Judicial Eletrônico- PJE, não sendo admitida, nos termos do §2º do art. 1º da Resolução 16/2012 do Eg. TRF da 5ª Região, a apresentação de petições em meio físico.

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei, cientificando-se a parte requerida que este Juízo tem sede no Fórum Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima, Rua José Jailson Nunes, s/nº, bairro Santa Edwirges, Arapiraca/AL,

CEF: 57.310-340 - Tel. (82) 2122-6962, e encontra-se aberto ao público de segunda a sexta-feira das 9h às 18h.

Plínio Barbosa Leite

Diretor(a) de Secretaria - 12ª Vara/AL

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

CERTIDÃO DE RETIFICAÇÃO - DESIGNAÇÃO DE LEILÃO

Certifico que, em cumprimento às decisões 4058001.6019397 e 4058001.5175014 concernente à realização da hasta pública do(s) bem(ns) penhorado(s) - cf. documento Id.: 4058001.4974981 nos presentes autos, procedemos à **retificação das datas designadas para realização do leilão** :

LEILÃO N.º 01/2021.

LOCAL : Auditório da Subseção Judiciária Federal de Arapiraca/ Al , localizada no Fórum Federal Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima , situado na Rua José Jailson Nunes, s/n, Bairro Santa Edwirges - Arapiraca/ Al.

DATAS :

1º Praça - 23 DE MARÇO DE 2021, às 10h00, por preço não inferior ao da avaliação;

2º Praça - 25 DE MARÇO DE 2021, às 10h00, pelo maior lance, exceto preço vil.

Leiloeiro: Fernando Gustavo Alencar de Albuquerque Lins.

ARAPIRACA, 10 de Dezembro de 2020

ROBERTA JACINTO INOJOSA

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

CERTIDÃO DE RETIFICAÇÃO - DESIGNAÇÃO DE LEILÃO

Certifico que, em cumprimento às decisões 4058001.6019397 e 4058001.5175014 concernente à realização da hasta pública do(s) bem(ns) penhorado(s) - cf. documento Id.: 4058001.4974981 nos presentes autos, procedemos à **retificação das datas designadas para realização do leilão** :

LEILÃO N.º 01/2021.

LOCAL : Auditório da Subseção Judiciária Federal de Arapiraca/ Al , localizada no Fórum Federal Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima , situado na Rua José Jailson Nunes, s/n, Bairro Santa Edwirges - Arapiraca/ Al.

DATAS :

1º Praça - 23 DE MARÇO DE 2021, às 10h00, por preço não inferior ao da avaliação;

2º Praça - 25 DE MARÇO DE 2021, às 10h00, pelo maior lance, exceto preço vil.

Leiloeiro: Fernando Gustavo Alencar de Albuquerque Lins.

ARAPIRACA, 10 de Dezembro de 2020

ROBERTA JACINTO INOJOSA

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
12º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
PROCESSO: **0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
GERALDO BULHOES BARROS	EXECUTADO
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS	EXECUTADO
RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME	EXECUTADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 12/12/2020 07:08, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Ato Ordinatório registrado em 10/12/2020 16:09 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 20121016093828800000007673084 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 12/12/2020 07:08 - Seção Judiciária de Alagoas.

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: GERALDO BULHOES BARROS e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

CERTIDÃO

Certifico que, na presente data, enviei e-mail para o Diretor de secretaria da 5a Vara Federal de AL, informando da alteração das datas de leilão para fins de retificação e cumprimento do mandado de Id.: 4058001.7512254.

ARAPIRACA, 8 de Janeiro de 2021

ROBERTA JACINTO INOJOSA

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: GERALDO BULHOES BARROS e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

D E S P A C H O

De acordo com o disposto no Ato nº 104/2020, da Presidência do TRF5, e art. 1º, da Portaria da Direção do Foro nº 12/2020, suspenda-se a realização do leilão designado para alienação do(s) bem(ns) penhorado(s) neste feito.

Em momento oportuno, inclua(m)-se o(s) bem(ns) em novo leilão, com as cautelas de praxe.

Intimações e providências necessárias.

Arapiraca, 4 de Fevereiro de 2021

ALOYSIO CAVALCANTI LIMA

Juiz Federal

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: GERALDO BULHOES BARROS e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

D E S P A C H O

De acordo com o disposto no Ato nº 104/2020, da Presidência do TRF5, e art. 1º, da Portaria da Direção do Foro nº 12/2020, suspenda-se a realização do leilão designado para alienação do(s) bem(ns) penhorado(s) neste feito.

Em momento oportuno, inclua(m)-se o(s) bem(ns) em novo leilão, com as cautelas de praxe.

Intimações e providências necessárias.

Arapiraca, 4 de Fevereiro de 2021

ALOYSIO CAVALCANTI LIMA

Juiz Federal

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
12º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
PROCESSO: **0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME	EXECUTADO
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS	EXECUTADO
GERALDO BULHOES BARROS	EXECUTADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 06/02/2021 00:22, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Despacho registrado em 04/02/2021 16:52 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 21020514290665300000007891033 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 06/02/2021 00:22 - Seção Judiciária de Alagoas.

Ciente.

PODER JUDICIÁRIO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

12ª VARA FEDERAL

INSPEÇÃO ORDINÁRIA

Período de 08.02.2021 a 12.02.2021

Ocorrência	Data Prazo
Processo em ordem.	08/03/2021

ALOYSIO CAVALCANTI LIMA

Juiz Federal - 12ª Vara/AL

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL

Seção Judiciária de Alagoas

Vara: 12ª

Processo nº: 0001846-56.2005.4.05.8001

C E R T I D Ã O

Certifico que, em cumprimento ao Mandado retro, em **25/02/2021** , às 15 horas e 34 minutos, esta oficiala, **em contato (98858-1322) com a Diretora Substituta Glenna Falcão, desta 12ª Vara Federal, soube que o leilão marcado para os dias 24/03/2021 (1ª Praça) e 26/03/2021 (2ª Praça), foram suspensos, conforme despacho datado a 04/02/2021 (Identificador nº. 4058001.7834755),** razão pela qual devolvo a ordem judicial sem cumprimento. E, para constar, lavrei a presente, que vai devidamente assinada por mim, Oficiala de Justiça Avaliadora Federal.

O referido é verdade. Dou fé.

Maceió, 25 de fevereiro de 2021.

Ana Paula Soriano Viana

Oficiala de Justiça Avaliadora Federal - Mat. 315

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: GERALDO BULHOES BARROS e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

CERTIDÃO - REDESIGNAÇÃO DE LEILÃO

Certifico que, em cumprimento à decisão Id.: 4058001.5169321, concernente à realização da hasta pública do(s) bem(ns) penhorado(s) - cf. documento Id.: 4058001.4974981 e 4058001.5954137 , nos presentes autos, fica redesignado o leilão nos seguintes termos :

LEILÃO N.º 01/2021.

DATAS :

1º Praça - 09 DE NOVEMBRO DE 2021, às 09h00, por preço não inferior ao da avaliação;

2º Praça - 10 DE NOVEMBRO DE 2021, às 09h00, pelo maior lance, exceto preço vil.

Leiloeiro: Fernando Gustavo Alencar de Albuquerque Lins.

ARAPIRACA, 18 de Agosto de 2021

ROBERTA JACINTO INOJOSA

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: GERALDO BULHOES BARROS e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

CERTIDÃO - REDESIGNAÇÃO DE LEILÃO

Certifico que, em cumprimento à decisão Id.: 4058001.5169321, concernente à realização da hasta pública do(s) bem(ns) penhorado(s) - cf. documento Id.: 4058001.4974981 e 4058001.5954137 , nos presentes autos, fica redesignado o leilão nos seguintes termos :

LEILÃO N.º 01/2021.

DATAS :

1º Praça - 09 DE NOVEMBRO DE 2021, às 09h00, por preço não inferior ao da avaliação;

2º Praça - 10 DE NOVEMBRO DE 2021, às 09h00, pelo maior lance, exceto preço vil.

Leiloeiro: Fernando Gustavo Alencar de Albuquerque Lins.

ARAPIRACA, 18 de Agosto de 2021

ROBERTA JACINTO INOJOSA

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: GERALDO BULHOES BARROS e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

INTIMANDO: GERALDO HENRIQUE BULHÕES BARROS

Telefone: 9 99102-4488

Endereço: Av. Jorge Montenegro Barros, 2720, Santa Amélia, Maceió/AL

URGENTE - LEILÃO

MANDADO DE INTIMAÇÃO DE LEILÃO

Id.: 4058001.9183246

O doutor **ALOYSIO CAVALCANTI LIMA** ,

Juiz Federal da 12ª Vara desta Seção Judiciária, na forma da lei etc.

MANDA a qualquer Oficial de Justiça Avaliador deste Juízo Federal, a quem este for apresentado, que, em seu cumprimento, dirija-se ao endereço acima indicado e **PROCEDA** a **INTIMAÇÃO** do executado:

a) das datas designadas para os leilões - **1º Praça - 09 DE NOVEMBRO DE 2021, às 09H00 (manhã)** ; 2º Praça - **10 DE NOVEMBRO DE 2021, às 09H00 (manhã)** , advertindo-o que no primeiro o bem será alienado por preço não inferior ao da presente (re)avaliação e que no segundo pelo maior lance, exceto o lance com valor vil;

b) que os referidos atos realizar-se-ão nas datas e horários acima indicados, ADVERTINDO que, devido às cautelas necessárias decorrentes da pandemia causada pelo **COVID-19** , o local e/ou a forma de realização (presencial/ virtual) serão divulgados em edital a ser publicado pelos meios oficiais nos prazos legais;

c) que eventual alteração na data e horário da realização do leilão será objeto de intimação por meio de edital publicado no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 5ª Região e afixação na Sede desta Subseção Judiciária;

d) caso seja este o depositário, de que ele está obrigado a mostrar o bem a qualquer interessado no leilão, sob pena de fixação de multa diária e/ou, se o caso, remoção imediata do(s) bem(ns) ao depósito do Leiloeiro Oficial ou outro local indicado pelo credor, arcando o depositário com todas as despesas de remoção. **Na hipótese de o bem penhorado não ser encontrado, deverá o depositário ser intimado a apresentá-lo ou a depositar o equivalente em dinheiro, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de multa.**

ANEXOS: Cópias do auto de penhora e (re)avaliação.

MANDA, ainda, que **INTIME** a parte de que qualquer manifestação referente a este processo deve ser feita, necessariamente, de forma eletrônica, através do Processo Judicial Eletrônico- PJE, não sendo admitida, nos termos do §2º do art. 1º da Resolução 16/2012 do Eg. TRF da 5ª Região, a apresentação de petições em meio físico.

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei, cientificando-se a parte requerida que este Juízo tem sede no Fórum Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima, Rua José Jailson Nunes, s/nº, bairro Santa Edwirges, Arapiraca/AL, CEF: 57.310-340 - Tel. (82) 2122-6962, e encontra-se aberto ao público de segunda a sexta-feira das 9h às 18h.

Plínio Barbosa Leite

Diretor(a) de Secretaria - 12ª Vara/AL

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
12º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
PROCESSO: **0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME	EXECUTADO
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS	EXECUTADO
GERALDO BULHOES BARROS	EXECUTADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 21/08/2021 00:16, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Ato Ordinatório registrado em 18/08/2021 09:14 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 21081809154868600000009247762 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 21/08/2021 00:16 - Seção Judiciária de Alagoas.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL

Seção Judiciária de Alagoas

Vara: 12ª

Processo nº: 0001846-56.2005.4.05.8001

C E R T I D Ã O

Certifico que, em cumprimento ao Mandado retro, esta oficiala tem conhecimento que o **Sr. Geraldo Henrique Vilar de Bulhões Barros** não reside no endereço indicado **Avenida Jorge Montenegro Barros, 2720, Santa Amélia,** mas sim no **Condomínio Aldebaran Ômega, Quadra A, Lote 08, Jardim Petrópolis** , e está em isolamento desde a pandemia, **razão pela qual sempre entro em contato com ele por telefone (99102-4488) e pelo WhatsApp.** Após consultar o executado, este aceitou ser intimado pelo mencionado aplicativo. Sendo assim, na forma autorizada pela **Portaria 180/2020 (JFAL),** em **18/10/2021** , às 17 horas e 19 minutos, intimei do leilão o executado **Geraldo Henrique Vilar de Bulhões Barros** , de todo o teor deste que, após a leitura, exarou sua nota de ciente, conforme assinatura na contrafé que lhe ofereci. E, para constar, lavrei a presente, que vai devidamente assinada por mim, Oficiala de Justiça Avaliadora Federal.

O referido é verdade. Dou fé.

Maceió, 20 de outubro de 2021.

Ana Paula Soriano Viana

Oficiala de Justiça Avaliadora Federal - Mat. 315

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: GERALDO BULHOES BARROS e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

INTIMANDO: GERALDO HENRIQUE BULHÕES BARROS

Telefone: 9 99102-4488

Endereço: Av. Jorge Montenegro Barros, 2720, Santa Amélia, Maceió/AL

URGENTE - LEILÃO

MANDADO DE INTIMAÇÃO DE LEILÃO

Id.: 4058001.9183246

O doutor **ALOYSIO CAVALCANTI LIMA** ,

Juiz Federal da 12ª Vara desta Seção Judiciária, na forma da lei etc.

MANDA a qualquer Oficial de Justiça Avaliador deste Juízo Federal, a quem este for apresentado, que, em seu cumprimento, dirija-se ao endereço acima indicado e **PROCEDA** a **INTIMAÇÃO** do executado:

a) das datas designadas para os leilões - **1º Praça - 09 DE NOVEMBRO DE 2021, às 09H00 (manhã)** ; 2º Praça - **10 DE NOVEMBRO DE 2021, às 09H00 (manhã)** , advertindo-o que no primeiro o bem será alienado por preço não inferior ao da presente (re)avaliação e que no segundo pelo maior lance, exceto o lance com valor vil;

b) que os referidos atos realizar-se-ão nas datas e horários acima indicados, ADVERTINDO que, devido às cautelas necessárias decorrentes da pandemia causada pelo **COVID-19** , o local e/ou a forma de realização (presencial/ virtual) serão divulgados em edital a ser publicado pelos meios oficiais nos prazos legais;

c) que eventual alteração na data e horário da realização do leilão será objeto de intimação por meio de edital publicado no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 5ª Região e afixação na Sede desta Subseção Judiciária;

d) caso seja este o depositário, de que ele está obrigado a mostrar o bem a qualquer interessado no leilão, sob pena de fixação de multa diária e/ou, se o caso, remoção imediata do(s) bem(ns) ao depósito do Leiloeiro Oficial ou outro local indicado pelo credor, arcando o depositário com todas as despesas de remoção. **Na hipótese de o bem penhorado não ser encontrado, deverá o depositário ser intimado a apresentá-lo ou a depositar o equivalente em dinheiro, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de multa.**

ANEXOS: Cópias do auto de penhora e (re)avaliação.

Digitalizado com CamScanner

1/2

MANDA, ainda, que **INTIME** a parte de que qualquer manifestação referente a este processo deve ser feita, necessariamente, de forma eletrônica, através do Processo Judicial Eletrônico- PJE, não sendo admitida, nos termos do §2º do art. 1º da Resolução 16/2012 do Eg. TRF da 5ª Região, a apresentação de petições em meio físico.

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei, cientificando-se a parte requerida que este Juízo tem sede no Fórum Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima, Rua José Jailson Nunes, s/nº, bairro Santa Edwirges, Arapiraca/AL, CEF: 57.310-340 - Tel. (82) 2122-6962, e encontra-se aberto ao público de segunda a sexta-feira das 9h às 18h.

Plínio Barbosa Leite

Diretor(a) de Secretaria - 12ª Vara/AL

18/10/2021
17:14

Processo: **0001846-56.2005.4.05.8001**
Assinado eletronicamente por:
PLINIO BARBOSA LEITE - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 18/08/2021 11:23:28
Identificador: 4058001.9183246
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
21081809160832000000009247774
2/2

Processo: **0001846-56.2005.4.05.8001**
Assinado eletronicamente por:
Ana Paula Soriano Viana - Oficial de Justiça Distribuidor
Data e hora da assinatura: 20/10/2021 14:10:39
Identificador: 4058001.9547164
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
21102014095699300000009612612
Digitalizado com CamScanner

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: GERALDO BULHOES BARROS e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

CERTIDÃO

Faço a juntada do edital do leilão 2021.

ARAPIRACA, 25 de Outubro de 2021

ROBERTA JACINTO INOJOSA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
Seção Judiciária de Alagoas

Diário da Justiça Eletrônico SJAL

Nº 200.0/2021 Maceió - AL Disponibilização: Sexta-feira, 15 Outubro 2021

12 a. VARA FEDERAL
Edital de Leilão

Edital Nº 36/2021

EDITAL DE LEILÃO E DE INTIMAÇÃO

JUIZ FEDERAL: Aloysio Cavalcanti Lima , Juiz Federal 12ª Vara/AL.

DIRETOR DE SECRETARIA: PLÍNIO BARBOSA LEITE

LEILOEIRO OFICIAL: FERNANDO GUSTAVO ALENCAR DE ALBUQUERQUE LINS

(PORT Nº 01/2007 - PUB DO/AL22/02/07-PG 57) Tel. 3033-4137 / 99982-4509.

Site: www.albuquerquelins.com - E-mail: fernandogustavo@uol.com.br

DATAS:

1ª PRAÇA: 09 (nove) de Novembro de 2021, às 09:00 h - PELO VALOR DA AVALIAÇÃO

2ª PRAÇA: 10 (dez) de novembro de 2021, às 09:00 h - POR QUALQUER VALOR, EXCETO O PREÇO VIL

LOCAL: AUDITÓRIO DA JUSTIÇA FEDERAL - Subseção de Arapiraca/AL - Fórum Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima, situado na Rua José Jailson Nunes, s/n, Santa Edwirges, Arapiraca/AL.

O Excelentíssimo Senhor Doutor ALOYSIO CAVALCANTI LIMA, Juiz Federal da 12ª Vara da Subseção Judiciária de Arapiraca, na forma da lei, etc.

FAZ SABER a tantos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que a Vara supramencionada levará à venda em arrematação pública, nas datas, locais e condições previstas neste edital, os bens penhorados nos autos das ações adiante relacionadas.

O leilão será realizado na modalidade presencial e on line, sob a responsabilidade do leiloeiro designado. Conforme as recomendações da Resolução nº 92/2009, do Conselho de Justiça Federal, os lances poderão ser efetuados por meio de portal eletrônico na plataforma zoom, através do link https://us02web.zoom.us/j/86708501154?pwd=N01hVjJKSmZwQ21Oc0lic21ldmtVUT09, ID da reunião: 867 0850 1154, Senha de acesso: 760862, mediante cadastramento prévio com o leiloeiro, por meio de envio de documento de identificação com foto, comprovante de residência e assinatura do termo de compromisso e responsabilidade nos moldes indicados pelo leiloeiro (contatos email fernandogustavolins@gmail.com, telefone: 82 99982-4509, portal eletrônico http://www.albuquerquelins.com.br/), confirmação dos lances e recolhimento da quantia respectiva na

data designada para o leilão, para fins de lavratura de auto próprio, ficando os interessados cientes de que estarão vinculados às mesmas normas processuais e procedimentos destinados aos lançadores presenciais, inclusive quanto à responsabilidade civil e criminal.

É importante ressaltar que esta Vara Federal - 12ª VF/AL - adota para a referida hasta pública a Portaria nº 02/2008/RACJ/JF/5ª Vara/AL, de 25/03/2008, pois não possui regulamentação própria para tal fito.

DOS ÔNUS DO ARREMATANTE:

Correrá por conta do arrematante os seguintes PAGAMENTOS e/ou APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS nos locais abaixo indicados:

I - NO ATO DO LEILÃO (obrigatórios para homologação da arrematação):

1) NA CEF-PAB/JUSTIÇA FEDERAL:

a) Depósito do valor do lanço integral, ou de 20% sobre o valor do lanço.

b) Comissão de leiloeiro correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do lanço;

c) Pagamento das custas judiciais de 0,5% (meio por cento) do respectivo valor do lanço com mínimo de R$ 10,64 e máximo de R$ 1.915,38;

II - APÓS O LEILÃO (obrigatórios para expedição da carta de arrematação):

1. NA PREFEITURA MUNICIPAL: ITBI - Imposto de Transmissão de Bens Imóveis;
2. NA S.P.U. - SECRETARIA DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO: Laudêmios, ou seja, pagamento ao senhorio direto, nos casos de enfiteuse (domínio útil sobre imóveis), se houver;

III - APÓS O RECEBIMENTO DA CARTA DE ARREMATAÇÃO (obrigatórios para entrega do(s) bem(ns) e/ou imissão de posse):

1) NO CARTÓRIO DE IMÓVEIS e/ou no DETRAN (no caso de veículos) - emolumentos para:

a) baixa da penhora relativa apenas ao processo em que ocorrer a arrematação;

b) registro da Carta de Arrematação;

c) averbação de construções não registradas pelo proprietário anterior;

d) constituição da hipoteca ou penhor legal, no caso de arrematação parcelada sobre bens imóveis e/ou veículos.

2) NO CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS - emolumentos para constituição do penhor legal, no caso de arrematação parcelada sobre bens imóveis e/ou veículos.

3) NA PROCURADORIA DO EXEQUENTE - Termo de Parcelamento da Arrematação, quanto for o caso.

IV - TAXAS E VALORES CÍVEIS DE NATUREZA REAIS E NÃO TRIBUTÁRIAS, tais como as TAXAS DE CONDOMÍNIO, foros e laudêmios são de responsabilidade do adquirente.

DOS DOCUMENTOS E DADOS NECESSÁRIOS PARA CADASTRO DE ARREMATANTES

(cf. transcrição da Portaria nº 04/2006/RACJ/JF/5ª Vara/AL):

"DETERMINAR que todo aquele que arrematar algum bem em leilão judicial realizado por esta 12ª Vara deve fornecer os números de seus telefones (residencial, comercial e celular); o original do instrumento de mandato, com poderes específicos, quando se tratar de mero procurador ou preposto do arrematante; bem como cópias dos seguintes documentos:

I - No caso de ser o arrematante pessoa física:

a) Carteira de Identidade (RG) ou documento equivalente (documento de identidade expedido por Entidades de Classe, tais como OAB, CREA, CRM etc, ou pelas Forças Armadas do Brasil);

b) Cadastro de Pessoa Física (CPF);

c) RG, ou documento equivalente, e nome e CPF do cônjuge, se for o caso;

d) Comprovante de Residência em nome do arrematante (contas de água, luz ou telefone);

e) Endereço de e-mail (se tiver).

II - No caso de ser o arrematante pessoa jurídica:

a) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Contrato Social, até a última alteração, ou Declaração de Firma Individual;

c) Carteira de Identidade (RG) ou documento equivalente (documento de identidade expedido por Entidades de Classe, tais como OAB, CREA, CRM etc, ou pelas Forças Armadas do Brasil) e Cadastro de Pessoa Física (CPF) do representante legal ou do preposto da pessoa jurídica arrematante;

d) Endereço de e-mail (se tiver).

DETERMINAR que todos os documentos acima mencionados sejam reunidos e apresentados pelo arrematante, ou seu procurador, ao leiloeiro ou ao(à) funcionário(a) do Setor de Leilões especialmente designado(a) para tal fim, presente no local de realização da hasta pública, quando do pagamento do valor da arrematação ou da respectiva caução, no caso de pagamento a prazo, ficando consignado no respectivo recibo a apresentação dos aludidos papéis.

DETERMINAR que o não cumprimento das disposições desta Portaria acarretará o desfazimento da arrematação, salvo se até às 18:00 horas do primeiro dia útil subseqüente à realização do leilão o arrematante, ou seu procurador, apresentar junto ao Setor de Leilões desta 12ª Vara Federal as cópias dos documentos faltantes."

DAS DESPESAS E MULTAS:

O executado ou o remitente, em caso de remição da execução, pagamento ou parcelamento dos débitos efetivados nos 5 (cinco) dias úteis que antecederem a 1ª ou a 2ª praças do leilão, deverá depositar em juízo, os seguintes valores:

a) custas processuais: 1% (um por cento) sobre o valor da causa atualizado (com valor mínimo de R$ 10,65 e máximo de R$ 1.915,38); e

b) comissão do leiloeiro: 2% (dois por cento) sobre o menor dos seguintes valores:

(i) montante do débito exeqüendo constante do edital de leilão, e

(ii) valor atribuído ao (s) bem (ns) na última avaliação, também constante no edital de leilão, limitada tal comissão ao mínimo de R$ 100,00 e ao máximo de R$ 10.000,00.

DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O CASO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERECÍVEL E INFLAMÁVEL:

Cabe em função disso, a adoção de certas medidas que asseguram tanto a regularidade do procedimento licitatório quanto a escorreita manipulação do referido material: a) a arrematação total ou parcial do material supracitado só poderá ocorrer mediante pagamento "à vista", vedando-se a arrematação parcelada dos referidos bens; b) só poderá arrematar pessoa jurídica autorizada a comercializar combustíveis automotivos, regularmente inscrita junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e devidamente registrada na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)[1e2] c) ficará a cargo do(a) arrematante o recolhimento do combustível em veículo(s) automotor(es) dotado(s) de cilindro capaz de acondicionar líquido inflamável (caminhão-tanque), devidamente guiado(s) por motorista(s) habilitado(s) e aprovado(s) em curso de treinamento específico para condutores de veículos rodoviários transportadores de produtos perigosos (MOPP)[3].

[1] Cf. Portaria ANP nº 116/2000.

2 A documentação comprobatória dos requisitos fixados no item "b" deverá ser apresentada pelo(s) licitante(s) interessado(s) ao Leiloeiro Oficial na data do leilão, antes do apregoamento do respectivo lote.

3 Cf. Resolução CONTRAN nº 168/2004.

DAS ADVERTÊNCIAS:

1 - Caso o(s) executado(s), corresponsável(is) e cônjuges(s), se casado(s) for(em), não possua(m) advogado constituído nos autos, e esteja(m) em local incerto e não sabido, ou que ainda não seja(m) localizado(s) em seu atual endereço, fica(m) desde já intimado(s) por esse EDITAL, como também os terceiros interessados, para, querendo, habilitarem-se.

3 - Os bens acima relacionados têm como depositário os próprios executados, em sua maioria, em seus respectivos endereços e serão fotografados (na medida do possível) e disponibilizados ao público no *site* deste Juízo e do Leiloeiro Público Oficial (se o caso).

4 - No leilão realizado na 1ª praça os bens disponíveis só poderão ser arrematados por preço igual ou superior ao valor da avaliação.

5 - No leilão realizado na 2ª praça os bens móveis só poderão ser arrematados por, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do preço da avaliação, enquanto que os bens imóveis não poderão alcançar valor menor do que 50% (cinqüenta por cento) do valor da avaliação, desde que não seja considerado preço vil por este Juízo.

OBS: A arrematação por valores abaixo dos percentuais referidos, apesar de não estar vedada, só será admitida em condições excepcionalíssimas, a partir da análise do caso concreto, ficando os eventuais

licitantes cientes que, nestes casos (de arrematação por valores inferiores aos percentuais indicados anteriormente), não serão devolvidas as comissões do leiloeiro, correndo por conta do lançador os ônus decorrentes da anulação da arrematação por preço vil.

6 - Ficam as partes advertidas de que assinado o auto pelo juiz e pelo leiloeiro, a arrematação considerar-se-á perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes eventuais embargos do executado, a ação autônoma ou desistência da arrematação, tudo na forma do art. 903, § 4º, § 5º, do CPC.

7 - Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, não havendo, pois, qualquer responsabilidade da 12ª Vara e/ou do Leiloeiro Público Oficial em relação aos defeitos que porventura vierem a apresentar ou vícios eventuais ocultos.

8 - Constitui ônus do interessado em participar dos leilões verificar, antes das datas designadas para os leilões, as condições dos bens que serão objeto de hasta pública. Deve, assim, no caso de imóveis rurais ou urbanos, verificar os limites, áreas, confrontações, situação jurídica, despesas de condomínio, etc, não podendo se escusar a efetuar o pagamento do lance sob a alegação de que o bem arrematado não se encontra nas condições que imaginava.

9 - No caso de bens móveis que não estejam sob a posse e guarda do Leiloeiro Público Oficial, se o eventual interessado não conseguir ver o bem de seu interesse antes do leilão, deve solicitar ao Leiloeiro Público Oficial ou ao Juízo das Execuções as providências necessárias para que o fiel depositário disponibilize o bem à visitação.

10 - Correrão por conta do arrematante as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados, e, dependendo do que for determinado pelo Juízo, também as despesas de armazenagem (no caso de demora na retirada dos bens do depósito do leiloeiro).

11 - Muito embora alguns bens constantes dos editais de hastas públicas possam ser alienados de forma parcelada, o atendimento aos requisitos de parcelamento é ônus exclusivo do arrematante (daí a necessidade de estar em situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Servido - FGTS e as Fazendas Estaduais e Municipais (quando for o caso), com a comprovação de que atende às exigências do edital quanto à habilitação jurídica e qualidade econômico-financeira), não significando a arrematação, por si só, aprovação do crédito para o parcelamento. Ademais, como nem sempre se parcela o valor total da arrematação (caso de o bem arrematado valer mais do que a dívida do executado), deve o usuário, antes de oferecer seu lance, certificar-se se possui condições financeiras para arcar com o pagamento à vista de eventual diferença entre o valor da arrematação e o valor da dívida do executado.

12 - Em hipótese alguma os participantes das hastas públicas poderão alegar desconhecimento da Portaria nº 005/2007/RACJ/JF/5ª Vara/AL, de 30/08/2007 alterada pela Portaria nº 001/2013/RACJ-ACL/JF/5ª Vara/AL, que disciplina toda a sistemática das hastas públicas da Vara Privativa das Execuções Fiscais de Alagoas (5ª Vara/AL) e especifica todas as despesas do arrematante, razão pela qual não se aceitará quaisquer desculpas para a sua não observância, principalmente no que tange aos encargos do arrematante e às despesas e custas relativas às hastas públicas (artigos 7º, 8º, 9º, 12º, 13º e 14º da Portaria nº 005/2007), bem como da legislação pátria em vigor, especialmente a Lei 13.105 de 16 de Março de 2015 (Código de Processo Civil) e Lei 6.830 de 22 de setembro de 1980 (Lei de Execuções fiscais).

14 - A venda será em dinheiro À VISTA, ou pelo prazo de 15 (quinze) dias, mediante caução idônea de 20% no ato do leilão OU na modalidade PARCELADA conforme autorizada pela exequente e disciplinada pela Portaria PGFN nº 79 de 03/02/2014 (vide anexo único).

BENS PENHORADOS

EXEQUENTE: **FAZENDA NACIONAL**

LOTE 01:

PROCESSO no. 0800284-90.2016.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL.

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPJ no. 00.394.460/0216-53.

EXECUTADOS: RECICLAGEM DE PLASTICOS SANTA QUITERIA LTDA - ME - CNPJ no.05.867.546/0001-68 e JOSÉ PASSOS DE OLIVEIRA - CPF no. 147.857.968-47.

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Lote 04, quadra H, loteamento Redenção, bairro Senador Arnon de Melo - Arapiraca/ AL.

DEPOSITÁRIO: KELLY GRASIELE SILVA PASSOS - CPF no. 097.379.584-03.

ADVOGADOS: JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO OLIVEIRA - OAB/ AL 6569.

BEM: Imóvel de matrícula nº 52.429, registrado no 1o. CRI de Arapiraca/ AL - TERRENO localizado na Rua Miguel Vieira da Silva (no Google Maps tal rua é a Gilberto Felix de Menezes), s/n, vizinho ao número 167 loteamento Redenção, bairro Senador Arnon de Melo. - Arapiraca/ AL.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 36.000,00.

INCLUSÃO VIRTUAL: SIM.

DUPLICIDADE DE PENHORA: NÃO.

DÉBITO: R$ 47.188,19 - Atualizado em Ago./2021.

LOTE 02:

PROCESSO no. 0800095-78.2017.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL.

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPJ no. 00.394.460/0216-53.

EXECUTADO: AGREMIAÇÃO SPORTIVA ARAPIRAQUENSE - CNPJ no. 12.439.568/0001-92.

LOCALIZAÇÃO DO BEM: CIAD - Centro Integrado de Armazenagem e Distribuição Municipal, localizado na Rua Projetada A, nº. 95, Distrito Industrial, Bairro Guaribas, Arapiraca/ AL.

DEPOSITÁRIO: VALDEIR ARAÚJO SANTOS.

BEM: Sucata de ônibus modelo M.BENS/O 400 RSD PL, placa MUP2047, 1999/1999.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 15.000,00.

INCLUSÃO VIRTUAL: SIM.

DUPLICIDADE DE PENHORA: NÃO.

DÉBITO: R$ 68.091,97 - Atualizado em Ago./2021.

LOTE 03:

PROCESSO no. 0804974-94.2018.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL.

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPJ no. 00.394.460/0216-53.

EXECUTADO: COMERCIAL BOA VISTA - CNPJ no. 11.913.993/0001-09.

LOCALIZAÇÃO DO BEM: RUA SAO FRANCISCO, no. 1144, CENTRO - ARAPIRACA/ AL.

DEPOSITÁRIO: João Saturnino de Almeida Neto - CPF: 007.445.164-20.

BEM: MOTO HONDA/CG 125 FAN ES, 2009/2009, PLACA NMG2335.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 5.000,00.

INCLUSÃO VIRTUAL: SIM.

DUPLICIDADE DE PENHORA: NÃO.

DÉBITO: R$ 40.296,54 - Atualizado em Ago./2021.

LOTE 04:

PROCESSO NO. 0000474-57.2014.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPJ no. 00.394.460/0216-53.

EXECUTADOS: SEVERINO JOSE DA SILVA FILHO - CPF no. 924.202.734-00.

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua Manoel José de Oliveira, 34, bairro Nova esperança - Arapiraca/ AL.

DEPOSITÁRIO: SEVERINO JOSE DA SILVA FILHO - CPF no. 924.202.734-00.

ADVOGADOS: João Paulo Santos pereira Militão - OAB Al 14354-N e Julianne cezar de Fátima Melo Silva Ramos - OAB AL 13191-N.

BEM: Imóvel matrícula nº 47.931/CRI Arapiraca, que consiste em uma residência localizada à rua Manoel José de Oliveira, 34, Nova Esperança, Arapiraca/AL, apresentando as seguintes medidas aproximadas: 10 (dez) metros de frente e 30 (trinta) metros de frente a fundos.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 410.000,00 (quatrocentos e dez mil reais) - 05/03/2020.

INCLUSÃO VIRTUAL: Sim.

DUPLICIDADE DE PENHORA: Não.

DÉBITO: R$ 43.371,38 - Atualizado em Out./ 2021.

LOTE 05:

PROCESSO NO. 0800294-66.2018.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL.

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPPJ no. 00.394.460/0216-53.

EXECUTADO: IMPERIAL - DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA - CNPJ no. 08.091.499/0001-00.

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua Governador Silvestre Péricles, 1058, Jardim Tropical, Arapiraca/AL.

DEPOSITÁRIO: MARIA ISABEL DA SILVA SANTOS - CPF no. 058.513.064-75.

ADVOGADOS: SAMUEL FREITAS CERQUEIRA - AL4037

BENS: Caminhão Mercedez Benz, modelo ACCELO 815, cor azul, placa OHH2046, motor diesel, 2012/2012, chassi 9BM979026CS004378, com mmotor a diiesel - equipada com baú para caminhões (que não possui registro veícular autônomo) em bom estado de uso e conservação.

AVALIAÇÃO DO BEM: R$ 125.000,00 - avaliado em 20/08/2021.

INCLUSÃO VIRTUAL: SIM.

DUPLICIDADE DE PENHORA: NÃO.

DÉBITO: R$ 54.388,19 - Atualizado até MAIO/2021.

LOTE 06:

PROCESSO no. 0800064-87.2019.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL.

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPJ no. 00.394.460/0216-53.

EXECUTADO: CENTRO EDUCACIONAL STA CECILIA LTDA - ME- CNPJ no. 35.547.819/0001-58 e INSTITUTO SUPERIOR DE ENSINO SANTA CECÍLIA LTDA- EPP - CNPJ no. 05.244.212/0001-38.

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua Floraci da Silva Barros, nº. 228, Alto do Cruzeiro, Arapiraca/ Al.

DEPOSITÁRIO: DEUSDETH BARBOSA DA SILVA, CPF. 122.068.904-10.

BENS:

- Item 01: 28 (vinte e oito) estantes de aço com 05 (cinco) prateleiras, em regular estado de conservação - Avaliação R$ 2.800,00;

- Item 02: 04 (quatro) estantes de aço com 03 (três) prateleiras, em regular estado de conservação - Avaliação R$ 240,00;

- Item 03: 650 (seiscentas e cinquenta) carteiras universitárias básicas com prancheta, modelo econômico, em regular estado de conservação - Avaliação R$32.500,00;

- Item 04: 72 (setenta e duas) cadeiras secretárias fixas, base palito, em regular estado de conservação - Avaliação R$ 2.880,00. Obs.: as referidas cadeiras encontram-se dispostas em grupos de 03 (três), constituindo-se em 24 (vinte e quatro) longarinas de 03 (três) lugares;

- Item 05: 02 (dois) aparelhos de Ar Condicionado Eletrolux 9000btus, split, em regular estado de conservação - Avaliação R$ 1.000,00;

- Item 06: 14 (quatorze) aparelhos de Ar Condicionado Consul 10000btus, tipo janela, Multiair, dos quais: 08 (oito) tiveram seu funcionamento atestado; 05 (cinco) não puderam ser testados; 01 (um) encontrava-se queimado - Avaliação R$ 3.250,00;

- Item 07: 06 (seis) aparelhos de Ar Condicionado Springer Maxflex 9000btus, split, em regular estado de conservação - Avaliação R$ 3.000,00;

- Item 08: 05 (cinco) aparelhos de Ar Condicionado komeco Maxime 9000btus, split, em regular estado de conservação - Avaliação R$ 2.500,00;

- Item 09: 04 (quatro) aparelhos de Ar Condicionado Eletrolux Ecoturbo 18000btus, usado, em regular estado de conservação - Avaliação R$ 4.000,00;

Item 10: 04 (quatro) aparelhos de Ar Condicionado Consul 9000btus, split, em regular estado de conservação - Avaliação R$ 2.000,00;

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 54.170,00.

INCLUSÃO VIRTUAL: SIM.

DUPLICIDADE DE PENHORA: NÃO.

DÉBITO: R$ 232.765,62 - Atualizado em Março/2021.

LOTE 07:

PROCESSO No. 0800664-11.2019.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPJ no. 00.394.460/0216-53
EXECUTADO: JOSE MAURICIO SILVA ACESSORIOS - CNPJ no. 04.120.108/0001-79.

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua Benjamim Freire de Amorim, 846, Brasiliana, Arapiraca/ AL.

DEPOSITÁRIO: JOSÉ MAURÍCIO SILVA - CPF no. 321.213.854-87.

ADVOGADOS: Marcio Alberto Almeida de Moura Lima - OAB/ AL 14847 e Renata Maurício de Lima Silva - OAB/ AL 10504.

BENS:

01. 01(um) Climatizador de AR, Marca Rotoplast, Roto 95 turbo, em uso. **R$** 2.500,00
02. 01(um) Vidro traseiro vigia do Polo Sedan. **R$** 650,00
03. 03(três) Vidro traseiro vigia Kadett, 89/96-R$ 450,00 Unidade. **R$** 1.350,00
04. 02(dois) Vidro traseiro vigia do Palio - 01/04-R$ 590,00 Unidade. **R$** 1.180,00
05. 01(um) Vidro traseiro vigia do Palio, S/ desembaçador, 01/04- R$550,00Unidade. **R$** 550,00
06. 01(um) Vidro traseiro vigia GOL, G5 e G6. **R$** 490,00
07. 01(um) Vidro Para-Brisas do Golf , com sensor de chuva, 2007-2014. **R$** 790,00
08. 01(um) Vidro traseiro vigia do Polo Hatch - 03/04. **R$** 650,00
09. 01(um) Para-BrisasL200 87/92. **R$** 850,00
10. 01(um) Vidro Para-Brisas do Escort, 83/92. **R$** 460,00
11. 01(um) Vidro Para-Brisas do Caminhão 680 MB, 82/94. **R$** 650,00
12. 01(uma) Chave de Seta do Veículo Celta -10/14. **R$** 300,00
13. 01(um) Vidro traseiro vigia da Fiorino, 87/92. **R$** 290,00
14. 03(três) Vidro da porta traseira do Corsa Sedan, 03/10. R$ 225,00 Unidade. **R$** 675,00
15. 07(sete) Vidro da porta dianteira do Corsa Sedan, 03/10. R$ 200,00 Unidade. **R$** 1.400,00
16. 01(um) Vidro da porta traseira do Vectra, 96/05. **R$** 275,00
17. 01(um) Vidro da porta dianteira do Golf 99/10. **R$** 280,00
18. 01(um) Vidro da porta dianteira do Santana - 98/04. **R$** 210,00
19. 01(um) Vidro da porta dianteira do GOL, 95/99. **R$** 140,00
20. 02(dois)Vidro da porta dianteira da S10. R$ 250,00 Unidade. **R$** 500,00
21. 03(três) Vidro da janela fixa do GOL, 79/94. **R$** 180,00
22. 05(cinco) Vidro da porta traseira da S10. R$ 250,00Unidade. **R$** 1.250,00

23. 01(um) Vidro da porta dianteira F250, 99/11. **R$**300,00
24. 05(cinco) Vidro da porta dianteira do Fiesta, 98/04 . R$ 240,00Unidade. **R$** 1.200,00
25. 01(um) Para-Brisas do New Fiesta, 15/18. **R$** 100,00
26. 02(dois) Estribo de Ducato Cromado -R$ 500,00 Unidade. **R$** 1.000,00
27. 03(três) Estribo da Camionete Hilux, 16/12. R$ 500,00 Unidade. **R$** 1.500,00
28. 01(um) Par de estribos de a Ranger 2012. **R$** 1.000,00
29. 01(um) Par de estribo da S10, 94/11. **R$**1.000,00
30. 01(um) Par de estribos da Ecosport, 11/14. **R$** 700,00
31. 01(um) Protetor caçamba Frontier 08/14. **R$** 800,00
32. 02(um) Para-Brisas Traseiro da Parati, 96/99 R$ 390,00 Unidade. **R$** 780,00
33. 02(dois) Para-Brisas dianteiro do Palio, 12/19 R$ 200,00Unidade **R$** 400,00
34. 01(um) Para-Brisas traseiro da Saveiro, 96/00. **R$** 400,00
35. Ausente;
36. Ausente;
37. 02(dois) Sto. Antonio da Strada Cabine Simples, 19/19. **R$** 300,00
38. 04(quatro) Engate do Palio Weekend -R$ 250,00 Unidade. **R$** 1.000,00
39. 01(um) Engate Reboque do Ecosport Freestyle, 12/14 . **R$** 300,00
40. 01(um) Engate Reboque do Nissan Livina, 02/10. **R$** 500,00
41. 01(um) Engate Reboque do Golf, 14/16. **R$** 300,00
42. 01(um) Engate Reboque do novo Fiesta, 12/16. **R$** 250,00
43. 03(três) Para-Barro do Corolla, 08/12-R$ 150,00 Unidade. **R$** 450,00
44. 05(cinco) Para-Barro do Ford Ka, 14/18 -R$ 100 Unidade. R$ 500,00
45. 03(três) Para-Barro da Hilux, 09/12-R$150,00 Unidade . **R$4**50,00
46. 01(um) Parabarro da Frontier SEL, 08/14. **R$** 150,00
47. 01(uma) Capota Marítima da Toyota Hilux Cabine Dupla, 06/12. **R$** 500,00
48. 01(uma) Capota Marítima da Ranger Cabine Dupla, 13/16. R$ 500,00
49. 01(uma) Capota Marítima da Ranger Cabine Dupla, c/Sto. Antonio, 13/16. **R$** 600,00
50. 04(quatro)Lanterna Traseira do Santana, lado direito, 99- R$ 100,00 Unidade. **R$** 400,00
51. 04(quatro) Lanterna Traseira do Palio, 08/10, R$ 100,00 Unidade. **R$** 400,00
52. 04(quatro) Farol do Gol G5, R$ 200,00 Unidade. **R$** 800,00
53. 02(duas)Lanterna Traseira Corsa Hatch, 03/08, R$ 300,00 Unidade. **R$** 600,00
54. 04(quatro) Lanterna Traseira do Uno, 14/19 -R$ 250,00 Unidade. **R$** 1.000,00
55. 04(quatro) Farol do Fox, 08/11. R$ 250,00 Unidade. **R$**1.000,00
56. 02(duas) Grade do Radiador da Ranger(Cromada), 98/04.**R$**500,00Unidade. **R$**1.000,00
57. 02(dois) Overbumper S10, 12/16, R$ 400,00 Unidade. **R$** 800,00
58. 02(dois) Farol Ecosport, 08/11, R$ 350,00 Unidade. **R$** 700,00
59. 02(dois) Farol da S10,03/11. R$ 500,00 Unidade. **R$** 1.000,00
60. 01(um) Farol SW4, 06/10. **R$** 500,00
61. 02(dois) Farol da Ranger, 06/10 -R$ 400,00 Unidade. **R$** 800,00
62. 01(um) Farol da Hilux, 04/08. R$ 500,00 Unidade. **R$**500,00
63. 02(dois) Farol do Golf, 00/04. R$ 250,00 Unidade. **R$**500,00

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 40.880,00 - Avaliado em Set./ 2021.

INCLUSÃO VIRTUAL: SIM.

DUPLICIDADE DE PENHORA: NÃO.

DÉBITO: R$ 65.450,01 - Atualizado em Ago./2021.

LOTE 08:

PROCESSO NO. 0801494-79.2016.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPJ no. 00.394.460/0216-53.

EXECUTADOS: JOSE VICENTE DA SILVA FILHO MOVEIS - ME - CPF no.09.656.878/0001-54.

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua do Comércio, no.208, Centro - Jaramataia/ AL. 57425-000.

DEPOSITÁRIO: José Vicente da Silva Filho - RG 1825335 SSP/ AL.

ADVOGADOS: NÃO.

BENS:

- 06 (seis) cozinhas STAR, marca TELASUL, cor branca, composta de 04 (quatro) peças (paneleiro, balcão, armário triplo aéreo e armário de geladeira) em aço. Novas, na caixa. Valor unitário R$ 2.000,00.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 12.000,00 - Avaliado em Set../2021.

INCLUSÃO VIRTUAL: NÃO.

DUPLICIDADE DE PENHORA: Não.

DÉBITO: R$ 35.966,13,50 - Atualizado em Abr./2020.

LOTE 09:

PROC. 0801011-49.2016.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPJ no. 00.394.460/0216-53

EXECUTADOS:

SEVERINO JOSÉ DA SILVA (CPF 026.330.004-87)

SLS COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA - ME (CNPJ 70.013.297/0001-05)

SEVERINO JOSÉ DA SILVA FILHO (CPF 924.202.734-00)

ESPÓLIO DE SEVERINO JOSÉ DA SILVA

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Praça Manoel André, nº 03, esquina para a Rua 15 de Novembro, Centro, Arapiraca/AL.

DEPOSITÁRIO: Berenice Araújo da Silva - CPF: 162.547.164-53, Tel.: 999809730.

ADVOGADOS: Julianne Cezar de Fátima Melo Silva Ramos - OAB AL 13191-N e José Cesar da Silva - OAB AL 4299-N

BENS: Imóvel de matrícula nº 14.172, registrado perante o 1º Cartório de Registro de Imóveis de Arapiraca/AL. Trata-se de um prédio comercial, que possui 3 pavimentos, com uma área total de 942,07 m² (novecentos e quarenta e dois vírgula zero sete metros quadrados), com as seguintes divisões: no primeiro pavimento, um salão, dois provadores, um escritório com lavabo; no segundo pavimento, um salão, um banheiro e um depósito; no terceiro pavimento, um salão, um banheiro e um depósito.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil reais) (id. 4058001.8067200)

DUPLICIDADE DE PENHORA: Sim. Banco Itaú e processo nº 0800680-28.2020.4.05.8001 - indisponibilidade de bens (12ª Vara Federal de Alagoas).

DÉBITO: R$ 930.945,00 (novecentos e trinta mil e novecentos e quarenta e cinco reais) - atualizado em 02/08/2021.

LOTE 10:

PROC. nº 0800161-53.2020.4.05.8001S - EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPJ no. 00.394.460/0216-53

EXECUTADO: CILEL COMERCIO E INDUSTRIA DE LAGES EIRELI - CNPJ: 12.380.887/0001-70

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rod. AL 110, Km 68, bairro Nova Esperança, Arapiraca.

DEPOSITÁRIO: Urânio Duarte de Almeida (Fone 99981-2121)

REPRESENTANTE LEGAL: Urânio Duarte de Almeida (Fone 99981-2121)

ADVOGADOS: RENAN LEMOS VILLELA - OAB/RS - 052572

BENS: Imóvel de matrícula nº 57.688. Descrição: frente medindo 132,74m, confrontando-se com a Rod. AL 110; fundos medindo 94,56m, confrontando-se com a Sra. Edvania de Almeida; lado direito medindo 160,32m, confrontando-se com o Sr. José Pedro de Farias; lado esquerdo medindo 256,60m, confrontando-se com a Rua Elízio Barbosa. Com uma área total de 19.259,03 metros quadrados.

AV- 1- 57.688: (...) consta que no imóvel objeto da matrícula 57.688 a construção de um imóvel comercial situado na Rod. AL 110 km 68, n. 1168, bairro Nova Esperança, nestacidade, contendo os seguintes cômodos: 01 sala de vendas, 01 sala de marketing, 01 circulação, 01 sala de engenharia, 01 diretoria, 01 administração, 01 departamento técnico, 07 wc. Medidas da construção: frente medindo 20,35m; fundos medindo 20,35m; lado direito medindo 12,71m; lado esquerdo medindo 12,71m. Área total construída 257,70m2 (...).

Benfeitorias não averbadas: seis galpões em estrutura de ferro armado, com todas as laterais abertas e cobertura em telha tipo amianto e piso sem acabamento, utilizados para estocagem de postes; Uma sala de almoxarifado, um salão para depósito de cimento e outro para madeira, oficina, escritório e banheiro, guarita, sala para armazenar caixas d'água (conforme foto da planta em anexo), todos em alvenaria. Idade aparente de 20 anos.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 14.336.385,92

DUPLICIDADE DE PENHORA: Sim.

Processo 2005.80.01.092723-6 (8ª Vara da Justiça Federal de Alagoas)

Processo 0000549-33.2013.4.05.8001 (12ª Vara Federal de Alagoas)

Processo 0000196-90.2013.4.05.8001 (12ª Vara Federal de Alagoas)

Processo 0800557-64.2019.4.05.8001 (8ª Vara Federal de Alagoas)

Processo 0002228-73.2019.8.02.0058 (6ª Vara de Arapiraca/ Cível Residual)

Processo 0800072-69.2016.4.05.8001 (8ª Vara Federal de Alagoas)

Processo 00016107320165190006 - indisponibilidade de bens (6ª Vara do Trabalho de Maceió)

DÉBITO: R$ 182.042,26 (Cento e oitenta e dois mil, quarenta e dois reais e vinte e seis centavos) - atualizado em fevereiro de 2020.

LOTE 11:

PROC. nº 0000591-82.2013.4.05.8001T - EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPJ no. 00.394.460/0216-53

EXECUTADO: CARLOS ANDRE EMIDIO SILVA - CPF: 667.730.594-53
LUCIA MARIA LIRA DE ALMEIDA - CPF: 255.381.874-20
LIDERBEL -LIRA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA- CNPJ: 05.688.118/0001-78
IOLANDA LIRA DE ALMEIDA- CPF: 648.405.904-78

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua Olegário Leite, 8 - Planalto Arapiraca - AL

DEPOSITÁRIO: LUCIA MARIA LIRA DE ALMEIDA, telefone: 82. 998041313.

ADVOGADOS: ENNE LAYNE FERREIRA SANTOS ALMEIDA - OAB/AL13313 e JESSIKA NAYANE FERREIRA DA SILVA - OAB/AL13561

BENS: Imóvel de matrícula 48.097: um lote n. 07 da quadra E, do loteamento denominado Parque Residencial Doralice Fernandes, em Arapiraca, 6 metros de frente, com a Rua Olegário Leite, lado direito mede 20 metros com o lote 8, lado esquerdo mede 20 metros com o lote 6, fundo mede 6 metros com o mesmo proprietário. Com área total de 120 metros quadrados, no qual se encontra edificada uma residência em alvenaria, com piso em cerâmica, contendo: garagem, dois quartos, sala, cozinha, banheiro e uma dependência nos fundos, em regular estado de conservação, situado na Rua Olegário Leite, nº 8, Planalto, Arapiraca, Alagoas.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).

DUPLICIDADE DE PENHORA: Sim. Processo 0804488-12.2018.4.05.8001 - indisponibilidade de bens (12ª Vara Federal de Alagoas); processo 0800680-28.2020.4.05.8001 - indisponibilidade de bens (12ª Vara Federal de Alagoas); processo 0000011-91.2009.4.05.8001 - penhora (8ª Vara Federal de Alagoas).

DÉBITO: R$ 147.397,63 (Cento e quarenta e sete mil, trezentos e noventa e sete reais e sessenta e três centavos) - atualizado em abril de 2021.

LOTE 12:

PROC. nº 0003301-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPJ no. 00.394.460/0216-53

EXECUTADO: JOSÉ PEDRO DA COSTA QUINTINO - CPF: 382.759.884-20

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua Gov. Luiz Cavalcante, s/n, vizinho ao n. 1390, Bairro: Novo Horizonte, Arapiraca - Alagoas.

DEPOSITÁRIO: JOSE PEDRO DA COSTA QUINTINO (CPF. n. 382.759.884-20), telefone: 82. 99908-5848.

ADVOGADOS: ELAINE DANIELLE MARTINIANO MELO - OAB/AL8161

Julianne Cezar de Fatima Melo Silva Ramos - OAB/AL13191-N

Francisco Andre Fernandes Duarte - OAB/PE021390-D

BENS: 01 (UM) TERRENO, LOTE 03, QUADRA C, LOTEAMENTO CAVALCANTE TAVARES, LOCALIZADO NA RUA GOV. LUÍZ CAVALCANTE, S/N, VIZINHO AO N. 1390 - BAIRRO NOVO HORIZONTE, Zona Urbana, ARAPIRACA - ALAGOAS, objeto da CERTIDÃO DE MATRÍCULA nº 36.549, Livro nº 02 - Registro Geral, Folha 01, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Arapiraca/AL. De acordo com a certidão da Matrícula Imobiliária, o imóvel possuindo as seguintes delimitações e confrontações: FRENTE: medindo 10,00 metros, confrontando-se com a Rua Gov. Luiz Cavalcante - Novo Horizonte, Arapiraca - Alagoas; 10 metros com o lote 14; lado direito 28,00 metros com o lote05; lado esquedo 28,00 metros com o lote 03. Com área total de 280,00 m². Observação: o local do terreno penhorado encontra-se murado e sem construção.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS)

DUPLICIDADE DE PENHORA: NÃO.

DÉBITO: R$ 4.904.628,56 (Quatro milhões, novecentos e quatro mil, seiscentos e vinte e oito reais e cinquenta e seis centavos) atualizado em maio de 2021.

LOTE 13:

PROC. nº 0800131-86.2018.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPJ no. 00.394.460/0216-53

EXECUTADO: MULTBOX ESQUADRIAS DE ALUMINIO LTDA - EPP - CNPJ: 00.961.032/0001-53

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Km 2, AL-220, 2084 - Sen. Arnon de Melo, Arapiraca - AL

DEPOSITÁRIO: André Mauro de Lemos Silva, CPF. N. 648.391.764-34, telefone: 993212838

ADVOGADOS: CLAUDIO JOSÉ FERREIRA DE LIMA CANUTO - OAB/AL 005821-A

BENS:

01 (um) motociclo/passeio, marca JTA/SUZUKI, ano de fabricação 2011, ano modelo 2012, placa OHI5655. Motor sem funcionamento, péssimo estado de conservação. Avaliado em R$ 4.000,00

01 (um) motociclo/passeio, marca JTA/SUZUKI, ano de fabricação 2011, ano modelo 2012, placa OHI5615. Motor sem funcionamento, péssimo estado de conservação. Avaliado em R$ 4.000,00

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 8.000,00 (oito mil reais)

DUPLICIDADE DE PENHORA: Sim. Processo nº 0800453-09.2018.4.05.8001 (12ª Vara Federal de Alagoas).

DÉBITO: R$ 32.148,83 (trinta e dois mil, cento e quarenta e oito reais e oitenta e três centavos) atualizado em março de 2020.

LOTE 14:

PROC. nº 0800041-10.2020.4.05.8001T - EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPJ no. 00.394.460/0216-53

EXECUTADO: ALESSANDRO AMANCIO DA SILVA - CPF 045.513.774-90
PORTO SEGURO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA CNPJ.: 15.338.024/0001-22

DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS ESTRELA GUIA LTDA - CNPJ.: 19.486.147/0001-61

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua Joana D'Arc, nº. 1555, Bairro Itapoã, Arapiraca

DEPOSITÁRIO: Alessandro Amâncio da Silva

ADVOGADOS: CARLOS HENRIQUE DE LIMA COSMO - OAB/AL5446

Thiago Souto Agra - OAB/AL7697

Antônio de Pádua Almeida Cruz - OAB/AL11615

ANDRESSA CARLA DOS SANTOS AIRES - OAB/AL13452

MARINNY CAVALCANTI OLIVEIRA CHAVES - OAB/AL15468

CAROLINE BUARQUE VASCONCELLOS SANTOS - OAB/AL9997

Wallace Nunes da Silva - OAB/AL11095-N

BENS:
Veículo VW/13.190 CRM 4X2, placa: NMO2123 AL, ano/modelo: 2013, com baú acoplado (código FIPE 515149-0): R$ 136.576,00. R$ 180.000,00

Veículo VW/13.190 CRM 4X2, placa: NMO1633 AL Ano/modelo: 2013, com baú acoplado (código FIPE 515149-0): R$ 136.576,00. R$ 180.000,00

Veículo M.BENZ/ L-1318, placa: OHI6670 AL Ano: 2011; Modelo: 2012, com baú acoplado (código FIPE 509057-1). R$ 175.000,00

Veículo Reboque R/ISIDOC CIA1502, placa: QLI2910 AL, ANO/MODELO: 2016, com baú para transporte de animais. R$. 5.000,00.

Veículo SCANIA/G 420 A 6X4, placa: HDI8141 AL, ANO/MODELO: 2011 (código FIPE 513163-4). R$ 260.000,

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais)

DUPLICIDADE DE PENHORA: NÃO.

DÉBITO: R$ 2.574.300,90 (Dois milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, trezentos reais e noventa centavos) - atualizado em abril de 2021.

LOTE 15:

PROC. nº 0800350-70.2016.4.05.8001S - EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPJ no. 00.394.460/0216-53

EXECUTADO:

COMERCIAL IDEAL COMPRAS LTDA - EPP - CNPJ.: 14.578.125/0001-08

MANOEL GOMES DA SILVA - CPF: 066.313.494-35

CARLOS HENRIQUE DA SILVA JUNIOR - CPF: 706.210.194-02

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua Gov. Luiz Cavalcante, 86, Centro, Coité do Nóia/AL.

DEPOSITÁRIO: PAULO DE OLIVEIRA ALMEIDA

ADVOGADOS: NÃO.

BENS:

1 - Vinte e sete metros de prateleira central em aço na cor branca e azul. R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais); 2- Vinte e quatro metros de prateleira lateral em aço na cor branca e azul. R$ 2.040,00 (dois mil e quarenta reais); 3 - Seis pontas de gôndola com 5 prateleiras. R$ 2.040,00 (dois mil e quarenta reais); 4- Três "check out" caixas registradoras em aço. R$ 1.275,00 (hum mil, duzentos e setenta e cinco reais); 5- Duas CPUs com monitor: não constatei. Segundo o depositário estão quebradas por falta de uso; 6- Um freezer horizontal fricon, seis portas. R$ 1.275,00 00 (hum mil, duzentos e setenta e cinco reais): Constatei que está com defeito, pois não está mais refrigerando; 6.1 Um freezer horizontal fricon, seis portas. R$ 1.275,00 (hum mil, duzentos e setenta e cinco reais); 7- Um freezer vertical refrimate, oito portas. R$ 2.550,00 (dois mil, quinhentos e cinqüenta reais); 8- Um balcão expositor refrimate sem refrigeração. R$ 255,00 (duzentos e cinqüenta e reais); 8.1 Um balcão expositor refrimate sem refrigeração. 510,00 (quinhentos e dez reais); 9- Um balcão expositor refrimate com refrigeração. R$ 1.275,00 (hum mil, duzentos e setenta e cinco reais): Constatei que está com defeito, pois não está mais refrigerando; 9.1 Um balcão expositor refrimate com refrigeração. R$ 1.275,00 (hum mil, duzentos e setenta e cinco reais): Constatei que está com defeito, pois não está mais refrigerando; 10- Um balcão refrigerador para carnes refrimate. R$ 850,00 (oitocentos e cinqUenta reais): Constatei que está com defeito, pois não está mais refrigerando; 11- Um expositor de frios com dezoito divisórias na cor verde. R$ 510,00 (quinhentos e dez reais); 12- Uma balança toledo. R$ 127,50 (cento e vinte e sete reais e cinquenta centavos); 12.1 Uma balança toledo. R$ 127,50 (cento e vinte e sete reais e cinquenta centavos).

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 19.205,50 (dezenove mil, duzentos e cinco reais e cinquenta centavos).

DUPLICIDADE DE PENHORA: NÃO.

DÉBITO: R$ 109.585,83 (cento e nove mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e oitenta e três centavos) atualizado em abril de 2016.

LOTE 16:

PROC 0804367-81.2018.4.05.8001- EXECUÇÃO FISCAL

CDA. 139145729 e 139145737

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: G O DE L SOARES PADARIA - CNPJ: 12.640.048/0001-43.

ENDEREÇO: Rua Santa Rita, Nº 848, Bairro Brasília,. Arapiraca/AL

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Endereço supracitado

DEPOSITÁRIO: Graciene de Oliveira Lima Soares.

ADVOGADO: não consta

BEM:

1) 01 forno turbo elétrico, 21 esteira, para padaria. Equipamento gastronômico Progás - forno turbo, em funcionamento e em estado regular de conservação. R$ 4.500,00.

2) 20 caixas plásticas para verduras, em bom estado de conservação. R$ 20,00 cada uma.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais) em agosto de 2021.

INCLUSÃO VIRTUAL: consta

DÉBITO R$ 27.795,69- Atualizado até Junho de 2018.

LOTE 17:

PROCESSO: 0800079-27.2017.4.05.8001S

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL (CPNJ: 00.394.460/0216-53)

EXECUTADO: VALDECI NASCIMENTO DE ALMEIDA PADARIA - EPP, CNPJ Nº. 22.791.442/0001-36 (redirecionamento/sucessão empresarial de A N DE ALMEIDA PADARIA - ME , CNPJ: 08.255.991/0001-65)

ENDEREÇO DO EXECUTADO: RUA VICENTE FLOR FERREIRA, 100, BAIRRO PLANALTO - ARAPIRACA/AL. 57308-560

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua Vicente Flores Ferreira, bairro Planalto, Arapiraca/AL

REPRESENTANTE LEGAL e DEPOSITÁRIO: Aldemir Nascimento de Almeida, CPF: 888.551.804-44 (cel. 9 9914-8366)

ADVOGADOS: FABIO BARBOSA MACHADO - AL9850

BENS IMÓVEIS :

Matrícula 75.017 - lote 01, situado a rua Vicente Flores Ferreira, bairro Planalto, Arapiraca/AL. Matrícula nº 75.017 foram edificados uma Garagem e dois cômodos, em razoável estado de conservação, com área total de aproximadamente 154m²(centro e cinquenta e quatro metros quadrados) e que apresenta as seguintes delimitações: frente com a Rua Vicente Flor Ferreira; fundos com o lote 17 do Lot. Planaltina; ao lado direito, com o imóvel 75.018 de propriedade do Sr. Aldemir Nascimento de Almeida; ao lado esquerdo, com a Rua Antônio Lemos Palmeira. Avaliação: R$ 123.000,00 (cento e vinte e três mil reais).

Matrícula 75.018 - lote 02, situado a rua Vicente Flores Ferreira, bairro Planalto, Arapiraca/AL, com área total de aproximadamente 295m² (duzentos e noventa e cinco metros quadrados) e que apresenta as seguintes delimitações: frente com a Rua Vicente Flor Ferreira; fundos com o lote 17 do Lot. Planaltina; ao lado esquerdo com o imóvel de matrícula 75.017 de propriedade do Sr. Aldemir Nascimento de Almeida; ao lado direito, com o Lote 01 do Lot. Planaltina. Foi edificada uma casa de alvenaria, com dois quartos, sala de estar e jantar, cozinha, banheiro, área de serviço, com outro banheiro em construção, piso em cerâmica e teto com forro, em razoável estado de conservação. Avaliação: R$ 236.000,00 (duzentos e trinta e seis mil reais).

VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO: R$ 359.000,00 (trezentos e cinquenta e nove mil reais), em 09/09/2019.

DÉBITO: R$ 166.192,53, atualizado até abril/2020

LOTE 18:

PROCESSO: 0800459-16.2018.4.05.8001

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL (CPNJ: 00.394.460/0216-53)

EXECUTADO: RAFAEL MORAES ARAUJO EIRELI - CGC: 01.774.626/0001-18

ENDEREÇO: LRG DOM FERNANDO GOMES, 41, CENTRO; ARAPIRACA/AL, CEP: 57300-290

LOCALIZAÇÃO DO BEM: LRG DOM FERNANDO GOMES, 41, CENTRO; ARAPIRACA/AL, CEP: 57300-290

DEPOSITÁRIO: Sr. RAFAEL MORAES ARAUJO, telefone: 82.981670777, portador do CPF nº 018.294.544-80, residente e domiciliado na Rua Tancredo Neves de Almeida Neves, 570, Alto do Cruzeiro, em Arapiraca, Alagoas.

ADVOGADOS: não consta

BENS: Diversos

1 - 11 (onze) gôndolas em aço base, 07 (sete) prateleiras fixas na parede e uma testeira sem luminária, no valor unitário de R$: 445,00 (quatrocentos e quarenta e cinco reais);
2 - 5 (cinco) gôndolas em aço com uma base, 04 (quatro) prateleiras e uma testeira sem luminária, no valor unitário de R$: 540,00 (quinhentos e quarenta reais);
3 - 4 (quatro) balcões tipo farmaline, com vitrine, 02 (duas) bandejas em vidro e gavetas divisórias, no valor unitário de R$ 650,00 (Seiscentos e cinquenta reais);
4 - 1 (uma) longarina com quatro lugares, no valor unitário de R$ 245,00 (duzentos e quarenta e cinco reais);
5 - 1 (uma) mesa de reunião, no formato retangular, de madeira, sendo a mesa no valor de R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais);
6 - Seis cadeiras em couro, no valor unitário de R$ 180,00 (cento e oitenta reais);
7 - 1 (um) condicionador de ar, marca Electrolux, nove mil btus de potência, split, no valor de R$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais);
8 - 1 (um) condicionador de ar, marca Komeco, nove mil btus de potência, split, no valor de R$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais).
9 - 01 (um) balcão caixa, no valor de R$ 720,00 (setecentos e vinte reais), em regular estado de uso e conservação;
10 - 01 (um) guichê com porta cédulas, no valor de R$ 774,00 (setecentos e setenta e quatro reais), em regular estado de uso e conservação;
11 - 01 (um) balcão tipo farmaline, com vitrine, 02 (duas) bandejas em vidro sem divisórias no valor de R$ 522,00 (quinhentos e vinte e dois reais), em regular estado de uso e conservação

VALOR TOTAL DA REAVALIAÇÃO: R$ 16.416,00 (dezesseis mil, quatrocentos e dezesseis reais), em 09/09/2021 e em 17/09/2021.

DÉBITO: R$ 333.733,69, atualizado em 02/07/2019

LOTE 19:

PROCESSO: 0804559-14.2018.4.05.8001T

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL (CPNJ: 00.394.460/0216-53)

EXECUTADO: BERLU INDUSTRIA E COMERCIO DE CONDIMENTOS LTD - CGC: 05.342.748/0001-96

ENDEREÇO: R ANTONIO MARROQUIM, 129, BAIXAO, ARAPIRACA/AL, 57305-430

LOCALIZAÇÃO DO BEM: R ANTONIO MARROQUIM, 129, BAIXAO, ARAPIRACA/AL, 5 7 3 0 5 - 4 3 0

REPRESENTANTE LEGAL: Michelly Cristina dos Santos Pereira, CPF. N. 000.977.934-00

DEPOSITÁRIO: Elisângela Maria Marques

ADVOGADOS: não consta

BENS: 31.000 (trinta e um mil) litros de vinagre bruto a granel, em Tanques de caixa d'agua(reservatório), não filtrado, não envasado, com acidez de 9%, estão em bom grau de conservação.

VALOR TOTAL DA REAVALIAÇÃO: R$ 93.000,00 (noventa e três mil reais)- sendo R$ 1,00/litro - avaliado em 11/12/2020.

DÉBITO: R$ 30.261,32, atualizado em 28/01/2020

LOTE 20:

PROCESSO: 0000872-19.2005.4.05.8001T

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL (CPNJ: 00.394.460/0216-53)

EXECUTADO: DIMAS TEOGENES DOS SANTOS (CPF 031.717.104-63) e D TEOGENES & CIA LTDA (CNPJ 08.625.766/0001-73)

ENDEREÇO DO EXECUTADO: Rua Amerino Portugal, nº 500, Centro, CEP 57300-000, Arapiraca/AL, número telefônico: 99985-1593.

BENS / LOCALIZAÇÃO DOS BENS:

Imóvel de mat. 69.961: um lote de nº 18, da quadra única do Loteamento Talismã I, Bairro Caetitus, Arapiraca. Corresponde ao um terreno imóvel sem qualquer benfeitoria, nem mesmo cerca/muro, com as seguintes medidas e confrontações: FRENTE: medindo 9,00 metros, confrontando-se com a Rua José Francelino de Albuquerque; FUNDOS: medindo 9,00 metros, confrontando-se com o lote 19; LADO DIREITO: medindo 15,41 metros, confrontando-se com o lote 17; LADO ESQUERDO: medindo 15,25 metros, confrontando-se com o outro proprietário. Com área total de 137,97 metros quadrados (descrição conforme matrícula nº. 69.961 do Cartório de Registro Imobiliário da Cidade de Arapiraca). Localizado vizinho ao imóvel de nº. 311 da Rua José Francelino de Albuquerque, encontrando-se não edificado, que Reavalio em R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

· Imóvel de mat. 69.963: um lote de nº 20, da quadra única do Loteamento Talismã I, Bairro Caetitus, Arapiraca. Corresponde uma casa de alvenaria. FRENTE: medindo 6,00 metros, confrontando-se com a Rua a Projetar-se; FUNDOS: medindo 6,00 metros, confrontando-se com o lote 17; LADO DIREITO: medindo 15,41 metros, confrontando-se com o lote de nº. 19; LADO ESQUERDO: medindo 15,51 metros, confrontando-se com o lote de nº. 21. Com área total de 92,76 metros quadrados (descrição conforme matrícula nº. 69.963 do Cartório de Registro Imobiliário da Cidade de Arapiraca). No qual se encontra edificado uma residência, localizada na Rua José Avelino Neto, nº. 76, Bairro Caititus, Arapiraca, com as seguintes divisões: garagem, 2 quartos, sala, cozinha, banheiro, com piso em cerâmica, forrada, que Reavalio em

DEPOSITÁRIO: Não Consta

ADVOGADOS: JOÃO VICTOR ALMEIDA E SILVA - AL12533 / JOÃO VICTOR ALMEIDA E SILVA - AL12533

VALOR TOTAL DA REAVALIAÇÃO: RS 220.000,00(duzentos e vinte mil reais), em 18/08/2021

Imóvel de mat. 69.961: R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), em 18/08/2021

Imóvel de mat. 69.963: R$ 130.000,00 (cento e quarenta mil reais), em 18/08/2021

DÉBITO: R$ 227.438,04, atualizado em 21/09/2021

BENS POSSUEM CONSTRIÇÕES: proc. 0001028-07.2005.4.05.8001 (8ª Vara Federal de Alagoas) e para o proc. nº 00104824220018020001 (2ª Vara Cível da Capital)

LOTE 21:

PROCESSO: 0800492-06.2018.4.05.8001T

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL (CPNJ: 00.394.460/0216-53)

EXECUTADO: IMPERIAL-DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA - CGC: 08.091.499/0001-00

ENDEREÇO: Rua Governador Silvestre Pericles, 1058, Jardim Tropical, Arapiraca/AL

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua Governador Silvestre Pericles, 1058, Jardim Tropical, Arapiraca/AL

REPRESENTANTE LEGAL:

DEPOSITÁRIO: Iolanda Lira de Almeida, CPF n.º 648.405.904-78

ADVOGADOS: SAMUEL FREITAS CERQUEIRA - AL4037

BENS:

1.
Caminhão Mercedes Benz/Atron 1319, ano 2012/2012, cor amarela, placa OHI2366-AL, motor à diesel, final de chassi 62898, equipada com um baú para caminhões (que não possui registro veicular autônomo), com capacidade para 10 pallets, em funcionamento e em bom estado de conservação. Revaliação: R$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais).

BEM POSSUI CONSTRIÇÕES:

a. 00005545520134058001 - SUBSECAO JUDICIARIA DE ARAPIRACA - AL / TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A REGIAO

b. 1094539-78.2013 - 28A VARA CIVEL CENTRAL DA CAPITAL / TRIBUNAL DE JUSTICA DE SAO PAULO

c. 08000350820174058001 - SUBSECAO JUDICIARIA DE ARAPIRACA - AL / TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A REGIAO

d. 08002946620184058001 - SUBSECAO JUDICIARIA DE ARAPIRACA - AL / TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A REGIAO

e. 00006590820084058001 - SUBSECAO JUDICIARIA DE ARAPIRACA - AL / TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A REGIAO

f. 00002543520094058001 - SUBSECAO JUDICIARIA DE ARAPIRACA - AL / TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A REGIAO

g. 00005961720074058001 - SUBSECAO JUDICIARIA DE ARAPIRACA - AL / TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A REGIAO

h. 00008695420114058001 - SUBSECAO JUDICIARIA DE ARAPIRACA - AL / TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A REGIAO

i. 08001053520208020058 - 4A VARA DA COMARCA DE ARAPIRACA - FAZENDA PUBLICA / TRIBUNAL DE JUSTICA DO ALAGOAS

j. 00005988201951900 59 - VARA DO TRABALHO DE PENEDO - ALAGOAS / TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19A REGIAO

2. Caminhão Mercedes Benz/Atron 1319, ano 2012/2012, cor vermelha, placa OHI2356-AL, motor à diesel, final de chassi 72655, equipada com um baú para caminhões (que não possui registro veicular autônomo), com capacidade para 10 pallets, em funcionamento e em bom estado de conservação. Revaliação: R$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais).

BEM POSSUI CONSTRIÇÕES:

a. 00005545520134058001 - SUBSECAO JUDICIARIA DE ARAPIRACA - AL / TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A REGIAO

b. 1094539-78.2013 - 28A VARA CIVEL CENTRAL DA CAPITAL / TRIBUNAL DE JUSTICA DE SAO PAULO

c. 08000350820174058001 - SUBSECAO JUDICIARIA DE ARAPIRACA - AL / TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A REGIAO

d. 08002946620184058001 - SUBSECAO JUDICIARIA DE ARAPIRACA - AL / TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A REGIAO

e. 00006590820084058001 - SUBSECAO JUDICIARIA DE ARAPIRACA - AL / TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A REGIAO

f. 00002543520094058001 - SUBSECAO JUDICIARIA DE ARAPIRACA - AL / TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A REGIAO

g. 00005961720074058001 - SUBSECAO JUDICIARIA DE ARAPIRACA - AL / TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A REGIAO

h. 08001053520208020058 - 4A VARA DA COMARCA DE ARAPIRACA - FAZENDA PUBLICA / TRIBUNAL DE JUSTICA DO ALAGOAS

i. 00005988201951900 59 - VARA DO TRABALHO DE PENEDO - ALAGOAS / TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19A REGIAO

j. 00008695420114058001- SUBSECAO JUDICIARIA DE ARAPIRACA - AL / TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A REGIAO

3. Caminhão Mercedes Benz/Atron 1319, ano 2012/2012, cor vermelha, placa OHI2326-AL, motor à diesel, final de chassi 72659, equipada com um baú para caminhões (que não possui registro veicular autônomo), com capacidade para 10 pallets, em funcionamento e em bom estado de conservação. Reavaliação: R$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais).

BEM POSSUI CONSTRIÇÕES:

a. 00005545520134058001 - SUBSECAO JUDICIARIA DE ARAPIRACA - AL / TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A REGIAO

b. 1094539-78.2013 - 28A VARA CIVEL CENTRAL DA CAPITAL / TRIBUNAL DE JUSTICA DE SAO PAULO

c. 08000350820174058001 - SUBSECAO JUDICIARIA DE ARAPIRACA - AL / TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A REGIAO

d. 08002946620184058001 - SUBSECAO JUDICIARIA DE ARAPIRACA - AL / TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A REGIAO

e. 00006590820084058001 - SUBSECAO JUDICIARIA DE ARAPIRACA - AL / TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A REGIAO

f. 00002543520094058001 - SUBSECAO JUDICIARIA DE ARAPIRACA - AL / TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A REGIAO

g. 00005961720074058001 - SUBSECAO JUDICIARIA DE ARAPIRACA - AL / TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A REGIAO

h. 08001053520208020058 - 4A VARA DA COMARCA DE ARAPIRACA - FAZENDA PUBLICA / TRIBUNAL DE JUSTICA DO ALAGOAS

i. 00000598820195190059 - VARA DO TRABALHO DE PENEDO - ALAGOAS / TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19A REGIAO

j. 00008695420114058001- SUBSECAO JUDICIARIA DE ARAPIRACA - AL / TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A REGIAO

4. Caminhão Mercedes Benz/Atron 1319, ano 2012/2012, cor amarela, placa OHH4006-AL, motor à diesel, final de chassi 72655, equipada com um baú para caminhões (que não possui registro veicular autônomo), com capacidade para 10 pallets, em funcionamento e em bom estado de conservação. Reavaliação: R$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais).

BEM POSSUI CONSTRIÇÕES:

a. 00005545520134058001 - SUBSECAO JUDICIARIA DE ARAPIRACA - AL / TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A REGIAO

b. 1094539-78.2013 - 28A VARA CIVEL CENTRAL DA CAPITAL / TRIBUNAL DE JUSTICA DE SAO PAULO

c. 08000350820174058001 - SUBSECAO JUDICIARIA DE ARAPIRACA - AL / TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A REGIAO

d. 08002946620184058001 - SUBSECAO JUDICIARIA DE ARAPIRACA - AL / TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A REGIAO

e. 00006590820084058001 - SUBSECAO JUDICIARIA DE ARAPIRACA - AL / TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A REGIAO

f. 00002543520094058001 - SUBSECAO JUDICIARIA DE ARAPIRACA - AL / TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A REGIAO

g. 00005961720074058001 - SUBSECAO JUDICIARIA DE ARAPIRACA - AL / TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A REGIAO

h. 08001053520208020058 - 4A VARA DA COMARCA DE ARAPIRACA - FAZENDA PUBLICA / TRIBUNAL DE JUSTICA DO ALAGOAS

i. 00000598820195190059 - VARA DO TRABALHO DE PENEDO - ALAGOAS / TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19A REGIAO

j. 00008695420114058001- SUBSECAO JUDICIARIA DE ARAPIRACA - AL / TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A REGIAO

VALOR TOTAL DA REAVALIAÇÃO: R$ 552.000,00 (quinhentos e cinquenta e dois mil reais), em 20/08/2021.

DÉBITO: R$ 48.000,37, atualizado em 14/04/2021

LOTE 22:

PROCESSO: 0800232-89.2019.4.05.8001S

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL (CPNJ: 00.394.460/0216-53)

EXECUTADO: GALINDOGAS REVENDEDORA DE GAS LTDA - CNPJ no. 02.732.359/0001-89.

ENDEREÇO DO EXECUTADO: AV MUNIZ FALCAO 369, SÃO LUIZ - ARAPIRACA/ AL. 57301-381.

CÔNJUGE: Rozilda Maria da S. Galindo

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Av. Muniz Falcão, 715, São Luiz, Arapiraca

REPRESENTANTE LEGAL e DEPOSITÁRIO: VALDEIR DE SOUZA GALINDO (CPF 348.790.484-53 e tel 99119-3004)

ADVOGADOS: DANIELLE KARINE NUNES SILVA - AL16153

BENS: imóvel de matrícula n. 54.261. Tendo uma área com construção em alvenaria, de pavimento térreo, com 06 salas, 04 banheiros, 01 almoxarifado, 01 galpão pré-moldado e duas caixas d'água com 10.000 litros, com bases de Pré Moldados, ocupada pelo próprio executado. Encontra-se em um bom estado de uso e conservação.

OCUPAÇÃO: o próprio executado está ocupando o imóvel.

VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO: R$ 1.599.600,00 (um milhão, quinhentos e noventa e nove mil e seis centos reais), em 16/04/2021

DÉBITO: R$ 1.317.462,98, atualizado em 22/06/2021

BEM POSSUI CONSTRIÇÕES:

a) 0801165-62.2019.4.05.8001T - 12ª Vara Federal de Alagoas

b) 0800462-68.2018.4.05.8001S - 12ª Vara Federal de Alagoas

c) 0800230-27.2016.4.05.8001S - 8 Vara Federal de Alagoas

d) Banco Credor: Banco do Nordeste do Brasil

LOTE 23:

PROCESSO no. 0800773-25.2019.4.05.8001- EXECUÇÃO FISCAL.

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPJ no. 00.394.460/0216-53.

EXECUTADO: CASA DE SAUDE E MATERNIDADE AFRA BARBOSA LTDA - CNPJ: 12171534000160.

LOCALIZAÇÃO DO BEM: RUA ESPERIDIAO RODRIGUES, 98, CENTRO, ARAPIRACA, AL - 57300 - 060.

DEPOSITÁRIO: Vanilda Mendes Barbosa.

BENS:

Fiat Strada Working, cabine dupla, ano 2015, placa ORJ7282, cor branca, em bom estado de conservação. Avaliada em R$ 56.00,00 (cinquenta e seis mil reais);

Fiat Strada Trekking, cabine estendida, ano 2010, Placa NMN7060,cor cinza, com pequenos amassados e arranhado na latera., Avaliada em R$ 30.000,00 (trinta mil reais);

Motocicleta Honda CG 125 cargo KS, ano 2010, modelo 2011, placa NMO8240, em mau estado de conservação, com problemas no motor. Avaliada em R$ 3.000,00 (três mil reais).

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 89.000,00 (oitenta e nove mil reais).

INCLUSÃO VIRTUAL: SIM.

DUPLICIDADE DE PENHORA: Sim.

DÉBITO: R$ 1.222.909,41 - Atualizado até JULHO/2019.

LOTE 24:

PROCESSO no. 0800203-10.2017.4.05.8001- EXECUÇÃO FISCAL.

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPJ no. 00.394.460/0216-53.

EXECUTADO:RAFAEL MORAES ARAUJO EIRELI - ME (CNPJ: 01.774.626/0001-18)

LOCALIZAÇÃO DO BEM: LRG DOM FERNANDO GOMES, Nº 41, CENTRO, ARAPIRACA/AL. CEP: 57300-290.

DEPOSITÁRIO: Rafael Moraes Araújo.

BENS:
-01 (um) balcão caixa, no valor de R$ 720,00 (setecentos e vinte reais), em regular estado de uso e conservação;
- 11 (onze) gôndolas em aço com uma base, 07 (sete) prateleiras fixas na parede e uma testeira sem luminária, no valor unitário de R$ 490,00 totalizando R$ 5.390,00 (cinco mil, trezentos e noventa reais) em regular estado de uso e conservação;
- 05 (cinco) gôndolas em aço com uma base, 04 (quatro) prateleiras e uma testeira sem luminária, no valor unitário de R$ 550,00, totalizando R$ 2.750,00 (dois mil, setecentos e cinquenta reais),
em regular estado de uso e conservação;
- 01 (um) guichê com porta cédulas, no valor de R$ 774,00 (setecentos e setenta e quatro reais), em regular estado de uso e conservação;

- 04 (quatro) balcões tipo farmaline, com vitrine, 02 (duas) bandejas em vidro e gavetas divisórias, no valor unitário de R$ 648,00 (seiscentos e quarenta e oito reais). R$ 2.592,00 (doismil, quinhentos e noventa e dois mil reais).

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 12.226,00.

INCLUSÃO VIRTUAL: SIM.

DUPLICIDADE DE PENHORA: NÃO.

DÉBITO: R$ 437.984,58- Atualizado em agosto/2021.

LOTE 25:

PROCESSO no. 0804723-76.2018.4.05.8001- EXECUÇÃO FISCAL.

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPJ no. 00.394.460/0216-53.

EXECUTADO: MARIA DE OLIVEIRA SILVA LIMA- CNPJ no. 563.952.564-91.

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Sítio Fazenda São José, Povoado Cavaco, Zona Rural de Lagoa da Canoa/AL.

DEPOSITÁRIO: Maria de Oliveira Silva Lima.

BEM: Veículo placa ORD8657, Chevrolet Prisma sedan 1.0 MT LT, cor prata, 2014/2015, veículo com avarias decorrentes de uma batida.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais).

INCLUSÃO VIRTUAL: SIM.

DUPLICIDADE DE PENHORA: NÃO.

DÉBITO: R$ 84.086,19 - Atualizado em Agosto/2021.

LOTE 26:

PROCESSO no. 0001846-56.2005.4.05.8001- EXECUÇÃO FISCAL.

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPJ no. 00.394.460/0216-53.

EXECUTADOS: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME, GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS e GERALDO BULHOES BARROS.

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Avenida Álvaro Otacílio, nº. 4065, Jatiúca, Condomínio do Edifício Maceió Double Reverse Flat, Apartamento n. 724, Maceió/ AL.

DEPOSITÁRIO: Geraldo Bulhões Barros.

BEM: 01 (UM) APARTAMENTO sob o no. 724 (na Certidão de Ônus do cartório está sob o número 924), PENTHOUSE MASTER, tipo M, componente do EDIFÍCIO MACEIÓ DOUBLE REVERSE FLAT (antigo Meliá, onde funciona, também, a parte hoteleira que é o Maceió Atlantic Suítes), situado na Avenida Álvaro Otacílio, n°4065, bairro de Jatiúca, nesta

cidade, encravado no 9° e 10° pavimentos do citado edifício, com os seguintes cômodos no PAVIMENTO INFERIOR: sala, circulação, uma suíte com varanda, dois quartos com varanda, um wc social, com escada que dá acesso ao PAVIMENTO SUPERIOR composto por: sala, wc social, cozinha, adega, terraço, deck e piscina, com área privativa de 209.59m2 , área comum 170,04m2 , área total de 379,63m2 e fração ideal de terreno 130,12340, edificado em terreno próprio que mede 64m de frente para à Avenida Álvaro Otacílio, lado direito com 137,6m, fundos com 60m para a Rua José Pontes Magalhães (Conjunto Santa Cecília) e lado esquerdo com 115,75m para o Loteamento Stella Maris, matriculado no 1° Cartório de Imóveis de Maceió sob o n°. 73.881. O imóvel não se encontra em boas condições, pois está há mais de 20 (vinte) anos desocupado e possui um bulhodébito de condomínio no valor de R$ 2.586.902,79 (dois milhões quinhentos e oitenta e seis mil novecentos e dois reais e setenta e nove centavos) - atualizado até março/2020.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 800.000,00(oitocentos mil reais).

INCLUSÃO VIRTUAL: SIM.

DUPLICIDADE DE PENHORA: NÃO.

DÉBITO: R$ 284.147,27 - Atualizado até Julho/2019.

LOTE 27:

PROCESSO no. 0800106-39.2019.4.05.8001- EXECUÇÃO FISCAL.

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPJ no. 00.394.460/0216-53.

EXECUTADO: INCASIL INDUSTRIA E COMERCIO ARAUJO E SILVA LTDA - ME- CNPJ 12.210.621/0001-89.

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua Antônio Marroquim, Arapiraca/AL.

DEPOSITÁRIO: Berenice Araújo da Silva.

BEM: Terreno de esquina com frente para Rua Antônio Marroquim, Arapiraca/AL, medindo 18m de frente; por 57,20m de
frente a fundo, limitando-se de um lado com a Rua União dos Palmares, do outro com a Rua Manoel José da Silva; pelos fundos com a Rua Santos Dumont (descrição conforme matrícula 8.626 do CRI de Arapiraca). O terreno encontra-se murado, não edificado e com portão de metal.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais).

INCLUSÃO VIRTUAL: SIM.

DUPLICIDADE DE PENHORA: SIM.

DÉBITO: R$ 113.815,83 - Atualizado até jan/2019.

LOTE 28:

PROCESSO no. 0800796-68.2019.4.05.8001- EXECUÇÃO FISCAL.

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPJ no. 00.394.460/0216-53.

EXECUTADO: CIGANOS MOTEL LTDA - CNPJ: 15.007.802/0001-09.

LOCALIZAÇÃO DO BEM: RUA CLAUDIO BARBOSA DE LIMA,Nº 305 - VILA MARIA PALMEIRA DOS INDIOS, AL - CEP 57607 - 360.

DEPOSITÁRIO: André Marques da Silva.

BENS:

- 13 (treze) camas box, com cabeceira e colchão, em bom estado de conservação. Avaliadas em R$ 9.100,00;

- 13 (treze) mesas redondas em granito, com aproximadamente 0,80m de diâmetro, em bom estado de conservação. Avaliadas em R$6.500,00;

- 01 (um) freezer horizontal, com duas portas, na cor branca, com capacidade de 305L, em regular estado de conservação. Avaliado em R$ 1.500,00;

-01 (um) fogão industrial, a gás, com 04 (quatro) bocas, em estado regular de conservação. Avaliado em R$600,00;

- 01 (um) relógio de ponto digital, com leitura biométrica e de cartão, marca control ID, em bom estado. Avaliado em R$800,00;

- 01 (um) Split York, com capacidade de 7.000 BTU´S, em regular estado. R$500,00;

- 01 (um) totem corporativo de imagem com 8 (oito) metros de altura, estrutura em aço com ACM. Avaliado em R$ 5.000,00.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

INCLUSÃO VIRTUAL: SIM.

DUPLICIDADE DE PENHORA: NÃO.

DÉBITO**:** R$ 20.879,23 - Atualizado até julho/2019.

LOTE 29:

PROCESSO no. 0000206-47.2007.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL.

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPJ no. 00.394.460/0216-53.

EXECUTADO: AUTO PECAS SAO DOMINGOS LTDA - ME (CNPJ: 12.497.640/0001-38), SEVERINA MOURA SOUSA DE OLIVEIRA (CPF: 496.819.584-20), JAQUELLINE DE OLIVEIRA SILVA SOUZA (CPF: 024.450.014-20) e DEIVID DA SILVA (CPF: 054.701.974-25).

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua Pedro Nunes de Albuquerque , n.332 , Arapiraca/ AL.

DEPOSITÁRIO: Severina Moura Souza Oliveira.

BEM: Imóvel de matrícula: 6714 - 1 º Cartório do registro Geral de Imóveis de Arapiraca/ AL, consistente de uma casa situada na Rua Pedro Nunes de Albuquerque, medindo 6,60metros de frente, por 34,40 metros de frente a fundos, de um lado com Eufrázio Vitor, do outro lado, com Hermínio Gomes e pelos fundos, com Darci Roque; sendo que a casa já estava na escritura anteriormente passada. Atualmente o imóvel está locado e lá funciona uma oficina de consertos de eletrodomésticos.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 329.640,00 (trezentos e vinte e nove mil, seiscentos e quarenta reais).

INCLUSÃO VIRTUAL: SIM.

DUPLICIDADE DE PENHORA: NÃO.

DÉBITO: R$ 178.423,10 - Atualizado em março./2021.

LOTE 30:

PROCESSO no. 0000126-05.2015.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPJ no. 00.394.460/0216-53.

EXECUTADO: SHS CONSTRUTORA & COMERCIO LTDA (CNPJ: 02.116,894/0001-05), SIDNEY HUMBERTO SOBRAL e ESPÓLIO DE SIDNEY HUMBERTO SOBRAL.

ADVOGADOS: Ricardo Bezerra Vitório - OAB/AL6876 e Filipe Marinho Vitório Cavalcante - OAB/AL9389.

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Condomínio Parque das Mangueiras, Palmeira dos Índios - AL.

DEPOSITÁRIO: Sidney Humberto Sobral.

BEM:

- Imóvel de matrícula 12.718, registrado no 2º Serviço Notarial e Registral de Palmeira dos Índios/AL,consiste em um terreno foreiro do município, situado na cidade de cidade de Palmeira dos Índios, na Av. Vieira de Brito, medindo uma área de 3.25,84m2 (três mil, quinhentos e vinte metros quadrados e oitenta e quatro centímetros quadrados), confrontando-se da seguinte maneira: pela frente com a estrada que dá acesso a Palmeira dos Índios, do lado esquerdo com Denisval Basília Silva; do lado direito com os vendedores; e nos fundos com a BR-316 e com os vendedores(descrição conforme a certidão de ônus). O terreno possui uma edificação que funcionava como escritório da empresa em bom estado de conservação, além disso o mesmo foi nivelado através de aterro e um muro de arrimo nos fundos. Avaliado em R$ 943.033,34.

- Imóvel de matrícula 13824 registrado no 2º Serviço Notarial e Registral de Palmeira dos Índios/AL, consiste em três terrenos situados no Condomínio Parque das Mangueiras, na cidade de Palmeira dos Índios/AL, constituídos pelos lotes "11,12 e 13", da área comercial, com as seguintes características e confrontações: o "LOTE nº 11" medindo 15,00 metros de frente por 28,50 metros de frente a fundos do lado direito, 35,00 metros de frente a fundos do lado esquerdo e 35,00 metros de largura nos fundos, confrontando-se pela frente com a BR-316; do lado direito com lote 10; do lado esquerdo com o lote 12 e aos fundos com os Lotes 01, 02 e 08 da quadra B; o "LOTE 12" medindo medindo 15,00 metros de frente por 28,50 metros de frente a fundos do lado direito, 28,50 metros de frente a fundos do lado esquerdo e nos fundos mede 15,00 metros, confrontando-se pela frente com a BR-316; do lado direito com o Lote 11; do lado esquerdo com o Lote 13 e aos fundos com os Lotes 08 e 09 da quadra B; o "LOTE 13" medindo 15,00 metros de frente por 28,50 metros de frente a fundos do lado direito, 35,00 metros de

frente a fundos do lado esquerdo e aos fundos mede 35,00 metros de largura, confrontando-se pela frente com a BR-316; do lado direito com o Lote 12; do lado esquerdo com o Parque de Rodeio Geraldo Bulhões e aos fundos com os Lotes 09 e 10 da quadra B. Avaliado em R$ 501.126,90.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 1.444.160,24 (um milhão quatrocentos e quarenta e quatro mil cento e sessenta reais e vinte e quatro centavos).

INCLUSÃO VIRTUAL: SIM.

DUPLICIDADE DE PENHORA: NÃO.

DÉBITO: R$ 4.069.419,43 (atualizado até agosto/2021).

LOTE 31:

PROCESSO no. 0000563-95.2005.4.05.8001- EXECUÇÃO FISCAL.

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPJ no. 00.394.460/0216-53.

EXECUTADOS: PAULO LUCIO ALMEIDA MURTA, NILDIA GONCALVES DIAS e LOJAS ITASAT COMERCIO LTDA.

ADVOGADO: INACIO CARLOS ALMEIDA MURTA - MG125908.

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Coronel Murta/MG.

DEPOSITÁRIO: Paulo Lúcio Almeida Murta.

BEM: Imóvel de matrícula 23.943 do Livro 2-RG do CRI de Araçuai. Uma parte de terras denominada Gleba 07 da Fazenda Pau Alto/AE/Gangorra e Fazenda Lagoa Nova, com área de 10,3925has (dez hectares, trinta e nove ares e vinte e cinco centiares), localizada no município Coronel Murta/MG. LIMITES: NORTE: Com Gleba 06; LESTE: Com Antônio Inácio Murta e outros e Antônio Eustáquio Almeida Murta e outros; SUL: Com Antônio Eustáquio Murta e outros; OESTE: Com herdeiros de Jovino Aécio Almeida Murta e Gleba 06.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 31.777,50 (trinta e um mil, setecentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos).

INCLUSÃO VIRTUAL: Não.

DUPLICIDADE DE PENHORA: NÃO.

DÉBITO: R$ 30.709,24 - Atualizado em março/2020.

LOTE 32:

PROCESSO no. 0800460-30.2020.4.05.8001T - EXECUÇÃO FISCAL.

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPJ no. 00.394.460/0216-53.

EXECUTADOS: ALESSANDRO AMANCIO DA SILVA CPF 045.513.774-90, PORTO SEGURO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA CNPJ 15.338.024/0001-22, DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS ESTRELA GUIA LTDA CNPJ 19.486.147/0001-61

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua Santa Joana D'arc, nº 1555, Itapoã, Arapiraca, Alagoas, CEP 57.314-28

DEPOSITÁRIO: ALESSANDRO AMANCIO DA SILVA CPF 045.513.774-90.

ADVOGADO: Thiago Souto Agra - AL7697.

BENS:

1. Veículo Semi-Reboque SR/LIBRELATO SRCT 2E, PLACA: OKH6427, ano/modelo: 2014, RENAVAM 1019223100, em bom estado de conservação, no qual foi constatada a ausência de 4 (quatro) pneus. R$90.000,00

2. Veículo Semi-reboque SR/LIBERATO SRCD 2E , placa OKH7307, ano/modelo 2014, Renavam 1019222066. Veículo em bom estado de conservação, no qual foi constatada a ausência de 4 (quatro) pneus. R$90.000,00

3. Veículo Semi-reboque SR/NOMA SR3E27 CG , placa NZU3131, ano/modelo 2012, Renavam 463091698 Veículo em bom estado de conservação, com alguns pontos de ferrugem na carroceria. R$ 68.000,00

4. Veículo Semi-reboque SR/GUERRA AG GR, placa OEH6194, ano/modelo 2013, Renavam 537724850, em bom estado de conservação, no qual foi constatada a ausência de 4 pneus. R$ 80.000,00

5. Veículo DOLLY (apenas reboque, sem carroceria) SR/GUERRA AG GR, placa OEH6154, ano/modelo 2013, Renavam 537720570, em bom estado de Conservação. R$ 30.000,00

6. Veículo Semi-reboque SR/GUERRA AG GR, placa OEH6094, ano/modelo 2013, Renavam 537708863, em bom estado de conservação. R$ 80.000,00

7. Veículo Volvo/FH 540 6x4T, placa ORK6003, ano/modelo 2013, Renavam 536791287, em bom estado de conservação. R$ 269.000,00

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 707.000,00

.INCLUSÃO VIRTUAL: SIM.

DUPLICIDADE DE PENHORA: NÃO.

DÉBITO: R$ 2.546.956,17- Atualizado em 05/2020

LOTE 33:

PROCESSO no. 0800070-02.2016.4.05.8001T - EXECUÇÃO FISCAL.

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPJ no. 00.394.460/0216-53.

EXECUTADOS: LUIZ ADELSON DE OLIVEIRA - ME CPF 69.973.055/0001-84

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua Bela Vista, Brasília, Arapiraca-AL

DEPOSITÁRIO: ANTONIA IVONETE F OLIVEIRA.

ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO.

BENS:

1- Imóvel de Matrícula nº 36.283, registrado perante o 1º Cartório de Imóveis de Arapiraca/AL, medindo 26,40 metros de frente por 55,0 metros de frente a fundo. Imóvel localizado na rua Bela Vista, Brasília, Arapiraca-AL. Contendo um ponto comercial, um apartamento no primeiro andar, 2 galpões e um escritorio.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais).

INCLUSÃO VIRTUAL: SIM.

DUPLICIDADE DE PENHORA: Processos 0000393-45.2012.4.05.8001 e 0800410-14.2014.4.05.8001 da 8ª Vara Federal de Alagoas.

DÉBITO: R$ 21.864,77- Atualizado em 01/2016

LOTE 34:

PROCESSO no. 0800620-60.2017.4.05.8001- EXECUÇÃO FISCAL.

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - CNPJ no. 00.394.460/0216-53.

EXECUTADO: INDUSTRIA DE MASSAS G L LTDA ME - ME CNPJ 05.648.813/0001-06

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua José Honorato, n. 380, Bairro Primavera, Arapiraca/AL

DEPOSITÁRIO: NÃO CONSTA.

ADVOGADO: NÃO CONSTA.

BEM:

Um imóvel comercial situado na Rua José Honorato esquina com a Rua Prof. Guedes de Miranda, 380, primavera, Arapiraca, contendo os seguintes cômodos: 03 WC, 01 empacotamento, 02 circulação, 02 forno, 01 produção, 01 atendimento, 01 WC masculino, 01 WC feminino, 06 depósito, 01 escritório, 01 vestiário, 01 lavanderia e 02 áreas de serviço. Medidas da construção: Frente medindo 21,20 metros; Fundos medindo 21,20 metros. Lado direito medindo 31,00 metros; Lado esquerdo medindo: 31 metros. Com área total construída de 622,70 m²;
Matrícula : 55.510 do Serviços Registrais - 1º Ofício - Arapiraca/AL;
Benfeitorias: No local está construído um imóvel destinado a uso comercial, todavia, o oficial de justiça não teve acesso ao interior da construção, pois, o imóvel estava com as portas fechadas, cujo aspecto indica que se encontra abandonado há certo tempo.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 700.000,00 (setecentos mil reais)

INCLUSÃO VIRTUAL: NÃO.

DUPLICIDADE DE PENHORA: SIM, PROCESSO 0804281-13.2018.4.05.8001 da 8ª Vara Federal de Alagoas**.**

DÉBITO: R$ 32.892,83 - Atualizado até JUNHO/2017.

BENS PENHORADOS

EXEQUENTE: **DIVERSOS (AGU, PGF/AL, CEF, INSS, DPF)**

LOTE 01:

PROCESSO NO. 0800184-04.2017.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL.

EXEQUENTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL- CNPJ no.00.360.305/0001-04.

EXECUTADOS: AGREMIACAO SPORTIVA ARAPIRAQUENSE - CNPJ no. 12.439.568/0001-92.

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua José Augusto Pereira, em frente ao imóvel de número 284, Bairro Santa Esmeralda- Arapiraca/ AL. CEP: 57305-470.

DEPOSITÁRIO: Nelson Santos Filho, presidente da associação esportiva executada.

ADVOGADOS: Michael Vieira Dantas - AL12564 e Higor Rafael Oliveira Godoi - AL17499-A.

BEM: Veículo FIAT UNO MILLE ECONOMY, 2011/ 2012, PLACA NMJ5398 - sem funcionamento.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 5.000,00 - em Set./ 2021.

INCLUSÃO VIRTUAL: SIM.

DUPLICIDADE DE PENHORA: Sim.

DÉBITO: R$ 696.529,72 - Atualizado em Set./202.

LOTE 02:

PROCESSO NO. 0800604-38.2019.4.05.8001 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL.

EXEQUENTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL CNPJ no. 00.360.305/0001-04.

EXECUTADO: L. I. DE ARAUJO MOVEIS - CNPJ no. 11361.704/0001-06.

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua Santa Ana, nº167, QD 32, Cacimbas, Arapiraca - AL,CEP: 57304-490.

DEPOSITÁRIO: Luiz Idalino De Araújo, CPF: 241.233.744-68.

ADVOGADOS: José Rogério Carvalho Oliveira - OAB/ Al 6259.

BENS:

- MÓVEIS:

01. Home Theater, em MDF, na cor marrom, medindo aproximadamente 2,75m x 2,00m. R$ 3.500,00;
02. Ausente;
03. Guarda roupas em MDF, na cor branca, medindo aproximadamente 2,75m x 2,75m. R$ 3.500,00;
04. Móvel cozinha, em MDF, nas cores azul e marrom, com mesa de vidro, medindo aproximadamente: 2,85m x 2,30m. R$4.500,00;
05. Ausente;
06. Guarda roupas, com quatro portas, em MDF, na cor marrom, medindo aproximadamente 2,50m x 1,80m. R$ 1.700,00;
07. Sofá de dois lugares, em tecido bege, medindo aproximadamente 2,00m. R$ 1.900,00.

08. Ausente;
09. 2 (duas) cadeiras-poltronas, em madeira, com forro em tecido cinza. R$ 2.000,00.

AVALIAÇÃO - MÓVEIS: R$ 17.100,00 móveis - Avaliados em Set./ 2021.

- VEÍCULO HYUNDAI/ HR HDB, 2011/ 2012, PLACA NMO1664, com baú acoplado, em bom estado de conservação, com amassado em sua parte frontal.

AVALIAÇÃO - VEÍCULO: R$ 65.000,00 - Avaliados em Set./ 2021.

INCLUSÃO VIRTUAL: SIM.

DUPLICIDADE DE PENHORA: NÃO.

DÉBITO: R$ 75.345,38 - Atualizado até Maio/ 2019.

LOTE 03:

PROCESSO no. 0003075-44.2011.4.05.8000- CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.

EXEQUENTE: UNIÃO FEDERAL - CNPJ no. 26.994.558/0001-23 e MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - CNPJ no. 03.636.198/0001-92.

EXECUTADO: CERÂMICA TERRA NOVA - CNPJ no. 047.318.818-03.

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua Francisco Ferreira Barbosa, 2135, São Cristóvão, Palmeira dos Índios/ AL.

DEPOSITÁRIO: Sr. Jose Roberto Martins Santana-CPF no. 047.318.818-03.

BEM: MOTO HONDA POP/ 110I, PLACA QLA6104, 2016/ 2016.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 5.640,00 - Avaliação em Jun./ 2021.

INCLUSÃO VIRTUAL: SIM.

DUPLICIDADE DE PENHORA: NÃO.

DÉBITO: R$ 48.382,51 - Atualizado em Jun./2021.

LOTE 04:

PROC. nº 0804670-95.2018.4.05.8001S - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

EXEQUENTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

EXECUTADO: M DE ALMEIDA FARIAS & CIA LTDA - CNPJ: 12.420.287/0001-98 e MONICA DE ALMEIDA FARIAS - CPF: 027.139.414-58

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 654, Brasília, Arapiraca/AL.

DEPOSITÁRIO: MONICA DE ALMEIDA FARIAS (Fone 99970-0083)

ADVOGADOS: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

BENS: MOTOCICLETA HONDA BIZ 125 EX DE PLACA ORJ 5992, cor vermelha, ano 2015 (em estado regular de uso e conservação)

AVALIAÇÃO TOTAL: R$8.600,00 (oito mil e seiscentos reais)

DUPLICIDADE DE PENHORA: Não.

DÉBITO: R$ 89.013,40 (oitenta e nove mil, treze reais e quarenta centavos) atualizado em agosto de 2020.

LOTE 5:

PROC. nº 0000731-87.2011.4.05.8001S - TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE

EXEQUENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - CNPJ.: 03.636.198/-92

EXECUTADO: VALTER DOS SANTOS CANUTO - CPF 530.284.224-680001
MARCO ANTONIO DOS SANTOS - CPF: 240.532.524-15
CONSTRUTORA BARBOSA E INCORPORACAO LTDA - ME - CNPJ: 00.989.369/0001-79
MARCOS DOUGLAS MEDEIROS DOS SANTOS - CPF: 010.189.164-40
ALBSON PIMENTEL CAVALCANTE - CPF: 079.215.514-91
ALFREDO FARIAS DE ANDRADE - CPF: 153.427.784-68
TANTUNG MOTORS LTDA - CNPJ: 01.347.620/0001-94
E OUTROS

TERCEIRO INTERESSADO: JULIANA KUMMER FREITAS DOS SANTOS - CPF: 036.373.314-03

ADVOGADOS DELA: DIEGO MARCUS COSTA MOUSINHO - AL11482 e PATRICIA DOS SANTOS VALOES - AL15568.

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Garagem do departamento da Polícia Federal SR/DPF/AL - Av. Walter Ananias, nº 75, Jaraguá, CEP 57.025.510, Maceió/AL.

DEPOSITÁRIO: Polícia Federal SR/DPF/AL

ADVOGADOS: EDUARDO HENRIQUE TENÓRIO WANDERLEY - AL6617-N E OUTROS

BENS:

-Veículo Caminhão Ford, Modelo Cargo 2422E, Placa MVA4636, ano/modelo 2006/2006, cor prata, veículo de propriedade de Juliana Kummer Freitas dos Santos, em péssimo estado de conservação, parado na garagem/depósito do Departamento de Polícia Federal em Alagoas há vários anos, sem funcionamento, com alguns arranhões na lataria e muitos pontos de ferrugem. Carroceria em madeira também em péssimo estado de conservação e muita ferrugem nos parafusos e demais peças em ferro. Avaliado em R$70.000,00 (setenta mil reais).

- Veículo Pajero, modelo I/MMC, HPE 3.2 D, Placa MVI5332, ano/modelo 2006/2007, cor prata, de propriedade de Juliana Kummer Freitas dos Santos, em péssimo estado de conservação, parado na garagem/depósito do Departamento de Polícia Federal de Alagoas há muitos anos, sem funcionamento, com pintura queimada pela ação do sol, pneus deteriorados, alguns pontos de ferrugem na lataria, motor com ninhos de rato (sem eles). O interior parece preservado. Avaliado em R$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

AVALIAÇÃO TOTAL: R$110.000,00 (Cento e dez mil reais).

DUPLICIDADE DE PENHORA: Não.

DÉBITO: R$ 32.798.950,00 (Trinta e dois milhões, setecentos e noventa e oito mil e novecentos e cinquenta reais).

LOTE 06:

PROC. nº 0800950-57.2017.4.05.8001- EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CNPJ no. 00.360.305/0001-04.

EXECUTADO: UNIDIESEL LTDA - ME - CNPJ: 10.821.031/0001-67

ENDEREÇO: RODOVIA AL-110 681 KM 71, Canafístula, CEP 57302-045, Arapiraca/AL

LOCALIZAÇÃO DO BEM: RODOVIA AL-110 681 KM 71, Canafístula, CEP 57302 - 045, Arapiraca/AL

REPRESENTANTE LEGAL: João Araújo da Rocha (CPF. N. 385.069.394-53)

DEPOSITÁRIO: Elton de Melo Araújo da Rocha (filho do representante legal) (CPF 085.832.764-39)

ADVOGADOS: Sem advogado.

BENS:

1. Grade aradora super pesada (marca: Civemassa) com 14 (catorze) discos, com ferrugem aparente e em regular estado de conservação, avaliada em R$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais).

VALOR TOTAL: R$ 27.000,00

DUPLICIDADE DE PENHORA: Não Consta.

DÉBITO: R$ 23.576,82 (vinte e três mil, quinhentos e setenta e seis reais e oitenta e dois centavos) atualizado até fevereiro de 2019.

LOTE 7:

PROC. nº 0800171-68.2018.4.05.8001S - EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE: AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - CNPJ.: 03.112.386/0001-11

EXECUTADO: AGUA RICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME - CNPJ.: 07.481.423/0001-10

LOCALIZAÇÃO DO BEM: SITIO EMBOSCADA, 02, ZONA RURAL, IGACI/AL, CEP 57620000.

DEPOSITÁRIO: JOÃO GUILHERME DOS SANTOS - Tel.: 99907-9394

ADVOGADOS: NÃO.

BENS: 1 (uma) máquina envasadora, semi-automática, marca conhecida como "Glorinha", com 16 bicos. Sem funcionar. Em razoável estado de conservação. Com pontos de ferrugem. Sem motor.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais).

DUPLICIDADE DE PENHORA: NÃO.

DÉBITO: R$ 20.355,84 (vinte mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos) - atualizado em fevereiro de 2018.

LOTE 8:

PROC. 0800187-56.2017.4.05.8001- EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXEQUENTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL.

EXECUTADO: ELENILDA OMENA FERRO MELQUIDES - ME (CNPJ 02.644.323/0001-43) e ELENILDA OMENA FERRO MELQUIDES (CPF 404.841.144-68)

ENDEREÇO: Travessa Domingos Roque da Costa, 30, Palmeira dos Índios/AL

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua Projetada, Lotes 03 e 04 da quadra G, loteamento Gastão Rego, Palmeira dos Índios-AL.

DEPOSITÁRIO : Elenilda Omena Ferro Melquides

ADVOGADO: Agnes Cavalcante da Silva (OAB/AL 14825)

BEM: : Dois terrenos de matrícula nº 15.589, situados na Cidade de Palmeira dos ìndios, na Rua Projetada, no Loteamento Gastão Leão Rego, constituído pelos lotes nº 3 e nº 4, da quadra G.

Lote nº 3, medindo 21,00 metros de frente, por 35,00 metros de extensão de frente a fundos do lado direito, e 33,50 metros de extensão de frente a fundos do lado esquerdo, e nos fundos mede 22,50 metros de largura. Reavaliado em R$ 116.108,52 (cento e dezesseis mil, cento e oito reais e cinquenta centavos).

Lote nº 4, medindo 22,50 metros de frente por 35,00 metros de extensão de frente a fundos de ambos os lados e nos fundos mede 22,50 metros largura. Reavaliado em R$ 127.126,12 (cento e vinte sete mil, cento e vinte e seis reais e doze centavos).

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 243.234,64 (duzentos e quarenta e três mil, duzentos e trinta e quatro reais e sessenta e quatro centavos).

DUPLICIDADE DE PENHORAS: 1. AV-4 Execução de Título Estrajudicial, Processo Nº 0800187-56.2017.4.05.8001 que tramita nesta 12ª Vara Federal e AV-5 Execução de Titulo Extrajudicial; Processo Nº 071261-91.20017.8.02.0046, que tramita na 1ª Vara Civil de Palmeira dos Índios/AL.

INCLUSÃO VIRTUAL: consta

DÉBITO: R$ 153.800,00 (cento e cinquenta e três mil e oitocentos reais), Atualizado até maio de 2016.

LOTE 9:

PROCESSO: 0804419-77.2018.4.05.8001

EXEQUENTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL (CPNJ: 00.360.305/0001-04)

EXECUTADOS:

- VANDERVAL MOURA SANTOS ME com nome fantasia "A BUDEG@", pessoa jurídica, CNPJ n.° 07.671.295/0001-77, avalistas/representantes legais: VANDERVAL MOURA SANTOS CPF n.° 039.334.794-01

- VANDERVAL MOURA SANTOS, brasileiro, solteiro, CPF n.° 039.334.794-01.

ENDEREÇO COMERCIAL DA PESSOA JURÍDICA (LOCALIZAÇÃO DO BEM): Rua Governador Luiz Cavalcante, nº. 264, Alto do Cruzeiro, Arapiraca/AL CEP: 57.312-270.

REPRESENTANTE LEGAL e DEPOSITÁRIO: VANDERVAL MOURA SANTOS

ADVOGADOS: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

BENS:

1- 4 (quatro) computadores com monitor AOC de 17 polegadas. Em razoável estado de conservação. Não são ligados há algum tempo. Valor unitário: R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).

2- 1 (uma) televisão, em LCD, marca SAMSUNG, de 21 polegadas. Em razoável estado de conservação. Valor: R$ 300,00 (trezentos reais).

3- 1(uma) Impressora Kyocera, nº M235DN. Em razoável estado de conservação. Há algum tempo sem ser ligada. Valor: R$ 700,00 (setecentos reais).

TOTAL DA REAVALIAÇÃO: R$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais), reavaliado em 18/09/2021

DÉBITO: R$ 83.017,91 (oitenta e três mil, dezessete reais e noventa e um centavos).

LOTE 10:

PROCESSO: 0805039-89.2018.4.05.8001S

EXEQUENTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL (CPNJ: 00.360.305/0001-04)

EXECUTADO: VERA LUCIA TRAJANO DOS SANTOS (CPF 551.936.094-49) e TRAJANO TRANSPORTES LTDA - ME (CNPJ 08.311.809/0001-46)

ENDEREÇO DE INTIMAÇÃO: Avenida Policarpo Alves Ribeiro, nº. 153, Rancho Alegre, São Sebastião/AL.

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Avenida Policarpo Alves Ribeiro, nº. 153, Rancho Alegre, São Sebastião/AL.

DEPOSITÁRIO: VERA LÚCIA TRAJANO DOS SANTOS

ADVOGADOS: VENCERLON SILVA DE MACEDO - AL15148 e FLORIANO JULIAO DE OLIVEIRA FILHO - AL14841-A

BENS: Motocicleta Yamaha/Factor YBR 125K, PLACA OHD1E86, ano 2012, cor roxa

VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO: R$ 4.100,00, avaliado em 05/03/2021

DÉBITO: R$ 74.415,35

LOTE 11:

PROCESSO: 0800112-46.2019.4.05.8001T

EXEQUENTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL (CPNJ: 00.360.305/0001-04)

EXECUTADO: JOSÉ BEZERRA DE OLIVEIRA FILHO, RG nº. 04.213.030-2 SSP/RJ, inscrito no CPF nº. 010.755.067-94; Contato telefônico (82) 99985-1577.

ENDEREÇO DE INTIMAÇÃO: Rua Pedro Proteciano, nº 224, Alto do Cruzeiro, CEP- 57.312-253, Arapiraca/AL (ref. próximo ao SIFISMAT).

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua Pedro Proteciano, nº 224, Alto do Cruzeiro, CEP- 57.312-253, Arapiraca/AL (ref. próximo ao SIFISMAT).

DEPOSITÁRIO: JOSÉ BEZERRA DE OLIVEIRA FILHO

ADVOGADOS: NÃO CONSTA

BENS: Veículo Jeep Renegade Modelo Sport, placa QLA9900. Ano de fabricação 2015, modelo 2016.

VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO: R$ 84.689,00, avaliado em 28/04/2021

DÉBITO: R$ 532.340,83 (quinhentos e trinta e dois mil, trezentos e quarenta reais e oitenta e três centavos).

BEM POSSUI CONSTRIÇÕES:

a. 08015042120194058001 - SUBSECAO JUDICIARIA DE ARAPIRACA - AL / SUBSECAO JUDICIARIA DE ARAPIRACA - AL

b. 08049064720184058001 - SUBSECAO JUDICIARIA DE ARAPIRACA - AL / SUBSECAO JUDICIARIA DE ARAPIRACA - AL

c. ALIENACAO FIDUCIARIA - banco CAIXA ECONOMICA FEDERAL

LOTE 12:

PROCESSO Nº: 0806529-18.2019.4.05.8000

EXEQUENTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL (CPNJ: 00.360.305/0001-04)

EXECUTADO: MARIANA REGUEIRA PACHECO, CPF: 08176034410 (Fone 99378-4393)

ENDEREÇO RESIDENCIAL :RUA MAESTRO NELSON SOARES PALMEIRA, Nº 1, RESIDENCIAL JOÃO LUCAS, SÃO LUIZ, ARAPIRACA - AL, CEP: 57301500.

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua Maestro Nelson Soares Palmeira, nº 1, residencial João Lucas, São Luiz, Arapiraca - AL

DEPOSITÁRIO: Afonso Henrique Regueira Pacheco, irmão da Executada

ADVOGADOS: não consta

BEM: Veículo Fiat/ bravo essence 1.8, placa ORH0110, cor preta, ano 2013, RENAVAM 256820004; Encontra-se em bom estado de uso e conservação e com um pequeno dano na maçaneta da porta do passageiro.

VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO: R$ 32.300,00 (trinta e dois mil e trezentos reais), em 13/10/2021

DÉBITO: R$ 62.435,51 (Sessenta e dois mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e cinquenta e um centavos).

BEM POSSUI CONSTRIÇÕES:

a. ALIENACAO FIDUCIARIA - banco CAIXA ECONOMICA FEDERAL

LOTE 13:

PROCESSO no. 0804686-49.2018.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL.

EXEQUENTE: CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAS NO ESTADO DE ALAGOAS

EXECUTADO: CARLOS RAFAEL DA SILVA (CPF: 051.947.104-02).

LOCALIZAÇÃO DO BEM: RUA MANOEL SATURNINO DE ALMEIDA, 65, BOA VISTA - ARAPIRACA AL.

DEPOSITÁRIO: Carlos Rafael da Silva

BEM: Uma moto, marca Honda CG150 start, cor vermelha, placa QLD2609, ano e modelo 2015, em bom estado de conservação.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais).

INCLUSÃO VIRTUAL: SIM.

DUPLICIDADE DE PENHORA: NÃO.

DÉBITO: VALOR DO DÉBITO: R$ 2.407,71 - Atualizado até maio 2019.

LOTE 14:

PROCESSO no. 0800646-29.2015.4.05.8001- EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXEQUENTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

EXECUTADO: JOSE CARLOS ARESTIDES (CPF: 027.363.094-64).

ADVOGADO: JORGE AGOSTINHO DE FARIAS - OAB/AL6818.

TERCEIRO INTERESSADO: MAXUEL FIRMINO DE OLIVEIRA.

ADVOGADO: WESLEY SOUZA DE ANDRADE - AL5464.

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Povoado Cabeças, Fazenda Boqueirão, Zona Rural, em Traipú, Alagoas

DEPOSITÁRIO: MAXUEL FIRMINO DE OLIVEIRA.

BEM: uma parte de terras que fica conservado a mesma denominação de "BOQUEIRÃO", com uma área de 137 tarefas e 21 braças ou 41,77 hectares, limitando-se da seguinte forma: Ao Norte com Manoel Pedro Filho, por cerca de arame farpado, medindo 300 braças; Ao Sul com Manoel Florêncio Filho e Alberto Nonô de Carvalho Lima, por aceiro e cerca de arame farpado, medindo 415 braças; Ao Nascente com os vendedores Luiz Rodrigues da Silva e esposa, por cerca de arame farpado, medindo 240 braças; Ao Poente com José Pequeno dos Anjos, João Francisco Filho e José Evangelista dos Anjos, por cerca de arame farpado, medindo 242 braças, desmembrada do imóvel rural denominado Boqueirão, situado no município de Traipu (descrição conforme certidão de registro imobiliário R. 1.749do Cartório do Registro de Imóveis de Traipu/AL). O referido imóvel encontra-se cercado de arame, conta com um cural, uma casa de alvenaria, com 2(dois) quartos, sala, cozinha e banheiro.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais).

INCLUSÃO VIRTUAL: SIM.

DUPLICIDADE DE PENHORA: NÃO.

DÉBITO: R$ 264.108,18 (Atualizado até novembro/2015).

Fica o Sr. Leiloeiro Oficial autorizado a receber ofertas de preço pelos bens arrolados neste Edital em seu endereço eletrônico: site.www.albuquerquelins.com e e-mail: fernandogustavo@uol.com.br, devendo para tanto os interessados efetuarem cadastramento prévio, confirmarem os lances e recolherem a quantia respectiva na(s) data(s) designadas para a realização do leilão, para fins da lavratura do termo próprio, tudo conforme a Portaria nº 02/2008/RACJ/JF/5ª Vara/AL, de 25/03/2008, observadas as diretrizes e recomendações da Resolução nº 92, de 18 de dezembro de 2009, do Conselho da Justiça Federal, que regulamentam o Leilão "On line"e que, portanto, são partes integrantes do presente edital e de observância obrigatória pelas partes, advogados, arrematantes e/ou qualquer outro interessado.

Em se tratando de bens que não tiverem sido arrematados nas primeiras hastas públicas designadas para as suas alienações (1ª e 2ª praças) e de bens de fácil deterioração e de grande obsolescência (computadores, impressoras, outros equipamentos de informática, peças de automóvel, móveis e equipamentos de escritório, médicos e de casas de saúde, equipamentos eletrônicos, eletrodomésticos, carteiras escolares, remédios, automóveis, etc), fica expressamente autorizado a manutenção de tais bens no *site* do Leiloeiro Público Oficial designado até o recebimento de um lance (quando da ocorrência de um lance, o Leiloeiro Público Oficial fará com que o mesmo chegue aos autos para apreciação e, se não oferecido preço vil, aprovação (ou não) pelo Juiz da 12ª Vara/AL e/ou até a designação do próximo leilão (neste último caso, tais bens não arrematados constarão obrigatoriamente nos editais de leilão, podendo, contudo, receberem propostas antes da realização das novas hastas públicas, propostas estas que serão submetidas à análise do magistrado responsável pelo feito, que poderá validá-las ou não, sempre através de decisões fundamentadas).

Os pagamentos não efetuados no ato do Leilão implicarão ao(s) ARREMATANTE(S) faltoso(s) as penalidades da Lei, que prevê, no caso de inadimplência, a denúncia criminal e a execução judicial contra o mesmo, além da rescisão do negócio e da perda da comissão do leiloeiro e aplicação de multa (20% por cento) sobre o valor do lanço, ficando ainda o(s) arrematante(s) faltoso(s), proibido(s) de participar de novos leilões ou praças. Na forma do art. 32, § 1º da Lei nº 6.830/80-Lei da Execução Fiscal, os depósitos judiciais em dinheiro serão corrigidos segundo os índices estabelecidos para os débitos tributários federais e deverão, necessariamente, ser efetivados através de Depósito em Conta Judicial.

O aperfeiçoamento da alienação dos bens arrematados se dará mediante a expedição da CARTA DE ARREMATAÇÃO / ADJUDICAÇÃO e/ou MANDADO DE ENTREGA expedido(s) pelo Juízo Federal,

após a assinatura do auto de arrematação e pago o preço ou prestada garantia pelo arrematante ou feito o parcelamento junto ao exequente.

Salvo nos casos previstos em lei, em nenhuma hipótese será aceita reclamação, desistência ou alegação de desconhecimento das cláusulas deste Edital para eximir os arrematantes/adjudicantes das obrigações geradas, inclusive aquelas de ordem criminal na forma dos artigos 335 e 358, ambos do Código Penal Brasileiro, onde está previsto que: "Todo aquele que impedir, afastar ou tentar afastar concorrentes ou licitantes por meios ilícitos, violência ou oferecimento de vantagem (ns), e, ainda, perturbar, fraudar ou tentar fraudar, a venda em hasta pública ou arrematação judicial, estará incurso nas penas que variam de dois meses a dois anos de detenção e/ou multa".

Através do presente edital ficam, desde já, os executados, credores, licitantes e terceiros possíveis interessados, intimados do local, dia e hora dos leilões designados e de que, nos termos do art. 130 do Código Tributário Nacional-CTN, sub-rogam-se no preço do lanço os créditos relativos a tributos, cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens, bem assim os relativos à taxa pela prestação de serviços referentes a tais bens e às contribuições de melhoria, tais como, IPTU, IPVA e taxas de água e luz, excetuando-se desta regra as taxas e valores cíveis de natureza reais e não tributárias, tais como as taxas de condomínio, foros e laudêmios (que são de responsabilidade do adquirente).

Para que chegue aos conhecimento de todos os interessados, será o presente Edital de Leilão e Intimação, publicado, afixado no átrio do fórum da Subseção Judiciária de Arapiraca, bem como disponibilizado juntamente com fotografia dos bens, no endereço eletrônico do leiloeiro oficial acima descrito.

Expedido nesta cidade de Arapiraca-AL, aos 15 de outubro de 2021, eu, PLÍNIO BARBOSA LEITE, Diretor de Secretaria, digitei e conferi.

ALOYSIO CAVALCANTI LIMA

Juiz Federal 12ª Vara

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: GERALDO BULHOES BARROS e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

CERTIDÃO

Certifico a juntada do termo negativo de leilão.

ARAPIRACA, 18 de Novembro de 2021

ROBERTA JACINTO INOJOSA

Fernando Gustavo Alencar de Albuquerque Lins
Leiloeiro Oficial – JUCEAL 13

Ao Excelentíssimo Senhor Juiz Federal da 12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Alagoas

Processo 0001846-56.2005.4.05.8001

Exequente: Fazenda Nacional

Executado: Rádio Cultura de Arapiraca Ltda.

Fernando Gustavo Alencar de Albuquerque Lins, atuando como leiloeiro oficial nos presentes autos, vem à presença de Vossa Excelência informar que não apareceram licitantes interessados no apartamento 724 encravado no Edifício Maceió Double Reverse Flat (na beira mar de Maceió), que, apesar do grande apelo comercial, encontra-se com uma dívida de condomínio muitas vezes superior ao valor venal do imóvel, desta forma literalmente impedindo quem deseje adquirir um bem desembaraçado.

Ao dispor para quaisquer esclarecimentos, subscrevo-me,

Respeitosamente.

De Maceió para Arapiraca (AL), 17 de novembro de 2021.

Assinado de forma digital por Fernando Gustavo Alencar de Albuquerque Lins
Dados: 2021.11.17 21:40:55 -03'00'

Leiloeiro Oficial – JUCEAL 13

Processo: **0001846-56.2005.4.05.8001**
Assinado eletronicamente por:
ROBERTA JACINTO INOJOSA - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 19/11/2021 08:29:59
Identificador: 4058001.9707653
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
21111819311370400000009773694

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: GERALDO BULHOES BARROS e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

TERMO DE INTIMAÇÃO

Por meio deste ato, fica a parte exequente INTIMADA do novo documento juntado aos autos (id. 4058001.9707653).

ARAPIRACA, 19 de Novembro de 2021

ROBERTA JACINTO INOJOSA

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
12º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
PROCESSO: **0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME	EXECUTADO
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS	EXECUTADO
GERALDO BULHOES BARROS	EXECUTADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 20/11/2021 00:05, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Ato Ordinatório registrado em 18/08/2021 09:14 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 21111908322268200000009776673 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 20/11/2021 00:05 - Seção Judiciária de Alagoas.

ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DE SERGIPE

EXMO. JUIZ

A **UNIÃO FEDERAL** requer seja o imóvel penhorado submetido a uma nova tentativa de leilão, incluindo-o na próxima pauta de leilões dessa seção judiciária.

ISABELA MARIA AMARAL MACIEL

Procuradora da Fazenda Nacional

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: GERALDO BULHOES BARROS e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

CONCLUSÃO

Faço conclusão destes autos ao MM. Juiz Federal, nesta data.

ARAPIRACA, 22 de Novembro de 2021

ROBERTA JACINTO INOJOSA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: GERALDO BULHOES BARROS e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

DESPACHO

Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL proposta pela FAZENDA NACIONAL em face de **RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA** para cobrança de débito.

Rescindido o parcelamento da dívida, houve a penhora e inclusão do imóvel de matrícula 73.881 em leilão. Não obstante isso, conforme certidão de ID 4058001.9707653, não compareceram arrematantes interessados, tornando-se, portanto, negativo.

Intimada a se manifestar, a Procuradoria da Fazenda Nacional requereu novamente a inclusão deste imóvel em leilão, a fim de saldar a dívida pretérita.

Contudo, compulsando os autos, verifica-se certidão do oficial de justiça (ID 4058001.5954135) que informa que o imóvel supramencionado fora avaliado em R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), possuindo, no entanto, uma dívida condominial de R$ 2.586.902,79 (dois milhões quinhentos e oitenta e seis mil novecentos e dois reais e setenta e nove centavos).

Importante destacar que, conforme previsão do Edital de Leilão (ID 4058001.9568049) constitui ônus do arrematante o pagamento de eventual saldo de taxas condominiais, o que inviabiliza, em grande medida, nova tentativa de alienação em leilão deste bem.

Assim sendo, **intime-se novamente a exequente para manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias sobre o interesse de manter o imóvel como garantia da dívida e de reiterar tentativa de alienação em hasta pública** .

Após, retornem os autos conclusos.

Arapiraca/AL, 26 de novembro de 2021.

ALOYSIO CAVALCANTI LIMA

Juiz Federal Titular da 12ª Vara

mhss - mfpc

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: GERALDO BULHOES BARROS e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

DESPACHO

Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL proposta pela FAZENDA NACIONAL em face de **RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA** para cobrança de débito.

Rescindido o parcelamento da dívida, houve a penhora e inclusão do imóvel de matrícula 73.881 em leilão. Não obstante isso, conforme certidão de ID 4058001.9707653, não compareceram arrematantes interessados, tornando-se, portanto, negativo.

Intimada a se manifestar, a Procuradoria da Fazenda Nacional requereu novamente a inclusão deste imóvel em leilão, a fim de saldar a dívida pretérita.

Contudo, compulsando os autos, verifica-se certidão do oficial de justiça (ID 4058001.5954135) que informa que o imóvel supramencionado fora avaliado em R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), possuindo, no entanto, uma dívida condominial de R$ 2.586.902,79 (dois milhões quinhentos e oitenta e seis mil novecentos e dois reais e setenta e nove centavos).

Importante destacar que, conforme previsão do Edital de Leilão (ID 4058001.9568049) constitui ônus do arrematante o pagamento de eventual saldo de taxas condominiais, o que inviabiliza, em grande medida, nova tentativa de alienação em leilão deste bem.

Assim sendo, **intime-se novamente a exequente para manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias sobre o interesse de manter o imóvel como garantia da dívida e de reiterar tentativa de alienação em hasta pública** .

Após, retornem os autos conclusos.

Arapiraca/AL, 26 de novembro de 2021.

ALOYSIO CAVALCANTI LIMA

Juiz Federal Titular da 12ª Vara

mhss - mfpc

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
12º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
PROCESSO: **0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME	EXECUTADO
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS	EXECUTADO
GERALDO BULHOES BARROS	EXECUTADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 04/12/2021 00:08, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Despacho registrado em 30/11/2021 11:50 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 21120108282792000000009847239 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 04/12/2021 00:08 - Seção Judiciária de Alagoas.

A União (Fazenda Nacional), por seu Procurador que esta subscreve, vem requerer a nomeação do Senhor OSMAN SOBRAL E SILVA (CPF 164.023.324-53) [1] como leiloeiro e a intimação deste para promover o leilão eletrônico do imóvel de matrícula n. 73.881, regularmente constatado e reavaliado às fls. 354 e ss. - ordem crescente.

Quanto às dívidas junto ao condomínio, o Superior Tribunal de Justiça há muito firmou entendimento no sentido de que, *"o produto da venda judicial do bem há que, por força de lei, satisfazer ao crédito fiscal em primeiro lugar"* (REsp 501924/SC), sendo evidente que a alienação judicial do imóvel não se encontra condicionada à satisfação das dívidas do imóvel com o condomínio [2].

No julgamento do REsp 1.548.164/SP, de igual modo, foi dado provimento ao recurso interposto pelo Município do Guarujá / SP *"para reconhecer a preferência do crédito tributário ao condominial"* , sendo que, neste caso específico, o imóvel já havia sido arrematado em execução promovida pelo condomínio, como se observa do relatório e do voto que seguem anexos.

A exigência de pagamento das dívidas com o condomínio inviabilizará a arrematação e favorecerá exclusivamente a parte executada que continuará na propriedade do imóvel, sendo mais vantajoso para o próprio condomínio que o imóvel venha a ser adquirido por um terceiro que passe a honrar as obrigações condominiais, obrigações estas que se encontram em aberto desde 2010 (ver fls. 366 e ss.).

Exigir o pagamento dos débitos levará a situação esdrúxula de o imóvel não ser arrematado em razão das dívidas condominiais e de o Condomínio não promover o leilão em razão das dívidas do devedor com a União (créditos tributários / preferenciais).

Termos em que pede deferimento.

Maceió, 09 de dezembro de 2021.

Bruno César Moura Brandão
Procurador da Fazenda Nacional

***

[1] Dados extraídos da Junta Comercial de Alagoas:

Osman Sobral e Silva (REGULAR)

Matrícula: 006

CPF: 164.023.324-53

Data de Posse: 20/09/1989

Maceió/AL

Av. Mendonça Júnior, 268, Gruta de Lourdes, Maceió - AL. CEP: 57052-480

(82) 3223-5212 | (82) 99981-6513 www.leiloesfreire.com.br / osmanleiloesfreire@gmail.com

***

[2]

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL E EXECUÇÃO CIVIL. PLURALIDADE DE PENHORAS SOBRE O MESMO BEM. ARREMATAÇÃO. PREFERÊNCIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.

1. Havendo duas execuções movidas contra o mesmo devedor, com pluralidade de penhoras sobre o mesmo bem, instaura-se o concurso especial ou particular, posto não versar o mesmo a totalidade dos credores do executado, nem todos os seus bens, o que caracterizaria o concurso universal.

2. Como é cediço, o crédito tributário goza de preferência sobre os demais créditos, à exceção dos créditos de natureza trabalhista e os encargos da massa, na hipótese de insolvência do devedor.

3. Coexistindo execução fiscal e execução civil, contra o mesmo devedor, com pluralidade de penhoras recaindo sobre mesmo, o produto da venda judicial do bem há que, por força de lei, satisfazer ao crédito fiscal em primeiro lugar.

4. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nesta parte, desprovido.

(REsp 501924/SC. Relator: Ministro Luiz Fux. Órgão Julgador: Primeira Turma. Data do Julgamento: 04/11/2003).

RECURSO ESPECIAL Nº 1.584.162 - SP (2016/0027166-5)

RELATORA	**:**	**MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE	:	MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
PROCURADOR	:	TARSILA MARSILI E OUTRO(S) - SP326860
RECORRIDO	:	CONDOMÍNIO EDIFÍCIO GUARUJÁ PARK
ADVOGADO	:	JOSÉ RUBENS THOMÉ GUNTHER E OUTRO(S) - SP138165
INTERES.	:	L C D AGRICOLA COMERCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA
INTERES.	:	JOSÉ AUGUSTO ZILLO
INTERES.	:	MANOEL RAYES

RELATORA: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso especial interposto pelo MUNICÍPIO DE GUARUJÁ, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo TJ/SP.

Recurso especial interposto em: 02/06/2015.

Atribuído ao gabinete em: 25/08/2016.

Ação: de cobrança, já em fase de cumprimento de sentença, ajuizada por CONDOMÍNIO EDIFÍCIO GUARUJÁ PARK, em face de L C D AGRICOLA COMERCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA, em razão de inadimplemento de despesas condominiais (e-STJ fls. 23-24).

Para a satisfação do crédito executado, o imóvel que deu ensejo aos débitos foi levado a leilão e arrematado. Ao tomar conhecimento da hasta pública, o MUNICÍPIO DE GUARUJÁ, ora recorrente, manifestou-se nos autos para requerer que o valor obtido com a alienação do bem se destine, prioritariamente, ao pagamento do crédito tributário, tendo em vista a sua preferência legal (e-STJ fls. 117-129).

Decisão interlocutória: reconheceu a preferência do crédito condominial sobre o crédito tributário, em virtude de ser aquele de natureza *propter rem* (e-STJ fls. 165-166).

Acórdão: negou provimento ao agravo de instrumento interposto pelo recorrente, nos termos da seguinte ementa:

> AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE COBRANÇA – AÇÃO DE COBRANÇA DE QUOTAS CONDOMINIAIS – DÉBITO CONDOMINIAL TEM PREFERÊNCIA COM RELAÇÃO AO FISCAL GERADO PELO IMÓVEL – RECURSO NÃO PROVIDO (e-STJ fl. 233).

Embargos de declaração: opostos pelo recorrente, foram rejeitados (e-STJ fls. 245-249).

Recurso especial: alega violação dos arts. 130, parágrafo único, e 186 do CTN, bem como dissídio jurisprudencial. Sustenta a preferência do crédito tributário em relação ao condominial. Aduz que só o crédito decorrente da legislação do trabalho e de acidente de trabalho prefere ao tributário. Assevera, ainda, que, na hipótese de arrematação, o valor obtido com a hasta pública deve responder pelos tributos gerados pelo próprio imóvel praceado (e-STJ fls. 252-265).

Prévio juízo de admissibilidade: o TJ/SP admitiu o recurso especial interposto pelo MUNICÍPIO DE GUARUJÁ e determinou a remessa dos autos a esta Corte Superior (e-STJ fls. 281-283).

É o relatório.

RECURSO ESPECIAL Nº 1.584.162 - SP (2016/0027166-5)
RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
PROCURADOR : TARSILA MARSILI E OUTRO(S) - SP326860
RECORRIDO : CONDOMÍNIO EDIFÍCIO GUARUJÁ PARK
ADVOGADO : JOSÉ RUBENS THOMÉ GUNTHER E OUTRO(S) - SP138165
INTERES. : L C D AGRICOLA COMERCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA
INTERES. : JOSÉ AUGUSTO ZILLO
INTERES. : MANOEL RAYES
RELATORA: MINISTRA NANCY ANDRIGHI

VOTO

O propósito recursal é definir se há - sobre o produto da alienação do bem do executado - preferência do crédito tributário em face do crédito condominial.

Aplicação do Código de Processo Civil de 1973, pelo Enunciado administrativo n. 2/STJ.

I – Da preferência do crédito tributário (arts. 130, parágrafo único, e 186 do CTN; e dissídio jurisprudencial)

1. O TJ/SP, ao negar provimento ao agravo de instrumento interposto pelo recorrente, consignou que:

> O crédito condominial, diante de sua condição propter rem, não pode ser suplantado pelo débito fiscal consistente no IPTU do imóvel arrematado.
>
> A dívida condominial adere à coisa, de tal maneira que prefere absolutamente aos demais créditos, porquanto destinado à sua conservação (e-STJ fl. 233).

2. Conforme dispõe o art. 711 do CPC - que trata da hipótese de concurso singular de credores -, concorrendo vários credores sobre o produto da execução, *i)* o dinheiro ser-lhes-á distribuído e entregue consoante a ordem das

respectivas prelações; e *ii)* não havendo título legal à preferência, receberá em primeiro lugar o credor que promoveu a execução, cabendo aos demais concorrentes direito sobre a importância restante, observada a anterioridade de cada penhora.

3. Dessa forma, no concurso singular de credores, os créditos com preferência legal terão prioridade na sua satisfação.

4. Acrescente-se ainda que o art. 186, *caput*, do CTN – com redação dada pela LC 118/05 – estabelece que o crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.

5. Sendo assim, considerando a primazia dos créditos de natureza tributária estabelecida pelo ordenamento jurídico, a sua satisfação terá preferência à do crédito condominial, devendo ser afastado o argumento utilizado pelo TJ/SP de preferência absoluta dos créditos condominiais, dada a sua natureza *propter rem*.

6. Inclusive, convém salientar que esta Corte tem jurisprudência firmada no sentido de que há preferência do crédito tributário em relação ao crédito condominial:

> CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. AÇÃO DE COBRANÇA DE DESPESAS CONDOMINIAIS. PREFERÊNCIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO SOBRE O CRÉDITO CONDOMINIAL. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.
>
> 1. Inaplicabilidade do NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
>
> 2. Nos termos da jurisprudência pacificada desta Corte, o crédito fiscal possui preferência absoluta sobre o crédito condominial.
>
> 3. Agravo regimental não provido (AgRg no REsp 1.456.188/SP, 3ª Turma, DJe 26/06/2016).

> AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL - COBRANÇA DE DESPESAS CONDOMINIAIS - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - PREFERÊNCIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO EM FACE DO CRÉDITO CONDOMINIAL - CRÉDITO COM PREFERÊNCIA LEGAL - PRECEDENTE - AGRAVO IMPROVIDO (AgRg no REsp 1.333.412/SP, 3ª Turma, DJe 13/11/2012).
>
> PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COTAS CONDOMINIAIS. EXECUÇÃO. CONCURSO SINGULAR DE CREDORES. PREFERÊNCIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO EM FACE DO CRÉDITO CONDOMINIAL. CRÉDITO COM PREFERÊNCIA LEGAL. EXECUÇÃO EM CURSO E PENHORA ANTERIOR SOBRE O MESMO IMÓVEL. DESNECESSIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 711 DO CPC.
>
> 1. No concurso singular de credores, o crédito tributário prefere a qualquer outro, ressalvados aqueles decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.
>
> 2. O credor com título de preferência legal pode participar do concurso previsto no art. 711 do CPC para resguardar o seu direito de preferência, mesmo que não tenha promovido a execução do seu crédito. Nessa hipótese, reconhecida a preferência do crédito, o levantamento do valor fica condicionado à posterior ajuizamento de execução.
>
> 3. Negado provimento ao recurso especial (REsp 1.219.219/SP, 3ª Turma, DJe 25/11/2011).

7. Citam-se, ainda, os recentes precedentes monocráticos: REsp 1.654.364/SP, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, publicado em 14/03/2017; AREsp 1.031.134/SP, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, publicado em 15/02/2017; e REsp 1.347.452/SP, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, publicado em 19/10/2016.

Forte nessas razões, CONHEÇO do recurso especial interposto pelo MUNICÍPIO DE GUARUJÁ e DOU-LHE PROVIMENTO, para reconhecer a preferência do crédito tributário ao condominial.

Processo: **0001846-56.2005.4.05.8001**
Assinado eletronicamente por:
Bruno César Moura Brandão - Gestor
Data e hora da assinatura: 16/12/2021 14:31:34
Identificador: 4058001.9867091
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
21121614182506300000009933317

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: GERALDO BULHOES BARROS e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

CONCLUSÃO

Faço conclusão destes autos ao MM. Juiz Federal, nesta data.

ARAPIRACA, 16 de Dezembro de 2021

IRWIN LOUREIRO BRANDAO

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 **- EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: GERALDO BULHOES BARROS e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

DECISÃO

Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL proposta pela FAZENDA NACIONAL em face de **RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA** para cobrança de débito.

Rescindido o parcelamento da dívida, houve a penhora e inclusão do imóvel de matrícula 73.881 em leilão. Não obstante isso, conforme certidão de ID 4058001.9707653, não compareceram arrematantes interessados, tornando-se, portanto, negativo.

Intimada a se manifestar, a Procuradoria da Fazenda Nacional requereu novamente a inclusão deste imóvel em leilão, a fim de saldar a dívida pretérita.

Contudo, compulsando os autos, verifica-se certidão do oficial de justiça (ID 4058001.5954135) que informa que o imóvel supramencionado fora avaliado em R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), possuindo, no entanto, uma dívida condominial de R$ 2.586.902,79 (dois milhões quinhentos e oitenta e seis mil novecentos e dois reais e setenta e nove centavos).

Instada, a Fazenda Nacional requereu a manutenção da penhora e a inclusão do imóvel em nova hasta para alienação (id. 9867090 e 9867091).

É o que importa relatar. Decido.

Inicialmente, é importante ressaltar que , não ignora o Juízo a preferência do crédito tributário frente ao condominial, conforme apontado pela exequente em precedente colacionado (id. 9867090) . Contudo, o caso apresenta singularidade que merece ser destacada e leva à ponderação do Juízo. Explico.

A questão ora posta é de outra ordem, aborda sobre a viabilidade da alienação judicial perquirida, visto que se tratando de débito de natureza *propter rem* (cota condominial), este adere a coisa, de modo que inviabilizaria a efetiva alienação, tornando inócuo o procedimento buscado pela exequente com o fito de garantir seu crédito, conforme já bem exposto no despacho de id. 9750913.

Além do mais, o próprio edital de leilão prevê a responsabilidade pelo pagamento das taxas pelo arrematante. Veja, em precedentes do STJ observa-se o entendimento de que o arrematante somente não poderá ser responsabilizado por dívidas condominiais quando o próprio edital de leilão for omisso, caso divergente do em questão, uma vez que por estar previsto no edital, não pode ser afastado discricionariamente por este juízo.

Nesse sentido, a jurisprudência:

> AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DESERÇÃO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. RENOVAÇÃO DO PEDIDO. DESNECESSIDADE. AÇÃO DE COBRANÇA. COTAS CONDOMINIAIS. ARREMATAÇÃO DO IMÓVEL EM HASTA PÚBLICA. EDITAL DE PRAÇA. ÔNUS. OMISSÃO. RESPONSABILIDADE DO ARREMATANTE. INEXISTÊNCIA. 1. A assistência judiciária gratuita estende-se a todas as instâncias e a todos os atos do processo. 2. A renovação do pedido ou a comprovação de que a parte recorrente é beneficiária da justiça gratuita não é necessária quando da interposição do recurso especial. 3. **Não obstante a natureza propter rem da obrigação referente ao adimplemento de**

cota condominial, omisso o edital de praça acerca da existência de tal ônus incidente sobre o imóvel, não é possível responsabilizar o arrematante . 4. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no AREsp: 610546 RJ 2014/0289763-5, Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 01/09/2015, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 08/09/2015)

Assim, malgrado se admita eventual utilidade da manutenção da penhora e alienação do imóvel para este feito executivo, vislumbrar a alienação do bem como pretende a exequente seria admitir a possibilidade de sua aquisição por algum arrematante que estivesse disposto a pagar por ele mais de R$3.000.000,00 (três milhões de reais) - aqui incluído o valor do condomínio em atraso, quando o valor do bem em si não ultrapassa os R$800.000,00 (oitocentos mil reais). **Tal já se mostrou impossível ante o resultado negativo carreado ao id. 9707653.**

Nesse sentido, **INDEFIRO o pedido de novo leilão proposto pela exequente e determino a liberação do apartamento 724 encravado no Edifício Maceió Double Reverse Flat (na beira mar de Maceió) de matrícula 73.881, para tanto, deverá o Setor responsável expedir ofício ao Cartório de 1º Ofício de Registro de Imóveis de Maceió para que proceda à respectiva baixa.**

Intime-se a exequente para indicar novos bens ou requerer o que de direito para dar prosseguimento ao feito, sob pena de - em caso de inércia, ser aplicado o art. 40 da LEF.

Providências necessárias. Cumpra-se.

Arapiraca/AL, 12 de janeiro de 2022.

ALOYSIO CAVALCANTI LIMA

Juiz Federal Titular da 12ª Vara

mhss - mfpc

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

Rua José Jailson Nunes, s/nº, bairro Santa Edwirges, Arapiraca/AL, CEP 57.310-340 - Tel. (82) 2122-6962

Endereço eletrônico para conferência de autenticidade do documento:
http://www.jfal.jus.br/servicos/processos/eletronicos/pje/autenticidade

OFÍCIO ID: 4058001.9991555

ARAPIRACA, 27 de Janeiro de 2022

Ilmo(a). Sr(a). Tabelião(ã) do Cartório de 1º Ofício de Registro de Imóveis de Maceió

ASSUNTO: Baixa de penhora

Senhor(a) Tabelião(ã),

De ordem do MM. Juiz Federal da 12ª Vara, Dr. Aloysio Cavalcanti Lima, nos autos de EXECUÇÃO FISCAL nº **0001846-56.2005.4.05.8001** , movida pelo(a) [FAZENDA NACIONAL], contra [RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME, GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS, GERALDO BULHOES BARROS], proceda **a baixa na penhora do imóvel de matrícula 73.881** (apartamento 724 encravado no Edifício Maceió Double Reverse Flat, Ponta Verde, Maceió/AL), conforme determinado no Despacho de id. 4058001.9918827, cuja cópia segue anexa.

Prazo para cumprimento: 10 dias.

Atenciosamente,

Plínio Barbosa Leite

Diretor de Secretaria - 12ª Vara

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
12º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
PROCESSO: **0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME	EXECUTADO
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS	EXECUTADO
GERALDO BULHOES BARROS	EXECUTADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 29/01/2022 06:20, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Decisão registrado em 26/01/2022 16:56 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 22012712033646800000010057612 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 29/01/2022 06:20 - Seção Judiciária de Alagoas.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
12º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
PROCESSO: **0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME	EXECUTADO
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS	EXECUTADO
GERALDO BULHOES BARROS	EXECUTADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 29/01/2022 06:20, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Decisão registrado em 26/01/2022 16:56 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 22012712033646800000010057612 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 29/01/2022 06:24 - Seção Judiciária de Alagoas.

Processo: 0001846-56.2005.4.05.8001
Data e hora da inclusão: 29/01/2022 06:20
Identificador: 4058001.10001908

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: GERALDO BULHOES BARROS e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, procedo à juntada de comprovante de envio, via malote digital, referente **ao Ofício** Id.: 4058001.9991555 .

Arapiraca-AL, 31 de Janeiro de 2022

ROBERTA JACINTO INOJOSA

Poder Judiciário Malote Digital

Impresso em: 31/01/2022 às 15:23

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade: 40520229698001
Documento: OFI 1o CRI Mcz.pdf
Remetente: SJAL - Diretoria da 12ª Vara (Roberta Jacinto Inojosa)
Destinatário: 1º Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas - Maceió - 1735 (TJAL)
Data de Envio: 31/01/2022 15:22:40
Assunto: Ofício para baixa de penhora

Imprimir

Ocorrência	Data Prazo
Processo em ordem.	28/02/2022

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 12ª VARA DA SEÇÃO JUDICIARIA DE ALAGOAS.

Execução Fiscal nº **0001846-56.2005.4.05.8001**

Exequente: **UNIÃO/FAZENDA NACIONAL.**

Executada: **RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME e outros**

A **UNIÃO** (FAZENDA NACIONAL) vem, por seu Procurador *ex lege* infra-assinado, tendo em vista que contam indícios da existência de bens em nome dos executados no sistema de busca patrimonial, vem requerer a determinação de arresto e indisponibilidade de quaisquer bens de propriedade do devedor, até o limite da dívida exequenda, **fazendo-se comunicação à Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB** , instituída pelo Provimento 39/2014 da Corregedoria Nacional de Justiça.

Termos em que pede deferimento.

Processo: **0001846-56.2005.4.05.8001**
Assinado eletronicamente por:
RONNIE MONTE CARVALHO MONTENEGRO - Gestor
Data e hora da assinatura: 14/02/2022 11:26:33
Identificador: 4058001.10068097
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
22021009450198900000010135393

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Inscrição Localizada

Inscrições Localizadas: 1
Inscrições Selecionadas: 1
Parâmetro de Localização: 4369700053733
Seções Selecionadas: Dados Gerais

A T E N Ç Ã O
OS VALORES PRECEDIDOS PELAS CIFRAS CORRESPONDEM A:
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

Inscrição 1 / 1

DADOS GERAIS DA INSCRIÇÃO

Devedor Principal:	RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA
CPF/CNPJ:	10.819.522/0001-73
Inscrição:	43 6 97 000537-33
Nº Processo Administrativo:	10410 000177/97-43
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Série da Inscrição:	DIVERSAS ORIGENS
Natureza da Dívida:	TRIBUTARIA
Data Inscrição:	11/06/1997
Data Primeira Cobrança:	12/07/1997
Cadastro Nacional de Obras:	
Receita da Dívida:	4493-DIV.ATIVA-COFINS
Valor Inscrito:	R$ 34.383,81 (UFIR 32.312,58)
Valor Remanescente:	R$ 16.904,47 (UFIR 15.886,17)
Valor Consolidado:	R$ 68.488,63
Qtd. de Débitos:	33
Qtd. de Pagamentos:	0
Qtd. de Devedores:	1
Qtd. Parcelamentos:	0
Nº Agrupamento para Ajuizamento:	430088902203
Nº Processo Judicial:	200580000041434
Nº Único de Processo Judicial:	41431020034058000
Data de Protocolo:	15/04/2003
Data Distribuição:	24/01/2006
Órgão de Justiça:	SECAO JUDICIARIA DE AL EM ARAPIRACA

Juízo:	12ª Vara Federal
Data de Falência:	
PFN de Inscrição:	ALAGOAS
PFN Responsável:	QUINTA REGIAO
Órgão de Origem:	SECRET DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL-RFB
Nº Auto de Infração:	
Devolução/Arquivamento:	
Nº do Imóvel (NIRF/ITR):	
Nº do Imóvel (RIP):	
Data da Extinção:	
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:	
Motivo da Extinção:	
Bloqueio Ajuizamento:	
Envio Análise do Órgão de Origem:	NAO

FIM DO RELATÓRIO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Debcad Localizado

Debcads Localizados: 1
Debcads Selecionados: 1
Parâmetro de Localização: 318507773
Seções Selecionadas: Dados Gerais

A T E N Ç Ã O
OS VALORES PRECEDIDOS PELAS CIFRAS CORRESPONDEM A:
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

Debcad 1 / 1

DADOS GERAIS DO DEBCAD

Debcad : 318507773
Erro inesperado debcad não encontrado.

FIM DO RELATÓRIO

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: GERALDO BULHOES BARROS e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

Certidão de juntada de Ofício

Certifico a juntada, aos presentes autos, da manifestação apresentada pelo(a) 1º CRI de Maceió em resposta ao OFÍCIO ID.: 4058001.9991555 .

ARAPIRACA, 22 de Fevereiro de 2022

ROBERTA JACINTO INOJOSA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 8022022941386

Nome original: 0250.22.pdf

Data: 21/02/2022 08:38:23

Remetente:

Stelio Darci Cerqueira de Albuquerque

1º Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas - Maceió - 1735

Tribunal de Justiça de Alagoas

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: 0001846-56.2005.4.05.8001

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE ALAGOAS
1º REGISTRO DE IMÓVEIS E HIPOTECAS DE MACEIÓ
STÉLIO DARCI CERQUEIRA DE ALBUQUERQUE
OFICIAL DO REGISTRO, NA FORMA DA LEI, ETC

Oficio nº 0250/2022
P.A nº 282.814

Maceió - AL., 09 de fevereiro de 2022.

Senhor Juiz,

Em meu poder o **Malote Digital,** com o Codigo de rastreabilidade: 40520229698001, datado e recebido em 31 de janeiro de 2022, capeando a Decisão id 4058001.9918827 e Ofício id 4058001.9991555, extraído dos autos da Execução Fiscal nº 0001846-56.2005.4.05.8001l, movida pela FAZENDA NACIONAL, contra RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA – ME e outros, de cujo teor tomei conhecimento, tendo-o protocolado sob nº 568.477, Livro 1-CR.

Em atenção o ali deferido, informo a Vossa Excelência que a matrícula sob nº 73881 corresponde ao registro do imóvel descrito como **Apartamento sob nº 924**, Pent'House Master, componente do Edifício Maceió Double Reverse Flat, situado na Avenida Álvaro Otacilio nº 4065, no bairro de jatiuca, nesta cidade, e não, **Apartamento 724,** descrito na Decisão e Ofício .

Todavia, de uma análise pelo registro de matrícula nº 73.881, foi observado ser de propriedade do co-responsável legal o Sr. Geraldo Bulhões Barros, bem como, que o R.12, refere-se ao registro do gravame da penhora determinada nos autos nº 0001846-56.2005.4.05.8001, determinada por esse MM. Juízo da 12ª Vara Federal.

Visando dar celeridade ao procedimento, caso o imóvel objeto de Vossa determinação seja o informado, ou seja, Apartamento de nº 924, informo o valor dos emolumentos devidos para a efetivação do ato de cancelamento do registro R.12-73.881, importa em **R$ 1.621,49** (um mil seiscentos e vinte e um reais e quarenta e nove centavos).

Diante dos fatos noticiados, fico no aguardo de novas instruções de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

André Tabosa de Albuquerque
Oficial Substituto

A Sua Excelência o Senhor
Juiz Federal da 12ª Vara da Seção Judiciária de Alagoas.
Arapiraca - AL

Processo: **0001846-56.2005.4.05.8001**
Assinado eletronicamente por:
ROBERTA JACINTO INOJOSA - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 22/02/2022 08:26:03
Identificador: 4058001.10153601
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
22022208252994800000010222298

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

Rua José Jailson Nunes, s/nº, bairro Santa Edwirges, Arapiraca/AL, CEP 57.310-340 - Tel. (82) 2122-6962

Endereço eletrônico para conferência de autenticidade do documento:
http://www.jfal.jus.br/servicos/processos/eletronicos/pje/autenticidade

OFÍCIO ID: 4058001.10233633

ARAPIRACA, 8 de Março de 2022

Ilmo(a). Sr(a). Tabelião(ã) do Cartório de 1º Ofício de Registro de Imóveis de Maceió

ASSUNTO: Baixa de penhora - imóvel de matrícula 73.881

Senhor(a) Tabelião(ã),

De ordem do MM. Juiz Federal da 12ª Vara, Dr. Aloysio Cavalcanti Lima, nos autos de EXECUÇÃO FISCAL nº **0001846-56.2005.4.05.8001** , movida pelo(a) [FAZENDA NACIONAL], contra [RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME, GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS, GERALDO BULHOES BARROS], proceda **a baixa na penhora do imóvel de matrícula 73.881** (apartamento 924 encravado no Edifício Maceió Double Reverse Flat, Ponta Verde, Maceió/AL), conforme determinado no item 2 do Decisório de id. 4058001.10109127, cuja cópia segue anexa.

Ressalta-se que a União, por força do art. 39 da Lei nº 6.830/80, está exonerada do pagamento dos emolumentos e custas necessárias à prática dos atos judiciais de seu interesse.

Prazo para cumprimento: 10 dias.

Plínio Barbosa Leite

Diretor de Secretaria - 12ª Vara

JUSTIÇA FEDERAL

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: GERALDO BULHOES BARROS e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

CERTIDÃO - Sistema CNIB.

Certifico que, em cumprimento à decisão retro, fora incluída a ordem de indisponibilidade no Cadastro Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB) em relação ao(s) executado(s).

Certifico, ainda, que a referida ordem foi aprovada pelo referido sistema, não havendo resposta específica de quaisquer bens imóveis registrados em nome do(s) executado(s), porventura localizados, e de registro da sua indisponibilidade.

ARAPIRACA, 9 de Março de 2022

ROBERTA JACINTO INOJOSA

Central Nacional de Indisponibilidade de Bens

AL - 12ª VARA FEDERAL DE ARAPIRACA
Seja bem-vindo PLINIO BARBOSA LEITE:AL405

seu último acesso foi em: 0

Indisponibilidade incluída com sucesso

Número do Protocolo: 202203.0908.02042291-IA-810
Número do Processo: 00018465620054058001
Nome do Processo: EXECUÇÃO FISCAL
Data do Cadastramento: 09/03/2022 às 08:50:13
Emissor da Ordem: TRF5 - Tribunal Regional Federal da Quinta Região - Arapiraca - 12ª Vara Federal de Arapiraca - PLINIO BARBOSA LEITI
Aprovado por: TRF5 - Tribunal Regional Federal da Quinta Região - Arapiraca - 12ª Vara Federal de Arapiraca - PLINIO BARBOSA LEITE:AL4

Dados da Indisponibilidade:

CPF: 003.593.434-49
Nome: GERALDO BULHOES BARROS

CPF: 317.279.801-15
Nome: GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS

CNPJ: 10.819.522/0001-73
Nome: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME

`85aa.7113.e636.6d87.6681.73f0.69ae.a00a.267b.564c`

IMPRIMIR

Processo: **0001846-56.2005.4.05.8001**
Assinado eletronicamente por:
ROBERTA JACINTO INOJOSA - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 09/03/2022 09:14:06
Identificador: 4058001:10239580
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

22030909134469700000010309795

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: GERALDO BULHOES BARROS e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, procedo à juntada de comprovante de envio, via malote digital, referente **ao Ofício** Id.: 4058001.10233633 .

Arapiraca-AL, 9 de Março de 2022

ROBERTA JACINTO INOJOSA

Poder Judiciário Malote Digital

Impresso em: 09/03/2022 às 09:40

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade: 40520229857085
Documento: OFI 1CRI MCZ.pdf
Remetente: SJAL - Diretoria da 12ª Vara (Roberta Jacinto Inojosa)
Destinatário: 1º Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas - Maceió - 1735 (TJAL)
Data de Envio: 09/03/2022 09:39:47
Assunto: Ofício par cumprimento - expedido no processo 0001846-56.2005.4.05.8001

Imprimir

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: GERALDO BULHOES BARROS e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

CONCLUSÃO

Faço conclusão destes autos ao MM. Juiz Federal, nesta data.

ARAPIRACA, 15 de Fevereiro de 2022

IRWIN LOUREIRO BRANDAO

DECISÃO

Trata-se de ação de execução de EXECUÇÃO FISCAL ajuizada pela **FAZENDA NACIONAL** , em face de **RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME e outros** .

O exequente, em manifestação Id. 4058001.10068097, requereu a indisponibilidade de imóveis de propriedade do executado, através da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB.

Em Id. 4058001.10153601, foi juntado ofício do 1º Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas de Maceió onde foi informado que a matrícula nº 73.881 corresponde ao apartamento nº 924 e não ao apartamento nº 724, como indicado no ofício Id. 4058001.999155. Ao final, indicou os valores dos emolumentos devidos para a efetivação do ato de cancelamento do registro R.12-73.881 e requereu novas instruções.

1. CNIB

Sobre o tema, o e. Tribunal Regional Federal da 5ª Região consolidou entendimento, segundo o qual "considerase ônus da parte exequente, enquanto medida necessária a assegurar o andamento do feito, a apresentação de todos os dados necessários à localização e à individualização de bens indicados ou atingidos por restrições via Sistemas RENAJUD e/ou CNIB (endereço, matrícula no registro imobiliário, identificação específica e particularizada de administradoras de cartões de crédito com as quais a parte executada mantenha contrato, etc), sendo ônus do exequente a realização de diligência voltada à averiguação da possível existência de bens, não devendo esse encargo ser transferido ao Poder Judiciário, salvo inequívoca demonstração da exaustão de diligências do credor para tal finalidade" (PROCESSO: 08087987620164050000, AG/SE, DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO MACHADO CORDEIRO, 3ª Turma, JULGAMENTO: 04/04/2017, PUBLICAÇÃO).

Assim, vejo que foram frustradas as diligências na busca de bens penhoráveis de titularidade da parte executada para satisfação integral do débito e, no caso, o Provimento 39/2014, do Conselho

Nacional de Justiça, responsável por instituir o CNIB, estabeleceu no art. 2º que o mesmo tem como finalidade "a recepção e divulgação, aos usuários do sistema, das ordens de indisponibilidade que atinjam patrimônio imobiliário indistinto, assim como direitos sobre imóveis indistintos, e a recepção de comunicação e de levantamento das ordens de indisponibilidades nela cadastrada".

Desta feita, **defiro o requerimento do exequente (Id. 4058001.10068097) e determino a efetivação de bloqueio de bens imóveis suficientes para a satisfação do débito exequendo, caso existente na Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB de titularidade do executado.**

Assim, após o cumprimento da diligência supra, intime-se a exequente para requerer o que de direito a fim de dar prosseguimento ao feito no prazo de 15 (quinze) dias.

Transcorrido o prazo e nada sendo requerido, suspenda-se o presente feito pelo prazo de 01 (um) ano, nos termos do art. 40 da Lei nº 6.830/80.

Decorrido o prazo supra e não havendo indicação de bens à penhora ou na hipótese de requerimento de nova suspensão, arquivem-se os autos, sem baixa na distribuição, conforme determinação do art. 40, § 2º, da Lei de Execução Fiscal, independentemente de nova intimação (Súmula 314 - STJ).

2. Baixa do registro de penhora do imóvel matrícula nº 73.881

Primeiramente, assiste razão ao cartório ao apontar equivoco na indicação do número do apartamento a ser liberado.

Conforme documento Id. 4058001.6933666, a matrícula sob o nº 73.881 corresponde ao registro do imóvel descrito como Apartamento **nº 924, Pent'House Master, componente no Edifício** e não apartamento nº 724.

Noutra banda, a União, por força do art. 39 da Lei nº 6.830/80, está exonerada do pagamento dos emolumentos e custas necessárias à prática dos atos judiciais de seu interesse.

Art. 39 - A Fazenda Pública não está sujeita ao pagamento de custas e emolumentos. A prática dos atos judiciais de seu interesse independerá de preparo ou de prévio depósito.

Isso, porém, não caracteriza isenção, mas somente autoriza que haja o diferimento dessas despesas, a ser custeada pela parte sucumbente, ao final do processo. Nesse sentido, colaciono o seguinte julgado:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. REQUERIMENTO DE DILIGÊNCIAS PELA FAZENDA PÚBLICA. PAGAMENTO DOS EMOLUMENTOS CARTORÁRIOS. DIFERIMENTO E NÃO ISENÇÃO. 1. A Fazenda Pública apenas goza do diferimento dos emolumentos cartorários, que devem ser pagos ao final, pelo vencido, nos termos dos arts. 27 do CPC e 39 da Lei n. 6.830 /80. Precedente : REsp 984.225/SP , Rel. Min. Eliana Calmon, Primeira Seção, julgado em 11.3.2009. 2. Agravo regimental não provido (STJ, STJ - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL AgRg no REsp 990910 SP, DJ 27/05/2009).

No caso dos autos, em que pese ter a União requerido a penhora do imóvel referido, certo é que não é possível atribuir-lhe o ônus pelo pagamento dos emolumentos. É que, não tendo o devedor indicado bens suficientes à garantia do juízo, não restou outra alternativa ao exequente além de pugnar pela constrição do bem.

No caso em epígrafe, entendo que a parte devedora, justamente por não ter adimplido o débito de forma voluntária, deu causa à constrição, sendo dela o dever de arcar com os emolumentos.

Assim, mantenho a ordem de baixa da penhora registrada sob o imóvel de matrícula nº 73.881, descrito como **Apartamento nº 924, Pent'House Master, componente no Edifício** , cabendo aos

interessados promoverem o pagamento dos emolumentos respectivos. Oficie-se ao 1º Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas de Maceió .

Intimações e demais providências necessárias

Arapiraca, 15 de Fevereiro de 2022

ALOYSIO CAVALCANTI LIMA

Juiz Federal

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
12º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
PROCESSO: **0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME	EXECUTADO
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS	EXECUTADO
GERALDO BULHOES BARROS	EXECUTADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 12/03/2022 03:20, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Decisão registrado em 25/02/2022 10:44 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 22030909421368600000010310174 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 12/03/2022 03:20 - Seção Judiciária de Alagoas.

Processo nº 0001846-56.2005.4.05.8001

A **UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)** , por seu procurador abaixo assinado, vem, perante V. Exa., diante da informação que o executado GERALDO BULHÕES BARROS o executado faleceu no dia 27.05.2019, conforme certidão de óbito em anexo, REQUERER a inclusão no polo passivo do presente feito o Espólio de GERADO BULHÕES BARROS, bem como a sua citação, na pessoa do inventariante do espólio, o Sr. **GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS** , no endereço em anexo.

Ato contínuo, requer a penhora no rosto dos autos da ação de inventario n.º 0719852-71.2019.8.02.0001 que tramita perante a 21ª Vara Cível da Capital, tanto dos bens deixados pelo Inventariado, bem como da cota parte de **GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS.**

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Maceió/AL, 21 de março de 2022.

ANDRÉ GUSTAVO PASTL

Procurador da Fazenda Nacional

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da Vara Cível de Maceió-AL

GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS, ANA WALESKA VILLAR DE BULHÕES BARROS e GUILHERME BENÍCIO VILAR DE BULHÕES BARROS, brasileiros, divorciados e solteiro, eles, empresários, ela arquiteta, titulares dos CPFs nºs 317.279.801-15, 515.872.701-53 e 619.943.914-72, e das Cédulas de Identidade expedidas pela SSP/AL sob nºs 1.255.304, 1.447.200 e 1.263.939, respectivamente, todos residentes e domiciliados na Capital Alagoana, nos seguintes endereços: 1. Condomínio Aldebaran, Área Ômega, Quadra "Q", Lote 1, Jardim Petrópolis, CEP: 57.080-548; 2. Travessa Edith Brandão Nogueira, 130, Edf. Viña Del Mar, apto. 304, Jatiúca, CEP: 57.036-750, e 3. R. Desportista Humberto Guimarães, 447, Edf. Safira, Apto. 901, Ponta Verde, CEP: 57.035-030, por advogados comuns, Beis. **Eraldo Bulhões Barros Jr. e Luiza Breda Bulhões**, brasileiros, casado e solteiro, OAB/AL nºs 3.607 e 15.474, com escritório localizado no Jatiúca Trade Center - JTR, na Av. Álvaro Otacílio, 3.731, Edf. Itália, 604, Jatiúca, CEP: 57.036-250, Maceió, Alagoas, e-mail: ebbjr@hotmail.com e luizabb@bvassociados.com (procurações inclusas – docs. 1a, 1b e 1c)), vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência requerer

ABERTURA DE INVENTÁRIO

Dos bens deixados pelo falecimento de seu pai, **GERALDO BULHÕES BARROS**, brasileiro, divorciado, advogado, com último endereço localizado no Condomínio Aldebaran, Área Ômega, Quadra "Q", Lote 1, Jardim Petrópolis, CEP: 57.080-548, com fulcro no art. 611 combinado com os arts. 615 e 616, II, do Código de Processo Civil, pelas razões fáticas e jurídicas a seguir aduzidas:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ERALDO BULHOES BARROS JUNIOR e www2.tjal.jus.br, protocolado em 26/07/2019 às 17:42 , sob o número 07198527120198020001.
Para conferir o original, acesse o site https://www2.tjal.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0719852-71.2019.8.02.0001 e código 3A1176B.

FATOS

Os Requerentes são filhos legítimos de **GERALDO BULHÕES BARROS**, falecido no dia 27 de maio do corrente ano, conforme demonstra a certidão de óbito (doc. 2) e a documentação pessoal dos acostada a essa Exordial (docs. 3a a 3c).

O ***de cujus***, à época do falecimento, estava divorciado, deixou 4 (quatro) filhos, todos maiores, 3(três) dos quais ora Requerentes, e o quarto, **Gustavo Felipe Vilar de Bulhões Barros**, que certamente se habilitará tão logo o processo esteja instaurado.

Além dos herdeiros, o ***falecido,*** apesar de possuir bens a partilhar, não deixou testamento nem manifestação expressa de última vontade.

DIREITO E TEMPESTIVIDADE

O artigo 611 do Código de Processo Civil disciplina:

> **"Art. 611 - O processo de inventário e de partilha deve ser instaurado dentro de 2 (dois) meses, a contar da abertura da sucessão, ultimando-se nos 12 (doze) meses subsequentes, podendo o juiz prorrogar esses prazos, de ofício ou a requerimento de parte."**

Conforme se verifica na Certidão de Óbito anexa (doc. 2), o falecimento ocorreu às 14:20 do dia 27 de maio do corrente ano, perpetrando-se o prazo neste final de semana (27-28 de julho).

> **"Art. 616 - Têm, contudo, legitimidade concorrente:**
> **I - o cônjuge ou companheiro supérstite;**
> **II - o herdeiro;"**

Quanto à legitimidade para a propositura da presente ação, além dos fatos dos herdeiros se enquadrarem perfeitamente na regra contida no artigo 616, II, do CPC, o primeiro Requerente, **GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS**, primogênito do ***de cujus***, é o filho que está na administração dos bens deixados, o que que torna inescusável o princípio estatuído no artigo 615, a saber:

> **"Art. 615 - O requerimento de inventário e de partilha incumbe a quem estiver na posse e na administração do espólio, no prazo estabelecido no art. 611.**
> **Parágrafo único. O requerimento será instruído com a certidão de óbito do autor da herança."**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ERALDO BULHOES BARROS JUNIOR e www2.tjal.jus.br, protocolado em 26/07/2019 às 17:42 , sob o número 07198527120198020001.
Para conferir o original, acesse o site https://www2.tjal.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0719852-71.2019.8.02.0001 e código 3A1176B.

Absolutamente demonstrada a competência dos Autores, a instauração do procedimento se impõe.

NOMEAÇÃO DO INVENTARIANTE

Neste ínterim, a regra disciplinadora é o artigo 617 do Código de Processo Civil (Lei Nº 13.105, de 16 de Março De 2015):

> **Art. 617 - O juiz nomeará inventariante na seguinte ordem:**
> **I - o cônjuge ou companheiro sobrevivente, desde que estivesse convivendo com o outro ao tempo da morte deste;**
> **II - o herdeiro que se achar na posse e na administração do espólio, se não houver cônjuge ou companheiro sobrevivente ou se estes não puderem ser nomeados;" (Grifo Nosso)**

O filho primogênito do ***de cujus***, **Geraldo Henrique**, com a concordância de seus irmãos Requerentes, **Ana Waleska e Guilherme Benício,** requer a sua nomeação o cargo inventariante dos bens de seu genitor, considerando que o seu saudoso pai estava divorciado e sem companheira no momento da fatalidade, e que já lhe cabia a administração dos bens que irão compor o espólio.

Garante ainda que assumirá o ***múnus*** inerente ao cargo com honestidade e presteza, procurando desempenhar suas obrigações com lealdade e em prol de todos os herdeiros, tão logo preste o compromisso que a lei determina.

PEDIDO

Ex positis, Pedem e esperam os Herdeiros Requerentes se digne Vossa Excelência a determinar as seguintes medidas:

a) A abertura do inventário dos bens de **GERALDO BULHÕES BARROS;**

b) A nomeação do herdeiro **GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS** como inventariante dos bens do ***de cujus***, determinando ainda, no mesmo despacho, a preparação do Termo de Compromisso que deverá assumir perante a Justiça, no prazo da Lei, tão logo seja intimado.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ERALDO BULHOES BARROS JUNIOR e www2.tjal.jus.br, protocolado em 26/07/2019 às 17:42 , sob o número 07198527120198020001.
Para conferir o original, acesse o site https://www2.tjal.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0719852-71.2019.8.02.0001 e código 3A1176B.

Protestam provar o alegado por todos os meios de prova em Direito admitidos, especialmente por eventuais perícias e juntada de documentos.

Atribui-se à causa o valor de R$ 5.000,00 (Cinco mil reais), para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos,

Pedem deferimento.

Maceió, 26 de julho de 2019.

ERALDO BULHÕES BARROS JR
OAB/AL Nº 3.607

LUIZA BREDA BULHÕES
OAB/AL Nº 15.474

DOCUMENTOS ANEXOS:
01a. Procuração Geraldo Henrique Vilar de Bulhões Barros;
01b. Procuração Ana Waleska Vilar de Bulhões Barros;
01c. Procuração Guilherme Benício Vilar de Bulhões Barros;
02. Certidão de óbito de Geraldo Bulhões Barros;
03a. Doc. Pessoais Geraldo Henrique Vilar de Bulhões Barros;
03b. Doc. Pessoais Ana Waleska Vilar de Bulhões Barros;
03c. Doc. Pessoais Guilherme Benício Vilar de Bulhões Barros;
04. Doc. Pessoal de Geraldo Bulhões Barros;
05. Certidão Casamento Ana Waleska;
06. Comprovantes de residência;
07. Guia de recolhimento da taxa judiciária;
08. Memória de cálculo.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ERALDO BULHOES BARROS JUNIOR e www2.tjal.jus.br, protocolado em 26/07/2019 às 17:42 , sob o número 07198527120198020001.
Para conferir o original, acesse o site https://www2.tjal.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0719852-71.2019.8.02.0001 e código 3A1176B.

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL E NOTAS
2º DISTRITO
Maria Lúcia Sampaio Falcão - Oficial
Roberto de Melo Falcão - Substituto
Roberto Wagner S. Falcão - Substituto
Cícero Luciano P. Sampaio - Escrevente
Karla Roberta S. F. Medeiros - Escrevente
Fone: (82) 3327-5269
Av. Cdor. Leão, 788 - Poço - Maceió/AL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Certidão de Óbito

Nome:
GERALDO BULHÕES BARROS
Matrícula:
002949 01 55 2019 4 00047 264 0019872 81

Sexo	*Cor*	*Estado Civil e idade*
Masculino	Parda	separado judicialmente, oitenta e um anos e três meses

Naturalidade	*Documento de identificação*	*Eleitor*
Santana do Ipanema, Estado de Alagoas	RG 82867/SSP-AL	Ign

Filiação e residência
Filho de BENICIO MENDES BARROS e de AQUILINA BULHÕES BARROS. O falecido residia no (a) RESID ALDEBARAN ÔMEGA LOTE, 1, QD Q, JARDIM PETROPOLIS, Maceió, AL

Data e hora do falecimento	Dia	Mês	Ano
Vinte e sete de maio de dois mil e dezenove, às 14:20 hs	27	05	2019

Local de falecimento
HOSPITAL VIDA, PONTA VERDE, MACEIÓ-AL

Causa da morte
CHOQUE CARDIOGÊNICO, INSUFICIÊNCIA RESPIRATÓRIA, DERRAME PLEURAL, METÁSTASES LINFONODAIS,

Sepultamento/Cremação	*Declarante*
Cemitério e crematório MORADA DA PAZ, AV. RODOLFO AURELIANO, 2118, VILA TORRES GALVÃO, PAULISTA-PE	ANNA BEATRIZ MADEIRA VILAR DE BULHÕES, RG 63.815.539-3 SSP SP, AUTÔNOMA, solteira, residente no(a) RESIDENCIAL ALDEBARAN ÔMEGA, LOTE 1, QD Q, JARDIM PETROPOLIS, MACEIÓ-AL

Nome e nº de documento do(s) médico(s) que atestou(aram) o óbito
pela Doutora PATRICIA DE ARAUJO AMORIM, CRM 2710/AL e pela Doutora CARLA LUANDA PEREIRA DOS SANTOS, CRM 5174/AL

Observações/Averbações
Ato registrado no livro C-47, às folhas 264, sob o nº 19872. Registro lavrado em 27 de maio de 2019. O falecido deixou quatro filhos maiores..

EMITIDA ELETRONICAMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE DO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS
2º Distrito
FEDERATIVA DO BRASIL
SELO DE AUTENTICIDADE
CERTIDÃO E AVERBAÇÃO
AD916378

Nome do Ofício
Registro Civil do 2º Distrito

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Maceió, 27 de maio de 2019

Oficial registrador
Maria Lucia Sampaio Falcão

Município/UF
Maceió /Estado de Alagoas

Endereço
Av. Comendador Leão, 788 0**82 3327-5269 - Poço - Maceió/AL

Maria Lucia Sampaio Falcão
Oficial do Registro Civil

ARPENALAGOAS

AA 364503

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ERALDO BULHOES BARROS JUNIOR e www2.tjal.jus.br, protocolado em 26/07/2019 às 17:42 , sob o número 07198527120198020001.
Para conferir o original, acesse o site https://www2.tjal.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0719852-71.2019.8.02.0001 e código 3A11774.



Juízo de Direito - 21º Vara Cível da Capital / Sucessões
Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes, Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3520, Maceió-AL - E-mail: vcivel21@tj.al.gov.br

Autos nº: 0719852-71.2019.8.02.0001
Classe do Processo: Inventário
Inventariante: Geraldo Henrique Vilar de Bulhões Barros
Herdeiros: Geraldo Henrique Vilar de Bulhões Barros, Ana Waleska Vilar de Bulhões Barros e Guilherme Benício Vilar de Bulhões Barros
Advogado(a)(s): Eraldo Bulhões Barros Júnior e Luiza Breda Bulhões
Herdeiro: Gustavo Felipe Vilar de Bulhões Barros
Advogado(a)(s):
Espólio de: Geraldo Bulhões Barros (falecimento em 27.05.2019)

DECISÃO

Cumpra a Escrivania atualização no SAJ.

Inicialmente, **INTIMEM-SE** os advogado Eraldo Bulhões Barros Júnior e Luiza Breda Bulhões para juntarem aos autos as procurações devidamente assinadas pelos herdeiros Geraldo Henrique Vilar de Bulhões Barros, Ana Waleska Vilar de Bulhões Barros e Guilherme Benício Vilar de Bulhões Barros, uma vez que os documentos de fls. 05/07 encontram-se sem as devidas subscrições.

Ademais, cumprido o disposto no parágrafo anterior, DEFIRO o pedido de fls. 03, item "b)" e NOMEIO como inventariante o herdeiro Geraldo Henrique Vilar de Bulhões Barros, que deverá assinar termo de compromisso no prazo de 05 (cinco) dias e, em até 20 (vinte) dias, apresentar as primeiras declarações.

Por ocasião das primeiras declarações, deve o inventariante:

1. Regularizar a representação processual do herdeiro Gustavo Felipe Vilar de Bulhões Barros, por meio de advogado constituído ou defensor público;

2. Comprovar, documentalmente, a titularidade dos bens do espólio, bem como o valor venal deste (s), por meio da guia de IPTU, na existência de bem(ns) imóvel(is), ou por meio de 03 (três) avaliações de concessionárias habilitadas ou da tabela FIPE, caso o espólio também tenha deixado veículo(s);

3. Informar se deseja converter o rito de inventário comum para inventário sob o rito de arrolamento;

5. Apresentar proposta ou esboço de partilha, nos moldes do art. 653 do CPC;

6. Retificar o valor atribuído à causa, que deverá corresponder ao valor total dos bens a serem arrolados/inventariados;

7.Juntar as certidões de quitação fiscal das Fazendas Públicas Federal, Estadual - referentes ao(s) inventariado(a)(s) - e Municipal, esta última com expressa referência ao(s) bem(ns) imóvel(is) do espólio.

Prazo conforme acima determinado.

Cumpridas TODAS as determinações, conclusos os autos para análise.

P. Intimem-se.

Maceió, 31 de julho de 2019.

Carlos Cavalcanti de Albuquerque Filho
Juiz de Direito

YNR

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARLOS CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE FILHO, liberado nos autos em 31/07/2019 às 18:18 .
Para conferir o original, acesse o site https://www2.tjal.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0719852-71.2019.8.02.0001 e código 3A3BE46.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 21ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MACEIÓ, ALAGOAS.

Proc. nº 0719852-71.2019.8.02.0001
Ação de Inventário

GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS, Inventariante já devidamente qualificado no processo apontado na epígrafe, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, por conduto de seu advogado igualmente qualificado, nos autos do inventário dos bens deixados pelo falecimento de seu saudoso pai, **GERALDO BULHÕES BARROS**, tempestivamente, nos termos do art. 620 do Código de Processo Civil, apresentar suas:

PRIMEIRAS DECLARAÇÕES

O que faz nos termos que seguem:

AUTOR DA HERANÇA

GERALDO BULHÕES BARROS, brasileiro, divorciado, político renomado e advogado, inscrito na OAB/AL sob nº 694, titular do CPF nº 003.593.434-49 e do RG nº 82.867, SSP/AL, nasceu em 19 de fevereiro de 1938, e veio a falecer no dia 27 de maio do corrente ano, aos 81 (oitenta e um) anos, portanto, tendo como último endereço o

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ERALDO BULHOES BARROS JUNIOR e www2.tjal.jus.br, protocolado em 06/09/2019 às 16:17 , sob o número WMAC19701978382 .
Para conferir o original, acesse o site https://www2.tjal.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0719852-71.2019.8.02.0001 e código 3B97D08.

Condomínio Aldebaran, Área Ômega, Quadra "Q", Lote 1, Jardim Petrópolis, CEP: 57.080-548, Maceió, Alagoas.

Teve com sua esposa 4 filhos, todos vivos e abaixo qualificados, mas não deixou testamento ou qualquer manifestação expressa de última vontade que se tenha conhecimento.

HERDEIROS

1. **GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS**, brasileiro, divorciado, empresário, titular do CPF nº 317.279.801-15 e do RG nº 1.255.304, SSP/AL (fls. 09), residente e domiciliado na Capital Alagoana, no Condomínio Aldebaran, Área Ômega, Quadra "Q", Lote 1, Jardim Petrópolis, CEP: 57.080-548;

2. **ANA WALESKA VILAR DE BULHÕES BARROS,** brasileira, divorciada, arquiteta, titular do CPF nº 515.872.701-53 e do RG nº 1.447.200, SSP/AL (fls. 10), residente e domiciliado na Capital Alagoana, na Travessa Edith Brandão Nogueira, 130, Edf. Viña Del Mar, apto. 304, Jatiúca, CEP: 57.036-750;

3. **GUILHERME BENÍCIO VILAR DE BULHÕES BARROS**, brasileiro, solteiro, empresário, titular do CPF nº 619.943.914-72 e do RG nº 1.263.939, SSP/AL (fls. 11) , residente e domiciliado nesta Capital Alagoana, R. Desportista Humberto Guimarães, 447, Edf. Safira, Apto. 901, Ponta Verde, CEP: 57.035-030; e

4. **GUSTAVO FELIPE VILAR DE BULHÕES BARROS,** brasileiro, solteiro, empresário, titular do CPF nº 564.323.214-68 e do RG nº 789.488, SSP/AL, residente e domiciliado na Capital Alagoana, Rua Dr. João Teixeira Cavalcante, nº 20, Gruta de Lourdes, CEP 57052-610.

BENS DO ESPÓLIO

O patrimônio do falecido abrange os seguintes bens:

1. Em espécie: O Inventariado não deixou recursos monetários em suas contas correntes na Caixa Econômica e no Banco Safra;

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ERALDO BULHOES BARROS JUNIOR e www2.tjal.jus.br, protocolado em 06/09/2019 às 16:17 , sob o número WMAC19701978382
Para conferir o original, acesse o site https://www2.tjal.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0719852-71.2019.8.02.0001 e código 3B97D08.

2. Ações:

a) Cotas da empresa RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA., CNPJ nº 10.819.522/0001-73, com sede na Rua Boa Vista, 205, Centro, Arapiraca, AL, CEP 57.300-030, correspondente a 51% (Cinquenta e um por cento) do capital, com valor estimado pendente de avaliação;

b) Cotas da empresa RÁDIO CORREIO DO SERTÃO LTDA., CNPJ nº 12.428.751/0001-92, com sede em Santana do Ipanema, na Rua Cel. Lucena, 5, correspondente a 28,56 % (Catorze virgula vinte e oito por cento), com valor estimado pendente de avaliação;

c) Cotas da empresa RÁDIO MIX FM, CNPJ nº 10.819.522/0002-54, Razão Social: Rádio Cultura de Arapiraca Ltda., com sede na Capital Alagoana, na Rua Miguel Palmeira, 1513, 7º andar do Edf. Empresarial Rui Palmeira, Farol, CEP: 57055-330, correspondente a 51% (Cinquenta e um por cento) do capital, com valor estimado pendente de avaliação;

d) Cotas da empresa RÁDIO SÃO MIGUEL FM, CNPJ nº 08.418.451/0002-36, Razão Social: Empresa Grafica de Comunicação Pajucara Ltda, com sede em São Miguel dos Campos - AL, Rua Manoel Teixeira Leite, 58 - Lot. Geraldo Sampaio, São Miguel dos Campos - AL, 57240-000, correspondente a 75% (Setenta e cinco por cento) do capital, com valor estimado pendente de avaliação;

e) Cotas da empresa RÁDIO MACEIO AM, CNPJ nº 10.819.522/0003-35, Razão Social: Rádio Cultura de Arapiraca Ltda., com sede na Capital Alagoana, na Rua Miguel Palmeira, 1513, 7º andar do Edf. Empresarial Rui Palmeira, Farol, CEP: 57055-330, correspondente a 51% (Cinquenta e um por cento) do capital, com valor estimado pendente de avaliação;

f) Cotas da empresa FLORAL - FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO DE ALAGOAS LTDA, CNPJ nº 12.943.049/0001-67, com sede em Maceió - AL, correspondente a 49,5% (Quarenta e nove e meio por cento), com valor estimado pendente de avaliação;

g) Cotas da empresa FLORESTAL FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO LTDA., CNPJ nº 12. 943.031/0001-65, com sede na Rua Desportista Humberto Guimarães, 447, Edf. Safira, apto. 901, Ponta

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ERALDO BULHOES BARROS JUNIOR e www2.tjal.jus.br, protocolado em 06/09/2019 às 16:17 , sob o número WMAC19701978382
Para conferir o original, acesse o site https://www2.tjal.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0719852-71.2019.8.02.0001 e código 3B97D08.

Verde, CEP: 57.035-000, Maceió, Alagoas, correspondente a 99% (Noventa e nove por cento), com valor estimado pendente de avaliação;

3. Imóveis:

a) Imóvel Residencial localizado na Av. Jorge Montenegro Barros, 2.720, Santa Amélia, CEP: 57045-055, Maceió, Alagoas, registrado no 2º Cartório de Registro de Imóveis de Maceió, AL, matrícula nº 16.645, com valor estimado pendente de avaliação;

b) Propriedade rural localizada no município de Inajá, Pernambuco, com documentação já requerida e com valor estimado pendente de avaliação;

Considerando a diversidade dos bens acima elencados, aliada à uma inesperada dificuldade de agregar e condensar a documentação dos bens amealhados ao espólio em razão da situação geográfica de alguns deles, requer, desde já, o Inventariante uma prorrogação do prazo consignado por mais 20 (vinte) dias, que entende como absolutamente necessário para que a relação dos bens deixados pelo falecido esteja completa e com valores estimativos plenamente definidos, com benefícios evidentes para os herdeiros e para a Justiça.

A PARTILHA

Evidentemente a distribuição dos bens do espólio depende diretamente dos bens colacionados aos autos, cuja integralização do monte-mor será concretizada com a complementação das presentes declarações. Entretanto, o Inventariante antecipa que sua intenção é ouvir todos os herdeiros, suas necessidades e interesses, objetivando o particionamento dos bens com obediência ao quinhão hereditário de cada um, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) da herança deixado pelo seu querido e saudoso pai.

DA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL

O Inventariante e os herdeiros **Ana Waleska Vilar de Bulhões Barros** e **Guilherme Benício Vilar de Bulhões Barros** estão devidamente representados pelos causídicos signatários do presente

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ERALDO BULHOES BARROS JUNIOR e www2.tjal.jus.br, protocolado em 06/09/2019 às 16:17 , sob o número WMAC19701978382
Para conferir o original, acesse o site https://www2.tjal.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0719852-71.2019.8.02.0001 e código 3B97D08.

instrumento, enquanto o herdeiro **Gustavo Felipe Vilar de Bulhões Barros**, contatado e convidado a participar conjuntamente, declinou gentilmente do convite, afirmando que se habilitaria nos autos através de profissional próprio com a devida brevidade.

REQUERIMENTO

Isto posto, manifesta-se o Inventariante, tempestivamente, para requerer a prorrogação do prazo concedido ante a absoluta impossibilidade temporal de adimplemento, considerando-se a diversidade dos bens, suas respectivas avaliações e documentação, e permitir a complementação desta Primeira Manifestação, após o que requer, nos termos do art. 626 do Código de Processo Civil, a citação dos herdeiros e a intimação da Fazenda Pública, em observância ao regular e devido processo legal

Respeitosamente, pede deferimento.

Maceió, 04 de setembro de 2019

GERALDO HENRIQUE V. DE B. BARROS
INVENTARIANTE

ERALDO BULHÕES BARROS JR.
OAB/AL 3.607

LUIZA BREDA BULHÕES BARROS
OAB/AL 15.474

Documentos apensados:

01. Última alteração da Rádio Cultura De Arapiraca Ltda.;
02. Quadro societário da Rádio Correio do Sertão;
03. Comprovante da sociedade da Radio São Miguel Fm:
04. Última alteração da empresa FLORAL – Florestamento e Reflorestamento de Alagoas Ltda.;
05. Última alteração da empresa Florestal Florestamento e Reflorestamento Ltda..
06. Escritura do imóvel localizado na Santa Amélia.

Processo: **0001846-56.2005.4.05.8001**
Assinado eletronicamente por:
ANDRE GUSTAVO PASTL - Procurador
Data e hora da assinatura: 21/03/2022 15:45:15
Identificador: 4058001.10378160
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
22032115430959700000010450609

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ERALDO BULHOES BARROS JUNIOR e www2.tjal.jus.br, protocolado em 06/09/2019 às 16:17 , sob o número WMAC19701978382
Para conferir o original, acesse o site https://www2.tjal.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0719852-71.2019.8.02.0001 e código 3B97D08.

__ CPF,CONSULTA (CONSULTA BASE CPF)_____

RFB USUARIO: ANDRE
21/03/2022 15:40

NI-CPF : 317.279.801-15 REGULAR INSCRICAO: 00/00/0000
NOME : GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS
DT NASC: 16/02/1966
MAE : DENILMA VILAR DE BULHOES BARROS
SEXO: M ESTRANGEIRO: N OBITO:
NATURAL DE :

ENDERECO: AV JORGE MONTENEGRO BARROS,2720
57063-000 SANTA AMELIA,MACEIO

DDD : 0082 TELEFONE: 32412284 CELULAR: COD.MUN.: 2785 AL
RES.EXTERIOR: N DOMIC.ELETRONICO: N COD.UA : 0440100

PROXIMO NI-CPF: _____ - __
T25A _____ DADOS CADASTRAIS ___
PA1 VOLTA PF2 MENU PF3 FIM PF4 DECLARACOES

PF12 CONS.EXTERNAS PF9 FONETICA

Processo: **0001846-56.2005.4.05.8001**
Assinado eletronicamente por:
ANDRE GUSTAVO PASTL - Procurador
Data e hora da assinatura: 21/03/2022 15:45:15
Identificador: 4058001.10378125
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
22032115423988500000010450574

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV **CCRED**

DIVIDA ATIVA

21/03/2022 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 15:31:00

Credito: **318507773** **CGC: 10.819.522/0001-73**
Nome: **RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA**

Doc. de Origem..: **318507773 21/02/1994 =NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBIT**
Tipo de Credito.: **1** Dt. Cadastramento: **21/02/1994** Livro: **4** Folha: **028**
Dt. de Inscricao: **19/10/1994** RFB: **02.001.010** Orgao Inscr.: **02.200.000**
Periodo da Divida: **01/1991 a 01/1994** PRC Tramitacao: **02.200.801**
Comarca: 22008 Vara: 005 Acao Jud: 18465620054058001 Primeira Instancia
Fase: **535 AJUIZAMENTO / DISTRIBUICAO** Dt. da Fase: **24/05/1995**

Principal:	52.628,25	E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	0,00	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Multa de oficio:	0,00	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	35.336,63	S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	202.139,88	F - Fund. Legal	D - Codevedor
Encargo legal:	0,00		
T o t a l:	290.104,76		
Honorarios:	58.020,95		

Valores atualizados p/ 03/2022 em REAL XMIT

Credito Ajuizado - J/H REFIS: **********0,00

Versão 1.0.9+97 - 16/12/2021-21:58

Processo: **0001846-56.2005.4.05.8001**
Assinado eletronicamente por:
ANDRE GUSTAVO PASTL - Procurador
Data e hora da assinatura: 21/03/2022 15:45:15
Identificador: 4058001:16570149
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
22032115423988500000010450618

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: GERALDO BULHOES BARROS e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

Certidão de juntada de Ofício

Certifico a juntada, aos presentes autos, da manifestação apresentada pelo(a) 1º CRI de Maceió em resposta ao OFÍCIO ID.: 4058001.10233633 .

ARAPIRACA, 31 de Março de 2022

ROBERTA JACINTO INOJOSA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 8022022961492

Nome original: 0471.22.pdf

Data: 28/03/2022 17:06:42

Remetente:

Stelio Darci Cerqueira de Albuquerque

1735 - Maceió - 1º Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas

Tribunal de Justiça de Alagoas

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Oficio nº 0471 2022, em resposta ao Processo 0001846-56.2005.4.05.8001

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE ALAGOAS
1° REGISTRO DE IMÓVEIS E HIPOTECAS DE MACEIÓ
STÉLIO DARCI CERQUEIRA DE ALBUQUERQUE
OFICIAL DO REGISTRO, NA FORMA DA LEI, ETC.

Oficio nº 0471/2022
Prot. Aux nº 282.814

Maceió - AL., 18 de março de 2022.

Senhor Juiz,

Em meu poder o **Malote Digital**, Codigo de rastreabilidade: 40520229857085, datado e recebido em 09 de março de 2022, capeando o **Ofício ID: 4058001.10233633**, extraído dos autos nº 0001846-56.2005.4.05.8001 – Ação de Execução Fiscal, tendo como Exequente: FAZENDA NACIONAL e Executado: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA – ME e outros, de cujo teor tomei conhecimento.

Em atenção o ali posto, informo a Vossa Excelência que tomei conhecimento do deferido acerca da baixa do gravame de penhora registrada no R.12 da matrícula 73.881 determinada nos autos nº 0001846-56.2005.4.05.8001, por esse MM. Juízo da 12ª Vara Federal.

De outro lado, fico no aguardo que a parte interessada compareça a este 1º Registro Geral de Imóveis de Maceió/AL, para efetuar o deposito prévio dos emolumentos disciplinados no art. 14 da Lei Federal nº 6.015/73 c/c Art. 28 da Lei nº 8.935/94 e o Art. 5º, inciso II da Constituição Federal, no importe de R$ 1.621,49 (um mil seiscentos e vinte e um reais e quarenta e nove centavos).

Desse modo, requeiro a Vossa Excelência à intimação da parte interessada para vir a efetuar o referido pagamento.,

Respeitosamente,

André [illegible] Albuquerque
Oficial
Oficial Substituto

A Sua Excelência o Senhor
Juiz Federal da 12ª Vara da Seção Judiciária de Alagoas.
Arapiraca - AL

JUSTIÇA FEDERAL

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: GERALDO BULHOES BARROS e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

CERTIDÃO - Sistema CNIB

Certifico a juntada de documento recebido do sistema CNIB com a indisponibilidade aprovada pelo sistema.

ARAPIRACA, 20 de Abril de 2022

ROBERTA JACINTO INOJOSA

Status	indisponibilidade aprovada	
Número do Protocolo	202203.0908.02042291-IA-810	
Número do Processo	00018465620054058001	
Nome do Processo	EXECUÇÃO FISCAL	
Data de Cadastramento	09/03/2022 às 08:50:13	
Emissor da Ordem	PLINIO BARBOSA LEITE:AL405	**AL - Alagoas** **TRF5 - Tribunal Regional Federal da Quinta Região** **AL - Arapiraca** AL - 12ª Vara Federal de Arapiraca
Aprovado por	PLINIO BARBOSA LEITE:AL405	**AL - Alagoas** **TRF5 - Tribunal Regional Federal da Quinta Região** **AL - Arapiraca** AL - 12ª Vara Federal de Arapiraca

Relatório de indisponibilidade

Documento	Nome
CPF: 003.593.434-49	GERALDO BULHOES BARROS

Respostas dos Cartórios

Dados	Cartório	Respondido por	Status
Matrícula: 77058	Registros de Imóveis AL - Alagoas AL - MACEIO AL - 1º CARTORIO DE REGISTRO DE IMOVEIS E HIPOTECAS DE MACEIO	STELIO DARCI CERQUEIRA DE ALBUQUERQUE	aberto

Matrícula: 73881	Registros de Imóveis AL - Alagoas AL - MACEIO AL - 1º CARTORIO DE REGISTRO DE IMOVEIS E HIPOTECAS DE MACEIO	STELIO DARCI CERQUEIRA DE ALBUQUERQUE	aberto
Matrícula: 37395	Registros de Imóveis AL - Alagoas AL - MACEIO AL - 1º CARTORIO DE REGISTRO DE IMOVEIS E HIPOTECAS DE MACEIO	STELIO DARCI CERQUEIRA DE ALBUQUERQUE	aberto

CPF: 317.279.801-15	GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS
CNPJ: 10.819.522/0001-73	RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

PODER JUDICIÁRIO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

12ª VARA FEDERAL

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: GERALDO BULHOES BARROS e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

CITANDO: Espólio de GERALDO BULHÕES BARROS na pessoa do inventariante do espólio, o Sr. **GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS**

ENDEREÇO: AV. JORGE MONTENEGRO BARROS, 2720, SANTA AMELIA, MACEIÓ/AL. CEP: 57063-000.

TELEFONE: (82) 3241-2284.

Valor do Débito: R$ 284.147,27- Atualizado até 3Julho/2019.

MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA E AVALIAÇÃO

(ID. 4058001.10738491)

O doutor Juiz Federal da 12ª Vara desta Seção Judiciária ALOYSIO CAVALCANTI LIMA, na forma da lei etc.

MANDA ao oficial de justiça deste Juízo, a quem for apresentado, que, em seu cumprimento, proceda à citação do **Espólio de GERALDO BULHÕES BARROS** na pessoa do inventariante do espólio, o Sr. **GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS,** para, em 05 (dias), pagar o débito ou nomear à penhora tantos bens quanto bastem à garantia do juízo;

ANEXOS: Petição Inicial, CDA(s) e despacho id. : 4058001.10724889.

MANDA, ainda, que INTIME a parte de que qualquer manifestação referente a este processo deve ser feita, necessariamente, de forma eletrônica, através do Processo Judicial Eletrônico- PJE, não sendo admitida, nos termos do §2º do art. 1º da Resolução 16/2012 do Eg. TRF da 5ª Região, a apresentação de petições em meio físico.

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei, cientificando-se a parte requerida que este Juízo tem

sede no Fórum Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima, Rua José Jailson Nunes, s/nº, bairro Santa Edwirges, Arapiraca/AL, CEP: 57.310-340 - Tel. (82) 2122-1238 / 2122-1245, e encontra-se aberto ao público de segunda a sexta-feira das 9h às 18h.

GLENNA RYANE FALCÃO BEZERRA

Diretora de Secretaria Substituta - 12ª Vara Federal/AL

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: GERALDO BULHOES BARROS e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

CONCLUSÃO

Faço conclusão destes autos ao MM. Juiz Federal, nesta data.

ARAPIRACA, 2 de Maio de 2022

IRWIN LOUREIRO BRANDAO

D E S P A C H O

Veio a Fazenda Nacional, em manifestação Id. 4058001.10378112 , requerer a inclusão no polo passivo do presente feito do Espólio de GERALDO BULHÕES BARROS, bem como a sua citação, na pessoa do inventariante do espólio, o Sr. GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS. Requereu, ainda, a penhora no rosto dos autos da ação de inventario n.º 0719852-71.2019.8.02.0001 que tramita perante a 21ª Vara Cível da Capital, tanto dos bens deixados pelo Inventariado, bem como da cota parte de GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS.

Defiro o pedido para citação do **Espólio de GERALDO BULHÕES BARROS** na pessoa do inventariante do espólio, o Sr. **GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS. Expeça-se o competente mandado, utilizando-se, para tanto, do endereço indicado em documento Id. 4058001.10378125.**

Reclassifique-se a autuação do feito para inclusão do referido espólio.

Após a regular citação, não sobrevindo pagamento, nomeação de bens, bem como notícia que informe o parcelamento do débito exequendo,

Defiro a penhora no rosto dos autos do processo de inventário **nº 0719852-71.2019.8.02.00018** , em trâmite na 21ª Vara Cível da Capital, de tanto dos bens deixados pelo Inventariado **GERALDO BULHÕES BARROS** , bem como da cota parte a que faça jus o executado **GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS** . **Expeça-se carta de vênia.**

Cumprida que seja a determinação supra, intime-se os executados da penhora no rosto daqueles autos realizada.

Por fim quanto aos emolumentos apontados pela serventia imobiliária - id. 4058001.10489061 , mantenho o quanto decidido no id. 4058001.10109127.

Providências necessárias.

Arapiraca, 2 de Maio de 2022

ALOYSIO CAVALCANTI LIMA

Juiz Federal

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
12° VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
PROCESSO: **0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME	EXECUTADO
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS	EXECUTADO
GERALDO BULHOES BARROS	EXECUTADO
Espólio de GERALDO BULHÕES BARROS	EXECUTADO
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS	INVENTARIANTE

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO DE RETIFICAÇÃO

Certifico que, em 04/05/2022, procedi à retificação de autuação deste processo para fazer constar:

Data de alteração	Item	Operação realizada	Situação anterior	Situação atual	Usuário responsável
04/05/2022 08:46	Parte - Polo Passivo	Inclusão	Espólio de GERALDO BULHÕES BARROS (EXECUTADO), RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME (EXECUTADO), GERALDO HENRIQUE VILAR DE	Espólio de GERALDO BULHÕES BARROS (EXECUTADO), GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS (INVENTARIANTE), RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME (EXECUTADO),	ROBERTA JACINTO INOJOSA

			BULHOES BARROS (EXECUTADO), GERALDO BULHOES BARROS (EXECUTADO)	GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS (EXECUTADO), GERALDO BULHOES BARROS (EXECUTADO)	
04/05/2022 08:45	Parte - Polo Passivo	Inclusão	RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME (EXECUTADO), GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS (EXECUTADO), GERALDO BULHOES BARROS (EXECUTADO)	Espólio de GERALDO BULHÕES BARROS (EXECUTADO), RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME (EXECUTADO), GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS (EXECUTADO), GERALDO BULHOES BARROS (EXECUTADO)	ROBERTA JACINTO INOJOSA

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
12º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
PROCESSO: **0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME	EXECUTADO
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS	EXECUTADO
GERALDO BULHOES BARROS	EXECUTADO
Espólio de GERALDO BULHÕES BARROS	EXECUTADO
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS	INVENTARIANTE

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 06/05/2022 05:30, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Despacho registrado em 03/05/2022 11:55 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 22050414222952600000010817645 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 06/05/2022 05:30 - Seção Judiciária de Alagoas.

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ESPÓLIO DE GERALDO BULHÕES BARROS e outros
INVENTARIANTE: GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, enviei email para solicitar a distribuição do mandado expedido nos presentes autos (id. 4058001.10740694) para cumprimento em Maceió/AL. Comprovante anexo.

ARAPIRACA, 5 de Julho de 2022

ROBERTA JACINTO INOJOSA

Zimbra **robertaji@jfal.jus.br**

Mandados pendentes

De : Roberta Jacinto Inojosa <robertaji@jfal.jus.br> ter., 05 de jul. de 2022 12:59
Assunto : Mandados pendentes
Para : Diretor de Secretaria da 5ª Vara <diretor5@jfal.jus.br>

Bom dia, Igor.

Informo que existe mandado pendente de distribuição, expedido no processo n. **0001846-56.2005.4.05.8001.**

E aproveito para solicitar informações sobre o mandado expedido, em 09/03/2022, no processo **0800006-55.2017.4.05.8001**, distribuído para o oficial Carlos Eduardo Falcão Hora.

--

JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA FEDERAL

Roberta Jacinto Inojosa
Técnica Judiciária
12ª Vara Federal - AL
(82)2122-1238
(82)2122-1245

Processo: **0001846-56.2005.4.05.8001**
Assinado eletronicamente por:
ROBERTA JACINTO INOJOSA - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 05/07/2022 13:08:26
Identificador: 4058001:11087033
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
22070513075003200000011114645

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL

Seção Judiciária de Alagoas

Vara: 12ª

Processo nº: 0001846-56.2005.4.05.8001

C E R T I D Ã O

Certifico que, em cumprimento ao Mandado retro, esta oficiala tem conhecimento que o **inventariante Geraldo Henrique Vilar de Bulhões Barros** não reside no endereço indicado **Avenida Jorge Montenegro Barros, 2720, Santa Amélia,** mas sim no **Condomínio Aldebaran Ômega, Quadra A, Lote 08, Jardim Petrópolis** , e ainda se encontra em isolamento desde a pandemia, **razão pela qual sempre entro em contato com ele por telefone (99102-4488) e pelo WhatsApp** . Na data **10/06/2022,** após consultar o inventariante, este aceitou ser citado pelo mencionado aplicativo, então, enviei o mandado juntamente com o despacho (id.: 4058001.10724889) e demais documentos para o WhatsApp dele. No dia **13/06/2022** , citei o executado **Espólio Geraldo Bulhões Barros,** na pessoa do inventariante **Geraldo Henrique Vilar de Bulhões Barros** , de todo o teor deste que, após a leitura, exarou sua nota de ciente, conforme assinatura na contrafé que lhe foi oferecida. E, para constar, lavrei a presente, que vai devidamente assinada por mim, Oficiala de Justiça Avaliadora Federal.

O referido é verdade. Dou fé.

Maceió, 21 de julho de 2022.

Ana Paula Soriano Viana

Oficiala de Justiça Avaliadora Federal - Mat. 315

JUSTIÇA FEDERAL

PODER JUDICIÁRIO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

12ª VARA FEDERAL

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: GERALDO BULHOES BARROS e outros
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

CITANDO: Espólio de GERALDO BULHÕES BARROS na pessoa do inventariante do espólio, o Sr. **GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS**

ENDEREÇO: AV. JORGE MONTENEGRO BARROS, 2720, SANTA AMELIA, MACEIÓ/AL. CEP: 57063-000.

TELEFONE: (82) 3241-2284.

Valor do Débito: R$ 284.147,27- Atualizado até 3Julho/2019.

MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA E AVALIAÇÃO

(ID. 4058001.10738491)

O doutor Juiz Federal da 12ª Vara desta Seção Judiciária ALOYSIO CAVALCANTI LIMA, na forma da lei etc.

MANDA ao oficial de justiça deste Juízo, a quem for apresentado, que, em seu cumprimento, proceda à citação do **Espólio de GERALDO BULHÕES BARROS** na pessoa do inventariante do espólio, o Sr. **GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS,** para, em 05 (dias), pagar o débito ou nomear à penhora tantos bens quanto bastem à garantia do juízo;

ANEXOS: Petição Inicial, CDA(s) e despacho id. : 4058001.10724889.

MANDA, ainda, que INTIME a parte de que qualquer manifestação referente a este processo deve ser feita, necessariamente, de forma eletrônica, através do Processo Judicial Eletrônico- PJE, não sendo admitida, nos termos do §2º do art. 1º da Resolução 16/2012 do Eg. TRF da 5ª Região, a apresentação de petições em meio físico.

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei, cientificando-se a parte requerida que este Juízo tem

Digitalizado com CamScanner

1/2

sede no Fórum Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima, Rua José Jailson Nunes, s/nº, bairro Santa Edwirges, Arapiraca/AL, CEP: 57.310-340 - Tel. (82) 2122-1238 / 2122-1245, e encontra-se aberto ao público de segunda a sexta-feira das 9h às 18h.

GLENNA RYANE FALCÃO BEZERRA

Diretora de Secretaria Substituta - 12ª Vara Federal/AL

Recebido em 13 de junho de 2022

Digitalizado com CamScanner

Processo: 0001846-56.2005.4.05.8001
Assinado eletronicamente por:
GLENNA RYANE FALCAO BEZERRA - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 04/05/2022 09:14:10
Identificador: 4058001.10738491
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
22050408434270700000010815442

Processo: **0001846-56.2005.4.05.8001**
Assinado eletronicamente por:
Ana Paula Soriano Viana - Oficial de Justiça Distribuidor
Data e hora da assinatura: 21/07/2022 15:56:34
Identificador: 4058001.11122899
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
22072115552329300000011200691

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
12ª VARA

PROCESSO Nº: 0800116-78.2022.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
EXECUTADO: FERNANDO ANTONIO DE OLIVEIRA
12ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

ATO ORDINATÓRIO

De ordem do MM. Juiz Federal da 12ª Vara, Dr. Aloysio Cavalcanti Lima, e em cumprimento ao determinado no **art. 3º, da Resolução Pleno n° 12 do Tribunal Regional Federal da 5a Região** , de 27 de Julho de 2022, procedo à redistribuição dos presentes autos.

Ficam através deste, as partes devidamente intimadas da redistribuição do feito para a 8a Vara Federal de Alagoas.

A referida resolução foi devidamente Publicada no Diário Eletrônico Administrativo do TRF5 de 29 de julho de 2022, Edição 143.0/2022, e a reproduzo, na íntegra a seguir:

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 5ª REGIÃO

PRESIDÊNCIA

RESOLUÇÃO PLENO Nº 12, DE 27 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre a conversão da competência cível da 12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Alagoas para competência privativa de feitos do Juizado Especial Federal e estabelece outras providências.

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO , no uso das atribuições que lhe confere o art. 96, I, "b", da Constituição Federal,

CONSIDERANDO a decisão proferida na sessão do Pleno de 27 de julho de 2022, que acolheu requerimento da Direção do Foro da Seção Judiciária de Alagoas, no sentido de ser modificada a competência da 12ª Vara Cível da Subseção Judiciária de Arapiraca para transformá-la em Vara de competência de Juizado Especial Federal.

CONSIDERANDO a necessidade de equalizar o trabalho entre as Varas Federais que compõem a Subseção Judiciária de Arapiraca (8ª, 10ª e 12ª Varas);

CONSIDERANDO a necessidade de equalização também da carga de trabalho das 6ª, 9ª, 10ª e 14ª Varas Federais da Seção Judiciária de Alagoas, situadas em Maceió e Arapiraca, com competência privativa de feitos dos Juizados Especiais Federais;

CONSIDERANDO o estudo relativo aos Gráficos de Acervo e Distribuição de processos da Seção Judiciária de Alagoas e a posterior apresentação do relatório de proposta de reorganização de competências apresentados pela Direção do Foro-SJAL;

RESOLVE:

Art.1º Ampliar a competência territorial da Subseção Judiciária de Arapiraca, que passará a incluir os municípios de Igreja Nova, Teotônio Vilela, Junqueiro, Campo Alegre, Anadia, Mar Vermelho, Paulo Jacinto e Quebrangulo, com vigência a partir de 01/11/2022.

Art. 2º. Modificar a competência da 12ª Vara Federal, que passará a ter, no seu âmbito territorial de atuação, competência apenas para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis até o valor de sessenta salários mínimos, previstas no Art. 3º da Lei nº 10.259, de 12 de junho de 2001.

Parágrafo único. As competências materiais das 8ª e 10ª Varas Federais da Subseção Judiciária de Arapiraca permanecem inalteradas.

Art. 3º. Redistribuir, a partir da entrada em vigor desta Resolução, a integralidade do acervo de processos existentes na 12ª Vara Federal para a 8ª Vara Federal.

Art. 4º. Redistribuir, a partir da entrada em vigor desta Resolução, metade do acervo atualmente em tramitação na 10ª Vara Federal, independente do estado em que se encontrem, para a 12ª Vara Federal.

Parágrafo único. A Seção de Distribuição, em conjunto com o Núcleo de Tecnologia da Informação, deverá observar que, após essa redistribuição prevista no *caput*, a distribuição de novos processos deverá ser realizada de forma equitativa entre as 10ª e 12ª Varas Federais, sem qualquer tipo de compensação em razão da referida redistribuição.

Art. 5º. O Núcleo Judiciário e as Direções de Secretaria das Varas envolvidas acompanharão a redistribuição dos processos a fim de identificar e solicitar que sejam sanadas possíveis distorções nos acervos.

Art. 6º. Relotar o cargo de Juiz Federal Substituto da 5ª Vara Federal para a 8ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Arapiraca.

Art. 7ª. Esta Resolução entra em vigor no dia 01 de agosto de 2022.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Desembargador Federal **EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR**
Presidente

Desembargador Federal **PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA**

Desembargador Federal **VLADIMIR SOUZA CARVALHO**

Desembargador Federal **FERNANDO BRAGA DAMASCENO**

Desembargador Federal **FRANCISCO ROBERTO MACHADO**

Desembargador Federal **PAULO MACHADO CORDEIRO**

Desembargador Federal **RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO**

Desembargador Federal **ALEXANDRE COSTA DE LUNA FREIRE**

Desembargador Federal **ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO**

Desembargador Federal **ROBERTO WANDERLEY NOGUEIRA**

Documento assinado eletronicamente por **EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR**, **PRESIDENTE**, em 29/07/2022, às 11:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2896841** e o código CRC **7B8A1E25**.

ARAPIRACA, 2 de Agosto de 2022

IRWIN LOUREIRO BRANDAO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 5ª REGIÃO
8ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
PROCESSO Nº: **0001846-56.2005.4.05.8001**
CLASSE: **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: **FAZENDA NACIONAL**
EXECUTADO: **RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME**
EXECUTADO: **GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS**
EXECUTADO: **GERALDO BULHOES BARROS**
EXECUTADO: **ESPÓLIO DE GERALDO BULHÕES BARROS**
INVENTARIANTE: **GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS**

Certidão de Redistribuição

Tipo da Redistribuição: Competência exclusiva.
Motivo de Redistribuição: Alteração de competência do órgão.
Concorreu(ram): 8ª VARA FEDERAL
Impedido(s): -
Redistribuído para: 8ª VARA FEDERAL.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
12º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
PROCESSO: **0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME	EXECUTADO
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS	EXECUTADO
GERALDO BULHOES BARROS	EXECUTADO
Espólio de GERALDO BULHÕES BARROS	EXECUTADO
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS	INVENTARIANTE

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 05/08/2022 08:59, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Ato Ordinatório registrado em 02/08/2022 14:14 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 22080214141684200000011261883 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 05/08/2022 08:59 - Seção Judiciária de Alagoas.

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ESPÓLIO DE GERALDO BULHÕES BARROS e outros
INVENTARIANTE: GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS
8ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

Certidão de decurso de prazo de citação sem manifestação

Certifico que decorreu *in albis* o prazo para que a parte executada, devidamente citada, por Mandado, apresentasse embargos. Certifico também que não fora noticiado o parcelamento do débito exequendo, pagamento ou nomeação de bens à penhora.

ARAPIRACA, 22 de Agosto de 2022

ADRIANO AUGUSTO DO NASCIMENTO

Rua José Jailson Nunes, s/nº, bairro Santa Edwirges, Arapiraca/AL, CEP 57.310-340 - Tel. (82) 3521-5625

Endereço eletrônico para conferência de autenticidade do documento: http://www.jfal.jus.br/servicos/processos/eletronicos/pje/autenticidade

ARAPIRACA, 22 de Agosto de 2022

Ilmo. Sr.(a) Escrivão (ã)

ASSUNTO: Envio do Despacho id 4058001.10724889, (penhora no rosto dos autos do processo de inventário nº 0719852-71.2019.8.02.00018 , em trâmite na 21ª Vara Cível da Capital)

Senhor (a) Escrivão (ã) ,

De ordem do MM. Juiz Federal da 8ª Vara, Dr. **ALOYSIO CAVALCANTI LIMA** , nos autos de EXECUÇÃO FISCAL nº 0001846-56.2005.4.05.8001, movida pelo(a) [FAZENDA NACIONAL], contra [RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME, GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS, GERALDO BULHOES BARROS, Espólio de GERALDO BULHÕES BARROS, GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS], sirvo-me do presente para encaminhar o Despacho id 4058001.10724889, no qual, deferiu a **penhora no rosto dos autos do processo de inventário nº 0719852-71.2019.8.02.0001** 8, em trâmite na 21ª Vara Cível da Capital, de tanto dos bens deixados pelo Inventariado GERALDO BULHÕES BARROS, bem como da cota parte a que faça jus o executado **GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS.**

A resposta deste expediente deverá ser encaminhada por malote digital, fazendo-se constar no assunto do malote o número deste processo, qual seja " 0001846-56.2005.4.05.8001 ".

ANEXOS: Despacho id 4058001.1072488.

JOSÉ ULISSES DE ALBUQUERQUE BOIA NETO

Diretor de Secretaria - 8ª Vara

ADRIANO AUGUSTO DO NASCIMENTO, TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A), o digitei e conferi.

Processo: **0001846-56.2005.4.05.8001**
Assinado eletronicamente por:
JOSE ULISSES DE ALBUQUERQUE BOIA NETO - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 22/08/2022 18:36:12
Identificador: 4058001.11303491
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
22082212124305800000011381582

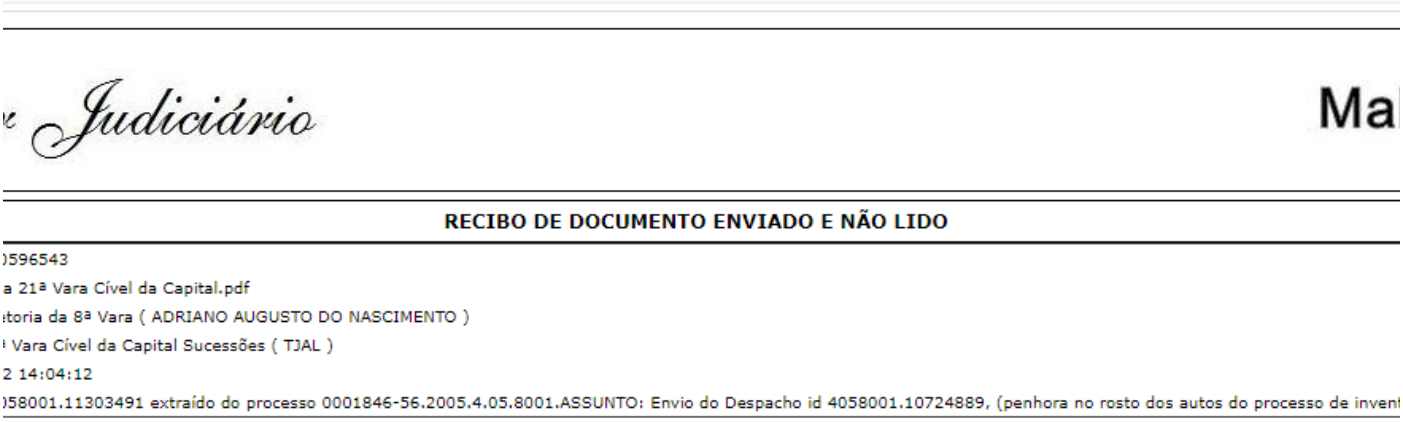
PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ESPÓLIO DE GERALDO BULHÕES BARROS e outros
INVENTARIANTE: GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS
8ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

Certidão de envio de expediente id 4058001.11303491.

Certifico que, nesta data, procedo à juntada de comprovante de envio, via malote digital, referente ao Ofício ID: 4058001.11303491 .

ARAPIRACA, 23 de Agosto de 2022

ADRIANO AUGUSTO DO NASCIMENTO


e Judiciário Ma

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

)596543
a 21ª Vara Cível da Capital.pdf
ıtoria da 8ª Vara (ADRIANO AUGUSTO DO NASCIMENTO)
ª Vara Cível da Capital Sucessões (TJAL)
2 14:04:12
)58001.11303491 extraído do processo 0001846-56.2005.4.05.8001.ASSUNTO: Envio do Despacho id 4058001.10724889, (penhora no rosto dos autos do processo de invent

.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais
Código de rastreabilidade: 80220221053778
Nome original: 8 vara Document.pdf
Data: 13/09/2022 13:35:35
Remetente:
Thaisa Tenorio C. Nascimento
Maceio 21ª Vara Cível da Capital Sucessões
Tribunal de Justiça de Alagoas
Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para conhecimento.
Assunto: De ordem da M.M. Juíza de Direito desta Vara, Dra. Emanuela Porangaba, encaminho cópias de fls. 296 e fls. 329, dos autos 0719852-71.2019 (nosso), referentes aos autos 0001846-56.2005.4.95.8001 (vosso).

PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS
Juízo de Direito da 21º Vara Cível da Capital / Sucessões
Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes, Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3520, Maceió-AL - E-mail: vcivel21@tj.al.gov.br

Autos n° 0719852-71.2019.8.02.0001
Ação: Inventário
Herdeiro: Geraldo Henrique Villar de Bulhões Barros e outros
Inventariado: Geraldo Bulhoes Barros

SENTENÇA
(Inventário – Abandono da Causa – Extinção)

Vistos etc.

GERALDO HENRIQUE VILLAR BULHÕES e outros, requereu abertura de inventário dos bens deixados pelo falecimento de **GERALDO BULHÕES BARROS**, todos qualificados na inicial.

Intimado para dar andamento ao feito, cumprindo o disposto no despacho (de fl. 288), a diligência restou frustrada porque, apesar de intimada (fl. 294), deixou a parte inventariante transcorrer o prazo *in albis* sem manifestação.

É O RELATÓRIO. DECIDO.

Na hipótese sob exame, verifica-se que o feito encontra-se paralisado por desídia da parte. Ademais, a tentativa de intimação restou positiva (fl. 294) e, ainda assim, não houve cumprimento do comando exarado no despacho.

Assim, considerando a inércia da parte inventariante nos autos, deixando de praticar atos processuais essenciais ao prosseguimento do feito, fica caracterizada a superveniente falta de interesse de agir e também o abandono da presente causa.

Diante do exposto,**DECLARO extinto por sentença, sem resolução de mérito, o presente processo,** em obediência ao disposto no artigo 485, incisos II e VI, do CPC, reconheço, de ofício, a ausência de condição da ação, pela superveniente falta de interesse processual e também por abandono da causa.

Preclusa esta decisão, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Ciência ao MP

Maceió,26 de maio de 2022.

Emanuela Bianca de Oliveira Porangaba
Juiz de Direito

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por EMANUELA BIANCA DE OLIVEIRA PORANGABA. Para conferir o original, acesse o site https://www2.tjal.jus.br/esaj, informe o processo 0719852-71.2019.8.02.0001 e o código 5AF6A67.

ESTADO DE ALAGOAS
PODER JUDICIÁRIO
Juízo de Direito da 21º Vara Cível da Capital / Sucessões
Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes, Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3520, Maceió-AL - E-mail: vcivel21@tj.al.gov.br

OFÍCIO

Autos n°: 0719852-71.2019.8.02.0001
Ação: Inventário
Herdeiro: Geraldo Henrique Villar de Bulhões Barros e outros
Inventariado: Geraldo Bulhoes Barros

Ofício nº: 31/2022

Ao(à) Senhor(a) Dr. (a) Juiz Federal do
Juízo Federal da 8ª Vara da Seção Judiciária de Alagoas
Rua JOSE JAILSON NUNES, S/N, Santa Edwirges
Arapiraca-AL
CEP 57310-340

Assunto: Informação acerca de Processo sentenciado.

Senhor(a) Juíz(a)

De ordem da MM. Juíza de direito desta Vara, Dra. Emanuela Bianca de Oliveira Porangaba, informo acerca da impossibilidade de realização da habilitação e penhora nestes autos, conforme solicitação via malote digital, referente ao Processo nº 0001846-56.2005.4.95.8001(vosso), ante a sentença prolatada nos autos nº 0719852-71.2019 e transitada em julgado em data de 21.06.2022. Segue cópia da referida sentença para adoção das medidas cabíveis.

Maceió , 13 de setembro de 2022.

Ana Paula da Silva Lopes
Chefe de Secretaria

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA PAULA DA SILVA LOPES. Para conferir o original, acesse o site https://www2.tjal.jus.br/esaj, informe o processo 0719852-71.2019.8.02.0001 e o código 5ECB662.

Processo: **0001846-56.2005.4.05.8001**
Assinado eletronicamente por:
ROGERIO LEAO COSTA FALCAO - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 15/09/2022 17:49:21
Identificador: 4058001.11451293
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
22091517491280500000011529662

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
8ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ESPÓLIO DE GERALDO BULHÕES BARROS e outros
INVENTARIANTE: GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS
8ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

Ato ordinatório documentos novos

Intime-se a parte autora para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifeste-se acerca do(s) novo(s) documento(s) juntado(s) aos autos, ID: , 4058001.11451293 cf. determinado no art. 87, inciso 6, do Provimento nº 01/2009 do TRF da 5ª Região.

ARAPIRACA, 16 de Setembro de 2022

ADRIANO AUGUSTO DO NASCIMENTO

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
8º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
PROCESSO: **0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME	EXECUTADO
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS	EXECUTADO
GERALDO BULHOES BARROS	EXECUTADO
Espólio de GERALDO BULHÕES BARROS	EXECUTADO
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS	INVENTARIANTE

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 23/09/2022 05:52, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Ato Ordinatório registrado em 16/09/2022 16:18 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 22091616181345100000011532581 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 23/09/2022 05:53 - Seção Judiciária de Alagoas.

A União informa que foram enviados ofícios ao 1º CRI de Maceió, solicitando as certidões de inteiro teor dos imóveis alcançados pela ordem de indisponibilidade (CNIB), mais precisamente dos imóveis de matrículas ns. 77058, 73881 e 37395 (fls. 555 - ordem crescente) e ao 2º CRI de Maceió solicitando a certidão de inteiro teor do imóvel de matrícula n. 16.645, indicado como sendo de propriedade do Espólio do Senhor Geraldo Bulhões Barros no seu inventário (fçs; 544 e ss.).

Informo que o Espólio foi devidamente citado na pessoa do inventariante (fls. 568) e que o Inventário foi encerrado sem julgamento de mérito "pela superveniente falta de interesse processual e também por abandono da causa" (fls. 588), o que não impede o prosseguimento desta execução contra os bens do Espólio.

Assim, a União requer a concessão do prazo de 60 dias para juntar as respostas dos Cartórios e dar prosseguimento ao feito.

Valor do débito: R$ 351.921,27.

Maceió, 30 de setembro de 2022.

B r u n o C é s a r M o u r a B r a n d ã o
Procurador da Fazenda Nacional

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Debcad Resumido

Debcads Localizados: 1
Debcads Selecionados: 1
Parâmetro de Localização: 318507773

Devedor Principal:	RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA
CPF/CNPJ:	10.819.522/0001-73
Debcad:	318507773
Situação:	AJUIZAMENTO / DISTRIBUICAO - 535
Procuradoria Responsável:	ARAPIRACA
Sistema de Origem:	Migrado
Órgão de Origem:	ARF - ARAPIRACA (AL)
Data Inscrição:	19/10/1994
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Outros
Documento de Origem:	NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBITO
Data do documento de Origem:	21/02/1994
Período da Dívida:	01/1991 a 01/1994
Forma de Constituição:	NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBITO
Receita:	Previdenciárias
Valor Principal:	R$ 52.628,25
Valor Total:	R$ 351.921,27
Nº Judicial:	18465620054058001
Órgão de Justiça de Origem:	BOQUIM - FEDERAL
Data de Protocolo:	24/05/1995
Juízo:	5

FIM DO RELATÓRIO

Processo: **0001846-56.2005.4.05.8001**
Assinado eletronicamente por:
Bruno César Moura Brandão - Gestor
Data e hora da assinatura: 30/09/2022 15:02:44
Identificador: 4058001.11529102
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
22093012431777500000011607615

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ESPÓLIO DE GERALDO BULHÕES BARROS e outros
INVENTARIANTE: GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS
8ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

DECISÃO

Intimada para dar prosseguimento ao feito, a parte exequente se manifestou na petição retro e considerando a rotina padronizada do fluxo de Execuções Fiscais desta Vara, teço as considerações e determinações a seguir, **mediante o requerimento da exequente:**

1.1. (REQUERIMENTO DE ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO POR 12 MESES) Na hipótese de pedido de arquivamento dos autos, por 12 (doze) meses, sem baixa na distribuição, na forma do artigo 48 da Lei n° 13.043/2014, fica, desde já, deferido parcialmente o pedido, devendo os autos permanecer em arquivo até o decurso do prazo da prescrição intercorrente, nos termos do artigo 48 da Lei n° 13.043/2014 c/c artigo 40, §§2º e 3º da Lei n° 6.830/80, e da Súmula n° 210 do STJ.

1.2. (REQUERIMENTO DE SUSPENSÃO PARA DILIGÊNCIAS ADMINISTRATIVAS) No caso de pedido de suspensão do feito pela exequente com o fito de busca de bens ou outras diligências administrativas, defiro desde já o prazo de 30 (tinta) dias. Transcorrido o prazo indicado, não havendo indicação de bens passíveis de penhora ou outra providência requerida pela exequente, arquivem-se os autos, sem baixa na distribuição, conforme determinação do art. 40, § 2º, da Lei de Execuções Fiscais.

1.3. (INÉRCIA DO EXEQUENTE OU REQUERIMENTO DE SUSPENSÃO PELO ART. 40) Em caso de inércia ou expresso requerimento de suspensão da parte exeqüente, incide a hipótese do art. 40, caput, da Lei nº 6.830/80. Deste modo, determino a suspensão do presente feito pelo prazo de 01 (um) ano, a contar da data da intimação da parte Exequente acerca desta decisão. Decorrido o prazo e não havendo indicação de bens à penhora ou outra providência requerida pela exequente, arquivem-se os autos, sem baixa na distribuição, consoante determina o art. 40, § 3º da Lei n. 6.830/80, sendo desnecessária nova intimação das partes (cf.AGREsp200703033732, Rel. Min. Herman Benjamin, DJE de 19/12/2008), momento a partir do qual começará a correr o prazo prescricional.

2. (SUSPENSÃO EM RAZÃO DE PARCELAMENTO) Caso seja requerida a suspensão da execução fiscal em razão da existência de parcelamento do débito, tem-se que o parcelamento implica a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, nos termos do art. 151, VI, do Código Tributário Nacional, e, portanto, obsta o ajuizamento da execução fiscal ou a suspende no estado em que se encontrar.

O tempo de suspensão do processo executivo não encontra disciplina específica na Lei de Execução Fiscal, mas na legislação processual comum. Atualmente, a hipótese de suspensão da execução fiscal em virtude de parcelamento do débito amolda-se ao art. 922 do Código de Processo Civil de 2015, cuja redação é a seguinte: "convindo as partes, o juiz declarará suspensa a execução durante o prazo concedido pelo exequente para que o executado cumpra voluntariamente a obrigação".

2.1 (NÃO INFORMADO O PRAZO DO PARCELAMENTO) Caso não seja informado o prazo do parcelamento, intime-se a exequente para que informe o referido prazo concedido administrativamente, sob pena de configurar abandono da causa por não promover atos e diligências de sua esfera de responsabilidade (art. 485, III do CPC/2015). Prazo: 15 (quinze) dias.

2.1.1 Caso devidamente intimada e advertida a exequente deixar de promover ato que lhe competia por mais de 30 dias, intime-se novamente a exequente para suprir a falta no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias (art. 485, §1º, do CPC/2015), informando o prazo de parcelamento do débito tributário concedido

administrativamente, sob pena de extinção do processo (art. 485, III do CPC/2015).

2.1.2 Permanecendo silente, conclusos os autos.

2.2 (INFORMADO O PRAZO DO PARCELAMENTO) Caso informado o prazo de parcelamento, determino a suspensão do processo pelo prazo informado. Providencie a Secretaria o registro da suspensão no sistema processual informatizado. Se a parte exequente desejar acesso ao caderno processual durante o prazo de suspensão/arquivamento basta acessar os autos. Cientificando, desde já, que é ônus da exeqüente acompanhar a regularidade da causa suspensiva e retomar a execução, se for o caso, pelo saldo remanescente. Findo aquele prazo, intime-se a parte exeqüente a se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias e, após, conclusos.

ARAPIRACA, 3 de Outubro de 2022

ANDRÉ LUIS MAIA TOBIAS GRANJA
Juiz Federal da 1ª Vara, no exercício da 8ª Vara
Ato n. 470, da Corregedoria Regional TRF5, de 04 de agosto de 2022

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ESPÓLIO DE GERALDO BULHÕES BARROS e outros
INVENTARIANTE: GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS
8ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

Suspenda-se a execução fiscal, com fundamento no art. 313, II, do CPC.

Decorrido o prazo convencionado entre as partes, voltem os autos conclusos.

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ESPÓLIO DE GERALDO BULHÕES BARROS e outros
INVENTARIANTE: GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS
8ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

Suspenda-se a execução fiscal, com fundamento no art. 313, II, do CPC.

Decorrido o prazo convencionado entre as partes, voltem os autos conclusos.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
8º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
PROCESSO: **0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME	EXECUTADO
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS	EXECUTADO
GERALDO BULHOES BARROS	EXECUTADO
Espólio de GERALDO BULHÕES BARROS	EXECUTADO
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS	INVENTARIANTE

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 13/10/2022 17:30, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Atos Eletrônicos registrado em 10/10/2022 11:10 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 22101011103560700000011659584 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 13/10/2022 17:30 - Seção Judiciária de Alagoas.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
8º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
PROCESSO: **0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME	EXECUTADO
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS	EXECUTADO
GERALDO BULHOES BARROS	EXECUTADO
Espólio de GERALDO BULHÕES BARROS	EXECUTADO
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS	INVENTARIANTE

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 13/10/2022 17:30, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Despacho registrado em 04/10/2022 11:42 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 22101011092608700000011659574 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 13/10/2022 17:30 - Seção Judiciária de Alagoas.

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
8ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ESPÓLIO DE GERALDO BULHÕES BARROS e outros
INVENTARIANTE: GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS
8ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

Ato Ordinatório

Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, dar prosseguimento ao feito em virtude do término do prazo de suspensão, cf. determinado no art. 87, inciso 10, do Provimento nº 01/2009 do TRF da 5ª Região.

ARAPIRACA, 14 de Fevereiro de 2023

DENIS GOMES TORRES PINTO

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
8º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
PROCESSO: **0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA - ME	EXECUTADO
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS	EXECUTADO
GERALDO BULHOES BARROS	EXECUTADO
Espólio de GERALDO BULHÕES BARROS	EXECUTADO
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS	INVENTARIANTE

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 16/02/2023 00:35, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Ato Ordinatório registrado em 14/02/2023 00:15 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 23021400162362600000012210806 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 16/02/2023 00:35 - Seção Judiciária de Alagoas.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ,

A Fazenda Nacional, por seu procurador ao final assinado, vem, perante Vossa Excelência, requerer seja determinada a penhora dos imóveis do espólio do executado Geraldo Bulhões de Barros (mats 77058, 73881 e 37395 do 1º CRI de Maceió e mat. 6645 do 2º CRI de Maceió-docs anexos), alertando-se ao Sr. Oficial de Justiça para realizar a avaliação e o registro da constrição no respectivo cartório de registro imobiliário competente.

Por fim, a intimação do espólio do executado acerca da penhora, na pessoa do filho do executado, Geraldo Henrique Vilar de Bulhões Barros (endereço de id 10378125), nos termos do inciso II do art. 1.797 do Código Civil, bem como pelos termos da decisão de id 1145293:

> Art. 1.797 - Até o compromisso do inventariante, a administração da herança caberá, sucessivamente: I I - ao herdeiro que estiver na posse e administração dos bens, e, se houver mais de um nessas condições, ao mais velho.

Pelo deferimento.

Maceió, 01 de março de 2023.

Mário Pereira Neves

Procurador da Fazenda Nacional

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE ALAGOAS
1º REGISTRO DE IMÓVEIS E HIPOTECAS DE MACEIÓ
STÉLIO DARCI CERQUEIRA DE ALBUQUERQUE
OFICIAL DO REGISTRO, NA FORMA DA LEI, ETC

Ofício nº. 3545/2022

Maceió, 03 de outubro de 2022.

Prezado Senhor,

Em atenção ao **OFÍCIO SEI nº. 261428/2022/ME,** datado de 30 de setembro de 2022 e recebido em 03 de outubro de 2022, emitido por essa Procuradoria, com referência ao Processo nº 12883.103965/2022-68, Demanda: 2.673, tenho a informar que, das buscas realizadas pelo Centro de Processamento de Dados e Microfilmagem, deste 1º Registro de Imóveis, a meu cargo, verificou-se **HAVER** bens imóveis registrados em nome de **GERALDO BULHÕES BARROS,** inscrito no CPF nº. 003.593.434-49, como proprietário nos imóveis constantes nas matrículas nºs. 37.395, 73.881 e 77.058. Cópias anexas.

Em atendimento ao ali solicitado, seguem anexas cópias atualizadas das matrículas nºs. **37.395, 73.881 e 77.058.**

Ficam ressalvados vários livros existentes neste 1º Registro de Imóveis, que não podemos dar melhores informações em virtude dos mesmos se encontrarem totalmente dilacerados pela ação do tempo.

Atenciosamente,

OFICIAL
Alberto Augusto de Oliveira Pradines
Oficial Substituto

À,
PROCURADORIA – GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA - REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 5ª REGIÃO
Núcleo Regionalizado de Diligências
Recife-PE
c/anexos

1º CARTÓRIO DE REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS – MACEIÓ-AL.

LIVRO 2 · REGISTRO GERAL

Stélio Darci Cerqueira de Albuquerque
OFICIAL

MATRÍCULA	FICHA	DATA
37395	01	04 de junho de 1984.

IMÓVEL: UM TERRENO, situado na Rua em Projeto "D", no bairro de Bebedouro, terreno esse constituido dos Lotes nºs 54, 55, 56, 57 e 59, da Quadra F, componente do LOTEAMENTO COSTA RÊGO, neste cidade, medindo o terreno 67,00ms de frente, para Rua em Projeto "D"; pelo lado direito com a Estrada asfaltada Costa Rêgo, medindo 30,00ms; pelo lado esquerdo com 34,00ms, limitando-se com antiga Estrada Santa Amélia, e fundos confrontando-se 18,00ms com os fundos do lote nº 58, pertencente ao Sr. Edson Paulino, e ainda 12,00ms com a frente do lote nº 59, para a Rua em Projeto "E", lote esse pertencente a Armenio Jorge de Moura Cavalcante, formado na área dos imóveis citados, confrontando-se ainda em prosseguimento nos fundos com os fundos do lote nº 60, com 16,00ms e de nº 61 com 31,00ms, ambos pertencentes ao Sr. Edson Paulino, fechando assim a área na metragem já especificada.
PROPRIETÁRIO: ARMÊNIO JORGE DE MOURA CAVALCANTE, brasileiro, casado, contabilista aposentado, CPF nº 007.568.904-97, residente nesta cidade.
REGISTRO ANTERIOR: Livro 2 Registro Geral ficha 01 Matriculas nºs 12.077/080, em 01.12.1978, e 12.085, em 01.12.1978, e Averbações de Remembramentos AV.5-12.077/080, e AV.5-12.085, em 04.06.1984.
Maceió, 04 de junho de 1984. Eu, Maryfena Crispim de Oliveira, escrevente a datilografei. O Oficial:

AV.1-37.395 - Protocolo nº 77.385 - (AVERBAÇÃO DE CONSTRUÇÃO) - Certifico a requerimento de ARMÊNIO JORGE DE MOURA CAVALCANTE, brasileiro, casado, contabilista aposentado, CPF nº 007.568.904-97, residente nesta cidade, para fazer constar que conforme Habite-se nº 001317, expedido em 10 de junho de 1980, pela Prefeitura Municipal de Maceió, mandou construir UM PRÉDIO RESIDENCIAL SOB Nº 2.720, situado na Rua em Projeto "D", do Loteamento Costa Rêgo, no bairro de Bebedouro, nesta cidade, com as seguintes caracteristicas: 05 quartos internos, com um banheiro completo e mais uma suite, uma sala de visita, uma copa, cozinha, e dispensa, duas áreas cobertas e um lavabo, tendo ainda um outro bloco de construção, com quatro suites compostas de uma pequena sala, um quarto e um banheiro completo e ainda uma área externa coberta e comum a todo bloco; possue ainda, em construção independente, duas dependências de empregados, com quartos, banheiro e sanitários completos e ainda uma lavanderia e uma garagem, tudo em alvenaria, tijolos e telhas, perfazendo com dito acima, uma área coberta de 732,66ms2 e área de construção de 666,04ms2. Quites com o IAPAS, conforme Certidão Negativa de Débito-CND, protocolo nº 771/83, e documento de informação do CREA, arquivados neste cartório. Tendo dispendido na construção um valor de Cr$ 9.500.000,00. Tudo de acordo com o documento que fica arquivado neste cartório. Maceió, 04 de junho de 1984. Escrevente Autorizado: Maryfena Crispim de Oliveira. –
R 48 F 2162

JE

R.2-37.395 - Protocolo nº 77.900 - (COMPRA E VENDA) - ADQUIRENTE: GERALDO BULHÕES BARROS, brasileiro, casado, Deputado Federal, portador do CPF nº 003.594.434-49, residente nesta cidade. TRANSMITENTES: ARMÊNIO JORGE DE MOURA CAVALCANTE e sua esposa LEDICE SOARES CAVALCANTE, brasileiros, casados, ele contabilista aposentado, ela do lar, portadores do CPF nº 007.568.904-97, residentes nesta cidade. ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA, lavrada em 11 de junho de 1984, nas notas do 3º Ofício, da Capital, no livro nº 64/84, fls 136/136v9. VALOR DO CONTRATO: Cr$ 30.000.000,00. Pagou imposto de transmissão no valor de Cr$ 600.000,00, conforme guia arquivada naquelas notas. Quites com a Municipalidade. Declaram os vendedores que não são vinculados como emprega-

LIVRO 2 · REGISTRO GERAL

1º CARTÓRIO DE REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS
MACEIÓ - ALAGOAS

MATRÍCULA 37395 | FICHA 01 VERSO

dores a qualquer Instituição de Previdência Social, na qualidade legal de empresa. Distribuição nº 3127, de 19.06.1984. Maceió, 26 de junho de 1984. Escrevente Autorizado: Maria Eugênia Cipriano de Oliveira. — R. 58 F. 0276

R-3-37.395- Protocolo nº 111.923- (HIPOTECA)- DEVEDORES: GERALDO BULHÕES BARROS e sua mulher DENILMA VILAR DE BULHÕES BARROS, brasileiros, casados, ele advogado, ela empresária, portadores do CIC nºs 003.593.434-49 e 244.196.721-53, respectivamente, residentes nesta cidade. CREDORA: CAIXA ECONOMICA FEDERAL- Instituição Financeira, sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada e constituída pelo Decreto-Lei nº 759 de 12.08.1969 e decreto nº 66.303 de 06.03.1970 com estatuto aprovado pelo Decreto nº 93.600 de 21.11.1986, registrado e arquivado na Junta Comercial do Distrito Federal sob nº 086 de 17.12.86, com sede em Brasília- DF e filial neste Estado, inscrita no CGC nº 00.305.360/0840-22, no ato representada por Carlos Roberto Pereira, conforme procuração lavrada nas notas do 2º Ofício de Brasília DF, no Livro 1002, fls 06 e substabelecimento lavrado nas notas do 4º Ofício da Capital, no Livro 42, fls. 24v, arquivados naquelas notas. ESCRITURA PÚBLICA DE MÚTUO COM GARANTIA HIPOTECÁRIA, lavrada em 19 de novembro de 1987, nas notas do tabelião do 3º Ofício da Capital, no Livro 94/87, fls. 106v/115v. VALOR DA DIVIDA: CZ$ 6.950.000,00 Prazo: O prazo deste contrato é de 60 meses, a contar desta data. JUROS: Taxa nominal de juros 15% ao ano, correspondente a taxa efetiva de 16,075% ao ano. Vencimento: O vencimento do primeiro encargo ocorrerá 30 dias após a data da assinatura deste instrumento. GARANTIA HIPOTECÁRIA: Os devedores dão à Credora em primeira e especial hipoteca, o imóvel constante da matrícula acima. Para efeitos do artigo 818 do Código Civil o imóvel hipotecado, fica avaliado em CZ$ 14.151.281,00. Da escritura consta que foram apresentadas as certidões de que trata a Lei nº 7.433, art. 1º § 2º de 18.12.85 e declaram os outorgantes que não são vinculados como empregadores a qualquer Instituição de Previdencia Social, na qualidade legal de empresa. Distribuição nº 3827, expedida em 20.11.1985. Maceió, 28 de dezembro de 1987. Escrevente autorizado: Joaniceia Cipriano de Oliveira. R. 516 F. 409 R. 331 F. 2339

AV.4-37.395 - Protocolo nº 167.978 - (BAIXA DE HIPOTECA) - Certifico em vista da autorização contida no OF. Nº 098/95, fornecido em 19.05.95, pela CAIXA ECONOMICA FEDERAL-CEF, representada por Sergio Mário Rodrigues Klemtz, conforme procuração arquivada neste Registro, microfilmada R. 686 e F. 918, em favor dos DEVEDORES: GERALDO BULHÕES BARROS e sua esposa DENILMA VILAR DE BULHÕES BARROS, para fazer constar que fica cancelada a Hipoteca a que se refere o R.3-37.395, que gravava o imóvel constante da matrícula acima. Tudo de acordo com o documento arquivado neste Registro. Maceió, 09 de Agosto de 1995. Escrevente Autorizado: Joaniceia Cipriano de Oliveira. R. 707 F. 182

AV.5-37.395 - Protocolo nº 324.108 - Certifico que fica averbado neste Cartório, o Ofício nº 01222/2009/2ªVT-MA, datado de 10.08.2009, Poder judiciário - Justiça do Trabalho- TRT da 19ª Região - 2ª Vara do Trabalho de Maceió, do Dr. Sérgio Roberto de M. Queiroz, Juiz da 2ª VT de Maceió, onde o mesmo determina nos Autos da reclamação trabalhista nº 02284-1997-002-19-00-0, entre partes Reclamante: LUCILO ANDERSON DE MESQUITA e como Reclamado: RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA, se abster de efetuar qualquer transferência do imóvel acima, em nome de GERALDO BULHÕES BARROS, CPF nº 003.593.434-49. Tudo de acordo com o documento arquivado neste registro. Maceió, 11 de setembro de 2009. Escrevente Autorizado: Vania da Silva

cont. ficha 02

R. 1505 F. 189

LIVRO 2 - REGISTRO GERAL

1° REGISTRO DE IMÓVEIS DA CAPITAL ALAGOAS

MATRÍCULA 37395 | FICHA 02 | DATA 04 de junho de 1984

Stélio Darci Cerqueira de Albuquerque
OFICIAL

AV.6 - Protocolo nº 571.033 - (INDISPONIBILIDADE) - Certifico que o imóvel acima, em nome de GERALDO BULHÕES BARROS, encontra-se indisponível, em vista do Protocolo de Indisponibilidade 202203.0908.02042291-IA-810 de 09.03.2022 da **CNIB**- Processo 00018465620054058001 - da 12ª Vara Federal de Arapiraca/AL. Maceió, 24 de março de 2022. Escrevente Autorizado: _____

P...75... D853...

LIVRO 2 · REGISTRO GERAL

1º REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS DE MACEIÓ-AL.

Stélio Cesar Cavalcante de Albuquerque
Oficial Substituto do 1º Registro Geral de Imóveis de Maceió
OFICIAL

MATRÍCULA	FICHA	DATA
77058	01	Maceió, 06 de agosto de 1993.

IMÓVEL: UNIDADE DE COBERTURA, encravado no 7º andar do Edifício denominado CENTRO EMPRESARIAL RUI PALMEIRA, situado na Av. Fernandes Lima, nº 1513, no bairro do Farol, nesta cidade, composta de salão, 03 WC, copa e depósito, perfazendo uma área total de 393,00ms², sendo 351,00ms² de área comum e fração ideal de 0,1453; edificada em terreno próprio que mede 17,00ms de frente e de fundos, por 41,00ms de frente a fundos em ambos os lados, limitando-se pela frente com a mencionada Av. Fernandes Lima, pelo lado direito com a rua Miguel Palmeira, pelo lado esquerdo com terreno pertendente a Áureo de Aquino e pelos fundos com terreno do sr. Antonio Rocha de Aquino.
PROPRIETÁRIA: MORADA ENGENHARIA E COMERCIO LTDA., com sede nesta cidade, inscrita no CGC Nº 12.366.340/0001-10.
REGISTRO ANTERIOR: Livro 02, registro geral ficha 01/08, R.3-16.659 em 15 de outubro de 1981 e Averbação de Construção AV.5-16.659 em 13 de agosto de 1982.
Maceió, 06 de agosto de 1993. Eu, Escrevente a datilografei. O OFICIAL:

João Toledo de Albuquerque
Oficial - Substituto

R.1-77.058- Protocolo nº 154.081- (COMPRA E VENDA)- ADQUIRENTES: GERALDO BULHÕES BARROS e DENILMA VILAR DE BULHÕES BARROS, brasileiros, casados, ele deputado federal, CPF nº 003.593.434-49, ela empresária, CPF nº 244.196.724-53, residentes e domiciliados nesta cidade. TRANSMITENTE: MORADA ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA., com sede nesta cidade, CGC nº 12.366.340/0001-10, representada no ato por Fernando Rubem Canuto de Amorim, firmado no documento. INSTRUMENTO PARTICULAR DE VENDA E COMPRA, COM GARANTIA HIPOTECÁRIA, CESSÃO E OUTRAS AVENÇAS, com força de escritura pública, assinado em 30 de julho de 1986, pelas partes interessadas e duas testemunhas. VALOR DO CONTRATO: CZ$ 1.075.200,00. Foi pago imposto de transmissão no valor de CZ$ 10.214,40, conforme guia arquivada neste Registro; quite com a municipalidade e com o condomínio; foram apresentadas as certidões exigidas pela Lei nº 7.433 de 18.12.85, as quais ficam arquivadas neste Registro, sendo que a da Justiça Federal e dos Feitos Cíveis fornecida pelo Forum de Maceió, constaram positiva; tudo de acordo com o documento arquivado neste Registro. Maceió, 06 de agosto de 1993. Escrevente Autorizado:

R.2-77.058- Protocolo nº 154.081- (HIPOTECA)- DEVEDORES: GERALDO BULHÕES BARROS e DENILMA VILAR DE BULHÕES BARROS, brasileiros, casados, ele deputado federal, CPF nº 003.593.434-49, ela empresária, CPF nº 244.196.724-53, residentes e domiciliados nesta cidade. CREDORA: MORADA ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA., com sede nesta cidade, CGC nº 12.366.340/0001-10, representada no ato por Fernando Rubem Canuto de Amorim, firmado no documento. CESSIONÁRIA DO CREDITO HIPOTECÁRIO: APEAL- CRÉDITO IMOBILIÁRIO S/A, instituição financeira privada, inscrita no CGC nº 12.719.654/0001-59, com sede nesta cidade, sucessora da Associação de Poupança e Emprestimo de Alagoas, APEAL, conforme Ata da Assembleia Geral de Constituição datada de 05.11.87, arquivada neste Registro, microfilmada sob nº 393, fotograma 0818/833. INSTRUMENTO PARTICULAR DE VENDA E COMPRA, COM GARANTIA HIPOTECÁRIA, CESSÃO E OUTRAS AVENÇAS, com força de escritura pública, assinado em 30 de julho de 1986, pelas partes interessadas e duas testemunhas. VALOR DO FINANCIAMENTO: Cz$ 752.640,00. Juros: taxa mensal de juros 10.0%. Prazo: 120 meses. Data de vencimento da 1ª prestação: 30.08.86. Valor total da primeira prestação: Cz$ 10.749,39. GARANTIA HIPOTECÁRIA: Os devedores dão à credora

LIVRO 2 · REGISTRO GERAL

1º REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS DE MACEIÓ-AL.

MATRÍCULA 77058 | FICHA 01 VERSO

em primeira, única e especial hipoteca, o imóvel constante da matrícula acima. Tudo de acordo com o documento arquivado neste Registro. Maceió, 06 de agosto de 1993. Escrevente Autorizado: Jeanilena Cajueiro de Oliveira

5740

AV.3-77.058- Protocolo nº 154.082- (CÉDULA HIPOTECÁRIA)- Certifico que fica Averbada a CÉDULA HIPOTECÁRIA INTEGRAL, assinada em 03.07.86, na qual figura como EMITENTE: MORADA ENGENHARIA E COmeRCIO LTDA e como DEVEDOR PRINCIPAL: GERALDO BULHÕES BARROS, casado e como FAVORECIDA: APEAL, tendo a referida cédula as Condições Gerais da Dívida constante do R.2-77.058 e da 2ª via que fica arquivadas neste Registro. Maceió, 06 de agosto de 1993. Escrevente Autorizado: Jeanilena Cajueiro de Oliveira.

R.622 F.093

8465

R.4-77.058 - Protocolo nº 205.580 - (MANDADO DE PENHORA) - O imóvel acima de propriedade de GERALDO BULHÕES BARROS e DENILMA VILAR DE BULHÕES BARROS, fica penhorado conforme MANDADO DE REGISTO DE PENHORA DE BEM IMÓVEL - 1033/99, extraído dos autos da Reclamação Trabalhista- AÇÃO DE CUMPRIMENTO Nº 91.02.04.0027, movida pelo EXEQUENTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE RADIODIFUSÃO NO ESTADO DE ALAGOAS, CARTA SINDICAL Nº 229874, contra a EXECUTADA: GERALDO BULHÕES BARROS (Sócio da Recda. Rádio Maceió FM Ltda.), processada na Justiça do Trabalho- 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Maceió. Valor da Causa: R$ 69.079,62. Avaliação do Imóvel: R$ 250.000,00. O referido Mandado foi fornecido em 13.08.1999, e estava devidamente assinado pelo Dr. Valter Souza Pugliesi, Juiz do Trabalho. Maceió, 20 de agosto de 1999. Escrevente Autorizado: Joviana de Araújo Melo

R.926 F.1553

3849

R.5-77.058 - Protocolo nº 212.215 - (MANDADO DE PENHORA) - O imóvel acima, de propriedade de GERALDO BULHÕES BARROS e DENILMA VILAR DE BULHÕES BARROS, fica penhorado conforme MANDADO DE REGISTRO DE PENHORA DE IMÓVEIS, processado na Justiça do Trabalho 1ª Vara do Trabalho de Maceió, extraído dos autos de nº 1991.01.1869-25, em que figura como RECLAMANTE: IVAN RANDOLFO NUNES e como RECLAMADA: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA. Valor da Causa: R$ 70.731,17. Avaliação do Imóvel: R$ 250.000,00. Que, aos 10 dias do mês de maio de 1999, teve seu Auto de Penhora e Avaliação em cumprimento ao Mandado expedido pelo MM. Dr. Juiz presidente da 1ª Junta de Conciliação de Maceió. O imóvel acima de propriedade de Geraldo Bulhões Barros, sócio da executada. O referido Mandado foi fornecido em 20.03.2000 e estava devidamente assinado pela Dra. Ana Cristina Magalhães Barbosa, Juiza do Trabalho Substituta. Maceió, 28 de abril de 2000. Escrevente Autorizado: Ozana dos Santos.

R.956 F.391

.....cont. ficha 02.....

1º REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS - MACEIÓ - AL.

LIVRO 2 - REGISTRO GERAL

1º REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS-MACEIÓ-AL

Stélio Darci Carqueira de Albuquerque
Oficial

MATRÍCULA 77058 | FICHA 02 | DATA 06 de agosto de 1998

Darci Carqueira de Albuquerque
OFICIAL

R.6-77.058- Protocolo nº 216.872- (MANDADO DE PENHORA)- O imóvel acima de propriedade de GERALDO BULHÕES BARROS E DENILMA VILAR DE BULHÕES BARROS, fica penhorado conforme MANDADO DE REGISTRO DE PENHORA DE IMÓVEIS- Nº 998/2000, extraído dos autos do Processo nº 1995.06.2862-25, entre o RECLAMANTE: DIMAS DE HOLANDA FONSECA e a RECLAMADA: RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA., na pessoa do Sr. Geraldo Bulhões Barros, sócio da executada; processado na 6ª Vara do Trabalho de Maceió. Valor do imóvel: R$ 250.000,00. O referido Mandado foi fornecido em 20.10.2000 e estava devidamente assinado pelo Dr. Antônio Adrualdo A. Catão, Juiz do Trabalho Titular. Maceió, 14 de novembro de 2000. Escrevente Autorizado: Adriana de Araújo Melo

R. 1330 F.

R.7-77.058- Protocolo nº 218.607- (MANDADO DE PENHORA)- O imóvel acima de propriedade de GERALDO BULHÕES BARROS E DENILMA VILAR DE BULHÕES BARROS, fica penhorado conforme MANDADO DE REGISTRO DE PENHORA DE IMÓVEIS- Nº 1271/2000, extraído dos autos do Processo nº 1996.04.2025-25, entre a RECLAMANTE: TATIANE SIMONE ARAÚJO CAMPOS e a RECLAMADA: RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA; processado na 4ª Vara do Trabalho de Maceió. Valor da Causa: R$ 17.965,71. Avaliação do imóvel: R$ 200.000,00. O imóvel acima pertence a Geraldo Bulhões Barros, o qual é sócio da Reclamada, conforme Ofício nº 1542/2000 de 20.12.00 e Decisão de 30.06.2000, do Dr. Alonso C. de A. Filho, Juiz do Trabalho 19ª Região. O referido Mandado foi fornecido em 17.10.2000 e estava devidamente assinado pelo Dr. Gustavo Tenório Cavalcante, Juiz do Trabalho Substituto, 19ª Região. Maceió, 26 de janeiro de 2001. Escrevente Autorizado: Adriana de Araújo Melo

R. 1007 F. 1004

R.8-77.058 - Protocolo nº 225.868 - (MANDADO DE PENHORA) - O imóvel acima de propriedade de GERALDO BULHÕES BARROS e DENILMA VILAR DE BULHÕES BARROS, fica penhorado conforme MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO- Execução Fiscal nº 99.1272-0, em que figura como Exequente: FAZENDA NACIONAL e como Executado: GERALDO BULHÕES BARROS processado na Justiça Federal de Primeira Instância- 5ª Vara. Valor do Débito: R$ 6.973,38 (atual 08/00), acrescida das cominações legais; que aos 30 dias do mês de novembro do ano de 2001, teve seu Auto de Penhora, atendendo o respeitável despacho do MM. Juiz Federal da 5ª Vara, Dr. Sérgio José Wanderley de Mendonça. Ficando como fiel depositário, Jerônimo Francisco Costa, CPF 207.934.484-68. O referido Mandado foi expedido em 10.01.2001 e estava devidamente assinado pela Dr.ª Luciana J. Raposo, Diretora de Secretaria em Substituição- 5ª Vara. Maceió, 17 de dezembro de 2001 Escrevente Autorizada: Vanessa Barbosa Freitas de Lima

R. 1052 F. 1068

R.9-77.058 - Protocolo nº 240.118 - (MANDADO DE PENHORA) - O imóvel acima, fica penhorado conforme MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO- Execução Fiscal nº 2001.80.00.2935-8, em que figura como Exequente:. FAZENDA NACIONAL e como Executado: GERALDO BULHÕES BARROS processado na Justiça Federal de Primeira Instância- 5ª Vara. Valor do Débito: R$ 6.082,17 (atual 10/02), acrescida das cominações legais; que aos 20 dias do mês de fevereiro do ano de 2003, teve seu Auto de Penhora, atendendo o respeitável despacho do MM. Juiz Federal da 5ª Vara, Dr. Raimundo Alves de Campos Júnior. Ficando como fiel depositário, Jerônimo Francisco Costa, CPF 207.934.484-68. O referido Mandado foi expedido em 23.01.2003 e estava devidamente assinado pelo Dr.Mauricio Pradines, Diretor de Secretaria - 5ª Vara. Maceió, 11 de abril de 2003. Escrevente Autorizada: maria josé conceição dos santos

R. 1114 F. 2368

LIVRO 2 - REGISTRO GERAL

1º REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS
DE MACEIÓ - AL.

MATRÍCULA 77058 | FICHA 02 VERSO

R.10-77.058 - Protocolo nº 280.571- (MANDADO DE PENHORA) - O imóvel acima, fica penhorado conforme MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO- Execução Fiscal nº 2005.80.00.007435-7, CDA 43105000103-05, em que figura como Exequente: FAZENDA NACIONAL e como Executado: GERALDO BULHÕES BARROS processado na Justiça Federal de Primeira Instância- 5ª Vara. Valor do Débito: R$ 21.097,74 (atual 01/2006), acrescida das cominações legais; que aos 31 dias do mês de agosto do ano de 2006, teve seu Auto de Penhora, atendendo o respeitável despacho do MM. Juiz Federal da 5ª Vara, Dr. Raimundo Alves de Campos Júnior. Ficando como fiel depositário, Geraldo Bulhões Barros, CPF 003.593.434-49. O referido Mandado foi expedido em 07.08.2006 e estava devidamente assinado pelo Dr. Luiz Henrique P. Santos, Diretor de Secretaria - 5ª Vara. Maceió, 08 de setembro de 2006. Escrevente Autorizada: Jacqueline Barbosa de Freitas de Oliveira

R/293 F.813

AV.11-77.058 - Protocolo nº 324.108 - Certifico que fica averbado neste Cartório, o Ofício nº 01222/2009/2ªVT-MA, datado de 10.08.2009, Poder Judiciário - Justiça do Trabalho- TRT da 19ª Região - 2ª Vara do Trabalho de Maceió, do Dr. Sérgio Roberto de M. Queiroz, Juiz da 2ª VT de Maceió, onde o mesmo determina nos Autos da reclamação trabalhista nº 02284-1997-002-19-00-0, entre partes Reclamante: LUCILO ANDERSON DE MESQUITA e como Reclamado: RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA, se abster de efetuar qualquer transferência do imóvel acima, em nome de GERALDO BULHÕES BARROS, CPF nº 003.593.434-49. Tudo de acordo com o documento arquivado neste registro. Maceió, 11 de setembro de 2009. Escrevente Autorizado: Ana da Silva

R/505 F.194

R.12-77.058 - Protocolo nº 380.756 - (MANDADO DE PENHORA)- O imóvel acima, de propriedade GERALDO BULHÕES BARROS e DENILMA VILAR DE BULHÕES BARROS, fica penhorado conforme MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO - Mandado nº 95786/2012, Nº Diligência:121842, Processo nº 0161400-84.2002.5.19.0006, em que figura como Exequente: JAMES DA SILVA ARAÚJO, e como Executada: RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA, para integral pagamento da dívida, no montante de R$ 250.868,66, total atualizado até 01.09.2011; processado Poder Judiciário - Justiça do Trabalho - 6ª Vara do Trabalho de Maceió/AL. Que aos 25 dias do mês de maio do ano de 2012, teve seu Auto de Penhora e Avaliação, ao mandado expedido pelo MM. Dr. Juiz da 6ª Vara do Trabalho de Maceió. O imóvel está avaliado em R$ 300.000,00. Fornecido ofício por este cartório, comunicando que o imóvel penhorado pertence a Geraldo Bulhões Barros e Denilma Vilar de Bulhões Barros, bem como do mandado não constou o nome do depositário; e determinado o registro da penhora conforme Mandado de Diligência - Mandado nº 107744/2012, datado de 12.09.2012 e assinado pelo Dr. Roberto Ricardo G. Gouveia, Juiz do Trabalho. O referido Mandado foi fornecido em 09.03.2012 e estava devidamente assinado pelo Juiz do Trabalho acima mencionado. Conforme Ofício nº 543-SPU/AL, de 23.05.2011, **o imóvel não é de domínio da união,** nos termos do Art. 1º, § 2º do Provimento 08/2011. Maceió, 21 de março de 2013. Escrevente Autorizado: Carlos dos Santos Silva

R/885 F.150

AV.13-77.058 - Protocolo nº 501.438 - (INDISPONIBILIDADE) - Certifico que o imóvel acima, em nome de GERALDO BULHÕES BARROS, encontra-se indisponível, em vista do Protocolo de Indisponibilidade 201905.1715.00807729-IA-200 de 17.05.2019 da **CNIB**- Processo

Cont. ficha 03

1º REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS - MACEIÓ - ALAGOAS

LIVRO 2 - REGISTRO GERAL

1º REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS MACEIÓ-AL

MATRÍCULA	FICHA	DATA
77058	03	06 de agosto de 1993

Stélio Darci Coqueiro de Albuquerque
OFICIAL

0161400842002519006 - da 5ª Vara do Trabalho de Maceió. Maceió, 30 de maio de 2019. Escrevente Autorizado: Ana Maria Oliveira Nunes

P. 41 D. 706

AV.14 - Protocolo nº 571.033 - (INDISPONIBILIDADE) - Certifico que o imóvel acima, em nome de GERALDO BULHÕES BARROS, encontra-se indisponível, em vista do Protocolo de Indisponibilidade 202203.0908.02042291-IA-810 de 09.03.2022 da **CNIB**- Processo 00018465620054058001 - da 12ª Vara Federal de Arapiraca/AL. Maceió, 24 de março de 2022. Escrevente Autorizado: _____

P. 75 D. 853

LIVRO 2 - REGISTRO GERAL

1º REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS DE MACEIÓ-AL.

Stélio Darci Carneiro de Albuquerque
OFICIAL

MATRÍCULA	FICHA	DATA
73881	01	Maceió, 13 de Março de 1992.

2037

IMÓVEL: APARTAMENTO SOB Nº 924, PENT'HOUSE MASTER, TIPO "M", componente do **EDIFICIO MACEIÓ DOUBLE REVERSE FLAT,** situado na Avenida Álvaro Otacilio nº 4065, no bairro de Jatiuca, nesta cidade, encravado no 9º e 10º Pavimento do citado Edificio, com os seguintes cômodos; sala, circulação, uma suite com sanitario, dois quartos, um sanitario, três varandas e escada no pavimento inferior (nono). sala, sanitario, cozinha, adega, terraço, deck, piscina e jardim no pavimento superior (decimo),com área privativa de 209,59m², área comum 170,04m², área total 379,63m² e fração ideal de terreno 130,12340; edificado em terreno proprio que mede 64,00ms de frente para a Avenida Álvaro Otacilio, lado direito com 137,60ms para terrenos de propriedade de Antonio Nogueira Júnior e Cecilia da Silva Nogueira; fundos com 60,00ms para a Rua Jose Pontes de Magalhães (Conjunto Santa Cecilia) e lado esquerdo com 115,75ms para o Loteamento Stella Maris.

PROPRIETARIA: CST EXPANSÃO URBANA S.A., Firma Nacional com sede em Salvador, inscrita no CGC sob nº 13.527.858/0001-50.

REGISTRO ANTERIOR: Livro 02 Registro Geral ficha 01 R.2-43.668, em 12 de Janeiro de 1990 e Averbação de Construção AV.225- 43.668, em 13 de Março de 1992.

Maceió, 13 de Março de 1992. Eu. Maria de Fátima Soares dos Santos, escrevente a datilografei. O OFICIAL:

João Toledo de Albuquerque
Oficial - Substituto

R$ 556,536

AV.1-73.881 - Protocolo nº 214.167 - (ALTERAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL) - Certifico a requerimento datado de 05.07.2000, feito pela CST-EXPANSÃO URBANA LTDA., com sede na cidade de Salvador-Ba, CGC nº 13.527.858/0001-50, representada por Rômulo Ribeiro Cardoso e José Ernesto Silva Gonzalez, conforme contrato social, arquivado neste registro, para fazer constar a nova denominação da CST-EXPANSÃO URBANA S/A, em virtude de transformação da mesma de sociedade Anônima para Sociedade por Cota de Responsabilidade Limitada, na forma do ato de transformação e pelo Contrato Social datado de 05.06.95, registrado na Junta Comercial do Estado da Bahia em 19.07.95, para **CST-EXPANSÃO URBANA LTDA.** Tudo de acordo com os documentos arquivados neste registro. Maceió, 18 de julho de 2000. Escrevente Autorizado: Ozana dos Santos

R.2-73.881 - Protocolo nº 214.168 - (COMPRA E VENDA) - ADQUIRENTE: GERALDO BULHÕES BARROS, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF nº 003.593.434-49, residente nesta cidade. TRANSMITENTE: CST-EXPANSÃO URBANA LTDA., com sede em Salvador-Ba., inscrita no CGC nº 13.527.858/0001-50, no ato representada por seus gerentes delegados, José Ernesto Silva Gonzalez, brasileiro, separado judicialmente, administrador de empresas, CPF 220.196.265-00 e José Rivaldo Pacheco Júnior, brasileiro, separado judicialmente, engenheiro civil, CPF 422.111.405-30, residentes e domiciliados em Salvador-Ba. ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA, PAGA E QUITAÇÃO, lavrada em 03.05.2000, no Cartório do 6º Ofício de Notas da Comarca de Salvador-Ba., no Livro 733, fls. 031. VALOR DO CONTRATO: R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) em 15.12.1995, quantia total essa já recebida anteriormente. Pago o imposto de transmissão inter vivus, conforme guia de ITBI Nº 077456, anexa a escritura. Da escritura consta que: foram apresentadas as certidões dos feitos ajuizados a que se refere a Lei nº 7.433 de 18.12.85; foram apresentados os cinco últimos exercícios financeiros do IPTU quitados e foi dispensada pelo comprador a apresentação da certidão de quitação do IPTU, responsabilizando-se por quaisquer débitos fiscais ante à Prefeitura Municipal de Maceió-AL; quite com o condomínio; declara a vendedora através de seus

LIVRO 2 · REGISTRO GERAL

1º REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS
DE MACEIÓ-AL.

MATRÍCULA 73881 | FICHA 01 VERSO

representantes, sob pena de responsabilidade civil e penal, que deixou de apresentar a CND do INNS, por ter como objetivo a venda e compra de imóveis e que o imóvel objeto da presente, não faz parte do seu ativo permanente. Maceió, 18 de julho de 2000. Escrevente Autorizado: Ozana dos Santos.

R.978 F.138

AV.3-73.881 – Protocolo nº 219.702 – (ADTIVO)- Certifico em vista da ESCRITURA PÚBLICA DE RETI/RATIFICAÇÃO DA ESCRITURA DE VENDA E COMPRA., PAGA E QUITAÇÃO, lavrada em 13.10.2000, nas notas do 6º Ofício de Notas de Salvador- BA, no Livro nº 744, fls 139, figurando como Outorgantes e Reciprocamente Outorgados Reti- Ratificantes; GERALDO BULHÕES BARROS, brasileiro, divorciado, empresário, CPF nº 003.593.434-49, residente e domiciliado nesta cidade e a CST-EXPANSÃO URBANA LTDA, empresa com sede em Salvador- BA, CGC nº 13.527.858/0001-50, no ato representada por seus gerentes delegados, José Ernesto Silva Gonzalez, brasileiro, separado judicialmente. Administrador de empresas, CPF nº 220.196.265-00 e José Rivaldo Pacheco Júnior, brasileiro, separado judicialmente, engenheiro civil, CPF Nº 422.111.405-30, residentes e domiciliados em Salvador- BA. Pelos Outorgantes e Reciprocamente Outorgados Reti-Ratificantes, foi dito o seguinte: As partes celebraram a Escritura de Compra e Venda, Paga e Quitação, com a qual a Outorgante Vendedora visou atender solicitação do Outorgado Comprador, muito embora as partes tivessem pleno conheçimento de um débito existente relativamente ao referido imóvel para com o condomínio. Ocorre que por um lapso na elaboração da referida escritura, constou do seu texto encontrar o apartamento quite com o condomínio, assim por esta escritura e na melhor de direito, vêm as partes retificar o instrumento Público de Compra e Venda a que se refere o R.2-73.881, para excluir do seu texto a aludida declaração de quitação com as taxas condominiais do imóvel acima. Pelo comprador foi dito que concorda com os termos da presente escritura, reconhecendo a existência de débito junto ao CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO MACEIÓ DOUBLE REVERSE FLAT, em relação as taxas condominiais, cabendo-lhe com exclusividade a responsabilidade pela sua negociação e pagamento perante o condomínio. As partes retificam todos os termos da escritura ora reti- ratificada, que não tenham sido expressamente modificadas, passando a presente fazer parte integrante e inseparável daquela, afim de que ambas juntas, produzam um só efeito de direito. Maceió, 26 de março de 2001. Escrevente Autorizado: Maria Suely Correia de Vasconcelos

R.1014 F.147

R.4-73.881 - Protocolo nº 256.548- (CERTIDÃO DE PENHORA) - O imóvel acima, de propriedade de GERALDO BULHÕES BARROS, fica penhorado conforme Certidão, extraida dos autos de Cobrança, Proc. nº 001.97.496-7, proposta por CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO MACEIÓ DOUBLE REVERSE FLAT (MÉLIA), contra a RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA, processada na 1ª Vara Cível de Feitos Não Privativos. Que aos 06 dias do mês de maio de 2004, teve seu Termo de Penhora em cumprimento ao despacho do MM. Juiz da 1ª Vara Cível de Feitos Não Privativos, Dr. Ivan Vasconcelos Brito Júnior. Fiel Depositário do bem o sr. GERALDO BULHÕES BARROS, portador do CPF nº 003.593.434-49. Valor da causa da referida ação corresponde a R$ 24.554,52. A referida Certidão de Penhora, foi fornecida em 04.06.2004, e estava devidamente assinada pela escrivã titular, Irene Beatriz Pessoa Franco. Maceió, 14 de setembro de 2004. Escrevente Autorizada: Joaquina Batista Freitas de Amorim

R.1188 F.2315

cont. na ficha 02

LIVRO 2 - REGISTRO GERAL

1º REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS - MACEIÓ - AL.

MATRÍCULA 73881 | FICHA 02 | DATA 13 de março de 1992

Stélio Darci Cerqueira de Albuquerque
OFICIAL

R.5-73.881 - Protocolo nº 294.010 - (MANDADO DE PENHORA)- O imóvel acima, de propriedade de Geraldo Bulhões Barros, fica penhorado conforme MANDADO DE REGISTRO DE PENHORA DE BEM IMÓVEL- Mandado nº 669/2007, extraído dos autos da Reclamação Trabalhista nº 01586-2005-009-19-00-0, movida pelo Exequente: MARCELO SANTA FÉ TODARO, contra o Executado: RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA (Geraldo Bulhões Barros); processado na 9ª Vara do Trabalho de Maceió. Valor da Causa: R$ 19.416,04. Avaliação do imóvel: R$ 500.000,00. Que aos 23 dias do mês de junho do ano de 2007, teve seu auto de penhora e avaliação, em cumprimento ao mandado expedido pelo MM. Dr. Juiz da 9ª Vara do Trabalho de Maceió. O referido Mandado foi fornecido em 22.08.2007 e estava devidamente assinada pela Dra. Adriana Maria C. de O. Lima, Juíza do Trabalho Substituta. Maceió, 28 de setembro de 2007. Escrevente Autorizada: Maria José Conceição dos Santos

R/136F 2184

AV.6-73.881 - Protocolo nº 324.108 - Certifico que fica averbado neste Cartório, o Ofício nº 01222/2009/2ªVT-MA, datado de 10.08.2009, Poder judiciário - Justiça do Trabalho- TRT da 19ª Região - 2ª Vara do Trabalho de Maceió, do Dr. Sérgio Roberto de M. Queiroz, Juiz da 2ª VT de Maceió, onde o mesmo determina nos Autos da reclamação trabalhista nº 02284-1997-002-19-00-0, entre partes Reclamante: LUCILO ANDERSON DE MESQUITA e como Reclamado: RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA, se abster de efetuar qualquer transferência do imóvel acima, em nome de GERALDO BULHÕES BARROS, CPF nº 003.593.434-49. Tudo de acordo com o documento arquivado neste registro. Maceió, 11 de setembro de 2009. Escrevente Autorizado: Diana dos Santos

R 1505 F 191

R.7-73.881 - Protocolo nº 323.468 - (MANDADO DE PENHORA) - O imóvel acima, fica penhorado conforme MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO- Mandado nº 585/2009, Número Diligência: 49817 e MANDADO DE REFORÇO DE PENHORA- Mandado nº 58/2010, Número Diligência: 68464 - Processo nº 0125000-58.2008.5.19.0007, em que figura como Exequente: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO e como Executado: GERALDO BULHÕES BARROS, processado no Poder Judiciário - Justiça do Trabalho - 7ª Vara do Trabalho de Maceió/Al, para integral pagamento da dívida, no montante de R$ 131.317,45, total atualizado até 18.06.2009. Que aos 29 dias do mês de março do ano de 2010, teve seu Auto de Penhora e Avaliação, em cumprimento ao mandado expedido pelo MM. Dr. Juiz da 7ª Vara Trabalho. O imóvel foi avaliado em R$ 200.000,00. Os referidos Mandados foram expedidos em 18.06.2009 e 05.02.2010 e estavam devidamente assinados pela Drª Verônica Guedes de Andrade pelo Dr. Luis Fernando S. de Carvalho, Juízes do Trabalho Substitutos. Maceió, 23 de abril de 2010. Escrevente Autorizado: Isabel Barbosa Tenório de Oliveira

R/162 F 493

R.8-73.881 - Protocolo nº 333.553 - (MANDADO DE PENHORA) - O imóvel acima, fica penhorado conforme MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO- Mandado nº 56/2010, Número Diligência: 68147 - Processo nº 0117800-28.2002.5.19.001, em que figura como Exequente: REGINALDO COSTA PINTO e como Executado: GERALDO BULHÕES BARROS (sócio da Radio Cultura de Arapiraca - Radio Maceió FM), Processado no Poder Judiciário - Justiça do Trabalho - 1ª Vara do Trabalho de Maceió/Al, para integral pagamento da dívida, no montante de R$ 43.306,99, total atualizado até 31.03.2008. Que aos 15 dias do mês de março do ano de 2010, teve seu Auto de Penhora e Avaliação, em cumprimento ao mandado expedido pelo MM. Dr. Juiz da 1ª Vara Trabalho de Maceió/AL. Fornecido Ofício por este Cartório, comunicando que não consta o nome do fiel depositário, e determinado o registro da penhora por Ofício nº 1000/2010-1ª Vara, datado de

1372 5

31.05.2010, assinado pelo Dr. Gustavo Tenório Cavalcante, Juiz Titular. O referido Mandado foi expedido em 04.02.2010 e estava devidamente assinado pelo Dr. Luiz Sávio de Lima Gazzenéo, Juiz do Trabalho Substituto. Maceió, 16 de junho de 2010. Escrevente Autorizado: Joaquina Bonfim Farias de Amorim

R/577 F/128

AV.9-73.881 - Protocolo nº 220.873 - Certifico que averbei nesta data, o MANDADO DE REGISTRO, datado de 06.04.2001, da 1ª Vara Cível de Feitos Não Privativos. Ação de Cobrança, Processo nº 1933/97, fornecido pelo Dr. Ivan Vasconcelos Brito Júnior, Juiz de Direito, protocolado sob nº 220.873, em 15.05.2001, no livro 1-AJ fls. 60v e MANDADO DE AVERBAÇÃO DE REGISTROS PÚBLICOS, Mandado n° 001.2012/005932-1, datado de 24.01.2012, extraído dos Autos nº 0000496-06.1997.8.02.0001. Ação: Procedimento Ordinário, em que figura como Autor: CONDOMÍNIO DO EDIF. MACEIÓ D. REVER FLAT (MELIA) e outro e como Réu: RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA, fornecido pelo Dr. Ivan Vasconcelos Brito Junior, Juiz de Direito; onde o mesmo manda que em cumprimento a decisão prolatada no processo acima, promova a Averbação de Fraude à Execução, reconhecida por este Juízo nas Decisões datadas de 05.01.2012 e 08.03.2001, nas quais foi declarada a Ineficácia do Registro R.2-73.881, referente à Alienação de CST-Expansão Urbana Ltda, e a pessoa de GERALDO BULHÕES BARROS. Tudo de acordo com o documento arquivado neste registro. Conforme Ofício nº 667-SPU/AL, de 22.06.2011, **o imóvel não é de domínio da união,** nos termos do Art. 1º. § 2º do Provimento 08/2011. Maceió, 10 de fevereiro de 2012. Escrevente Autorizado: Carla dos Santos Oliveira

R/768 F/630

R.10-73.881 - Protocolo nº 406.665 - (MANDADO DE PENHORA) - O imóvel acima, fica penhorado conforme MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA E AVALIAÇÃO - Cumprimento de Sentença nº 0004769-87.2007.4.05.8000, em que figura como Exequente: FAZENDA NACIONAL e como Executado: GERALDO BULHÕES BARROS, Co-Devedor da AGROPASTORIL CRAIBEIRAS LTDA, processado no Poder Judiciário - Justiça Federal de Primeira Instância -5ª Vara Privativa de Execuções Fiscais. Valor do Débito: R$ 166.279,52, atualizado até 12/2011), acrescida das cominações legais; que aos 28 dias do mês de agosto do ano de 2013, teve seu Auto de Penhora, em cumprimento ao mandado do MM. Juiz Federal Dr. Raimundo Alves de Campos Jr., em exercício na 5ª Vara. Ficando como depositário o Sr. Fernando Gustavo Alencar A. Lins, CPF nº 469.883.944-00. O referido Mandado foi expedido em 20.02.2013 e estava devidamente assinado por Luiz Henrique P. Santos, Diretor de Secretaria- 5ª Vara. Maceió, 17 de setembro de 2013. Escrevente Autorizado: Melina do Carmo do Nascimento

R.11-73.881 - Protocolo nº 406.666 - (MANDADO DE PENHORA) - O imóvel acima, fica penhorado conforme MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO - Cumprimento de Sentença nº 0008660-34.1998.4.05.8000, em que figura como Exequente: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e como Executado: GERALDO BULHÕES DE BARROS e outros, processado no Poder Judiciário - Justiça Federal de Primeira Instância -5ª Vara Privativa de Execuções Fiscais. Valor do Débito: R$ 3.337,90, atualizado até 06/2012); que aos 28 dias do mês de agosto do ano de 2013, teve seu Auto de Penhora, em cumprimento ao mandado do MM. Juiz Federal Dr. Raimundo Alves de Campos Jr., em exercício na 5ª Vara. Ficando como depositário o Sr. Fernando Gustavo Alencar A. Lins, CPF nº 469.883.944-00. O referido Mandado foi expedido em 01.03.2013 e estava

cont, ficha 03

LIVRO 2 - REGISTRO GERAL

1º REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS MACEIÓ - ALAGOAS

MATRÍCULA 73881 | FICHA 03 | DATA 13 de março de 1992.

Stelio Darci Cerqueira de Albuquerque
OFICIAL

devidamente assinado por Luiz Henrique P. Santos, Diretor de Secretaria- 5ª Vara. Maceió, 17 de setembro de 2013. Escrevente Autorizado:

R 1940 F 0007

R.12-73.881 - Protocolo nº 416.775 - (MANDADO DE PENHORA) - O imóvel acima, fica penhorado conforme MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO - processo nº 0001846-56.2005.4.05.8001 - Execução Fiscal, em que figura como Exequente: FAZENDA NACIONAL, como Executado: RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA-AL, Corresponsável 1: GERALDO BULHÕES BARROS e Corresponsável 2: GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES DE BARROS, processado na Justiça Federal - Subseção Judiciária de Arapiraca - 12ª Vara Federal. Valor do Débito: R$ 254.817,57, atualizado até 02/12/2013; que em 25.04.2014, teve seu Auto de Penhora, atendendo ao respeitável despacho do MM. Juiz Federal Dr. Rosmar Antonni Alencar. Ficando como depositário o Sr. Geraldo Bulhões Barros, CPF nº 003.593.434-49. Apresentado o OFI.0012.000409-3/2014/JF/AL de 17.07.2014 da 12ª Vara Federal e Despacho de 04.07.2014, do Juiz Federal acima mencionado, onde determina o registro da penhora do imóvel constante da matrícula acima. O referido Mandado foi expedido em 13.02.2014 e estava devidamente assinado por Manoel Belmiro Neto, Diretor de Secretaria- 12ª Vara. Maceió, 04 de agosto de 2014. Escrevente Autorizado:

R 2028 F 0096

AV.13-73.881 - Protocolo nº 501.438 - (INDISPONIBILIDADE) - Certifico que o imóvel acima, em nome de GERALDO BULHÕES BARROS, encontra-se indisponível, em vista do Protocolo de Indisponibilidade 201905.1715.00807729-IA-200 de 17.05.2019 da **CNIB**- Processo 01614008420025190006 - da 5ª Vara do Trabalho de Maceió. Maceió, 30 de maio de 2019. Escrevente Autorizado:

P 41 D 706

AV.14 - Protocolo nº 571.033 - (INDISPONIBILIDADE) - Certifico que o imóvel acima, em nome de GERALDO BULHÕES BARROS, encontra-se indisponível, em vista do Protocolo de Indisponibilidade 202203.0908.02042291-IA-810 de 09.03.2022 da **CNIB**- Processo 00018465620054058001 - da 12ª Vara Federal de Arapiraca/AL. Maceió, 24 de março de 2022. Escrevente Autorizado:

P 75 D 853

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO ALAGOAS
2° REGISTRO DE IMÓVEIS E HIPOTECAS MACEIÓ - AL
Rua 16 de Setembro, 94 - Levada - Telefax: (82) 3221-2052 - CEP: 57017-020
OFICIAL: CLÁUDIO PEREIRA DE ANDRADE

Maceió, 21 de Outubro de 2022

Ofício nº 643/2022

Prezado(a) Senhor(a),

Em atenção ao Ofício **nº. 261431/2022/ME**, datado de 30 de Setembro de 2022, **Processo nº. 12883.103964/2022-13 e Demanda: 2.674**, do Ministério da Economia/PE., comunico a Vossa Senhoria, que **segue a Certidão de Inteiro Teor e Positiva de Ônus Reais, referente a matricula nº 16.645.**

Aproveito a oportunidade para desde já, antecipar meus sinceros e cordiais cumprimentos.

Simone Cacilda Costa de Andrade
Oficial Substituta

Ilmº.Sr.
AIRTON GUERREIRO VIDAL
AUXILIAR
MINISTÉRIO DA ECONOMIA
NESTA.

REGISTRO GERAL (Livro Nº 2)

2º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
MACEIÓ - ALAGOAS

REGISTRO DE IMÓVEIS E HIPOTECAS
2º CARTÓRIO
CLÁUDIO PEREIRA DE ANDRADE
OFICIAL
SIMONE C. DE ANDRADE
SUBSTITUTA
JOSELI FREITAS SILVA
ESCREVENTE
7 DE SETEMBRO, 94 - MACEIÓ-AL

Cláudio Pereira de Andrade
Oficial

MATRICULA Nº. 16645 (dezesseis mil, seiscentos e quarenta e quarenta e cinco) - DATA: 28 de fevereiro de 2013. - PRÉDIO RESIDENCIAL SOB Nº. 2.720 (dois mil, setecentos e vinte), situado na Rua em Projeto "D", do Loteamento Costa Rêgo, no bairro de Bebedouro, nesta cidade, com as seguintes características: 05 quartos internos, com um banheiro completo e mais uma suíte, uma sala de visita, uma copa, cozinha, e dispensa, duas área cobertas e um lavabo, tendo ainda um outro bloco de construção, com quatro suítes compostas de uma pequena sala, um quarto e um banheiro completo e ainda uma área externa coberta e comum a todo bloco; possue ainda, em construção independente, duas dependências de empregados com quartos, banheiro e sanitários completos e ainda uma lavanderia e um garagem, tudo em alvenaria, tijolos e telhas, perfazendo como dito acima, uma área coberta de 732,66m² e área de construção de 666,04m²; edificado no terreno constituído dos Lotes nºs. 54, 55, 56, 57, e 59, da Quadra F, componente do **LOTEAMENTO COSTA RÊGO**, medindo 67,00m de frente, para Rua em Projeto "D', pelo lado direito com a Estrada asfaltada Costa Rêgo, medindo 30,00m, pelo lado esquerdo com 34,00m, limitando-se com antiga Estrada Santa Amélia, e fundos confrontando-se 18,00m com os fundos do lote nº. 58, pertencente ao Sr. Edson Paulino, e ainda 12,00m de frente do lote nº. 59, para a Rua em Projeto "E", lote esse pertencente a Armênio Jorge de Moura Cavalcante, formado na área dos imóveis citados confrontando-se ainda em prosseguimento nos fundos com os fundos do lote nº.60, com 16,00m e de nº.61 com 31,00m, ambos pertencentes ao Sr. Edson Paulino, fechado assim a área na metragem já especificada - **PROPRIETÁRIO**: **GERALDO BULHÕES BARROS**, brasileiro, casado, Deputado Federal, portador do CPF nº.003.594.434-49, residente nesta cidade - **REGISTRO ANTERIOR**: Livro 02, R.2-37.395, em 26.06.84, do 1º Cartório de Imóveis, desta cidade, **C/Nº. 10411,** onde se vê que o proprietário adquiriu o imóvel desta matrícula por compra feita a Armênio Jorge de Moura Cavalcante e sua esposa Ledice Soares Cavalcante, casados, conforme escritura pública de compra e venda, lavrada em 11.06.1984, Lº.64/84, fls.136/136vº., do 3º Ofício, desta cidade; dou fé. Eu, Escrevente, digitei. Maceió, 28 de Fevereiro de 2013. Oficial Substituta.

AV.1 – 16645 – PENHORA– Certifico conforme certidão do 1º Cartório de Imóveis, arquivada neste cartório sob nº. 10411 – O Ofício nº.01222/2009/2ª VT-MA, datado de 10.08.2009, Poder Judiciário – Justiça do Trabalho – TRT da 19ª Região – 2ª Vara do Trabalho de Maceió, do Dr. Sérgio Roberto de M. Queiroz, Juiz da 2ª VT de Maceió, onde o mesmo determina nos Autos da reclamação trabalhista nº.02284-1997-002-19-00-0, entre partes Reclamante; **LUCILO ANDERSON DE MESQUITA** e como Reclamado: **RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA, se abster de efetuar qualquer transferência do imóvel acima,** em nome de **GERALDO BULHÕES BARROS,** CPF nº.003.593.434-49; Tudo mais conforme documento apresentado e arquivado no 1º Cartório; dou fé. Eu, Escrevente, datilografei. Maceió, 28 de Fevereiro de 2013. Oficial Substituta.

R.2 - 16645 – Protocolo nº. **36666** – 28.02.2013 - **PENHORA** - Por Mandado de Penhora e Avaliação de 22.11.2012, e Auto de Penhora e Avaliação de 01.02.2013, extraídos do processo nº. **0093200-61.2007.5.19.0002 e Execução nº.111807/2012**, pela Diretora de Secretaria da 2ª Vara do Trabalho de Maceió, Walkiria Bezerra Suruary Lima, expedido pelo Dr. Dr. Nilton Beltrão de Albuquerque Júnior, Juiz do Trabalho Substituto, tendo como Exequente: **JOSÉ MARCOLINO DOS SANTOS** e Executado: **GERALDO BULHÕES BARROS,** em garantia do pagamento da dívida no valor de **R$ 304.721,84**, atualizado até: 01.12.2012, fica **PENHORADO** o imóvel constante desta matrícula Avaliado unitariamente por R$ 1.200,000,00 (um milhões e duzentos mil reais); Tudo mais conforme documento apresentado em cartório e que fica arquivado; dou fé. Eu, Escrevente, digitei. Maceió, 28 de Fevereiro de 2013. Oficial Substituta.

R.3–16645–Protocolo nº.41.485–**PENHORA**–Por Mandado de Penhora e Avaliação de 14.04.2016,e Auto de Penhora e Avaliação de 11.11.2016, extraído do processo nº 0000216-57.2008.4.05.8001, pelo Diretor de Secretaria da 12ª Vara Federal, Plínio Barbosa Leite, de ordem do Dr.Aloysio Cavalcante Lima, Juiz Federal,tendo como Exequente AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES ANATEL e Executados RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA e outros, corresponsável Geraldo Henrique Vilar de Bulhões Barros, CPF nº317.279.801-15, em garantia do pagamento do Débito no valor de R$7.905,00(atualizado até dezenbro /2015), fica PENHORADO o imóvel constante desta/ matrícula;DEPOSITÁRIO:FERNANDO GUSTAVO ALENCAR DE ALBUQUERQUE LINS,brasileiro, maior , capaz,leiloeiro oficial. Tudo mais conforme documento apresentado em cartório, dou fé.Eu, Escrevente , digitei, 02 de Dezembro de 2016.Oficial Substituta.

AV.4–16645–Protocolo nº44.600–**CANCELAMENTO DE PENHORA**– Procede-se à esta averbação nos termos da autorização contida no ofício nº4058001.5053391,de 09/08/2019,extraído dos autos do processo nº0000216-57.2008.4.05.8001, expedido pelo Sr.Plínio Barbosa Leite-Diretor de Secretaria-12ª Vara,De ordem do MM.Juiz Federal da 12ª vara,Dr.Aloysio Cavalcanti Lima,tendo como Exequente: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES-ANATEL e Executado:RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA,GERALDO BULHÕES BARROS JÚNIOR;GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS;GERALDO BULHÕES BARROS,para constar o **CANCELAMENTO DE PENHORA**,que grava o imóvel constante desta matrícula,referente ao R.3;Tudo mais conforme documento apresentado em cartório;dou fé.Eu,

Registro de Imóveis e Hipotecas
2º Cartório
Simone Cecília Costa de Andrade Santana
Oficial Substituta
Maceió-Alagoas

Escrevente, digitei. Maceió, 09 de Setembro de 2019. Oficial Substiuta.

CERTIDÃO POSITIVA DE ONUS RE
Certifico e dou fé que a presente cópia é Reprodução autêntica da ficha a que se refere , extraida nos termos do Art. 19§ 1ºda Lei Nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, cujas buscas e pesquisas foram efetuadas até o dia anterior útil.
Maceió-AL. 01 de Novembro de 2022

Simone Cacilda Costa de Andrade Santana
Oficial Substituta

Registro de Imóveis e Hipotecas
2º Cartório
Cláudio Pereira de Andrade
Oficial
Maceió - ALagoas

Processo: **0001846-56.2005.4.05.8001**
Assinado eletronicamente por:
MARIO PEREIRA NEVES - Gestor
Data e hora da assinatura: 01/03/2023 10:57:07
Identificador: 4058001.12257274
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
23030110560420900000012338895

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Debcad Resumido

Debcads Localizados: 1
Debcads Selecionados: 1
Parâmetro de Localização: 318507773

Devedor Principal:	RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA
CPF/CNPJ:	10.819.522/0001-73
Debcad:	318507773
Situação:	AJUIZAMENTO / DISTRIBUICAO - 535
Procuradoria Responsável:	ARAPIRACA
Sistema de Origem:	Migrado
Órgão de Origem:	ARF - ARAPIRACA (AL)
Data Inscrição:	19/10/1994
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Outros
Documento de Origem:	NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBITO
Data do documento de Origem:	21/02/1994
Período da Dívida:	01/1991 a 01/1994
Forma de Constituição:	NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBITO
Receita:	Previdenciárias
Valor Principal:	R$ 52.628,25
Valor Total:	R$ 355.299,99
Nº Judicial:	18465620054058001
Órgão de Justiça de Origem:	BOQUIM - FEDERAL
Data de Protocolo:	24/05/1995
Juízo:	5

FIM DO RELATÓRIO

Processo: **0001846-56.2005.4.05.8001**
Assinado eletronicamente por:
MARIO PEREIRA NEVES - Gestor
Data e hora da assinatura: 01/03/2023 10:57:07
Identificador: 4058001.12257275
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
23030110560822100000012338896

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
8ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ESPÓLIO DE GERALDO BULHÕES BARROS e outros
INVENTARIANTE: GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS
8ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

Certidão

Certifico que, nesta data, compulsando os autos, verifiquei que os imóveis de matrículas de nº 77058 e 73881 tiveram pedido de penhora autorizado nos autos, contudo, só o de matrícula nº73881 teve a penhora efetuada, em virtude do valor da penhora superar o valor da dívida à época, id 4058001.4974981. O imóvel de matrícula nº 73881 foi levado a leilão e o resultado foi negativo, conforme certidão de (id 4058001.9707653), em decisão de (id 4058001.9918827) houve a determinação de baixa da penhora do referido imóvel.

Arapiraca-AL, 24 de Março de 2023

ADRIANO AUGUSTO DO NASCIMENTO

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
8ª VARA

INSPEÇÃO ORDINÁRIA

Período de 29 de maio a 2 de junho de 2023

Ocorrência	Data Prazo
Processo em ordem	30/06/2023
Cumpra-se o despacho retro.	30/06/2023

CAMILA MONTEIRO PULLIN

Juíza Federal - 8ª Vara

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ESPÓLIO DE GERALDO BULHÕES BARROS e outros
INVENTARIANTE: GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS
8ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

DESPACHO

A Fazenda requereu a penhora dos imóveis do espólio do executado Geraldo Bulhões de Barros (matrículas de n. 77058, 73881 e 37395 do 1º CRI de Maceió; e matrícula de n. 6645 do 2º CRI de Maceió), com a intimação do espólio do executado, na pessoa de Geraldo Henrique Vilar de Bulhões Barros, acerca da penhora.

Defiro em parte o requerido, determinando a penhora e avaliação dos bens de matrícula de n. 77058, 37395 e 6645, em nome do espólio do executado.

Indefiro o pedido de penhora de matrícula de n. 73881, pois este já havia sido penhorado anteriormente neste feito, tendo sido determinada a baixa da penhora, conforme decisão de id. 9918827.

Realizados os atos, intime-se o espólio do executado acerca da penhora, na pessoa de Geraldo Henrique Vilar de Bulhões Barros (endereço constante da certidão de id. 11122898).

Providências necessárias.

Arapiraca/AL, data da assinatura eletrônica.

Camila Monteiro Pullin
Juíza Federal Titular da 8ª Vara de Alagoas

MGMAD

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
8ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ESPÓLIO DE GERALDO BULHÕES BARROS e outros
INVENTARIANTE: GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS
8ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO

ID: 4058001.13123740

A doutora **Camila Monteiro Pullin,** Juiza Federal da 8ª Vara desta Seção Judiciária, na forma da lei etc.

MANDA ao oficial de justiça deste Juízo, a quem for apresentado, que, em seu cumprimento,dirija-se ao endereço abaixo indicado e proceda ao seguinte:

a) penhora do(s) bem(ns) adiante descrito(s), indicado(s) pela parte exequente, avaliando-o(s) individualmente pelo valor de mercado, bem como depositando(s) nas mãos do executado. **Acaso o valor do bem indicado penhorado seja insuficiente para satisfação da dívida em cobro, o oficial deverá penhorar tantos outros bens quanto bastem para satisfazer a dívida.**

b) intimação da parte executada abaixo indicada da realização da penhora, cientificando-a que poderá oferecer embargos **no prazo de 30 (trinta) dias** , sob pena de prosseguimento da execução, com a alienação do(s) bem(ns) penhorado(s);

c) intimação do cônjuge da parte executada abaixo indicada, em caso de penhora sobre imóvel.

d) registro da penhora no Cartório competente, se for o caso.

e) ainda quando a penhora recair sobre bem imóvel, a requisição de certidão de ônus reais junto ao respectivo Cartório de Registro de Imóveis, nos termos do art. 44 da Lei 5.010/66. Prazo: 5 (cinco) dias.

f) em se tratando de penhora de bem(ns) imóvel(is) com localização imprecisa, que dificulte a constatação e a avaliação, o oficial de justiça deverá dirigir-se ao(s) órgão(s) competente(s) (Eletrobrás, Casal, Prefeitura e/ou Cartório de Imóveis) a fim de que lhe seja informada a localização exata do(s) bem(ns) a ser(em) penhorado(s), servindo o presente como ofício ao destinatário.

MANDA, ainda, que INTIME a parte de que qualquer manifestação referente a este processo deve ser feita, necessariamente, de forma eletrônica, através do Processo Judicial Eletrônico- PJE, não sendo admitida, nos termos do §2º do art. 1º da Resolução 16/2012 do Eg. TRF da 5ª Região, a apresentação de petições em meio físico.

O oficial de Justiça deverá também intimar o réu para que informe o seu número de telefone e e-mail, devendo constar na certidão a resposta obtida.

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei, cientificando-se a parte executada que este Juízo tem sede no endereço abaixo mencionado e encontra-se aberto ao público de segunda a sexta-feira das 9h às 18h.

Eu, ADRIANO AUGUSTO DO NASCIMENTO, TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A), o digitei e conferi.

MIGUEL ÂNGELO BONFIM ESTEVES

Diretor de Secretaria - 8ª Vara

EXECUTADO: Espólio do executado Geraldo Bulhões de Barros, na pessoa **de Geraldo Henrique Vilar de Bulhões Barros**

ENDEREÇO: **Condomínio Aldebaran Ômega, Quadra A, Lote 08, Jardim Petrópolis** , e ainda se **telefone (99102-4488) e pelo WhatsApp** .

VALOR DO DÉBITO: R$ 355.299,99

BEM(NS): Bens de matrículas de N. 77058, 37395 e 6645 (Certidões cartorárias anexas com as localizações e detalhes dos bens)

CIENTE EM: ____/____/____	ASSINATURA: _____
RG/CPF/CNH:_____	**TELEFONE: (___) _____**

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
8º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
PROCESSO: **0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA	EXECUTADO
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS	EXECUTADO
GERALDO BULHOES BARROS	EXECUTADO
Espólio de GERALDO BULHÕES BARROS	EXECUTADO
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS	INVENTARIANTE

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 16/06/2023 05:28, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Despacho registrado em 09/05/2023 20:07 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 23061414125845300000013210966 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 16/06/2023 05:28 - Seção Judiciária de Alagoas.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL

Seção Judiciária de Alagoas

Vara: 8ª

Processo nº: 0001846-56.2005.4.05.8000

C E R T I D Ã O

Certifico que, em cumprimento ao Mandado retro, como esta oficiala tem conhecimento que o Sr. Geraldo Henrique prefere se comunicar pelo aplicativo WhatsApp, então, em **27/06/2023,** enviei mensagem informando sobre a penhora dos imóveis indicados pelo exequente. Nas datas **04, 10, 18, 19** e **28 de julho do ano presente,** enviei mensagens para o WhatsApp (99102-4488) do inventariante **Geraldo Henrique** , tentando marcar data para ver os imóveis, contudo, não logrei êxito. No dia **04/08/2023** , avaliei os bens, conforme pesquisa de preço junto ao corretor **Josival Inácio Vieira** que trabalha há mais de vinte anos no mercado imobiliário. Na data **07/08/2023,** procedi a penhora dos bens indicados para a garantia da presente, nos termos do Auto de Penhora, Avaliação e Depósito em anexo. Feita a penhora, nomeei para depositário do bem o inventariante **Geraldo Henrique Vilar de Bulhões Barros** , o qual aceitou o encargo sob as penas da Lei e ficou ciente do prazo de trinta dias para, querendo, opor embargos. Ainda na data logo acima, enviei para o e-mail do 1º Registro de Imóveis de Maceió (1rimaceio@1rimaceio.com.br) o mandado, despacho e auto de penhora, avaliação e depósito, o qual foi devidamente recebido, conforme foto em anexo. No dia **08/08/2023** , enviei e-mail para o 2º Cartório de Registro de Imóveis de Maceió (segundocartorio.imoveismcz@hotmail.com) referente ao imóvel de matrícula 16.645, o mandado, despacho, certidão de ônus e auto de penhora, avaliação e depósito, o qual foi devidamente recebido, conforme foto anexa. E, para constar, lavrei a presente, que vai devidamente assinada por mim, Oficiala de Justiça Avaliadora Federal.

O referido é verdade. Dou fé.

Maceió, 08 de agosto de 2023.

Ana Paula Soriano Viana

Oficiala de Justiça Avaliadora Federal - Mat. 315

4

CUMPRIMENTO PRIORITÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
8ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ESPÓLIO DE GERALDO BULHÕES BARROS e outros
INVENTARIANTE: GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS
8ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO

ID: 4058001.13123740

A doutora **Camila Monteiro Pullin,** Juiza Federal da 8ª Vara desta Seção Judiciária, na forma da lei etc.

MANDA ao oficial de justiça deste Juízo, a quem for apresentado, que, em seu cumprimento,dirija-se ao endereço abaixo indicado e proceda ao seguinte:

a) penhora do(s) bem(ns) adiante descrito(s), indicado(s) pela parte exequente, avaliando-o(s) individualmente pelo valor de mercado, bem como depositando(s) nas mãos do executado. **Acaso o valor do bem indicado penhorado seja insuficiente para satisfação da dívida em cobro, o oficial deverá penhorar tantos outros bens quanto bastem para satisfazer a dívida.**

b) intimação da parte executada abaixo indicada da realização da penhora, cientificando-a que poderá oferecer embargos **no prazo de 30 (trinta) dias** , sob pena de prosseguimento da execução, com a alienação do(s) bem(ns) penhorado(s);

c) intimação do cônjuge da parte executada abaixo indicada, em caso de penhora sobre imóvel.

d) registro da penhora no Cartório competente, se for o caso.

e) ainda quando a penhora recair sobre bem imóvel, a requisição de certidão de ônus reais junto ao respectivo Cartório de Registro de Imóveis, nos termos do art. 44 da Lei 5.010/66. Prazo: 5 (cinco) dias.

f) em se tratando de penhora de bem(ns) imóvel(is) com localização imprecisa, que dificulte a constatação e a avaliação, o oficial de justiça deverá dirigir-se ao(s) órgão(s) competente(s) (Eletrobrás, Casal, Prefeitura e/ou Cartório de Imóveis) a fim de que lhe seja informada a localização exata do(s) bem(ns) a ser(em) penhorado(s), servindo o presente como ofício ao destinatário.

MANDA, ainda, que INTIME a parte de que qualquer manifestação referente a este processo deve ser feita, necessariamente, de forma eletrônica, através do Processo Judicial Eletrônico- PJE, não sendo admitida, nos termos do §2º do art. 1º da Resolução 16/2012 do Eg. TRF da 5ª Região, a apresentação de petições em meio físico.

O oficial de Justiça deverá também intimar o réu para que informe o seu número de telefone e e-mail, devendo constar na certidão a resposta obtida.

1/2

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei, cientificando-se a parte executada que este Juízo tem sede no endereço abaixo mencionado e encontra-se aberto ao público de segunda a sexta-feira das 9h às 18h.

Eu, ADRIANO AUGUSTO DO NASCIMENTO, TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A), o digitei e conferi.

MIGUEL ÂNGELO BONFIM ESTEVES

Diretor de Secretaria - 8ª Vara

EXECUTADO: Espólio do executado Geraldo Bulhões de Barros, na pessoa **de Geraldo Henrique Vilar de Bulhões Barros**

ENDEREÇO: **Condomínio Aldebaran Ômega, Quadra A, Lote 08, Jardim Petrópolis** , e ainda se **telefone (99102-4488) e pelo WhatsApp** .

VALOR DO DÉBITO: R$ 355.299,99

BEM(NS): Bens de matrículas de N. 77058, 37395 e 6645 (Certidões cartorárias anexas com as localizações e detalhes dos bens)

CIENTE EM: 7/8/23	ASSINATURA:
RG/CPF/CNH: 3172798801-5	**TELEFONE:** (81) 99102 4488

Processo: **0001846-56.2005.4.05.8001**
Assinado eletronicamente por:
Ana Paula Soriano Viana - Oficial de Justiça Distribuidor
Data e hora da assinatura: 08/08/2023 15:11:56
Identificador: 4058001.13416652
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
23080815022740400000013504534
2/2

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

AUTO DE PENHORA, AVALIAÇÃO E DEPÓSITO

Aos **07** (sete) dias do mês de agosto, do ano de **dois mil e vinte e três (2023),** nesta cidade de Maceió, capital do Estado de Alagoas, atendendo ao respeitável despacho do MM. Juiz Federal da **8ª Vara, Drª. Camila Monteiro Pullin,** eu, Oficiala de Justiça abaixo assinada, no processo nº. **0001846-56.2005.4.05.8001**, em que a **Fazendo Nacional** move contra **Espólio de Geraldo Bulhões Barros** efetuei a **PENHORA** sobre os bens indicados pela exequente, a seguir descritos, dos quais ficou como fiel depositário o inventariante **Geraldo Henrique Vilar de Bulhões Barros**, CPF nº. 317.279.801-15, com endereço residencial na **Rua Desportista Humberto Guimarães, nº. 447, Ed. Safira, apto. 901, Ponta Verde,** nesta capital, que se sujeitou às penas da Lei. O inventariante ficou ciente da penhora e do prazo de 30 (trinta dias) para embargos.

- **PRÉDIO RESIDENCIAL SOB O Nº. 2.720, situado na Rua em Projeto "D", do Loteamento Costa Rêgo, do bairro de Bebedouro, nesta cidade, com as seguintes características: quartos internos com um banheiro completo e mais uma suíte, uma sala de visita, uma copa, cozinha e dispensa, duas áreas cobertas e um lavabo, tendo ainda um outro bloco de construção, com quatro suítes compostas de uma pequena sala, um quarto e um banheiro completo e ainda uma área externa coberta e comum a todo bloco, possui ainda, em construção independente, duas dependências de empregados com quartos, banheiro e sanitários completos e ainda uma lavanderia e uma garagem, tudo em alvenaria, tijolos e telhas, perfazendo como dito acima uma área coberta de 732,66m² e área de construção de 666,04m²; edificado no terreno constituído dos lotes 54, 55, 56, 57 e 59, da Quadra F, componente do LOTEAMENTO COSTA RÊGO, medindo 67,00m de frente, para a Rua em Projeto "D", pelo lado direito com a Estrada asfaltada Costa Rêgo, medindo 30,00m, pelo lado esquerdo com 34,00m, limitando-se com antiga Estrada Santa Amélia, e fundos confrontando-se 18,00m com os fundos do lote nº. 58, pertencente ao Sr. Edson Paulino, e ainda 12,00m de frente do lote nº. 59, para a Rua em Projeto "E", lote esse pertencente a Armênio Jorge de Moura Cavalcante, formado na área dos imóveis citados, confrontando-se ainda em prosseguimento nos fundos com os fundos do lote nº. 60, com 16,00m e de nº. 61, com 31,00m, ambos pertencentes ao Sr. Edson Paulino, fechando assim a área na metragem já especificada. Matriculado sob o número 16.645, no 2º Registro Geral de imóveis de Maceió e também matriculado sob o nº.**

37.395, no 1º Cartório de Imóveis de Maceió, avaliado em R$ 1.600,00 (hum milhão e seiscentos mil reais);

- **UNIDADE DE COBERTURA, encravado no 7º andar do Edifício denominado CENTRO EMPRESARIAL RUY PALMEIRA, situado na Av. Fernandes Lima, nº. 1513, no bairro do Farol, nesta cidade, composta de salão, 03 WC, copa e depósito, perfazendo uma área total de 393,00ms², sendo 351,00ms² de área comum e fração ideal de 0,1453; edificada em terreno próprio que mede 17,00ms de frente e de fundos, por 41,00ms de frente a fundos em ambos os lados, limitando-se pela frente com a mencionada Av. Fernandes Lima, pelo lado direito com a Rua Miguel Palmeira, pelo lado esquerdo com terreno pendente a Áureo de Aquino e pelos fundos com o terreno do Sr. Antônio Rocha de Aquino. Matriculado sob o nº. 77.058, no 1º Cartório de Imóveis de Maceió, avaliado em R$ 456.300,00 (quatrocentos e cinquenta e seis mil e trezentos reais);**

Importa a presente avaliação o valor total de R$ 2.056.300,00 (dois milhões cinquenta e seis mil e trezentos reais.

OBS.: A avaliação do imóvel se baseou em pesquisa de preço com o corretor **Josival Inácio Vieira** que trabalha há mais de 20 anos no mercado imobiliário, o qual informou o valor médio estimativo, conforme as informações dos cartórios de imóveis, uma vez que não tive acesso aos bens para constatar a atual estrutura e situação dos mesmos. Segundo o corretor, o imóvel na Santa Amélia está em uma área não muito valorizada em razão dos problemas geológicos que atingiram diversos bairros, incluindo Bebedouro que dá acesso ao bairro Santa Amélia. Quanto à cobertura (7º andar) no Farol, apesar desta oficiala ter ido algumas vezes no imóvel comercial, não se recorda quantas salas, divisórias e banheiros existem no imóvel, o qual, da última vez em que compareci, estava em péssimas condições, e desocupado, segundo o corretor, o valor médio de um imóvel nessa área é de R$ 1.300,00 o metro quadrado.

Penhorei os bens acima descrito para pagamento da quantia de **R$ 355.299,29 (trezentos e cinquenta e cinco mil duzentos e noventa e nove reais e vinte e nove centavos)**, acrescida das cominações legais e custas processuais. E, para constar, lavrei o presente auto, que vai assinado por mim, Oficiala de Justiça Avaliadora, pelo executado e fiel depositário.

Ana Paula Soriano Viana
Oficiala de Justiça Avaliadora

Executado

Fiel Depositário

Processo: **0001846-56.2005.4.05.8001**
Assinado eletronicamente por:
Ana Paula Soriano Viana - Oficial de Justiça Distribuidor
Data e hora da assinatura: 08/08/2023 15:11:56
Identificador: 4058001.13416668
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
23080815030008300000013504550

REGISTRO DE PENHORAS - OFICIALA ANA PAULA (5ª VARA) 2 mensagens

De: 1rimaceio .
Para: Ana Paula Soriano Viana
8 de agosto de 2023 11:14

Acuso recebimento.

De: Ana Paula Soriano Viana
Para: 1rimaceio
7 de agosto de 2023 15:26

Mandado Penhora...Bulhões Barros.pdf (870,1 KB) Fazer download | Porta-arquivos | Remover
Auto de Penhora...1846-56.20005).pdf (422,2 KB) Fazer download | Porta-arquivos | Remover
Sistema Imperia... ME - Despcaho.pdf (357,7 KB) Fazer download | Porta-arquivos | Remover
Fazer download de todos os anexos
Remover todos os anexos

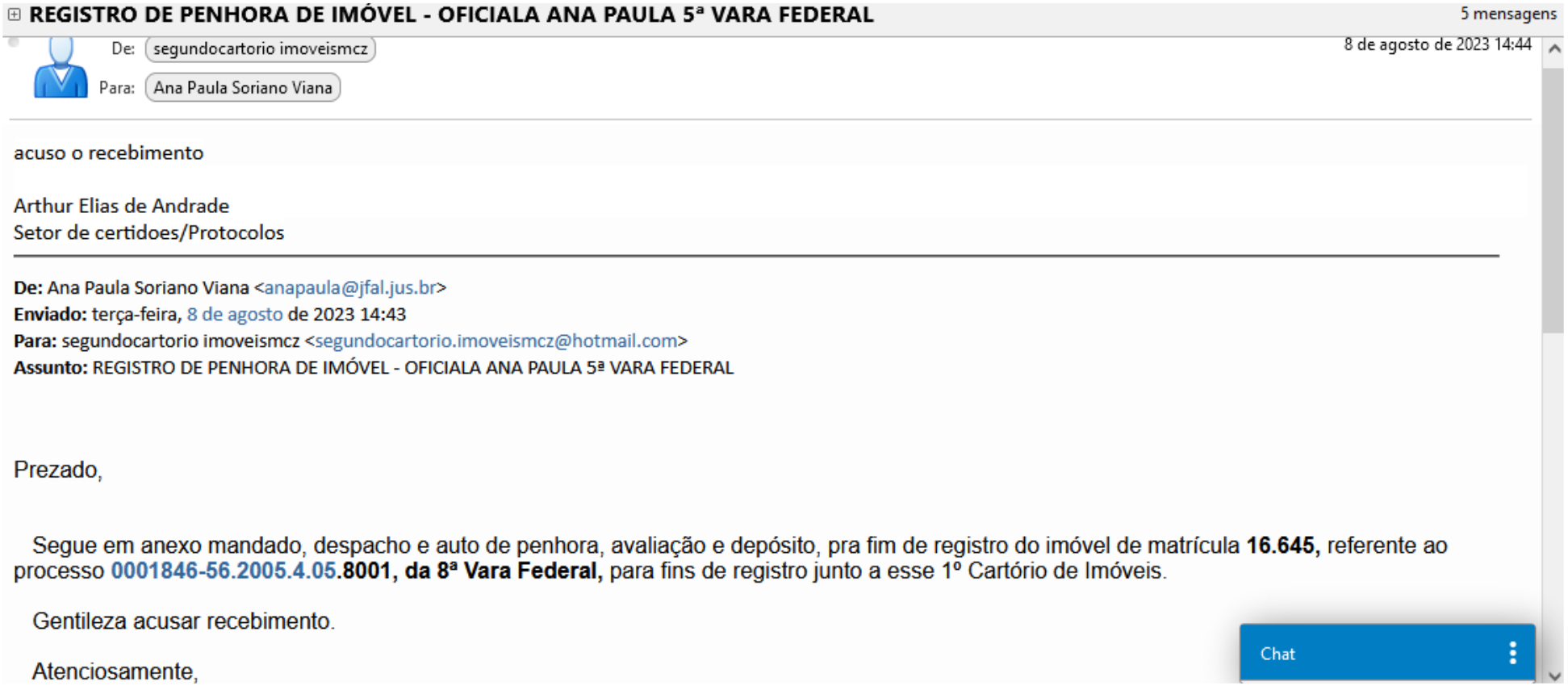
Prezado,

Segue em anexo mandado, despacho e auto de penhora, avaliação e depósito, dos imóveis de matrículas 37.395 e 77.058, referente ao processo **0001846-56.2005.4.05.8001, da 8ª Vara Federal,** para fins de registro junto a esse 1º Cartório de Imóveis.

Gentileza acusar recebimento.

Atenciosamente,

Chat



REGISTRO DE PENHORA DE IMÓVEL - OFICIALA ANA PAULA 5ª VARA FEDERAL 5 mensagens

De: segundocartorio imoveismcz 8 de agosto de 2023 14:44

Para: Ana Paula Soriano Viana

acuso o recebimento

Arthur Elias de Andrade
Setor de certidoes/Protocolos

De: Ana Paula Soriano Viana <anapaula@jfal.jus.br>
Enviado: terça-feira, 8 de agosto de 2023 14:43
Para: segundocartorio imoveismcz <segundocartorio.imoveismcz@hotmail.com>
Assunto: REGISTRO DE PENHORA DE IMÓVEL - OFICIALA ANA PAULA 5ª VARA FEDERAL

Prezado,

Segue em anexo mandado, despacho e auto de penhora, avaliação e depósito, pra fim de registro do imóvel de matrícula **16.645,** referente ao processo **0001846-56.2005.4.05.8001, da 8ª Vara Federal,** para fins de registro junto a esse 1º Cartório de Imóveis.

Gentileza acusar recebimento.

Atenciosamente,

Chat

Processo: **0001846-56.2005.4.05.8001**
Assinado eletronicamente por:
Ana Paula Soriano Viana - Oficial de Justiça Distribuidor
Data e hora da assinatura: 08/08/2023 15:11:56
Identificador: 4058001.13416716
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

23080815105895200000013504598

Conforme anexo.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo
Código de rastreabilidade: 80220231206571
Nome original: OF- 3858.23.pdf
Data: 31/08/2023 12:09:23
Remetente:
Stelio Darci Cerqueira de Albuquerque
1735 - Maceió - 1º Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas
Tribunal de Justiça de Alagoas
Documento: assinado.
Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para conhecimento.
Assunto: Encaminho o ofício nº 3858 2023, em reposta ao processo nº 0001846-56.2005.4.05.8001
.

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE ALAGOAS
1º REGISTRO DE IMÓVEIS E HIPOTECAS DE MACEIÓ
STÉLIO DARCI CERQUEIRA DE ALBUQUERQUE
OFICIAL DO REGISTRO, NA FORMA DA LEI, ETC

Oficio nº 3858/2023
Prot. Aux. Nº 309.258

Maceió-AL , 29 de agosto de 2023.

Senhora Juíza,

Comunico a Vossa Excelência que em atenção ao **MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO**, emitido por essa Vara, datado de 15 de junho de 2023 e recebido em 08 de agosto de 2023, extraído dos autos da Execução Fiscal, Processo nº 0001846-56.2005.4.05.8001, tendo como Exequente: **FAZENDA NACIONAL** e Executado: **ESPÓLIO DE GERALDO BULHÕES BARROS E OUTROS**, procedi ao Registro da Penhora, no dia 25 de agosto de 2023, referente aos imóveis constantes das matriculas de nºs 37395 e 77058, cópias anexas.

Solicito, de Vossa Excelência que determine a inclusão dos valores devidos ao Oficio imobiliário a titulo de emolumentos, relativos ao Registro do Mandado de Penhora, nos autos do processo em execução, vez que os mesmos deverão ser satisfeitos ao final da execução, no importe de **R$ 6.861,05** (seis mil oitocentos e sessenta e um reais e cinco centavos).

Respeitosamente,

OFICIAL
Assinado Digitalmente

A Sua Excelência a Senhora,
JUIZA FEDERAL DA 8ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
Nesta

O 1º Cartório de Registro de Imóveis de Maceió atende a Lei Geral de Proteção de Dados, com base na Lei Federal nº 13.709/2018, no Provimento do CNJ de nº 134/2022 e no Provimento CGJ/AL de nº 15/2022.

Documento assinado no Assinador ONR. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.onr.org.br/validate/5MV4E-PUBWG-83T5V-RB2L4.

MANIFESTO DE ASSINATURAS

Código de validação: 5MV4E-PUBWG-83T5V-RB2L4

Documento assinado com o uso de certificado digital ICP Brasil, no Assinador ONR, pelos seguintes signatários:

Alberto Augusto De Oliveira Pradines (CPF ***.248.424-**)

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

https://assinador.onr.org.br/validate/5MV4E-PUBWG-83T5V-RB2L4

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

https://assinador.onr.org.br/validate

Documento assinado no Assinador ONR. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.onr.org.br/validate/5MV4E-PUBWG-83T5V-RB2L4.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo
Código de rastreabilidade: 80220231206572
Nome original: 3858.23.pdf
Data: 31/08/2023 12:09:23
Remetente:
Stelio Darci Cerqueira de Albuquerque
1735 - Maceió - 1º Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas
Tribunal de Justiça de Alagoas
Documento: não assinado.
Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para conhecimento.
Assunto: Encaminho o ofício nº 3858 2023, em reposta ao processo nº 0001846-56.2005.4.05.8001
.

LIVRO 2 - REGISTRO GERAL

1° REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS E HIPOTECAS ALAGOAS

MATRÍCULA 37395 | FICHA 02 | DATA 04 de junho de 1984

Stélio Darci Cerqueira de Albuquerque
OFICIAL

AV.6 - Protocolo nº 571.033 - (INDISPONIBILIDADE) - Certifico que o imóvel acima, em nome de GERALDO BULHÕES BARROS, encontra-se indisponível, em vista do Protocolo de Indisponibilidade 202203.0908.02042291-IA-810 de 09.03.2022 da **CNIB**- Processo 00018465620054058001 - da 12ª Vara Federal de Arapiraca/AL. Maceió, 24 de março de 2022. Escrevente Autorizado:

P...75... D...53...

R.7 - Protocolo nº 606.369 - (MANDADO DE PENHORA) - O imóvel acima fica penhorado conforme MANDADO DE PENHORA, e Despacho de 09.05.2023, da Drª Camila Monteiro Pullin, Juíza Federal da 8ª Vara Federal - AL - Processo nº 0001846-56.2005.4.05.8001 - Execução Fiscal. Exequente: FAZENDA NACIONAL. Executado: Espólio de GERALDO BULHÕES BARROS e outros. Auto de Penhora em 07.08.2023, Depositário: Geraldo Henrique Vilar de Bulhões Barros. Imóvel avaliado em R$ 1.600.000,00. Valor do Débito: R$ 355.299,29. Maceió, 25 de agosto de 2023. Escrevente Autorizado:

P.A. 309.258

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo
Código de rastreabilidade: 80220231206573
Nome original: 3858.23.1.pdf
Data: 31/08/2023 12:09:23
Remetente:
Stelio Darci Cerqueira de Albuquerque
1735 - Maceió - 1º Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas
Tribunal de Justiça de Alagoas
Documento: não assinado.
Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para conhecimento.
Assunto: Encaminho o ofício nº 3858 2023, em reposta ao processo nº 0001846-56.2005.4.05.8001
.

LIVRO 2 - REGISTRO GERAL

1° REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS - MACEIÓ - ALAGOAS

1°REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS MACEIÓ-AL

Stélio Darci Cerqueira de Albuquerque
OFICIAL

MATRÍCULA	FICHA	DATA
77058	03	06 de agosto de 1993

01614008420025190006 - da 5ª Vara do Trabalho de Maceió. Maceió, 30 de maio de 2019. Escrevente Autorizado:

P. 41 D. 706

AV.14 - Protocolo nº 571.033 - (INDISPONIBILIDADE) - Certifico que o imóvel acima, em nome de GERALDO BULHÕES BARROS, encontra-se indisponível, em vista do Protocolo de Indisponibilidade 202203.0908.02042291-IA-810 de 09.03.2022 da **CNIB**- Processo 00018465620054058001 - da 12ª Vara Federal de Arapiraca/AL. Maceió, 24 de março de 2022. Escrevente Autorizado:

P. 75 D. 853

R.15 - Protocolo nº 606.369 - (MANDADO DE PENHORA) - O imóvel acima fica penhorado conforme MANDADO DE PENHORA, e Despacho de 09.05.2023, da Drª Camila Monteiro Pullin, Juíza Federal da 8ª Vara Federal - AL - Processo nº 0001846-56.2005.4.05.8001 - Execução Fiscal. Exequente: FAZENDA NACIONAL. Executado: Espólio de GERALDO BULHÕES BARROS e outros. Auto de Penhora em 07.08.2023, Depositário: Geraldo Henrique Vilar de Bulhões Barros. Imóvel avaliado em R$ 456.300,00. Valor do Débito: R$ 355.299,29. Maceió, 25 de agosto de 2023. Escrevente Autorizado:

P.A. 309.258

Processo: **0001846-56.2005.4.05.8001**
Assinado eletronicamente por:
MARIO CELIO BEZERRA DE LIMA - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 04/09/2023 13:08:50
Identificador: 4058001.13570785
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
23090413075004700000013659229

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ESPÓLIO DE GERALDO BULHÕES BARROS e outros
INVENTARIANTE: GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS
8ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

Certidão de decurso de prazo de Intimação sem manifestação

Certifico que decorreu *in albis* o prazo para que a parte executada, devidamente intimada da penhora, por mandado, apresentasse embargos. Certifico também que não fora noticiado o parcelamento do débito exequendo, pagamento ou nomeação de bens à penhora.

ARAPIRACA, 22 de Setembro de 2023

ADRIANO AUGUSTO DO NASCIMENTO

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
8ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ESPÓLIO DE GERALDO BULHÕES BARROS e outros
INVENTARIANTE: GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS
8ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

Ato ordinatório

Intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se acerca do(s) novo(s) documento(s) juntado(s) aos autos, ID: 4058001.13672947 , cf. determinado no art. 87, inciso 6, do Provimento nº 01/2009 do TRF da 5ª Região.

ARAPIRACA, 22 de Setembro de 2023

ADRIANO AUGUSTO DO NASCIMENTO

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
8º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
PROCESSO: **0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA	EXECUTADO
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS	EXECUTADO
GERALDO BULHOES BARROS	EXECUTADO
Espólio de GERALDO BULHÕES BARROS	EXECUTADO
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS	INVENTARIANTE

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 29/09/2023 06:35, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Ato Ordinatório registrado em 22/09/2023 11:20 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 23092211251079800000013761601 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 29/09/2023 06:35 - Seção Judiciária de Alagoas.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 5ª REGIÃO

DOUTO JUÍZO FEDERAL DA 8ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA EM ALAGOAS

Execução Fiscal: 0001846-56.2005.4.05.8001
Polo Ativo: FAZENDA NACIONAL
Polo Passivo: GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS

A União (Fazenda Nacional) vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, requerer a designação de data para leilão do(s) bem(ns) constrito(s) nestes autos.

Pede deferimento.

João Pessoa/PB, 04/10/2023.

VALDENIA DE SOUSA MARTINS MONTEIRO
Procurador(a) da Fazenda Nacional

Inscrição(ões):
31850777-3; AJUIZAMENTO / DISTRIBUICAO; R$ 359.979,74

Somatório das CDAs: R$ 431294,18

Conforme anexo.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 80220241252513

Nome original: doc17312920240111100700.pdf

Data: 11/01/2024 10:35:09

Remetente:

Valéria Cavalcante Silva

1925 - Maceió - Alagoas 2º Cartório do Registro Geral de Imóveis e Hipotecas

Tribunal de Justiça de Alagoas

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: SEGUE A RESPOSTA DESTA SERVENTIA REGISTRAL

Maceió, 11 de Agosto de 2023

Ofício nº 611/2023

Prezado(a) Senhor(a),

Em atenção ao Mandado de Penhora e Avaliação de 15.06.2023 e Auto de Penhora e Avaliaçao de 09.05.2023, extraído do Processo **nº. 0001846-56.2005.4.05.8001**, pelo Diretor de Secretária da 8ª Vara, Sr. Miguel Ângelo Bonfim Esteves, De ordm da MM. Drª.Camila Monteiro Pullin , Juiza Federal da 8ª Vara Seçao Judiciária, **tendo como Exequente: FAZENDA NACIONAL** e **Executado: ESPÓLIO DE GERALDO BULHÕES BARROS e Outros e como Inventariante: Geraldo Henrique Vilar de Bulhões**, em garantia do pagamento do Débito no valor de R$ 355.299,99, acrescida das cominações legais, fica **PENHORADO** o imóvel constante desta matrícula; **Depositário: Geraldo Henrique Vilar de Bulhões Barros**, comunico a Vossa Senhoria que foi procedida **a PENHORA, constante no Lº,02- R5-16645, em 10.08.2023 e segue anexo cópia da Matrícula.**

Aproveito a oportunidade para desde já, antecipar meus sinceros e cordiais cumprimentos.

Valéria Cavalcante Silva
Oficial

Ilmº.Sr.
MIGUEL ÂNGELO BONFIM ESTEVES
DIRETOR DE SECRETARIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS - 8ª VARA/AL
NESTA.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo
Código de rastreabilidade: 80220241252512
Nome original: doc17315820240111102716.pdf
Data: 11/01/2024 10:35:09
Remetente:
Valéria Cavalcante Silva
1925 - Maceió - Alagoas 2º Cartório do Registro Geral de Imóveis e Hipotecas
Tribunal de Justiça de Alagoas
Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para conhecimento.
Assunto: SEGUE A RESPOSTA DESTA SERVENTIA REGISTRAL

MATRICULA Nº. 16645 (dezesseis mil, seiscentos e quarenta e quarenta e cinco) - DATA: 28 de fevereiro de 2013.

- PRÉDIO RESIDENCIAL SOB Nº. 2.720 (dois mil, setecentos e vinte), situado na Rua em Projeto "D", do Loteamento Costa Rêgo, no bairro de Bebedouro, nesta cidade, com as seguintes características: 05 quartos internos, com um banheiro completo e mais uma suíte, uma sala de visita, uma copa, cozinha, e dispensa, duas área cobertas e um lavabo, tendo ainda um outro bloco de construção, com quatro suítes compostas de uma pequena sala, um quarto e um banheiro completo e ainda uma área externa coberta e comum a todo bloco; possue ainda, em construção independente, duas dependências de empregados com quartos, banheiro e sanitários completos e ainda uma lavanderia e um garagem, tudo em alvenaria, tijolos e telhas, perfazendo como dito acima, uma área coberta de 732,66m² e área de construção de 666,04m²; edificado no terreno constituído dos Lotes nºs. 54, 55, 56, 57, e 59, da Quadra F, componente do **LOTEAMENTO COSTA RÊGO**, medindo 67,00m de frente, para Rua em Projeto "D', pelo lado direito com a Estrada asfaltada Costa Rêgo, medindo 30,00m, pelo lado esquerdo com 34,00m, limitando-se com antiga Estrada Santa Amélia, e fundos confrontando-se 18,00m com os fundos do lote nº. 58, pertencente ao Sr. Edson Paulino, e ainda 12,00m de frente do lote nº. 59, para a Rua em Projeto "E", lote esse pertencente a Armênio Jorge de Moura Cavalcante, formado na área dos imóveis citados confrontando-se ainda em prosseguimento nos fundos com os fundos do lote nº.60, com 16,00m e de nº.61 com 31,00m, ambos pertencentes ao Sr. Edson Paulino, fechado assim a área na metragem já especificada - **PROPRIETÁRIO: GERALDO BULHÕES BARROS**, brasileiro, casado, Deputado Federal, portador do CPF nº.003.594.434-49, residente nesta cidade - **REGISTRO ANTERIOR**: Livro 02, R.2-37.395, em 26.06.84, do 1º Cartório de Imóveis, desta cidade, **C/Nº. 10411,** onde se vê que o proprietário adquiriu o imóvel desta matrícula por compra feita a Armênio Jorge de Moura Cavalcante e sua esposa Ledice Soares Cavalcante, casados, conforme escritura pública de compra e venda, lavrada em 11.06.1984, Lº.64/84, fls.136/136vº., do 3º Ofício, desta cidade; dou fé. Eu, Escrevente, digitei. Maceió, 28 de Fevereiro de 2013. Oficial Substituta.

AV.1 – 16645 – PENHORA– Certifico conforme certidão do 1º Cartório de Imóveis, arquivada neste cartório sob nº. 10411 – O Ofício nº.01222/2009/2ª VT-MA, datado de 10.08.2009, Poder judiciário – Justiça do Trabalho – TRT da 19ª Região – 2ª Vara do Trabalho de Maceió, do Dr. Sérgio Roberto de M. Queiroz, Juiz da 2ª VT de Maceió, onde o mesmo determina nos Autos da reclamação trabalhista nº.02284-1997-002-19-00-0, entre partes Reclamante; **LUCILO ANDERSON DE MESQUITA** e como Reclamado: **RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA, se abster de efetuar qualquer transferência do imóvel acima,** em nome de **GERALDO BULHÕES BARROS,** CPF nº.003.593.434-49; Tudo mais conforme documento apresentado e arquivado no 1º Cartório; dou fé. Eu, Escrevente, datilografei. Maceió, 28 de Fevereiro de 2013. Oficial Substituta.

R.2 - 16645 – Protocolo nº. **36666** – 28.02.2013 - **PENHORA** - Por Mandado de Penhora e Avaliação de 22.11.2012, e Auto de Penhora e Avaliação de 01.02.2013, extraídos do processo nº. **0093200-61.2007.5.19.0002** e **Execução nº.111807/2012**, pela Diretora de Secretaria da 2ª Vara do Trabalho de Maceió, Walkiria Bezerra Suruary Lima, expedido pelo Dr. Dr. Nilton Beltrão de Albuquerque Júnior, Juiz do Trabalho Substituto, tendo como Exequente: **JOSÉ MARCOLINO DOS SANTOS** e Executado: **GERALDO BULHÕES BARROS**, em garantia do pagamento da dívida no valor de **R$ 304.721,84**, atualizado até: 01.12.2012, fica **PENHORADO** o imóvel constante desta matrícula Avaliado unitariamente por R$ 1.200,000,00 (um milhões e duzentos mil reais); Tudo mais conforme documento apresentado em cartório e que fica arquivado; dou fé. Eu, Escrevente, digitei. Maceió, 28 de Fevereiro de 2013. Oficial Substituta.

R.3-16645-Protocolo nº.41.485-**PENHORA**-Por Mandado de Penhora e Avaliação de 14.04.2016,e Auto de Penhora e Avaliação de 11.11.2016, extraído do processo nº 0000216-57.2008.4.05.8001, pelo Diretor de Secretaria da 12ª Vara Federal, Plínio Barbosa Leite, de ordem do Dr.Aloysio Cavalcante Lima, Juiz Federal,tendo como Exequente AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES ANATEL e Executados RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA e outros, corresponsável Geraldo Henrique Vilar de Bulhões Barros, CPF-nº317.279.801-15, em garantia do pagamento do Débito no valor de R$7.905,00(atualizado até dezenbro /2015), fica PENHORADO o imóvel constante desta/ matrícula;DEPOSITÁRIO:FERNANDO GUSTAVO ALENCAR DE ALBUQUERQUE LINS,brasileiro, maior , capaz,leiloeiro oficial. Tudo mais conforme documento apresentado em cartório, dou fé.Eu, Escrevente , digitei, 02 de Dezembro de 2016.Oficial Substituta.

AV.4-16645-Protocolo nº44.600-**CANCELAMENTO DE PENHORA**- Procede-se à esta averbação nos termos da autorização contida no ofício nº4058001.5053391,de 09/08/2019,extraído dos autos do processo nº00000216-57.2008.4.05.8001, expedido pelo Sr.Plínio Barbosa Leite-Diretor de Secretaria-12ª Vara,De ordem do MM.Juiz Federal da 12ª vara,Dr.Aloysio Cavalcanti Lima,tendo como Exequente: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES-ANATEL e Executado:RÁDIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA,GERALDO BULHÕES BARROS JÚNIOR;GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS;GERALDO BULHÕES BARROS,para constar o **CANCELAMENTO DE PENHORA**,que grava o imóvel constante desta matrícula,referente ao R.3;Tudo mais conforme documento apresentado em cartorio;dou fe.Eu,

R.9-16645 - Protocolo nº 49.638 - PENHORA - Por Mandado de Penhora e Avaliaçao de 15.06.2023 e Auto de Penhora e Avaliaçao de 09.05.2023, extraído do Processo nº 0001846-56.2005.4.05.8001, pelo Sr. Miguel Ângelo Bonfim Esteves-Diretor de Secretaria - 8ª Vara, De ordem da MM.Drª. Camila Monteiro Pullin - Juiza Federal da 8ª Vara da Seçao Judiciária,tendo como Exequente: FAZENDA NACIONAL e Executado: ESPÒLIO DE GERALDO BULHOES BARROS e Outros e como Inventariante: Geraldo Henrique Vilar de Bulhoes Barros, em garantia do pagamento do Débito no valor de R$ 355.299,99, acrescida das cominaçoes legais, fica PENHORADO o imóvel constante desta matricula; DEPOSITÁRIO: Geraldo Henrique Vilar de Bulhoes Barros. Tudo mais conforme documento apresentado em cartório;dou fé.Eu, Escrevente,digitei. Maceió,10 de Agosto de 2023.Oficial.

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
8ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ESPÓLIO DE GERALDO BULHÕES BARROS e outros
INVENTARIANTE: GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS
8ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

EXECUTADO: Espólio do executado Geraldo Bulhões de Barros, na pessoa **de Geraldo Henrique Vilar de Bulhões Barros**

DEPOSITÁRIO: **Geraldo Henrique Vilar de Bulhões Barros**

ENDEREÇO: **Condomínio Aldebaran Ômega, Quadra A, Lote 08, Jardim Petrópolis** , e ainda se **telefone (99102-4488) e pelo WhatsApp** .

MANDADO DE CONSTATAÇÃO, REAVALIAÇÃO, INTIMAÇÃO E FOTOGRAFAÇÃO

ID:

A doutora **Camila Monteiro Pullin,** Juiza Federal da 8ª Vara desta Seção Judiciária, na forma da lei etc.

MANDA a qualquer Oficial de Justiça Avaliador deste Juízo Federal, a quem este for apresentado, que, em seu cumprimento, dirija-se ao endereço acima indicado e constate e reavalie o(s) bem(ns) abaixo descrito(s), intimando o executado da reavaliação realizada.

Deverá também fotografar o(s) bem(ns), devendo devolver este mandado com a(s) fotografia(s), que deverá ser juntada aos autos. Além disso, deverá salvar o(s) arquivo(s) da(s) fotografia(s) no caminho: Z:Publico-arapiracaLeilão 8ª Vara - Outubro 2023, em pasta nomeada com o número do processo, certificando tudo nos autos.

DEVERÁ, ainda, o Sr. Oficial de Justiça, INTIMAR o executado (e/ou a pessoa em cujo nome esteja registrado o bem penhorado) de que:

1) as datas designadas para as hastas públicas são:

1ª HASTA, DIA 08 DE MAIO DE 2024, ÀS 10HS;

2ª HASTA, DIA 08 DE MAIO DE 2024, ÀS 11HS.

2) no primeiro leilão, o valor da arrematação não poderá ser inferior ao da última (re)avaliação. No segundo leilão, a arrematação será feita por lances não inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor atribuído ao(s) bem(ns) na última (re)avaliação.

3) os referidos atos realizar-se-ão nas datas e horários acima indicados, ADVERTINDO que serão realizados no auditório da Subseção da Justiça Federal em Arapiraca/Al, situado na Rua José Jaílson Nunes, s/n, Bairro Santa Edwirges - Arapiraca/Al e também na modalidade *on line* , com a possibilidade de lances eletrônicos;

4) o leilão judicial será realizado pelo Sr. Fernando Gustavo Alencar de Albuquerque Lins, leiloeiro público oficial.

5) eventual alteração na data e horário da realização do leilão será objeto de intimação por meio de edital devidamente publicado e afixado na Sede desta Subseção Judiciária;

6) havendo resistência da parte executada na apresentação do bem, fica desde já autorizado o Oficial de Justiça a solicitar reforço policial, na forma do artigo 782, § 2º, do CPC, devendo ser advertida a parte executada de que seu procedimento configura ato atentatório à dignidade da justiça, podendo ser condenada ao pagamento de multa, tudo na forma do artigo 77, § 2º, do Código de Processo Civil, sem prejuízo das sanções criminais.

7) não sendo encontrado(s) o(s) bem(ns), o depositário deverá, desde logo, ser intimado a apresentá-lo(s) ou a depositar o equivalente em dinheiro, no prazo de 48h (quarenta e oito horas), sob pena de multa.

8) o depositário da coisa penhorada está obrigado a mostrar o bem a qualquer interessado no leilão, sob pena de fixação de multa diária e/ou, se for o caso, remoção imediata do (s) bem (ens) ao depósito do Leiloeiro Oficial, arcando o depositário com todas as despesas de remoção.

9) em caso de reavaliação de imóvel ocupado por terceiro, deverá o oficial de justiça certificar o nome do ocupante e a que título este o ocupa , notificando-o de que o bem será levado à hasta pública nas datas e horários referidos neste mandado.

Obs.: Em caso de bem imóvel o oficial de justiça deverá proceder à intimação do cônjuge da parte executada.

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei, cientificando-se a parte executada que este Juízo tem sede no endereço acima mencionado e encontra-se aberto ao público de segunda a sexta-feira das 9h às 18h.

MANDA, ainda, que INTIME a parte de que qualquer manifestação referente a este processo deve ser feita, necessariamente, de forma eletrônica, através do Processo Judicial Eletrônio- PJE, não sendo admitida, nos termos do §2º do art. 1º da Resolução 16/2012 do Eg. TRF da 5ª Região, a apresentação de petições em meio físico.

O oficial de Justiça deverá também intimar o réu para que informe o seu número de telefone e e-mail, devendo constar na certidão a resposta obtida.

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei, cientificando-se a parte requerida que este Juízo tem sede no Fórum Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima, Rua José Jailson Nunes, s/nº, bairro Santa Edwirges, Arapiraca/AL, CEF: 57.310-340 - Tel. (82) 3521-5625, e encontra-se aberto ao público de segunda a sexta-feira das 9h às 18h.

Eu, DENIS GOMES TORRES PINTO, TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A), o digitei e conferi.

Descrição do(s) bem(ns):

Bens de matrículas de N. 37395 e 77058, (Certidões cartorárias anexas com as localizações e detalhes dos bens)

ANEXO 01: AUTO DE PENHORA, AVALIAÇÃO E DEPÓSITO DE ID: 4058001.13416668

Miguel Ângelo Bomfim Esteves
Diretor de Secretaria - 8ª Vara

CIENTE EM: ____/____/____	ASSINATURA: _____

RG/CPF/CNH:_____	**TELEFONE: (___)** _____

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
8ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ESPÓLIO DE GERALDO BULHÕES BARROS e outros
INVENTARIANTE: GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS
8ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

CERTIDÃO

Certifico que os presentes autos, apesar de se encontrarem na tarefa "Controlar Prazos" , estão com fase de conclusão (data 26/01/2024) em aberto.

ARAPIRACA, 28 de Fevereiro de 2024

DENIS GOMES TORRES PINTO

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
8ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ESPÓLIO DE GERALDO BULHÕES BARROS e outros
INVENTARIANTE: GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS
8ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

Certidão

Certifico que, até a presente data, não houve devolução do mandado de ID: 4058001.14397351 . Certifico também que, não há tempo hábil para confecção dos expedientes necessários para o leilão que será realizado no dia 08 de maio de 2024.

ARAPIRACA, 25 de Abril de 2024

DENIS GOMES TORRES PINTO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL

Seção Judiciária de Alagoas

Vara: 8ª

Processo nº: 0001846-56.2005.4.05.8001

C E R T I D Ã O

Certifico que, em cumprimento ao Mandado retro, esta oficiala, por ter cumprido diversos mandados endereçados ao Sr. Geraldo Henrique Vilar de Bulhões Barros, tomou conhecimento que ele se mudou do endereço indicado **Condomínio Aldebaran Ômega, Quadra A, Lote 08, Jardim Petrópolis,** fato esse confirmado pelo Sr. Geraldo, razão pela qual, em **16/04/2024,** enviei mensagem pelo aplicativo WhatsApp (99102-4488), todavia, como não respondeu, em **17/04/2024,** telefonei duas vezes (08h48 e 15h03), contudo, em ambas as ligações a mensagem de voz informa que não foi possível completar a ligação. Como o inventariante não deu resposta, em **23/04/2024,** fiz chamada de voz pelo WhatsApp, mas ele não atendeu. Na data **24/04/2024, ele respondeu e informou que receberia o mandado pelo mencionado aplicativo e que passaria o atual endereço, assim como afirmou que o endereço que ele mesmo indicou é da casa de sua genetriz, onde reside o irmão dele, então, enviei o mandado e fiquei no aguardo da devolução do mesmo assinado,** assim como enviei o Laudo de Reavaliação dos imóveis constritos, acreditando que os mesmos estariam na mesma condição em que foram penhorados em agosto de ano passado. Na data logo acima, dirigi-me à **Av. Fernandes Lima, nº. 1513, Empresarial Rui Palmeira, 7º andar,** às 13 horas e 30 minutos, onde constatei que a cobertura (mat. 77.058) continua desocupada e fotografei o bem e, logo após, às 13 horas e 50 minutos, dirigi-me ao **endereço da Santa Amélia** (mat. 16.645, 2º Cartório de Imóveis), e, em ali estando, **constatei que o imóvel de nº. 2.720 está parcialmente destruído, totalmente depredado (pichado, sem portas e janelas), restaram algumas paredes** , conforme fotos anexas dos dois imóveis. Na ocasião, não adentrei o imóvel com receio de haver pessoas estranhas no local que não tem muita movimentação, razão pela qual, procedi a nova reavaliação desse imóvel, após consultar o corretor Josival Inácio Vieira, o qual, após visualizar as fotos do imóvel, informou o atual valor do bem, então, ainda na data logo acima, enviei mensagem pelo WhatsApp do Sr. Geraldo comunicando a nova situação do bem e como não assinou o mandado, em **25/04/2024** fiz ligação de voz pelo referido aplicativo, mas ele não atendeu, então enviei mensagem pedindo para desconsiderar o primeiro laudo de reavaliação e que aguardaria o mandado assinado até o dia **29/04/2024** em razão da

urgência no cumprimento por causa da recente data do leilão e, embora tenha respondido que faria na data logo acima, não o fez, então, mais uma vez, em **26/04/2024** fiz ligação de voz pelo referido aplicativo, mas ele não atendeu, então, novamente enviei mensagem comunicando que desde **24/04/2024** que ele estava ciente do novo laudo de reavaliação e solicitei o mandado assinado. No dia **29/04/2024,** enviei outra mensagem solicitando o mandado assinado, ele respondeu que devolveria até às 16 horas e 30 minutos, contudo, não cumpriu. **Na data 30/04/2023, enviei mensagem pelo WhatsApp comunicando que o inventariante estava intimado de todo o teor do mandado, bem como das datas do leilão desde o dia 24/04/2024, segue em anexo fotos de todas as mensagens.** Certifico ainda que, **até a presente data o inventariante não apresentou novo endereço.** Certifico ao final que, por determinação da secretaria, não é mais necessária a inclusão virtual das fotos no site www.jfal.gov.br/intranet/leilao , vez que há junção delas nos autos do processo. E, para constar, lavrei a presente, que vai devidamente assinada por mim, Oficiala de Justiça Avaliadora Federal.

O referido é verdade. Dou fé.

Maceió, 30 de abril de 2024.

Ana Paula Soriano Viana

Oficiala de Justiça Avaliadora Federal - Mat. 315

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL

LAUDO DE REAVALIAÇÃO

VARA: 8ª
PROCESSO nº: 0001846-56.2005.4.05.8001
EXEQUENTE: Fazenda Nacional
EXECUTADO: Espólio Geraldo Bulhões Barros
INVENTARIANTE: Geraldo Henrique Vilar De Bulhões Barros
ENDEREÇO DOS BENS: Rua em Projeto "D" (atual Av. Jorge Montenegro Barros), nº. 2.720, do Loteamento Costa Rêgo, Santa Amélia (antigo Bebedouro).

Em cumprimento ao mandado expedido nos Autos da Ação supracitada, reavaliei os bens a seguir descritos:

- **PRÉDIO RESIDENCIAL SOB O Nº. 2.720, situado na Rua em Projeto "D", do Loteamento Costa Rêgo, do bairro de Bebedouro, nesta cidade, com as seguintes características: quartos internos com um banheiro completo e mais uma suíte, uma sala de visita, uma copa, cozinha e dispensa, duas áreas cobertas e um lavabo, tendo ainda um outro bloco de construção, com quatro suítes compostas de uma pequena sala, um quarto e um banheiro completo e ainda uma área externa coberta e comum a todo bloco, possui ainda, em construção independente, duas dependências de empregados com quartos, banheiro e sanitários completos e ainda uma lavanderia e uma garagem, tudo em alvenaria, tijolos e telhas, perfazendo como dito acima uma área coberta de 732,66m² e área de construção de 666,04m²; edificado no terreno constituído dos lotes 54, 55, 56, 57 e 59, da Quadra F, componente do LOTEAMENTO COSTA RÊGO, medindo 67,00m de frente, para a Rua em Projeto "D", pelo lado direito com a Estrada asfaltada Costa Rêgo, medindo 30,00m, pelo lado esquerdo com 34,00m, limitando-se com antiga Estrada Santa Amélia, e fundos confrontando-se 18,00m com os fundos do lote nº. 58, pertencente ao Sr. Edson Paulino, e ainda 12,00m de frente do lote nº. 59, para a Rua em Projeto "E", lote esse pertencente a Armênio Jorge de Moura Cavalcante, formado na área dos imóveis citados, confrontando-se ainda em prosseguimento nos fundos com os fundos do lote nº. 60, com 16,00m e de nº. 61, com 31,00m, ambos pertencentes ao Sr. Edson Paulino, fechando assim a área na metragem já especificada. Matriculado sob o número 16.645, no 2º Registro Geral de imóveis de Maceió e também matriculado sob o nº. 37.395, no 1º Cartório de Imóveis de**

Maceió. ATUALMENTE O IMÓVEL SE ENCONTRA TOTALMENTE DEPREDADO, RESTANDO APENAS ALGUMAS PARTES DE PAREDE E DO MURO, PORTANTO, FICOU BASICAMENTE SÓ O TERRENO, CONFORME FOTOS ANEXAS, razão pela qual reavalio em R$ 800,00 (oitocentos mil reais);

- **UNIDADE DE COBERTURA, encravado no 7º andar do Edifício denominado CENTRO EMPRESARIAL RUY PALMEIRA, situado na Av. Fernandes Lima, nº. 1513, no bairro do Farol, nesta cidade, composta de salão, 03 WC, copa e depósito, perfazendo uma área total de 393,00ms², sendo 351,00ms² de área comum e fração ideal de 0,1453; edificada em terreno próprio que mede 17,00ms de frente e de fundos, por 41,00ms de frente a fundos em ambos os lados, limitando-se pela frente com a mencionada Av. Fernandes Lima, pelo lado direito com a Rua Miguel Palmeira, pelo lado esquerdo com terreno pendente a Áureo de Aquino e pelos fundos com o terreno do Sr. Antônio Rocha de Aquino. Matriculado sob o nº. 77.058, no 1º Cartório de Imóveis de Maceió, reavaliado em R$ 456.300,00 (quatrocentos e cinquenta e seis mil e trezentos reais);**

Importa a presente reavaliação o valor total de R$ 1.256.300,00 (um milhão duzentos e cinquenta e seis mil e trezentos reais).

OBS.: A casa de nº. 2.720 está totalmente depredada (fotos em anexo), razão pela qual a reavaliação foi para metade do preço, considerando apenas o terreno. Mantenho o mesmo valor da penhora a cobertura (7º andar) no Farol, vez que a última avaliação é de menos de um ano (07/08/2023). Apesar desta oficiala ter ido algumas vezes no imóvel comercial, não se recorda quantas salas, divisórias e banheiros existem e da última vez em que compareceu estava em péssimas condições e ainda está desocupado. Segundo o corretor, o valor médio de um imóvel nessa área é de R$ 1.300,00 o metro quadrado.

E, nada mais tendo a reavaliar, lavrei o presente que vai devidamente assinado por mim, Oficiala de Justiça Avaliadora.

Maceió, 24 de abril de 2024.

Ana Paula Soriano Viana

Ana Paula Soriano Viana
Oficiala de Justiça Avaliadora



Entrada de acesso ao edifício.



Entrada do imóvel


Ed. Empresarial Rui palmeira.


Escada de acesso ao 7º andar, o elevador só vai até o 6º.

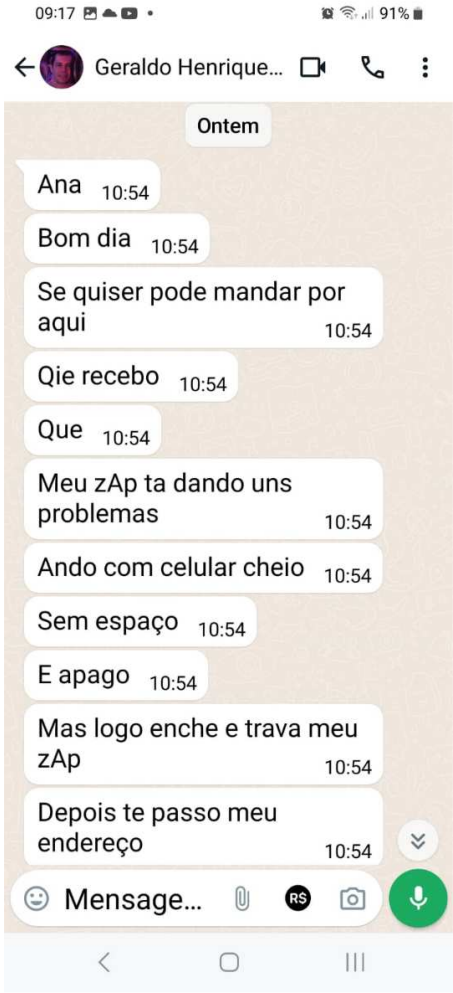


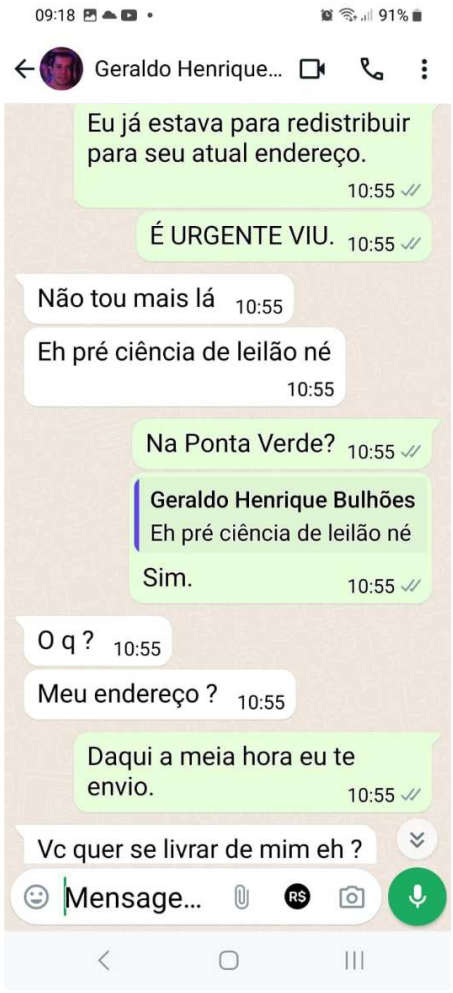
Entrada da frente da casa nº. 2.720

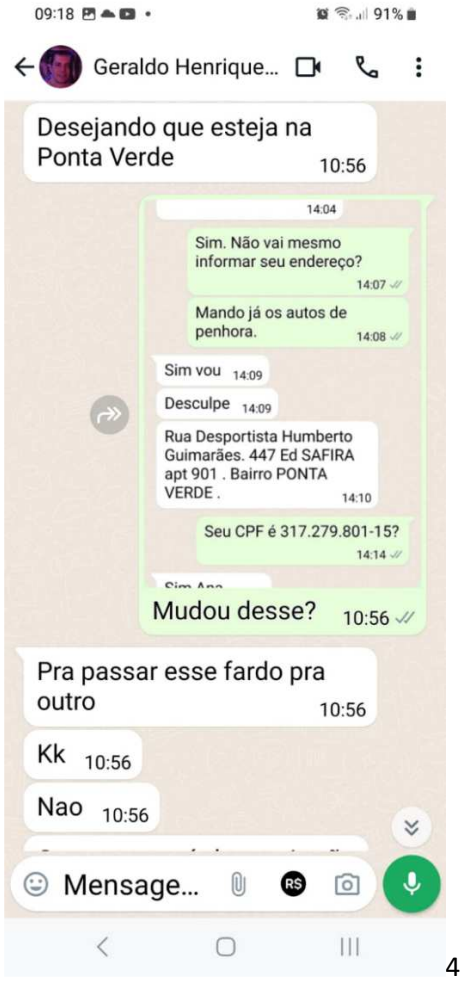


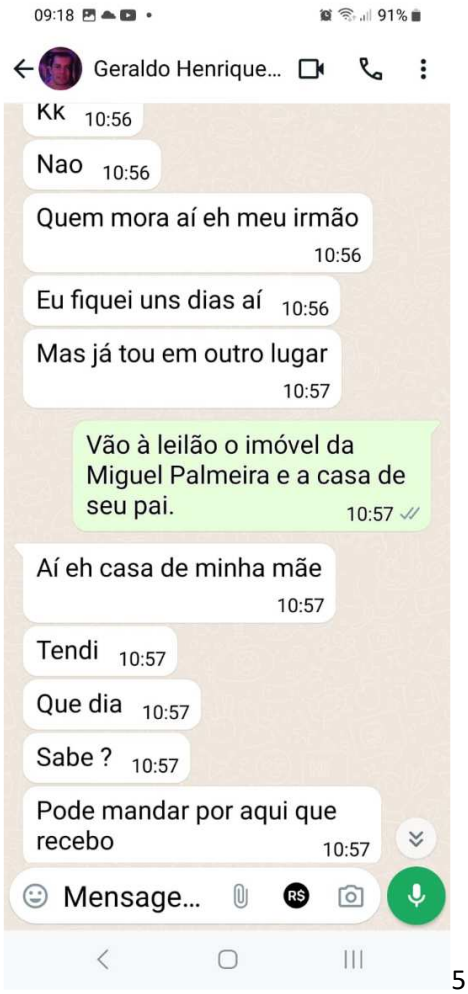


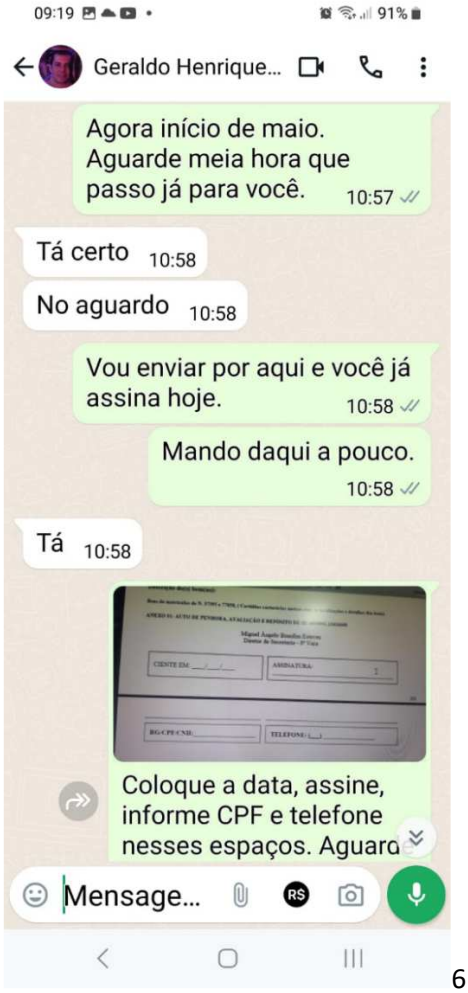

09:17
Geraldo Henrique...
16 de abril de 2024
Boa tarde Sr. Geraldo Henrique. Estou com um mandado de intimação de leilão para o senhor. Sei que mudou do Condomínio Aldebaran Ômega. O senhor aceita ser intimado por este aplicativo? Caso não queira, irei redistribuir ao oficial de seu atual endereço.Oficiala Ana Paula. 15:17
Terça-feira
Ligação de voz
Não atendida 17:25
Ontem
Ana 10:54
Bom dia 10:54
Mensage...
1

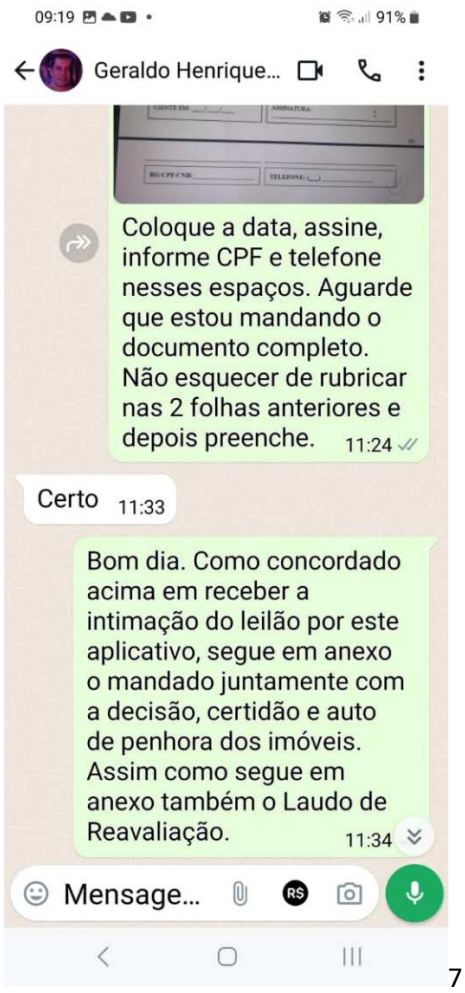

09:17
Geraldo Henrique...
Ontem
Ana 10:54
Bom dia 10:54
Se quiser pode mandar por aqui 10:54
Qie recebo 10:54
Que 10:54
Meu zAp ta dando uns problemas 10:54
Ando com celular cheio 10:54
Sem espaço 10:54
E apago 10:54
Mas logo enche e trava meu zAp 10:54
Depois te passo meu endereço 10:54
Mensage...
2


09:18
Geraldo Henrique...
Eu já estava para redistribuir para seu atual endereço. 10:55
É URGENTE VIU. 10:55
Não tou mais lá 10:55
Eh pré ciência de leilão né 10:55
Na Ponta Verde? 10:55
Geraldo Henrique Bulhões
Eh pré ciência de leilão né
Sim. 10:55
O q ? 10:55
Meu endereço ? 10:55
Daqui a meia hora eu te envio. 10:55
Vc quer se livrar de mim eh ?
Mensage...
3

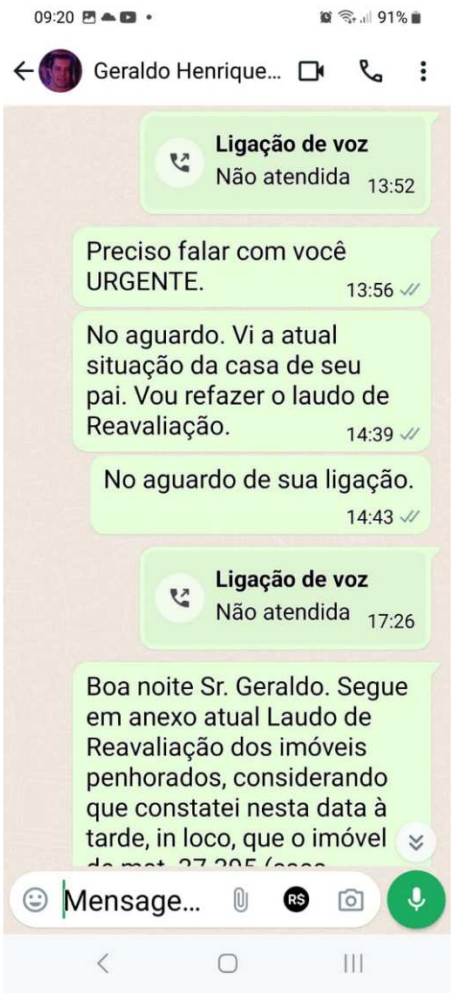

09:18
Geraldo Henrique...
Desejando que esteja na Ponta Verde 10:56
14:04
Sim. Não vai mesmo informar seu endereço? 14:07
Mando já os autos de penhora. 14:08
Sim vou 14:09
Desculpe 14:09
Rua Desportista Humberto Guimarães. 447 Ed SAFIRA apt 901 . Bairro PONTA VERDE . 14:10
Seu CPF é 317.279.801-15? 14:14
Mudou desse? 10:56
Pra passar esse fardo pra outro 10:56
Kk 10:56
Nao 10:56
Mensage...
4


09:18
Geraldo Henrique...
Kk 10:56
Nao 10:56
Quem mora aí eh meu irmão 10:56
Eu fiquei uns dias aí 10:56
Mas já tou em outro lugar 10:57
Vão à leilão o imóvel da Miguel Palmeira e a casa de seu pai. 10:57
Aí eh casa de minha mãe 10:57
Tendi 10:57
Que dia 10:57
Sabe ? 10:57
Pode mandar por aqui que recebo 10:57
Mensage...
5

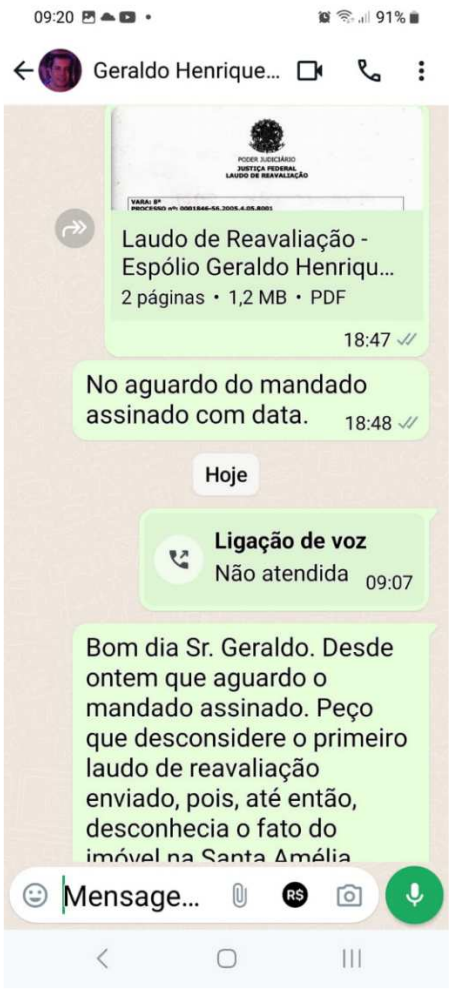

09:19
Geraldo Henrique...
Agora início de maio. Aguarde meia hora que passo já para você. 10:57
Tá certo 10:58
No aguardo 10:58
Vou enviar por aqui e você já assina hoje. 10:58
Mando daqui a pouco. 10:58
Tá 10:58
Coloque a data, assine, informe CPF e telefone nesses espaços. Aguard
Mensage...
6


09:19
Geraldo Henrique...
Coloque a data, assine, informe CPF e telefone nesses espaços. Aguarde que estou mandando o documento completo. Não esquecer de rubricar nas 2 folhas anteriores e depois preenche. 11:24
Certo 11:33
Bom dia. Como concordado acima em receber a intimação do leilão por este aplicativo, segue em anexo o mandado juntamente com a decisão, certidão e auto de penhora dos imóveis. Assim como segue em anexo também o Laudo de Reavaliação. 11:34
Mensage...

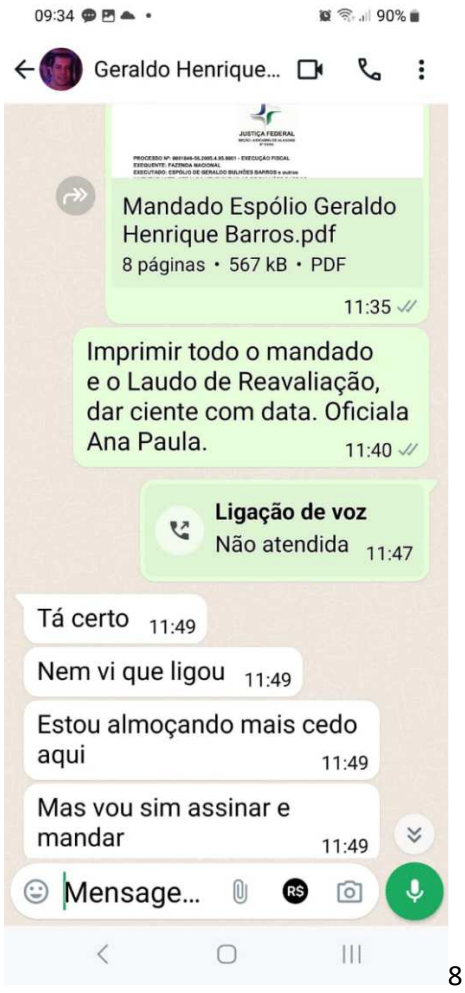
7


09:20
Geraldo Henrique...
Ligação de voz
Não atendida 13:52
Preciso falar com você URGENTE. 13:56
No aguardo. Vi a atual situação da casa de seu pai. Vou refazer o laudo de Reavaliação. 14:39
No aguardo de sua ligação. 14:43
Ligação de voz
Não atendida 17:26
Boa noite Sr. Geraldo. Segue em anexo atual Laudo de Reavaliação dos imóveis penhorados, considerando que constatei nesta data à tarde, in loco, que o imóvel
Mensage...

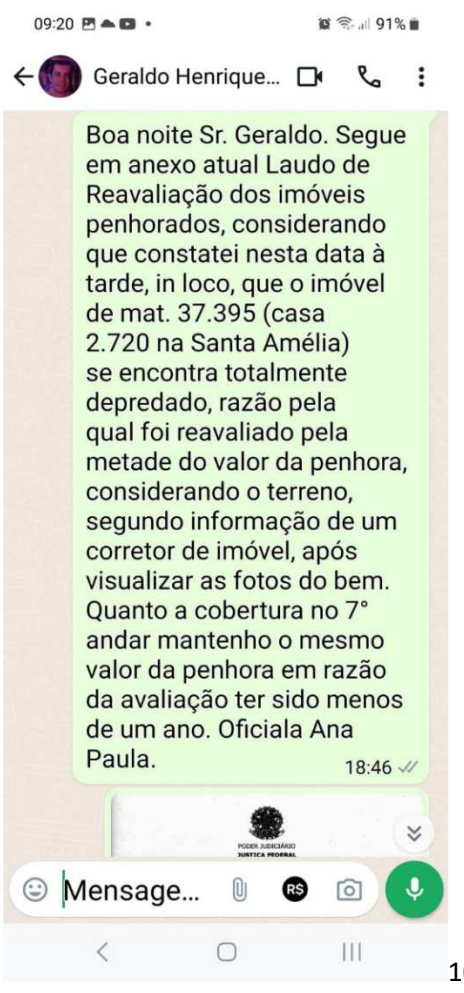
9


09:20
Geraldo Henrique...
Laudo de Reavaliação - Espólio Geraldo Henriqu...
2 páginas • 1,2 MB • PDF
18:47
No aguardo do mandado assinado com data. 18:48
Hoje
Ligação de voz
Não atendida 09:07
Bom dia Sr. Geraldo. Desde ontem que aguardo o mandado assinado. Peço que desconsidere o primeiro laudo de reavaliação enviado, pois, até então, desconhecia o fato do
Mensage...

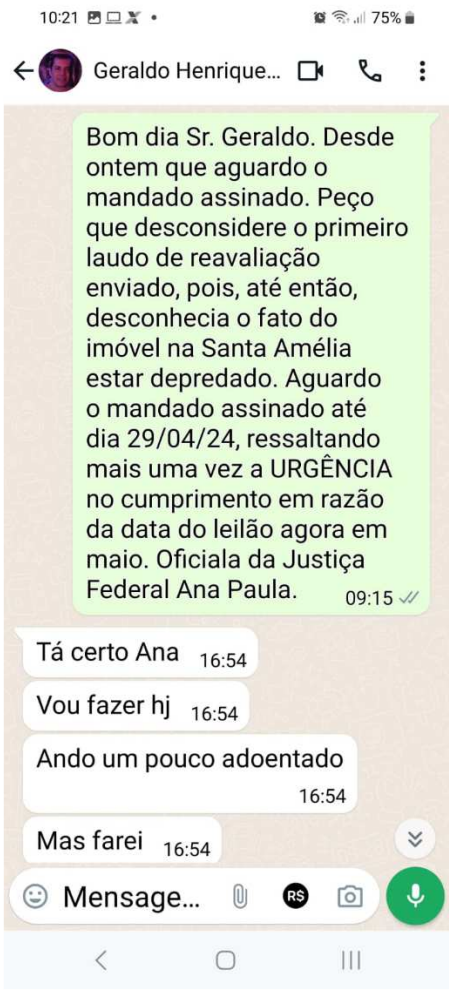
11


09:34
Geraldo Henrique...
Mandado Espólio Geraldo Henrique Barros.pdf
8 páginas • 567 kB • PDF
11:35
Imprimir todo o mandado e o Laudo de Reavaliação, dar ciente com data. Oficiala Ana Paula. 11:40
Ligação de voz
Não atendida 11:47
Tá certo 11:49
Nem vi que ligou 11:49
Estou almoçando mais cedo aqui 11:49
Mas vou sim assinar e mandar 11:49
Mensage...

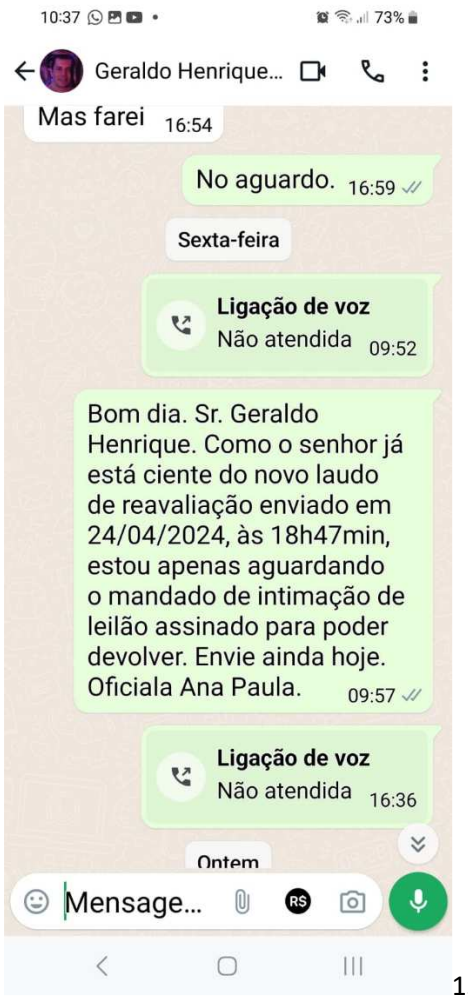
8


09:20
Geraldo Henrique...
Boa noite Sr. Geraldo. Segue em anexo atual Laudo de Reavaliação dos imóveis penhorados, considerando que constatei nesta data à tarde, in loco, que o imóvel de mat. 37.395 (casa 2.720 na Santa Amélia) se encontra totalmente depredado, razão pela qual foi reavaliado pela metade do valor da penhora, considerando o terreno, segundo informação de um corretor de imóvel, após visualizar as fotos do bem. Quanto a cobertura no 7° andar mantenho o mesmo valor da penhora em razão da avaliação ter sido menos de um ano. Oficiala Ana Paula. 18:46
Mensage...

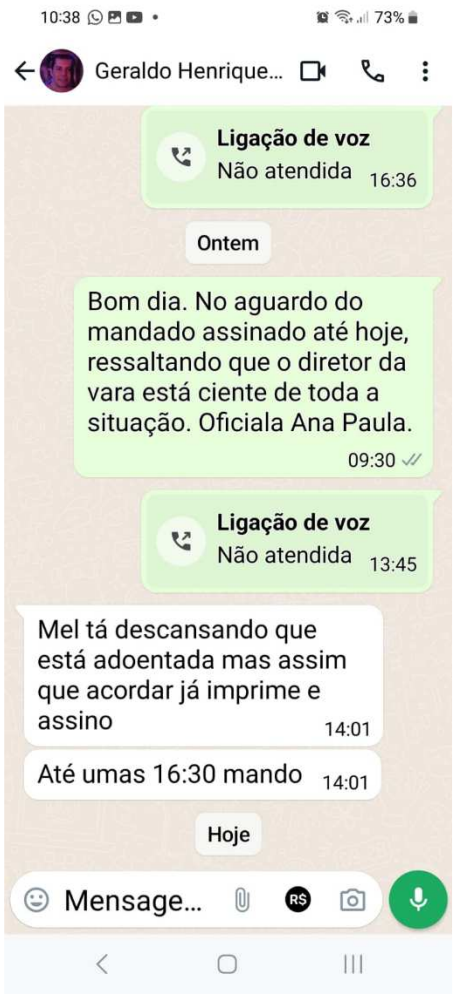
10


10:21
Geraldo Henrique...
Bom dia Sr. Geraldo. Desde ontem que aguardo o mandado assinado. Peço que desconsidere o primeiro laudo de reavaliação enviado, pois, até então, desconhecia o fato do imóvel na Santa Amélia estar depredado. Aguardo o mandado assinado até dia 29/04/24, ressaltando mais uma vez a URGÊNCIA no cumprimento em razão da data do leilão agora em maio. Oficiala da Justiça Federal Ana Paula. 09:15
Tá certo Ana 16:54
Vou fazer hj 16:54
Ando um pouco adoentado 16:54
Mas farei 16:54
Mensage...

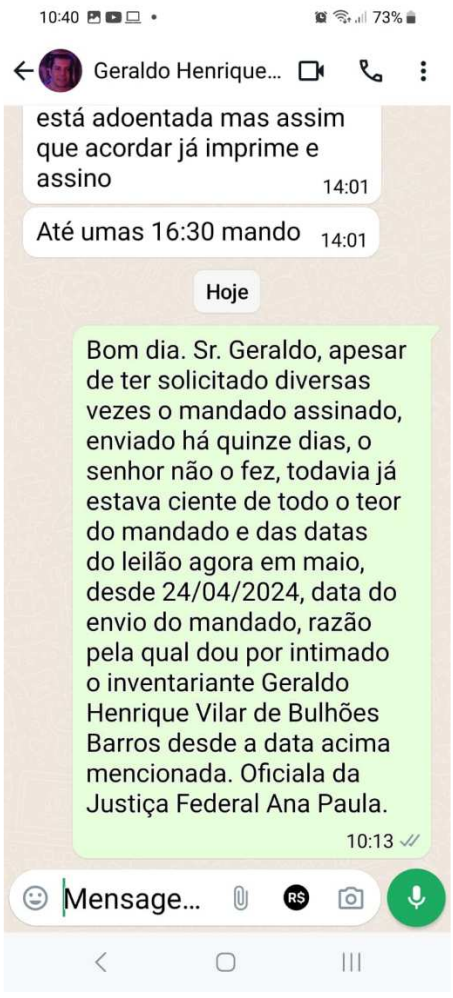
12


10:37
73%
Geraldo Henrique...
Mas farei 16:54
No aguardo. 16:59
Sexta-feira
Ligação de voz
Não atendida 09:52
Bom dia. Sr. Geraldo Henrique. Como o senhor já está ciente do novo laudo de reavaliação enviado em 24/04/2024, às 18h47min, estou apenas aguardando o mandado de intimação de leilão assinado para poder devolver. Envie ainda hoje. Oficiala Ana Paula. 09:57
Ligação de voz
Não atendida 16:36
Ontem
Mensage...

13


10:38
73%
Geraldo Henrique...
Ligação de voz
Não atendida 16:36
Ontem
Bom dia. No aguardo do mandado assinado até hoje, ressaltando que o diretor da vara está ciente de toda a situação. Oficiala Ana Paula. 09:30
Ligação de voz
Não atendida 13:45
Mel tá descansando que está adoentada mas assim que acordar já imprime e assino 14:01
Até umas 16:30 mando 14:01
Hoje
Mensage...

14


10:40
73%
Geraldo Henrique...
está adoentada mas assim que acordar já imprime e assino 14:01
Até umas 16:30 mando 14:01
Hoje
Bom dia. Sr. Geraldo, apesar de ter solicitado diversas vezes o mandado assinado, enviado há quinze dias, o senhor não o fez, todavia já estava ciente de todo o teor do mandado e das datas do leilão agora em maio, desde 24/04/2024, data do envio do mandado, razão pela qual dou por intimado o inventariante Geraldo Henrique Vilar de Bulhões Barros desde a data acima mencionada. Oficiala da Justiça Federal Ana Paula. 10:13
Mensage...

15

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
8ª VARA

INSPEÇÃO ORDINÁRIA

Período de 10 de junho a 14 de junho de 2024

Ocorrência	Data Prazo
Processo em ordem	30/06/2024

CAMILA MONTEIRO PULLIN

Juíza Federal - 8ª Vara

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
8ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ESPÓLIO DE GERALDO BULHÕES BARROS e outros
INVENTARIANTE: GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS
8ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

CERTIDÃO

Certifico que, de ordem do MM Juíza Fedral desta 8ª Vara, Dra. **Camila Monteiro Pullin** , foram designadas as datas para a realização das hastas públicas, a serem realizadas no auditório da Subseção da Justiça Federal em Arapiraca/Al, situado na Rua José Jaílson Nunes, s/n, Bairro Santa Edwirges - Arapiraca/Al, marcadas para os dias:

1ª HASTA, DIA 09 DE OUTUBRO DE 2024, ÀS 10HS e

2ª HASTA, DIA 09 DE OUTUBRO DE 2024, ÀS 11HS.

Descrição do(s) bem(ns): **Bens de matrículas de N. 37395 e 77058**

Certifico ainda que procedi com a inclusão dos dados do bem acima na planilha de controle do setor.

ARAPIRACA, 14 de Julho de 2024

DENIS GOMES TORRES PINTO

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
8ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ESPÓLIO DE GERALDO BULHÕES BARROS e outros
INVENTARIANTE: GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS
8ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

EXECUTADO: Espólio do executado Geraldo Bulhões de Barros, na pessoa **de Geraldo Henrique Vilar de Bulhões Barros**

DEPOSITÁRIO: **Geraldo Henrique Vilar de Bulhões Barros**

ENDEREÇO: **Condomínio Aldebaran Ômega, Quadra A, Lote 08, Jardim Petrópolis** , e ainda se **telefone (99102-4488) e pelo WhatsApp** .

MANDADO DE INTIMAÇÃO

ID:

A doutora **Camila Monteiro Pullin,** Juiza Federal da 8ª Vara desta Seção Judiciária, na forma da lei etc.

MANDA a qualquer Oficial de Justiça Avaliador deste Juízo Federal, a quem este for apresentado, que, em seu cumprimento, dirija-se ao endereço acima e:

INTIME o executado (e/ou a pessoa em cujo nome esteja registrado o bem penhorado) de que:

1) as datas designadas para as hastas públicas são:

1ª HASTA, DIA 09 DE OUTUBRO DE 2024, ÀS 10HS e

2ª HASTA, DIA 09 DE OUTUBRO DE 2024, ÀS 11HS.

2) no primeiro leilão, o valor da arrematação não poderá ser inferior ao da última (re)avaliação. No segundo leilão, a arrematação será feita por lances não inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor atribuído ao(s) bem(ns) na última (re)avaliação.

3) os referidos atos realizar-se-ão nas datas e horários acima indicados, ADVERTINDO que serão realizados no auditório da Subseção da Justiça Federal em Arapiraca/Al, situado na Rua José Jaílson Nunes, s/n, Bairro Santa Edwirges - Arapiraca/Al e também na modalidade *on line* , com a possibilidade de lances eletrônicos;

4) o leilão judicial será realizado pelo Sr. Fernando Gustavo Alencar de Albuquerque Lins, leiloeiro público oficial.

5) eventual alteração na data e horário da realização do leilão será objeto de intimação por meio de edital devidamente publicado e afixado na Sede desta Subseção Judiciária;

6) havendo resistência da parte executada na apresentação do bem, fica desde já autorizado o Oficial de Justiça a solicitar reforço policial, na forma do artigo 782, § 2º, do CPC, devendo ser advertida a parte executada de que seu procedimento configura ato atentatório à dignidade da justiça, podendo ser condenada ao pagamento de multa, tudo na forma do artigo 77, § 2º, do Código de Processo Civil, sem prejuízo das sanções criminais.

7) não sendo encontrado(s) o(s) bem(ns), o depositário deverá, desde logo, ser intimado a apresentá-lo(s) ou a depositar o equivalente em dinheiro, no prazo de 48h (quarenta e oito horas), sob pena de multa.

8) o depositário da coisa penhorada está obrigado a mostrar o bem a qualquer interessado no leilão, sob pena de fixação de multa diária e/ou, se for o caso, remoção imediata do (s) bem (ens) ao depósito do Leiloeiro Oficial, arcando o depositário com todas as despesas de remoção.

9) em caso de reavaliação de imóvel ocupado por terceiro, deverá o oficial de justiça certificar o nome do ocupante e a que título este o ocupa , notificando-o de que o bem será levado à hasta pública nas datas e horários referidos neste mandado.

Obs.: Em caso de bem imóvel o oficial de justiça deverá proceder à intimação do cônjuge da parte executada.

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei, cientificando-se a parte executada que este Juízo tem sede no endereço acima mencionado e encontra-se aberto ao público de segunda a sexta-feira das 9h às 18h.

MANDA, ainda, que INTIME a parte de que qualquer manifestação referente a este processo deve ser feita, necessariamente, de forma eletrônica, através do Processo Judicial Eletrônio- PJE, não sendo admitida, nos termos do §2º do art. 1º da Resolução 16/2012 do Eg. TRF da 5ª Região, a apresentação de petições em meio físico.

O oficial de Justiça deverá também intimar o réu para que informe o seu número de telefone e e-mail, devendo constar na certidão a resposta obtida.

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei, cientificando-se a parte requerida que este Juízo tem sede no Fórum Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima, Rua José Jailson Nunes, s/nº, bairro Santa Edwirges, Arapiraca/AL, CEF: 57.310-340 - Tel. (82) 3521-5625, e encontra-se aberto ao público de segunda a sexta-feira das 9h às 18h.

Eu, DENIS GOMES TORRES PINTO, TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A), o digitei e conferi.

Descrição do(s) bem(ns): **Bens de matrículas de N. 37395 e 77058**

ANEXO 01 : Certidão - Designação de leilão 4058001.15452038, Certidão do oficial de justiça 4058001.15045207, Fotos dos imóveis 4058001.15045210, laudo de reavaliação 4058001.15045208, Despacho de ID: 4058001.15027142 , Auto de Penhora, Avaliação e Depósito ID: 4058001.13416668.

Miguel Ângelo Bomfim Esteves
Diretor de Secretaria - 8ª Vara

CIENTE EM: ____/____/____	ASSINATURA: _____
RG/CPF/CNH:_____	**TELEFONE: (___)** _____

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ESPÓLIO DE GERALDO BULHÕES BARROS e outros
INVENTARIANTE: GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS
8ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

CERTIDÃO

Certifico que me dirigi ao Residencial Aldebaran Omega, Maceió, onde o Agente de Portaria Carlos me afirmou que o Sr. Geraldo Henrique Vilar de Bulhões Barros não mais reside naquele condomínio, desconhecendo seu atual paradeiro. Em razão disso, DEVOLVO O MANDADO SEM CUMPRIMENTO.

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
8ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ESPÓLIO DE GERALDO BULHÕES BARROS e outros
INVENTARIANTE: GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS
8ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

A doutora **Camila Monteiro Pullin,** Juiza Federal da 8ª Vara desta Seção Judiciária, no uso de suas atribuições legais, etc.

Faz saber a quantos o presente **EDITAL** virem ou dele tiverem conhecimento que esta Vara Federal levará à venda em arrematação pública, nas datas, local e sob as condições adiante descritas os bens penhorados nos autos da ação a seguir relacionada:

PROCESSO	0001846-56.2005.4.05.8001
CLASSSE	EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE	FAZENDA NACIONAL, CNPJ:00.394.460/0216-53
EXECUTADO	Espólio de GERALDO BULHÕES BARROS, CPF: 003.593.434-49; GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS, CPF: 317.279.801-15; GERALDO BULHÕES BARROS, CPF: 003.593.434-49;
Advogados do executado	Sem Advogado
Valor do Débito	R$ 431.294,18 (atualizado em 04/10/2023)
CDAs	31850777-3
BENS A SEREM LEILOADOS	

Descrição do Bem - 1	1 - UNIDADE DE COBERTURA, encravado no 7º andar do Edifício denominado CENTRO EMPRESARIAL RUY PALMEIRA, situado na Av. Fernandes Lima, no. 1513, no bairro do Farol, nesta cidade, composta de salão, 03 WC, copa e depósito, perfazendo uma área total de 393,00m², sendo 351,00m² de área comum e fração ideal de 0,1453; edificada em terreno próprio que mede 17,00m de frente e de fundos, por 41,00m de frente a fundos em ambos os lados, limitando-se pela frente com a mencionada Av. Fernandes Lima, pelo lado direito com a Rua Miguel Palmeira, pelo lado esquerdo com terreno pendente a Áureo de Aquino e pelos fundos com o terreno do Sr. Antônio Rocha de Aquino. Matriculado sob o nº. 77.058, no 1 Cartório de Imóveis de Maceió.
Valor da Avaliação do bem - 1	R$ 1.256.300,00 (um milhão, duzentos e cinquenta e seis mil e trezentos reais)
Descrição do Bem - 2	2 - PRÉDIO RESIDENCIAL SOB O Nº. 2.720, situado na Rua em Projeto "D", do Loteamento Costa Rêgo, do bairro de Bebedouro, nesta cidade, com as seguintes características: quartos internos com um banheiro completo e mais uma suíte, uma sala de visita, uma copa, cozinha e dispensa, duas áreas cobertas e um lavabo, tendo ainda um outro bloco de construção, com quatro suítes compostas de uma pequena sala, um quarto e um banheiro completo e ainda uma área externa coberta e comum a todo bloco, possui ainda, em construção independente, duas dependências de empregados com quartos, banheiro e sanitários completos e ainda uma lavanderia e uma garagem, tudo em alvenaria, tijolos e telhas, perfazendo como dito acima uma área coberta de 732,66m² e área de construção de 666,04m²; edificado no terreno constituído dos lotes 54, 55, 56, 57 e 59, da Quadra F, componente do LOTEAMENTO COSTA RÊGO, medindo 67,00m de frente, para a Rua em Projeto "D", pelo lado direito com a Estrada asfaltada Costa Rêgo, medindo 30,00m, pelo lado esquerdo com 34,00m, limitando-se com antiga Estrada Santa Amélia, e fundos confrontando-se 18,00m com os fundos do lote no. 58, pertencente ao Sr. Edson Paulino, e ainda 12,00m de frente do lote no. 59, para a Rua em Projeto "E", lote esse pertencente a Armênio Jorge de Moura Cavalcante, formado na área dos imóveis citados, confrontando-se ainda em prosseguimento nos fundos com os fundos do, lote n. 60, com 16,00m e de no. 61, com 31,00m, ambos pertencentes ao Sr. Edson Paulino, fechando assim a área na metragem já especificada. Matriculado sob o número 16.645, no 2° Registro Geral de imóveis de Maceió e também matriculado sob o no. 37.395, no 1º Cartório de Imóveis de Maceió. ATUALMENTE O IMÓVEL SE ENCONTRA TOTALMENTE DEPREDADO, RESTANDO APENAS ALGUMAS PARTES DE PAREDE E DO MUTO, PORTANTO, FICOU BASICAMENTE SÓ O TERRENO.
Valor da Avaliação do bem - 2	R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais)

DATA

1ª HASTA, DIA 09 DE OUTUBRO DE 2024, ÀS 10HS e

2ª HASTA, DIA 09 DE OUTUBRO DE 2024, ÀS 11HS.

LOCAL

Auditório da Subseção da Justiça Federal em Arapiraca/Al, situado na Rua José Jaílson Nunes, s/n, Bairro Santa Edwirges - Arapiraca/Al e também na modalidade *on line* , com a possibilidade de lances eletrônicos.

LEILOEIRO

Fernando Gustavo Alencar de Albuquerque Lins, matrícula JUCEAL 013.

Site: www.albuquerquelins.com.br . Telefone: (82) 99982-4509. E-mail: contato@albuquerquelins.com.br .

ADVERTÊNCIAS

1. Ficam intimados pelo Edital o(s) Executado(s) e cônjuge(s), se casado(s) for(em), bem como quaisquer interessados, inclusive, caso exista: o coproprietário de bem indivisível do qual tenha sido penhorada fração ideal; o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, quando a penhora recair sobre bem gravado com tais direitos reais; o proprietário do terreno submetido ao regime de direito de superfície, enfiteuse, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, quando a penhora recair sobre tais direitos reais; o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, quando a penhora recair sobre bens com tais gravames, caso não seja o credor, de qualquer modo, parte na execução; o promitente comprador, quando a penhora recair sobre bem em relação ao qual haja promessa de compra e venda registrada; o promitente vendedor, quando a penhora recair sobre direito aquisitivo derivado de promessa de compra e venda registrada.
2. Os bens são vendidos no estado em que se encontram, não cabendo à Justiça Federal ou ao leiloeiro qualquer responsabilidade quanto a consertos ou reparos, nem quanto a despesas de transporte, retirada, embalagem e similares. É de exclusiva atribuição dos licitantes verificar o estado de conservação, situação de posse e especificações do(s) bem(ns) oferecido no leilão, verificando, em caso de imóveis (rurais ou urbanos), os limites, áreas, confrontações, situação jurídica, despesas de condomínio, etc, não podendo se escusar a efetuar o pagamento do lance sob a alegação de que o bem arrematado não se encontra nas condições que imaginava.
3. Fica reservado à 8ª Vara Federal o direito de não alienar, no todo ou em parte, os bens cujos preço forem considerados inferiores ao preço de mercado, independente do valor do lance inicial do arrematante, bem como alterar as condições deste Edital, suas especificações e quantidade dos bens passíveis de leilão, além de alterar quaisquer documentos pertinentes à presente licitação. Poderá haver, a qualquer tempo, a exclusão de bens do leilão, independentemente de prévia comunicação.
4. O leilão será realizado na modalidade presencial e *on line* , sob a responsabilidade do leiloeiro designado. Conforme as recomendações da Resolução nº 92/2009, do Conselho de Justiça Federal, os lances poderão ser efetuados por meio de portal eletrônico na plataforma zoom, através do link https://us02web.zoom.us/j/86708501154?pwd=N01hVjJKSmZwQ21Oc0lic21ldmtVUT09 , ID da reunião: 867 0850 1154, Senha de acesso: 760862, mediante cadastramento prévio com o leiloeiro, por meio de envio de documento de identificação com foto, comprovante de residência e assinatura do termo de compromisso e responsabilidade nos moldes indicados pelo leiloeiro (contatos email fernandogustavolins@gmail.com , telefone: 82 99982-4509, portal eletrônico http://www.albuquerquelins.com.br/), confirmação dos lances e recolhimento da quantia respectiva na data designada para o leilão, para fins de lavratura de auto próprio, ficando os interessados cientes de que estarão vinculados às mesmas normas processuais e procedimentos destinados aos lançadores presenciais, inclusive quanto à responsabilidade civil e criminal.

5. No primeiro leilão, o valor da arrematação não poderá ser inferior ao da última avaliação.
6. No segundo leilão, a arrematação será feita por lances não inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor atribuído aos bens na última reavaliação. **Em caso de bem objeto de meação, o leiloeiro deverá atentar para as disposições constantes no artigo 843 do CPC.**
7. A comissão do leiloeiro será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação (art. 884, parágrafo único, CPC), incumbindo ao arrematante recolher, ainda, a título de custas, 0,5% (meio por cento) sobre a mesma base (Lei n. 9.289/96, Tabela III);
8. No caso de um lote com diversos bens, estes podem ser arrematados separadamente; dar-se-á preferência, entretanto, ao lance que englobar todo o lote (art. 893, do CPC/2015).
9. No caso dos lances de igual valor, terá preferência o interessado que já arrematou outros bens no mesmo leilão.
10. Ficam os interessados, em qualquer modalidade de participação na alienação judicial, a saber, os exequentes, os executados, e quaisquer outras pessoas, cientes de que a suscitação de vício de arrematação infundado que vise a fazer o(s) arrematante(s) desistir(em), poderá ser responsabilizado por perdas e danos e através de multa por ato atentatório à dignidade da justiça (art. 903, § 6º, do CPC/2015).
11. O prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação, começará a contar da Hasta Pública, independentemente de intimação.
12. Em nenhuma hipótese, salvo nos casos de nulidade prevista em lei, serão aceitas desistências dos arrematantes ou alegações de desconhecimento das cláusulas deste Edital e da Portaria nº 001/2016/CJPN/JF/8ª Vara/AL (publicada no Diário da Justiça Eletrônico da SJAL/TRF5, edição nº 194.1/2016, de 19 de outubro de 2016) para eximirem-se das obrigações geradas. Casos contrários poderão incidir nos artigos 335 e 358, ambos do Código Penal Brasileiro, onde está previsto que: "Todo aquele que impedir, afastar ou tentar afastar concorrentes ou licitantes por meios ilícitos, violência ou oferecimento de vantagem(ns),e, ainda, perturbar, fraudar ou tentar fraudar, a venda em hasta pública ou arrematação judicial, estará incurso nas penas que variam de dois meses a dois anos de detenção e/ou multa".
13. Os pagamentos não efetuados no ato do Leilão ou no prazo estabelecido implicarão ao(s) ARREMATANTE(S) faltoso(s), as penalidades da Lei, que prevê, no caso de inadimplência, a denúncia criminal e a execução judicial contra o mesmo, além da perda da comissão do leiloeiro (Art. 39 do Decreto 21.981/32 e art. 23, § 2º da Lei de Execução Fiscal - LEF) e da caução em favor do exequente, voltando os bens a novo leilão do qual não poderá participar o arrematante e o fiador remisso (art. 897, do CPC/2015).
14. Conforme as diretrizes do Capítulo IV, da Portaria nº 001/2016/CJPN/JF/8ª Vara/AL (publicada no Diário da Justiça Eletrônico da SJAL/TRF5, edição nº 194.1/2016, de 19 de outubro de 2016), os créditos tributários pertinentes ao bem, assim como os de natureza "propter rem", sub-rogam-se sobre o respectivo preço (art. 908, §1º, CPC e art. 130, parágrafo único, CTN), de modo que:

14.1 No caso de bens imóveis, as dívidas pendentes de IPTU e Taxas Municipais não serão transferidas para o arrematante, que arcará apenas com eventuais despesas de condomínio e outras obrigações civis referentes à coisa, tais como: foros, laudêmios, ITBI e despesas cartorárias.

14.2 No caso de automóveis, o arrematante não arcará com os débitos de IPVA eventualmente existentes, nem com as multas pendentes, que são de responsabilidade pessoal do proprietário anterior.

15. O arrematante deverá fazer-lhe o respectivo cadastro, observando as diretrizes do Capítulo IV (arts. 20, 21 e 22), da Portaria nº 001/2016/CJPN/JF/8ª Vara/AL (publicada no Diário da Justiça Eletrônico da SJAL/TRF5, edição nº 194.1/2016, de 19 de outubro de 2016).

16. Em caso de remição da execução, pagamento ou parcelamento do débito (com o devido recolhimento das custas judiciais), efetivados nos 5 (cinco) dias úteis que antecederem a 1ª ou a 2ª praças do leilão, a parte executada (ou o remitente, se o caso) deverá pagar, a título de comissão do leiloeiro, 2% (dois por cento) sobre o menor dos seguintes valores: (i) montante do débito exeqüendo constante do edital de leilão ou (ii) valor atribuído ao (s) bem (ns) na última avaliação, também constante no edital de leilão, limitada tal comissão ao máximo de R$ 10.000,00 (dez mil reais) e ao mínimo de R$ 100,00 (cem reais).

17. Em hipótese alguma os participantes das hastas públicas poderão alegar desconhecimento do presente Edital ou da Portaria nº 001/2016/CJPN/JF/8ª Vara/AL (publicada no Diário da Justiça Eletrônico da SJAL/TRF5, edição nº 194.1/2016, de 19 de outubro de 2016 e sendo parte integrante do edital e de observância obrigatória pelas partes, advogados, arrematantes ou quaisquer interessados), que disciplina toda a sistemática das hastas públicas da 8ª Vara Federal de Alagoas e especifica todas as despesas do arrematante, razão pela qual não se aceitará quaisquer desculpas para a sua não observância, principalmente no que tange aos encargos do arrematante e às despesas e custas relativas às hastas públicas, Capítulos IV e V, da portaria mencionada.

PARCELAMENTO

18. O pagamento do preço deve ser realizado à vista ou, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, mediante caução idônea de 20% no ato do leilão (art. 892, CPC). Será admitido o pagamento na modalidade parcelada, na forma dos artigos seguintes.

19. O montante do débito executado é o limite do valor do parcelamento, devendo o excedente ser pago à vista no momento da arrematação.

20. A proposta de pagamento à vista prefere às propostas de pagamento parcelado e, entre estas, terá preferência a de maior valor (art. 895, §7º, CPC);

21. Nos processos em que a PARTE EXEQUENTE for a FAZENDA NACIONAL, caso haja concordância desta, poderá o arrematante, requerer o parcelamento do valor da arrematação, a ser procedido em conformidade com a Portaria PGFN nº 79, de 03 de fevereiro de 2014, admitido o pagamento parcelado do lanço em até 60 vezes, observado o valor mínimo de R$ 500,00 para cada parcela, reduzindo-se o prazo total o quanto for necessário para cumprimento desta imposição.

22. O valor de cada parcela, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalente ao índice da SELIC, acumulada mensalmente, desde a arrematação até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês em que o pagamento estiver sendo realizado, nos termos da mencionada Portaria.

23. É vedada a concessão de parcelamento da arrematação no caso de concurso de penhora com credor privilegiado.

24. Caso o bem arrematado seja veículo, o prazo máximo de parcelamento será de 4 anos.

25. Não poderá ser aplicado o parcelamento de que trata a Portaria PGFN nº 79, de 03 de fevereiro de 2014 às execuções fiscais relativas à cobrança de FGTS.

26. O valor da primeira prestação deverá ser depositado no ato da arrematação, por meio de Documento para Depósitos Judiciais e Extrajudiciais -DJE, com o código de receita 4396, o qual será considerado como pagamento parcial, devendo o saldo ser dividido pelo numero de meses restantes, respeitado o limite de 60 meses.

27. Se o arrematante deixar de pagar no vencimento qualquer das prestações mensais, o parcelamento será rescindido, vencendo-se antecipadamente o saldo devedor, ao qual será acrescido o valor de 50%, a título de multa de mora, conforme art. 98, § 6º, da Lei nº 8.212/91.

28. O pedido de parcelamento deverá ser comunicado nos autos, com as respectivas condições, sendo realizado pela parte arrematante diretamente na Procuradoria da Fazenda Nacional, em conformidade com o regramento legal e normativos vigentes.

Para que chegue aos conhecimento de todos os interessados, será o presente Edital publicado, afixado no átrio e disponibilizado juntamente com fotografia (quando possível) dos bens, nos endereços eletrônicos www.jfal.jus.br e www.albuquerquelins.com.br .

Eu, (DENIS GOMES TORRES PINTO), TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A), digitei e conferi. E SALLY ROSE BARROS VIEIRA, Diretor(a) de Secretaria, reconferiu.

Arapiraca/AL, data da assinatura eletrônica.

Camila Monteiro Pullin
Juíza Federal Titular da 8ª Vara de Alagoas

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ESPÓLIO DE GERALDO BULHÕES BARROS e outros
INVENTARIANTE: GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS
8ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

Certidão de publicação de edital

Certifico e dou fé que o edital retro, foi publicado no diário eletrônico da Justiça Federal da 5ª Região nº 180.0/2024, de 18 de setembro de 2024, e afixado em quadro localizado na subseção judiciária de Arapiraca/AL

ARAPIRACA, 20 de Setembro de 2024

DENIS GOMES TORRES PINTO

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
8ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ESPÓLIO DE GERALDO BULHÕES BARROS e outros
INVENTARIANTE: GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS
8ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

Certidão de juntada

Certifico a juntada aos presentes autos da manifestação do leiloeiro.

ARAPIRACA, 29 de Novembro de 2024

DENIS GOMES TORRES PINTO

Fernando Gustavo Alencar de Albuquerque Lins
Leiloeiro Oficial – Juceal 13

Ao MM. Juízo da 8ª Vara Federal da Seção Judiciária de Alagoas

Processo 0001846-56.2005.4.05.8001
Exequente: Fazenda Nacional
Executado: Geraldo Bulhões Barros e outros

Fernando Gustavo Alencar de Albuquerque Lins, atuando como leiloeiro oficial nos presentes autos, vem informar que não apareceram arrematantes interessados em adquirir os bens apregoados neste último leilão.

Considero importante registrar que não foi disponibilizado ou informado os eventuais débitos condominiais, fator esse que pode ter influenciado no insucesso do apregoamento.

Aproveita o momento para solicitar autorização para continuar a oferta-los através de venda direta, em conjunto com outros bens que não foram arrematados em processos judiciais, nos mesmos moldes já determinados.

No aguardo de vossa autorização, subscrevo-me,

Respeitosamente,

Arapiraca (AL), 05 de novembro de 2024.

Leiloeiro Oficial – Juceal 13

Processo: **0001846-56.2005.4.05.8001**
Assinado eletronicamente por:
DENIS GOMES TORRES PINTO - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 29/11/2024 16:25:39
Identificador: 4058001.16114355
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
24112916252944600000016212070

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
8ª VARA

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ESPÓLIO DE GERALDO BULHÕES BARROS e outros
INVENTARIANTE: GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS
8ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

Ato ordinatório

Intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se acerca do(s) novo(s) documento(s) juntado(s) aos autos, cf. determinado no art. 87, inciso 6, do Provimento nº 01/2009 do TRF da 5ª Região.

ARAPIRACA, 29 de Novembro de 2024

DENIS GOMES TORRES PINTO

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
8º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
PROCESSO: **0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA	EXECUTADO
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS	EXECUTADO
GERALDO BULHOES BARROS	EXECUTADO
Espólio de GERALDO BULHÕES BARROS	EXECUTADO
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS	INVENTARIANTE

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 06/12/2024 01:32, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Ato Ordinatório registrado em 29/11/2024 16:26 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 24112916262930500000016212073 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 06/12/2024 01:32 - Seção Judiciária de Alagoas.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 5ª REGIÃO

Execução Fiscal: 0001846-56.2005.4.05.8001
Polo Ativo: FAZENDA NACIONAL
Polo Passivo: GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS

A União (Fazenda Nacional) vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, considerando não ter interesse na adjudicação do imóvel penhorado nos autos, requerer, nos termos do art. 879, I do CPC, a alienação do mesmo por intermédio de corretor/leiloeiro credenciado pela plataforma COMPREI, levando-se em consideração as disposições constantes nas Leis 13.105/15 (CPC) e 8.212/91, e acatando-se os critérios abaixo abordados:

Prazo:

360 (trezentos e sessenta) dias

Publicidade:

Divulgação da oferta do bem no Comprei (comprei.pgfn.gov.br). Nos anúncios constarão a descrição física (estado em que se encontra, localização, quantidade, qualidade, etc) e jurídica (identificação do número do processo judicial, dados de registro e ônus ou gravames) do bem ofertado, bem como demais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Preço:

O valor mínimo de propostas no Comprei é de 50% do valor da última avaliação judicial (art. 891, parágrafo único, do CPC).
O bem deve permanecer anunciado por no mínimo 30 (trinta) dias, para que uma proposta efetive a alienação, ressalvado o caso de compra imediata por valor igual ou superior ao da avaliação.

Condições de pagamento:

Todos os pagamentos serão feitos por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), com código de receita nº 7739, emitido pelo Comprei.
O Comprei concederá parcelamento da alienação por valor igual ou superior ao da avaliação, nos seguintes termos: a entrada equivalente a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do valor da alienação (art. 895, § 1º, do CPC), mais até 30 (trinta) prestações mensais e sucessivas, no valor mínimo de R$ 500,00 (quinhentos reais) cada uma.
Nestes casos, será registrada a hipoteca em favor da União (art. 895, §8º, do CPC).
Se tiver havido leilão anterior frustrado, a compra poderá ser parcelada, respeitado o valor mínimo fixado pelo Juízo (art. 895, II, do CPC).
O valor de cada parcela, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), acumulada mensalmente, calculados a partir da data da alienação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.
Se o adquirente deixar de pagar no vencimento quaisquer das prestações mensais, o parcelamento será imediatamente rescindido, vencendo-se antecipadamente o saldo devedor, ao qual será acrescido o valor de 50% (cinquenta por cento), a título de multa de mora, conforme §§ 6º e 11 do art. 98 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e inscrito em Dívida Ativa da União.
Quando houver crédito preferencial, ou o valor da alienação superar o montante atualizado da dívida, o provisionamento e/ou excedente serão recolhidos por meio de depósito à disposição do Juízo na Caixa Econômica Federal, em agência bancária ou por meio de seu Portal Judicial (https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-federal/).

Procedimento:

As minutas de Auto e Carta de Alienação serão expedidas pelo Comprei e apresentadas ao juízo após a confirmação do

pagamento da compra e da comissão de corretagem.
Após o transcurso do prazo previsto no art. 903, §2º, do CPC, os documentos serão carregados no Sistema Comprei, para entrega do bem e registro.

Comissão de corretagem:

5% (cinco por cento) do valor da alienação.

Intermediário credenciado:

Qualquer intermediário credenciado no Comprei com competência territorial no lugar de situação do bem, não havendo exclusividade na intermediação.
O intermediário anunciante fica autorizado a ter acesso ao bem, mediante prévio ajuste com o depositário/devedor, podendo obter fotos ou apresentá-lo a interessados.

Quer esse juízo acate os critérios acima expostos, quer entenda pela sua alteração, postula a exequente seja novamente intimada, para adoção das providências cabíveis, intimando-se, também, o executado, para conhecimento da medida, nos moldes do art. 889 do CPC.

Pede deferimento.

Maceió/AL, 10/12/2024.

SUELLEN EDY ROCHA MELO E OLIVEIRA
Procurador(a) da Fazenda Nacional

Inscrição(ões):
31850777-3 | 535 - AJUIZAMENTO / DISTRIBUICAO | R$ 338.561,74

Somatório das CDAs: R$ 338561,74

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ESPÓLIO DE GERALDO BULHÕES BARROS e outros
INVENTARIANTE: GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS
8ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

DESPACHO

Trata-se de execução fiscal manejada pela Fazenda Nacional em desfavor de **Espólio de GERALDO BULHÕES BARROS** e outros, para adimplemento de débito contido em CDA.

Em id. 4058001.16191051 , Fazenda Nacional requereu a autorização deste juízo para promover a alienação dos imóveis penhorados nestes autos, por meio da plataforma de negócios "COMPREI".

Aprecio.

Compulsando os autos, verifica-se efetivação da penhora do imóvel de matrícula n. 77.058, no 1 Cartório de Imóveis de Maceió. e Matriculado sob o número 16.645, no 2° Registro Geral de imóveis de Maceió e também matriculado sob o no. 37.395, no 1º Cartório de Imóveis de Maceió.(ID: 4058001.13416668)

Nesse compasso, quanto ao pedido de alienação do bem, o Código de Processo Civil estabelece uma clara preferência pela alienação de bens por intermédio da adjudicação pelo exequente, seguida da alienação por iniciativa particular para, só então, autorizar a hasta pública. Nessa esteira, não vislumbro óbices ao deferimento do pleito do ente federal, máxime quando, pela natureza dos bens penhorados, essa forma de alienação tem maiores chances de ser exitosa.

Ainda, autorizo que o leilão seja realizado no prazo de 01 (um) ano, com publicidade em sítio da internet, não sendo aceita a venda por preço vil, devendo o procedimento de alienação, no que couber, ser orientado pelas regras previstas no CPC.

Ante o exposto, defiro o pedido de alienação extrajudicial prevista no art. 881 do Código de Processo Civil.

No mais, intime-se o executado e os demais interessados da alienação extrajudicial.

Intimações e providências necessárias.

Arapiraca/AL, data da assinatura eletrônica.

Camila Monteiro Pullin
Juíza Federal Titular da 8ª Vara de Alagoas

DGTP

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
8º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
PROCESSO: **0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA	EXECUTADO
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS	EXECUTADO
GERALDO BULHOES BARROS	EXECUTADO
Espólio de GERALDO BULHÕES BARROS	EXECUTADO
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS	INVENTARIANTE

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 28/03/2025 04:18, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Despacho registrado em 24/03/2025 13:31 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 25032415114923400000016872063 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 28/03/2025 04:18 - Seção Judiciária de Alagoas.

PROCESSO Nº: 0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ESPÓLIO DE GERALDO BULHÕES BARROS e outros
INVENTARIANTE: GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS
8ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

DESPACHO

Trata-se de execução fiscal manejada pela Fazenda Nacional em desfavor de **Espólio de GERALDO BULHÕES BARROS** e outros, para adimplemento de débito contido em CDA.

Em id. 4058001.16191051 , Fazenda Nacional requereu a autorização deste juízo para promover a alienação dos imóveis penhorados nestes autos, por meio da plataforma de negócios "COMPREI".

Aprecio.

Compulsando os autos, verifica-se efetivação da penhora do imóvel de matrícula n. 77.058, no 1 Cartório de Imóveis de Maceió. e Matriculado sob o número 16.645, no 2° Registro Geral de imóveis de Maceió e também matriculado sob o no. 37.395, no 1º Cartório de Imóveis de Maceió.(ID: 4058001.13416668)

Nesse compasso, quanto ao pedido de alienação do bem, o Código de Processo Civil estabelece uma clara preferência pela alienação de bens por intermédio da adjudicação pelo exequente, seguida da alienação por iniciativa particular para, só então, autorizar a hasta pública. Nessa esteira, não vislumbro óbices ao deferimento do pleito do ente federal, máxime quando, pela natureza dos bens penhorados, essa forma de alienação tem maiores chances de ser exitosa.

Ainda, autorizo que o leilão seja realizado no prazo de 01 (um) ano, com publicidade em sítio da internet, não sendo aceita a venda por preço vil, devendo o procedimento de alienação, no que couber, ser orientado pelas regras previstas no CPC.

Ante o exposto, defiro o pedido de alienação extrajudicial prevista no art. 881 do Código de Processo Civil.

No mais, intime-se o executado e os demais interessados da alienação extrajudicial.

Intimações e providências necessárias.

Arapiraca/AL, data da assinatura eletrônica.

Camila Monteiro Pullin
Juíza Federal Titular da 8ª Vara de Alagoas

DGTP

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
8º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
PROCESSO: **0001846-56.2005.4.05.8001 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
RADIO CULTURA DE ARAPIRACA LTDA	EXECUTADO
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHOES BARROS	EXECUTADO
GERALDO BULHOES BARROS	EXECUTADO
Espólio de GERALDO BULHÕES BARROS	EXECUTADO
GERALDO HENRIQUE VILAR DE BULHÕES BARROS	INVENTARIANTE

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 17/04/2025 00:24, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Despacho registrado em 24/03/2025 13:31 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 25041010111511900000017122720 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 17/04/2025 00:24 - Seção Judiciária de Alagoas.